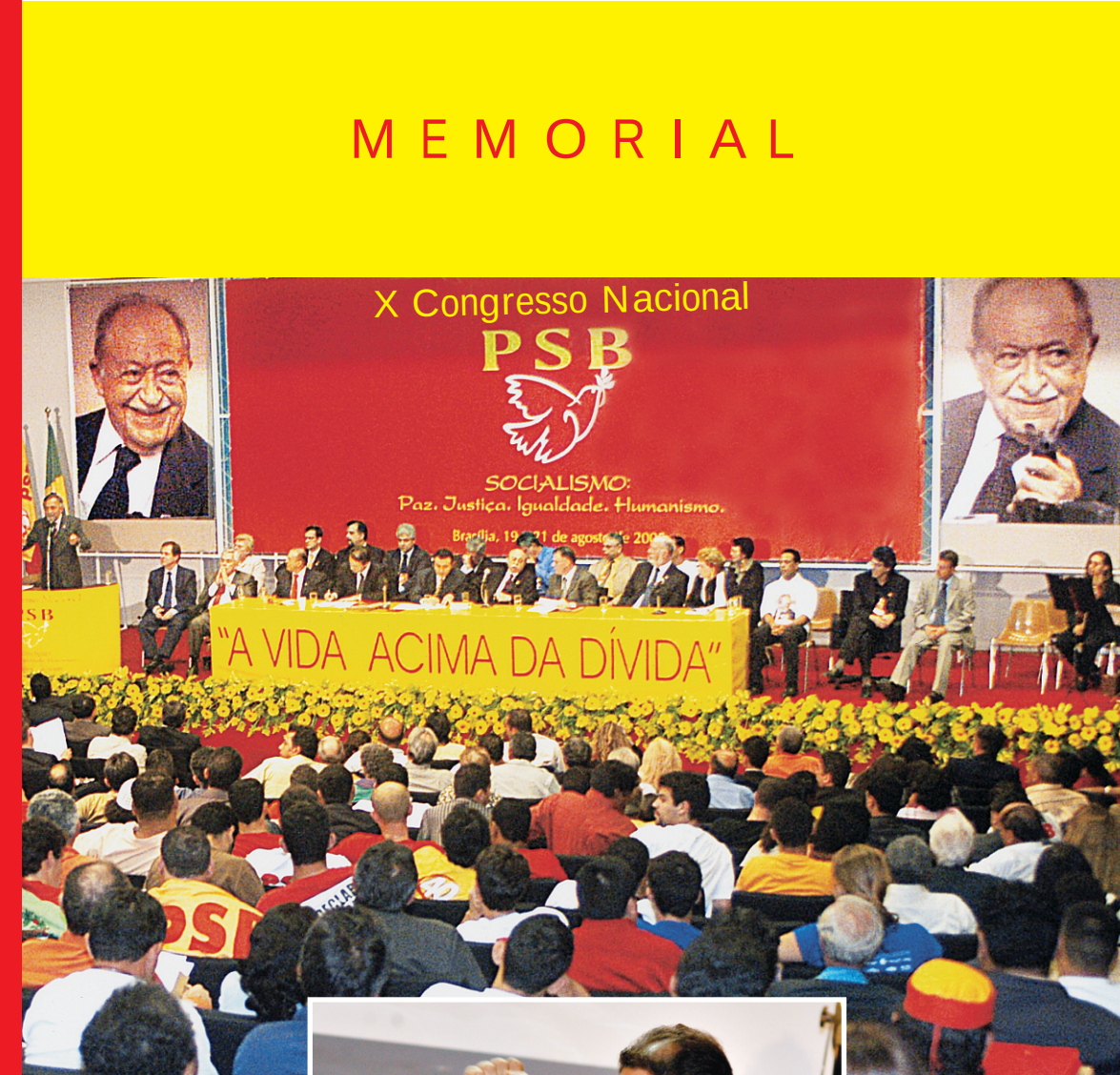




X Congresso Nacional do PSB



Brasília, 19 a 21 de agosto de 2005



M E M O R I A L

X CONGRESSO NACIONAL DO PSB

Brasília, 19 a 21 de agosto de 2005



M E M O R I A L

X CONGRESSO NACIONAL DO PSB

MESA DIRETORA DO X CONGRESSO:

Comissão Executiva Nacional

ORGANIZAÇÃO DO MEMORIAL:

Carlos Siqueira

FOTOS:

Humberto Pradera

REVISÃO:

Carmem Puig

TRANSCRIÇÃO:

Livia Costa

CAPA:

TC Gráfica e Editora Ltda

IMPRESSÃO:

TC Gráfica e Editora Ltda

ÍNDICE

Solenidade de Abertura do X Congresso	5
Reunião Preparatória	29
Aprovação dos Regimentos do X Congresso Nacional e do Congresso Extraordinário Revisional do Estatuto do PSB	
Debate sobre Reforma Política	47
Expositores: <i>Carlos Siqueira, Dep. Alexandre Cardoso</i>	
Plenária de Encerramento do X Congresso	127
Declaração Política do X Congresso	195
IV Congresso Nacional de Mulheres	199
VIII Congresso Nacional do JSB	267
Congresso do Movimento Negro Socialista	355
V Congresso Nacional Sindical do PSB	415
I Congresso Nacional do Movimento Popular Socialista	529

Abertura

19 de agosto de 2005 - Noite

Solenidade de Abertura



Dep. Alexandre Cardoso, Sen. Antônio Carlos Valadares, Dep. Eduardo Campos, Carlos Siqueira, Roberto Amaral, Sen. Capiberibe, Vice-Gov. Luiz Abílio, Joilson Cardoso, Rodrigo Rollemberg e o Prefeito Ricardo Coutinho



Plenária do ato político de abertura do X Congresso



Roberto Amaral, Presidente Nacional do PSB, por ocasião da solenidade de abertura do X Congresso



Dep. Eduardo Campos, durante seu pronunciamento na abertura do X Congresso

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) –
Companheiros e companheiras do Partido Socialista Brasileiro, neste momento
vamos dar início à composição da Mesa de Abertura do X Congresso Nacional
do PSB e do Congresso Extraordinário de Revisão Estatutária.

Convido, inicialmente, para compor a Mesa o Presidente Nacional do
PSB, o Dr. Roberto Amaral.

Convido, também, o Líder do Partido no Senado Federal, Senador João
Alberto Capiberibe.

O Líder do Partido na Câmara, o companheiro Renato Casagrande.

O Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Professor Doutor Sérgio
Machado Rezende.

O Ministro da Integração Nacional, Dr. Ciro Gomes.

O Deputado e ex-Ministro da Ciência e Tecnologia, o companheiro
Eduardo Campos.

A Governadora do Estado do Rio Grande do Norte, a companheira
Wilma de Faria.

O Vice-Governador de Alagoas, companheiro Luiz Abílio.

O Senador Antônio Carlos Valadares, do PSB de Sergipe.

A companheira Luiza Erundina, Deputada Federal por São Paulo.

O companheiro Beto Albuquerque, Vice-Líder do Governo na Câmara
dos Deputados.

O Deputado Alexandre Cardoso, do PSB do Rio de Janeiro.

O companheiro Severino Nunes, Membro da Executiva Nacional.

O companheiro Márcio França, do PSB de São Paulo, também da
Executiva Nacional.

O companheiro Jaime Cardoso, do PSB do Rio de Janeiro, também
Membro da Executiva Nacional.

O companheiro Milton Coelho, da Executiva Nacional, PSB de
Pernambuco.

O companheiro Sérgio Gaudenzi, Executiva Nacional do PSB da Bahia.

O companheiro Rodrigo Rollemberg, do PSB do Distrito Federal.

A companheira Mari Machado, Secretária Nacional de Mulheres.

O companheiro Josué Freitas, Secretário Nacional de Juventude.

O companheiro Joilson Cardoso, Secretário Nacional Sindical.

Convidamos, ainda, para compor a Mesa o Prefeito de João Pessoa, companheiro Ricardo Coutinho.

Convidamos, também, para compor a Mesa o Prefeito de Natal Carlos Eduardo.

Temos a satisfação e o orgulho de convidar para compor a Mesa a Deputada Jô Moraes, representando neste ato a Presidência do Partido Comunista do Brasil, o PCdoB.

Registramos, inicialmente, a presença entre nós de toda a Bancada Federal aqui presente: o companheiro Deputado Barbosa Neto, do PSB de Goiás; a companheira Janete Capiberibe, o companheiro Luciano Leitoa, do PSB do Maranhão, o companheiro Deputado Baltazar, do PSB do Rio de Janeiro, o companheiro Deputado Gonzaga Patriota, do PSB de Pernambuco, o Deputado Francisco Olímpio, também do PSB de Pernambuco, o Deputado Isaías Silvestre, do PSB de Minas Gerais, o Deputado André Zacharow, do PSB do Paraná; a Deputada Sandra Rosado, do PSB do Rio Grande do Norte; o Deputado Ribamar Alves, do PSB do Maranhão; o Deputado Gibaldo Carimbão, do PSB de Alagoas; o Deputado Jorge Gomes, do PSB de Pernambuco; o Deputado Ariosto Holanda, do PSB do Ceará; o Deputado B. Sá, do PSB do Piauí; o Deputado Júlio Delgado, do PSB de Minas Gerais. A todos esses companheiros pedimos que se sentem à Mesa. Pedimos também uma salva de palmas para os nossos parlamentares federais.

Registramos, ainda, a presença entre nós, com muita satisfação e orgulho, da Dra. Ana Arraes, filha do nosso querido Miguel Arraes, e também do companheiro Marcos Arraes e da Sra. Carmem Arraes. Sejam bem-vindos.

Convido todos os companheiros e companheiras para, de pé, cantarmos o Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional Brasileiro)

Neste momento, passamos a palavra ao companheiro Roberto Amaral, Presidente Nacional do PSB, para o pronunciamento de abertura do X Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro.

O SR. ROBERTO AMARAL (Presidente Nacional) – Companheiros de Mesa, companheiras militantes, companheiros militantes, companheiros delegados, companheira representante do PCdoB, familiares de Miguel Arraes. Este é um momento difícil; difícil para a Pátria, difícil para o Socialismo e mais difícil fica para a Pátria e para o Socialismo quando perdemos a iluminação, o espírito e a orientação de Miguel Arraes de Alencar.

Companheiro Arraes, não estamos aqui para simplesmente deplorar a tragédia biológica que interrompe o teu convívio conosco, a tua luta de toda a

vida pelos excluídos, pelos milhões de humilhados, de ofendidos que povoam a nossa terra cada dia mais triste. Nós estamos aqui mais do que tudo para dizer que o nosso papel é homenagear a tua vida. Não lidamos com a tua partida, lidamos com a tua permanência. O homem não se identifica pelo nome. Padre Vieira, num de seus mais famosos sermões, o Sermão da Sexagésima, refere que João Batista foi perguntado por um transeunte, que lhe disse: quem és? E João Batista respondeu: eu sou o que prega. Citando isto o Padre Vieira quis dizer que desenvolve o seu sermão; que o homem não se explica pelo seu nome; não se explica pelo seu currículo. Ele se explica pela sua obra. O homem é a sua obra. Miguel Arraes de Alencar é a obra que ele nos trouxe. *(Palmas.)* E esta obra fica, esta obra permanece em nossos corações, de seus seguidores, de seus correligionários, mas permanece acima de tudo no coração, na alma e na vontade do povo pobre do nosso País.

Devemos isto a Arraes; o Brasil deve-lhe as reflexões mais sérias sobre a emergência do popular e do nacional; a preocupação permanente com a emancipação do País. E nós devemos, nós da Esquerda Socialista, nós os elocubreadores, devemos a Arraes a reflexão sobre os desamparados. E foi ele que trouxe para o nosso Partido a opção de militância pelos excluídos.

Só há uma forma de nós homenagearmos Miguel Arraes de Alencar: é dizendo que vamos assumir, coletivamente e individualmente cada um de nós, vamos assumir nesta solenidade o compromisso de continuar sua obra, seu trabalho. *(Palmas.)*

Não permitiremos que suas bandeiras sejam desfeitas, ainda que nossas mãos sejam mãos trêmulas, sejam mãos inseguras, incompetentes seguraremos essas bandeiras com força, com dedicação, com amor, porque defender essas bandeiras é defender o nosso País.

E ousou dizer que Arraes se aqui estivesse – e não o estou substituindo; não substituo Miguel Arraes na Presidência do Partido; estou cumprindo um dever, porque ninguém substitui Miguel Arraes de Alencar. *(Palmas.)* **M**tenho certeza de que ele diria a nós militantes do PSB que nós não honraremos a sua memória se não construirmos a unidade do nosso Partido.

Precisamos fortificar o nosso Partido, unir o nosso Partido. Não cabem divergências pessoais. Temos uma meta: levar o Partido às eleições de 2006. Uma meta difícil, porque o País está difícil, a política está difícil e porque o nosso Partido não tem o comando de Miguel Arraes. Nenhum de nós pode hoje assumir esse comando. O comando possível para a ausência de Arraes é o comando coletivo, é o nosso comando, somos todos nós juntos construindo o Partido. *(Palmas.)*

Arraes deu um exemplo; mais do que um exemplo de político, de estadista que ele foi, talvez o último grande estadista brasileiro, estadista de uma estirpe que não encontramos mais em nosso País, porque é da estirpe dos construtores da Nação. Arraes é da estirpe de Vargas, mas Arraes é acima de tudo um lutador. Em sua vida não conheceu descanso, nenhum momento de descanso, mas também nenhum momento de hesitação. Lutou até o último momento de sua vida; lutou pelos pobres e lutou pela vida. O seu fim doloroso, para ele e para os que o acompanhavam, foi um fim simbólico. Mesmo naquele fim ele estava nos dando uma lição: que é preciso lutar; é preciso lutar e é preciso lutar. (*Palmas.*)

O nosso Presidente conheceu o poder, as homenagens do poder. Conheceu na vida e na morte a homenagem inolvidável do seu povo. Nós vimos no Recife o carinho de uma gente simples, a gente do povo, a gente de camisa, a gente de chapéu de palha, a gente de chinelo, a gente que sofre. Como aquela gente se prostrava diante de Arraes, como quem perde um líder, um guia, um amigo e, para muitos, como quem perde um pai.

Conheceu a glória de frequentar o coração do povo e conheceu a injúria do cárcere, a ofensa do exílio e nada o fez mudar de opinião, jamais mudou de lado. Onde estava o interesse do País, onde estava o interesse do povo lá estava Miguel Arraes. E estava animado de uma coisa que não podemos deixar que nos escape das mãos por mais tristes que sejam os tempos: o sonho; a utopia. Era quase comovente conversarmos com aquele octogenário que só nos falava do futuro.

Permitam-me uma questão de ordem pessoal. Na quinta-feira em que ele se internaria, conversei com ele pelo telefone pela manhã. Eu, desesperado com o quadro nacional e com o que íamos fazer do nosso Partido, e dele já doente eu ouvia a reafirmação do nosso Partido; dos postulados da Esquerda. De tantas lições que ele deixou, queria ficar com esta última: nós precisamos reinventar Dom Quixote; precisamos reinventar entre nós o sonho; reinventar entre nós a certeza de que a mudança é possível, de que sempre haverá um outro dia melhor para o povo se nós nos dispusermos a lutar por ele.

Como dizia Drummond e grafou Arraes no seu discurso de posse no Governo de Pernambuco. Vou adaptar um pouco. Nós temos duas mãos, são apenas duas mãos, mas essas mãos são de um homem, de uma mulher que tem a consciência do mundo. Nós temos duas mãos, duas mãos operárias, duas mãos lutadoras que lutarão para mudar o mundo.

Esta é a nossa homenagem a Arraes. (*Palmas.*)

(*Palavras de ordem: Arraes guerreiro do povo brasileiro, Arraes guerreiro do povo brasileiro, Arraes guerreiro...*)

Era o meu dever de Presidente abrir nesta intervenção a discussão sobre o quadro político nacional. Permitam-me que não o faça e deixe para fazê-lo só no domingo. Permitam-me que eu recolha a emoção de todos. Não tendo melhores palavras, que eu dê a minha voz ao poeta Bertold Brecht:

Há homens que lutam um dia e são bons. Há outros que lutam um ano e são melhores. Há os que lutam muitos anos e são muito bons. Porém, há os que lutam toda a vida, esses são os imprescindíveis.

Salve Miguel Arraes! (Palmas.)

(Palavras de ordem: Viva Arraes, Viva Mangabeira e viva o Partido Socialista Brasileiro)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Gostaria de saber se o Deputado Renato Casagrande se encontra no Plenário. Alguém poderia chamá-lo à Mesa?

Companheiros, dando prosseguimento às homenagens a nosso inesquecível Presidente Miguel Arraes, vamos pedir que apaguem as luzes a fim de passar um vídeo com uma breve história do nosso Presidente Miguel Arraes, vídeo feito pela Comissão Executiva Nacional.

(Procede-se à apresentação do vídeo)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro Secretário Nacional do PSB) – Dando prosseguimento a esta Abertura Solene, em que homenageamos o nosso querido e inesquecível Presidente Miguel Arraes, tenho a honra de passar a palavra ao Líder do nosso Partido no Senado Federal, o Senador João Alberto Capiberibe.

O SR. SENADOR JOÃO ALBERTO CAPIBERIBE – Meus companheiros, minhas companheiras, meu caro Presidente Roberto Amaral, companheiros congressistas, colegas de parlamento, realmente abrimos o X Congresso com uma grande ausência, com um imenso vazio, mas com uma imensa emoção e um legado de responsabilidade que certamente será distribuído nos ombros de cada companheiro e de cada companheira socialista. O legado de Miguel Arraes, de carinho, de amor pelo povo tem que ser distribuído entre nós. E temos a obrigação de sairmos fortalecidos deste X Congresso.

É um momento de extrema emoção para todos nós, mas também e com muita razão para a família, para os filhos e os netos do Dr. Arraes que estão presentes neste Congresso. Alguns temas irão marcar o X Congresso; farão parte das memórias deste Congresso. Certamente a crise irá pontuar todos os debates, todas as discussões; a crise política, que é uma crise recorrente. Mas, não obstante a crise, temos a obrigação de sair deste Congresso respeitando as

idéias e o legado de Miguel Arraes. Temos que sair com uma proposta concreta, temos que recriar a utopia. E o instrumento de recriação dessa utopia é o nosso Partido. Vamos debater a crise que arrastou o Partido dos Trabalhadores, o Governo, e arrastou o nosso Partido, porque fazemos parte deste Governo.

Mas também fazemos a diferença na base deste Governo. Estamos dando uma contribuição ao povo brasileiro em um Ministério decisivo, fundamental, que é o Ministério da Ciência e da Tecnologia, no momento em que a maior riqueza de uma nação é o conhecimento e o domínio da ciência e da tecnologia. E este nosso Ministério é um exemplo para o Governo. É o único Ministério onde são geridos recursos públicos diante dos olhos de todos os cidadãos e cidadãs deste País. (*Palmas.*) Ressalto a coragem dos nossos Ministros Roberto Amaral e Eduardo Campos. Através desse sistema revolucionário de comunicação que mudou a humanidade e nos aproximou a todos na rede mundial de computadores, eles fizeram com que ali nós possamos acompanhar todos os gastos, todas as despesas. É isso que faz a diferença da participação do Partido Socialista Brasileiro no Governo. É isso que nos diferencia da crise que aí está: o respeito a todos aqueles que contribuem; ao contribuinte brasileiro, sobrecarregado por uma carga tributária que retira renda das famílias, que transfere renda dos pobres para os ricos. O Estado brasileiro se presta a operar essa transferência de renda, penalizando os pobres com impostos injustos, retirando renda para transferi-la ao sistema financeiro. Este ano vamos pagar quase 150 bilhões de reais da dívida pública. De uma receita de 400 bilhões, 150 bilhões de reais vão só para pagar rentistas, aventureiros do mundo todo e os aventureiros de sempre, essa elite que infelicitiza a vida do povo brasileiro e que vive de renda.

E aqui gostaria de colocar uma questão, que o tempo termina fazendo com que decisões importantes da vida brasileira se misturem com tantos acontecimentos. Gostaria de destacar o que foi colocado no documentário: que uma das decisões políticas mais difíceis tomadas por Arraes foi equiparar os direitos trabalhistas. Mas também ele equiparou o salário mínimo rural com o salário mínimo industrial. Essa é uma atitude revolucionária lá dos anos 60 num Pernambuco dominado por oligarquias. (*Palmas.*) A idéia de revolução sempre esteve muito presente no pensamento de Dr. Arraes. E temos que seguir com essa idéia de revolução. E para isso precisamos de um instrumento e esse instrumento é o Partido Socialista Brasileiro. Parece-me que devemos aprofundar o debate, porque a sociedade brasileira, o povo brasileiro, nas regiões mais isoladas do nosso País, na mesa de jantar, nas filas, no local de trabalho, discute e debate política. Mas essa discussão não tem consequência porque não há uma organização desse debate. É aí que entra a ação do nosso Partido. Temos que

ousar, temos que organizar o debate político da sociedade brasileira. A grande exclusão deste país não é apenas social ou econômica, é a exclusão política. A política neste país é decidida e conduzida por poucos, porque o povo não tem instrumento de participação política. E nós, em memória do Dr. Arraes, temos que sair deste Congresso decididos a construir esse instrumento de participação política. Temos que levar os núcleos de base, temos que organizar e nuclear este Partido de norte a sul, formando ali, no local de trabalho das pessoas, no local de moradia, formando núcleos de debate político organizando o Partido. Só assim vamos responder a esse legado do Dr. Arraes, organizando um grande partido, que possa ser o grande instrumento de participação política. Se não logramos organizar a sociedade, dificilmente vamos fazer aquilo que era desejo do Dr. Arraes; trazer os excluídos para a participação econômica, para uma vida melhor.

O outro tema que me parece fundamental; que permeia todos os debates e discussões, é refletir sobre o Estado brasileiro, que é um estado feito para todos. A justiça do nosso País tem braços curtos, atende a poucos, atende aos que podem pagar e os que podem pagar são minoria neste país. As políticas públicas, com raras exceções, atendem a minorias. A única política que atinge diretamente a todos os brasileiros é a arrecadação tributária; é a garfada dos impostos que vai no bolso de cada cidadão e cidadã. Os mais pobres dentre os pobres, não escapam do fisco. Mas na hora de redistribuir, redistribui com poucos.

Há um distanciamento do povo com suas instituições. Nessa crise, é evidente que nós todos nos preocupamos com a estabilidade das instituições. Mas eu perguntava a alguns companheiros nossos: quem aqui teria coragem de entregar o peito a uma bala para defender essas instituições? Quem aqui recorreria a decisões extremas, como fizemos lá nos anos 70? Dificilmente. Porque há um afastamento, um esgarçamento das instituições, um distanciamento do povo. E precisamos aproximar; precisamos oferecer elementos, no debate político, ao cidadão brasileiro, que desconfia de suas instituições. E esse elemento o Ministério da Ciência e Tecnologia já ofereceu: abrir completamente, sem senhas, sem códigos, para cada cidadão, para cada cidadã saber o que é feito do seu dinheiro. É isso que o Partido Socialista tem que levar para a formação dos seus núcleos de base; a bandeira de cidadania, de respeito à contribuição de cada um e de cada uma.

E quero finalizar. Penso que esses pontos vão marcar o X Congresso, congresso convocado com muita sabedoria política. Devo destacar que o Dr. Arraes, antes de nos deixar, já havia decidido a convocação do Congresso. E finalizo falando da minha experiência e da minha relação pessoal de como fui morar em Pernambuco. Eu estava em Maputo, em 1979, em Moçambique, quando recebemos a visita do Dr. Arraes. E ele foi lá para nos dizer que era necessário, na volta ao Brasil, mantermos a unidade das oposições. Tínhamos

três movimentos na época: o do Brizolla, com a recriação do PTB; o do PMDB, que era uma frente que aglutinava todas as forças políticas, e o PT, que se organizava. O Dr. Arraes pregava a unidade das oposições para garantir a transição democrática. Além dessa compreensão, em que ele tinha razão, porque foi o PMDB que conduziu ao pacto de 85; que criou a possibilidade da volta à democracia, ele falou do seu Nordeste com tanta paixão e com uma saudade imensa, que depois que ele terminou de falar eu consultei a minha companheira: e vamos para Pernambuco. E, na volta, voltamos exatamente para Pernambuco. Eu já repeti em vários congressos do nosso Partido que eu aprendi política com o Dr. Arraes.

Quando voltei para o Brasil, depois de 10 anos de exílio, eu nunca tinha votado. A nossa geração é a da clandestinidade, é a do absurdo, do sectarismo político. Eu nunca tinha votado e aprendi com ele. Depois de aprender com ele voltei para a minha terra. E a ele passei a dedicar imenso carinho ao longo do convívio que durante anos tivemos neste Partido.

E quero fazer desses temas a nossa razão de lutar, para que possamos, lá nos lugares mais distantes da Amazônia, levar a história do nosso Presidente do Partido, para que em cada núcleo de base deste Partido onde houver um Socialista, lá haja alguém para falar da história de Miguel Arraes, um mito da política brasileira, um mito da política nordestina.

Portanto, meus companheiros, temos que sair deste Congresso com a utopia recriada e com a decisão tomada de organizar, de fazer do Partido Socialista Brasileiro o partido de Dr. Arraes.

Vamos à luta, viva Miguel Arraes, viva o povo brasileiro! *(Palmas.)*

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro Secretário Nacional do PSB) – Gostaria, mais uma vez, de convidar para compor a Mesa - creio que não estava no primeiro chamamento - a nossa querida companheira da Executiva Nacional, Secretária Nacional de Mulheres, a nossa amiga Mari Machado, para quem peço uma salva de palmas. *(Palmas.)*

Quero também, com muita alegria, convidar para compor a Mesa - e desde logo agradecer sua aquiescência ao nosso convite - o grande Diretor de Cinema, o maior de todos, Nelson Pereira dos Santos, aqui presente para homenagear o nosso Presidente. Por favor, dê-nos a honra de compor a nossa Mesa. *(Palmas.)*

Gostaria de anunciar a presença do Deputado Estadual Sérgio Assis, Presidente Regional do PSB/MS e da caravana do Mato Grosso do Sul. Saúdo a todos os Presidentes Estaduais do PSB das 27 unidades federativas. Gostaríamos que todos estivessem compondo a Mesa conosco, mas infelizmente não é

possível, Peço então que os companheiros congressistas saúdem com uma salva de palmas aqueles que nos estados organizam e coordenam o trabalho do Partido Socialista Brasileiro. *(Palmas.)*

Dando prosseguimento às homenagens ao nosso inesquecível Presidente, anuncio agora a Canção das Américas, de Milton Nascimento, que será executada pelo grupo musical da companheira Dolores.

(Procede-se à execução da canção)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Anuncio a presença entre nós do Prefeito Rubens Bontempo, da Cidade de Petrópolis, Rio de Janeiro, na pessoa de quem saúdo a todos os prefeitos e vice-prefeitos do PSB aqui presentes.

Também saúdo o companheiro João Arraes, Vereador da Cidade do Recife, e, na pessoa dele, todos os vereadores e vereadoras do Brasil pertencentes ao Partido Socialista Brasileiro.

Convido para usar a palavra o nosso companheiro Deputado Renato Casagrande, Líder do PSB na Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO FEDERAL RENATO CASAGRANDE – Boa noite a todos os delegados, delegadas, lideranças do Partido. Vamos começar esta fala repetindo o que já foi dito aqui logo no início da abertura do Congresso; a expressão que mais identifica o nosso eterno comandante, Dr. Miguel Arraes: “Arraes guerreiro do povo brasileiro, Arraes guerreiro do povo brasileiro”.

Dr. Roberto Amaral, nosso Presidente, é aqui fundamental destacar sua grandiosidade, elegância e companheirismo nesses dias de ausência do Presidente Miguel Arraes. Como membro da Executiva, sinto-me no dever de fazer este registro; cumprimentar Roberto Amaral e cumprimentar todos os membros da Executiva Nacional do PSB. Cumprimentar os nossos Deputados Federais, em nome de quem falo aqui; o Capiberibe, nosso Líder no Senado; a família do Dr. Miguel Arraes na pessoa do meu amigo Deputado Eduardo Campos; todos os representantes dos segmentos do PSB, nossos aliados, visitantes e amigos do nosso Partido que aqui se encontram.

É o primeiro congresso sem o Dr. Arraes. Refletimos - Roberto Amaral, o Presidente, disse isso - nós refletimos se deveríamos fazer este congresso. O Dr. Miguel Arraes foi sepultado no domingo. E ficamos pensando se devíamos fazer. Quero dizer que durante o dia de hoje, vendo este auditório lotado, temos a certeza de que tomamos a melhor decisão, decisão de fazermos o congresso, porque queríamos fazer, estamos fazendo, uma grande homenagem ao Dr. Miguel Arraes. Nem todo mundo pôde ir ao seu sepultamento e todo mundo queria abraçar a sua família, família de sangue e família política e partidária que

somos todos nós que estamos aqui neste Congresso. Uma decisão acertada. E este Congresso lembrará a cada momento a sua vida, a sua postura, o seu comando, a sua liderança sobre este Partido, a sua condução que nos trouxe até aqui com um crescimento a cada eleição e com um crescimento junto aos movimentos sociais.

Então não temos dúvidas de que a lembrança do comandante Miguel Arraes será tema e pauta deste Congresso. Este Congresso, além das lembranças e das homenagens, também não podia deixar de ser feito neste momento porque estamos vivendo uma das piores crises, ou a pior crise que a nossa República já viveu. É fundamental unificar o discurso, é fundamental unificar as nossas posições, é fundamental que esse coletivo nos oriente na Executiva, nos oriente no Senado, nos oriente aqui na Câmara. Além da crise, temos temas importantes sendo debatidos, que serão decididos agora nos próximos dias, como a reforma política, como a reforma eleitoral, onde temos que tirar posições a cada momento. O PSB deve ir clareando as suas posições. O PSB compreende a necessidade das reformas institucionais. Podemos fazer alguma reforma constitucional, precisamos avançar numa reforma política consistente. Acho que só votaremos uma reforma eleitoral superficial, mas o PSB não pode perder de vista a necessidade de uma reforma política.

Votando agora ou não, temos que ter posição, ou iniciarmos uma tirada de posição com relação a esse tema. Temos que debater o controle dos recursos públicos, temos que debater o nosso comportamento nesse mar de denúncias de corrupção que estamos vendo em diversos momentos da nossa história atual. Temos que debater a política econômica que domina este país, sobre a qual Capiberibe, nosso Senador, já nos deu aqui alguns dados. E o Ministro Ciro Gomes tem outro dado que não custa nada repetir. Nós pagamos nesses seis primeiros meses do ano 60 bilhões de reais com encargos da dívida e nós só investimos pouco mais de 1 bilhão de reais. O Partido não pode, mesmo tendo responsabilidade com a governabilidade, deixar de ter responsabilidade com este país. Mas o PSB tem constantemente marcado a sua posição de discordância pelo pouco investimento com recursos públicos diretos, resultado da política conservadora que vem sendo aplicada ao País.

É nesse ambiente que, mais do que nunca, lembramos a figura de Arraes, que menosprezava até um pouco reformas institucionais e trabalhava sempre pelas reformas sociais, sempre na linha da diminuição das desigualdades regionais. Quantas vezes ouvi as conversas de Dr. Arraes sobre a situação social do Nordeste e de outras regiões menos privilegiadas, quantas vezes ouvimos seus discursos falando das desigualdades sociais no nosso País. É essa reforma social; é a diminuição das desigualdades que este Partido tem que buscar. Esse é um dos desafios.

E outros desafios nos impõe este momento: o desafio de nos diferenciarmos da maioria dos partidos fisiológicos que hoje estão marcados negativamente pela sociedade brasileira. Para nos diferenciarmos, temos que defender as nossas bandeiras, temos que ter posições. É a função nossa neste momento. Arraes defendia a unidade da oposição. Nós, neste momento, temos que defender cada vez mais a unidade das Esquerdas brasileiras, defender a unidade das forças de esquerda, para que não deixemos morrer as nossas bandeiras, para que possamos manter vivas as nossas esperanças e fazer com que o nosso Partido seja uma fonte de expectativa, de esperança para a população tão decepcionada como hoje se encontra.

É com este espírito que estamos realizando o Congresso e com o desafio interno de fortalecer o Partido, de chegar aos 5%, no ano que vem novamente, filiando gente, formando lideranças, é o desafio nosso que hoje está presente na Abertura deste X Congresso Nacional do PSB.

Viva Arraes, vamos à luta, vamos organizar este Partido e vamos fazer com que cada vez mais possamos ser esperança para esse povo brasileiro.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

(Palavras de ordem: de norte a sul e no país inteiro viva o Partido Socialista Brasileiro)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Gostaríamos de anunciar que hoje aconteceram importantes eventos dos movimentos de representação do PSB: o Congresso da Secretaria Nacional de Mulheres, que elegeu a nova Secretária, a companheira Socialista e pernambucana Dora Pires, a quem fazemos aqui uma saudação, que substitui, a partir de dezembro, a companheira Mari Machado.

Também o movimento sindical reelegeu o companheiro Joilson Cardoso, aqui presente em nossa Mesa, a quem parabenizamos. Igualmente, a JSB – Juventude Socialista Brasileira reelegeu o companheiro Josué Freitas. *(Palmas.)* Também o Movimento Popular esteve reunido no seu congresso aqui na Câmara dos Deputados. E o Movimento Negro, que saudamos na pessoa da companheira Jaci Proença. Deve estar presente e a convidamos a compor a Mesa.

Neste momento, temos o prazer e a satisfação de passar a palavra à companheira Deputada Jô Moraes, representante do Partido Comunista do Brasil, para a sua saudação aos congressistas do PSB.

A SRA. JÔ MORAES (Partido Comunista do Brasil) – Gostaria de trazer aqui um abraço especial da direção do meu partido, sobretudo do Presidente Renato Rabelo, à Executiva do PSB, que, de forma corajosa, mantém e realiza este enorme espaço democrático do Congresso em meio a grave crise. E o faço na pessoa do Presidente Roberto Amaral e da minha ex-professora de serviço social, Deputada Luiza Erundina. *(Palmas.)*

Quero cumprimentar os delegados e delegadas deste Congresso, que até pelo seu entusiasmo demonstram a imensa potencialidade que resultará deste Congresso.

Mas peço licença para fazer um cumprimento especial às mulheres do Partido Socialista Brasileiro. Já compartilhei com elas inúmeros desafios da luta de discriminação, estão sempre à frente do seu tempo, apesar das enormes dificuldades que a militância das mulheres traz na vida política. Estou aqui não apenas por um gesto, Presidente Roberto Amaral, um gesto de civilidade política, estou aqui porque para o Partido Comunista do Brasil o Partido Socialista Brasileiro tem tido e tem uma enorme responsabilidade política na história do Brasil. Ele foi parido, foi gestado no ventre da luta democrática de 45 e nasce com um compromisso, com um DNA fundamental de defesa da democracia e defesa do Brasil. E a partir do momento que se reorganiza sob o comando dessa imensa alma humana, que está ausente fisicamente, mas que está presente politicamente, ele assume este compromisso até o fim. Por isso sabemos que em momento como este de grave crise, em que a República mais uma vez sangra nas mazelas do fisiologismo e da corrupção de suas elites, cuja prática contaminou o nosso próprio campo de Esquerda, o PSB tem a coragem de dizer, neste momento doloroso, que as instituições democráticas estão acima de qualquer coisa; nós queremos a apuração, nós queremos a punição, mas nós queremos, sobretudo, que as instituições se mantenham e que a autoridade do Presidente da República possa ser sustentada.

Digo aqui que somos muito irmãos. O nosso ex-Ministro amigo Eduardo está aí nesse compartilhar. Mas somos irmãos do tempo inteiro da história. Quando tinha uma crise no Brasil, a primeira coisa que a direção do PCdoB fazia: vamos trocar idéias com Miguel Arraes. Porque Miguel Arraes não é apenas uma figura política histórica, um símbolo; é uma alma humana cuja única paixão a movê-lo a vida inteira foi este País; foi o desenvolvimento do seu povo. E ele é capaz de ter a generosidade de dizer aquelas palavras que hoje têm um significado muito grande: vamos unir os partidos para unir o povo, porque o povo, ele acreditava, é o único responsável pela transformação da sociedade.

Quero dizer que compartilho a percepção de todos aqueles que aqui se manifestaram; estamos num momento grave. Estamos focados no problema das instituições democráticas, mas o nosso compromisso é muito maior, vai muito mais além; superar o modelo que sangra a sociedade brasileira, que leva toda a riqueza produzida pela nossa gente. É um compromisso fundamental, por isso são tão atuais as palavras do Miguel Arraes: vamos unir os partidos para que se una o povo; para enfrentar essa opressão que os capitais internacionais mantêm sobre o nosso País.

Por isso encerro lembrando um pequeno verso que me traz a figura de Arraes, um pequeno verso de um poeta francês. Ele dizia, e era isso que Arraes dizia:

A minha aventura é a nossa aventura, o meu sol é o nosso sol, partilhemos a vida entre nós, espaço e tempo nos contemplam.

Por isso tenho a certeza de que os delegados e as delegadas sairão daqui, dos livres debates e dos intensos confrontos de idéias que são próprios dos partidos democráticos, com essa capacidade de conduzir junto com outros partidos o nosso povo para novos tempos e novas idéias. (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Dando prosseguimento ao nosso X Congresso Nacional, passo a palavra à companheira, Governadora do Rio Grande do Norte, Wilma de Faria.

A SRA. WILMA DE FARIA (Governadora do Estado do Rio Grande do Norte) – Presidente Roberto Amaral; nosso companheiro Eduardo Campos, na pessoa de quem quero cumprimentar a todos os Deputados aqui presentes; toda a Executiva aqui representada; meus caros Socialistas. Mas quero antes de cumprimentar a todos, cumprimentar também as mulheres, na pessoa da nossa Deputada Federal Luiza Erundina e de Sandra Rosado, e cumprimentar também a Juventude Socialista Brasileira aqui presente.

Resolvi escrever uma mensagem diante da emoção de que todos nós estamos possuídos nesta hora. E para que a emoção não embargue meu pensamento, quero aqui deixar gravado aquilo que sinto nesta oportunidade.

Quis o destino que chegássemos ao dia de hoje, que se faz histórico, trazidos pela saudade e a certeza de que é preciso lutar. Pela primeira vez está faltando ele, pela primeira vez não temos a sua figura iluminada a nos conduzir, as sensatas decisões, a enxergar a liberdade, a irmaná-la com a democracia, por princípio e por destino. Aqui está faltando Miguel Arraes, que nunca faltou a cada um e a todos aqui presentes. O Dr. Arraes, que partiu em um momento difícil da história política do País; ele que tanto fez história, também nos ensinou a humildade ao abrir mão e até permitir uma autocrítica à condição de chefe político e defender mais espaços para as novas gerações de políticos.

Companheiros, sem ele neste Congresso, procuro sintetizar o meu sentimento nesta frase que exprime um instante de crise: O mar de Deus é tão imenso e o meu barco tão pequeno. O nosso barco continuará a navegar, conduzido pelo espírito e a história do grande líder de massa; do nosso grande resistente ao arbitrio. É com emoção verdadeira que lembro Miguel Arraes ao meu lado, quando, naquele momento difícil, poucos estavam conosco. E ele nunca nos faltou. Nestes últimos treze anos, nos meus maiores desafios, vitoriosos ou não, ele esteve comigo. Eu nunca o esquecerei. (Palmas.)

Ao Dr. Arraes dedico estas minhas primeiras palavras e a minha gratidão.

Companheiros e companheiras, há na vida das instituições momentos de alta significação e gravidade, momentos em que, movidos pelas circunstâncias, levados pela conjuntura das efetivas respostas às mais prementes demandas da sociedade, devemos exprimir o nosso ideário com argúcia, destemor, honradez, sensibilidade moral e devotamento às causas públicas, qualidades que nunca faltaram ao saudoso Miguel Arraes.

Estamos vivendo, caros companheiros, um desses momentos especiais, e apesar do desassombro que vejo no rosto dos companheiros e companheiras aqui presentes para enfrentar os desafios que nos são apresentados, devo reconhecer: como ele nos faz falta.

Não tenho dúvidas, porém, de que se estivesse aqui conosco o seu gênio estaria voltado integralmente ao enfrentamento das questões nacionais mais urgentes. Era sem dúvida um nordestino como eu, mas, acima de tudo, um cidadão dedicado inteiramente às causas do Brasil.

O Dr. Arraes era um patriota, um brasileiro genuíno, mais forte a cada sofrimento. Posso imaginá-lo neste momento a dizer: lancemo-nos ao debate. Congressistas do PSB, vamos ao debate, pois é o propósito deste Congresso. O Brasil chegou ao limite do seu maior desafio histórico: ou promove reformas políticas urgentes, ou estará condenado a permanecer estático, vendo se multiplicarem denúncias de corrupção e de desmandos, aliadas a uma visível deterioração das estruturas políticas.

Como chegamos a tal nível? Perguntamos. Como sairemos dessa situação? São perguntas que a sociedade faz a toda hora. A eleição do Presidente Lula foi um sonho sonhado pela sociedade brasileira como um todo, não um sonho dessa ou daquela classe social. Pela primeira vez em nossa história um candidato conseguiu mobilizar as diversas classes sociais, unindo-as em torno de um sonho comum, de paz e redenção social. Esta é a dor maior deste momento. Não podemos permitir que os erros de alguns ponham fim a um sonho. E é o que hoje está em pauta para a nossa profunda tristeza.

O importante, companheiros Socialistas, é que a crise reclama providências. Não podemos simplesmente ficar perplexos, paralisados pelas revelações que não cessam e se agravam dia a dia. A sabedoria popular ensina que do limão da crise se deve fazer uma suculenta limonada. No tempo em que o nosso País era agropastoril, dizia-se: ou o Brasil acaba com a saúva, ou a saúva acaba com o Brasil. Hoje o lema é outro: ou o Brasil acaba com a corrupção, ou corrupção acaba com o Brasil. (Palmas.)

É hora, companheiros, de nos unirmos. O desgaste sistemático das instituições políticas em face das sucessivas e vergonhosas práticas de corrupção estimula a oportunista e hipócrita nostalgia autoritária, e ela se alimenta da escassez de memória da grande parte da nossa sociedade. Convém não esquecer que foi sob a ditadura que a prática da corrupção se sofisticou e se institucionalizou entre nós.

A esse propósito faz parte da história a indignação do lendário Sobral Pinto quando ouviu o Marechal Castelo Branco definir o regime militar de 64 como democracia à brasileira.

Respondendo ao então Marechal Presidente, Sobral Pinto escreveu: não existe democracia à brasileira, existe farofa à brasileira; democracia é universal e dispensa adjetivos. Foi o que ele disse naquela hora. O certo, porém, é que apesar de todos os avanços a partir de 85 e, sobretudo, na nova Constituição de 1988 o nosso sistema político continua disforme. Cada governante, não importa as boas intenções com que chega ao poder, torna-se rapidamente presa e refém da necessidade de construir maioria parlamentar. Os candidatos, sobretudo de partidos menores, também sofrem com o modelo vigente da distribuição do tempo da propaganda. Eu mesma enfrentei esse problema na campanha de 2002, que superei graças ao arrojo em que nos lançamos para promovermos as mudanças que o povo do Rio Grande do Norte reclamava. E como foi decisivo o apoio do Dr. Arraes! Enfrentei estimulada pela sua sabedoria, sua experiência e destemor, as forças tradicionais que faziam do meu Estado uma capitania alternada a cada quatro anos. Poucos acreditavam na minha candidatura, quanto menos na minha vitória. Dr. Arraes, com o brilho dos visionários, antecipou que o sonho era possível.

Tive na minha campanha um minuto de televisão, mas muita garra, muita força, obstinação própria de todos nós que estamos aqui presentes. Soldados de um mundo mais justo, mais fraterno, vencemos a regra injusta, subvertemos a verdade dos prepotentes. Socialista é sinônimo de bravura, Arraes foi coragem, solidariedade, ética, coerência. Com um gesto e profissão de bem, Arraes foi um homem que está aqui gravado na nossa memória e nos nossos caminhos, os caminhos do PSB.

Companheiros e companheiras, falando ainda das reformas, quero dizer que essas questões deixaram de ser aprofundadas logo após a redemocratização do país, porque estávamos diante de outro desafio, que ainda se faz presente, o de promover a justiça social. Sem ela não há democracia. Trata-se de uma questão fundamental que devemos enfrentar para tornar o Brasil um país ao alcance de todos os cidadãos, ou, por outra, um país de cidadãos. Esse era o sonho do Dr. Arraes que não podemos deixar de sonhar. Acredito firmemente que a reforma política, considerada prioritária, mas infelizmente sempre adiada, será um meio de operar essas transformações. Não há mais como fugir a esse dilema. Ou regeneramos a democracia e suas instituições, ou vamos acabar falando sozinho. Precisamos ficar alerta, pois a sociedade está cada vez mais distante das instituições. E isso é péssimo para todos.

Companheiros, sabemos que essa luta não é de hoje. Quando se fez uma revolução em 1930, entre suas principais bandeiras estava o processo de saneamento político e eleitoral brasileiro. Em 64 essa também foi uma das justificativas para o golpe de estado para a interrupção do regime democrático. Agora, contudo, não se invoca o discurso golpista como solução para as enfermidades políticas. Essa é a diferença. Agora, mais do que nunca, sabemos que a única forma de sanear o processo político e as instituições é dentro do processo democrático. Sabemos que dá trabalho, mas é o único caminho. Diariamente, como resultado de uma exposição sem precedentes, as instituições políticas são duramente atingidas. O Congresso, o Executivo, os partidos, todos de alguma forma parecem comprometidos pelas causas e condições da crise.

Por essa razão, meus caros companheiros, é imprescindível uma investigação séria, corajosa pelo Legislativo, pelo Executivo, pelo Ministério Público. Mas sabemos, pelo passado recente, que já houve outras crises e outras punições que mesmo assim não bastaram. Espera-se muito mais dos políticos. As próximas eleições precisam ser realizadas sob novas regras, caso contrário o desgaste vai levar ao ceticismo, vai levar infelizmente à ineficiência da própria democracia, e não podemos deixar que isso aconteça.

Por fim, quero deixar uma mensagem de otimismo. Pertencço a um partido que me torna otimista em relação ao Brasil apesar de tudo. Estou certa de que sairemos engrandecidos das dificuldades atuais, por mais dolorosas que sejam as providências reclamadas. O dia de hoje é histórico e a história é irmã do tempo, não pára. Continuaremos vivos, ativos, militantes, todos nós companheiros da Executiva, todos nós militantes do PSB, socialistas de sangue e de ideal como o Dr. Arraes em vida nos ensinou.

Muito obrigada e viva o PSB de Dr. Arraes! Muito obrigada a todos vocês. (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Companheiros e companheiras do Partido Socialista Brasileiro, estamos nos aproximando do final desta sessão inaugural do X Congresso Nacional do PSB, e teremos em seguida um segunda sessão para aprovação do regimento do congresso extraordinário, que se dará amanhã, e do X Congresso, que se dará no domingo. Antes, porém, de passar a palavra ao último orador desta sessão, gostaria de registrar com satisfação a presença do companheiro do Ceará Carlos Veneranda, Vice-Prefeito de Fortaleza, a quem solicito compor a Mesa conosco.

Neste momento, tenho também a honra de passar a palavra ao grande companheiro e distinto amigo, jovem político pernambucano que honra as tradições libertárias, revolucionárias e políticas do Estado de Pernambuco, neto do inesquecível companheiro Miguel Arraes. Com a palavra Eduardo Campos.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS – Meu prezado Presidente do PSB Roberto Amaral, na pessoa de quem cumprimento todos os companheiros da Executiva Nacional do nosso Partido. Minha prezada Governadora Wilma de Faria; meu prezado Líder no Senado Federal, Senador Capiberibe; meu prezado companheiro Senador Valadares, Presidente da Comissão de Ação Social do Senado Federal; meu companheiro Líder na Câmara dos Deputados Renato Casagrande, na pessoa de quem cumprimento a todos os companheiros da nossa Bancada aqui presentes; meu prezado Ministro Sérgio Rezende; meus companheiros da Juventude Socialista Brasileira; meus companheiros do movimento sindical; do movimento de mulheres do nosso Partido; do movimento popular; os companheiros da luta pela construção de um país soberano; os companheiros do PCdoB aqui representados pela companheira Jô Moraes; meus prezados vereadores, deputados estaduais, militantes do nosso

Partido. Permitam-me também saudar aqui os artistas do nosso Partido e uma figura tão admirada por nós Socialistas como é o cineasta Nelson Pereira dos Santos. Meu caro Vice-Governador de Alagoas; meus caros prefeitos, a quem cumprimento na figura desse combativo Prefeito Ricardo Coutinho, de João Pessoa; meus amigos e minhas amigas. Quero cumprimentar também a Ana, Nena e Marcos Arraes que aqui representam a família do Dr. Arraes.

Quero, em primeiro lugar, agradecer a solidariedade da militância do nosso Partido, a solidariedade, a liderança, o trabalho e o desafio do Dr. Arraes ao longo da sua permanência no comando do nosso Partido. Quero agradecer a fraternidade que ele recebeu dessa militância dos quatro cantos deste país ao longo da sua última batalha. Quero aqui, depois desse agradecimento, registrar e agradecer, tal como fiz terça-feira passada, na primeira reunião da Executiva, a postura correta, elevada, à altura da nossa biografia, que o nosso Presidente Roberto Amaral teve ao longo da interinidade. Quero dizer que esse padrão dá confiança a todos nós militantes do PSB ao vê-lo completar esse mandato, lembrando que ele foi, junto com o Dr. Arraes, delegado pela base do nosso Partido.

Quero dizer aos companheiros que muitos aqui falaram em tempos difíceis; da dificuldade do País e da dificuldade do nosso Partido. É verdade que vivemos essas dificuldades com uma democracia jovem que muitos de nós ajudamos, de uma ou de outra forma, a construir no Brasil; uma democracia adolescente, cheia de falhas, cheia de remendos colocados ao longo desses vinte anos pela elite brasileira, que sempre que mudou a legislação eleitoral brasileira mudou no sentido de preservar os seus interesses, seja nos pacotes que fez ao longo do processo de abertura, seja nas mudanças intempestivas do processo e da regra eleitoral. Essa elite sempre cuidou de arrumar regras para que a vontade do povo e o sentimento da população não se fizesse expressar nas urnas de maneira a se aproximar do sentimento das ruas. O voto vinculado, o gesso sobre as leis eleitorais, em curtos mandatos, em longos mandatos, trata-se de reeleição sempre ao sabor do poder do dia que representa o poder das oligarquias e das grandes estruturas que comandam ainda este país.

Vivemos essa crise no momento em que a elite já havia preparado uma reforma política lá atrás porque via se esgotar o modelo eleitoral traçado ainda na ditadura, quando desenharam partidos, dificultaram a unidade dos partidos na luta pela redemocratização. E o ciclo se fecha, parece-me. E entendeu dessa forma a maioria existente no Congresso passado, quando eles enxergavam a perspectiva de que o partido escalado para fazer oposição estava na iminência de chegar ao Governo. E pensaram uma regra eleitoral que a partir de 2006 todo esse sentimento que trazemos aqui nas nossas cabeças e nos nossos corações

vai ter que estar representado por cinco ou seis partidos. Aí a crise se agrava porque nós temos a dificuldade de compreender como vamos superar a crise na luta política, engessada pela vontade de uma elite que quer ver cinco ou seis sentados à mesa das decisões do rumo do povo brasileiro. Porque se formos falar francamente entre nós, essa crise que está aí instalada há 90 dias na mídia se soma a uma crise muito mais grave, que não está na mídia, mas está no nosso cotidiano, que é a crise da fome, da violência, do desemprego, da exploração, do preconceito, do esmagamento, de se roubar vidas e de se roubar sonhos.

Somam-se duas crises. Essa outra se agrava porque passamos a saber dela, mas ela já existia no sistema eleitoral brasileiro. E é importante que se agrave, porque uma das formas de se enfrentar crises é precisamente quando se agravam, na hora em que chocamos a opinião pública e cobramos do povo brasileiro a mesma disposição que o nosso bravo povo enfrentou e demonstrou em outros momentos, quando esteve à frente de suas lideranças e fez avançar o processo histórico do Brasil. Esse momento grave não teve a colaboração do PSB. O PSB não votou para engessar a lei eleitoral; o PSB teve a coragem de apresentar um projeto de governo em 2002, que era avançado do ponto de vista econômico, e uma candidatura que tinha dificuldade de representar aquele pensamento, que é o do nosso Partido, mas que expressou esse pensamento. E os preconceitos vieram sobre nós. Muitos companheiros foram na onda e abandonaram o discurso. E o Dr. Arraes foi duro e ao mesmo tempo generoso, compreendeu que a leitura daquele momento não era fácil para ser feita a todos.

Nessa hora o PSB pode olhar para os seus companheiros e dizer que nós pregamos mudanças não é agora, nós pregamos mudanças desde a hora difícil de disputar a opinião pública, de enfrentar incompreensões. O PSB também não colaborou de forma alguma com o governo para que houvesse esta crise. O PSB colaborou com a presença do Ministro Roberto Amaral, com a nossa presença, com a presença do Sérgio e agora com a presença do Ciro, para que o governo encontre o caminho de ser o governo do desenvolvimento do país; da afirmação da Nação brasileira. Compreendemos que a Esquerda brasileira não pode se dividir entre quem está no governo e quem está fora do governo. Nós temos que ser; o PSB tem que ser, a linha que vai costurar o diálogo do campo progressista brasileiro além da crise, porque senão seremos caudatários da tática e da estratégia daqueles que entregaram este País.

Temos que ter a capacidade - e não é fácil - de entender o momento presente nessa dimensão; na dimensão de que a indignação que nos toca e toca a nossa militância, a nossa juventude, os trabalhadores organizados do nosso Partido, ela cabe na biografia da militância Socialista. Mas essa indignação não

cabe na biografia de figuras conhecidas no patrimonialismo desse Estado, que se apropriaram, que fizeram a sua vida toda à sombra do poder; que venderam 75% do patrimônio nacional. A nós cabe a indignação; ao povo brasileiro, mas essa bandeira da indignação não vamos sentar como alguns companheiros sentam, de forma equivocada, legitimando biografias que entristecem o povo brasileiro; figuras que arrepiam aqueles que lêem a nossa história ou que partilharam a história do povo.

Temos que ter a compreensão de que não é um momento de bravatas nem um momento fácil de equilibrar essas coisas, mas se formos beber na história, se formos beber na história da luta do povo brasileiro, vamos compreender os erros e equívocos que cometemos em determinadas quadras, vamos ver os acertos de hoje. E aí a falta que o Dr. Arraes nos faz é exatamente a experiência de alguém que ao longo de cinquenta anos – hoje eu dizia a nossa juventude – ao longo de cinquenta anos foi um político que pôde sair dentre nós e sair com o respeito do povo mais sofrido da sua terra, com coerência, sempre pensando no povo e na construção da Nação, quando muitos falavam que o Estado nacional estava superado. Como pode estar superado o estado nacional em um país que tem 40 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza; como pode estar superado isso que é um sonho de muitos e muitos, sonhado por ele e que ainda vai ser sonhado por muitas gerações.

Temos a compreensão de que Dr. Arraes também na sua vida nos deixa uma lição de força, de força para atravessar os bons momentos e de força e perseverança para atravessar os momentos difíceis que o nosso povo no cotidiano enfrenta todo dia, a se levantar de manhã bem cedo e não saber o que vai dar aos meninos e não perder o equilíbrio. Temos que ter o equilíbrio.

E outra lição importante na caminhada do Dr. Arraes é a capacidade de construir a unidade; não a unidade em torno de nomes e candidaturas, mas a unidade em torno de um pensamento, porque essa é a unidade verdadeira; essa é a unidade que fica, a unidade que transforma. É possível fazer essa unidade? É sim porque a rua olha para o PSB com uma grande expectativa, a rua sabe que a luta do povo vai continuar, porque enquanto tiver fome, terra concentrada, desemprego, violência, vai ter gente na rua querendo mudar. E temos que estar na rua ao lado dessa luta. E o PSB pode se apresentar, desde que não herde nem queira herdar os vícios, os vieses e queira se apresentar ao povo brasileiro como o dono da verdade ou o dono da vontade do povo. Temos que compreender que não é hora de substituir ou herdar, é hora de superar a forma com que muitos fizeram política neste país. E só vamos superar se não formos o recanto de viúvas. O recanto de viúvas não cabe ao PSB, o PSB será

este que é, com suas divergências, mas, sobretudo, com a sua capacidade fraterna de construir a unidade em torno de um pensamento que anime o nosso povo.

Arraes se foi, perdemos tudo, mas nós não perdemos a esperança de ajudar o Brasil a ser outro. Temos essa esperança dentro de nós. Essa é a homenagem que podemos prestar a ele: dizer a essa juventude que política não é coisa feia como eles querem mostrar, como eles tentaram mostrar – eu dizia hoje à juventude – há cinquenta anos, quando jovens como Roberto Amaral e Miguel Arraes iam às ruas brigar por “o petróleo é nosso”, e a elite publicava nos jornais brasileiros que era um absurdo um país pobre como o nosso pensar em ter uma Petrobras. Cinquenta anos depois, o Brasil é auto-suficiente em petróleo, exporta tecnologia e mostra que quando esse povo tem a oportunidade esse povo brasileiro é mágico; é melhor do que qualquer outro. Nós temos a capacidade de dar exemplos e exemplos de que eles todas as vezes tentam deprimir o povo. Um povo deprimido não faz mudança; um povo deprimido é presa fácil da elite com seus instrumentos de poder; um povo animado, não, ele vence obstáculos e faz o que muitas pessoas não têm a capacidade de sonhar que seja possível fazer.

Nós temos uma tarefa, a de animar o nosso povo e mostrar que o Brasil vai sair dessa crise melhor do que entrou, vai expor as suas vísceras, o PSB vai cobrar as apurações, mas o PSB além de cobrar apurações vai pensar no amanhã, para que ele possa ser um instrumento onde o povo se sinta representado, onde essa luta que vem de longe esteja representada.

Sei que esse tempo vai exigir, como disse o Amaral, que todos nós nos sintamos com essa responsabilidade, desde a base, no município mais distante deste país, até as direções estaduais e a direção nacional, todas unificadas em torno do pensamento que geramos nesses debates nos nossos congressos, e essa unidade vai permitir que possamos dizer ao povo brasileiro, como o Dr. Arraes disse, citando o poeta Carlos Drummond de Andrade:

Aqui estão os Socialistas, com as duas mãos, o sentimento do mundo, com muita saudade, mas com uma vontade enorme de continuar servindo ao Brasil.

Arraes vive! (Palmas.)

(Palavras de ordem: PSB prá frente, Eduardo Presidente)

O SR. ROBERTO AMARAL (Presidente Nacional) – Meus amigos, quero agradecer aos que realizaram os congressos municipais e estaduais; aos delegados presentes que vieram para este Congresso. Quero agradecer às bancadas federais; aos companheiros e companheiras vereadores; aos companheiros e companheira prefeitos; aos deputados estaduais; a todo o Partido e aos que acorreram a esta sessão. Agradeço a presença dos nossos

colegas representantes do Pcdob; agradeço à juventude, aos sindicalistas, às mulheres, aos companheiros do movimento social, a todos os que fazem e farão o nosso Partido.

Para poder encerrar este ano, que tem o significado de abrir o Congresso e de prestar nossa homenagem ao Dr. Miguel Arraes, solicito que todos fiquem de pé comigo para observarmos um minuto de silêncio.

(Faz-se um minuto de silêncio em homenagem a Miguel Arraes)

Obrigado.

Arraes vive! *(Palmas.)*

O SR. ROBERTO AMARAL (Presidente Nacional) – Pedimos aos colegas delegados que não se ausentem, porque, ato contínuo ao desfazimento desta Mesa, vamos dar início à segunda sessão desta noite para aprovação dos regimentos do Congresso Extraordinário, que se dará amanhã, e do X Congresso Nacional do PSB.

Portanto, que os delegados permaneçam. E aos convidados os nossos agradecimentos. A Mesa será desfeita e logo refeita uma nova Mesa para iniciar a segunda sessão desta noite.

Reunião Preparatória

19 de agosto de 2005

Aprovação dos Regimentos do Congresso Nacional Extraordinário Revisional do Estatuto e do X Congresso Nacional do PSB



Membros da CEN e da Mesa diretora do X Congresso



O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Vamos iniciar a segunda sessão do X Congresso Nacional do PSB.

Convidamos o Presidente, companheiro Roberto Amaral, para tomar assento à Mesa. Precisamos aprovar dois regimentos: o Regimento do Congresso Nacional Extraordinário Revisional do Estatuto e o Regimento do X Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro.

Com a palavra o presidente da sessão, o companheiro Roberto Amaral.

O SR. ROBERTO AMARAL (Presidente Nacional) – Dou início à Sessão Preparatória do Congresso. Nesta Sessão vamos aprovar as propostas dos dois regimentos: o Regimento do Congresso Extraordinário, que vai fazer a revisão do Estatuto, e, em seguida, a proposta do Regimento Interno do X Congresso Nacional do PSB. Como ambos foram distribuídos, partimos do pressuposto de que são conhecidos.

Vamos adotar o seguinte critério: o Primeiro-Secretário vai fazer, lentamente, a leitura das duas proposta, uma a uma. Vamos apreciar primeiro a proposta de Regimento Interno do Congresso Extraordinário, aquele destinado à revisão do Estatuto. À proporção que o companheiro Secretário for lendo, aqueles que discordarem do dispositivo pedirão destaque. Aqueles artigos, parágrafos ou incisos que não forem destacados, consideraremos automaticamente aprovados. E a votação sobre cada destaque, se ocorrer, terá apenas dois encaminhamentos: um contra e um a favor.

Passo a palavra ao Primeiro-Secretário Carlos Siqueira, que procederá à leitura.

O SR. (Não-identificado) – Tenho um encaminhamento que talvez até nos ajude a ganhar tempo. Todos nós quando nos credenciamos recebemos uma pasta com o regimento interno do Congresso a ser proposto. Pressupõe-se que cada um de nós leu esse regimento.

A minha proposta de encaminhamento é se por acaso alguém aqui discorda que ele seja aprovado na forma em que foi proposto. Se por acaso a maioria aprovar como foi proposto, vamos poupar tempo e trabalho.

O SR. ROBERTO AMARAL (Presidente Nacional) – Quem decide é a Mesa. O encaminhamento foi dirigido à Mesa. Vamos manter este procedimento.

O SR. (Não-identificado) – Quero um encaminhamento na primeira questão. Aqui há diversos companheiros observadores, que são filiados, estão com a carteirinha, então o primeiro destaque é que não apenas os de crachá, mas os que forem regularmente filiados ao Partido também possam fazer destaques no Congresso e não apenas os do crachá.

O SR. ROBERTO AMARAL (Presidente Nacional) – Só os delegados.

O SR. (Não-identificado) – Presidente, a minha questão é muito simples e extremamente importante. A proposta de regimento interno se baseia em questões que foram colocadas pela Executiva Nacional. Nós de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul temos outras discussões do regimento interno que não são as que foram colocadas pela Nacional. Quero saber como é que a Mesa do Congresso vai conduzir esse processo. A nossa proposta, por exemplo, é suprimir o art. 5º...

O SR. ROBERTO AMARAL (Presidente Nacional) – Quando chegar no art. 5º você pede destaque, meu amigo!

O SR. (Não-identificado) – Não senhor, senão não vai haver essa discussão. Temos outras discussões do regimento, que não são as colocadas aqui!

O SR. ROBERTO AMARAL (Presidente Nacional) – Você acabou de dizer que tem uma emenda ao art. 5º. É do estatuto ou é do regimento?

O SR. (Não-identificado) – O Estatuto veda que se discuta outras questões senão as colocadas pela Executiva Nacional e nós queremos discutir outras.

O SR. ROBERTO AMARAL (Presidente Nacional) – O companheiro não aprova, o companheiro vota contra!

O SR. (Não-identificado) – Então está bem.

O SR. ROBERTO AMARAL (Presidente Nacional) – O Primeiro-Secretário procederá à leitura e aqueles dispositivos que não merecerem destaque serão considerados aprovados.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – *Proposta de Regimento Interno do Congresso Extraordinário do PSB, da Sessão de Abertura e do Temário do Congresso Extraordinário.*

Art. 1º - O Congresso Extraordinário do Partido Socialista Brasileiro, PSB, será realizado no dia 20 de agosto de 2005, no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, no horário de 9 às 18h, em Brasília – Distrito Federal.

Parágrafo Único. O Congresso Extraordinário do PSB discutirá e deliberará sobre proposta de reforma do Estatuto.

1. Altera o Capítulo XXI do Estatuto Partidário para cumprimento da Resolução nº 21.841 do Tribunal Superior Eleitoral.

2. Inclui o parágrafo único ao art. 8º.

3. Inclusão do § 5º ao art. 9º.

4. Inclusão de parágrafo único ao art. 20.

5. *Supressão do parágrafo único do art. 21.*

6. *Alteração do art. 23.*

7. *Alteração do parágrafo único do art. 26*

8. *Art. 44 e seus §§ 2º e 3º.*

9. *Inclusão de §§ 1º e 2º ao art. 46*

10. *Inclusão de §§ 1º e 2º ao art. 60*

11. *Altera o art. 69, acrescenta a artigo ao capítulo das disposições transitórias fixando regra sobre o mandato dos diretórios eleitos no ano de 2005*

12. *Acrésceta artigo ao capítulo das disposições finais e transitórias, fixando condição para os diretórios que não realizarem congressos partidários em 2005*

13. *Acrésceta artigo ao capítulo das disposições transitórias estabelecendo cláusula de desempenho eleitoral para as sessões estaduais do Partido*

14. *Criação e eleição de comissão de redação, adaptação e sistematização dos estatutos e regimento interno do PSB em razão das alterações estatutárias aprovadas*

Art. 3º - A Mesa Diretora do Congresso será composta pelos Membros da Comissão Executiva Nacional.

Art. 4º - Na abertura dos trabalhos, este regimento interno será submetido à deliberação e aprovação do plenário de delegados do Congresso Extraordinário à apresentação de emendas.

Na parte de apresentação de emendas, pediria dispensa da leitura. Passo para o capítulo das disposições finais.

Art. 9º - A Executiva Nacional nomeará os membros da comissão de credenciamento do Congresso Extraordinário.

Parágrafo único. Da decisão da comissão de credenciamento cabe recurso ao Plenário.

Art. 10 – O credenciamento dos delegados ao Congresso Extraordinário dar-se-á a partir das 14h30min, do dia 19 de agosto, no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados.

Parágrafo único. Os delegados titulares que não realizaram o credenciamento até as 18h do dia 19 de agosto poderão ser substituídos pelos respectivos suplentes, os quais poderão ser credenciados das 8 às 10h do dia 20.

Art. 11 – Quaisquer que sejam as alterações estatutárias deverá ser observada obrigatoriamente a integralidade do mandato dos atuais diretórios e comissões executivas municipais, estaduais e nacional.

Art. 12 – Os casos omissos serão decididos pela Mesa do Congresso, cabendo recurso ao Plenário.

O SR. ROBERTO AMARAL (Presidente Nacional) – Qual é a emenda

do art. 1º?

O SR. (Não-identificado) – A primeira questão do art. 1º é que estamos num momento que já foi expressamente discutido aqui na Abertura. A minha sugestão é que não dá para esta militância discutir. É importante, mas dá para passar a régua nessa discussão, até porque todos já conhecem as alterações, no máximo até as 13h, e que a partir das 15h abramos a discussão sobre a conjuntura atual. Então não dá para matar um dia apenas discutindo uma questão de legislação partidária.

Portanto, o destaque é que comecemos amanhã, a partir das 15h, a discussão política deste Congresso. Não dá para fazer de conta que estamos fazendo congresso.

O SR. ROBERTO AMARAL (Presidente Nacional) – Companheiros, só uma explicação: estamos conscientes disso. O que não fizemos foi nos amarrarmos. Inclusive pretendíamos começar a discussão hoje para ganharmos tempo. O nosso projeto é dar maior tempo. Agora, pretendemos inclusive correr amanhã, à medida que houver menos destaques mais tempo teremos para correr; agora, acho melhor assumirmos esse compromisso de correr e assim que terminar começarmos a discussão, do que amarrarmos no dispositivo que pode ocorrer um atraso. Não está no controle nem da Mesa e nem do Plenário termos problemas jurídicos amanhã de votar o Estatuto depois do prazo estabelecido pelo Regimento. É uma ponderação que estou fazendo para os companheiros. *(Palmas.)*

Companheiro Juliano, inciso XIV do art. 2º.

O SR. JULIANO – Companheiro Presidente, primeiro a saudação aos congressistas. Na verdade, o que queremos é uma inclusão do nº 15 entre as propostas, com a seguinte redação: *Outros dispositivos propostos pelos delegados.*

Justifico isso, Presidente Amaral, porque temos depois no art. 5º uma limitação, que no entendimento do congresso do Estado do Rio Grande do Sul, não considerou alterações importantes que o nosso estatuto tem que ter em artigos que aquela proposta da direção nacional não contemplou; ou seja, não pode esse congresso significativo do nosso Partido deixar de acatar, de acolher e de apreciar propostas gestadas nos estados, com discussão nos congressos, aprovadas nos congressos e que inclusive, Presidente, constam no caderno de teses. A proposta do Rio Grande do Sul que consta do caderno de teses tem como abertura a extinção do art. 5º. Portanto, para permitir esta extinção queremos a inclusão do nº 15, dizendo que outros dispositivos propostos pelo delegados possam ser apreciados democraticamente por este Congresso. Isso não prejudica nenhuma proposta já feita pela direção nacional, simplesmente permite aos demais delegados trazerem à apreciação deste Congresso as suas

sugestões e as discussões de todos os estados, de todos nós que viemos até aqui com muita vontade de construir este Partido.

Obrigado, Presidente.

O SR. ROBERTO AMARAL (Presidente Nacional) – Tem a palavra o Relator para contraditar.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Companheiros, quero pôr-me de acordo com o companheiro Juliano quanto à necessidade de fazermos outras alterações no Estatuto. Entretanto, para isso, deveremos oportunamente convocar um congresso estatuinte no momento oportuno.

Veja bem, há questões de aspecto legal. Quando você convoca um congresso para mudar o estatuto, você tem que dizer o que quer mudar. Estamos fazendo este Congresso para uma pequena revisão do Estatuto, provocada por uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral, que nos deu prazo para que realizássemos este Congresso, para adaptarmos o nosso Estatuto à Resolução 20.841.

Portanto, qualquer alteração terá que ser anunciada previamente, para que os militantes, como souberam das alterações que estão sendo feitas, apresentassem emendas se fosse haver mudanças.

Portanto, a nossa proposta, como Relator, é pela manutenção do texto, com todo o respeito, e com a concordância inclusive em parte, para que possamos processar essa mudança no congresso estatuinte a ser futuramente convocado.

O SR. ROBERTO AMARAL (Presidente Nacional) – O companheiro fez uma proposta e ela foi contraditada. Todos nós entendemos, o companheiro foi brilhante, mas vamos pôr em votação. O ruído não ajuda em nada o debate democrático.

O SR. JULIANO – Presidente, permita-me fraternalmente discordar do nosso Secretário Carlos Siqueira. Não é verdade que estejamos cumprindo legislação eleitoral; não há legislação eleitoral que mande alterar mandato de direção; não tem nenhuma legislação eleitoral que diga que tem que alterar para três anos, nobre Secretário. Isso também está sendo proposto. Há uma proposta que no nosso conhecimento sequer passou por votação da Executiva Nacional. Há uma votação de uma comissão que organizou uma proposta de emenda, caro Presidente.

Então, fraternal e democraticamente, o que este Congresso tem que fazer é apresentar emendas. E não queremos apresentar emendas neste momento que impedissem os companheiros de conhecê-las antes. Elas estão apresentadas já

no caderno de emendas, coordenado por V.Sa. Ou seja, o que queremos trazer à discussão do Rio Grande do Sul e de tantos outros estados, que certamente fizeram esse debate, é o que já consta do caderno de emendas, já fizemos esse debate abertamente. Não é verdade que estamos cumprindo, até porque não há legislação eleitoral que mande suprimir movimentos, como constava da proposta da Executiva, ou seja lá de que forma tenha sido.

Então, caro Presidente, quero que seja submetida ao Plenário essa apreciação, mas gostaria de fraterno e respeitosamente, contraditar o Secretário Carlos Siqueira.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Estamos sim cumprindo uma determinação do Tribunal Superior Eleitoral, que pela Resolução 20.841 determinou prazo para que fizéssemos alterações estatutárias. Isto é absolutamente verdadeiro.

Agora, aproveitando isso, decidi a Executiva sugerir algumas outras mudanças. As mudanças que foram sugeridas foram publicadas, para que sobre elas houvesse emendas. E foram apresentadas emendas às propostas da Executiva Nacional, que aqui serão discutidas amanhã.

Outra coisa que agrego a esse argumento é que do ponto de vista legal, quando você vai fazer mudanças estatutárias, você tem que se submeter aos ditames da lei. Se amanhã eu for registrar no Cartório de Títulos e Documentos mudanças estatutárias que não estejam previstas na convocação do Estatuto, o cartório irá registrar.

Portanto, seria uma perda de tempo que processássemos uma discussão e uma mudança sobre dispositivos estatutários para os quais este Congresso não foi convocado para fazer a alteração.

O SR. ROBERTO AMARAL (Presidente Nacional) – Consideramos que este Plenário está esclarecido, vamos por em votação.

Os delegados que forem favoráveis à manutenção do texto levantem o crachá. Os companheiros que forem favoráveis à alteração proposta levantem os crachás.

Mantido.

Companheira Irani, art. 5º.

A SRA. IRANI – Boa noite à Mesa, ao Plenário, infelizmente restou prejudicado o meu apontamento no art. 5º porque nós do Estado do Rio Grande do Sul não concordamos com a reforma proposta. Entendemos que ela é autoritária e que não podemos defender a democracia só quando ela nos beneficia; temos que ser abertos ao debate e temos que aceitar as posições que vêm da base. À folha 30 do caderno de emendas tem a rejeição do Estado do

Rio Grande do Sul acerca desse “exclusivamente” posto no art. 5º. A proposta era para a retirada e que ele se encerrasse na palavra “emenda”.

Os filiados no gozo dos seus direitos estatutários poderão apresentar emendas.

Isto o Estado do Rio Grande do Sul entende que é democracia.

Muito obrigada.

O SR. ROBERTO AMARAL (Presidente Nacional) – Está prejudicado.

Gidelson, parágrafo único.

O SR. GIDELSON – Companheiros, pediria licença inicialmente aos companheiros da Mesa. Para aqueles que não me conhecem, tenho dezesseis anos no PSB, fui da direção nacional, de 90 a 93 fui coordenador nacional de juventude e quero aqui, em nome da militância, defender que o credenciamento se prorrogue até amanhã às 11h, para que esses companheiros que estão vindo de longe, de carro, pelas estradas esburacadas deste país, possam se credenciar.

Portanto, peço a sensibilidade de respeitar esses companheiros que estão chegando, para que estendamos o credenciamento dos delegados até as 11h de maneira que não tenham frustrado esse direito.

Mais uma questão, companheiros. O estatuto é claro. Estou surpreso porque o art. 12 é claro. Todo filiado em dia com o estatuto do Partido pode participar de todos os fóruns. Uma coisa é direito a voto. Imaginem aqui vice-prefeito, prefeito que por acaso não quis sair delegado; até o Ministro Ciro Gomes, se por acaso não se elegeu delegado, não terem o direito de expressar a sua opinião política aqui.

Então, o filiado em dia com o estatuto, está claro neste estatuto que pode se manifestar, não apenas delegado.

Portanto, quero que a Mesa tenha esse esclarecimento e que passe a todos se o filiado em dia com as questões estatutárias pode ou não se posicionar neste Congresso, porque aí complica realmente a nossa democracia interna.

O SR. ROBERTO AMARAL (Presidente Nacional) – A proposta do parágrafo único é de estender mais o prazo de credenciamento. A Mesa é favorável. Perguntamos se o Plenário é favorável.

Então, com as emendas, está aprovada a proposta de regimento.

Vamos agora discutir a proposta de Regimento Interno do X Congresso Nacional. Terá o mesmo sistema. Será feita a leitura, o que não for destacado tem-se como aprovado. Pedido de destaque a cada leitura de artigo ou inciso.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Peço permissão ao Plenário para passar a ler a partir do art. 2º, uma vez que o 1º o assunto nele mencionado já aconteceu, que foi o ato político de abertura.

Art. 2º - O X Congresso Nacional do PSB discutirá e deliberará sobre o seguinte temário:

- 1. A posição do PSB relativamente ao projeto de reforma política*
- 2. A posição do PSB frente ao projeto que trata da reforma sindical*
- 3. Proceder à eleição dos novos membros do Diretório Nacional, dos Conselhos de Ética e Fiscal e dos Delegados junto ao Tribunal Superior Eleitoral*

O SR. ROBERTO AMARAL (Presidente Nacional) – Destaque para mim no item III do art. 2º.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – *Art. 3 – A Mesa Diretora do Congresso será composta pelos membros da Comissão Executiva Nacional.*

Art. 4 – Na abertura dos trabalhos, este Regimento Interno será submetido à deliberação e aprovação do Plenário de Delegados do X Congresso

Capítulo 2º - Da escolha de delegados.

Essa parte da escolha de delegados, que vai do art. 5º até o art. 11 está vencida porque, inclusive, não pode ser alterada porque ela é do Regimento Interno nacional do PSB. Portanto, passaremos à leitura do capítulo 3º.

Da apresentação de teses ao Congresso.

Art. 12 – As teses apresentadas ao Congresso deverão ser aprovadas nos congressos estaduais de origem de seus respectivos autores

Art. 13 – As teses a que se refere o artigo anterior deverão versar necessariamente sobre os assuntos pertinentes a um dos temas do X Congresso

§ 1º - As teses deverão ser escritas em no máximo setenta linhas e se aprovadas pelo congresso estadual do autor serão publicadas no caderno de teses do X Congresso

§ 2º - As teses deverão ser encaminhadas à Primeira-Secretaria Nacional do Partido no máximo até as 18 h do dia 4 de agosto.

Capítulo 4 – Do Plenário do X Congresso

Art. 14 – A discussão do temário do X Congresso será realizada em plenária única no período de 9 às 13h.

Parágrafo único. Das 9 às 11h os delegados discutirão e deliberação sobre a reforma política. De 11 às 13h discutirão e deliberarão sobre o projeto de reforma sindical.

Art. 15 – A partir das 14h30min será iniciada a votação para a escolha do Diretório Nacional.

Capítulo 5 – Da inscrição de chapas e da eleição do Diretório Nacional

Art. 16 – As inscrições de chapas para o Diretório Nacional deverão ser realizadas até 18h do dia 18 de agosto perante a Primeira-Secretaria Nacional.

§ 1º - Somente poderão ser aceitas inscrições de chapas completas com as nominatas de sessenta titulares e dezoito suplentes ao Diretório Nacional, além de nomes para os Conselhos de Ética e Fiscal.

§ 2º - Os nomes constantes de uma chapa não poderão figurar em outra.

Art. 17 – Após verificar se os pedidos de inscrição estão de acordo com as normas estatutárias e regimentais, a Mesa Diretora do Congresso decidirá sobre o registro das chapas e comunicará a sua decisão ao Plenário durante a Abertura do Congresso.

Parágrafo único. Da decisão da Mesa sobre o registro de chapas caberá recurso ao Plenário.

Art. 18 – A composição do Diretório observará obrigatoriamente cada uma das chapas que obtiver mais de 10% dos votos válidos. Para esse efeito observar-se-á a ordem rigorosa dos nomes de cada chapa.

Art. 19 – Havendo mais de uma chapa concorrendo ao Diretório Nacional, haverá uma votação com cédulas, que deverão conter o nome de cada chapa na ordem em que for sorteada.

Parágrafo único. Havendo apenas uma chapa inscrita, a votação poderá ocorrer por aclamação. Havendo votos contrários e/ou abstenções, eles serão registrados em ata.

Art. 20 – As mesas de votação serão constituídas por três mesários indicados pela Mesa do Congresso.

§ 1º - Cada chapa indicará fiscal para acompanhar os trabalhos de votação e de apuração.

§ 2º - O delegado deverá apresentar, na hora da votação, um documento oficial de identidade que contenha a fotografia do eleitor.

Art. 21 – Eventuais impugnações serão apreciadas e decididas pela Mesa do Congresso, cabendo recurso ao Plenário.

Capítulo 6 – Das disposições finais.

Art. 22 – O credenciamento dos delegados ao X Congresso terá início às 14h do dia 19 de agosto.

Parágrafo único – Os delegados titulares que não realizarem o credenciamento até as 18h do dia 19 poderão ser substituídos pelos respectivos suplentes, os quais poderão ser credenciados das 8 às 10h do dia 20.

E se consideramos que a votação anterior à proposta adaptará esse regimento também. É um ponto comum, já fica alterado.

Art. 23 – A Executiva Nacional nomeará os membros da comissão de credenciamento do X Congresso.

Parágrafo único. Da decisão da Comissão de Credenciamento cabe recurso ao Plenário.

Art. 24 – A Comissão de Credenciamento poderá indeferir a inscrição de delegados que não estejam de acordo com as normas estatutárias e regimentais do PSB, especialmente de filiados que eventualmente não estejam em dia com as suas contribuições partidárias.

Parágrafo único. Da decisão da Comissão de Credenciamento que negar a inscrição de delegados cabe recurso em caráter terminativo à Mesa do Congresso.

Art. 25 – As deliberações e a eleição dos membros do Diretório Nacional serão adotadas por maioria absoluta de votos.

Art. 26 – As resoluções do X Congresso serão publicadas na forma de memorial no prazo de 30 dias após a realização do evento.

Art. 27 – Os casos omissos serão decididos pela Mesa do X Congresso, cabendo recurso ao Plenário.

Art. 28 – Este Regimento entra em vigor a partir do momento de sua aprovação pelos Delegados do X Congresso Nacional do PSB.

O SR. ROBERTO AMARAL (Presidente Nacional) – O primeiro destaque é meu. Pedi destaque ao art. 2º, em seguida, pedi também o Joilson, o Ribamar e a Solange; e o Gidelson e eu pedimos para o art. 14.

Considero o 2º e o 14 conexos e considero o 14 conseqüente do 2º. Se alterarmos o 2º automaticamente estará alterado o 14.

Então vou juntá-los para fazermos uma discussão só.

A minha emenda, como está aqui a posição do PSB relativamente ao projeto de reforma política, a posição do PSB frente ao projeto que trata da reforma sindical e o resto é eleição. Nós não vamos discutir a conjuntura política. E é impossível, seria um ato de autismo nos reunirmos no momento em que estamos nos reunindo e dizer que nós não discutimos a conjuntura política.

Proponho que o item I passe a II e o primeiro item seja a conjuntura política, para a partir de uma visão geral discutirmos as seguintes questões.

Pergunto se as outras propostas são nesse sentido.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Consulto o Presidente sobre o seguinte: no próprio programa que já foi impresso, em decorrência da reunião da Executiva Nacional antes deste Congresso, já fizemos uma alteração na programação. Estamos prevendo a possibilidade de se terminarmos mais cedo amanhã, se ao final da tarde tivermos terminado a discussão e aprovação das reformas estatutárias, de 18 às 20h, fazermos a discussão, que acho que é mais rápida, sobre a reforma política. E na manhã do domingo iniciarmos o dia, porque é uma discussão mais longa e que requer mais reflexão. Quando colocamos a discussão da resolução política, foi porque a Executiva Nacional já tem um texto, que faremos circular no dia de amanhã

para servir de base sobre a conjuntura política.

O SR. ROBERTO AMARAL (Presidente Nacional) – A proposta é simplesmente esta: a inclusão no art. 2º do tema discussão da resolução política do X Congresso.

Os que estiverem de acordo, por favor, levantem o crachá.

Considero aprovado.

A SRA. SOLANGE – Para tentar ajudar, o destaque é na palavra “relativamente”. Gostaria que tentássemos melhorar um pouco o texto, a formulação. Então é só onde houver consenso. Que fique mais claro, Presidente. Como está parece que a posição vai ficar solta.

O SR. ROBERTO AMARAL (Presidente Nacional) – Se tirar “relativamente” resolve. Vocês estão de acordo?

Retirado.

Art. 14, Gidelson.

O SR. GIDELSON – Companheiros, quando questionei essa questão do horário de término da discussão, foi para que pudéssemos refazer esse calendário na decisão. Mas há uma preliminar que certamente remete na questão do art. 16, é que se existe uma chapa inscrita, se for mantido o art. 16, caso só tenha uma chapa inscrita o Congresso vai apenas acatar sim ou não?

Uma coisa interfere na outra, porque se temos essa informação, a sugestão é que estiquemos essa discussão até 16, 17h. A justificativa é exatamente essa, porque se temos por acaso duas ou três chapas o processo é mais demorado do ponto de vista de votação.

Então, estou perguntando isso, que é uma outra discussão sobre esse art. 16. É isso, é prorrogar a discussão da temática do Congresso até as 16h.

O SR. ROBERTO AMARAL (Presidente Nacional) – A Mesa é de acordo. O Plenário também?

Resolvido.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Há apenas uma chapa inscrita. Terminou o prazo ontem às 8h e há apenas uma chapa inscrita ao Diretório Nacional.

O SR. ROBERTO AMARAL (Presidente Nacional) – O meu princípio é que o Congresso, principalmente em reforma de estatuto, é privativo dos delegados, mas dou a palavra ao companheiro para que ele faça a proposta.

O SR. (Não-identificado) – Boa noite, companheiros, saudação à Mesa

e a todos os companheiros Socialistas.

Na verdade, o art. 16, que diz que as inscrições de chapas para o Diretório Nacional deverão ser realizadas até as 18h do dia 18, fere uma tradição dos nossos congressos nacionais, porque as chapas que irão concorrer à direção executiva e ao diretório têm sido inscritas durante o Congresso exatamente porque facilita todo o processo de discussão dos diversos delegados de estados que estão participando do processo. Na verdade, essa decisão tem ferido a tradição e facilita o processo de decisão de cúpula. Estamos vendo que um dos problemas da crise nacional foi uma decisão de cúpula ter decidido diversas decisões em nome de todo um partido. E aí não queremos incorrer a partir desse pequeno exemplo aqui.

Então, o ideal é que as inscrições de chapas para o Diretório do nosso Partido sejam feitas durante o nosso Congresso, podemos estabelecer amanhã até o meio-dia, amanhã até as 18h, para que a base, a juventude, o movimento sindical nos estados continuem reunindo e até mesmo troquem os nomes daqueles que estão indicados naquela chapa se for possível.

O SR. ROBERTO AMARAL (Presidente Nacional) – Tem a palavra para contraditar o Relator se for o caso.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Vejam, companheiros, o companheiro que aqui acabou de falar tem razão num ponto. Tradicionalmente, desde que entrei no PSB, as chapas são inscritas durante um certo horário no segundo dia do Congresso. Neste momento, decidimos numa reflexão na Executiva Nacional, que deveríamos fazer pelo menos um dia antes. Por que razão? O que acontecia é que nós, principalmente nós da Executiva e as pessoas que vêm dos estados ficavam nos procurando e nós ficávamos quase que impedidos de participar da discussão. E muitas pessoas ao invés de estarem na discussão estavam na discussão da composição da chapa. Mas para isso tivemos o cuidado de com muita antecedência colocarmos à disposição essa informação do conjunto do Partido, mandamos um boletim para todas as direções municipais, para todos os vereadores, para todos os presidentes estaduais, para tomarem conhecimento, colocamos no nosso *site* essa informação e não recebemos uma única reclamação.

Contudo, esta decisão foi da direção. Este Congresso é soberano, esta decisão não é terminativa, ela está à consideração de vocês. E por esta razão, por estar à consideração de vocês, é que vocês puderam vir aqui para fazer. Não se trata de decisão de cúpula, trata-se de uma decisão que pode ser alterada desde que vocês desejem alterá-la.

Eu, entretanto, acho que deveríamos manter. Proponho a manutenção, mas se o Plenário quiser mudar a hora é esta.

O SR. ROBERTO AMARAL (Presidente Nacional) – Você vai encaminhar a favor ou contra?

O SR. (Não-identificado) – Amaral, é uma sugestão além desta. Veja bem, viemos aqui com o vice-prefeito de Vitória da Conquista, com vereador, alguns suplentes de vereadores de dois mil votos e mais quatro delegados. Então viemos realmente para discutir e contribuir com o Partido.

Isso aqui talvez seja intempestivo. Quer dizer, discutir e aprovar uma coisa retroativa, me desculpe. Devemos permitir que outras chapas se inscrevam até amanhã, o que vocês decidirem agora, nós até concordamos que no novo estatuto e no regimento interno conste isso para que saibamos previamente que para chegarmos aqui com uma chapa precisamos nos articular com muita antecedência. Mas para este Congresso aprovarmos um negócio retroativo é complicado. Quer dizer, você está aprovando o que já aconteceu ontem. Essa deve ser uma decisão de amanhã na reforma do estatuto, colocar no regimento ou no próprio estatuto. Aí até aceitamos. Mas em relação ao momento atual eu queria fazer esse adendo.

O SR. ROBERTO AMARAL (Presidente Nacional) – Ribamar, contra ou a favor?

O SR. RIBAMAR – Quero fazer uma pequena correção. O regimento estabelece os critérios para números, por exemplo, de membros do diretório, que escolheu sessenta membros para o diretório. Esse regimento é que teria que escolher. Então, na minha opinião, devíamos ampliar esse número de membros para contemplar outros estados. Sessenta é muito pouco para o Diretório Nacional, podíamos aumentar para oitenta, mais vinte por cento de suplentes. Essa é a minha sugestão.

O SR. ROBERTO AMARAL (Presidente Nacional) – Mas esse já é outro dispositivo.

O SR. RIBAMAR – Não, é o § 1º aqui!

O SR. ROBERTO AMARAL (Presidente Nacional) – Estamos no *caput* ainda.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Para ganhar tempo, já quero me pôr de acordo com essa sua proposta de aumentar para 75.

O SR. (Não-identificado) – Eu e o Deputado Ribamar pedimos destaque, o Maranhão concordando, no § 1º do art. 16, mas o *caput* tem a ver com isso, porque se a chapa tinha que ser registrada até as 18h de ontem e o número da chapa pode ser alterado...

O SR. ROBERTO AMARAL (Presidente Nacional) – Por isso é que temos que discutir primeiro o *caput*.

O SR. (Não-identificado) – Sei. Mas quero dizer o seguinte...

O SR. ROBERTO AMARAL (Presidente Nacional) – Aí eu lhe daria a palavra para encaminhar com o Ribamar o § 1º. A questão está no *caput*. Se o *caput* for mantido o § 1º está prejudicado.

O SR. (Não-identificado) – Os delegados suplentes foram citados quando se modificou a questão do horário. Sei que está dentro do art. 10º.

O SR. ROBERTO AMARAL (Presidente Nacional) – Vamos discutir o art. 16. Já foi feita a defesa, acho que estamos esclarecidos. Vamos votar.

A SRA. (Não-identificada) – Só uma questão. Em relação à mudança de horário e as chapas serem constituídas aqui no Congresso, acho que é muito mais interessante e enriquecedor, tendo em vista que muitas pessoas, muitos representantes dos estados não há, na verdade, uma integração entre os estados. E o Congresso permite exatamente isso, que haja essa integração entre os representantes dos estados. E neste momento é permitido sim, é totalmente legítimo que as chapas sejam constituídas aqui a partir desse conhecimento e dessa integração que passa a existir entre os representantes dos estados.

O SR. ROBERTO AMARAL (Presidente Nacional) – Obrigado. Está encerrada a discussão, vamos para a votação. Há duas propostas: uma de manter o texto como está e outra de alterar. Se for mantido texto não discutiremos a alteração; se não for mantido discutiremos a alteração se será para doze, para dezesseis, para dezoito horas. Está claro o procedimento?

Então, os que forem favoráveis à manutenção do texto levarem o crachá. Os que forem favoráveis à alteração do texto. Vamos ter que contar. Quem conta é a Mesa. Pediria que o Gidelson que contasse, por favor.

Manutenção: 49.

Alteração: 40.

Mantido. (*Palmas.*)

§ 1 do art. 16. Ribamar e José Antônio pediram destaque.

O SR. RIBAMAR – Apesar de achar que está prejudicado, mas poderia incluir os suplentes na chapa e abrir espaço. Correto? Incluir os suplentes na chapa até chegar a 75.

O SR. ROBERTO AMARAL (Presidente Nacional) – Se estão de acordo com a alteração para 75...

Então, aprovado.

Companheiros, agradecemos a todos e pedimos que estejamos aqui

amanhã às 9h para que sobre tempo para a discussão política.

Debate

20 de agosto de 2005 - Tarde

Debate sobre Reforma Política



Rodrigo Rollemberg, Jaime Cardoso, Carlos Siqueira, Mari Machado, Antônio Cardoso, Luiza Erundina

Coordenadora:

Mari Machado

Expositores:

Carlos Siqueira

Dep. Alexandre Cardoso



Em destaque o Dep. Beto Albuquerque, participando do debate sobre a reforma política



Companheiro Márcio França, participando do debate da reforma política

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) – Boa tarde, companheiras e companheiros, vamos dar início então ao debate do período da tarde, que será sobre reforma política.

Já estamos distribuindo um texto-base para discussão e juntamente com esse texto estamos distribuindo um formulário que pretende ser uma pesquisa de opinião, mas, enfim, é um levantamento da opinião dos companheiros e das companheiras a respeito da reforma política.

Sugerimos a todas e todos que preencham o formulário ao final dos debates. A nossa metodologia hoje será através da exposição de dois companheiros sobre o tema. Vão falar o Deputado Alexandre Cardoso, que preside a comissão sobre a reforma política, e o Dr. Carlos Siqueira, que tem estudado bastante sobre esse tema, e depois da apresentação do tema por parte dos dois vamos abrir o debate para o Plenário. Vamos proceder à inscrição das companheiras e companheiros e abrir o debate.

O documento está trabalhando em cima de princípios com relação a reforma política, que trata de financiamento público de campanha, fim da verticalização, fidelidade partidária, transparência dos gastos de campanha, cláusula de barreira e coligação. E os companheiros e companheiras vão ter a oportunidade, então, de expressar suas opiniões sobre esse tema.

Vamos iniciar a exposição da tarde. Passo a palavra de imediato ao companheiro Carlos Siqueira.

Peço aos companheiros e companheiras que colaborem, fazendo silêncio.

Obrigada.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Sobre essa pesquisa, a companheira Mari já avisou, apenas pedimos que a resposta seja dada após os debates, porque aí os companheiros terão mais subsídios para respondê-la.

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) – E nós vamos recolhê-la e amanhã pretendemos apresentar o resultado. *(Pausa.)*

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Pedimos aos companheiros para tomarem assento, a fim de darmos início aos debates sobre reforma política.

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) – Aos companheiros que estão chegando à minha esquerda no plenário, tem bastante lugar ainda. Podem tomar assento. Estamos aguardando que todos se acomodem, para começarmos. *(Pausa.)*

Vamos então dar início ao debate sobre reforma política.

Passo a palavra ao companheiro Carlos Siqueira.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Prezada companheira Mari Machado, que coordena esta Mesa, minha distinta amiga, companheiro Deputado Alexandre Cardoso, Presidente da Comissão Especial da Reforma Política, querido companheiro Beto Albuquerque, companheiras e companheiros congressistas do PSB, é com muita satisfação e alegria que estamos aqui nesta tarde, para darmos início ao debate sobre o tema da reforma política.

Esse tema que há tantos anos vem sendo discutido no âmbito do Congresso Nacional é da maior relevância, não apenas para os partidos políticos, mas para o próprio sistema de partidos, para o sistema eleitoral partidário e, sobretudo, para o aperfeiçoamento do sistema democrático em nosso País.

Dada a relevância desse tema e a crise que acabou por trazer de volta a exigência da sociedade sobre uma discussão mais profunda do tema da reforma política, esse mérito nós temos que reconhecer que hoje o tema da reforma política não está restrito ao Congresso Nacional e aos partidos, ele já ganhou a dimensão de estar sendo discutido na CNBB, na OAB, nos sindicatos, na sociedade de modo geral. De maneira que, hoje, os partidos — e o nosso em particular —, têm que estar sintonizados com essas instituições, visando à discussão de uma profunda reforma política, que responda às necessidades de transformação e de mudanças profundas na legislação partidária eleitoral e institucional, para que se possa responder a essa demanda social.

Evidente que a proposta de reforma política que há muitos anos tramita nas duas Casas do Congresso Nacional é, na verdade, um conjunto de iniciativas legislativas que versam sobre diferentes temas. Dentre esses temas, os mais importantes, nós poderíamos destacar o financiamento público de campanhas, a federação de partidos, o fim da verticalização, a questão da fidelidade partidária, da cláusula de barreira, das coligações partidárias e da votação em listas fechadas, abertas ou mistas.

Então, esse conjunto de iniciativas legislativas que vem sendo discutido há tantos anos hoje já foi aprovado na Comissão Especial, presidida pelo Deputado Alexandre Cardoso, do PSB do Rio de Janeiro, que aprovou uma proposta que está pronta para ir ao plenário da Câmara dos Deputados.

Nessa proposta, que tem várias mudanças em relação a outras que em outro momento outra comissão especial também examinou, presidida pelo então Senador Sérgio Machado, do PSDB do Ceará, nessa proposta estão embutidos todos esses temas. Dentre esses temas, o mais importante, a nosso ver, é o financiamento público de campanha.

O que significa, em que consiste o financiamento público de campanha? Para o financiamento público, segundo esse projeto que já foi aprovado na

comissão especial, cada eleitor vale 7 reais para fins do cálculo do preço das campanhas eleitorais em todo o País e para todos os partidos. Isso significa 840 milhões de reais por cada eleição. Esses 840 milhões de reais seriam entregues aos partidos na seguinte proporção: 1% para todos os partidos que estão com registro no Tribunal Superior Eleitoral; 14% para os partidos com representação na Câmara dos Deputados — ainda que tenha 1 Deputado que seja; e 85% a serem distribuídos de acordo com a representação do partido na Câmara Federal.

Ou seja, podemos verificar que essa distribuição não tem nada de equitativa. É uma distribuição que favorece extremamente os grandes partidos, aqueles partidos já consolidados, como PT, PSDB, PMDB, PFL, e deixa para os pequenos partidos uma parcela bem menor de recursos. Então, ele é feito com a memória no passado e para congelar um processo político para frente, porque essa distribuição não obedeceu ao critério equitativo.

Primeiro, a meu ver, é um erro que o critério único seja a representação na Câmara dos Deputados, e me pergunto: por que não o número de governadores eleitos por cada partido, por que não o número de senadores eleitos, por que não incluir o número de prefeitos, por que não o número de vereadores ou por que não um critério que estabelecesse, eu não diria nem uma distribuição igualitária, 100%, mas ao menos que pudesse permitir que os partidos menores pudessem obter recursos um pouco mais volumosos do que o previsto?

Como se trata de recursos bastante significativos, mesmo se considerarmos que a distribuição venha a ser aprovada tal como está, ainda assim será uma vantagem, porque hoje nós partimos do zero para a disputa eleitoral e, evidentemente, as nossas condições de angariar recursos dos agentes privados que financiam as campanhas são bem menores que as dos partidos tradicionais e conservadores, porque estes representam os interesses econômicos que querem ter e fazem questão de financiar os seus representantes, para que estes defendam seus interesses aqui.

Acho, entretanto, que esse projeto especial precisaria ser aperfeiçoado no seguinte sentido: uma distribuição mais equitativa, para que tivéssemos um volume de recursos maior na distribuição desses 840 milhões. E por outro lado, há também um outro defeito gravíssimo nesse projeto, a meu ver, pelo fato de não ter criado mecanismos suficientes de fiscalização da aplicação desses recursos, porque o risco que podemos correr é que haja financiamento público e o ingresso de recursos privados. Embora haja punições, tanto para doadores quanto para os partidos que venham a receber recursos privados, essas punições são apenas de multas pecuniárias, não são punições mais graves e também relacionadas, no caso das empresas doadoras, a perderem o direito de concorrer em licitações públicas. Não acho suficientemente grave. Acho que deveria ter

uma pena que facilitasse a fiscalização por mecanismos em que a sociedade, o Ministério Público Eleitoral, a OAB, a CNBB, entidades da sociedade civil, pudessem ter participação nessa fiscalização, de um lado, e por outro lado uma pena que, verificado o excesso de gasto de determinado candidato, pudesse ser cassada imediatamente sua candidatura e suspensos os seus direitos políticos. E, ao doador, a pena de prisão.

Se não for assim, dificilmente deixaremos de ver as histórias de caixas dois que estamos agora a assistir. Mas com esse aperfeiçoamento nós estaríamos, então, melhorando significativamente esse projeto de financiamento público de campanha, pelo qual devemos lutar. Mas devemos lutar, desde que tenhamos uma visão de conjunto da reforma política que, diferentemente do que está previsto nesse conjunto de processos a que me referi, não tenda a reduzir significativamente o número de partidos políticos, a pretexto de jogar a responsabilidade pela crise dos partidos aos pequenos partidos, porque isso não é verdade.

A limitação de partidos, a meu ver, deve ser feita pelo eleitor. Se hoje nós temos 16 partidos com representação na Câmara dos Deputados, enquanto temos 27 registrados no Tribunal Superior Eleitoral, é porque o eleitor brasileiro assim decidiu reduzi-los a 16 com representação. Amanhã, se ele quiser reduzir a 7 ou 8, este é um direito do eleitor. Não deveria ser, a meu ver, um direito do legislador. Deixa a ampla liberdade partidária, porque um partido que hoje é pequeno, um partido que hoje é insignificante, amanhã pode se tornar um partido grande. Todos podem se lembrar aqui de que na primeira legislatura do PT foram 6 Deputados eleitos. Se naquele momento houvesse uma decisão de congelar o quadro partidário, não existiria hoje esse grande partido de esquerda.

Porém, atribuir aos pequenos partidos a responsabilidade pela crise não é verdade. A crise a que estamos a assistir é criada pelos grandes partidos. Eles é que estão aí a responder à Justiça Eleitoral, à Polícia Federal e a outras instituições de fiscalização. Então, é preciso ter muito cuidado com a concepção do conjunto dessa reforma, porque ela tende claramente, e isso não é negado pelos seus autores. O próprio Partido dos Trabalhadores, que sempre sonhou ser o único partido de esquerda, defendeu claramente aqui, através do seu então Presidente, o Deputado José Dirceu, a idéia de que se fixasse essa cláusula de barreira para restringir o número de partidos. O próprio Presidente Lula, em declaração há menos de seis meses, foi muito enfático na televisão ao dizer que era necessário reduzir o número de partidos a 3 ou 4. E nós do Partido Socialista temos resistido desde 1990 a esse tipo de proposta, impedindo que ela se consolide.

Mas há uma outra medida que, a meu ver, é dramática para o PSB, uma

vez que hoje estamos em condições, pela primeira vez na história do partido, desde que se reorganizou, em 1985, de eleger Deputado Federal em praticamente todas as Unidades da Federação. Mas há uma condição: só poderemos alcançar esse objetivo se houver coligações partidárias proporcionais. E esse projeto que foi aprovado aqui na Câmara dos Deputados e está para ir a plenário, proíbe as coligações proporcionais. E isso é fatal para o PSB.

De modo que é uma tarefa fundamental para os nossos Parlamentares e para o nosso partido impedir que o projeto que proíbe as coligações seja vitorioso, porque elas são fundamentais. Se por um lado eles pretendem proibir as coligações proporcionais, por outro lado criam um mecanismo que é uma espécie de coligação ou de verticalização só para os pequenos. Quando nós queremos, ao contrário, que continuem sendo permitidas as coligações e queremos derrubar a verticalização, que também é um mecanismo artificial imposto pelo TSE, nessa proposta que foi aprovada na comissão, há espécie de verticalização para os pequenos. Com o fim das coligações, você vai impedir a sobrevivência dos pequenos e criar uma tal federação de partidos. Essa federação de partidos não é nada mais nada menos do que você impor uma verticalização aos pequenos partidos que, sabendo que não poderão alcançar os 5%, sabendo que não poderão fazer coligações proporcionais, para sobreviver teriam que se juntar a partidos por uma coligação.

Ou seja, a federação é o seguinte: é uma coligação partidária, proporcional, que dura 3 anos e ela é nacional. A coligação que for feita no Rio Grande do Sul terá que ser repetida em Pernambuco, no Amazonas, no Acre e em Mato Grosso, enfim, em todo o País. De maneira que com as condições e as diferenças que nós todos conhecemos e que existem, e com a descaracterização do conjunto dos partidos, que sabemos que num país como o nosso o PMDB do Rio Grande do Sul, de Pedro Simon, não é o mesmo de Orestes Quércia, é uma espécie exatamente de voto vinculado, só que ele vale apenas para os pequenos. Na medida em que proíbe as coligações, impõe essa federação.

Então, esse projeto também é nefasto, inaceitável, antidemocrático, e precisamos fazer com que ele possa ser, mais uma vez, derrotado.

Quanto ao tema da cláusula de barreira, esse não é um projeto que esteja para ser votado. Apenas a cláusula de barreira já está em dispositivo na Lei nº 9.096, que é a lei dos partidos políticos, que impõe aos partidos, já nessa próxima eleição de 2006, que o partido que não conseguir 5% do eleitorado para a Câmara Federal e 2% em pelo menos 9 Estados não terá direito a representação nas Casas Legislativas, a tempo de televisão, a fundo partidário. O que significa dizer que, embora do ponto de vista estritamente legal ele não esteja extinto, do ponto de vista prático, nenhum Parlamentar evidentemente vai sequer concorrer

por um partido que ele imagine que não vai superar a cláusula de barreira, porque ele não terá direito a participar de uma comissão, o seu partido não terá direito a representação, e muito menos a tempo de televisão e a fundo partidário. E evidentemente, se não tem direito a fundo partidário, o partido também não terá como financiar a campanha dos seus candidatos.

Aí vem uma outra proposta com a qual também temos que ter muito cuidado, porque a meu ver ela não combina bem com o sistema proporcional que nós adotamos em nosso País, que é a proposta de uma lista fechada. O que é essa lista fechada? É uma lista preordenada, escolhida por cada partido em sua convenção, no nosso caso seria nos nossos congressos municipais, estaduais ou nacional, para escolher os candidatos a Deputado Federal e colocá-los na ordem que o partido determinar. Então, o eleitor não votaria mais no nome de José, de Francisco ou Manoel, mas votaria apenas, no nosso caso no 40, no número do partido. E se o partido fez o quociente eleitoral, elegeu apenas um, o primeiro da lista será o Deputado. Isso serve para Deputado Estadual, para Deputado Federal.

Então, esse sistema de lista, a meu ver, não seria bem compreendido pelo eleitor. O eleitor brasileiro está acostumado a votar em uma lista aberta, que é o nosso caso. Você põe as listas e o eleitor escolhe o Deputado que quiser, dentro daquela lista. Então é muito importante estarmos atentos a esse tipo de mecanismo que nos querem impor, porque ele tem claramente a intenção de reduzir e congelar o quadro político, evitando que se criem condições para o surgimento de novas lideranças, de novos partidos e que partidos que hoje são pequenos possam se constituir amanhã, em face da crise dos grandes partidos, que seriam criados como espécie de oligopólios, dirigidos por oligarquias partidárias — essa é a realidade da intenção desse projeto de reforma política: criar um oligopólio de partidos, com oligarquias partidárias, que imporiam os seus candidatos aos partidos políticos e congelariam o quadro político.

Mas nós todos, socialistas, temos que nos perguntar por que, qual a intenção dessa gente de querer nos impor um tipo de legislação político-eleitoral dessa natureza? Nós não podemos ignorar que essa reforma política que se propõe seria, se fosse aprovada, o corolário de um conjunto de reformas que começaram a ser feitas em nosso País desde 1990, que foram as reformas de cunho liberal feitas com mudança na nossa Constituição, com as deformações que já estão impregnadas na nossa Constituição, com as mudanças econômicas que nos impuseram 10 anos de economia neoliberal e que eles, os mesmos que fizeram essas propostas, sabem muito bem que elas criariam, estão criando e criarão um caldo de cultura para a mobilização popular. Porque as consequências dessas reformas só agora estão começando a aparecer, mas elas se agudizarão

no futuro, de maneira que eles sabem que esse oligopólio de partidos, a exemplo do que já aconteceu em outros países, como foi o caso da Venezuela, que fez esse tipo de reforma, ficaram 30 anos se revezando: a democracia cristã na Venezuela e a socialdemocracia. O resultado é que 30 anos depois a população tinha empobrecido enormemente, a concentração de riqueza tinha aumentado mais ainda e os partidos tradicionais entraram em crise, a tal ponto que na primeira eleição do Presidente Hugo Chávez os partidos tradicionais não tiveram condições de apresentar candidatos, tal era o grau de desmoralização. Mas também não havia novos partidos. O Presidente Chávez foi eleito por um movimento, o Movimento da 5ª República, não foi eleito por partido político. Porque lá foi criado esse oligopólio e os partidos políticos já estavam na lata do lixo há muito tempo, e continuam. Porque esse sistema leva a um esgarçamento e a um desgaste insuportável.

No nosso caso, não tenho dúvida de que se essa situação for imposta ao nosso País, seria uma situação muito grave. Creio que aqui nós estamos com as condições e felizmente alguma coisa boa dessa crise pode surgir, ou seja, que a sociedade passe a discutir a reforma política, porque esse era um assunto que estava restrito aos parlamentares, aos partidos, e sequer os militantes dos partidos, inclusive do nosso, estavam interessados nesse debate.

Então, é importante que nós não aceitemos essa reforma política tal como ela nos está sendo apresentada, mas também que não esqueçamos a necessidade de, dentro de uma visão pragmática e visando as eleições do próximo ano, podermos discutir algumas mudanças periféricas, que possam minorar e diminuir os custos das campanhas para as eleições de 2006, debatermos e deixarmos clara a nossa posição de que esse Congresso perdeu a legitimidade para fazer uma reforma política profunda, para fazer uma reforma política democrática, para fazer uma reforma política que atenda às demandas da sociedade brasileira.

Que só um próximo Congresso, eleito depois do contorno bem definido dessa crise, possa fazê-la, com a sociedade mobilizada, com os militantes dos nossos partidos mobilizados, com uma discussão profunda que só agora estamos iniciando, com uma discussão de que não podemos nos render a política do possível. Temos que provocar e ajudar a sociedade a discutir a reforma política de que o Brasil precisa; não a reforma política possível. A possível é a possível para fazer a mesma coisa de sempre, que é a solução para os que estão em cima, esquecendo os que estão embaixo. É uma solução institucional.

Nós temos que estar atentos também para verificar que a crise e as sucessivas crises que temos vivido na nossa República não se devem apenas a questões institucionais e a sistema político, eleitoral e partidário. A crise que

estamos a viver decorre, sobretudo, da fratura social que secularmente vem se acentuando em nosso País e que não está sendo discutida. Nós não podemos admitir que seja vendido para a sociedade que uma reforma política, por mais profunda que seja, vá resolver os problemas que são as verdadeiras raízes da crise. A verdadeira raiz da crise é ignorar a realidade em que vive o País; em que vive a sua população. São as pessoas que estão ocupando 80% da população brasileira hoje que vive nas periferias das grandes cidades, que vive em condições infra-humanas, que vivem em casas indignas de habitação de um ser humano, ao lado de esgotos a céu aberto, sem direito a uma educação digna para seus filhos, sem direito a assistência à saúde para seus entes queridos. E, no entanto, num país que arrecada por mês — como aconteceu mês passado — 31 bilhões mensais de impostos, que tem aumentado freqüentemente, inclusive no atual Governo, os impostos, e cujos recursos arrecadados do conjunto da população, ao invés de serem destinados para solução dos problemas sociais e para o problema da infra-estrutura do País, que também tanto necessita, estão sendo drenados para pagar — como pagou ano passado e vai pagar este ano — 190 bilhões de reais de juros ao Sistema Financeiro Nacional e Internacional.

É isso que os socialistas não podem ignorar e é isso que os socialistas brasileiros devem denunciar. (*Palmas.*) Isso é o que gera a perpetuação da miséria e o que devemos claramente dizer, ao invés de vender, como se pretende vender, que a reforma política é uma solução para a crise política, não. A crise política decorre dessa corrupção moral, da aceitação do *apartheid* social que vivemos. Para isso os socialistas devem estar preparados: para atuar nas suas bases, nos sindicatos, nas organizações de classe, nas favelas, nos lugares onde o povo está, utilizando os meios de comunicação, os programas partidários, para denunciar a verdadeira situação em que vive a nossa população. E não vender ilusão ao povo.

Então, é importante a reforma política, do pondo de vista institucional. Ela tem que ser feita, e não podemos aceitar apenas a reforma possível, embora ela possa ser aceita somente como uma maneira de minorar os inconvenientes da atual situação, mas temos que dizer que esse Congresso não é legítimo para realizá-la; esse Congresso não faria uma reforma política que atendesse à demanda da sociedade brasileira. Vamos acreditar que é possível mobilizar a sociedade e fazer uma reforma política capaz de mudar o sistema político eleitoral brasileiro e transformar essa que é uma democracia meramente formal, numa democracia participativa e numa democracia onde a divisão do dinheiro da população não seja canalizada para os banqueiros, mas seja canalizada em grande parte para a solução dos problemas sociais que não poderão ser enfrentados, por mais boa vontade que tenha o nosso Presidente e alguns dos seus Ministros, se a maioria dos recursos, como este ano, se 1 ou 2 bilhões foram utilizados para investimento, mas cento e tantos bilhões vão ser pagos de juros da dívida

pública. Isso é impossível.

A vida está acima da dívida, e nós não podemos admitir nem deixar de denunciar essa solução.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) – Obrigada, companheiro Carlos Siqueira.

Vamos passar agora a palavra ao Deputado Alexandre Cardoso.

O SR. ALEXANDRE CARDOSO – Companheiros, primeiro eu quero agradecer a inserção desse tema no Congresso do Partido Socialista Brasileiro. Existem mais de cem projetos de reforma política tramitando na Câmara e no Senado. E não há em nenhum desses projetos consenso para votar. Por quê? Primeiro porque existe uma falta de maturidade no debate. Segundo, porque a reforma política geralmente é pautada nas crises. E terceiro, que a sociedade brasileira começou um processo de representação que está desqualificando os parlamentos brasileiros.

Vejam vocês que, na cidade do Rio de Janeiro, 64% dos vereadores eleitos foram eleitos porque têm centros sociais. Eles chegam na beira de uma comunidade carente, alugam uma casa, botam ali um dentista, uma Caravan velha, pintam de vermelho, colocam um professor de educação física para dar aula de lamba-aeróbica e elegem um vereador. Doze por cento são eleitos pelo critério religiosidade. Então, nós temos 76% da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro que não debate o ente federado. Ou nós vamos alterar a forma de mudar a representação, ou a cada ano o Poder Legislativo vai piorar.

O que nós temos hoje? Cada vez mais as Câmaras de Vereadores submetidas aos Prefeitos, as Assembléias Legislativas submetidas aos Governos de Estado e a Câmara Federal submetida ao Poder Federal. E o que se dá nessas denúncias? Primeiro, o parlamentar começa a ter que ter um caixa dois para manter suas atividades mensais. Para ele manter a rádio ou um programa de rádio no interior, ele tem que pagar todo mês para ter o programa de rádio. Segundo, é ele querer ter a rádio. Terceiro, que para manter esse sistema assistencialista ele precisa de uma mesada. Daí terem nascido os mensalões nas Câmaras de Vereadores, nas Assembléias Legislativas e na Câmara Federal.

Todos vocês aqui sabem quanto tem sido gasto nas campanhas municipais, estaduais e federais e não é na última, é em todas. Então, o que fizemos? Criamos aqui uma comissão que tentou sistematizar um conjunto de leis. Essa comissão foi criada no início de 2003. Evidentemente foram aprovados pontos com os quais não concordo. Eu gostaria que os recursos públicos fossem distribuídos isonomicamente, que todos os partidos tivessem

a mesma quantidade de tempo de televisão, de recursos. Agora, alguém pode crer que o PFL, o PSDB, o PMDB, o PT ou o PP vão votar, tirando o tempo de televisão deles? Quer dizer, temos que saber que o processo democrático se impõe no debate, mas você tem que discutir dentro das minorias e majorias.

Eu gostaria que o dinheiro do fundo partidário fosse distribuído isonomicamente para todos os partidos. E todas as vezes que apresento essa proposta aqui eu coloco, mas as pessoas que não têm vivência no Poder Legislativo, na verdade, querem criar uma situação que é um embate e aí você não vota nada. E sabe quem ganha com isso? O PFL, o PT, o PMDB, o PSDB. Porque senão não estaríamos aqui num debate político, estaríamos aqui dizendo o seguinte: fechamos questão e não aceitamos. Evidentemente a responsabilidade nos diz que cada Vereador, cada Deputado Estadual, cada Deputado Federal tem que ter absoluta certeza do seu limite, que é o processo de negociação. O fundo partidário é o maior exemplo disso. O fundo partidário do PSB é muito menor do que o do PT e do PMDB. E todas as vezes que apresentamos aqui um projeto os grandes partidos votam “não”. Nós temos é que — e o debate de hoje de manhã propiciou — avançar no nosso partido, para tentar impor as nossas posições.

Fiz um levantamento dos projetos que estão sendo destacados para votar aqui. Não quer dizer que vão ser votados. Agora mesmo o PFL apresentou um projeto no Senado, acordaram entre eles, e provavelmente esse projeto, pela estrutura regimental do Senado e da Câmara, vai ter prioridade de votação. E vão dizer que vão resolver a crise proibindo camisa, proibindo brinde, diminuindo tempo de televisão, e que vai ser a grande proposta da crise.

A questão grave da crise política brasileira está na representação. Cada vez mais o Poder Legislativo deixa de ser Legislativo e se elegem aqueles que têm ação executiva. Estão se elegendo para ser Vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal aqueles que estão fazendo funções executivas, que é uma grande distorção desse sistema.

Agora, ou aprofundamos o debate na representação da sociedade, ou eles vão cada vez criar mais embaraços e aprovar as leis que eles querem. Eu vou pedir ao pessoal da projeção para auxiliar, pois fizemos um levantamento de um conjunto de projetos que podem ser votados. Porque da mesma forma que o Presidente Roberto Amaral mostrou que onde não se tem proposta não se pode votar, nós vamos mostrar o que existe e as propostas que fizemos.

Por gentileza, peço que as projeções sejam passadas.

(Apresentação de PowerPoint.)

Na verdade existem quatro grandes projetos. Um é a PEC 548, que acaba com a verticalização. Se você me perguntar se sou a favor da verticalização,

não pode um democrata que queira fazer um princípio partidário, ser contra a verticalização. O que é a verticalização? É o princípio que um partido nacional faça e que os regionais se obriguem a acompanhar. Agora, na atual conjuntura, nós não podemos aprovar uma verticalização que está sendo imposta como um processo não debatido, que em uma consulta de um deputado ao Supremo ele entendeu que os partidos são nacionais e que as coligações têm que ser nacionais. Isso é muito mais democrático, se tivéssemos a cultura de que regionalmente os partidos estivessem organizados.

Então, nós temos que circunstancialmente ser contra a verticalização, mas em projeto a verticalização é o princípio que o Partido Socialista tem que defender. Porque nós não podemos imaginar que o PSB Nacional faça uma coligação e que o PSB do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul, da Bahia, faça uma que eleja Deputados contra essa coligação. Agora, nas circunstâncias atuais, qual é a recomendação que temos dado? A verticalização tem que ser derrubada. Então, na verdade, a PEC, que isso é matéria constitucional, nós temos que votar pelo fim da verticalização. Alexandre, você defende como princípio o fim da verticalização? Não. Mas nas circunstâncias atuais não dá para ter verticalização.

Os pontos destacados com amplo debate nesses projetos, a questão do financiamento público, do fim da verticalização, da fidelidade partidária, de diversos projetos, transparência de gastos de campanha, da cláusula de barreira e de coligações. Eu queria destacar só uma informação para vocês: não há como existir lei de fidelidade partidária em nenhum país do mundo. Nós examinamos todas as legislações partidárias, juntamente com a consultoria da Câmara. Como lei, sobre fidelidade partidária, não há em nenhum país do mundo.

A PEC (Proposta de Emenda à Constituição) é a proposta que extingue a obrigatoriedade de coligações. O PL 1.712, que aumenta os prazos de filiação. O que diz esse PL? Ele leva para 3 anos o prazo de filiação. Eu sou a favor dele. Agora, imaginemos a seguinte situação, e aqui a maioria é a favor, mas eu quero colocar uma situação pontual para vocês: O PSB vai passar pela cláusula de barreira e alguns outros partidos vão ser extintos. E haverá migrações para o PSB em 2007. Aprovado esse projeto como está, quem entrar no PSB em 2007 não poderá ser candidato a Prefeito nem a Vereador. Vejam a situação em que nos colocamos. Se aprovamos, criamos um impeditivo de o partido receber quadros em 2007, porque nós vamos ser um dos 6 ou 7 partidos. Então, um dos programas de aumentar a fidelidade partidária é aumentar o prazo de filiação. Votado na atual circunstância, pode ser um tiro no nosso pé.

Eu só quero deixar o debate para depois, porque nós temos que tomar cuidado com a constitucionalidade das matérias. O Projeto 5.268 regula a

propaganda eleitoral. Esse projeto está em pauta e o Senado tentou copiar alguns pontos para mandar para a Câmara algumas coisas que já tinham sido discutidas aqui.

Esse é o projeto do Senado que quando eu falo regula propaganda eleitoral é que ele trata especificamente da questão eleitoral. Ele acaba com camisa, com brinde, com *showmício*. Todos nós somos a favor disso. Agora, evidentemente não pode ser vendido como a solução da crise.

O PL 2.679 foi discutido com as seguintes características: primeiro, porque não há consenso para se votar emenda à Constituição sobre matéria eleitoral. E não há consenso por quê? Porque você tem que ter 3/5 nas duas Casas. Por exemplo, pode ser que aqui algumas pessoas sejam contra a obrigatoriedade do voto. Vamos imaginar. E algumas pessoas que sejam a favor. Essa matéria tem que ter 3/5 nas duas Casas. Não há possibilidade de você conseguir um consenso para essa matéria nessas casas heterogêneas como são a Câmara e o Senado. Talvez a solução fosse uma constituinte específica para matéria eleitoral, que é alguma coisa que tem que ser debatida se deve ser convocada ou não. Então nós fizemos um projeto de leis infraconstitucionais de leis ordinárias.

O que traçava esse projeto? Porque não é um projeto, é um conjunto de projetos: transparência no financiamento, mecanismo de fidelidade partidária, garantia do pluralismo partidário, democratização das chamadas sobras, participação da sociedade nos partidos políticos e modernização no chamado programa eleitoral gratuito. Eu só quero destacar o quarto ponto, porque nós vamos tratar disso durante a apresentação.

Imaginemos que um partido tenha 99 mil votos, que o quociente eleitoral seja 100 mil. Será que é justo que um partido que teve menos 1 voto do quociente eleitoral não tenha representação nas Casas? Porque da forma como é hoje, quem não atinge o quociente eleitoral, nada. Quem atingiu, tudo. Esse debate foi colocado junto à OAB, junto à CNBB, e nós entendemos que as sobras, 1 ou 2 cadeiras, deveriam ser democratizadas nas sobras. É uma matéria complexa, polêmica, houve amplo debate e a comissão se dividiu.

Existem cinco países no mundo que votam como a gente, em lista aberta, com financiamento privado: Chile, Finlândia, Brasil, Polônia e Peru. O resto do mundo vota diferente.

E o que provoca esse projeto? Por exemplo, vejam a questão da representação de gênero. O Brasil só é maior em percentuais de representação das mulheres no Congresso do que o Haiti. Esse sistema como está hoje faz o Brasil ter uma representação de mulheres menor do que o Equador, do que

a República Dominicana, do que a Bolívia, só é maior do que o Haiti. Para você ver como o atual sistema está defasado, caduco. Ele é um sistema que foi feito pelas oligarquias e que eles não querem mudar. Toda hora falam: reforma política, reforma política, mas eles não querem votar nada.

Então, nós temos que avançar. E esse dado aí mostra a grave distorção da representação das mulheres no Congresso brasileiro.

Vejam que loucura: menos de três meses depois da eleição, um terço dos eleitores não se lembra em quem votou para Deputado. Como podemos imaginar que um sistema desses deva permanecer, se a pessoa não se lembra em quem votou? Não é acompanhar o trabalho do parlamentar. E menos da metade cita corretamente o nome do candidato. Quem defende esse modelo, aqui para nós, não quer mudança de representação na sociedade.

Infidelidade total. Esse modelo levou a que 161 Deputados tenham mudado de partido. E 251 migrações, porque houve Deputado que mudou mais de uma vez. É um modelo que não promove nenhuma responsabilidade partidária. Isso mostra que mais de 30%, quase 40% de Deputados... Também não há nenhum país do mundo em que uma Câmara tenha 40% de membros que mudaram de partido.

Aí tem uma questão; todo mundo fala assim: mas eu nesse modelo escolho quem vai ser eleito. Mentira. Apenas 6% dos Deputados atingiram o quociente eleitoral. Você pode votar em um deputado, e vou dar um exemplo: imagine que em um partido uma pessoa seja frontalmente contra a pena de morte e outra seja frontalmente favorável à pena de morte. Aí quem é favorável à pena de morte tem mais um voto do que quem é contra. Você que votou naquele candidato que era contra, sabe para onde vão todos os votos de quem era contra? Para quem é a favor. Essa é uma esquizofrenia, você achar que escolhe quem vai ser eleito. Não é verdade. Quem escolhe quem vai ser eleito vai ser a soma de todos os candidatos e vai ter a eleição quem tiver mais um voto do que eles. Entendeu?

Então esse é um modelo que qualquer democrata, qualquer socialista tem que dizer que ele está exaurido e acabar com essa mentira de que você escolhe quem vai ser eleito. Está aqui: mande alguém desmentir esses números.

Eu entendo que o financiamento público de campanha que faz parte desse projeto, que tem que ser modificado em alguns pontos, seja a grande defesa da questão eleitoral. Por quê? Porque os banqueiros fazem uma propaganda assim: vai dar dinheiro público na mão de político ladrão? Esse é o discurso.

Nós fizemos um levantamento da declaração das últimas três eleições, alteramos algumas coisas e concluímos que 7 reais é o valor, dentro do corte

dessas alegorias de campanha, que dá para fazer uma campanha nacional, estadual e municipal.

Logicamente essa proposta não é minha na Comissão. Essa proposta é 1% dividido para todos os partidos, 14% para quem tem representação e 85% proporcional. A minha proposta — e está escrita lá — era dividir pelos 27 partidos igualmente. Logicamente o PSDB apresentou que era 1% para todos e 99% distribuídos proporcionalmente. Nós tivemos que fazer uma grande articulação para que passasse isso. Até porque ninguém aqui é bobo de imaginar que o PMDB, o PT, o PSDB, o PFL vão votar para tirar tempo de televisão e recursos deles. Quem acha que vai votar isso é porque não convive democraticamente dentro do Parlamento.

Financiamento público de campanha. Fica proibido o uso de doações, contribuições ou fundo partidário. Fica vedado às campanhas eleitorais o uso de recursos em dinheiro estimado... apresentar a primeira prestação. Isso aqui é que é importante. A primeira prestação de contas 45 dias anteriores à data das eleições. Porque hoje você só presta contas 30 dias depois de acabada a eleição. E 30 dias alguém vai saber a quantidade de *outdoors*, carros de som, camisas que alguém fez na campanha? O atual sistema é uma esquizofrenia, é uma falta de responsabilidade. E quem não quer a mudança desse projeto na verdade quer conviver com um escândalo a cada ano.

Então, na verdade, a primeira prestação de contas dar-se-á 45 dias antes das eleições. Vejam a importância desse projeto.

Punições. Doações de pessoa física. Se uma pessoa física doar na campanha de financiamento público exclusivo ela tem uma multa. Doação de pessoa jurídica. Multa e proibição de participar de licitações públicas em todo o território nacional por 5 anos. Duvido que uma empresa de lixo, que financia as campanhas municipais, que uma empresa de iluminação, que as empresas de ônibus vão fazer a doação. Porque uma empresa de ônibus participa de licitação para ganhar uma linha. Se ela ficar proibida, perde a linha e fica impedida de fazer a licitação.

Punições. É mais ou menos a mesma linha. Por exemplo, será cassado o registro do candidato.

Agora, essa é uma lâmina importante. Nós levantamos que em cada campanha são gastos 10 bilhões de reais. Esse levantamento feito por um conjunto de cientistas políticos, a comissão de reforma política. Vamos pegar agora a campanha de 2004. Cada Vereador declarou que gastou mil reais em média. Alguém pode acreditar nisso? Está aí, isso não é meu. Esse é um trabalho levantado pela comissão. O que significa? Que se foi declarado 1 bilhão e você gasta 10 bilhões, 90% das campanhas são feitas de caixa dois das empresas. E

aqui para nós, nós que acompanhamos esse processo sabemos que isso vem de longe. Que gastaram e ganharam muito mais dinheiro quando venderam a Vale do Rio Doce por 3 bilhões e 800 e hoje ela vale 40 bilhões. Aí está o retrato das eleições brasileiras. Noventa por cento é caixa dois no atual modelo.

E quem é o socialista, quem é o democrata que pode defender um modelo desses?

Fonte de financiamento. Está aí. Esse levantamento foi feito com IPOERJ, com as universidades.

Agora vejam que nesse financiamento público, que não é o ideal para nós, vejam um detalhe: o PSB vai receber 37 milhões. O partido que for receber mais vai receber 129. Então, o partido que for receber mais, vai receber três vezes e meia. O segundo partido também. Quantas vezes mais o PMDB e o PT tem para fazer campanha do que a gente? Sabem qual é a conta? 50, 60, 70 vezes. Então esse projeto, que não é o melhor, faz com que essa quantidade fique em três vezes e meia.

Você já imaginou se nós tivéssemos só menos três vezes e meia os recursos desses grandes partidos? Na próxima eleição nós já estávamos maiores do que eles. Evidentemente eu presidi a comissão e discordo de uma série de pontos desse projeto. Até porque quem preside faz uma função de juiz. Houve acordo para aprovar. Eles queriam que essa diferença ficasse em 8 ou 10 vezes. Eu e a Deputada Luiza Erundina, que era membro da Comissão, o Deputado José Eduardo Cardozo, o Deputado Renildo Calheiros, lutamos para aprovar isso daqui. E não pensem vocês que é fácil aprovar uma diferença dessas contra uma maioria que quer esmagar.

Cláusula de barreira. Eu sou contra qualquer cláusula de barreira. Todas. E esse projeto diminuía de 5 para 2. O PSDB não aceitava de forma alguma e o PFL também não. Foram derrotados no voto, para baixar de 5 para 2. E que se eleja pelo menos um representante em cinco Estados. E aqui vem a questão das sobras.

Aí vêm os votos válidos da Câmara Federal, que mostram como é difícil passar pela cláusula de barreira. O PTB e o PL na última não passaram. Eles incorporaram, cada um, um partido para passar. O nosso partido chegou a 5.2 e passou pela cláusula de barreira.

Vejam a concentração de votos no Brasil. Oito Estados da Federação têm 71% dos votos. Como é importante que esses Estados tenham um percentual importante. Vejam vocês. Não sei se a Janete Capiberibe está aí, mas ela sozinha teve 10% dos votos do Amapá, que teve em torno de 25 mil votos. O Rio de Janeiro ou São Paulo não tem nenhum Deputado Federal que se eleja com essa

quantidade de votos, até porque quem tiver 10% dos votos do Estado de São Paulo — São Paulo parece que hoje tem 20 milhões de votos válidos —, tem 25, tira 20%, são 20. Um Deputado precisava ter 2 milhões de votos para ter 10%.

É considerado excepcional o resultado em que o partido tenha 15% dos votos. Ai você tem uma pessoa só que tem 10.

Na eleição passada, apenas 7 partidos atingiram essa marca: PT, PSDB, PFL, PMDB, PP, PSB E PDT. Isso aqui é uma crítica de que o PL e o PTB aumentaram, não vou entrar no mérito se compraram ou se não compraram, essa é uma questão deles, mas eles saíram de 20 Deputados para 40 e esse daqui de 23 para 52.

Esse projeto, com uma emenda da Deputada Luiza Erundina, garantiu 30% para estimular a participação feminina e na televisão 20% do tempo eram destinados à propaganda partidária gratuita das mulheres. (*Palmas.*)

Esse projeto foi aprovado para termos um grande debate. Eu, por exemplo, sou contra a lista fechada. Defendo a lista mista. O projeto aprovou a lista fechada. Agora, existem 4 tipos de listas: a fechada, a mista, a lista bloqueada e a aberta.

O que é a lista aberta? A lista aberta, como é hoje no Brasil, querendo ou não ela provoca uma certa esquizofrenia. Vamos imaginar o mesmo raciocínio que usei de um partido A e de um partido B. Em um partido A, imagine que entre uma pessoa que defende um tema que não tem muita relação com o partido. Ele se elege com os votos de quem não é filiado ao partido. Na lista mista, metade dos eleitos são escolhidos por votação direta dos filiados de um partido no Estado. O que estou querendo dizer? Vamos pegar o Estado do Rio de Janeiro. Todos os filiados do Rio de Janeiro votam para quem vai ser o primeiro da lista. Quem tiver mais votos é o primeiro, quem tiver menos votos é o segundo, e assim sucessivamente. Então, metade dos eleitos vão ser escolhidos pelas pessoas que são filiadas ao partido, e metade dos eleitos vão ser escolhidos por aqueles que são filiados ou não. Essa é a lista mista.

A lista bloqueada é você apresentar uma lista e quem daqueles atingir o quociente eleitoral passa a ser o primeiro. E a lista fechada é todo mundo ser escolhido, à ordem, pelos filiados do partido.

Eu defendo a lista mista. Essa lista bloqueada é uma miscigenação da lista belga. E a lista aberta, que é a nossa lista, só existe na Finlândia, no Peru, no Equador e no Brasil.

Eu acho que esse tema é muito complexo. Eu não falei até hoje em nenhuma platéia que tivesse consenso sobre a matéria.

A mista é o seguinte: vamos imaginar, o Rio de Janeiro tem 46 Deputados Federais. Vinte e três são escolhidos dentro do partido por eleição direta de todos os filiados. Aí você coloca quem tiver mais voto até sucessivamente. E as outras 23 vagas são na lista aberta. Cada partido coloca 46. Para ser escolhido, se um partido só tiver todos os votos faz os 23 da aberta e da fechada. Metade é escolhido na lista fechada, com eleição direta dentro do partido, e metade da bancada federal é escolhida em lista aberta. Entendeu?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALEXANDRE CARDOSO – Vou escrever: o Rio de Janeiro tem 46 Deputados Federais. O PSB vai apresentar um conjunto de parlamentares na lista fechada. E se ele tiver legenda para eleger 3, elege 3 da lista fechada e apresenta um conjunto de Deputados que vão correr na lista aberta, para a população poder escolher. Então, metade dos Deputados eleitos vão ser eleitos escolhidos pelos filiados ao partido, primeiramente. Lógico que depois ele tem que atingir o quociente. E metade por eleição, como é hoje feito no Brasil.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Alexandre, só uma pergunta. Mas nesse caso é mais no sistema do voto distrital, não é?

O SR. ALEXANDRE CARDOSO – Não, não.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Porque você tem 2 votos no voto distrital. Você tem a metade que vota no sistema e a outra metade...

O SR. ALEXANDRE CARDOSO – Não, Carlinhos. Isso é distrital misto. Não é distrital misto, é lista mista.

Depois eu abrirei o debate. Voto distrital misto é quando você forma o distrito. Não tem nada a ver com lista mista.

Eu quero dizer para vocês que esse é um tema de amplo debate em qualquer platéia que participamos. Alguns projetos que foram aprovados aqui, são aprovados por maioria às vezes muito pequena. Eu acho que tem que se fazer um grande debate. Agora, o atual sistema é uma irresponsabilidade. Se nós não fizemos nada para a eleição de 2006, vamos ter uma Câmara mais contaminada e a Assembléia Legislativa mais contaminada. E quem tem responsabilidade com este País tem que fazer algumas mudanças: diminuir custo de campanha imediatamente, mexer nessa questão de *showmícios*, desses financiamentos loucos, e principalmente acabar com uma pergunta que tem matado a democracia no Brasil, quando a pessoa fala assim: se você não tiver dinheiro, não se meta em campanha política.

Muito obrigado. Estou à disposição para o debate. *(Palmas.)*

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) – Obrigada, companheiro Alexandre. Nós já contamos com a presença do nosso Presidente, Roberto Amaral, no plenário.

Vamos então abrir as inscrições para o debate. Já temos um companheiro inscrito.

A Mesa propõe 3 minutos e avisa no segundo minuto.

O companheiro Leonelli já pode se dirigir à tribuna.

O SR. DOMINGOS LEONELLI – Eu queria um esclarecimento da Mesa. Queria saber se essa proposição de nota da Comissão Executiva é objeto dessa discussão.

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) – Vou esclarecer. Essa não é uma proposição de nota da Comissão Executiva. Esse foi um texto construído pela comissão nomeada pela Executiva para sistematizar o texto.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – O que o Leonelli está falando é o texto que foi distribuído e que será objeto de discussão na manhã de domingo.

O SR. DOMINGOS LEONELLI – Está certo.

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) – Me desculpe. É o texto da conjuntura que você está falando, não é, Leonelli?

O SR. DOMINGOS LEONELLI – Exatamente.

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) – Os companheiros que tiverem perguntas a fazer, além das opiniões a dar, vamos organizar em cinco blocos, para que os nossos oradores possam esclarecê-los.

O SR. DOMINGOS LEONELLI – Eu posso fazer perguntas ou posso fazer comentários?

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) – Pode as duas coisas.

O SR. DOMINGOS LEONELLI – Então eu queria antes compreender se nós vamos votar aqui uma posição sobre o voto nominal ou voto partidário. Porque o que pude compreender da exposição do companheiro Alexandre, é que a lista fechada é o voto partidário. Você vota no PSB, no PT, no PCdoB. É exatamente isso, Alexandre? Porque eu acho que eu e outro companheiro não alcançamos.

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) – Companheiro Alexandre, vamos tentar juntar em blocos, porque se a cada intervenção os companheiros forem responder...

O SR. DOMINGOS LEONELLI – Está certo. Então fica registrada essa minha indagação.

Penso que será difícil, companheiros, debatermos em detalhe a exposição tão competente que o companheiro Alexandre fez. É impossível porque temos uma lista enorme de aspectos que precisariam ser devidamente esclarecidos.

No entanto, penso que alguns princípios, algumas posições deveriam ser assumidas pelo Congresso do PSB. A pedido até de alguns companheiros da própria Executiva, fiz algumas notas que acabaram se transformando numa tese aprovada até pelo Diretório Estadual da Bahia, que lamentavelmente não pudemos inscrever a tempo. Vou ver se consigo reproduzi-la para exame, e acho que tem algumas coisas que coincidem até com essa nota que acabei de passar os olhos.

Porém, penso que seria importante que nós, sobre esse aspecto, compreendêssemos que a crise que estamos vivendo não é uma crise de confianças traídas, de apenas disseminação da corrupção ou de continuação da corrupção, ou de adoção de métodos antigos por partidos novos. Acho que estamos vivendo uma crise estrutural. O modelo político brasileiro está fazendo água.

Acredito que deveríamos aprovar aqui como medida preliminar uma eleição mais limpa. E o que é uma eleição mais limpa, a meu ver? É livrar o País da ditadura do *marketing* que não penaliza apenas o processo eleitoral, mas também os governos, que governam hoje com pesquisas quantitativas e qualitativas e não com compromissos. Acho que nós temos que retomar, quando muitos dizem: vamos acabar com a pirotecnia na televisão, programas bilionários que só quem tem dinheiro roubado pode realizar, porque ninguém pode filmar em 35, passar depois para 16, fazer essa parafernália que conheço bem, porque sou da profissão, e pensar que isso é a democracia, é a liberdade de expressão. Não é. Isso é o sufoco da liberdade de expressão.

Tampouco comparar os limites ao uso da televisão à Lei Falcão, Isso também é falso. A Lei Falcão proibia a expressão política, enquanto o que nós pretendemos, proibindo toda essa parafernália bilionária, é possibilitar que as pessoas vão à televisão e digam o que pensam, com sua boca, com sua cara, com a bandeira do seu partido ao lado e pronto. Penso que se aprovarmos aqui uma posição clara, com 4 ou 5 pontos a esse respeito, estaremos dando uma contribuição à bancada do partido, uma orientação e até uma decisão, e vamos contribuir efetivamente para a democratização.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) – Obrigada,

companheiro Leonelli.

Está inscrito o Jordan, da Bahia, e logo em seguida o Joilson.

O SR. JORDAN – Boa tarde, companheiros, eu sou lá de Vitória da Conquista, na Bahia, e tenho algumas experiências que passei na minha vida, inclusive na minha família.

Em 1982 e 1986, meu pai participou de duas campanhas para deputado estadual, e em 1982 houve a criação do voto vinculado. Ele era de uma legenda naquele momento, a gente com uma campanha humilde, dois carros velhos viajando pelas cidades vizinhas, obtivemos a votação de cerca de 9 mil e alguns votos naquele período. E, pelo fato do voto vinculado, perdemos até um primo nosso, que era candidato de outra legenda, que tinha todo interesse em votar. Não podia. Perdemos por mil e poucos votos a eleição para Deputado Estadual. Meu pai, coitado, gravei o sentimento dele de frustração na vida. Foi Vereador duas vezes em Conquista, mas não conseguiu ser Deputado, pela questão econômica e até pelo desrespeito da questão dos empresários mais fortes, que eram candidatos, da área médica, da área de saúde, e não conseguíamos participar.

E eu tive algumas experiências em campanhas agora no PSB. Por exemplo, em 2004, eu fui voto vencido na discussão, mas não leva a coisa alguma no momento, em que o PSB poderia sair sozinho. Aí houve aquela redução de vagas de 19 para 14 na minha cidade. E o Congresso Nacional, a gente em casa liga a televisão à noite, daqui a pouco tem uma mudança. A gente fica refém do que o Congresso pensa. A gente desanima. Eu ia ser candidato a Vereador. Quando vi aquilo, disse: não vou ser. Vai ter que coligar com PCdoB, com PV, PCdoB com a FETAG, forte um candidato, outro do PV ligado ao meio educacional, com financiamento etc.

Quer dizer, você não tem estímulo para ser candidato a nada neste País. É um desrespeito a quem tem ideologia política, a quem tem vontade de lutar, de participar. Quando você começa a botar um pouquinho as asas de fora vêm lá e podam você; você não vai para lugar algum.

Então, a gente tem que ter pelo menos uma resolução, como disse o Leonelli aqui agora, que o PSB saia na frente: essa reforma quer prejudicar os pequenos partidos, que começam a avançar no crescimento da população. Eu costumo dizer, e falei no Congresso do PSB lá em Salvador, que nós temos um grande defeito ao nível estadual, federal, em todo o Brasil. O PT conseguiu externar o sentimento do povo brasileiro: nós estamos muito presos dentro da nossa realidade, do nosso programa. Estudando a origem do nosso partido, a Fundação João Mangabeira, João Mangabeira que foi um dos maiores juristas deste País, quando ele conseguiu ser Deputado pela UDN e dentro da UDN, que

tinha a esquerda democrática, ele fundou o PSB e dali então ele foi Deputado Federal. Com a redemocratização, na primeira eleição nós não conseguimos fazer ninguém. Na segunda fizemos um Deputado.

Quer dizer, quando o País começa a sentir a possibilidade dessa representação política aí vêm os grandes partidos, e agora também o nosso amigo PT, no mesmo pensamento. Não, vocês ficam lá. Vocês vão fazer 22 Deputados, mais do que isso não.

Então nós temos que tirar uma resolução, uma crítica veemente, com responsabilidade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) – Obrigada, companheiro.

Está inscrito o companheiro Joilson, logo em seguida Severino Gomes.

O SR. JOILSON – Companheiros, companheiras, essa é uma discussão que permeou, no dia de ontem, o nosso V Congresso Nacional Sindical e que os sindicalistas do PSB vêm com bastante apreensão a tentativa e o encaminhamento da reforma política que está hoje sendo discutida no Congresso Nacional.

Assim como defendeu o nosso companheiro Carlos Siqueira, nós os sindicalistas do PSB, acreditamos que esse Congresso não está legitimado a fazer essa reforma, porque a reforma que está sendo gestiona nesse Congresso, no nosso entender, é um grande acordo das elites no Parlamento, baseado e atrelado a interesses de fora, para manter o sistema político brasileiro no que está.

Quero então ler duas frases da resolução que os sindicalistas tiraram no V Congresso, mostrando a nossa posição frente a reforma política:

“Impossível o avanço e a permanência da democracia brasileira baseada numa estrutura política partidária, fraudada pelo poder econômico que se apresenta nas disputas eleitorais”. “É quase impossível conviver com um sistema político desvirtuado e distorcido na sua representação como o nosso”.

Ou seja, o pano de fundo que estamos discutindo, com esse tema da reforma política, é na verdade a possibilidade de a sociedade brasileira conviver ou ter um sistema de democracia em que o povo esteja no centro do poder. É isso que está em pauta na discussão da reforma política.

Sendo assim, não queremos o rebaixamento das nossas bandeiras. O PSB não pode, a pretexto de passar alguns pontos da reforma nesse Congresso, rebaixar nossas bandeiras. Nossas bandeiras devem ser hasteadas e levantadas baseadas em quatro princípios: o primeiro é que para se fazer uma mudança

no sistema político do nosso País, devemos convocar o povo. O povo deve decidir por representações que venham representar o seu interesse numa possível reforma política.

A segunda bandeira é a questão do fortalecimento dos partidos. Não podemos conviver com a traição e com a fraude que se dá hoje na relação dos candidatos e dos eleitos com os seus partidos.

A terceira bandeira é no sentido de o PSB defender a diminuição ou anulação das cláusulas de barreira.

E a última bandeira é a defesa intransigente do financiamento público de campanha, porque na verdade o financiamento público de campanha já existe. Só que ele é realizado através do financiamento privado de campanha que depois vem fraudar os cofres públicos, o orçamento público, para depois pagar a contribuição que os empresários dão para os seus candidatos virem aqui no Congresso defender as suas posições.

Essa é a posição da CMS e dos sindicalistas do PSB. *(Palmas.)*

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) – Obrigada, companheiro Joilson.

Companheiro Severino Gomes e, logo em seguida, Celso Pancera.

O SR. SEVERINO GOMES – Companheiros do PSB, inicialmente nossas saudações socialistas.

Quero dizer aos companheiros que estamos, como já disse anteriormente em outros congressos, neste partido desde 1987. Nele chegamos eu e meu amigo Ninho, e mais um outro Vereador lá de Pernambuco, éramos só 3 Vereadores no Estado, e tenho a satisfação de dizer que o PSB hoje é bastante forte não graças a mim, evidentemente, mas aos companheiros que chegaram no partido.

Mas esse tema aqui discutido eu considero de extrema importância, e gostaria de contar um dado da minha cidade. Na minha cidade, que tem 44 mil eleitores, uma pessoa que foi candidata nas eleições passadas gastou simplesmente 300 mil reais em sua eleição para Vereador. Não foi para Prefeito, foi para Vereador! Houve candidatos lá que estavam no dia da eleição com 100 mil reais no bolso. Isso prova a realidade desse quadro político hoje existente, em que os que têm, têm o poder, e os que não têm, não têm o poder. Sonham com o poder. *(Palmas.)*

Por isso mesmo, gostaria de fazer um apelo neste momento diante dos dados tão importantes que o Alexandre colocou aqui para nós, que infelizmente talvez não dê mais tempo, mas que fosse entregue um documento, se não for possível até amanhã, com todos os elementos que foram colocados hoje aqui, mas posteriormente seja enviado aos diretórios municipais, para que tenhamos

esses dados e possamos também, em cima desses elementos, fazer reuniões com os companheiros lá dos nossos municípios e fazer esse tipo de discussão. Porque é a primeira vez que eu vejo esse tipo de discussão tão importante como neste Congresso de hoje. E acho que estamos de parabéns porque os companheiros vieram imbuídos da responsabilidade de fazer com que este seja um Congresso não só deste partido mas, acima de tudo, do futuro deste partido.

Por isso, encerro dizendo o seguinte: companheiros, precisamos de uma reforma política já. Precisamos também urgentemente que o partido continue se posicionando em cima dessa reforma. E ainda: que a luta continue pela ética, pela moral e pela dignidade, para que o povo não tenha tantas decepções como vem tendo.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) – Obrigada, companheiro.

Chamo o companheiro Celso e, logo em seguida, vamos fazer um intervalo para as respostas dos oradores e, após, o companheiro José Antônio, do Maranhão.

O SR. CELSO PANCERA – Boa tarde, sou de Duque de Caxias, no Rio de Janeiro.

Há dois anos estabelecemos essa discussão num grupo de estudos no Congresso Nacional do PSB e houve muita resistência naquele momento a essa proposta de reforma política. Diversos companheiros, após a explanação do Alexandre Cardoso, vieram combater a proposta de reforma política. E havia dois argumentos básicos: o primeiro era contra o financiamento público de campanha e o segundo era contra a lista partidária. E agora nós vemos, passados dois anos e o partido de novo no Congresso, a atualidade e a importância do debate naquele dia e como teria sido importante uma resolução firme naquele dia, por parte do PSB.

Porque assim como nós ocupamos a televisão, para falar de reforma urbana, temos que ocupar a televisão para falar de reforma política. E nós temos que tirar uma resolução firme daqui, senão vamos perder de novo o bonde da história. Porque isso nós podíamos ter decidido há dois anos, e muitos companheiros, presentes aqui hoje inclusive, se colocaram contra a proposta de reforma política.

E dentro dessa proposta de reforma política, uma das coisas mais importantes é o tempo de filiação ao partido. Nós estamos vendo que agora no dia 30 de setembro encerra-se o prazo de filiação partidária para quem quer concorrer ano que vem. E fica aquela correria de última hora dos possíveis

candidatos, para ver qual o partido que está melhor na conjuntura, para sair candidato. Não leva em consideração, em hipótese alguma, o programa partidário, a história do partido, a perspectiva de alianças. Ele leva em conta, sim, a possibilidade da sua eleição.

Então, um dos critérios fundamentais, a meu ver, da definição da reforma política e da fidelidade partidária é a questão do tempo de filiação para concorrer.

Outra questão é a da legitimidade do Congresso. Eu acho que o partido tem que fazer uma batalha para que a atual Câmara e o atual Senado façam uma reforma, ainda que seja tímida, para indicar alguma coisa para a população para o ano que vem. Porque não é só a derrota do PT, é a derrota da esquerda. Então nós temos que indicar alguma alternativa para a população, para que ela não deixe de votar em nós. Ora, nós estamos tomando algum tipo de iniciativa aqui e nós queremos melhorar. E como nós vamos melhorar depois disso?

Eu acho que o PSB tem que levar para o Congresso a proposta de uma constituinte exclusiva. Eleger um grupo de pessoas, através das listas partidárias, o ano que vem, para que tenha uma constituinte, exclusiva, com mandato de um ano, para reforma política e para reforma tributária. Eu acho importante levarmos essa bandeira agora já para as ruas do Brasil e ano que vem na eleição. Que tenha uma constituinte exclusiva fora do esquema de financiamento das grandes campanhas, para pensar a estrutura política e a estrutura econômica neste País.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) – Obrigada, companheiro.

Vamos então dar a palavra para os companheiros expositores.

Alexandre.

O SR. ALEXANDRE CARDOSO – Companheiros, vocês já viram aqui que mais uma vez o consenso não será encontrado. Até porque essas matérias não podem ser discutidas separadamente.

O financiamento público na Itália, em lista aberta, sem nenhum tipo de controle, foi objeto do início das operações mãos limpas naquele país. Agora, acho fundamental que esse debate seja aprofundado.

Eu vi, por exemplo, o Jordan colocar uma forma e o Joilson colocar outra. Agora, está bem, não vamos fazer nada. Vocês acham que em 2006 o resultado da eleição vai ser melhor ou pior? Se nós não fizermos nada, aquela tese: Ah! Eu não voto em branco, um canalha e tal. Se o homem de bem não votar, vocês não tenham dúvida de que o Parlamento vai piorar. Se nós não diminuirmos os custos da campanha os filiados do PSB vão ter menos chance de chegar aos Poderes Legislativos Estaduais e Federal.

Então, nós temos que avançar. O ideal era fazer uma reforma profunda, mudar a Constituição. Agora, se não fizermos nada, as eleições ficarem mais caras, mais chance vai ter quem tem dinheiro de ganhar a eleição. E quem tem que votar é esse Congresso. Ah, não vota nada! Não vota nada? Em 2006, as bancadas conservadoras e a direita endinheirada vão crescer. Eu espero que não seja isso que se queira.

A questão da constituinte, mencionada pelo Celso. Eu sou adepto de se discutir uma constituinte. A dificuldade hoje é se a constituinte é o Congresso eleito ou não. Tem proposta aí de a constituinte ser alterada para ser metade do número de Parlamentares. Não há consenso para isso aqui nesta Casa. Então, eu defendo uma reforma política o mais ampla que possamos fazer. Agora, não considero democrático e muito menos que vá ajudar o crescimento da esquerda se não diminuirmos os custos das campanhas, se não criarmos para a sociedade chance daqueles que têm menos conseguirem ser eleitos.

Acho que esse é o encaminhamento pelo menos das quatro intervenções iniciais.

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) – Obrigada, Alexandre. Carlos Siqueira.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALEXANDRE CARDOSO – Leonelli, eu posso apresentar uma série de projetos. Na verdade, desculpe-me, Carlinhos, pelo respeito e o carinho que tenho pelo Leonelli, eu acho, por exemplo, o projeto do Senado que está vindo tem muita coisa que é boa. Eu não concordo com a diminuição do tempo de televisão, porque a televisão é gratuita para nós e aquilo permite publicitar principalmente a quem não tem. Por exemplo, a diminuição de *showmícios*, camisa, brinde, sou totalmente favorável.

Agora, simplesmente não levantei cada tema, porque senão íamos ficar até amanhã discutindo isso. Agora, diminuir brindes, camisas, *showmícios*, isso eu acho que é consenso em qualquer democracia.

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) – Obrigada, companheiro Alexandre. Vamos pedir mais uma vez a colaboração do Plenário no sentido de fazer silêncio, para que possamos aproveitar a fala dos nossos expositores e dos oradores.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro Secretário Nacional) – Acho que as intervenções foram muito boas.

Começando pelo Leonelli, nós temos que, em caráter emergencial, e eu deixei claro isso na minha exposição, admitir não uma reforma, mas algum remendo este ano, que é o possível, com a legitimidade que falta a esse Congresso

Nacional, para baratear o custo das campanhas eleitorais. E as iniciativas que estão sendo propostas já, inclusive ali, barateiam o custo.

E isso é bom para nós do PSB, porque, se não tivermos *showmícios*, porque não podemos fazer, mas o adversário tiver, claro que ele vai estar em maior vantagem. O que nós não podemos é ter ilusão de que essas iniciativas que já estão propostas vão diminuir a interferência do poder econômico nas eleições, porque não dá para não se fazer uma reforma profunda e achar que o poder econômico vai deixar de agir. Não, vai. Agora, essas iniciativas que estão propostas eu acho que nós devemos admitir em caráter emergencial, sem deixar de mencionar a necessidade de uma reforma mais profunda.

Acho que o companheiro Jordan foi no “x” da questão. O conjunto da reforma que está proposta, se considerarmos o seu conjunto, ela pretende reduzir o número de partidos e congelar o quadro partidário. Disso não há qualquer dúvida. O Joilson fala da falta de legitimidade do Congresso Nacional e também é uma verdade. Ninguém pode duvidar de que esse Congresso não está com legitimidade para fazer reforma política profunda. (*Palmas.*)

O Celso fala na questão da constituinte exclusiva. Veja bem, acho que devemos discutir um pouco mais essa questão da constituinte, porque quando acontece uma constituinte no País? Quando há uma ruptura da ordem institucional. Eu não conheço nenhum processo constituinte nem no Brasil nem no mundo em que a convocação de uma assembléia constituinte exclusiva não seja em decorrência ou de uma revolução ou de uma ruptura institucional do final de uma ditadura, onde você sai de um regime ditatorial e entra em outro. Assim mesmo há vários países, eu diria os nossos vizinhos, a Argentina passou por duas ditaduras e permanece com a mesma Constituição.

Então, para fazer a convocação de uma assembléia nacional e exclusiva, inclusive no final da nossa última ditadura não se pôde fazer, porque o que se discute juridicamente isso é impossível. Não vamos ter ilusão. Não tem cabimento. Se vocês pensam uma revisão constitucional aí eu diria outra coisa, mas uma constituinte para fazer uma reforma política... Até porque você pode mudar substancialmente a legislação partidária eleitoral sem fazer reforma na Constituição. Você pode fazer por lei ordinária.

Agora, só para encerrar essa fase, quero muito chamar a atenção dos companheiros para dois aspectos. E eu acho que este Congresso não deveria perder a oportunidade de sair daqui decidido. Duas coisas importantes nós podemos decidir: que as nossas bancadas na Câmara e no Senado não poderão votar favoráveis ao fim das coligações nem à manutenção da verticalização. Acho que temos que fechar questão e dar essa orientação para as nossas bancadas. (*Palmas.*)

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) – Chamamos o companheiro José Antônio Almeida e, logo em seguida, Alexandre Melo e Filho.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO ALMEIDA – Boa tarde a todos os companheiros, uma coisa é o que se quer e outra coisa é o que é possível. A atual situação jamais permitiria uma reforma política profunda e desejável. Eu diria até necessária. A atual situação impede qualquer questão polêmica e não pode haver questão mais polêmica do que aquela que mexa com a situação de cada um dos integrantes do Congresso Nacional.

E nós sabemos que, infelizmente, muita gente chega no Congresso Nacional, chega na Câmara com unicamente um pensamento: a sua reeleição. Muita gente chega só pensando como vai se reeleger, não está pensando o que vai fazer durante o mandato. Então, evidente que toda questão que envolva mudança das regras do jogo é uma questão polêmica. E neste atual momento dificilmente teremos chance de ter aprovada alguma questão polêmica.

Nem discuto a legitimidade do Congresso, porque não tem outro. O Congresso Nacional que está aí vai ter que votar a reforma política. Então eu acho que deveríamos propor coisas bem factíveis, viáveis, na linha do que colocou o companheiro Carlos Siqueira, por exemplo, como também colocou aqui o companheiro Leonelli. São pontos fundamentais para o que é possível conseguir agora.

O fim da verticalização. É uma emenda constitucional, mas já foi aprovada no Senado, falta a votação no plenário da Câmara. Talvez seja possível. É de todo relevante que o PSB se posicione nesse sentido.

A questão da coligação. A coligação não é uma coisa que em si só seja um mal, em momentos ela cumpre um papel muito importante e relevante, inclusive na obtenção do quociente eleitoral para alguns partidos e em muitos casos ainda é o problema do PSB.

Desculpe-me, Alexandre, mas a questão não é diminuir o *showmício*, é erradicar, acabar com o *showmício*. Não tem que ter, é a coisa mais enganosa hoje que tem o chamado comício. Você pode fazer o maior comício porque você tem uma banda famosa. Isso não significa nada. Você pode ter lá 50 mil pessoas e não ter 5 mil votos.

O SR. ALEXANDRE CARDOSO – José Antônio, a emenda do fim do *showmício* é minha, não quero diminuir, eu quero acabar.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO ALMEIDA – Pois é, mas você falou em diminuir.

O SR. ALEXANDRE CARDOSO – Não, é ter comício e não ter o *showmício*.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO ALMEIDA – Pois é, acabar com o comício e também a questão da produção de tevê. Eu só queria reclamar para o Jaime que ele não me avisou que faltava 1 minuto, só avisou que acabou. Pelo menos eu não ouvi.

Então, é o que é factível. É isso que devemos aprovar aqui.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) – Obrigada, companheiro José Antônio. Estão inscritos os companheiros Alexandre Melo e, logo em seguida, Edir Marcos Mendonça.

O SR. ALEXANDRE MELO E FILHO – Boa tarde Mesa, boa tarde companheiros, quero primeiramente parabenizar os nossos companheiros da Secretaria Nacional do Movimento Negro Socialista que saiu vitorioso no seu congresso.

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) – Um momento, companheiro, vamos aguardar o Plenário fazer silêncio. (*Pausa.*)

Pois não, companheiro.

O SR. ALEXANDRE MELO E FILHO – Prosseguindo, quero parabenizar os companheiros da Secretaria Nacional do Movimento Negro Socialista, pois fizemos um congresso hoje e elegemos a companheira Jaci Proença, Vice-Prefeita de Cuiabá, a nossa Secretária Nacional. (*Palmas.*)

Quero começar minha fala com um trecho da entrevista de um amigo meu também, o escritor João Ubaldo, quando disse: “Eu não sou louco de falar que no Brasil não tem racismo”, primeiramente. Quando eu digo isso é porque militar no movimento negro não é se isolar das questões gerais e sim discutir a sociedade numa outra ótica, uma ótica socialista, uma ótica igualitária, uma ótica de junção de valores etc. E quando falamos de reforma política desse sistema político atual, é um sistema político que está corroído, que está corrompido e principalmente excludente.

Quando o Deputado Alexandre Cardoso mostrou os dados, com relação às mulheres do Parlamento, e praticamente mais de 50% da população, a população negra que é de aproximadamente 46% entre negros e pardos, os dados são piores ainda, porque é um sistema político eleitoral que corrompe e que corrói.

Não há dúvida de que 90% desta Casa são representados pelas elites,

10% são representações populares. Ficar do jeito que está, eles se reelegerão. Fazer o processo com lista aberta ou fechada como eles querem, eles se reelegerão. Medidas paliativas, pior ainda. Agora, o quadro ainda é pior, porque minimamente na próxima legislatura vai se fazer pelo menos revisão constitucional e que vai mexer com o dia-a-dia de cada cidadão.

Agora, na nossa opinião, o PSB tem que assumir essa bandeira e fazer o diálogo com a sociedade, os movimentos sociais, movimentos negros, juventudes, que são o elo, o intercâmbio do diálogo com a sociedade. E uma coisa que é importante e foi colocada aqui, financiamento público, que somos a favor, mas tem uma questão que fala em voto em lista, quando se fala fechada. Muda-se o conceito da eleição. Porque não adianta um partido que, por exemplo, defende um trabalhador rural e monta a sua lista cheia de latifundiários, esse não vai ter voto, porque vai ser a cara do partido. Eu acho que fidelidade partidária, 3, 4 anos, também tem que ser, porque não adianta a pessoa vir para ser candidato, a pessoa tem que vir para construir o partido político, construir a ação política.

E no movimento negro se vê que tem que haver recorte de gênero, de raça nas listas, porque nós somos um partido socialista e temos que pregar o socialismo na igualdade e a equidade do processo eleitoral, para que os movimentos sociais tenham chances e possam entrar na disputa política parlamentar.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) – Obrigada, companheiro Alexandre.

Companheiro Edir está inscrito. Logo em seguida o Gerlando.

Queria avisar aos companheiros que o companheiro Francisco, do Maranhão, perdeu o telefone e está pedindo que quem encontrar, por favor, entregue aqui à Mesa. O número é 91347778.

Pode falar, companheiro.

O SR. EDIR – Boa tarde companheiras e companheiros, boa tarde também aos companheiros da Mesa.

Eu estou muito satisfeito em participar dessa discussão política de alto nível sobre essa questão da reforma política que está para ser discutida no Congresso Nacional. E fico muito satisfeito de ver que o partido tem todo interesse nessa discussão.

E quero aqui expressar que realmente já estou contemplado com boa parte da falação de alguns companheiros que defenderam aqui o financiamento público das campanhas. Eu acho que isso é fundamental para a democracia no

País. É muito importante mesmo.

Quero também expressar um outro aspecto. A crise é má conselheira. Esse é um ditado muito antigo. Então, nesse momento de crise política é que algumas pessoas, com todo respeito, apresentam propostas que vão de encontro à democracia, dizendo que aquela é a solução. É o caso, por exemplo, da questão das listas partidárias, de que discordo frontalmente, e vou dizer por quê.

Lembro que na época em que estávamos nas ruas, para derrubar Collor, muitos que pretendiam uma reforma diziam que aquela crise toda era culpa do presidencialismo. Mas não era, porque parlamentarismo é eleição indireta. O presidencialismo é que é o melhor. E na época as pessoas diziam que aquela crise toda, provocada pela quadrilha do Fernando Collor de Mello, era culpa do presidencialismo. Não era.

Agora vem a questão das listas. É uma agressão à democracia. Por quê? Porque a democracia precisa que todo cidadão tenha estímulo de se candidatar a Vereador, a Deputado ou a qualquer outro cargo, e no momento em que tem essa lista fechada, quem vai querer concorrer em um partido que tem perspectiva de eleger 2 ou 3 Vereadores, se a pessoa ficar lá no décimo lugar da lista ou no último? Quem vai querer concorrer? E isso é uma forma de fazer com que se restrinja cada vez mais o estímulo a que as pessoas sejam candidatas, e a democracia é que vai sair perdendo com isso.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) – Obrigada, companheiro.

O próximo inscrito é o companheiro Gerlando e, logo em seguida, o companheiro Kaleb de Oliveira.

O SR. GERLANDO LINHARES – Boa tarde a todos. Venho de Souza, interior da Paraíba, onde vigora o coronelismo político do interior dos sertões brasileiros.

Essa lista fechada faz com que jamais alguém como eu chegue um dia a sonhar em ser Vereador, porque eles poderão colocar nessas listas sobrinhos, parentes, até um vaqueiro eles podem colocar para ser Vereador, para ser submisso a eles. (*Palmas.*)

Nós não podemos deixar que essa lista fechada passe. Nós temos que...

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) – Companheiro, um momento. Nós vamos novamente pedir ao Plenário que colabore conosco. Cada companheiro que se inscreve tem o direito de ser ouvido.

Muito obrigada.

O SR. GERLANDO LINHARES – Obrigado.

Então, os nossos Deputados vão ter que lutar muito contra esse tipo de agressão ao cidadão de ter que eleger alguém que não queira, porque certamente ninguém do povo, ninguém lá de baixo vai um dia estar no topo de qualquer lista. Não existe isso nem em sonho.

Neste País onde se diz: não, mas vamos financiar as campanhas. Vai dar dinheiro a quem já tem muito dinheiro. Eu sou a favor de que se financiem as campanhas, mas que sejam punidos aqueles que gastam além do que receberam. Mas no País onde existem mais leis do que em qualquer outro do mundo, eu acho que é o Brasil. Não se tem tempo de cumprir 1% das leis que existem.

Eram essas minhas palavras e espero, companheiros, que daqui a 3 anos haja um congresso muito maior, com maior número de pessoas. *(Palmas.)*

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) – Obrigada, companheiro.

A Mesa informa ao Plenário que, durante a fala do companheiro Kaleb de Oliveira, estarão sendo encerradas as inscrições. Logo após o companheiro Kaleb, estão inscritos o Gildelson de Jesus, Delegado da Bahia.

O SR. KALEB DE OLIVEIRA – Meus companheiros, que o tema é para lá de espinhoso eu acho que está demonstrado. Cada um que vem aqui diz uma coisa diferente.

Tenho acompanhado desde o início essa discussão. Quero parabenizar o companheiro Deputado Alexandre Cardoso, que teve uma tarefa espinhosa que ataca um dos problemas mais sérios deste País. Nós estamos falando do nosso processo de representação e essa é uma questão fundamental.

Quero dizer que pensei muito a respeito, que a nossa bancada também não tem consenso a respeito disso, porém acho o seguinte: nós não podemos ter medo das mudanças e das transformações. O nosso processo político eleitoral, o nosso processo de escolha das nossas representações, para dizer o mínimo, para não usar palavras muito pesadas, ele está no mínimo mortalmente contaminado. Essa dinheirama nas campanhas eleitorais, essa falta de seriedade, essa falta de confiança que cada um de nós, na qualidade de eleitores, de cidadãos, tem no processo eleitoral, isso mina a nossa democracia que é jovem, é recente, tem que ser cuidada, tem que ser regada e regrada também.

Nesse sentido é que assim como o próprio Deputado Alexandre disse que no projeto elaborado pela Comissão ele não tem concordância com tudo, eu também não tenho concordância com tudo. E também não é verdade que simplesmente uma mudança no processo político eleitoral vai resolver os grandes problemas do País. Não é isso. Agora, é preciso fazer alguma coisa.

E a comissão chegou a um conjunto de normas que pelo menos demonstra que não é nada desconhecido. É preciso dizer que a eleição com

lista fechada é uma coisa que existe em grande parte dos países do mundo, em toda a Europa, no Japão, em Israel, não é nenhuma experiência nova.

Aí eu pergunto também o seguinte: nós temos que ter medo de quê? Ora, a lista fechada acaba gerando essa discussão feita, sim, meio por cima, ela gera alguns fantasmas. A lista fechada não abstrai as pessoas, os candidatos. É evidente que se na lista para Deputado Federal do Rio de Janeiro, estiver o companheiro Alexandre, o resultado vai ser um; se estiver o meu, vai ser outro. Lá ninguém sabe que eu existo. Mesmo eleição com lista, olha-se o eleitor.

Outra coisa, financiamento público de campanha. Alguns companheiros disseram que são a favor de financiamento e contra a lista. Não pode, companheiros. Para ter financiamento público tem que ter lista, porque é uma questão da fiscalização. É impossível dar dinheiro público para milhares e milhares de candidatos espalhados pelo País se o Governo não tem como fiscalizar isso. Por exemplo, eu sou presidente de partido no Rio Grande do Sul e me dei o trabalho de fazer a conta.

E meus companheiros, concluindo, digo com tranqüilidade que no Rio Grande do Sul, com o financiamento público e com a lista, nós vamos ter mais dinheiro para fazer a campanha do ano que vem. Peguem uma planilha e façam a conta nos seus Estados que eu acho que vamos ter mais gente pragmaticamente defendendo a proposta da comissão, porque acho o seguinte: precisamos moralizar e a reforma eu faço votos de que esta casa consiga aprová-la.

Teria muito mais a dizer, mas o tempo realmente é curto. *(Palmas.)*

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) – Agradecemos ao companheiro.

Saudamos a chegada da companheira Luiza Erundina, que também integrou a comissão que trabalhou sobre esse tema, e a convido para fazer parte da mesa dos trabalhos. *(Palmas.)*

O próximo inscrito é o Gildelson.

O SR. GILDELSON DE JESUS – Companheiras e companheiros, acho que a Mesa depois tem que colocar o encaminhamento de cada questão de forma muito pragmática, dada a realidade. Inclusive sou adepto do sistema misto e já deixo a pergunta para o companheiro Alexandre. Entendo que o sistema misto não deveria ter coligação. Como é que se resolve esse problema?

Mas quero aproveitar o momento, já que o PSB está chegando aos seus 58 anos e por coincidência essa homenagem ao nosso velho Arraes, que acredito, salvo engano, sua vida política foi de 58 anos, de 47 para cá o partido passou a ser construído e Arraes ingressou praticamente na carreira pública a partir de 47. Mas quero aproveitar este momento para chamar atenção, em primeiro lugar, da nossa bancada de Deputados Federais. Ano passado, foi uma verdadeira bagunça,

para não falar uma palavra mais feia, aquela interferência do TSE na vida das câmaras municipais, como alguém já mencionou aqui. Não é possível, nossos vereadores das cidades médias são os que são projetados muitas vezes para ser candidato a estadual e federal, então por uma questão estratégica temos vários companheiros suplentes de vereadores, inclusive do PSB, da esquerda brasileira, que estão alijados, por que os nossos Deputados não tiveram o devido cuidado, deve ser votado agora, parece, para rediscutir a proposta de proporcionalidade das câmaras no dia 25.

E quero chamar atenção também para os nossos quadros intelectuais do partido que, com 58 anos de idade, não podemos entrar na qualidade de comissão executiva e bancada apenas no critério da institucionalidade partidária. Esse partido mais do que nunca precisa ser criativo e revolucionário e não apenas ficar na mesmice da ordem vigente.

O PT, na última eleição para Presidente, infelizmente, jogou na lata de lixo a questão ideológica neste País, quando se discutiu ganhar eleição o poder pelo poder, aliando-se à direita. Então, temos que nos diferenciar dessas questões e propor realmente propostas profundas no modelo de Estado e na reforma política. Então é preciso, sim, trabalhar a idéia de uma constituinte pautada, definindo qual o seu objetivo dentro dessa atual estrutura que enfrentamos.

Quero aproveitar, só para concluir, para fazer algumas provocações. Como partido de esquerda revolucionário, para que serve mesmo o Senado da República? Para que esse sistema bicameral? E estou dizendo isso com profundo respeito e sei da importância dos nossos Senadores, mas para que eles servem no estado correto que a Câmara cumpra seu papel legislativo, para que servem os governos estaduais como intermediários do Governo Federal?

São questões profundas. Para que serve uma câmara de Vereadores numa cidade de 2, 3 mil eleitores onde poderíamos ter uma democracia direta, com conselhos políticos representativos? Temos experiência neste País de conselhos de saúde, conselhos de habitação popular etc. que funcionam muito bem com controle social.

Então é preciso discutir questões como essas, questões profundas de reforma do Estado brasileiro, para que este partido saia na vanguarda dos interesses da democracia neste País. *(Palmas.)*

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) – Obrigada, companheiro.

Chamamos o companheiro Luiz Carlos Matoso, do Rio Grande do Sul, logo em seguida Janete de Sá, Delegada do Espírito Santo.

Os nossos expositores chegaram a um acordo de que vão fazer uma nova

intervenção aos dez inscritos, porque nós temos bastantes inscritos, embora já tenham terminado as inscrições.

Matoso.

O SR. LUIZ CARLOS MATOSO – Em primeiro lugar boa tarde à Mesa, saudação especial aos nossos companheiros que participam do nosso Congresso. Penso, companheiros, que estamos vivendo momento de certa encruzilhada no nosso partido. É voz corrente entre nós, e os dados comprovam, que o atual sistema eleitoral e político do País é o responsável por essa grave crise que nós estamos vivendo.

É unânime entre nós também que é preciso dar uma resposta urgente para essa questão, que é através da reforma política. Agora, entre nós há também uma profunda contradição. Nós queremos a reforma política, mas estamos dizendo que não é possível a lista fechada, ou o voto na lista. Assim como se compra voto nesta casa, com mensalão e outras coisas, compram-se votos lá nos bairros, em cidades de porte médio e grande neste País, até em cidades pequenas. Não é mais preciso fazer campanha para vereador, você compra o mandato. Porque o voto é individual. Os grandes partidos compram mandatos.

Penso, portanto, companheiros, que é incompatível discutirmos reforma política com a exclusão das listas. Ou se tem reforma política com lista ou nós vamos fazer uma reforma a meia boca e permitir ainda o processo da corrupção do dia-a-dia, em que vereadores que locam ambulância corrompem o voto do nosso eleitor.

Agora, acho também que nós não estamos vivendo o processo de mobilização que tínhamos em 1988 para propor uma nova constituinte. Muito pelo contrário, nós estamos vivendo momento de profunda apatia do movimento popular, do movimento sindical, que não está na rua, não está mobilizado.

E, portanto, enfrentarmos um debate como esse, sem que se tenha mobilização na base, é muito difícil. Nós apresentamos um documento no Congresso do Movimento Negro, em que estamos propondo ao PSB, que é um partido de vanguarda histórica neste País, que sempre empunhou as principais bandeiras de defesa da democracia e da liberdade, que o nosso partido tome a iniciativa de articular um fórum nacional para debater a reforma política, que traga a OAB, a CUT, CNBB, os partidos aliados do nosso campo, porque nem no campo da esquerda há unanimidade com relação a isso e nós não podemos enfrentar esse debate sem mobilização de base.

Então, para concluir, quero dizer, companheiros, que hoje nós temos a reforma possível, não a reforma ideal. E mesmo com a reforma possível, eu para mim acho que qualquer mudança que vier neste momento é melhor do que essa bandalheira que estamos vivendo aí. Ou se mexe nisso, cria-se uma regra mais justa, com o voto na lista, ou vamos continuar vendo vereadores

comprando voto por tijolo, por sacolão, com atestado médico. E nós sabemos que é isso que ocorre. Então o voto na lista vai terminar com essa corrupção eleitoral que estamos vivendo. (*Palmas.*)

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) – Obrigada, companheiro.

Está inscrita agora a Deputada Janete Sá, do Espírito Santo. Logo em seguida o Companheiro Vander Borges, de Minas Gerais.

A SRA. JANETE SÁ – Boa tarde companheiras e companheiros de partido. Este é um momento histórico para mim. Tenho aproximadamente 3 anos de PSB, depois de 20 anos no PT; ajudei a construir o PT. Portanto, Mari, de fidelidade partidária eu entendo muito bem e sou partidária desse caminho.

Como é um momento histórico, eu não podia deixar de vir aqui hoje falar nesse X Congresso Nacional do PSB. Nunca havia participado de um congresso nacional do PSB. E com certeza participarei de muitos.

Quero dizer que tenho grande preocupação com a distância que foi construída e que na atualidade cada vez mais se acirra da política com a sociedade. Penso que nós do PSB temos um desafio: aproximar o povo da política, fazer com que o povo volte a acreditar na política. (*Palmas.*)

O povo, hoje, eu que venho do movimento sindical, que bato no peito em poder dizer – e estão comigo dois colegas que também trabalham na Companhia Vale do Rio Doce e quero dizer, companheiro, quando falou que a Vale foi doada por 3 bilhões e 800 não foi, foi por 3 bilhões e 200. E em 2004 ela lucrou 6 bilhões e meio e, em 2005, já no primeiro semestre, lucrou 5 bilhões. Ou seja, fomos lesados desde o descobrimento e só agora descobriram que tem mensalão no País. (*Palmas.*)

Ou seja, querem derrotar um projeto político de interesse do povo.

Tem problemas? Tem. Precisam ser punidos os que estão fazendo isso nos governos de esperança de que participamos, porque nós somos os precursores da esperança. Quem votou no PSB, quem votou no PT, que também é um aliado político nosso, votou na esperança. Erundina sabe disso. Nós viemos de lá. Então, nós temos obrigação de fazer isso.

Companheira Erundina, que conheço de muito tempo, companheiros e companheiras que estão aqui, penso que mesmo com essa reforma política tímida, casuística, porque hoje ela ainda é muito casuística, mas se ela conseguir avançar para o financiamento público, já será um passo na direção de aproximarmos o povo da política. Por quê? Porque não sou contra *showmício*; não sou contra *showmício* porque ele foi necessário. Foi necessário fazer *showmícios*, porque o povo não ia ouvir os políticos. Porque o povo detesta a política; o povo não

compreende que política é o dia-a-dia dele. Porque foram tantos anos de corrupção que isso foi construído na cabeça das pessoas.

Agora, bato no peito em dizer: graças a Deus, companheiros e companheiras, as pessoas que me elegeram se lembram muito bem que votaram em Janete de Sá para Deputada Estadual no Espírito Santo. Quem votou em nós sabe muito bem e se lembra: eu tenho orgulho de bater no peito e dizer que felizmente eu só fui eleita com voto ideológico. *(Palmas.)*

E, para finalizar, quero dizer que só tenho uma preocupação com lista. A história dos partidos no Brasil é de donos, e isso complica, gera desconfiança. Segundo, hoje ainda se constrói a história em que se arrebanha um monte de filiados e não tem critério para se filiar.

Quando vim para o PSB e ganhei as eleições para Deputada, pela primeira vez que fui candidata no PSB, dois dias depois o José Genoíno estava me chamando para voltar para o PT. Eu disse: “Não, eu fui eleita com votos de legenda do PSB e nele fico”. *(Palmas.)* E estou aqui com vocês, porque eu quero aprender mais nesse partido, porque só merece viver numa terra quem ama sua terra.

Eu quero continuar merecendo viver no PSB, aprendendo e conhecendo melhor o PSB, construindo o PSB, fazendo com que ele cresça, porque crescer não é número, crescer é firmeza ideológica, é convicção, são as nossas resoluções estarem ao encontro dos interesses da sociedade. Isto sim é crescer. E eu tenho a esperança de ver o PSB desse tamanho todo, Luiza Erundina, porque eu tenho a convicção de que a esperança não morre, porque quando a gente morre, morre com a esperança de ir para o céu! *(Palmas prolongadas.)*

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) – Muito obrigada, companheira Janete, Deputada Estadual do PSB do Espírito Santo.

Chamamos agora o companheiro Vander Borges e, logo em seguida, a companheira Solange.

O SR. VANDER BORGES – Companheiros da Mesa; saúdo meu amigo Carlos Siqueira; companheiros de Minas Gerais; de todo o Brasil, um abraço pessoal ao único Deputado Federal de Minas, Isaías.

Mas, eu quero falar sobre alguns pontos. Primeiro, a questão de dinheiro. E aí me preocupa sobremaneira a redução do número de vereadores que foi posta no Brasil. Porque sou municipalista convicto e isso significa concentração de dinheiro na redução, porque se reduziu o número de vereadores mas não se reduziu o volume de recursos repassados às câmaras de vereadores. Então isso vai impedir, lá na frente, em 2008, que os nossos vereadores disputem a eleição com isenção, porque existe mais dinheiro no bolso dos atuais vereadores, infelizmente.

O segundo ponto é a lista fechada. Nós temos que avaliar, e aqui fica não uma crítica, mas uma reflexão, porque ela dá uma condição aos atuais legisladores de já saírem na frente daqueles que querem ingressar na carreira política ou serem candidatos. Então é complicado esse negócio de lista fechada. Nós precisamos acompanhar certinho como vai ser a lista, por onde vão caminhar essas coisas, quais vão ser os critérios, enfim, temos que estar juntos nessa reflexão, Deputado, para avaliar como será a lista. Senão, eu mesmo que sou de Minas Gerais não sou candidato a Deputado. Fui Prefeito por duas vezes, então estou fora.

Terceiro, atingimos 5% de votação na eleição passada porque tínhamos candidato à presidência da República, para puxar as candidaturas proporcionais. Então nós temos um novo desafio no próximo ano. Sabem por quê? Porque se nós formos caminhar sem o candidato a Presidente da República, muitos Estados não vão conseguir fechar os 5%.

Outro ponto: fala-se muito da união das esquerdas; unir aqui, unir acolá. Mas vocês viram, na hora da união, da distribuição dos recursos do fundo partidário, o PT, que é o nosso principal aliado, fica com 127 milhões, e nós ficamos com 37 milhões. Ora, meus amigos, temos que reavaliar esse nosso namoro. Nós também queremos participar de forma equitativa dessa distribuição de recursos. Então somos parceiros para as horas boas e para as horas ruins, não queremos ser só parceiros para defender, mas queremos partilhar das boas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) – Obrigado, companheiro.

Está inscrita a companheira Solange. Logo em seguida, Vicente Rocha.

A SRA. SOLANGE – Boa tarde companheirada de todo o Brasil. Este é um momento histórico, em que nós, do Partido Socialista Brasileiro, estamos aqui debatendo esses temas. E isso é tão importante, companheirada, porque daqui nós voltamos para nossas bases e cada um de nós tem que fazer o nosso papel.

Ouvindo atentamente já em outras ocasiões o Deputado Alexandre Cardoso, tive inclusive oportunidade de lhe dizer isso. Acho que ele tem feito enorme esforço na busca de consenso, mas nós sabemos que consenso de conteúdo nós ainda não temos. Agora, acho que este Congresso não pode se furtar a sair daqui com isto claro: não dá para nós, socialistas, negociarmos nossas bandeiras históricas por uma reforma que é tática e não a estratégia. Porque a estratégia do PSB tem que ser o socialismo.

E aí não dá para confundir tática com estratégia. A tática pode ser a reforma política, mas a estratégia, companheirada, tem que ser o socialismo. E então, companheiros Parlamentares, temos que debater com muita propriedade, e mais uma vez acredito que o movimento sindical sai na frente e os outros

movimentos que também colocaram aqui, como o movimento negro, que fez essa discussão, como o movimento de mulheres, que fez essa discussão ontem. O papel dos movimentos é ir para a rua e agora neste momento de crise que vive o nosso País, em que o PT perde o bonde da história, é o momento de o PSB se colocar como verdadeiro partido que toma o carro-chefe da história neste País dentro da reforma política. *(Palmas.)* Mas não essa, porque há um consenso de que esse Congresso que está aí não vai votar a reforma que nós queremos. Agora, o PSB não pode negociar aquilo em que acredita, o PSB tem que puxar o carro-chefe do povo brasileiro e dizer que nós queremos que seja votada a reforma que realmente o povo brasileiro precisa.

E aí não dá para abrimos mão do financiamento público, temos que ir para a tevê, sim, usar o tempo do PSB para começar a falar do financiamento público. E depois, Deputados do PSB, ganhamos na negociação quando trazemos o povo para o nosso lado. Foi assim que historicamente nós, militantes de base, seja de que movimento for, conseguimos todas as conquistas históricas em nosso País, com o povo na rua!

Então, o Partido Socialista Brasileiro tem que tomar a frente nessa discussão e dizer que a reforma política possível de que precisamos neste País tem que se fazer com o povo na rua.

Obrigada. *(Palmas.)*

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) – Obrigada, companheira Solange.

Está inscrito o companheiro Vicente Rocha, de Minas Gerais. Em seguida vamos fazer uma fala dos expositores.

Estamos informando também que a Bancada da Bahia terá reunião no final desta plenária, ao lado esquerdo do auditório.

O SR. VICENTE ROCHA – Boa tarde a todos os companheiros e companheiras socialistas. O Plenário ficou animado, e ficamos felizes de ter companheiras como a Janete, que falou há pouco, e a companheira Luiza Erundina, representando as mulheres. Porque acredito que se tivéssemos mais mulheres nos representando em todos os fóruns, câmaras, assembléias e no Congresso Nacional, tenho certeza de que não estaríamos sofrendo a crise ética e moral pela qual estamos passando hoje. *(Palmas.)*

Estamos discutindo nesta tarde a reforma política como se fosse a tábua de salvação dos partidos políticos brasileiros e das eleições. Realmente, temos que reconhecer que é uma reforma. O primeiro erro do Governo Lula foi não ter colocado a reforma política como a primeira das reformas brasileiras, porque assim não teríamos tudo o que vem acontecendo ao longo de várias eleições,

mas que explodiu nas eleições de 2004.

Portanto, existem alguns pontos importantes da reforma política que nós temos que considerar.

Há dois anos nós já discutimos aqui no nosso Congresso Nacional a reforma cuja comissão o companheiro Alexandre Cardoso preside. Nela já se falava nas tais das listas fechadas. Naquele momento, já nos contrapúnhamos a essa proposta porque qual é o argumento? E eu ouvi gente da Justiça Eleitoral falando: qual é o argumento? Não dá para os TER ou o TSE fazerem o controle de 16, 20 mil, sei lá quantos candidatos pelo País afora para disputar os diversos cargos eletivos. Mas isso não pode ser o argumento. Se precisamos amarrar o financiamento público à lista, podemos amarrar o financiamento público a apenas uma conta partidária, não precisa ser a conta individual, como é obrigatória hoje. Este é o grande argumento, e a dificuldade de controle. Não vejo como não possamos ter o financiamento público com os recursos sendo liberados diretamente para o partido.

Já dizia naquela época e estou muito mais convencido hoje: os partidos no Brasil sofrem de uma influência muito pesada dos mandatos. Os mandatos mandam em todas as estruturas políticas, em todos os diretórios temos uma influência muito pesada. E não é à toa que a reforma política tem essa influência pesada dos mandatos. Não construímos o partido, a base discute, a base sofre, trabalha, convence as pessoas de que a política não é uma coisa má. Estamos sofrendo muito na base para mostrar que a política é algo bom.

Então, temos essa dificuldade por quê? Porque há sempre proposta de cima para baixo. E, para concluir, para que tenhamos sucesso, precisamos primeiramente amadurecer a democratização dos nossos partidos. Os nossos partidos ainda não são verdadeiramente democráticos para defender uma questão tão importante como é essa questão da lista amarrada ao financiamento público.

Companheiros, precisamos nos unir para encaminhar uma proposta que refute aqui do nosso Congresso Nacional essa questão da lista fechada, porque estaremos prejudicando a construção democrática do nosso partido. *(Palmas.)*

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) – Obrigada, companheiro.

Vamos agora passar à intervenção dos nossos expositores. Queremos lembrar aos companheiros que estamos recolhendo, e para quem ainda não respondeu e tem a possibilidade de responder, a pesquisa que estamos fazendo sobre reforma política.

Companheiro Carlos Siqueira com a palavra.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Na medida em que avança o debate, nós vamos verificando algumas contradições e posições, as mais diferenciadas, o que é absolutamente natural. Mas, por outro lado, há construção de alguns consensos em torno de alguns temas. Acho que esse segundo aspecto é o aspecto mais importante a ser ressaltado: chegarmos a alguns consensos, porque precisamos sair daqui formando se não um consenso, mas pelo menos uma maioria em torno de determinados temas.

Porque um tema dessa natureza, naturalmente nunca vai haver um consenso nem dentro do partido muito menos dentro do Congresso. É preciso buscar, na verdade, uma maioria em torno de alguns pontos.

Apenas me surpreendeu a colocação do companheiro Kaleb, do Rio Grande do Sul, porque se o companheiro Alexandre Cardoso, que é o Presidente da Comissão de Reforma Política, que negociou essa reforma que foi votada, se opõe a uma série de pontos que estão propostos na reforma, admiro-me de que alguém do PSB possa concordar com o conjunto dessa reforma. Na verdade o conjunto dessa reforma não nos serve. E não vou repetir os argumentos que já expendi no início da minha exposição. Mas penso que é natural, as pessoas têm o direito de ter sua opinião, mas eu considero um profundo equívoco aceitar o conjunto dessa reforma como algo aceitável do ponto de vista não apenas do interesse do nosso partido, o que já seria suficiente para rejeitá-la, mas do ponto de vista do aperfeiçoamento do sistema político eleitoral e, sobretudo, do aperfeiçoamento da democracia.

Acredito, entretanto, que há três pontos que podemos sair daqui — e as próximas intervenções dos companheiros poderão nos ajudar a consolidar isso — com aprovação, que é uma orientação para nossas bancadas, no sentido de que teremos que lutar e votar contra qualquer medida legislativa que extinga o fim das coligações proporcionais; lutar pelo fim da verticalização, cujo projeto já está em plena tramitação aqui no Congresso Nacional e, a meu ver, há condições e interesse inclusive dos grandes partidos em derrubar a verticalização; e o financiamento público de campanha. Nesses três pontos eu tenho a impressão de que vamos caminhando para construir uma maioria, neste plenário, para votarmos como orientação às nossas bancadas nas duas Casas, e ainda mais um quarto ponto que seria, emergencialmente, o barateamento do custo das campanhas eleitorais, estabelecendo as formas.

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) – Obrigada, companheiro Carlos Siqueira.

Alexandre Cardoso. E logo em seguida vamos ouvir nossa companheira Luiza Erundina.

O SR. ALEXANDRE CARDOSO – Eu só quero fazer uma questão de método. Não está sendo discutido um único projeto no Congresso. Esta sendo discutido um conjunto de projetos. Houve uma sistematização. Durante um ano, foram discutidos cento e poucos projetos que foram sistematizados em um projeto. Esse projeto foi colocado para o debate. A Erundina fez parte da comissão comigo e nós estávamos aqui conversando agora. É isso que queremos; o debate do projeto. Na hora em que ele for a plenário haverá emendas, modificações.

Eu, por exemplo, sou favorável ao financiamento público. Agora, o financiamento público tem alguns pressupostos. Eu sou contra a questão da televisão virando um *showmício* da televisão. Agora, eu dizia para o Leonelli que é difícil decidir uma matéria porque essa é uma legislação que o Leonelli conhece, mas que evidentemente ele fala sempre: “Alexandre, só em estúdio”. É uma matéria de grande complexidade.

Mas o que quero deixar claro é que já participamos de “n” debates sobre isso e o que está acontecendo aqui hoje é o que está acontecendo no País: as pessoas têm que se aprofundar mais sobre essa matéria. Agora, achar que não se tem que votar nada é um enorme risco para as eleições de 2006. Porque tudo leva a crer que a bancada da direita vai crescer, o que não está acontecendo nas últimas quatro ou cinco eleições. E o que eles querem é isso. O PFL e o PSDB não querem votar nada porque têm certeza de que em 2006 a bancada conservadora, financiada pelos grandes sistemas financeiros, vai crescer e eles vão fazer a reforma que querem.

Tenham cuidado e analisem se no momento o que nós temos é uma perspectiva de crescimento da bancada conservadora ou não. Por isso que defendo que votemos imediatamente pontos da reforma política.

Vou passar para a Erundina e quero dizer que ela foi fundamental nessa comissão. A Erundina apresentou a emenda da questão das mulheres, ela se tornou uma referência nessa comissão que eu tive que presidir como juiz. O projeto não é meu, não fui eu que o negociei. Na verdade houve um conjunto de parlamentares e dali saiu o projeto que está em debate e ao qual, precisamente por estar em debate, é possível propor emendas, modificações. É o que nós esperamos.

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) – Obrigada.

Erundina.

A SRA. LUIZA ERUNDINA – Companheiras, companheiros, trabalhamos um ano em torno desses pontos que compõem esse projeto que tramita na Câmara. Já passou na Comissão Especial de Reforma Política,

passou na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, já está pronto para ir a plenário. Mas foi uma discussão feita durante um ano, com dezenas de audiências públicas, ouvindo especialistas a respeito de cada um desses temas.

O produto desse trabalho da Comissão Especial da Reforma Política, presidida pelo companheiro Alexandre Cardoso, e da qual participei como representante da nossa bancada e da bancada feminina, chegou a um ponto que já considerávamos insuficiente, porque imaginávamos que se deveria fazer uma reforma muito mais ampla, mais profunda, mais estrutural do Estado brasileiro do que simplesmente modificar regras eleitorais, normas de organização partidária que não davam conta da necessidade de mudanças profundas, por exemplo, do pacto federativo na distribuição de poder entre as três esferas, o princípio da proporcionalidade na representação, os mecanismos de participação popular, como exercício da democracia participativa, da democracia direta, enfim, outras questões estruturais que o projeto não dá conta. Não que a Comissão não tivesse capacidade para fazer isso, foi por uma decisão da comissão de dar algum passo sem que tivesse que alterar o texto constitucional, porque se já era difícil se aprovar modificações através da legislação ordinária, da legislação infraconstitucional, mais difícil seria alterar regras que exigiriam emendas à Constituição, o que seria mais inviável ainda.

Porém, eu gostaria de discutir essa proposta de reforma política, essa ou outras, no contexto da conjuntura atual. E amanhã este Plenário vai fazer uma discussão de conjuntura política e dentro disso o papel que cabe ao PSB na atual conjuntura política. E dentro disso, evidentemente, esse tema da reforma política será analisado, será deliberado por este Plenário, numa conjuntura extremamente imprevisível no curso dos dias, não é nem dos meses nem muito menos do ano.

E a próxima direção nacional, além das direções estaduais, vai ter que ter a capacidade de ir acompanhando a realidade nacional, as transformações dessa conjuntura e ir adequando a estratégia partidária, o posicionamento do partido e a intervenção do partido na conjuntura, a partir de uma análise permanente dessa conjuntura. Por isso tenho muita dificuldade de ver que este Plenário delibere em termos definitivos sobre um ou outro ponto dessa reforma política, porque a conjuntura pode recomendar uma outra orientação do nosso partido.

Descendo à consideração daqueles pontos, não dá para pensar num ponto desses e rejeitar o outro. É como o companheiro Alexandre insistentemente afirma. Não dá para aprovar financiamento público de campanha sem a lista fechada, porque como fiscalizar milhares e milhares de candidatos, cuja prestação de contas não será feita no final da campanha, mas no curso da campanha? Como, por exemplo, chegar à fidelidade partidária? A fidelidade partidária não é um tema à parte, ela é consequência de uma série de mudanças que devem ser

introduzidas, por exemplo, no prazo de filiação para a pessoa ter direito a sair candidato, no tempo de domicílio eleitoral, na composição da bancada entre a diplomação e a posse na Câmara. Portanto, há uma série de aspectos para produzir resultados do ponto de vista da fidelidade partidária.

Só para dizer o quanto não dá para aprovar um ponto ou outro sem ter uma compreensão estrutural e global da proposta. E mais: entendo que com essa decisão, neste momento, sem estar aliada a uma análise de conjuntura, corremos o risco de deliberar hoje ou mesmo amanhã, e estar superado depois de amanhã, tal é a dinâmica, a gravidade, a responsabilidade e o papel que cabe ao PSB nessa conjuntura. (*Palmas.*)

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) – Muito obrigada, companheira Luiza Erundina.

Nós temos agora inscrito o companheiro Alexandre Urquiza, da Paraíba, e, logo em seguida, Vicente Selistre.

O SR. ALEXANDRE URQUIZA – Boa tarde, companheiros e companheiras, vejam a coincidência: Alexandre Urquiza, da Paraíba, logo depois de Luiza Erundina, também da Paraíba.

Companheiros e companheiras, é a primeira vez que nos fazemos presentes a um congresso nacional do PSB e é importante registrar que estamos vindo da Paraíba, que tem um entendimento de que é uma reforma política necessária para fazer o PSB crescer, entendendo que crescer é qualificar, não é simplesmente número, até porque nós demos uma demonstração de que, mesmo diminuindo no número, o PSB no Estado da Paraíba cresceu e muito. Nós fomos obrigados a retirar, das hostes partidárias, três deputados estaduais, há cerca de três anos aproximadamente. Então isso poderia ser entendido como uma diminuição, como enfraquecimento do PSB.

Nós fizemos isso com a entrada de um somente que hoje deixa o PSB como Prefeito da Capital do Estado e com Prefeitos em mais outras seis cidades, consolidando definitivamente o PSB no Estado da Paraíba e na Capital, João Pessoa.

Então, nós qualificamos e crescemos com essa qualidade.

E vou me contrapor à fala da companheira conterrânea Erundina. Eu acho que como resolver, mesmo aprovando parcialmente, encontramos. Porque se hoje dissessem: não tem financiamento, não tem tempo na televisão, não tem como arrecadar finanças, mas vai ter a eleição, a eleição aconteceria e se arranjaría uma forma de fazê-la. Eu acho que o primeiro passo que temos que dar aqui, e é um passo importante, é o financiamento público de campanha. E pelo que estamos enxergando, esse é um consenso. Se não temos consenso na totalidade da reforma política, na questão do financiamento público é fala comum que seja

aprovado o financiamento, até porque nós não tínhamos ou não temos, enquanto não se aprovar o financiamento público, uma disputa política. Temos, sim, uma guerra financeira em cima de algumas personalidades, que, em função do poder de dinheiro que têm, chegam, salvo raras exceções.

Então, que possamos dar um passo importante com a aprovação do financiamento público de campanha. Sou particularmente contrário à lista. Acho que nós temos como encaminhar. Vamos dividir o financiamento pelos Estados e, onde for necessário, pelos Municípios, quando a instância for essa, e teremos, sim, com certeza — e é importante que tenhamos — uma responsabilidade muito maior do partido no Estado e nos Municípios como coordenadores dessa verba que é pública e que virá para o financiamento público, mas o partido está aí para isso.

Para concluir, que o PSB nos Estados e nos Municípios tenha que arcar com a responsabilidade de ter olhos maiores ainda em cima dessa verba que virá, e que é importante que venha, e que não tenhamos que atrelar às listas.

Obrigado.

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) – Obrigada, companheiro Alexandre.

Vamos pedir ao Plenário, mais uma vez, que faça silêncio, e os companheiros que quiserem conversar podem fazê-lo lá fora.

Agora temos inscritos o companheiro Vicente Selistre e, logo em seguida, o companheiro Edison Anjos.

O SR. VICENTE SELISTRE – Quero saudar os companheiros da Mesa, companheiras e companheiros deste qualificado e revolucionário plenário socialista e dizer que neste momento em que homenageamos o grande companheiro Arraes o partido projeta cada vez mais a necessidade de ter um projeto para o Brasil.

Quando se discute reforma política, obviamente que nós, democratas, que pela via democrática dos partidos constituída de forma ideológica, programática, temos que, sim, sair deste Congresso com manifestos que coloquem à sociedade brasileira, não só para dentro desta Casa, um projeto que mude as regras eleitorais do País.

Obviamente é difícil chegar a um consenso. Agora, companheiros, nós entendemos, assim como há pouco, até que pragmaticamente na manhã foi falado que a cláusula de barreira é um fato concreto, a necessidade de alguma reforma para as próximas eleições, a meu ver, também é um fato concreto, necessário.

Por isso no movimento sindical - quero deixar inclusive de público perante o Congresso geral - o agradecimento desse sindicalista sapateiro do Rio Grande do Sul pela recondução no Diretório Nacional a todos os sindicalistas aqui presentes. Nós travamos lá diversos debates, inclusive das questões polêmicas por maioria, no voto, de que, sim, temos que caminhar para o financiamento público de campanha.

E entendo até, companheiros, companheiro Alexandre Cardoso, que nós temos condições, quem sabe, para o barateamento das campanhas, quem sabe restringir essas empresas que trabalham para os órgãos públicos, essas empresas que trabalham para a Prefeitura, para o Estado ou para a União, que é normalmente de onde sai o maior foco de corrupção, de caixa dois, que fazem com que o poder econômico tire dos companheiros candidatos ideológicos a condição de chegar a algum espaço. *(Palmas.)*

Quantos aqui neste plenário, candidatos que já foram, como nós, a Vereador, a Prefeito, a Deputado, atropelados pelo poder econômico de última hora para eleger amigos do rei, conservadores, exploradores do povo brasileiro! *(Palmas.)* Essa realidade tem que mudar.

Quando faço debate, costumo dizer que a lista fechada tem as seguintes questões a serem vistas: o voto no partido, o voto no manifesto, o voto num programa. Ela também dialoga com outra grande preocupação dos socialistas brasileiros: a fidelidade partidária. Porque a lista fechada faz com que a fidelidade partidária se desenvolva e se preserve.

Concluindo, companheiros, quero dizer que é necessário, e foi assim que orientamos no movimento sindical, que se encaminhe imediatamente o barateamento das campanhas, para que tenhamos o ano que vem o PSB levando, em condições de ganhar espaços importantes, defendendo primeiro a democracia, a moralidade, a transparência, e como diz aqui o manifesto do nosso Congresso, que a vida do brasileiro esteja acima da dívida externa, esteja acima do sistema financeiro, esteja acima da concentração de renda deste País. É esse o compromisso do PSB para o ano que vem.

Muito obrigado, companheiros. *(Palmas.)*

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) – Obrigada, companheiro Vicente.

Companheiro Edison dos Anjos, do Amazonas, e, logo em seguida, o Senador Antônio Carlos Valadares.

O SR. EDISON DOS ANJOS – Boa tarde e já quase boa noite, companheiros. Penso que a importância desse debate já foi registrada aqui, mas queria pontuar o que representa para o PSB nessa conjuntura de crise, em que as esquerdas, pelo erro, pelos vícios cometidos pelo PT, vêm receber uma crítica pública, e que o PSB, por não estar envolvido nesse processo de corrupção, nes

lama, pode se transformar no principal partido de esquerda, o debate político acerca da reforma que envolve a questão eleitoral traz um chamamento para discutirmos dois aspectos, na minha opinião.

O primeiro é para o conjunto da vida política do País. Traz a reflexão para que se democratize o processo eleitoral, com vistas ao fortalecimento dos setores populares. É essa discussão que está embutida no projeto de reforma política que foi elaborado e sintetizado pelos companheiros do partido. É esse avanço da sociedade que se está discutindo aqui, são esses passos pequenos, mas que poderão gerar um papel importante no fortalecimento das legendas de esquerda a partir das eleições do próximo ano.

Portanto, qualquer discussão que venha no sentido de protelar uma decisão favorável ao campo da esquerda, não é boa para nós e não é boa para o PSB, porque vai impedir que o partido entre em ação, ganhe esse campo e cresça no tempo certo. O tempo do PSB é agora e por isso essa reforma que permita avançar ao campo popular candidatos do campo popular precisa ser levada em consideração.

Mas também existe um segundo aspecto de que essa reforma leva a um questionamento interno: é preciso elevar a democracia e ser garantida a democracia interna dentro dos partidos, para evitarmos o caciquismo, porque senão poderemos ter o efeito contrário. E aqui no Brasil é muito comum acontecer isso, uma coisa boa acaba não prestando. É só ver a eleição do PT, assumir o poder e depois eles nos colocarem numa situação difícil como a que estamos.

Por isso, companheiros, penso que o Plenário deve ter a enorme responsabilidade de se não fechar uma posição definitiva, mas no debate, nas opiniões, ajudar a Comissão a firmar um posicionamento dentro do Congresso Nacional, mas internamente ampliar o debate político e ampliar a militância, instituir a fidelidade partidária para, aí sim, tornar o PSB um partido forte, ideologicamente, e grande, para poder dirigir os destinos do País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) – Obrigada, companheiro.

Informamos ao Plenário que o Senador Valadares irá dar um informe ao final das inscrições sobre a situação objetiva em que se encontra hoje a questão da reforma no Senado.

Está inscrito o Prefeito Ricardo Coutinho e, logo em seguida, o companheiro Rodrigo Rollemberg.

O SR. RICARDO COUTINHO – Companheiras e companheiros,

muito boa tarde. Quero expressar também a satisfação de estar em mais um congresso nacional do PSB, mas também expressar o temor de se fazer uma reforma política neste País no centro da mais grave crise que já vivenciamos.

É muito difícil e muito arriscado para esse caminho do povo brasileiro, para essa relação que nós temos com esse Congresso, pautarmos na defensiva, como estamos, um tema que pode gerar maiores distorções ainda na representação popular. Acho que nós precisamos tirar um pouco o pé desse acelerador, sinceramente.

Penso que não dá para discutir pacotes fechados. Eu não posso entender que se uma proposta, para ser importante, tem que estar necessariamente embutida com outras propostas que trazem para essa parcela da sociedade que se coloca no campo democrático, no campo popular, riscos bastante acentuados.

Acho que temos alguns consensos. É fundamental o empobrecimento legal das campanhas, evidentemente. O empobrecimento legal das campanhas é uma necessidade. Nós não podemos olhar diante da política e entender como um marqueteiro consegue ganhar 25 milhões para provavelmente modificar a alma de um candidato. Algo está errado. Nós não precisamos disso.

Por outro lado, é importante a questão da fidelidade partidária, do financiamento público de campanha. E aí eu discordo de que a única forma de se ter financiamento público seja através de lista fechada.

Companheiros, eu ouvi atentamente aqui e vou dar razão, na teoria, ao companheiro que me antecedeu. O voto em lista fechada é um voto no partido, ele tem razão, na teoria, agora, na prática, nessa conjuntura que vivenciamos hoje, o voto em lista fechada é o congelamento dessa representação que existe dentro do Congresso Nacional e que não atende às expectativas e necessidades da população brasileira.

Eu vou caminhar na contramão. Penso que neste momento precisamos de um choque heterodoxo, companheira Erundina. Neste momento precisaríamos fazer uma ampla denúncia da cláusula de barreira que ninguém está fazendo. Nós estamos na defensiva porque a idéia é que existem pequenos partidos que se vendem, mas é importante dizer que como tem partido pequeno que se vende tem partido grande que compra e, portanto, são tão ilegais como aqueles que se vendem. Nós precisaríamos caminhar, exclusivamente nessa eleição, para a liberalização das regras.

Concluindo, companheiras e companheiros, penso que a reforma necessária para essa eleição específica, por conta da conjuntura que a companheira Erundina aqui mencionou, seria a liberalização, seria a não aceitação e a denúncia pública, a partir dos nossos programas do dia 5 de setembro, da cláusula de barreira como impedimento concreto para a sobrevivência, para a existência

de partidos que, aí sim, são ideológicos, como é o nosso, e como são outros partidos. Nós vamos conseguir ultrapassar, mas, por exemplo, o PCdoB não vai ultrapassar, provavelmente.

Muito obrigado, companheiros.

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) – Obrigada companheiro.

Companheiro Rodrigo Rollemberg.

Vamos solicitar ao Plenário mais uma vez silêncio e que os oradores respeitem o tempo de fala, porque ainda temos muitos inscritos.

O SR. RODRIGO ROLEMBERG – Companheiras e companheiros muito boa tarde, quero cumprimentar todos os presentes e dizer que, no nosso entendimento, o Congresso não tem ambiente nem tem tempo hábil para aprovar uma reforma política profunda. É uma reforma política divergente no âmbito do nosso partido e imagine no âmbito de todos os partidos. Mas nós temos que ter muita consciência de que o Senado Federal aprovou alguns pontos e que esses pontos serão submetidos à Câmara. E nós temos que ter uma posição aqui que oriente os nossos Deputados Federais e os nossos Senadores. E acho que há questões que são pontuais e questões de princípio.

Em relação às questões pontuais, este Congresso deveria decidir que o PSB é a favor do fim da verticalização porque isso é importante para o nosso partido. Como também é importante decidir que nós somos a favor das coligações, porque essa é uma oportunidade de fazermos uma grande bancada de Deputados Federais nas próximas eleições.

Do ponto de vista dos princípios, é fundamental defender o barateamento das eleições e dizendo como se barateiam as eleições: proibindo *showmícios*, proibindo a distribuição de brindes, camisetas e bonés na campanha, proibindo *outdoors* e proibindo a utilização de recursos externos na televisão. A televisão tem que ser utilizada para expressar a opinião dos candidatos e, por isso, nós não podemos admitir a redução do tempo de televisão. É importante termos um tempo razoável para expressar as opiniões dos candidatos. Por isso não podemos admitir a redução dos tempos de televisão.

Somos também favoráveis à transparência dos gastos de campanha. Isso é importante para moralizar as campanhas eleitorais. Como também somos favoráveis a medidas que dificultem a troca de partidos. Não podemos admitir esse troca-troca de partidos que existe hoje e que grande parte da corrupção existente está exatamente em buscar crescer bases parlamentares através do dinheiro. Então, temos que dificultar ao máximo.

A questão da lista partidária é muito mais complexa. Se se for introduzir

a lista partidária no sistema partidário nacional, tem que se dar um tempo para que os partidos se adaptem, porque se for instituir a lista partidária hoje, num quadro em que os partidos estão desmoralizados, nós vamos dar aos partidos uma responsabilidade que neste momento tem que ser dada ao povo. É a população que deve escolher quem são aquelas pessoas que devem representá-las.

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) – Obrigada, companheiro Rodrigo.

A companheira Lídice da Mata e, logo em seguida, o companheiro Marcelo Rocha.

A SRA. LÍDICE DA MATA – Companheiros, à medida que o debate vai se aprofundando, algumas questões vão ficando mais claras. E quero aqui concordar com bastante do que o Rodrigo acabou de dizer.

Este Congresso não pode passar ao largo de um projeto que existe em debate no Congresso Nacional; debater sem decidir. O partido pode e deve tomar posição. Posição que oriente a nossa bancada de Deputado Federal, de Deputado Estadual sobre o que interessa ao partido ver aprovado nessa reforma.

Agora, nós precisamos encontrar alguns pontos comuns do que queremos. E acho que alguns pontos de vista que foram aqui colocados são contraditórios. Por exemplo, nós queremos o fim da verticalização e a possibilidade de coligação como ponto transitório. Não podemos tê-los como princípio porque isso é absolutamente contraditório com financiamento público de campanha e com a lista partidária. A lista no máximo pode ser mista, para poder permitir a coligação proporcional, mas se a reforma que está sendo prevista é uma reforma de financiamento público com lista partidária não pode ter coligação proporcional. Muito prático, vamos coligar com o PMDB ou vamos coligar com o PCdoB. Quem é o primeiro da lista, o nosso ou o deles? Objetivamente isso só pode ocorrer num sistema de lista mista.

Portanto, o partido precisa decidir até que nível, que limite de reforma esse Congresso vai poder fazer. Esse Congresso com o limite de credibilidade que tem hoje diante da opinião pública.

Concordo que não é possível vivermos uma crise política onde se escancara para o País como escandaloso o sistema de financiamento atual das campanhas e terminarmos esse processo de crise apenas com a cassação de duas dúzias de Deputados Federais ou Congressistas. É preciso que o Congresso demonstre à opinião pública que ele quer mudar e que vai reformular as leis.

Para finalizar, concordo com as questões que foram levantadas como princípio, e dentre elas está — quero pegar numa questão em que a esquerda, na minha opinião, tem uma visão equivocada — a boca de urna. Nós precisamos acabar com a boca de urna. A boca de urna foi um instrumento de defesa no período da ditadura militar, quando nós íamos para a rua, impedidos de

uma propaganda democrática, ganhar no voto, na boca da urna. Hoje, é um instrumento de compra de voto que nós, socialistas, não temos a possibilidade de concorrer nem disputar. (*Palmas.*) O candidato que chega e bota 20 mil bocas de urna, são 20 mil pessoas pagas para votar nele, na eleição, e não temos dinheiro para tanto.

E ainda, é preciso garantir como princípio do partido a inclusão no processo de cotas para mulheres e negros, para permitir a ampliação da participação popular.

Finalmente, companheiros, o nosso partido precisa promover um seminário político urgente para discutir sistema político, regime político e reforma do Estado brasileiro. Não aceito os argumentos do meu querido companheiro sobre a questão da assembléia constituinte e não aceito que possamos tentar criar sistemas anacrônicos como às vezes discutimos aqui. O parlamentarismo tem um sistema de eleger, o presidencialismo tem outro, e nós estamos querendo juntar uma coisa com a outra e fazer um sistema anacrônico brasileiro.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) – Obrigada, companheira Lídice.

Marcelo Rocha e, logo em seguida, Carlos Macedo.

O SR. MARCELO ROCHA – Boa tarde a todos, gostaria de dizer primeiramente que tenho orgulho em ser PSB e vou explicar por dois motivos. O primeiro é porque, como 1º Secretário do PSB de Belo Horizonte, estou sendo procurado por empresários, várias pessoas de diversos segmentos, querendo ser candidatos a Deputado lá em Belo Horizonte. O argumento deles é que o PSB é o único partido — isso palavras deles — que não está envolvido nessa lama toda que está na política, como vemos todos os dias na televisão.

O segundo argumento é quando uma companheira, Presidente do PDT Mulher, chegou para mim e disse a mesma coisa, que ela fica feliz porque o PSB não está envolvido nessa corrupção e que ela se envergonha por nomes do PDT de Minas Gerais estarem envolvidos nisso. Eu não sei se fico orgulhoso, pelo fato de o PSB não estar, ou triste pelos outros partidos que eram de base popular estarem envolvidos nisso. Esse é meu orgulho em ser PSB.

Quanto à situação da cláusula de barreira, gostaria de dizer que entendo cláusula de barreira como a representação que o povo dá ao partido. O PSB foi muito bem representando em votos. Partidos de menor expressão, estou falando de Belo Horizonte, que não tem representação no Congresso, um próprio companheiro nosso que se filiou agora para ser candidato me denunciou que o

partido está cobrando 1.800 reais para ser candidato a Deputado Estadual. Se o partido que não tem representação na Câmara Federal cobra por isso — isso eu entendo como crime — por que ele tem que continuar a ser partido? É uma denúncia que eu faço em público. Eu entendo como cláusula de barreira isso.

O SR. — É um Deputado?

O SR. MARCELO ROCHA — Não, não é Deputado. É um companheiro que se filiou para ser candidato.

E sobre a televisão que já foi mencionado, quero lembrar que o tempo de televisão é necessário e que apenas o PSB que tem que usar de forma inteligente esse tempo de televisão. Digo isso porque em 1992 houve uma campanha da Folha de S.Paulo, cujo jargão era: “É possível dizer um monte de mentiras dizendo só verdades”. O que o PT fez ano passado, disse um monte de mentiras dizendo só verdades. E nós acreditamos neles e estamos caindo nisso.

Obrigado.

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) — Obrigada, companheiro Marcelo.

Companheiro Carlos Macedo e, logo em seguida, a companheira Georgina Reis.

Quero informar ao companheiro Francisco que o telefone dele foi achado e está aqui na mesa já para devolução. (*Palmas.*)

O SR. CARLOS MACEDO — Senhoras e senhores, eu sou Prefeito lá do Ceará, reeleito do PSB. Lá nós elegemos três prefeitos. Um o PT levou para eles, o outro foi para o PSDB, morreu, e ficou o Prefeito do PSB. Graças a Deus agora recebemos a adesão de 8 Deputados Estaduais e uma outra grande liderança que foi prefeito de uma grande cidade do Ceará, Sobral. O PSB já deu uma grande arrancada no Ceará, ia crescer de qualquer jeito, mas agora vai crescer muito mais, como vai crescer no resto do Brasil.

Mas quero dizer, meus queridos amigos, que a política precisa se ajustar aos interesses do povo, porque, no modelo que temos aí, ela serve mais como excrescência para estimular o favorecimento das quadrilhas organizadas, dos estelionatários eleitorais, dos picaretas, como disse o Lula que tinham 300 Deputados picaretas na Câmara, e, infelizmente, parece que o feitiço virou contra o feiticeiro e se aliaram a um bocado desses picaretas, podendo ter se aliado ao partido, às bases, ao povo, ao trabalhador, e se enviesaram na contramão da história e atropelaram nossas esperanças.

Mas o PSB continua vivo.

Quero dizer que é muito comum no interior dizer que as eleições se

ganham de última hora. E ganhar eleição de última hora, Lídice da Mata, é na boca da urna, na compra do voto, na manipulação, na compra do cabo eleitoral. A democracia que temos é um modelo ultrapassado.

Nós aqui todos, se houver um pecado nesse Congresso é de excesso de concordância, porque precisam ser modificadas as leis eleitorais, as leis partidárias. É preciso urgentemente fazer uma profunda modificação, e essa profunda modificação talvez aponte menos para o poder coercitivo de proibir isso e aquilo e mais para o poder de convencer as pessoas de fazer uma doutrinação na cabeça das pessoas para que elas possam compreender que o voto não pode ser vendido, não pode ser mutilado por preço nenhum através da corrupção.

Então uma sugestão prática — o tempo é curto —: quero dizer, Deputado Alexandre Cardoso, que de todo o tempo destinado à televisão pelos partidos políticos se coloque 20% desse tempo para um programa de educação política, um programa educacional de ética, de cidadania. E se possível fosse introduzir uma cadeira de política e cidadania nas escolas. É só mudando a cabeça, o sentimento, o coração, a compreensão das pessoas que poderemos fazer a grande modificação que o Brasil precisa, porque o resto as elites terminam arrumando um jeito. Manda um amigo fazer uma festa lá na casa dele, ele chega de última hora e aparece como sendo o amigo do que fez a festa, e termina tirando proveito da festa.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) – Obrigada, companheiro.

Companheira Georgina e, logo em seguida, Amaro Ferraz Barreto.

A SRA. GEORGINA REIS – Sou sindicalista lá de Pernambuco!

Em primeiro lugar, parabenizamos os companheiros da comissão. Acho que foi muito importante o trabalho que Carlinhos e os Deputados Alexandre e Erundina fizeram. É importante que nós, como sindicalistas, convidemos os companheiros e companheiras para dar continuidade a esse debate. Este Congresso não deve ficar só aqui com essas mil lideranças do País. Nós temos que levar os 22 Deputados Federais para nossas bases e levarmos essa discussão para a rua, porque o povo está desenganado com os políticos e nós, como socialistas, precisamos levar essa discussão, para que eles comecem ainda a acreditar em nós que somos militantes e os outros que são políticos.

Vejam bem o tema do nosso Congresso: paz, justiça, igualdade e humanismo. Significa igualdade à luta das mulheres. Agora, as mulheres serem eleitas na conjuntura que aí está é muito difícil, porque uns que têm vão e colocam

mil militantes na rua, e nós, que temos a liderança, o trabalho, eles compram os votos e não são eleitas as companheiras mulheres. Começamos a sofrer por aí.

Por isso eu sou a favor. Ontem nós discutimos bastante e sei que é muito difícil uma reforma política neste momento. Sabemos disso. Mas também não podemos aceitar e continuar de braços cruzados e não fazer alguma coisa. Nós precisamos exigir que as propostas que estão aí comecem a fazer alguma mudança, como vários companheiros e companheiras já apontaram, principalmente o problema de boca de urna, o problema do financiamento, porque não podemos continuar assim, senão vai ser eleito o mesmo grupo que está aí e nós nunca vamos ter mudança para uma reforma melhor. Para conseguirmos justiça neste País, é preciso uma reforma política melhor.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) – Obrigada, Georgina.

Vamos ouvir o companheiro Amaro e logo em seguida o Edmilson Oliveira, da Bahia.

O SR. AMARO FERRAZ BARRETO – Companheiros e companheiras, acompanhei Miguel Arraes de Alencar desde os 18 anos. Há 23 anos, estou na vida pública e ontem, aqui, naquela homenagem, eu pensava que seria muito importante que aqui estivesse um filho de um camponês que chegasse aqui uma pessoa pobre, lá do corte da cana do Nordeste, da Zona da Mata, e dissesse alguma coisa sobre Miguel Arraes de Alencar, e neste momento se concretiza isso.

Cortei cana até os 14 anos de idade. Meu pai teve direito de comprar um rádio, chamado Campeão, para colocar na sala, encostar a cabeça na parede e escutar pelo menos a Voz do Brasil, com o Guarani tocando a introdução. Isso não me sai da memória.

Em 1972, meus tios foram assassinados, o meu pai teve que fugir para o Ceará e eu fiquei novo — minha mãe havia morrido aos meus 7 anos de idade —, sem pai e sem mãe, criado pela minha irmã.

Sei a importância de Miguel Arraes para o povo pobre. Mas uma coisa que o Dr. Arraes deixou foi a coerência. E nós, do Partido Socialista Brasileiro, não podemos fazer uma coisa hoje para amanhã fazer outra, nos contradizendo. Nós temos que ser sérios. E só vamos levar para a história do Brasil e do Mundo se formos sérios e se principalmente tivermos coerência, porque senão, tudo o que fizermos vai por água abaixo. Teve gente que foi até para a guerrilha. Hoje não vai ter condições de ir para o meio da rua, por causa da coerência. Só disso. (*Palmas.*)

Temos que preservar a coerência no nosso partido porque senão, um partido que pode ser a esperança, a ética, pode se tornar nada, pode ir por água

abaixo e ficarmos com vergonha de andar na rua.

Então agora eu peço à Mesa Diretora e ao Congresso, sei que é obrigação de cada Deputado Federal e Estadual, Vereador, Prefeito, e eu já fui Vereador, Vice-Prefeito, já fui candidato a Deputado Estadual, fui candidato a suplente de Senador escolhido pelo Dr. Arraes na última eleição, eu gostaria de que os senhores aprovassem um voto de aplauso a todos os nossos Deputados Federais e Senadores, por sua conduta; por não nos darem vergonha, mas sim por levantar as nossas cabeças. Isso que é importante. Se não fossem vocês, Senadores, Deputados Federais, que se conduzem corretamente aqui nesta Casa, não estaríamos hoje aqui de cabeça erguida.

Portanto, quero prestar essa homenagem a todos vocês e também peço que o Congresso aprove um voto de aplauso a todos vocês que tiveram coerência e permaneceram com aquilo que Arraes sempre fez. *(Palmas.)*

O SR. EDMILSON OLIVEIRA – Boa tarde, quero saudar a todos na pessoa do nosso Senador Valadares e quero também dizer aos companheiros que, pelas conclusões a que estamos chegando nessas propostas apresentadas aqui, temos divergência na questão da coligação e na questão do financiamento público de campanha.

Se coligar, tem dificuldade de financiamento público por causa das listas. Então nós temos que tirar uma decisão aqui para tentar avançar na questão do financiamento público e se não for possível confirmar a coligação. É claro que a fidelidade partidária tem que ser aprovada. Não dá mais para empurrar isso aí para frente.

Agora, quero dizer aos nossos companheiros que o PSB tem que tirar deste Congresso uma posição firme para levar para as ruas, para a reforma política, para clarear para o público da nossa Nação que nós encampamos tais propostas juntamente com aqueles partidos de oposição, porque não podemos mais ficar esperando que essa reforma aconteça pelo bel prazer desse Congresso que está aí, porque nós estamos precisando de um congresso revolucionário e nós precisamos que o Partido Socialista Brasileiro encampe essa luta. Não podemos passar por esse escândalo sem sair com essa reforma política.

Conversei com o companheiro Alexandre, em janeiro, no encontro dos Vice-Prefeitos e Prefeitos, quando ele me disse que a reforma vinha se arrastando, mas agora nós temos um fato que nos dá a possibilidade de ir para a rua, mas o PSB precisa encampar essa luta, precisa chamar os companheiros da esquerda para levar o povo à rua, para fazermos a reforma que é possível no momento.

Para finalizar, quero dizer que nós não podemos sair daqui deste Congresso sem uma posição e quero parabenizar a Deputada Estadual Janete Sá quando esteve aqui nesta tribuna e mostrou que nós temos que ser guerreiros. E

a companheira é guerreira, nós somos guerreiros, o PSB tem que ser guerreiro, e o momento é agora!

Conclamamos a todos a irmos para a luta!

Um abraço.

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) – Obrigada, companheiro.

Chamamos agora o Prefeito Rubens Bontempo. Logo em seguida Francisco Santos.

O SR. RUBENS BONTEMPO – Boa tarde, companheiras e companheiros, eu acho que sobretudo nós temos que tentar ao máximo ser sinceros conosco, levando em consideração o problema conjuntural e o problema estrutural em que se encontra o modelo político nacional.

Nós temos que ser, sobretudo, transparentes nesse debate. E concordo com o Siqueira quando disse que essa reforma não serve para o PSB porque ela, no fundo, também não serve ao povo brasileiro. (*Palmas.*)

Quero concordar com você, meu companheiro Ricardo Coutinho, e dizer que também podemos errar tentando, de afogadilho, resolver um problema estrutural que esbarra em outros problemas maiores que nós sabemos que são gigantescos, difíceis de serem removidos. Nós sabemos que o sistema político nacional está, sim, totalmente contaminado pelo modelo econômico que foi adotado por este País. Se nós continuarmos de alguma maneira escondendo a origem maior desse problema, tentando, através de um sacrifício ainda maior do povo brasileiro, resolver o problema da reforma política, nós vamos, sobretudo, tapar o sol com a peneira e não resolver o problema.

Outras questões maiores que deveriam ser discutidas, como, por exemplo, a questão da coincidência nas eleições, muito bem colocada pelo companheiro, outras questões que também são importantes como o fim da reeleição, outras questões importantes como a fidelidade partidária, enfim, eu acho que nós precisamos e muito levar em consideração a conjuntura atual para fazermos, sim, um aprofundamento dessa discussão.

E acho que cabe a nós, neste momento, acatar o apontamento do Rollemberg e do Siqueira: fazer a reforma do que é possível, sem mexer nos princípios. E acho que a pergunta em relação a essa questão do financiamento público que tem que ser feito, de onde vai vir esse dinheiro? Esses 840 milhões de onde virão, Deputado? Da saúde, da educação, ou vai ser através de aumento ainda mais de impostos? Todos nós queremos que venha do corte que tem que ser feito com a ruptura mais profunda com esse sistema econômico. Tem que

vir dos lucros dos banqueiros. Daí tem que vir esse dinheiro e é isso que tem que ser discutido. *(Palmas.)*

Enfim, quero dizer que nós, amanhã, teremos o maior desafio que é discutir se nós vamos fazer com que esse partido possa crescer ou vá a reboque de um modelo que nós não defendemos.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) – Obrigada, Prefeito.

Companheiro Francisco Santos, do Maranhão, e, logo em seguida, José Maria Pacheco.

O SR. FRANCISCO SANTOS – Boa noite a todos. Quero dizer que me sinto feliz na presença dos delegados e membros parlamentares do PSB.

Todos falaram aqui, inclusive divergindo, mas o PSB, na minha opinião, não tem que ter medo de reforma, por menor que seja. O PSB tem que ousar, romper essa barreira dos 5%. O PSB tem que ter a capacidade de liderar neste momento a esquerda brasileira que está passando por uma crise terrível. O PSB hoje vai preencher o lugar de outros partidos de esquerda. Então nós não temos que temer, nós temos, sim, que tomar a frente.

Quero ainda dizer que sou totalmente a favor da opinião do Sr. Deputado Alexandre quando falou da lista mista. Sou a favor da lista mista. Não temos que ter medo de lista, até porque vou tentar mostrar alguns fatores benéficos que a lista trará. Por exemplo, ela vai trazer mais união para o partido, vai trazer fidelidade que até então é um pouco difícil, vai aumentar o empenho da militância, para construir as bases do PSB. Agora, ela precisa ser aperfeiçoada e a minha proposta, Deputado Alexandre, é casada com a do Movimento Negro, de que deve se incluir, por exemplo, critérios sobre raça, sexo e classe. Precisamos melhorar e não ter medo, porque estou sentindo em alguns companheiros um pouco de medo desse detalhe da provável lista, que é uma realidade que vai passar a reforma nem que seja pela metade, mas vai passar. Ela está sendo imposta. Já que está sendo assim, temos que tentar tirar proveito para o bem do PSB.

E quero finalizar, dizendo que o PSB deve votar também a favor do financiamento público de campanha, porque se tiver vai diminuir também a compra de votos, porque vai ter mais fiscalização, se tiver o financiamento público e não o privado, como acontece.

Então essa é minha opinião, desculpe-me se ofendi alguém, mas o PSB tem que ter a capacidade de ousar.

Obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) – Obrigada, companheiro.

Agora é o companheiro José Maria Pacheco, conhecido como Prof. Pachecão. Logo em seguida o companheiro Mário Bruking.

O SR. JOSÉ MARIA PACHECO – Obrigado, companheira.

Antes de mais nada, queremos informar a todos aqueles que fazem parte do movimento popular social nos seus Estados por este Brasil afora que, logo mais, após a discussão no plenário, entre 18h30 e 19h, estaremos lá fora, do lado esquerdo, para recebê-los e dar continuidade ao diálogo que tivemos ontem no I Congresso do Movimento Popular Social do PSB. Nós queremos dar continuidade hoje e gostaríamos de contar com o fortalecimento de vocês porque o movimento popular unido, o movimento sindical unido e a JSB unida vão conseguir resgatar a esquerda do nosso Brasil para realmente conquistarmos o nosso espaço na linha da coerência, da ética e da decência. E nós do PSB é que vamos conseguir arrebanhar todos aqueles que querem um país que possa construir uma sociedade mais decente, mais pluralista e com justiça social. *(Palmas.)*

Agora vou começar, companheira Mari, a minha falação anterior foi só um informe, por favor, porque agora vamos realmente manifestar nossa opinião. Há pouco convidamos os companheiros do movimento popular para se fazerem presentes à nossa reunião.

Companheiros, estivemos atentamente aqui, pela primeira vez neste encontro, viemos lá do Pará, e ouvimos todos os comentários que foram feitos, principalmente, claro, sobre a figura de Miguel Arraes. Ouvimos, ontem, dizer assim: Arraes quando voltou do exílio disse que precisávamos unir as esquerdas.

O SR. – Um minuto.

O SR. JOSÉ MARIA PACHECO – Já? Tudo bem.

Hoje estamos aqui para dizer que se Arraes estivesse vivo ele diria: se não é possível unir as esquerdas, que unamos os movimentos sociais, populares e sindicais, porque todos os partidos de esquerda têm que ouvir a sua base, e o PSB não é diferente. *(Palmas.)*

Nesse sentido, já que me foi tolhida a palavra, companheira Erundina, quero deixar claro que o PSB não deve ter medo de lista fechada nenhuma. Quer seja lista fechada, quer seja lista aberta, o que importa são os critérios pelos quais serão escolhidos nossos candidatos em todo o interior do Estado, em todo o Brasil. Que sejam critérios que acabem com o caciquismo, que acabem com os privilégios, com as indicações de última hora.

Para concluir, companheiros, queremos dizer que os movimentos populares do nosso partido têm que se organizar, têm que se fortalecer, e a Direção Nacional, juntamente com a Direção Estadual, tem a obrigação de dar apoio aos diretórios municipais para que essa promoção de debate que está ocorrendo agora aqui se promulgue também no interior do Estado. *(Palmas.)*

E nesse sentido proponho para a Direção Nacional que seja votado para que, a partir dessa semana agora, todos os diretórios municipais promovam debates sobre a questão do financiamento público, a questão da reforma política.

Era só isso, companheiros, porque a partir daí vamos poder organizar e fortalecer o nosso partido e escolher realmente candidatos que representem a base do Partido Socialista Brasileiro.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) – Obrigada, companheiro.

Companheiro Mário.

O SR. MÁRIO BUKING – Quero cumprimentar a Mesa e todos os companheiros e companheiras congressistas. Realmente o tema é bastante importante, envolvente e nós estamos nesta tarde aqui discutindo basicamente duas proposições: uma que foi feita pela Comissão, sistematizada pelo Deputado do Rio de Janeiro, e a outra proposição vinda do Senado Federal, pela iniciativa do PFL.

O que é consenso, sabe-se, é que é preciso fazer alguma coisa para que esse quadro político eleitoral não se repita na eleição do ano que vem. E aí eu me coloco na mesma linha do Presidente Estadual do PSB do Rio Grande do Sul e em confronto à do Carlos Siqueira porque o que não podemos é nos omitir. Se não temos a reforma política ideal, a reforma política que todos queremos, pelo menos não podemos deixar que as eleições do ano que vem não tenham algumas modificações que permitam que elas possam ser mais honestas, mais ética, e para isso é necessário, sim, votar nem que seja um arremedo de reformas, que pelo menos empobreça as campanhas e que não permita que o poder econômico tome conta das eleições.

Mas também é importante que a nossa bancada no Congresso Nacional possa ter uma posição bastante firme. A reforma política e a bandeira da ética, essa bandeira não é do PFL. Não podemos deixar que as ruas venham ganhar esse discurso de que alguma reforma possa vir; não podemos deixar que o PFL, que foi por muitos e muitos anos o construtor da corrupção, o construtor desse modelo político que rouba o povo e as eleições, venha a ser paladino da ética em nosso País. O PSB pode dizer isso nas ruas, ele deve dizer isso nas ruas e por isso nós devemos, através da nossa bancada na Câmara Federal e no Senado, ter uma posição firme e pegar essa bandeira da reforma política e da ética, porque nós temos moral para fazer isso, porque não estamos envolvidos na corrupção e no sem-vergonhismo no qual a direita atolou este País e que contaminou até o próprio PT. O PSB não. Tem moral para pregar reforma política e deve, então, empunhar essa bandeira.

106 Por isso dei esse encaminhamento que já que não podemos fazer o ideal,

já que não podemos fazer financiamento público de campanha, lista fechada, que acho muito difícil, pelo menos empobrecer as campanhas com uma parte legal e empunhar a bandeira da ética para o PSB, não para o PFL. *(Palmas.)*

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) – Obrigada, companheiro Mário.

Companheira Sol e, em seguida, o Deputado Delorgen.

A SRA. SOL – Boa tarde companheiros e companheiras, sou da Juventude Socialista aqui do Distrito Federal e, em relação à reforma política, que é a pauta que estamos discutindo, gostaria de colocar alguns pontos do debate que me chamaram a atenção no fórum do nosso congresso regional, pelo companheiro Carlos Siqueira.

Entendo e percebo que realmente temos pouco tempo para aprofundar da maneira como deveríamos a questão da reforma. Temos, porém, que definir — e isso é imprescindível — a linha de atuação da bancada do PSB em relação a esse tema. Não podemos fugir disso. Ou essas decisões vão se dar em gabinetes fechados, sem que percebamos, em acordos que não sabemos se podem vir. Então, companheiros, temos que ter essa maturidade. Se não podemos definir tudo, mas que possamos definir a linha de atuação. Entendemos que a nossa bancada é coesa, a nossa bancada tem atuação ética no Congresso Nacional, mas que fique claro para este Congresso a linha de atuação.

Outra questão é a alternância de poder, e aqui faço uma relação com a questão do número de partidos políticos. É uma questão polêmica e, ao mesmo tempo, será que nós queremos dois, três partidos sempre alternando no poder? Não vão dar espaço para um partido que tem uma proposta diferente, como o PSB, que não é tão grande assim? É uma questão que precisamos amadurecer.

Outra coisa é o financiamento de campanha.

Eu queria saber, depois do relato do Presidente da Comissão, Alexandre Cardoso, como está a questão, como isso foi passado na Câmara, quais são os critérios. Eu vi há algum tempo, não sei se teve alguma modificação, que pelo menos 70% da verba ficavam com os maiores partidos. Então temos que ter isso claro também.

Outra questão é a prestação de contas. Ouvi um dado do companheiro Beto que achei muito interessante, que é a transparência, o lançamento do que está sendo gasto em tempo real na Internet. Achei fantástico isso.

E, para concluir, a questão da lista. Temos que ter bem claro que o PSB pode ter percepção de que as nossas candidaturas se dão para os companheiros que vão encabeçar as listas, por companheiros orgânicos que tenham mais compromisso com o partido, mas na prática será que todo mundo vai fazer isso?

Que tenhamos uma lista, com critérios, mas que o eleitor decida em quem ele quer votar, em primeiro lugar.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) – Obrigada, companheira.

Deputado Delorgen, do Acre.

O SR. DELORGEN – Boa noite à Mesa, na pessoa da companheira Mari Machado, boa noite a todos os companheiros e companheiras, o último orador tem a grande vantagem de fazer discurso sobre o que já falaram e a desvantagem de não ter mais ninguém no plenário ou estarem dormindo. Nesse sentido, quero parabenizar toda a equipe organizadora deste Congresso, porque esse é o segundo de que participo, e já está superando em muito o congresso passado a participação de muitas pessoas. E esse tema, até eu vou falar porque ele é realmente envolvente, no sentido de contribuir.

Quero dizer aos companheiros que o que vou dizer não tem nada direcionado a qualquer pessoa e também aos nossos Deputados Federais. Muito foi dito, mas acredito que já seja consenso que não vai ter como se fazer um documento e o principal é evitar o abuso do poder econômico. Mas eu quero dizer que existem muitas formas de deslealdade no processo político eleitoral. Quero citar, por exemplo, essa questão de concessão, se não é concessão mas é um direito privado, não sei, de quem tem programa de apresentador de rádio e de televisão. Apenas para tentar ilustrar e talvez para deixar como reflexão o fato de que seria de bom alvitre que as pessoas que são detentoras de mandato não possam ter esse direito de serem apresentadoras de um programa de televisão, porque é muito desleal, é muito ruim isso.

Quero aqui citar um exemplo, e não vou dizer nomes por questões éticas, mas existe um parlamentar estadual na nossa região, em determinado Estado, que já foi eleito quatro vezes porque é dono de uma emissora de Rádio FM. Da mesma forma também não é nada pessoal nem direto para ninguém, o detentor de mandato também não deveria ser um dirigente sindical, porque há pouco foi dito aqui que as propostas políticas, a programação de cada candidato está aquém dos movimentos, daqueles que se aproveitam dos movimentos e até das igrejas para se promoverem.

Então eu só queria deixar esse detalhe aqui para que possamos refletir, porque tudo isso também são formas desleais de concorrência numa campanha eleitoral. Perdi duas eleições para ganhar uma e não tive sequer o direito de televisão. Não era por questão de tempo do PSB, porque eu também tinha 30 segundos, mas eu fui cerceado e não foi pela direita, pelo PFL ou PMDB, foi pelo PT. Então está muito longe a questão de unirmos as esquerdas.

Mas eu quero deixar o seguinte: não existe oligarquia, não existe cartel, não existe caciquismo, não existe poder nenhum de direita ou do que quer que

seja que o povo, unido nas ruas, não possa derrubar. Essa é a nossa obrigação! E sugiro à Direção Nacional que encaminhe um documento a todos os Estados, com extensão aos Municípios, que seja feita, sim, uma campanha sobre tudo quanto está sendo aqui tratando, para que seja concluído.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) – Obrigada, companheiro. Só uma correção: nós temos ainda dois inscritos e a fala do Senador Valadares.

Companheiro Zorba Vidal e, logo em seguida, o Deputado Beto Albuquerque.

O SR. ZORBA VIDAL – Boa noite para todos, sou da Executiva Estadual da Juventude Socialista Brasileira do Rio de Janeiro, faço parte do Movimento de Juventude Não vou me Adaptar.

Vou tentar ser o mais breve possível. Acho o assunto extremamente complexo. Concordo plenamente com a Erundina quando disse que é imprescindível abordar a questão de reforma política com uma análise de conjuntura. De forma que não vai se esgotar aqui esse debate. Acho plenamente correto o encaminhamento de se fazer ou um seminário de reforma política ou um congresso de reforma política, em que as pessoas participem não só na tomada de opinião, mas na elaboração de teses. Que façam isso em grupo, da mesma forma que nós no Rio de Janeiro fizemos.

E ouvimos o clamor do Deputado Alexandre Cardoso quando fez o seguinte chamado: eu não gosto de decidir sozinho, mas tenho que encaminhar. Se as pessoas não apresentarem suas propostas, nós temos que encaminhar. E aí, dentro da lógica do jogo político que nós vivemos, é uma realidade. A reforma política que nós da Juventude do Rio de Janeiro pensamos é do espírito de Dom Quixote, do espírito revolucionário, que não vai terminar ; vai ser um processo de rompimento com esse Congresso Nacional, na boa! Com essa Câmara e com esse Senado não vai sair nada de brilhante. Um Congresso que não tem moral, quando determina o aumento do seu próprio salário. Como é que esse Congresso imoral vai ter que se auto-regular? Quem deve regular o Congresso é o povo, quem deve regular o Senado é o povo.

Democracia é uma conquista, sim, é uma vitória, sim. Quando rompemos o processo da ditadura militar parecia que tudo estava lindo, era perfeito, mas logo nos primeiros momentos da democracia sentimos que o buraco é muito mais embaixo e que a revolução ainda estava muito mais longe. Acreditamos em democracia que se elegêssemos um operário seria perfeito. Nós elegemos, e também não vem com essa história de ah, não concordo! Eu me comovi! Vim desde 89 acreditando. Claro que me decepcionei. Mas acho

que não foi com a figura do Lula, porque, apesar de uma eleição histórica de massa para eleger um presidente de origem operária, não garantiu a maioria no Congresso. Algo está errado.

Como o povo elege um Presidente dessa forma e não elege um Congresso? Porque existe uma lógica errada, uma lógica de estrutura matemática dentro desse coeficiente eleitoral. Existem candidatos que têm capacidade de conseguir três coeficientes eleitorais e vendem a sua segunda e terceira vaga. O cara é Deputado e elege uma geladeira e um liquidificador. É sério! E não tem moral nenhuma para me representar. (*Palmas.*) E não me venha dizer: É o representante!... Representante de nada!

E tem um segundo caso desse modelo que devemos transformar que é que muitas pessoas na sociedade não sabem do coeficiente eleitoral, é complicadíssimo esse debate. O partido tem que levar para a sociedade uma cartilha. Devemos utilizar nosso horário de campanha para explicar isso, só explicar isso.

Outra coisa: às vezes o candidato ou político detém a estrutura do partido. Ele tem 4 mil votos mas ele sabe que, se montar uma chapa onde as pessoas tenham menos que 4 mil votos, se elege. Então, ele não está construindo o partido, ele está construindo o mandato dele e coloca um bando de outras pessoas com toda capacidade, mas às vezes não entendem nem o jogo do coeficiente, e se utiliza de todas as organizações, que na verdade é o partido inteiro que o elege e, na hora em que ele se elege, aquele coeficiente todo que estava no jogo é jogado fora. Quantos candidatos o partido elegeu, quantas pessoas votaram no partido, votaram em outras figuras, e aquele candidato, com o nosso voto, foi embora. Com o nosso voto foi exercer a nossa representação, sem o direito moral.

Temos as nossas propostas em parte em teses, mas gostaríamos de encaminhá-las por tópicos, mas é imprescindível um seminário e, por solicitação da Mesa, nós do Estado do Rio de Janeiro concordamos com a lista preordenada, não é uma lista fechada, com fidelidade partidária, sim, com uma legislação clara e específica para todo mundo sobre financiamento público de campanha. No mais, temos que nos preparar para avançar e sermos verdadeiramente revolucionários. Está supercorreto Arraes; temos que reinventar Dom Quixote. O espírito de Sancho Pança é o deste Congresso, mas essa é uma etapa que nós vamos superar. (*Palmas.*)

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) – Obrigada, companheiro Zorba.

Companheiro Deputado Beto Albuquerque. (*Palmas prolongadas.*)

O SR. BETO ALBUQUERQUE – O apoio para ser Governador está grande, mas eu acho que vou ser candidato a Federal para ajudar esse partido a vencer os 5%. (*Palmas.*)

Companheiros, o que vou dizer é conhecido de todos nós. Só aprendemos a caminhar, caminhando. O Brasil tem uma democracia muito jovem. Tem talvez pouco mais da metade da idade que eu tenho. Eu não vou me iludir que nós aqui possamos agora, ou através do Congresso, inventar as regras que vão salvar a humanidade do ponto de vista eleitoral. Esse ufanismo me preocupa. Eu vou dar alguns números que foram elaborados e verificados sobre financiamento público de campanha pelo companheiro Kaleb Oliveira, que é Presidente do PSB gaúcho.

Se o financiamento público fosse aprovado, esses 800 milhões de reais, o PSB teria em nível nacional pouco mais de 30 milhões de reais para financiar as campanhas de Governadores, Senadores, Deputados Federais e Deputados Estaduais. O PT teria 150 milhões, o PFL teria quase 150 milhões, porque essa é a regra que está posta e que a Sol estava curiosa para saber.

No Estado como o Rio Grande do Sul, que tem 1 Deputado Federal e 1 Deputado Estadual, na repartição dos trinta e poucos milhões que seriam destinados ao PSB, teríamos lá 1 milhão e 400 mil reais para financiar lá no Estado a campanha de Governador, de Senador, de Deputados Estaduais, de Deputados Federais.

São Paulo, que é um Estado que tem um desempenho maior, tem eleitorado maior, teria perto de 5 milhões, e assim por diante, proporcionalmente. Então, cuidado com o ufanismo, porque hoje o financiamento público implantado imediatamente significa manter tudo como aí está, com dinheiro público. (*Palmas.*)

Eu sou a favor do financiamento público, mas eu não me iludo com essas receitas que surgem diante das crises. Falar em financiamento público aí fora hoje, desculpem companheiros, se o PSB quiser dar o passo do Joãozinho do passo certo vai apanhar aí na rua, porque o cidadão não compreende em curto prazo o que nós estamos falando como financiamento público.

Falar em lista partidária aí fora, hoje, numa eleição ano que vem que será fulanizada, porque essa será a escolha do cidadão. Ele não quer mais saber do PT, mas de repente ele vai dizer: mas nesse cara aí do PT eu vou votar. Falar hoje na rua o PSB querer ser o Joãozinho do passo certo, financiamento público, lista partidária fechada! Vamos ganhar nada, nada com isso. Não vamos transformar em nada a realidade política. (*Palmas.*)

Portanto, temos que continuar esse debate interno, eu concordo, mas

não podemos nos entusiasmar para botar água no moinho dos outros. O financiamento público põe 150 milhões na mão do PT. Porque a direita quer o financiamento porque ela vai ficar com o dinheiro. E nós achando que vamos corrigir o mundo, vamos ficar de novo com as beiradas e achando que temos obviamente o direito de ter o discurso certo. Cuidado, companheiros.

Baratear as campanhas é muito importante, porque essa disputa é desigual nesse sentido.

Há um outro tema, Alexandre e Carlos Siqueira, que este partido tem que discutir: a unificação das eleições no Brasil. Por que não em 2010 o Brasil se reunir num único momento para discutir as eleições municipais, estaduais e federais? Tem sido provado no Brasil que de 2 em 2 anos este País pára, gasta um monte de dinheiro, vive caixa dois, corrupção, mensalão. Nós perdemos a cada 4 anos um, discutindo eleição e gastando dinheiro. Por que não unificar as eleições lá em 2010? Qual é a nossa posição sobre isso? (*Palmas.*)

E aí entra a discussão da reeleição ou não, mas não obviamente agora que pareceria um golpe, mas lá em 2010. Unifica eleição, acaba com a reeleição, quem sabe lá você vai discutir essas questões de fundo? Eu acho que nós temos que ter cuidado.

Apenas diria, companheiros, que nós não podemos obviamente sair daqui sem algumas bandeiras nossas. Nós precisamos reafirmar a nossa indignação contra a infidelidade partidária, nós temos que ser afirmativos nisso, temos que defender o barateamento das campanhas, nós temos que defender a redução do tempo de campanha, que acabe não só produzindo fantoches que não têm história, que não têm vida política e que acabam assumindo mandatos, baseados na pirotecnia, na invenção da mídia, dos Dudas Mendonças, dos Marcos Valérios! Quanto menos tempo de campanha, mais história tem que ter o candidato para merecer o voto. Quanto mais tempo de campanha, com um pouquinho de mala de dinheiro, elege até quem nunca esteve em vila alguma, na sua cidade ou no seu Estado.

Então, eu queria deixar essa reflexão, dando um exemplo sobre a lista. Vocês sabem quem seria o primeiro da lista no PL hoje? Valdemar Costa Neto. Cuidado para não trazer para dentro dos partidos a política do mensalão, a política da corrupção. É muito mais fácil comprar um partido do que o Congresso Nacional. (*Palmas.*) Nós temos que ter cuidado com isso, porque nós, do PSB, vamos fazer o debate, vamos escolher a lista, vamos lutar internamente. Mas os outros, amigos, nessa jovem democracia brasileira, vão fazer maracutaia nos partidos políticos, o caixa dois vai para dentro dos partidos políticos, e nós vamos ficar achando que somos o Joãozinho do passo certo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) – Obrigada, companheiro Beto Albuquerque.

Agora nós vamos ouvir o Senador Antônio Carlos Valadares, que vai falar sobre a situação da reforma política no Senado.

O SR. ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Companheiros, companheiras do PSB, desde 1994 que me encontro no Senado Federal. O povo de Sergipe é muito generoso comigo e com o PSB. Sempre o mais votado, duas vezes para o Senado.

Mas eu quero aproveitar esta oportunidade para lembrar, e para uma reflexão profunda de todos nós, que nenhum partido majoritário, por mais forte, popular e prestigiado que seja, pode querer se sobrepor aos demais partidos; pode querer se tornar o dono exclusivo da verdade. E dentro dos partidos a ala majoritária não pode, de forma alguma, querer se sobrepor às demais alas que divergem no campo democrático mas que têm a mesma responsabilidade dentro do partido pelo que acontecer de bom ou de ruim.

O que está acontecendo hoje no Brasil é a expressão daquilo que nós achamos e vislumbramos que é uma democracia. A única coisa majoritária que comanda, que conduz, que faz com que existam os partidos, exista uma Nação, é o povo, porque o partido majoritário não pode se sobrepor a esse comando definitivo e sagrado que é o voto do povo.

No Senado Federal, meus amigos e minhas amigas, de repente, diante da crise que se avolumou, que recrudescer, que atingiu os píncaros da mais desbragada corrupção em nosso País, o PFL tomou a iniciativa de apresentar uma proposta que, ao contrário do que aqui se disse, não é uma proposta de financiamento público, é uma proposta que reitera o que hoje existe, o financiamento privado exclusivamente, sem nenhuma alternativa para o financiamento público.

Logicamente como membro da Comissão de Assuntos Sociais, da qual sou Presidente, e como membro da Comissão de Justiça, da qual participo ativamente, apresentei 3 propostas que foram aprovadas em 2001, e que a Câmara Federal agora vai, sem dúvida alguma, aprovar em definitivo: a proibição de boca de urna, porque isso é uma desfaçatez. Por detrás daquelas camisas, por detrás daquela movimentação, daquela arregimentação de eleitores, existe muito dinheiro, muita corrupção. Existe muito dinheiro retirado, sem dúvida alguma, daqueles que detêm o poder e se aproveitam desse poder para obter

financiamento público somente para eles, em detrimento dos outros partidos que não estão no poder. *(Palmas.)*

Também apresentamos em 2001 o financiamento público de campanha, que foi aprovado pelo Senado, e também apresentamos a chamada federação de partidos políticos. Foi o Senador de vocês, o Senador Valadares, que também idealizou essa questão em 2001, porque nós tínhamos o receio de que não só o PSB como os demais partidos ideológicos como o PCdoB, o PCB, e outros tantos não alcançassem os 5% exigidos pela Constituição. Daí nós criamos a possibilidade de partidos ideológicos se juntarem e, permanecendo cada um com a sua individualidade, se constituírem numa federação para atingirem os 5% e, após esse atingimento na eleição, essa federação se constituísse no Senado Federal, na Câmara dos Deputados, na forma de lideranças. Liderança da Federação no Senado e Liderança da Federação na Câmara dos Deputados, mas sem criar qualquer obstáculo à existência de uma Liderança, por exemplo, do PSB dentro da Federação, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Foi uma saída que encontramos naquela época, em 2001, e a Comissão da Câmara dos Deputados, presidida pelo nosso companheiro Alexandre Cardoso, está mantendo até agora a existência da federação como uma saída para a possibilidade de os partidos ideológicos virem a fazer uma junção no sentido de preservar a sua existência e sua identidade.

Mas, meus companheiros e companheiras, quero crer que, como disse a nossa companheira histórica e amiga Erundina, não bastam as reformas eleitorais, é preciso que pensemos num momento como este, de uma crise que abarca todos os segmentos partidários, que preocupa a todos nós, preocupa o Brasil, que pensemos em reformas estruturais profundas, como por exemplo a adoção — eu sei que é difícil numa época em que a Câmara está desmoralizada, que o Congresso está sob suspeição, que pensemos, e isso amanhã vamos ter que decidir — no parlamentarismo. *(Palmas.)*

O parlamentarismo no Brasil só foi derrotado por conta das elites que queriam permanecer eternamente governando. Foi na época de João Goulart, para diminuir o poder do Presidente da República, que era uma liderança popular. E foi criada uma possibilidade, em 1988, na nossa Constituição, com a criação das medidas provisórias, porque é um mecanismo herdado do parlamentarismo italiano, que poderíamos mergulhar no parlamentarismo.

Lógico que estávamos num regime presidencialista e quem governava era um presidente dentro do regime presidencialista e lutou para que no plebiscito, mais uma vez, o parlamentarismo fosse derrotado. Para isso nós precisávamos — futuramente, não falo agora — de uma constituinte única e exclusiva para decidir as questões de Estado, para decidir sobre parlamentarismo, sobre presidencialismo, e não sobre os efeitos de quem está governando no momento.

Porque quem governa no momento quer a caneta assinando no Diário Nacional, quer o domínio do Congresso Nacional, quer sem dúvida alguma fazer — disse ali a nossa Deputada — a possibilidade de dominar o Congresso a qualquer preço.

Para não me alongar mais, meus companheiros, minhas companheiras, financiamento público e privado. Essa não é uma escolha difícil. No Senado, agora, a Comissão de Justiça aprovou, contra o meu voto, logicamente porque apresentei uma proposta de financiamento público, foi derrotada, com alternativa de a pessoa física poder contribuir, que é quem tem um irmão, um amigo, um companheiro, de forma aberta e transparente poder contribuir para a nossa campanha. E há o financiamento privado no Senado Federal; foi aprovado apesar de o Senado em 2001, como eu disse, ter aprovado já o financiamento público de campanha. Uma incoerência. Em 2001, financiamento público de campanha. E, diante desse escândalo, vemos o conluio, a promiscuidade entre parlamentares, Poder Público e empresa privada.

Eu escrevi aqui: na eleição, o candidato financiado se apresenta e o eleitor vota pensando nele, no candidato, e este, o candidato, depois da eleição, assume o mandato pensando naquele que o financiou. Inclusive para pagar dívidas, para pagar favores. E o povo, que vá às cucuias, que fique lá para trás.

Por isso, meus amigos, sou favorável, de forma pública, sem nenhuma vergonha, ao financiamento público transparente, porque o que já existe aí já é financiamento público por debaixo do pano, para aqueles que podem roubar da Nação. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mari Machado) – Encerradas as inscrições, a Mesa gostaria de parabenizar a Plenária. Foram 36 intervenções sobre esse tema, portanto, confirmando um belo debate que foi realizado pelo partido a respeito da reforma política.

A Mesa tem uma proposta de encaminhamento para esse tema, que leva em consideração o debate que foi realizado durante esta tarde e também uma sugestão encaminhada pelo companheiro Leonelli à Mesa. A Mesa sugere que a Plenária aprove como princípios de orientação à bancada do Partido Socialista na Câmara Federal a diminuição do custo de campanha, englobando o fim da boca de urna, a proibição de *showmícios*, brindes, camisas, utilização de ambulâncias, ônibus nas campanhas eleitorais, englobando ainda a proibição de superproduções televisivas e de rádio, estabelecendo que os programas sejam realizados em estúdios, com depoimentos de candidatos, debates, sem gravações externas, e, já disse, a proibição efetiva de contratação de pessoas para realização de boca de urna. Isso tudo no princípio da diminuição do custo de campanha.

Nós vamos ter que solicitar silêncio ao Plenário.

Sugere ainda, para aprovação como princípio de orientação à bancada do Partido Socialista na Câmara Federal a criação de mecanismos de fidelidade

partidária.

Sugere ainda, como orientação à bancada federal, a manutenção das coligações proporcionais para 2006.

Sugere ainda à bancada federal o fim da verticalização.

Essa é a proposta de encaminhamento da Mesa, que gostaria de submeter à aprovação da Plenária.

A Plenária se sente esclarecida sobre a proposta? *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) – Vamos encaminhar da seguinte maneira: se a Plenária se sente esclarecida sobre esses quatro pontos, encaminhamos e votamos esses quatro pontos e depois retornamos às outras duas pendências que o Plenário levantou.

Então, vamos entrar em processo de votação.

Atenção companheiros. Silêncio no plenário, por gentileza.

Questão de ordem, companheiro Vicente.

O SR. VICENTE SELISTRE – Companheira Presidenta, na verdade, nos encaminhamentos da proposta dessa tribuna também foi incluído, com vistas à transparência, ao barateamento das campanhas e o combate ao abuso do poder econômico, orientar a bancada sobre a restrição às contribuições das empresas que têm contratos com entes federativos, Municípios, Estados, União, que são as que financiam as campanhas.

Era isso que queríamos incluir como orientação à bancada, que é a forma como a Mesa está encaminhando, com o que concordamos, só gostaríamos que esse esquecimento ou esse não-encaminhamento seja incluído.

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) – A Mesa está entendendo que deve, sim, colocar como princípio em votação a questão do financiamento público.

Então, vou repetir como vai ficar.

Aprovação como princípios que orientarão a atuação da nossa bancada na Câmara Federal:

- a diminuição do custo de campanha, com todos aqueles itens que foram lidos, fim de *showmícios*, utilização de ambulância, ônibus, boca de urna etc.;
- o financiamento público da campanha;
- a criação de mecanismos de fidelidade partidária;
- a manutenção das coligações proporcionais para 2006;
- o fim da verticalização.

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) – A Mesa encaminha da seguinte forma, Lídice: vamos votar esses como princípios, que é a proposta da Mesa, como o mínimo, depois nós acrescentamos outras demandas que houver no plenário. Pode ser?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) – Como é a proposta da companheira Lídice?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) – A companheira Lídice está sugerindo que, além desses princípios citados, seja incluída a contemplação de política de cotas para mulheres e negros na reforma política. *(Palmas.)*

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) – Companheira, por gentileza, use o microfone. É o que estou escrevendo, mulheres e afro-descendentes.

Pronto. Então vamos.

Os companheiros e companheiras que aprovam a proposta de aprovação desses princípios como orientação...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) – Pois não, companheiro Prefeito de Petrópolis para uma questão de ordem.

O SR. RUBENS BONTEMPO – Eu queria solicitar à Mesa que pudéssemos fazer a separação desses quatro itens para votação, porque eu acredito que seja necessário ainda aprofundar um pouco mais o debate em relação a essa questão do financiamento de campanha com dinheiro do povo.

Então, eu peço para serem encaminhadas, em regime de votação, de forma separada todas essas quatro questões postas, porque essa questão do financiamento merece uma reflexão maior de todos nós.

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) – A Mesa acolhe o encaminhamento do companheiro.

Então vamos votar em separado e no caso do financiamento público de campanha vamos abrir duas intervenções para posicionamentos.

O SR. – Mesa, questão de ordem.

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) – Para posicionamento. Pois não, companheiro.

O SR. – O Prefeito de Petrópolis fez uma abordagem importantíssima, mas eu acho que só o financiamento público votaria em separado, as outras

propostas em bloco.

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) – A Mesa entende que deverá ser votado ponto por ponto, porque assim o Plenário vai se sentir bastante esclarecido sobre cada tema.

Vamos começar.

Aqueles que concordam com a diminuição do custo de campanha como princípio levantem os seus crachás. *(Pausa.)*

Obrigada, companheiros.

Aqueles que não concordam levantem os crachás. Abstenções.

Aprovado, por unanimidade. *(Palmas.)*

Agora vamos para o segundo ponto.

Os companheiros e companheiras que concordam com a criação de mecanismos de fidelidade partidária levantem os seus crachás. *(Pausa.)*

Alguém discorda? Abstenções?

Aprovado, por unanimidade.

Os companheiros e companheiras que concordam com a manutenção das coligações proporcionais para 2006 levantem os seus crachás. *(Pausa.)*

Alguém discorda? Abstenções?

Aprovado, por unanimidade.

Os companheiros e companheiras que concordam com o fim da verticalização levantem os seus crachás. *(Pausa.)*

Alguém discorda? Abstenções?

Aprovado, por unanimidade.

As companheiras e companheiros que concordam com a contemplação de política de cotas para mulheres e afro-descendentes na reforma política levantem os seus crachás. *(Pausa.)*

Alguém discorda? Voto contrário. Abstenções?

Aprovado, por maioria.

Agora, então, nós vamos para o financiamento público de campanha. A Mesa pergunta: o Plenário está esclarecido ou gostaria de ouvir uma intervenção?

O Companheiro Rubens Bontempo gostaria de utilizar o espaço para falar. É uma intervenção para cada lado. Falará a favor o Governador Valadares.

(Manifestação fora do microfone.)

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) – Companheiro, o senhor é a favor? Nós já temos um companheiro que vai encaminhar a favor.

(Manifestação fora do microfone.)

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) – Companheiros, um momento.

É de fato uma questão muito complicada votar o financiamento público de campanha, porque ele está atrelado a outras questões da reforma política, como, por exemplo, a questão das listas. Mas o entendimento do Plenário nós estamos propondo aqui votar como princípio. Não é a forma nem como será o financiamento público, o detalhe do financiamento público, como ele será formatado, é como princípio que o partido irá decidir.

Rubens.

O SR. RUBENS BONTEMPO – Companheiros, solicitei que fosse colocado em votação separada esse tema porque eu acredito que todos nós, socialistas, gestores, que temos um compromisso histórico com o povo brasileiro, não podemos simplesmente achar que o grande conserto do sistema político deste País possa se resumir ao financiamento público ou financiamento do povo brasileiro.

Nós achamos que o sistema político se encontra atrelado e a reboque do modelo econômico no qual estamos vivendo. Nós achamos e temos a clareza de que o grande problema do sistema político; de toda a corrupção que existe; de toda a promiscuidade que existe entre prestadores de serviços e tomadores de serviços - e o maior tomador de serviços é o Estado - é o modelo econômico implantado neste País.

E achamos que não será simplesmente com financiamento do dinheiro do povo que vamos conseguir acabar com essa questão e com esse relacionamento mais profundo, promíscuo, existente nos dias de hoje. Pelo contrário. Afirmando que com o financiamento público nós estaremos resolvendo o problema da ética da política, nós estaremos sendo mais hipócritas ainda; nós estaremos varrendo para debaixo do tapete essa discussão que se impõe a todos nós que temos um compromisso maior, principalmente com os mais empobrecidos. Temos, sim, que aprofundar essa discussão.

A reforma política de que o Brasil precisa tem que ser muito mais ampla. Por isso, pedi que levassem em consideração não só as minhas palavras, mas também as palavras da nossa Deputada Luiza Erundina, as palavras do nosso Deputado Beto Albuquerque, as palavras do meu colega Ricardo Coutinho, que é Prefeito de João Pessoa.

Por isso faço essa abordagem, porque hoje, ir para as ruas, defendendo essa proposta, o povo vai achar que o nosso partido está querendo fazer simplesmente uma farra com o dinheiro do povo.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) – Companheiro Alexandre Cardoso.

O SR. ALEXANDRE CARDOSO – Companheiros, primeiro, tem que se acabar com essa mentira de que a campanha é financiada com dinheiro privado. Essa é a primeira questão. Quem financia as campanhas de Prefeito é o superfaturamento das empresas de lixo, que a maioria das pessoas têm medo de dizer. Quem financia a campanha dos Governos Federais, do Presidente da República, são os banqueiros que não deixam regulamentar a questão da tarifa bancária, e por isso financiam com o nosso dinheiro. Acabar com essa história de que empresário está financiando campanha de político porque é bonzinho. Isso não é condição de socialista, não. É isso que nós temos que deixar claro. *(Palmas.)* Ou alguém conhece algum empresário que financia campanha porque é bonzinho?

Companheiros, estudei profundamente isso. Daqueles 10 bilhões, 9 bilhões e 200 milhões são de cofres públicos, que roubam no caixa dois e dizem que é dinheiro privado. É dinheiro público! E é por isso que nós devemos ter a coragem de assumir que esses 800 milhões que vão financiar vão vir de juros que não vamos pagar mais aos banqueiros, para garantir a democracia e impedir que o pobre não seja candidato porque não tem dinheiro.

Chega de elite se eleger neste País através do dinheiro. Financiamento público é de socialista e é de quem tem compromisso com a transparência! *(Palmas.)*

O SR. ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Presidenta, posso falar?

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) – Senador, por gentileza.

O SR. ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Em primeiro lugar, gostaria de dizer que não concordo com o Prefeito Rubens Bontempo, de Petrópolis, apenas no tema financiamento privado. Quanto ao restante, assino embaixo. Uma administração que é o exemplo para todo o Brasil a administração de Petrópolis. *(Palmas.)* Uma administração que conseguiu uma reeleição não através do dinheiro público, roubado, mas através do prestígio conseguido no seio das massas do povo de Petrópolis. *(Palmas.)*

É a única coisa com a qual não concordo, e estou ao lado do Presidente da Comissão de Reforma Política na Câmara dos Deputados, Alexandre Cardoso, porque o financiamento público é a confirmação daquilo que representa a

verdadeira doutrina de um partido que se diz socialista. As empresas privadas visam o lucro, o dinheiro. E uma amizade de uma empresa privada com um partido político não é uma amizade sincera, é uma amizade que tem um interesse lá na frente, que vai ser cobrado após a eleição do parlamentar, seja Senador, seja Deputado.

Por esta razão, companheiros e companheiras, a continuidade desse processo de corrupção significa aprovar o financiamento privado. Vamos ao financiamento público. Que o Congresso Nacional resolva voto distrital misto, lista fechada, seja lá o que for. Quem deve resolver é o Congresso. Agora, o princípio quem resolve é o princípio do Partido Socialista Brasileiro. *(Palmas.)*

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) – Obrigada, companheiro.

Vamos começar o processo de votação.

(Manifestações no plenário.)

O SR. – Estou com a palavra?

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) – Por gentileza, seja breve.

O SR. – É ligeiro. Primeiro que financiamento público de campanha, do ponto de vista que nós entendemos, tem sentido se não for numa lista fechada, e vou explicar por quê. Porque numa lista fechada, o dinheiro do povo vai para um partido que vai ter poder de colocar lá quem na verdade tem mais dinheiro, pode acontecer. Aí o mensalão vai sair do Congresso e vai lá para os diretórios municipais. Quem tem dinheiro vai trazer filiado, quem tem dinheiro vai arrebatar e colocar os diretórios municipais e não estou dizendo só do PSB, mas de todos os partidos, a serviço de quem tem dinheiro. Aí a pessoa deixa de investir numa campanha para investir no partido.

Agora, o financiamento público tem que acontecer, e se ele acontecer, aquilo que foi colocado como cuidados para os parlamentares nem precisa, porque vai diminuir totalmente o valor da campanha. Então o financiamento público tem que existir e aqueles que têm dinheiro vão ter que ficar privados de gastar aquele dinheiro para se eleger.

É isso. Nós só vamos ter oportunidades iguais quando o financiamento for público em lista aberta. E que os recursos que forem para o partido sejam divididos proporcionalmente entre todos os candidatos.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. COORDENADORA (Mari Machado) – Obrigada, companheiro.

Agora nós vamos encaminhar a votação.

Pedimos aos companheiros que por gentileza tomem assento e façam silêncio. Estamos em processo de votação e, portanto, não há questão de ordem.

Os companheiros que concordam com o financiamento público de campanha como princípio, por favor, levantem os seus crachás. *(Pausa.)*

Os companheiros que são contra o financiamento público como princípio podem levantar seus crachás. *(Pausa.)*

Abstenções.

Ganhou a posição do financiamento público como princípio por maioria. *(Palmas.)*

Obrigada, companheiros. Nós estamos então encerrando esse debate da reforma política, agradecendo a presença de todos e amanhã estaremos aqui às 9h.

Plenária de Encerramento do X Congresso

21 de agosto de 2005



Empolgação toma conta do plenário e dos membros da mesa ao pronunciarem o slogan: “Arraes Guerreiro do Povo Brasileiro”



Plenária do X Congresso, reunida no auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados.



Dep. Alexandre Cardoso, Dep. Eduardo Campos, Roberto Amaral, Carlos Siqueira e o Dep. Renato Casagrande ao votarem na plenária e encerramento do X Congresso.



Integrantes da Direção Nacional do PSB

Passamos à apresentação do vídeo feito pelo filho do Dr. Arraes, Guel Arraes, em homenagem a ele. (*Palmas.*)

(*Apresentação de vídeo.*)

SANDRA ANNENBERG – Miguel Arraes foi Deputado Estadual, Deputado Federal, Governador de Estado. Participou da vida política brasileira desde os anos...

JORNALISTA – (...) Miguel Arraes de Alencar nasceu em 1916, no Araripe, um pequeno município encravado no sertão cearense. Foi o único filho homem da família, teve 6 irmãs.

Adolescente, mudou-se para o Crato, onde concluiu o antigo Ginásio. Depois seguiu para o Rio de Janeiro, onde foi aprovado, com 17 anos, no vestibular de Direito. Na mesma época, passou também no concurso do Instituto do Açúcar e do Alcool, o extinto IAA. Conseguiu transferência para Pernambuco, onde concluiu o curso na Faculdade de Direito do Recife.

JORNALISTA – Começou a carreira política em 1947, como Secretário da Fazenda de Pernambuco. Três anos depois, foi eleito Deputado Estadual pelo Partido Social Democrático. Assumiu novamente a Secretaria da Fazenda, em 59, e no mesmo ano venceu as eleições para a Prefeitura do Recife.

JORNALISTA – Negociar, fechar acordos até com adversários, habilidades que já se destacavam no perfil político de Arraes.

JORNALISTA – Entre a antiga sede da Prefeitura do Recife e o Palácio do Campo das Princesas havia o Capibaribe. Para Arraes, não foi difícil atravessar o rio e dar um dos passos mais importantes de toda a sua trajetória política.

JORNALISTA – Nas eleições de 62, Arraes venceu o empresário João Cleofas e assumiu, pela primeira, vez o Governo do Estado. No primeiro ano do mandato, estimulou a luta dos canavieiros da Zona da Mata por direitos trabalhistas, apoiou a greve dos trabalhadores da cana, intermediou a negociação entre camponeses e usineiros, que ficou conhecida como Acordo do Campo. No dia 31 de março de 1964, os militares foram às ruas e derrubaram o Governo no Presidente João Goulart. Em Pernambuco, os militares tentaram fazer um acordo com o Governador Miguel Arraes. Ele renunciaria ao mandato em troca da liberdade. Arraes não aceitou.

“No momento em que falo, o Palácio do Governo está sendo ocupado por tropas do Exército, que se insubordinaram contra o Sr. Presidente da República, trocando o mandato que o povo de Pernambuco me concedeu, através de gloriosa campanha eleitoral. Sei que cumpro até agora o meu dever para com o povo pernambucano. Sei que estou fiel aos princípios democráticos, à legalidade e à Constituição que jurei cumprir. Deixo de renunciar ou de abandonar o mandato, porque ele está com a minha pessoa e me acompanhará enquanto

durar o prazo que o povo me concedeu e enquanto me for permitido viver”.

JORNALISTA – Na madrugada do dia 1º de abril, ele foi deposto e preso pelos militares. *“Neste momento recebo comunicação da prisão, em Pernambuco, do Governador Miguel Arraes, pelo General Justino Alves Bastos, Comandante do 4º Exército...”*

JORNALISTA – Da prisão, no Recife, Arraes foi levado para a ilha de Fernando de Noronha e de lá para um exílio de 14 anos na Argélia.

“Jornalista - Beneficiado pela Anistia, pôde voltar ao Brasil.

- O senhor espera ser recebido nos braços do povo?

- Miguel Arraes – Eu espero ser recebido não nos braços do povo. Eu espero entrar no meio do povo. Sou um cidadão, entro como um simples cidadão, e vou para o meio dos meus compatriotas”.

“Miguel Arraes - Minhas armas são as mesmas, aquelas que vocês conhecem. Só tenho duas mãos e o sentimento... (Palmas.)”

JORNALISTA – Política correndo na veia, Arraes teve uma participação importante na campanha pelas Diretas-Já.

“Miguel Arraes – Mesmo nas praças públicas, nas praças do Brasil inteiro e nas praças em Pernambuco, apoiamos as eleições diretas e apoiamos Tancredo Neves para a presidência da República. (Palmas.)”

JORNALISTA – Filiado ao PMDB e depois de 18 anos sem mandato, Miguel Arraes enfrentou outra vez o teste das urnas, sendo eleito o Deputado Federal mais votado do Norte e Nordeste.

JORNALISTA – Em 86, Miguel Arraes decidiu outra vez candidatar-se ao Governo do Estado. Foi eleito pelo PMDB com uma vantagem de 600 mil votos sobre o adversário. No ano seguinte, ele voltou ao Palácio do Campo das Princesas e entrou por aquela porta, a da frente, a mesma por onde havia saído.

“Jornalista – O Recife parou no dia da posse. Cem mil pessoas se espremeram na Praça da República, para testemunhar a volta dele ao Governo”.

JORNALISTA – No segundo mandato, Arraes deixou claro, outra vez, a sintonia que tinha com o homem do campo. Priorizou a eletrificação rural e a qualidade de vida do canavieiro.

Em 1994, mais uma vez lá estava ele, tentando o Governo, novamente consagrado, agora com 78 anos de idade.

JORNALISTA – Arraes se elegeu pela última vez Deputado Federal em 2002. Presidente Nacional do PSB, partido que ajudou a fortalecer, não havia abdicado do projeto com que norteou a própria vida:

“Miguel Arraes – Tenho o que tinha antes, ao apresentar-me hoje nesta Casa

pela terceira vez, enriquecido pelo que me deu a vida e pelo que me marcou o destino. Nada além, como ensinou o poeta, do que as mãos e o sentimento do mundo e a certeza renovada na capacidade do povo de fazer história”.

“- Estou sabendo que ele vem e eu quero é ele.

- Estou esperando que ele chegue aqui agora, estou querendo falar com ele. Porque ele é o homem que vai ser do poder. Se Deus quiser.

- O povo vive sem governo, porque a governança não está pelo povo, está fora do povo. E nós precisamos de Arraes porque Arraes é Governo do Povo. É por dentro da casa do povo.

- Voto aqui de Galiléia, por debaixo d’água a gente vota em Arraes”.

- É o Galileu que está falando.

“Miguel Arraes - Fico muito alegre e emocionado, por estar aqui com vocês”.

- Arraes é por debaixo d’água e ninguém tira.

- Porque é um homem que o que promete ele faz.

- Com ele a melhora sei que vem a custa de Deus, só vem a poder de Arraes.

- Miguel Arraes – Digo aos outros que não puderam vir nesta sexta-feira de tarde, que assumi os mesmos compromissos do passado. Vamos lutar juntos para melhorar a situação de Pernambuco e do nosso País. (Palmas.)

- Dr. Miguel Arraes é vivo de morrer por nós, ele tem coração de morrer por nós.

- Nosso Governador de Pernambuco, o homem que ainda não abandonou o Governo. Um homem de força e de caráter.

- Porque só estamos aqui por causa desse homem!

- Meu pai falou que só vestiu uma camisa quando Arraes era Governador”.

“Miguel Arraes – A nossa campanha está sendo feita pelos trabalhadores da Região da Mata, pelos homens do sertão do Agreste, pelos artistas, pelos poetas do Recife, pelos pintores, pelos escritores, pelas juventudes. Nossa campanha não é feita apenas dos nossos discursos, ela é feita com o sentimento da nossa gente, com a alegria da nossa juventude, com o sonho dos nossos poetas, com a música dos nossos cantadores”.

“- Eu vou votar em Arraes porque acho que ele representa a justiça social. E é por isso que eu pinto para ele.

- Eu acredito que os artistas vão ter muita voz e muita vez no Governo de Arraes.

- Arraes simboliza tudo de melhor que existe para todo mundo, porque não é Arraes, é a vontade de todo mundo que fica sendo feita.

- Com Arraes a esperança deixou de ser o substantivo abstrato e passa a ser substantivo concreto.

- Por que você vai votar em Arraes, está todo risonho aí?

- Porque eu vou rir mais ainda depois que ele ganhar. (Risos.)

- O nome é Arraes mesmo, do pé à cabeça. Beleza!

- Estou apostando tudo. A vitória é nossa!

- O nosso futuro Governador é Arraes.

- Quero dizer, diante do senhor, que tudo está com o senhor, pode fazer a pesquisa para o senhor ver.

- É Arraes na cabeça! Miguel Arraes! O homem de Pernambuco, meu povo!

- Caetano Veloso – E em Salvador nós tínhamos, na verdade, eu vou dizer inveja de Pernambuco, nesse período, porque o nome de Miguel Arraes significava um aceno de esperança de justiça social. A gente na Bahia via escrito assim: Miguel Arraes, o povo no poder.

- Mas o fato de ele ser eleito e de voltar ao Governo de Pernambuco, isso como símbolo já é suficiente. Isso já vai enriquecer, renovar e restaurar a alma pernambucana.

- Eles perderam tempo esse tempo todo, na tentativa de apagar inclusive a lembrança do nome de Miguel Arraes na história, e o povo pernambucano não esqueceu.

- Quem é o futuro Governador de Pernambuco?

- Arraes!!!

- Hoje à noite eu já sei onde é que o homem vai estar. E sabia que eu vou ao comício para dar um abraço nele? Eu vou.

- Três meses viajando por este Brasil, doutor! trazendo aqui a esperança do povo do Estado. E o que eu fiz agora, apertar sua mão e lhe dar um abraço, é uma coisa que milhares de nordestinos e pernambucanos queriam fazer. Eu estou fazendo porque é direito. Vim para votar e dançar o frevo da vitória com o senhor! Miguel Arraes! É Arraes!”

- Miguel Arraes – É com muita emoção que falo para vocês, nesta bonita festa do povo, para agradecer a presença dos artistas que aqui vieram alegrar a nossa gente e fortalecer a nossa causa!

(...) e a importância das lutas do nosso povo nessa hora é dada por aqueles que aqui vieram, não só para nos apoiar, mas para que possamos assumir compromissos diante do povo, como temos feito em todo o Estado de Pernambuco. Mas nessa hora, aqui em Boa Viagem, esse compromisso se aprofunda, porque é diante do povo e dos artistas, que são os arautos do povo, que assumimos o compromisso de lutar com a nossa gente, para solucionar os problemas de Pernambuco e do Brasil.

- Arraes! Arraes! Arraes!”

WILLIAN BONNER – Morre em Recife o ex-Governador Miguel Arraes.

FÁTIMA BERNARDES – Um líder socialista que participou dos principais momentos da política brasileira nos últimos 50 anos.

JORNALISTA – O carro, com o corpo de Miguel Arraes, deixou o hospital no início da noite e percorreu as principais ruas do centro de Recife.

“ Como disse a minha avó, ele não é só nosso, ele pertence à vida e ao imaginário de muitas pessoas”.

CID MOREIRA – O Brasil se despede de um dos maiores nomes da política nacional. Miguel Arraes é chamado de guerreiro do povo brasileiro na hora do adeus.

JORNALISTA – Do lado de fora do Palácio, onde o corpo do ex-Governador de Pernambuco, Miguel Arraes, foi velado, uma multidão esperou pacientemente o momento da despedida. Se faltavam palavras, a mensagem era passada em cartazes, bandeiras.

“ Dr. Arraes é uma pessoa no mundo que veio do céu e vai para o céu de volta”.

JORNALISTA – Diante do caixão, coberto com as bandeiras de Pernambuco e do Brasil, o ritual de silêncio e reverência se repetia a todo instante. Em cada gesto, em cada rosto, em cada um que se aproximava, a dor da tristeza e da saudade, sentimentos expressos em orações, lágrimas, e no canto emocionado.

JORNALISTA – O povo simples que Arraes abraçou e beijou, durante a vida pública, foi se despedir dele. Um adeus cheio de emoção e lembranças.

JORNALISTA – Pessoas de todas as classes sociais, pais, filhos, testemunhas de uma página importante da história política do Brasil.

“Excelentíssimo pai, e para toda a humanidade pernambucana do agreste, de todos os lugares, ele foi um dos melhores governadores do Estado, Prefeito, tudo que ele foi. O povo o ama e como pai que ele era. Eu como mãe, avó, tataravó, devoto o meu grande abraço ao espírito dele que vive para sempre.

- O primeiro leite que consegui tomar na vida foi dado graças ao Dr. Arraes”.

JORNALISTA – Sobre o caixão vão ficando pequenas lembranças. A família, que acompanhou durante quase dois meses a luta do patriarca pela vida, mais uma vez se uniu.

JORNALISTA – Estavam lá os dez filhos, netos, irmãs, a viúva, D. Madalena. A neta, Elisa, de 7 anos, parecia não acreditar na perda do avô. A morte de Arraes deixou de luto sindicalistas, artistas.

O escritor Ariano Suassuna, amigo de longa data do ex-Governador, e Caetano Veloso, fizeram questão de trazer solidariedade à família.

Caravanas de agricultores chegavam das cidades do interior do Estado.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva veio de Brasília, com uma comitiva de 5 Ministros para se despedir do amigo e conselheiro.

“- Ministro Ciro Gomes – Miguel Arraes, todo mundo sabe, pagou caro pela intransigência, por vezes heróica, com que defendia a causa das pessoas mais pobres, a causa de uma pátria soberana.

- Arraes era um homem admirável, de uma teimosia permanente pelo Brasil”.

JORNALISTA – Políticos de todo o Brasil esqueceram as diferenças.

“- Governador Geraldo Alckmin - Um homem que deixa um grande exemplo. Exemplo de coragem, exemplo de coerência e exemplo de luta pela justiça social.

- Deputada Heloísa Helena – Perde um sertanejo valente, generoso, que com certeza essa é a marca que ficará no coração e na mente de milhões de pobres espalhados pelo Nordeste.

- Prefeito José Serra - O Arraes foi uma’ pessoa que marcou a história do Brasil, na segunda metade do século passado e no começo deste século. Quando essa história for escrita, ele vai ser uma das personagens fundamentais.

- Senador Pedro Simon – Ele defendeu as mesmas idéias e os mesmos princípios e a transformação da sociedade brasileira, para que o povo conseguisse ter o seu espaço”.

JORNALISTA – Quando o caixão foi levado para o carro do Corpo de Bombeiros, mais uma reverência ao sertanejo que deixou o legado marcado pela ética e coerência na política nacional.

“- Arraes, guerreiro, do povo brasileiro!”

“- Só foi Miguel Arraes que fez para nós todos pernambucanos.

- Ele fez as casinhas da gente. Hoje eu estou numa casa de alvenaria em agradeco a Deus e a ele.

- Buscava dar uma contribuição grande ao País e a suas instituições e que tinha um forte sentimento, um forte instinto de nacionalidade.

- Arraes é simplicidade, Arraes é tudo para o povo brasileiro. Arraes é o poder que está morrendo, mas está vivo na memória. Morre o corpo, a matéria, mas o espírito de Arraes permanece vivo para sempre!

- Viva Arraes!

- Estive com Arraes algumas vezes aqui em Pernambuco também, depois de estar com ele no exílio, e uma coisa eu posso dizer: são muitas décadas e ele nunca me decepcionou.

- Neste momento que estamos vivendo, a presença dele seria fundamental.

- Hoje é Dia dos Pais e perde um grande pai para mim.

- Nós consideramos que o Dr. Arraes não será sepultado, mas será plantado, porque ele vai continuar em cada um companheiro do campo aqui de Pernambuco.

- Uma senhora canta: “Pela cidade se conhece um governo que trabalha. A voz de Deus é a voz do povo e Miguel Arraes governará de novo. É progressista e tem capacidade, no dinamismo trabalha muito. É com certeza do sertão até o cais, toda urna que abrir só tem voto de Arraes.

Arraes lá do céu vai governar!”

- Daniela Mercury canta:

“Arraes está aí, Arraes está aí de novo.

Arraes está aí de volta com o povo.

Arraes está aí, Arraes está aí de novo.

Arraes está aí de volta com o povo.

É o povo que sabe, é o povo que luta, é o povo que faz.

O povo quer, o povo pede Arraes.

Volta, volta Arraes!

Volta, volta Arraes!

Volta nosso voto é seu.

Do litoral ao sertão.

Volta que o lugar é seu

E arrasta logo meu coração.

Arraes está aí, Arraes está aí de novo.

Arraes está aí de volta com o povo.

Arraes está aí, Arraes está aí de novo.

Arraes está aí de volta com o povo”.

(Palmas.)

(Manifestações no plenário: “Arraes, guerreiro, do povo brasileiro!” (bis)

(Palmas.)

(Pausa.)

O SR. JOILSON – Companheiros, nós temos um material para enviar aos Estados. Um material que é um livro com o memorial dos congressos sindicais do nosso partido, as teses dos sindicalistas e o Regimento da Coordenação Nacional do Movimento Sindical. Esses pacotes, a serem enviados aos Estados, precisamos que os representantes dos Estados que estejam aqui presentes peguem o material que está ali atrás, com o companheiro Igor. São pacotes pequenos que, para economizar, estamos mandando por vocês, para não gastarmos a verba do partido com o envio pelo correio, que é muito caro.

Então, por favor, os companheiros dos Estados queiram se dirigir à porta de saída do plenário que o Igor irá distribuir o material.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Amaral) – Atenção, companheiros.

Estamos abrindo os trabalhos da nossa plenária.

Vamos iniciar com a discussão da Questão Política – Análise da Conjuntura.

Pedimos a todos que tomem assento para darmos início aos debates.

O SR. JOILSON – Quero fazer um destaque à ordem da discussão da pauta, em que está colocada a Conjuntura e depois a Questão da Reforma Sindical. Como a reforma sindical que vamos discutir vai se basear no debate sobre a PEC 369 e a bancada federal e a Executiva Nacional já têm uma posição em comum, junto com os sindicalistas, eu pediria ao Presidente do Congresso que colocasse uma proposta de inversão de pauta e que o tema Reforma Sindical fosse o primeiro item a ser debatido hoje.

E explico por quê. Porque tendo um consenso de resolução do V Congresso Nacional Sindical e tendo um consenso na opinião da Direção Nacional e da bancada federal, eu acho que é um tema menos polêmico do que a questão da conjuntura. Então, poderíamos usar pouco tempo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Amaral) – Pergunto ao Plenário se está de acordo com essa inversão.

Quem estiver de acordo, por favor, levante o crachá. *(Pausa.)*

Obrigado.

Quem estiver contra levante o crachá. *(Pausa.)*

Aprovada a inversão.

Joilson, quem vai fazer a apresentação do tema?

Tem a palavra.

Antes, convido para tomar assento à mesa o nosso companheiro Luiz Abílio, Vice-Governador e futuro Governador de Alagoas (*Palmas.*)

Foi feita a inversão e o Plenário está aguardando a intervenção dos companheiros sindicalistas. (*Pausa.*)

Eu peço a colaboração do Plenário, pois, com todos nós conversando ao mesmo tempo, será impossível desenvolver o nosso Congresso. Tem um orador na tribuna que vai apresentar o relatório do tema Reforma Sindical.

Joilson, por favor.

O SR. JOILSON – Obrigado, Presidente.

Companheiros, realizamos o nosso V Congresso Nacional Sindical, precedido por encontros que tivemos com amplos setores do Movimento Sindical Brasileiro, em especial este ano a Conferência Nacional da CUT. Também tivemos aqui na Câmara dos Deputados, neste mesmo plenário, um seminário com as bancadas do nosso partido; do Partido Comunista do Brasil e o PPS, ocasião em que fizemos uma discussão acerca da reforma sindical, que foi apresentada no início deste ano ao Congresso Nacional Brasileiro, versando sobre a famigerada PEC 369/05, subscrita pelo então Ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, e pelo Fórum Nacional do Trabalho.

Eu gostaria, então, de relatar para o Plenário do nosso Congresso, o que pensam os sindicalistas do PSB, e acredito que esse pensamento nosso vai se somar ao pensamento da nossa bancada e ao pensamento também da direção do nosso partido.

Nesses dias de congresso, distribuímos um material, mostrando a nossa posição frente à PEC 369. É um material de um jornal e do livro intitulado: O Movimento Sindical do PSB, pelos seus Congressos de 1993 a 2003. Aqui estão consagradas as nossas opiniões, teses de concepção sindical, de relação capital e trabalho e de percepção que temos sobre as relações dos trabalhadores na sociedade brasileira frente às demandas dos trabalhadores e frente a essa conjuntura que iremos debater em seguida, após o debate da reforma sindical.

Queremos antecipar que nós, os sindicalistas do PSB, somos a favor de uma reforma sindical. Acusamos que a legislação e a organização sindical brasileira precisam mudar, mas para melhor, e não para pior. Isso tem sido o nosso debate desde o CONCLAT; desde 1983, quando fizemos o encontro da classe operária brasileira e quando criamos a Central Única dos Trabalhadores. Então, temos consciência da necessidade de mudanças na organização do Movimento Sindical Brasileiro.

Mas nós não queremos qualquer mudança. Nós queremos uma mudança

que aponte para dois aspectos: o primeiro é que venha fortalecer a organização dos trabalhadores frente a essa conjuntura adversa, essa conjuntura, liderada pelo projeto neoliberal, que desemprega, que impõe regras aos trabalhadores, regras rebaixadas, que retiram dos trabalhadores direitos consagrados. Essa é a primeira questão.

A segunda questão é que não queremos fazer uma reforma do movimento sindical sem considerar a nossa realidade. A nossa realidade aponta para um movimento sindical com várias falhas, identifica o movimento sindical com grandes dificuldades de representar todos os trabalhadores, não só os empregados. Mas, como sabemos, hoje no Brasil, o número de companheiros e companheiras desempregados é muito maior do que o número de trabalhadores com carteira assinada. E o movimento sindical não consegue dar conta de representar a todos os empregados, os desempregados, os aposentados, os jovens, que precisam entrar no mercado de trabalho. E no nosso País são centenas de milhares.

Então, fazemos essa introdução para entrar no mérito da questão da reforma proposta pelo Ministério do Trabalho e pelo Fórum Nacional do Trabalho.

Dizer que no encontro que tivemos aqui, dia 5 de maio, no Congresso Nacional, onde estiveram reunidos a Executiva do nosso partido com os sindicalistas e com a bancada federal, presidida a sessão pelo nosso comandante Miguel Arraes, ele dizia que a PEC 369 é uma proposta que a gente não sabe de onde veio, que os seus autores não assumiam a responsabilidade sobre o que estava escrito e que, portanto, sendo uma proposta que dividia a classe operária do nosso País, nós não podíamos votar a favor dessa proposição.

Essas foram as palavras do nosso comandante Miguel Arraes, que têm ressonância e que expressam o pensamento dos sindicalistas do PSB.

A PEC em si aborda dois grandes eixos. O primeiro versa sobre a questão da organização sindical e a negociação no mundo do trabalho. O segundo eixo versa sobre a questão das relações e da competência do Ministério Público do Trabalho. No primeiro aspecto, queremos apontar para um prejuízo que a PEC 369/05 representa para a organização sindical. O primeiro aspecto: ela quebra a unicidade sindical, que é um princípio defendido e consagrado pelos sindicalistas do PSB. Nesse ponto, ao sugerir o pluralismo da representação sindical contra a unicidade sindical, ela fala de modernizar o mundo da organização sindical, e nós não concordamos, porque sabemos dos prejuízos que isso trará para o seio das categorias, para o seio da organização dos trabalhadores da cidade e principalmente a organização sindical do campo.

138 Imaginem vocês como seria o ambiente tão violento do campo, tão precário do campo com o pluralismo sindical. Com certeza o latifúndio iria fazer

os seus sindicatos para substituírem os combativos companheiros do campo, que aqui no V Congresso estão bastante representados e inclusive representados no Diretório Nacional, ao indicarem o companheiro Vilanova, nosso chapéu de palha, para quem peço uma salva de palmas, porque é um companheiro histórico e que representa o nosso Movimento Sindical no Maranhão. *(Palmas.)*

A PEC 369 muda o artigo 8º da Constituição Federal, mas junto a ela já foi divulgada a existência de um projeto de lei complementar de mais de duzentos artigos que apontam para questões muito graves, como por exemplo a questão da supremacia do negociado sobre o legislado.

O que é isso, companheiros e companheiras? Significa que, tendo os trabalhadores um patamar elevado e alguma questão trabalhista, significará, a partir de agora, sendo a lei aprovada, que o que os trabalhadores negociarem para baixo vai valer. A CLT, hoje, não permite isso. Nenhuma categoria pode fazer uma negociação para baixo. E aí é que está a armadilha, o enunciado dessa proposta neoliberal que visa abrir um caminho, apontando para a possibilidade de flexibilização das leis trabalhistas no nosso País. Leis essas já tão desprezadas, desconsideradas pelo patronato.

Portanto, companheiros, isso para citar dois aspectos da questão da organização.

Um terceiro aspecto, as centrais sindicais. Hoje, são mais de oito e mais três que estão sendo criadas, em função dessa crise. E eu gostaria de fazer um breve parêntese para dizer que a crise que iremos debater, a conjuntura que iremos debater, que identifica uma crise ligada aos assuntos do Parlamento, tem atingido profundamente a nossa organização sindical.

Senão, vejamos: a Central Única dos Trabalhadores, a maior central da América Latina, onde nós atuamos, onde a CSSB, que é a Corrente do Sindicalismo Socialista Brasileiro, atua, tira uma posição antecipada e precipitada no processo de 2002. Porque lá em 2002 nós tínhamos três candidaturas adversas ao projeto neoliberal, e nós dizíamos: essas candidaturas disputarão o primeiro turno, e no segundo turno, como é a nossa tradição, como fiéis à UNE, nós iremos nos juntar. E o que fez a articulação sindical?

A articulação sindical, companheiros e companheiras, é a fonte de todo esse processo de crise que estamos vivendo hoje no Governo Lula e no Parlamento. Lá eles se criaram, portanto, eles, no encontro de Minas, fecharam questão a favor da candidatura do Lula, desconsiderando as outras correntes e desconsiderando a tradição do movimento operário brasileiro, que aponta para o não-atrelamento dos sindicatos, das instituições dos trabalhadores, aos partidos. *(Não querendo ser correias de transmissão.)*

No entanto, o processo que está em curso, ao ser discutido no Fórum Nacional do Trabalho, desconsiderou milhares e milhares de propostas do movimento sindical brasileiro e se formou uma cúpula das centrais com o patronato e com o Governo e fizeram um projeto de lei na PEC 369, desprezando o movimento. Esse é o vício de origem. Essa é a condenação inicial que fazemos da PEC 369.

Portanto, nós somos a favor. Não estou aqui advogando contra o fortalecimento das centrais sindicais. Nós defendemos o fortalecimento, mas não defendemos que as centrais sindicais possam negociar à revelia da assembléia de base. (*Palmas.*) Somos a favor do fortalecimento e do reconhecimento das centrais sindicais, mas não aceitamos que as centrais sindicais, as instâncias intermediárias, venham substituir as negociações na base do movimento sindical. Nós queremos o fortalecimento das comissões de fábrica, da representação que se origina na relação direta dos trabalhadores, porque temos uma cultura do nosso partido da democracia direta. E a lei aponta para a possibilidade de as centrais sindicais, em detrimento da base, fazerem negociações, impondo à base posturas inclusive rebaixadas nas negociações trabalhistas.

A questão do Ministério Público do Trabalho, que outrora funcionava como mediador nos conflitos, nas demandas de categoria, nos dissídios coletivos, hoje, com a mudança do art. 44 da Constituição, na também famosa reforma do Judiciário, já indica que o Ministério Público, ao invés de mediar, e numa discussão de dissídio, garantir na pauta de discussão, na sua resolução a reivindicação dos trabalhadores, somente atuará para punir os trabalhadores. Não deveria ser esse o papel da Justiça. No nosso entender, o papel da Justiça nos conflitos deveria ser o de mediar e considerar os pormenores de cada parte.

Por fim, queremos dizer que a PEC 369, que já se inicia derrotada aqui no Congresso Nacional, mas principalmente no seio da classe trabalhadora, aqui no Congresso, porque temos anunciadas posições do PSB, do PMDB, DO PTB, do PPS e do PDT, e posições fechadas contra a PEC 369. Mas para sepultá-la de uma vez nós estamos fazendo mobilizações em todas as partes do Brasil, com o movimento contra a reforma que se iniciou em São Paulo, que já foi a Minas, já tivemos encontro no Rio de Janeiro e, tenho certeza, iremos fechar de uma vez essa questão no Congresso Nacional.

Gostaria, então, de encaminhar à Mesa a proposição dos sindicalistas do nosso partido sobre a reforma sindical. Nós não queremos essa reforma, queremos outra, com os pontos que foram aprovados no 5º Congresso. Eu gostaria de ler, para que o Presidente a colocasse a referendium do Plenário. Serei breve:

“Nós, sindicalistas, defendemos a criação de um fórum nacional de

trabalho, composto por amplos setores do movimento operário e popular, com a tarefa de elaborar o novo código do trabalho, garantindo e ampliando os atuais direitos:

- independente do fórum do Governo.
- fórum só dos trabalhadores.
- Conselho Nacional do Trabalho desatrelado do Ministério do Trabalho.
- Pela redução da jornada de trabalho, sem redução de direitos.

Esta deve ser uma bandeira do PSB. Os empregos que necessitamos precisam desta proposta.

- pelo fim do contrato de trabalho temporário e bancos de horas.
- regulamentação das cooperativas.
- contra os desvios praticados atualmente.

- alteração da Lei de Falência, que tivemos avanços na votação do Congresso, mas que foi aprovada aqui com o esforço do companheiro Vicente e com apoio do nosso Deputado Beto Albuquerque e da nossa bancada nessa matéria.

- O FAT deve ser utilizado em políticas de combate ao desemprego e na aquisição do primeiro emprego.

- ratificação da Convenção 158 da OIT, que impede a demissão imotivada.

- organização por local de trabalho.
- instituição da comissão sindical de base, com estabilidade.
- servidor público, direito de organização, negociação, data-base e greve.
- reconhecer as centrais sindicais.
- unicidade sindical.
- amplo e irrestrito direito de greve.
- coexistência da categoria econômica e o ramo de atividades.
- critério de representatividade rebaixada para permanência da entidade

sindical.

Eu explico: é porque há uma regulação no projeto de lei, propondo critérios draconianos para que o movimento sindical se represente.

Sr. Presidente, eu pediria a este Congresso Nacional que aprovasse essa moção, essa proposta do Movimento Sindical do nosso partido, do nosso

movimento que é contra a PEC 369 e a lei que regulamenta, e a favor desses critérios que acabei de apresentar.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Roberto Amaral) – Joilson, me dê a declaração.

Pergunto ao Plenário se há necessidade — suponho que não — de releitura das propostas oferecidas pelo congresso dos sindicalistas. *(Pausa.)*

Não havendo necessidade, em votação.

Sugiro que aprovemos por aclamação. *(Palmas.)*

Aprovadas.

Atenção, companheiros, antes de passarmos para o próximo item, queremos comunicar ao Plenário a realização, terça-feira, às 12h, na Igreja do Mosteiro de São Bento, no Rio de Janeiro, da missa pela memória de Miguel Arraes.

Relembremos o pedido da Administração da Casa para que não fumemos neste plenário.

Vamos agora para o item Discussão da Resolução Política do X Congresso.

Companheiras delegadas, companheiros delegados, cabe-me, em nome da Comissão Executiva Nacional, abrir o informe às discussões que vamos travar e que justificam o nosso Congresso em torno da crise política que estamos vivendo.

Não teria sentido nós nos reunirmos em congresso tão rico como tem sido este, para honrar a memória de Arraes, e ao final dêssemos de autistas, ignorando a crise política que avassala o País e ignorando a responsabilidade do Partido Socialista Brasileiro nessa crise.

Nós precisamos tomar diretrizes, para orientar nossos Parlamentares, as nossas direções e os nossos militantes. Mas precisamos, também, tomar diretrizes, indicar caminhos à sociedade brasileira. *(Palmas.)* Ela aguarda o pronunciamento dos socialistas, ela aguarda o anúncio dos nossos compromissos e aguarda, acima de tudo, que nós revelemos a nossa diferença em face dos erros. *(Palmas.)*

Companheiros, permitam-me algumas observações iniciais, necessárias, para uma contextualização histórica. Porque nós, os socialistas, não podemos ficar na análise puramente superficial, puramente ética, puramente moralista, porque nós não somos udenistas, somos de esquerda. *(Palmas.)*

Nós denunciemos a crise moral. Não aceitamos nenhum desses

comportamentos que nos envergonham diariamente, nos assustando diariamente, assustando a sociedade diariamente quando lê jornal ou quando assiste televisão. E nós diariamente nos assustamos com a continuidade de denúncias, e pior, com a sua comprovação.

Mas também nós não vamos nos enredar no denunciismo barato nem vamos fazer coro com as elites pervertidas; com as elites conservadoras que construíram esse estado. Nós não vamos nos ombrear com os PFL, os ACM, com os Bornhausens. *(Palmas.)*

Nós vamos denunciar a crise na sua raiz, dizendo que essa crise é fruto não exclusivo, mas é um fruto histórico de 400 anos de mandonismo da mesma elite, que manda neste País, que assalta este País, com eficiência e competência.

Nós queremos dizer que não nos identificamos com esse modelo político. Nós sempre o denunciemos e não seríamos agora nós que o iríamos defender. Nós denunciemos essa democracia precária, que não permite a participação direta da população, que não enseja a emergência das massas, uma democracia que é tolerada pela direita, enquanto o povo não incomoda. *(Palmas.)*

Nós fazemos críticas profundas à democracia representativa tal qual

está sendo praticada neste País, porque um representante não representa o povo, representa interesses econômicos de corporações econômicas e até de corporações sindicais. *(Palmas.)* E o que estamos assistindo, na tentativa de aparelhamento do Estado, em benefício de um partido, já havíamos assistido e vimos assistindo há muitos anos no aparelhamento da rede sindical. E nós denunciemos isso, porque nada tem a ver tudo isso com os princípios, com os valores da esquerda brasileira. *(Palmas.)*

O Partido dos Trabalhadores é da esquerda, mas não é a esquerda toda. *(Palmas.)* E não aceitemos esses métodos, companheiros, não aceitemos a lengalenga da direita e da imprensa. E eu ia dizer a imprensa conservadora, mas isso é um pleonismo. Não aceitemos a lengalenga da imprensa e dos conservadores que querem jogar numa vala comum, dizendo que esses erros foram erros cometidos pela esquerda brasileira. Não! *(Palmas.)*

Esses erros decorrem da absorção de um partido do campo da esquerda pelos métodos da direita. *(Palmas.)*

É uma crise muito profunda. A imprensa trata da crise ética, e nós tratamos também da crise política. E nós podemos falar. O PSB pode, a essa altura, dizer que faz críticas ao projeto de governo e faz críticas à política econômica. Não o faz por oportunismo. Mas podemos dizer isso hoje porque tivemos uma candidatura própria, que defendeu outra linha. Elaboramos um programa de esquerda e defendemos um programa de esquerda.

O programa com que nos apresentamos denunciava a exclusão, defendia

a distribuição de renda e riqueza, defendia uma política econômica autônoma, defendia os interesses dos trabalhadores. E nós participamos no segundo turno de um projeto eleitoral correto, que tinha como base o apoio das forças trabalhadoras, que, no entanto, vieram governar com as forças do capital. Não fomos nós que mudamos. *(Palmas.)*

Há uma crise profunda, anterior a este Governo. E esta crise esteve sempre presente nos nossos pronunciamentos, porque essa crise era denunciada permanentemente por Miguel Arraes de Alencar, em todas as suas intervenções nos congressos, pela defesa de um projeto nacional, a defesa de um projeto de nação que nos modifique, que nos identifique e que nos mostre campo, margem, espaço e luz para reconstruir o País emancipado.

Uma das características do atual Governo foi a ausência de um programa e de um projeto de País, um projeto de Nação. *(Palmas.)*

Companheiros, eu não estou ditando a nossa declaração. Estou fazendo reflexões apenas, para ajudar a construção de nosso texto, que deve ser construído pela participação coletiva do Plenário.

O texto que fizemos circular não vai ser votado. Foi uma sugestão de debate. O texto propriamente dito vai ser construído a partir de agora, pela contribuição do Plenário. Nós vamos ficar ouvindo os companheiros e a média das opiniões ditará a redação. Nós seremos puramente redatores. O Plenário ditará a essência e o conteúdo. *(Palmas.)*

O único ponto que eu sugeriria é que assumíssemos o nosso papel, que é um papel histórico, de aglutinadores das esquerdas brasileiras. Ao contrário de outros partidos, e eu não preciso nomeá-los, nós sempre lutamos pela frente de esquerda. Nós somos o PSB pequenino, um dos principais construtores da Frente Brasil Popular. E eu aqui rendo homenagem ao ausente-presente que é o nosso grande Presidente, Jamil Haddad. *(Palmas.)*

Nós somos o único partido que inseriu em seu manifesto o projeto de incitação das esquerdas na luta e na ação. Precisamos retomar esse papel e convocar as forças populares, convocar todos os partidos de esquerda, sem exceção, para um debate, um debate sobre a realidade brasileira e um debate que possa construir um programa comum, porque um programa comum nos levará à ação comum.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

Plenário – “*De Norte a Sul e no País inteiro, e viva o Partido Socialista Brasileiro!*”
(Manifestações no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Amaral) – Atenção, por favor.

A Mesa saúda o entusiasmo da juventude, mas pede licença para continuar o Congresso. *(Palmas.)*

Estão abertas as inscrições para o debate e a construção da Declaração Política do X Congresso. Os companheiros que desejarem intervir, por favor, encaminhem os seus crachás. *(Pausa.)*

Atenção, nós vamos suspender o recebimento dos crachás. Estão encerradas as inscrições.

Em face da importância do tema e da quantidade justa de companheiros que pediram a inscrição, vejam vocês, vamos ter que estabelecer, antes do primeiro orador, o número máximo de minutos para cada um. Sugerimos 2 minutos. *(Palmas.)*

Solicito ao Deputado Alexandre Cardoso que faça o controle do tempo.

Tem a palavra, por 2 minutos, o Deputado Beto Albuquerque. Se o Plenário permanecer em silêncio, ajuda a observação do tempo.

O SR. BETO ALBUQUERQUE – Vou ter que ser muito rápido. Infelizmente, em 2 minutos é impossível e será para qualquer um estabelecer um raciocínio objetivo.

Eu quero convidar os companheiros...

(Manifestações no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Amaral) – Por favor! As intervenções do Plenário, despropositadas, estão prejudicando o andamento dos trabalhos. Estão prejudicando os oradores e vai ficar difícil observar os 2 minutos para cada um. Já perdemos 3 minutos.

Companheiro Beto.

O SR. BETO ALBUQUERQUE –Quero primeiro convidar os companheiros, já que o tempo é curto, para que no caderno de teses, se tiverem um tempo, então, possam conhecer melhor a intervenção que faço, na segunda tese do caderno, chamada Energia e Responsabilidade.

Esse momento no Brasil não é o momento do discurso fácil nem da saída fácil ou aparentemente cômoda. Não é hora de nós, do PSB, assumirmos o discurso do PSOL, do PPS, do PDT, que é o discurso de quem quer se livrar do problema ao invés de enfrentá-lo. *(Palmas.)* O PSB tem que estar ao lado do povo brasileiro neste momento.

A história da esquerda democrática, a história do Partido Socialista Brasileiro sempre foi uma história de quem nunca fugiu da raia, sempre teve luz própria, diretriz e cabeça própria para pensar. Nós temos, dentro dos nossos quadros partidários, Presidente Amaral, quadros presidenciais possíveis, mas

a sociedade brasileira não acreditará no PSB se o PSB, neste momento de crise, achar que o problema não é com ele e jogar o País à deriva.

Nós, no segundo turno das eleições, decidimos apoiar Lula. Não somos subscritores da Carta aos Brasileiros, de que muitos petistas hoje se envergonham, parece que não leram. Não somos companheiros dessa perversidade aética que aconteceu, mas optamos no segundo por dar sustentação ao projeto do Presidente Lula porque essa foi a vocação histórica do partido de mediar as transições políticas do País.

Se queremos ser a alternativa para depois dessa hecatombe, precisamos ter energia, responsabilidade e, mais uma vez, reiterar a forma como o PSB se relaciona com essas questões.

Hoje não há uma sustentação que possa assegurar a tranquilidade do País. Não é com Lula nem com o Governo, muito menos com o PT, que nós temos que estar preocupados, mas com os compromissos que temos com o povo brasileiro. Não vamos adotar, companheiros, o discurso de que estamos indo embora, que vamos chutar o pau da barraca, que vamos abandonar o Governo, que vamos deixar tudo à deriva, porque se fizermos esse discurso não seremos para o povo a alternativa depois da crise. Só é alternativa quem é capaz de saber governar, pensar o seu tempo e assumir as suas responsabilidades.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Amaral) – Tem a palavra, por 2 minutos, o Deputado João de Deus.

O SR. JOÃO DE DEUS – Sr. Presidente Roberto Amaral, na pessoa de quem quero saudar toda a Mesa e a militância aqui presente.

Companheiros, a crise deveria ser encarada como uma oportunidade de crescimento. Quem sabe fazer isso, sabe fazer política, sabe fazer qualquer tipo de liderança de Norte a Sul deste País. Não podemos, de forma alguma, ignorar que ela é grave e que, de certa forma, nos atinge, porque somos políticos e fazemos parte deste Governo.

Mas é preciso entender, em primeiro lugar, quem somos nós; o que queremos e para onde queremos também seguir. Somos de um partido de esquerda que tem história política e que aqui ressalvo como uma das melhores e maiores lideranças políticas do País. No Estado do Pará, nosso ex-Senador Ademir Andrade, o homem que tem resistido em todos os momentos ao lado de dezenas e de milhares de trabalhadores e de trabalhadoras que fizeram do PSB a grande bandeira de luta, alguns dos quais, infelizmente já não estão aqui para poder assistir à resistência dos demais, como é o caso do ex-Deputado João Batista, assassinado pelo latifúndio na luta, na resistência, em favor dos

trabalhadores, em favor daqueles excluídos. Posso citar, mais recente, o caso de nosso companheiro Vereador de Tucumã, Adão Leite, que igualmente foi assassinado na luta em defesa dos trabalhadores.

Nós poderíamos aqui discorrer uma lista grande daqueles que fizeram do PSB uma bandeira de resistência, de conquista e de avanço na democracia popular.

Agora, para onde queremos ir? Concordo, Presidente Amaral, que nós precisamos continuar aglutinando as forças democráticas de esquerda neste País. Se o PSB começou, continuem com essa mesma linha de raciocínio. Nós precisamos ser aqueles que tiram dessa crise a oportunidade para que as esquerdas do Brasil continuem lutando em benefício da sociedade brasileira. Mas para isso é preciso também reconhecer lideranças importantes de Norte a Sul do País.

Quero concluir, fazendo um apelo neste momento para que nós, socialistas, possamos cada vez mais valorizar a militância, a juventude, os trabalhadores, as mulheres e principalmente a liderança como o Senador Ademir Andrade, que está aqui e precisa continuar fazendo o seu papel.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Amaral) – A Mesa pede à companheira Wilma Faria, Governadora do Rio Grande do Norte, que nos honre, integrando a nossa mesa. (*Palmas.*)

Tem a palavra Mary Machado, e em seguida será a Deputada Luiza Erundina.

A SRA. MARY MACHADO – Obrigada, Presidente. Eu acho que de fato talvez esse seja o momento mais intranquilo que tenhamos vivido na política brasileira. E acho também que esse sentimento que a base do nosso partido hoje experimenta, esse desejo de deixar a base do Governo não se dá apenas pela crise política que nós estamos vivendo, pelo fato de ter sido desnudado um esquema forte de corrupção. Acho que esse sentimento se dá muito por conta da péssima relação que nós temos com o PT, que não nos respeita como partido nem nos respeita na hora em que estamos convivendo no movimento social.

Acho que essa é uma questão que há muito tempo é acalentada no seio da nossa militância, e quem conhece o partido na sua base, lá no interior, sabe que isso que estou dizendo é muito verdade. No entanto, nós temos um momento de muita responsabilidade com o partido e temos que pensar acima das diferenças pontuais e de convivência e de militância que sempre enfrentamos na relação com o Partido dos Trabalhadores. Partido que tem uma prática hegemônica e que mais uma vez demonstrou isso quando finalmente chegou ao poder.

Acredito que o País tem maturidade suficiente, tem uma democracia suficientemente consolidada para sair desse momento delicado que vive a política

nacional. No entanto, é fundamental que aquilo que nós escutamos hoje aqui indique um processo, sim, de saída da base do Governo e da construção de um projeto novo para nós do Partido Socialista Brasileiro.

Nós não devemos ser oportunistas nem deixar para a sociedade que, num momento de crise, o partido abandona o Governo, que até agora ajudou a construir. Mas devemos construir um documento que indique compromissos de parte deste Governo, que possa ali na frente nos dar condições de construir um projeto próprio para o País, a partir de um programa do Partido Socialista Brasileiro.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Amaral) – Deputada Luiza Erundina e já chamo o Prefeito Ricardo Coutinho.

A SRA. LUIZA ERUNDINA – Companheiro Presidente, demais membros da Mesa, companheiras, companheiros deste importante congresso do nosso partido. A fala do Presidente Roberto Amaral, a meu ver, sinaliza, de forma muito clara e estratégica, o que cabe ao nosso partido na atual conjuntura. E esse Congresso se dá num momento particularmente importante e grave da vida nacional. Mas, ao mesmo tempo, o nosso partido se reúne, sob a inspiração daquele que foi o timoneiro do nosso partido e da esquerda em nosso País, o que certamente acresce a nossa responsabilidade, a responsabilidade do nosso partido frente a essa conjuntura. E é uma conjuntura que se reveste de imprevisibilidade, de complexidade, de transitoriedade. E eu teria muita dificuldade de imaginar os desdobramentos dessa crise pra os próximos dias, para as próximas semanas, para os próximos meses, tal é o volume e a precipitação de fatos, denúncias cada vez mais graves para a vida nacional. O que recomenda o nosso partido, que não dá para tirar uma decisão neste Congresso em termos definitivos sequer para os próximos meses, tal é a imprevisibilidade, a transitoriedade, é a necessidade de ter respostas prontas, imediatas e conseqüentes, para sinalizar para a sociedade qual é a nossa posição, que não é uma posição de expectador, mas de protagonista de uma realidade nacional que está a exigir de todos nós responsabilidade, maturidade e compromisso com o nosso País e com a democracia. *(Palmas.)*

Só para concluir, companheiro Presidente, companheiros e companheiras, essa minha introdução é para dizer que a nossa direção nacional a ser eleita neste Congresso terá que se manter em reunião permanente, em vigília permanente, dando respostas precisas, claras, a cada fato novo, através de uma rede de articulações e debates com as nossas direções estaduais, para que o nosso partido esteja vigilante, atento e pronto a responder àquilo que a Nação e o povo esperam do PSB, do socialismo e da esquerda em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Amaral) – Obrigado.

Tem a palavra o Prefeito Ricardo Coutinho e eu chamo o companheiro Jarbas Vidal Bonclat.

O SR. RICARDO COUTINHO – Companheiros, gostaria, nesses 120 segundos, de tentar contribuir com alguns tópicos que talvez pudessem ser analisados pelas companheiras e pelos companheiros na resolução que vamos votar aqui.

Primeiro, eu acho que é necessário diagnosticar, sem ter medo de colocar o dedo na ferida, isso que nós estamos vivendo. Nós não estamos vivenciando simplesmente um erro de condução, nós estamos vivenciando crimes que não fazem parte do ideário da esquerda, do povo brasileiro, do PSB e nem das expectativas que a nossa população tão bem colocou em 2002. Não fazem parte sequer do ideário do Partido dos Trabalhadores.

Portanto, nós não podemos colocar tudo dentro de uma situação como se fossem exclusivamente erros de condução. Não são erros de condução. Nós temos que ter a coragem de afirmar isso publicamente.

A rede de apropriação do Estado, como está sendo desvendada efetivamente é um crime contra o pensamento de esquerda, e o nosso compromisso é proteger e propagar esse pensamento. Nós não podemos cair no erro — aí sim — de sair do debate, tentar fugir do debate, pecar por omissão, porque efetivamente estamos dentro do Governo.

Segundo, eu acho que o PSB deve dizer claramente que nessas circunstâncias até então colocadas o PSB é contra o impedimento do Presidente da República. (*Palmas.*) O PSB deve ter a coragem de dizer isso, porque não reconhece, nessa parcela do Congresso, a legitimidade, a coerência e a ética necessárias para promover um processo desses.

Contra o impedimento. Acho que o PSB não pode ser oportunista de rechaçar a governabilidade. Não podemos fazer isso. Temos que encarar esse processo com a responsabilidade que a população inclusive nos coloca.

Acho também que o nosso partido precisa fazer uma convocação pública, companheiro Carlos Siqueira, ao Presidente da República, às forças democráticas da sociedade, mas, principalmente, neste momento ao Presidente, para que assuma a condução desse processo, para que lidere, juntamente com as instituições públicas, Ministério Público, Poder Judiciário, partidos políticos do campo da esquerda, um amplo processo de passar este País a limpo. Nós não podemos sair dessa crise simplesmente achando que há 18 Deputados aqui dentro que por ventura tenham recebido isso ou aquilo. Nós não estamos tratando de crime eleitoral. Estamos tratando de outra questão, que é, repito,

a apropriação indevida do Estado brasileiro.

Acho que da fala do nosso Presidente Roberto Amaral, naquele primeiro dia, com relação à indignação, nós precisamos fazer constar na nossa resolução que não reconhecemos a legitimidade desses setores atrasados da política brasileira que foram responsáveis por tudo isso que está acontecendo agora, porque as raízes não vêm de agora, vêm lá de traz e foram apropriadas por alguns segmentos. *(Palmas.)*

Finalmente, com sinceridade, também precisamos dizer claramente que nós não aceitamos a prática que foi estabelecida por setores hegemônicos do Governo que, ao invés de fortalecer o campo da esquerda, o campo partidário, o campo democrático e popular, inventaram de adquirir base, comprando consciências de Deputados fisiológicos. Esse, sim, é o erro estratégico e quem fizer isso tem que efetivamente pagar por isso. A estratégia correta era apostar no nosso campo, no fortalecimento dos partidos que compõem esse campo e jamais ter esses partidos aqui, inclusive o nosso, o PSB, como concorrente em potencial que poderia retirar a hegemonia do Partido majoritário hoje. Esse erro nós não podemos deixar embaixo do tapete, temos que colocar nessa conta pública, para que, quem de direito, assuma.

Era só isso, companheiros. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Roberto Amaral) – Muito obrigado, companheiro.

Queremos registrar a presença entre nós, com muito prazer e com muita honra, do grande companheiro construtor do partido, o Prefeito de Manaus, Serafim Correia. *(Palmas.)*

Companheiro Jarbas Bonclat e já chamo o Senador João Capiberibe.

O SR. JARBAS VIDAL BONCLAT – Primeiramente boa noite ao Plenário: à Mesa, neste grande impulso de debater a questão da conjuntura nacional, apesar de que 2 minutos não dão para fazer qualquer aprofundamento, mas quem quiser saber as opiniões da Juventude Socialista Brasileira do Estado do Rio de Janeiro pode procurar no Caderno de Teses, é a 8ª Tese, pode fazer uma análise da nossa opinião, inclusive contribuir para o debate.

Eu gostaria de fazer um destaque — e aí no contexto das construções do discurso das expressões esquerda, direita, de como classificar o Governo, eu sei que tem muita gente que fica confusa em entender que este Governo é de esquerda quando vê a figura de José Sarney fazendo uma defesa do Governo. *(Palmas.)*

No entanto, as pessoas têm que compreender que ser esquerda ou direita
150 é uma questão genética. Há pessoas de esquerda que cumprem um papel

de direita. Não é o símbolo de uma estrela, não é o símbolo de um pássaro, de Picasso, não é uma foice e um martelo no peito que vão determinar se as práticas dessa pessoa são de esquerda ou de direita.

Agora, dentro do campo político existe a esquerda progressista e uma direita que tenta ser progressista, que sabe que a ausência de um desses campos, a direita ou a esquerda, monta um cenário propício ao fascismo, ao radicalismo. Nós fomos extremamente críticos na nossa fundação ao radicalismo da esquerda, como somos extremamente críticos neste momento ao radicalismo da direita. Com todos os erros, com todos os equívocos, o Governo Lula representa um projeto de esquerda, uma ação de esquerda que não se construiu a partir da última eleição e não se construiu graças somente ao PT. E aí eu me incomodo muito de ver a postura do PT, que é uma postura arrogante e que nem percebe que está se acabando. (*Palmas.*)

O Governo Lula, para mim, começou muito antes; sendo eu ainda molequinho, usando uma camiseta surrada do PT, na eleição de 89. Há pessoas com muito mais propriedade aqui para dizer o que significa esse projeto. Então não cabe analisar o momento rasgando a história das pessoas que contribuíram para o avanço da democracia, do projeto de esquerda e para a construção real - ainda que as pessoas hoje estejam confusas - do socialismo.

A última observação que acho de extrema importância. Existe um problema de construção, sim, do ponto de vista do PT. Não o PT como um todo, mas a posição da estrutura majoritária do PT, que entende que deve chegar ao poder pelo aparelhamento, construir-se a partir de dentro de um governo. Não é esse o caminho. O poder corrompe. O poder absoluto corrompe absolutamente. A forma de implementar o socialismo não é só um projeto de poder, mas um projeto de poder distribuído ao povo.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Amaral) – Obrigado.

Tem a palavra o Senador e nosso Líder Capiberibe, o nosso Capi, e em seguida o nosso Deputado Casagrande.

O SR. JOÃO ALBERTO CAPIBERIBE – Obrigado, Sr. Presidente.

O diagnóstico que foi feito aqui, parece-nos bastante razoável. Eu queria avançar um pouco o diagnóstico. Essa crise não é uma crise política conjuntural, é crise do Estado brasileiro. O Estado brasileiro é retalhado, privatizado e dividido entre grupos de interesse. É assim nas nossas prefeituras. Elas são dominadas por grupos. Os Estados da Federação são dominados por grupos. Não vou nem citar aqui. E a União Federal é a mesma coisa. Portanto, é uma

crise do Estado.

E a saída para essa crise? Se o Estado é apropriado por grupos, esses grupos se engalfinham para fazer prevalecer os seus interesses, e daí gera todo tipo de corrupção que nós conhecemos muito bem.

Parece-me que este é o momento de recriar a utopia, de republicanizar o Estado brasileiro, que nós, da esquerda, passamos o Séc. XX todo na luta entre capital e o trabalho e esquecemos de fazer avançar a democratização dentro dos parâmetros republicanos do Estado brasileiro. E este momento eu acho oportuno para que nós possamos dar indicativos, como por exemplo, que a sociedade brasileira passe a exercer um controle mais efetivo do Estado. E, para exercer esse controle mais efetivo, é fundamental que nós democratizemos a informação.

Tenho perguntado a vereadores: quanto dinheiro você tem no seu orçamento para gastar este ano. Uns vereadores desconhecem, em muitos casos — tem gente sacudindo a cabeça, quem sabe se o companheiro é vereador — desconhecem aquilo que a sua prefeitura, que é a instância mais próxima do cidadão, tem para gastar, e esse dinheiro vem da contribuição de todos.

Portanto, acho que o PSB tem que ser o partido da cidadania, o partido que vá conduzir um processo de democratização da informação. (*Palmas.*) E nós temos essa experiência, e é exatamente essa experiência que marca a diferença, como mencionou o nosso companheiro Presidente, Roberto Amaral. Nós marcamos a diferença dentro do Governo Lula através da democratização da informação sobre o orçamento público. O orçamento do nosso ministério é público. Qualquer cidadão brasileiro pode chegar e recolher as informações, e contestá-las inclusive.

Então, esse princípio do controle social do Estado passa pela informação e o nosso partido deve tirar deste X Congresso uma resolução de que todos os gestores públicos do partido coloquem imediatamente as informações das suas instituições disponíveis através do mecanismo fácil, que é a Internet, de rápida velocidade. Sugiro que encaminheemos essa resolução de que todos os gestores, dos Governadores aos Prefeitos, tornem públicas as suas despesas, suas receitas e seus gastos. (*Palmas.*)

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Amaral) – Obrigado.

Deputado Renato Casagrande e, em seguida, Rafael Farias Rocha.

O SR. RENATO CASAGRANDE – Muito obrigado, Presidente Amaral.

Esse é o debate mais importante do nosso Congresso. Se nós soubermos nos posicionar bem nesse tema, conseguiremos atrair novas lideranças para o PSB. E temos agora alguns dias em que teremos movimentações partidárias, que já eram normais, serão maiores ainda pela crise que alguns partidos estão vivendo. Então, acho fundamental que possamos aprofundar e ter uma posição clara com relação à crise.

O PSB, através da sua bancada aqui na Câmara, vem desde o início do Governo condenando a prática das alianças conservadoras feitas pelo Governo Federal. Desde o primeiro momento observamos o Governo realizar as alianças com o PTB, com o PP, com o PL, priorizar essas alianças, em contrapartida às alianças do campo da esquerda, que era natural que o Governo pudesse avançar. Então essa culpa, nós não temos, desse mal não sofremos. Condenamos desde o início a prática das alianças que levou, incentivou, que agravou a crise que nós estamos vivendo hoje.

Condenamos publicamente a hegemonia do PT dentro do Governo. Acho que neste momento o PSB deve reconhecer e condenar que dirigentes da alta cúpula do PT foram responsáveis e são responsáveis pela crise imediata que nós estamos vivendo. Não tiveram responsabilidade com a implantação de um projeto no nosso País.

O que temos que fazer agora? Nos diferenciar. O nosso caminho agora, para que possamos continuar nos tornando cada vez mais a alternativa para a sociedade brasileira, é nos diferenciar. A palavra é essa. Não somos iguais ao PSDB, ao PFL, não somos iguais ao PSOL, PPS e PDT, que na verdade chutam cachorro morto, porque hoje é fácil fazer oposição ao Governo. Temos que ter a responsabilidade com o País. O PSB tem que manifestar a sua responsabilidade com o País e nos diferenciarmos, além da posição política, nas nossas bandeiras, aprofundar a posição de condenar a política econômica do Governo Federal, porque se nós não condenarmos não teremos recursos orçamentários para fazer os investimentos necessários para diminuir as desigualdades regionais e sociais. Então nós temos que aprofundar, Presidente Amaral, para concluir, essa diferença na pauta, no tema, nas bandeiras, para que possamos continuar marchando, sendo alternativa para a sociedade brasileira e fazer o que a Erundina disse aqui: além de aglutinar no campo de esquerda, fazemos um acompanhamento permanente dessa conjuntura. Executiva e Diretório Nacional agora a cada dia tem que avaliar para que possamos ir demarcando o nosso campo e nos diferenciando.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Amaral) – Aproveito os aplausos para registrar as presenças da companheira Creusa Pereira, Prefeita de Salgueiro, e do

companheiro Fernando Bezerra, Prefeito de Petrolina, ambos de Pernambuco, e da companheira Sandra Silveira, Prefeita de Esteio, Rio Grande do Sul. *(Palmas.)* Diz o Beto que é a cidade de melhor qualidade de vida do Rio Grande do Sul e só o é porque é administrada pelo PSB. *(Palmas.)*

Tem a palavra Rafael Farias Rocha e, em seguida, Domingos Leonelli.

O SR. RAFAEL FARIAS ROCHA – Companheiros, sou do Rio de Janeiro, do Movimento Não vou me Adaptar.

Companheiros, 500 anos de história do Brasil, 500 anos de exploração, 500 anos de massacre, nós, brasileiros, hoje, com o Governo Lula, que representa a indignação, que representa o sentimento de mudança deste País, que vimos construindo há muito e muito tempo, esse sentimento está representado na figura do Presidente Lula.

Queremos dizer, companheiros, que nós não vamos fugir à luta, porque nós fazemos parte, compartilhamos desse sentimento. Nós, companheiros do PSB, nunca podemos fugir à luta, temos que caminhar no sentido das mudanças. Porém, temos que estar lá cobrando, fiscalizando, dando rumo a este Governo, que é o Governo das mudanças. E é nesse rumo que esse partido tem que caminhar. E não podemos fugir à luta jamais!

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Roberto Amaral) – Obrigado.

Deputado Domingos Leonelli e chamo o Deputado José Ribamar Alves.

Enquanto o Leonelli se aproxima, quero registrar a presença de minha querida amiga, Saudade Braga, Prefeita de Nova Friburgo, Rio de Janeiro, e do nosso amigo William Diby, bravo Prefeito de São Bernardo do Campo, São Paulo, que derrotou Vicentinho. *(Palmas.)*

Quero registrar também a presença do companheiro Rubens Bontempo, nosso Prefeito da cidade imperial de Petrópolis, Rio de Janeiro.

Tem a palavra Domingos Leonelli.

O SR. DOMINGOS LEONELLI – Companheiros, o nosso diretório regional aprovou uma tese que está à disposição e que expõe com um pouco mais de precisão o nosso pensamento a respeito das crises.

A nossa conclusão é que temos uma crise de Estado e não uma crise de governo, que o PT conseguiu, digamos, criminalizá-la, introduzindo um fato novo para a esquerda que é a corrupção, de forma concentrada e generalizada. Mas que isso não nos impede e não nos permite ficar apenas na análise moral dessa crise. Há uma crise de Estado. Os Poderes não estão respondendo mais

pelas necessidades do País. O caminho correto será o de uma nova Constituição, a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte capaz de formular um novo pacto federativo, um novo código tributário, um novo sistema judiciário, capaz de responder ao conjunto dessas necessidades.

No entanto, quero lembrar, sobre a conjuntura, que o PSB já teria condições de ter-se desligado do Governo do Presidente Lula, porque no último Congresso Nacional nós aprovamos uma posição muito concreta, cujo texto tive a honra de elaborar com o Deputado Beto Albuquerque, no sentido de que condicionávamos a nossa presença no Governo à mudança da política econômica, e essa mudança não aconteceu.

No entanto, porque não somos o PT, porque sabemos o valor da solidariedade e o valor da acumulação histórica, e sabemos que Lula não é apenas o resultado do PT, mas de toda uma luta histórica, não podemos ter uma postura oportunista, nós precisamos demonstrar a nossa diferença essencial. No PSB não tem mensalão nem mensalinho. Ninguém recebeu um tostão. E isso nós precisamos afirmar com clareza.

E porque não somos o PT e porque compreendemos o valor da solidariedade, neste instante, o que nos cabe é ajudar o Presidente Lula a sair da crise, enfrentando a crise com a verdade, com a posição absolutamente implacável com a corrupção, que não é apenas uma questão moral, é uma questão econômica, porque expropria o trabalhador já expropriado pela mais valia do dia-a-dia, expropria mais uma parcela, porque do dinheiro que dizem que vai para os políticos, fica também uma parte no bolso das grandes empresas que transitam com esses recursos.

Então, a nossa postura é de que a posição do Presidente Roberto Amaral nos representa a todos, acho que a idéia colocada aqui pela Erundina de que nós temos que nos manter em assembléia permanente, e a nossa direção tem obrigação de compreender a crise a cada instante e conduzir o partido como conduziria o nosso Presidente Miguel Arraes.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Amaral) – Obrigado.

Registro a presença do Prefeito Tércio Garcia, de São Vicente, São Paulo, do Prefeito Wagner Machado, Santana do Livramento, no Rio Grande do Sul, do Prefeito de Paulo Afonso, na Bahia, Raimundo Cayres.

Tem a palavra o Deputado José Ribamar, nosso bravo Deputado do Maranhão, e em seguida falará Fabrício Santos.

O SR. JOSÉ RIBAMAR – Companheiras e companheiros, o PSB, em 2002, ousou apresentar uma proposta de desenvolvimento para o País.

Como aqui foi dito pelo nosso grande líder, companheiro Eduardo Campos, pode não ter sido a melhor pessoa a representar o PSB naquele momento, mas apresentamos a melhor proposta para o País.

Tentaram cooptar o PSB, oferecendo inclusive candidatura de Vice-Presidente da República, e o partido não cedeu naquele momento. O PT chegou ao poder, mas, de uma forma equivocada, buscou a hegemonia num projeto futuro de cooptação no presente, de todas as forças de direita, na tentativa de subornar e manter-se no poder para sempre. O PSB passou ao largo disso. Mas nós temos agora uma crise institucional, não é só política, porque há envolvimento da estrutura institucional nessa crise. Haja vista as últimas declarações do assessor do Ministro Palocci, que dá nome e número de contas para se pesquisar e obter as provas necessárias para provar que existe problema institucional.

No PSB nós não podemos neste momento tirar daqui nenhuma coisa que seja definitiva. Eu não sou a favor do *impeachment* nem prego o *impeachment* do Presidente Lula, mas nós não podemos neste momento dizer que somos contra o *impeachment* porque nós temos que ser pela legalidade. Se houver compromisso dele, que seja “impeachmado”, sim, porque nós buscamos, sim, a ética e a transparência na nossa política. São os lemas principais do PSB.

O PSB, neste Congresso, que tem com certeza sido um dos maiores congressos do partido pelo compromisso das delegações que aqui vieram, nós trazemos o exemplo do Maranhão na luta contra a corrupção e contra a oligarquia de José Sarney, que hoje é sem sombra de dúvida o grande mentor político da Casa Civil e do Governo Lula. Nós não podemos aceitar a tutela do Governo socialista principalmente para que possamos sair do sistema caudatário a que estamos sendo levados, e passemos a ter nossa identidade preservada na condição de partido e na condição de donos de uma parcela da contribuição da sociedade que acredita em nós.

Vamos lutar pela legalidade. Que sejam cumpridos os ditames legais e que sejam punidos aqueles que sejam culpados. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Amaral) – Obrigado.

Chamo o companheiro Danilo Drusian e, em seguida, Fabrício Santos.

O SR. DANILO DRUSIAN – Primeiramente, cumprimento a Mesa, os companheiros aqui presentes, os delegados do X Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro. Nós somos do Movimento Não vou me Adaptar.

“A defesa intransigente de um partido democrático é garantir a existência da pluralidade de opiniões dentro de um contexto ideológico socialista. A supressão das idéias de oposição, sejam elas de esquerda sejam de direita,

evidencia a construção de um cenário político fascista. A luta democrática e o combate aos métodos autoritários se constituem no princípio fundamental do nosso partido.

No entanto, nunca imaginamos que teríamos que fazer esse tipo de embate dentro do seio de nossa organização política. Infelizmente o VIII Congresso Nacional da Juventude Socialista Brasileira foi marcado pelo uso de mecanismos dos mais ardilosos e inescrupulosos que jamais imaginávamos. Tal circunstância evidencia a necessidade de trazer para os rumos do socialismo democrático que defendemos a discussão e implementação das práticas condizentes com nossas raízes.

Nós do Movimento Não vou me Adaptar, composto por 11 Estados com tradição de organização do Movimento de Juventude, indignados com tal cinismo, neste momento o Movimento Não vou me Adaptar assume a responsabilidade, junto a todo o partido, no sentido de sermos revolucionários, conclamando o X Congresso Nacional do PSB para que se posicione conforme seus princípios históricos. A indignação é o despertar de nossa ação. Não nos permitiremos abandonar o espírito de Dom Quixote sem perder o pragmatismo real da unidade na ação, para condução do nosso sonho.

Agora, ao término deste Congresso, retornaremos para os nossos Estados com a convicção do dever de construirmos junto com as bases um partido forte, socialista, democrático e libertário, onde a prática do diálogo e do debate político seja uma constante, refutando assim todo e qualquer sentimento não condizente com os nossos princípios. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Roberto Amaral) – Muito obrigado.

(Manifestações no plenário.)

O SR. DANILO DRUSIAN – Sr. Presidente, eu só queria encaminhar um recurso à Mesa Diretora do X Congresso Nacional do PSB sobre graves acusações de quebra de decoro, fraude, chantagem e rompimento dos princípios partidários da pluralidade democrática. Encaminhamos o recurso à Mesa Diretora do Congresso Nacional do PSB e ao Plenário para decidir sobre algumas deliberações a propósito da Resolução nº 1 de 97, no Capítulo II, art. 4º, inciso VII, por ter direito, e pedimos extrema justiça.

Estou encaminhando à Mesa o recurso.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Amaral) – A Mesa...

(Manifestações no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Amaral) – Podemos continuar o Congresso?

Pergunto aos jovens socialistas brasileiros se eles concordam que

continuemos o Congresso, discutindo a Declaração Política. *(Palmas.)*

Tem a palavra o companheiro Fabrício Santos e, em seguida, será o Senador Antônio Carlos Valadares. Dois minutos.

O SR. FABRÍCIO SANTOS – Bom dia, companheiros e companheiras, delegados e delegadas do X Congresso Nacional do PSB...

(Manifestações no plenário.)

O SR. FABRÍCIO SANTOS – Sr. Presidente, quero pedir à Mesa que seja garantida a minha fala.

Quero dizer aos companheiros que nós representamos aqui as Secretarias de Juventude dos seguintes Estados: Rio de Janeiro, Pernambuco, São Paulo, Bahia, Sergipe, Goiás, Espírito Santo, Distrito Federal, Paraíba, Rio Grande do Sul e Amazonas. *(Palmas.)*

Quero dizer que nós representamos 11 Estados de 21 credenciados ao Congresso da Juventude. Quero dizer que, como todos sabem, nós nos retiramos do Congresso por fraude e chantagem. *(Apupos.)* No momento em que este País vive eu quero chamar os delegados do Congresso a colocar a mão na consciência e não legitimarem um congresso fraudado e corrupto como foi o da juventude.

O recurso que está na Mesa pede que este Congresso não reconheça o Congresso da JSB, onde companheiros foram chantageados e, sob pena de perderem os seus empregos, se não votassem nessa chapa que está aí.

Concluindo, quero dizer que somos e éramos a maioria no Congresso. Poderíamos ganhar numericamente e saímos por não concordar com a fraude. E nós contamos com os delegados de nossos Estados.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

(Manifestações no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Amaral) – Companheiros, atenção, por favor!

Peço atenção ao Plenário. Nós estamos no segundo item da pauta, um item importantíssimo, e quero pedir ajuda ao Plenário. Estamos realizando um congresso importantíssimo. A unanimidade considera este Congresso um dos mais ricos de tantos quantos realizamos. Nós temos que elaborar uma declaração de princípios que é de muita responsabilidade, leva tempo e exige reflexão.

Nós respeitamos e eu, particularmente, acho que a Mesa toda, ficamos felicíssimos quando vemos o entusiasmo da juventude. Nós queremos a juventude entusiasmada. Mas eu espero e peço aos companheiros que compreendam, por mais importante que seja a questão interna dos companheiros, nós estamos aqui neste momento para discutir a Declaração Política. E os companheiros, como são todos de esquerda, vão compreender a importância

disso para o nosso partido. *(Palmas.)*

Nós abrimos as inscrições para discussão da Declaração Política. Peço o favor de não obrigarem a Mesa a cassar a palavra de um orador que, inscrito para falar sobre declaração de princípios, trate de outro tema. *(Palmas.)*

(Manifestações no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Amaral) – Ordem, por favor. Vocês estavam aqui quando o Plenário estabeleceu o tema com a inversão. Terminado o tema Declaração de Princípios nós vamos discutir todas as outras questões. *(Palmas.)*

Tem a palavra o Senador Antônio Carlos Valadares e chamo, em seguida, o companheiro Josué Freitas.

O SR. ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Companheiros e companheiras, conjuntura e o seu diagnóstico. Uma pessoa, quando chega a uma determinada idade, dependendo das suas condições fisiológicas, do seu gene, poderá, sem dúvida alguma, adquirir, ao longo do tempo, algumas enfermidades, algumas doenças típicas de quem está envelhecendo: é o enfraquecimento da vista, é a queda do cabelo, é a pressão alta, é a diabetes. Afinal, companheiros e companheiras, vou parar aqui porque senão muita gente vai se preocupar quando ficar mais velha.

Na verdade, o corpo humano, para combater as doenças, precisa de um diagnóstico e um médico, certamente, diante das enfermidades, não vai passar apenas um remédio. Assim, é o corpo institucional de uma Nação cujas instituições, cujos organismos estão superados e envelhecidos.

O Brasil, para ter um diagnóstico correto, precisa de alguns remédios, uns de forma urgente, outros ao longo do tempo. Urgente, urgentíssimo, o combate tenaz à corrupção e a prisão dos corruptos e corruptores. *(Palmas.)*

Investigar, doa a quem doer, seja através de CPI, seja através do Ministério Público, seja através da própria Polícia Federal, cortando a própria carne, há de se punir os verdadeiros culpados. E, afinal, o diagnóstico que não falha, o melhor diagnóstico para uma democracia como a nossa, Sr. Presidente, são as urnas, é o voto do povo.

Esperemos pelas eleições do próximo ano, e aí o povo vai dizer, o PSB comandando essas ações também, participando ativamente, mostrando, dando o seu recado de que essas instituições apodrecidas devem ser renovadas com os valores construídos pela ética e pela decência, pelo estatuto do nosso partido.

Obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Roberto Amaral) – Muito obrigado.

Chamo o companheiro Rodrigo Rollemberg e, em seguida, Pedro

Marcelo, de São Paulo.

O SR. RODRIGO ROLEMBERG – Companheiras e companheiros, em 1989, estávamos no plenário desta Casa, eu, junto com Beto Albuquerque, na condição de Coordenador da Juventude Socialista Brasileira, quando o PSB construiu a Frente Brasil Popular, que lançou, pela primeira vez, Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República.

Em 1994, apoiamos Lula, em 1998 apoiamos Lula, e, em 2002, no segundo turno, apoiamos Lula. Estou dizendo isso para afirmar que temos responsabilidade com este Governo.

Mas esse movimento não começou em 1989. Ele começou no início do século passado, com a criação do Partido Comunista, tem lastro na criação da esquerda democrática e do Partido Socialista Brasileiro, na luta pelas eleições diretas, no enfrentamento da ditadura, e agora nessa eleição.

Infelizmente o PT ou parte do PT desconheceu esse processo histórico e grande parte desses partidos não participaram das decisões políticas do Governo. Mas nós não temos do que nos envergonhar, muito pelo contrário, nós temos que nos orgulhar da nossa participação, da nossa contribuição neste Governo.

Foi na gestão do Ministro Roberto Amaral que nós revimos o acordo de Alcântara com os Estados Unidos, e fizemos o acordo com a Ucrânia sem as cláusulas restritivas, impondo, colocando a soberania nacional. Foi na gestão do Ministro Eduardo Campos que nós fizemos uma política industrial tecnológica de comércio exterior, afirmando que o Brasil não pode ficar à mercê dos neoliberais, achando que o mercado tem que impor tudo.

Existem contradições dentro do Governo e nós temos que nos posicionar. Mas é mais do que hora de lembrarmos as lições do nosso saudoso Presidente Miguel Arraes, que dizia que o nosso papel é unir o povo brasileiro em torno de um projeto nacional. E é essa responsabilidade que cabe ao PSB neste momento, formular um projeto nacional que una as esquerdas deste País, porque as nossas bandeiras estão mais vivas do que nunca e o PSB tem enorme responsabilidade neste momento. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Roberto Amaral) – Chamo o companheiro Pedro Marcelo e, em seguida, Francisco Santos.

O SR. PEDRO MARCELO – Companheiros, espero que hoje eu possa contribuir com os debates. Ontem a minha voz estava prejudicada, mas quero saudar aqui todas as delegações de cada um dos Estados que vieram construir este grande Congresso Nacional do PSB. Nós hoje aqui, companheiros, estamos sendo protagonistas de um momento histórico neste País, onde o nosso partido,

com a história que tem, com o patrimônio de coerência, de compromisso com a causa do povo brasileiro, vem neste Congresso hoje discutir e debater o nosso papel na consolidação e manutenção do processo de governo de esquerda neste País.

Hoje, companheiros, nós precisamos entender que só há um objetivo a ser debatido aqui: o fortalecimento do PSB e a sua consolidação como partido alternativo para a luta do povo. *(Palmas.)*

Nós devemos aqui empenhar uma bandeira que ontem foi levantada pelo companheiro Capiberibe, a bandeira de que precisamos nos tornar o partido de Arraes e demonstrar ao povo que nós, herdeiros da história de Arraes, sairemos daqui com o compromisso de ir a cada comunidade, ir a cada cidade, a cada Estado, reorientar a ação do PSB. Precisamos, companheiros, marchar juntos, seja nos diretórios municipais, nos diretórios estaduais, seja nos segmentos do partido.

Nós da Juventude Brasileira de São Paulo, que hoje aqui está sendo agredida na sua integridade política, contribuimos com o debate do Congresso Nacional no tema Conjuntura, no item IV do Caderno de Teses, com a Tese Vem com a Gente. Porque é fácil chegar aqui e dizer que São Paulo apóia uma oposição que não conseguiu consolidar uma maioria. É fácil chegar aqui e dizer...

(Manifestações no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Amaral) – Companheiro, por favor!

Companheiro, você está inscrito. Eu só lhe dei a palavra para tratar do tema Declaração de Princípios. Por favor, respeite. O seu tempo já está concluído.

O SR. PEDRO MARCELO – Companheiros, para finalizar, quero deixar uma preocupação para cada um dos Delegados deste Congresso Nacional. O PT se tornou o que se tornou porque optou por ser um partido de tendências, um partido de divisões. O nosso PSB — e aqui nós temos um plenário de dirigentes municipais e dirigentes estaduais que se legitimaram...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Amaral) – Por favor, companheiro, conclua.

O SR. PEDRO MARCELO – É declaração de princípios.

Eu quero que se garanta, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Amaral) – O tempo de cada um, que são dois minutos. *(Palmas.)*

O SR. PEDRO MARCELO – Então eu vou concluir dizendo que, para a unidade do partido, eu quero encerrar apenas encaminhando uma proposta à

Mesa de que numa declaração de princípios do PSB o Congresso que aqui está legítima a soberania da democracia interna, do voto e das deliberações soberanas e legítimas. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Roberto Amaral) – Muito obrigado.

Tem a palavra o companheiro Francisco Santos e, em seguida, a companheira Solange, do Rio de Janeiro.

O SR. FRANCISCO SANTOS – É um prazer falar mais uma vez aos companheiros socialistas. Eu quero só dizer que vim lá do Maranhão, para dar um reforço, e a minha posição é a seguinte: nós do PSB, mais do que nunca, temos que ter responsabilidade com o povo brasileiro. Eu não concordo de forma alguma com a posição de rompimento neste momento de crise. Eu pergunto aos delegados: vocês são a favor de abandonar o Brasil, são a favor de salvar o Brasil neste momento? Sim ou não? Levante a mão quem é sim, a favor de salvar o Brasil. *(Pausa.)*

Então, não é justo abandonarmos o Brasil neste momento.

Quero que cada companheiro pense no seu coração que temos responsabilidade e a oportunidade boa de o próprio PSB crescer. Por que não, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, o PSB não pensar num projeto de lançamento de uma candidatura até a Presidente, não se aproveitando da crise, mas para mostrar que o PSB é capaz de superar a crise e não abandonar o País.

Essas eram minhas palavras. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Roberto Amaral) – Muito obrigado, companheiro.

Companheira Solange. Chamo o companheiro José Rodrigues.

Eu estou chamando de dois em dois para que o companheiro se aproxime, para ganharmos tempo.

A SRA. SOLANGE – Bom dia ao Plenário, quero aqui tentar trazer uma fala, porque fui motivada pelas palavras do nosso Presidente quando disse que o documento que sairá deste Congresso será o documento que vai versar sobre o desejo da gente.

E aí, Presidente, quero dizer que sinto orgulho de ser do Partido Socialista Brasileiro quando abre esse espaço aqui para a militância vir falar. E quero ter a coragem de discordar de algumas colocações feitas, acho que procedentes, porque cada um tem o seu papel dentro desse partido, e os parlamentares sabem da dificuldade que existe na articulação e na responsabilidade de integrar o Governo Lula, mas na condição de militante de base deste partido não posso me furtar a vir aqui e ter a coragem de dizer da dificuldade que hoje temos para defender o

Governo Lula. Governo esse que lá atrás, antes de a crise ser estabelecida, não chamou o Partido Socialista Brasileiro para construir nenhum projeto para esta Nação, nenhum projeto coletivo.

Entendo que hoje, com a crise instalada, o PSB realmente não pode voltar as costas ao que está aí em nome do povo. E, ao contrário do que foi dito aqui, que o discurso fácil de vir aqui defender que é contra sair do Governo Lula, esse não é o discurso mais fácil, companheirada. O discurso mais difícil é vir aqui hoje e ter coragem de dizer que não dá para o PSB ficar compondo um Governo que está aí sob a leva da corrupção. Esse é o discurso mais difícil, companheiro Beto, não é o mais fácil.

Mas quero me reportar à fala do nosso Presidente no Congresso Estadual do Rio de Janeiro — lá temos a honra de tê-lo entre nós — na qual discorreu sobre a lealdade — lembra-se, Amaral? Eu guardei muito isso, porque achei inclusive que houve diferença entre o discurso do companheiro no Congresso dos Movimentos e depois no nosso Congresso Estadual, e fiquei refletindo sobre essa questão da lealdade, em respeito que tenho às autoridades e aos líderes do nosso partido, inclusive a confiança que deposito em cada um de vocês. Mas a nossa lealdade tem que primar pela ética, que é a defesa do nosso partido, a ética acima de tudo, a lealdade aos princípios socialistas. É isso que nós temos que defender.

Mas, para concluir, não ousei propor que hoje temos que votar a saída do Governo Lula. Com certeza muitos aqui têm isso preso na garganta e gostariam de vir aqui e ter a coragem de falar que hoje deveríamos votar a saída do Governo Lula. Mas veja a responsabilidade que este Congresso remete, como já foi dito aqui, para os líderes do nosso partido.

E quero solicitar aos nossos líderes que, por favor, pensem, reflitam o que está no sentimento de cada um de nós, que é a nossa indignação diante do que está aí. E eu quero sair daqui acreditando e sempre confiando em ter orgulho de pertencer a este partido, remetendo aos nossos líderes a nossa confiança de que terão sabedoria para decidir.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Amaral) — Companheiros, para ganhar tempo, e para poder recolher, como prometemos, o pronunciamento da Plenária, estamos sugerindo a constituição de uma Comissão de Redação Final que terá a ajuda da nossa assessoria de comunicação e terá o encargo de transformar esses objetivos, a exposição do Plenário, no texto que vamos submeter ao final.

A Comissão de Redação Final, se os companheiros estiverem de acordo, será constituída pela companheira Luiza Erundina, pelo companheiro Beto

Albuquerque, pelo companheiro Carlos Siqueira. *(Palmas.)*

Tem a palavra o companheiro José Rodrigues da Silva.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Boa tarde, Mesa, boa tarde senhores e senhoras neste plenário, a nossa contribuição neste Congresso é dizer que o povo brasileiro espera muito da posição das esquerdas deste País, no sentido da consolidação da ética e da moral. É por isso que o nosso Congresso tem grande responsabilidade e principalmente o Partido Socialista Brasileiro de encaminhar e conduzir o processo ético e moral deste País.

Eu represento os trabalhadores rurais de Pernambuco e a nossa federação tirou uma posição já por dois momentos: uma nota oficial pedindo que seja apurada toda irregularidade e corrupção neste País, mas também dizendo, sim, que precisamos garantir a governabilidade neste País. É preciso que nos posicionemos porque o Governo Lula, o Governo que está aí, não foi eleito só pelo partido, mas também pelas esquerdas brasileiras. E se foi eleito pelas esquerdas brasileiras, todos nós temos obrigação de fazer com que o País seja governado e garantir essa governabilidade.

Portanto, quero dizer que o Partido Socialista Brasileiro tem que mostrar suas diferenças no sentido de fazer com que leve as discussões à sociedade civil, ao movimento sindical, às associações, aos movimentos populares, para que o que se diz aqui seja levado para a prática.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Roberto Amaral) – Tem a palavra o Prefeito Serafim Correia e, em seguida, o Deputado Barbosa Neto.

O SR. SERAFIM CORREIA – Prometo ser bem breve e bem objetivo para cumprir os 2 minutos.

Quero dizer inicialmente que entendo que o partido deve lutar pela governabilidade, mas, paralelamente a isso, pela apuração de tudo de errado que aconteceu e a punição dos culpados. Garantirmos a governabilidade, sim, mas de outro lado temos que exigir a punição de tudo de errado que aconteceu.

O segundo ponto, entendo que esse é um sentimento de todos de que precisamos rever a nossa relação com o PT. A relação do PT conosco tem sido uma relação de arrogância e de arrogância até quando nós somos o Governo, como é o nosso caso. Eu sou Prefeito de Manaus, na composição nomeei um Secretário do PT e, no dia 20 de janeiro a Executiva do PT vai ao meu gabinete e diz o seguinte: “Prefeito, nós viemos aqui porque o senhor tem que demitir o Secretário que nós indicamos”. Eu digo: Como o Prefeito sou eu, ele não vai ser demitido e vocês estão convidados a se retirar do meu gabinete. *(Palmas.)*

Então, não dá, eu disse isso, não polemizei na imprensa, mas acho que dentro do partido eu tenho que dizer isto: a arrogância do PT é grande até quando nós somos o Governo, e isso não dá para tolerar.

Por último, quero dizer que, até em homenagem ao nosso Senador Capiberibe, a Prefeitura de Manaus colocou todas as suas contas na Internet. No Portal www.manaus.am.gov.br vocês vão ver tudo o que foi arrecadado, tudo o que foi pago e quem foram as pessoas físicas e jurídicas que receberam pagamentos da Prefeitura.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Amaral) – Tem a palavra o Deputado Barbosa Neto e, em seguida, Antônio Bonifácio.

O SR. BARBOSA NETO – Eu gostaria de cumprimentar a Mesa Diretora, saudando nosso eterno Presidente Arraes na figura do companheiro e amigo Eduardo Campos.

Presidente, quero iniciar, buscando as palavras do Senador que me antecedeu em relação a um possível diagnóstico que estamos vivendo. Acho que a palavra do Presidente Roberto Amaral foi extremamente feliz, quando disse que nós não efetivamente participamos no primeiro e segundo turno da construção de um projeto e de que nós temos que contribuir efetivamente na construção de diretrizes para o PSB.

E se nós formos buscar na história recente do País, desde 1989, com a primeira eleição presidencial, vamos ver que a sociedade brasileira, ao seu modo, vem avançando do ponto de vista da sua participação no processo político eleitoral, elegendo os presidentes da República. Todos nós do PSB sabemos a catástrofe que foi a eleição do Presidente Collor, mas sob os olhos da sociedade, um jovem, corajoso, combativo, parecia o caminho para aquele momento. Cassou-se o Collor, assumiu Itamar. Veio depois a eleição comedida de um social-democrata e, a partir daí, concretizamos com as forças democráticas, com a eleição do Presidente Lula.

Agora, o que precisamos fazer para 2006 é o grande segredo. Primeiro tema, uma reforma política profunda, em que foram debatidos os indicativos aprovados pelo PSB. Por outro lado, precisamos avançar na reforma do setor público, sob pena de ficarmos discutindo apenas as consequências. É inadmissível que nós, que vamos impor aos Municípios 2% de votação para Deputado Federal e que vamos fazer com que os Municípios participem, por outro lado não falemos nada sobre a concentração de renda pública neste País, a maior talvez de todo o continente. Ou seja, 65% do que arrecadamos ficam na mão do Governo Federal, apenas 13% na mão dos Municípios.

Como partido socialista, vendo aqui o filme de Arraes, que representa a população humilde, como vamos fortalecer os Municípios, fortalecer a tese da descentralização, se não vamos fazer com que o exemplo dos recursos públicos seja o primeiro caminho.

Então eu gostaria de inserir na proposta do PSB, Sr. Presidente, e encaminhando formalmente à Mesa, um trabalho feito pelo brilhante companheiro Santana, da Assessoria da Liderança do PSB, um trabalho que diz: “É preciso aumentar as transferências federais e estaduais aos Municípios”, sob pena de continuarmos, como foi dito aqui pelo jovem do PSB do Rio de Janeiro, na mesma relação com o poder absoluto; o poder que gera esse modelo, independente de quem governa, seja o PT, seja o PSDB ou o próprio PSB.

Segunda questão, Presidente, se nós estamos pregando isso, se estamos querendo que o PSB seja um diferencial das esquerdas, tendo responsabilidade com a Nação em apoiar o Governo Lula, tendo responsabilidade com a Nação em emprestar nomes, como os do Sr. Roberto Amaral, de Eduardo Campos, agora o do companheiro ex-Presidente da FINEP Sergio Machado Rezende, Ministro da Ciência e Tecnologia, e o do Ministro Ciro Gomes, nós devemos também por outro lado ter um diferencial para estimular a militância nos Municípios, nos Estados. Para enfrentarmos a cláusula de barreira temos que ter candidatura própria a Presidente da República, para mantermos a coerência. *(Palmas.)*

E eu ousaria, Eduardo, não sou Nordestino, sou aqui do Estado de Goiás, mas pela convivência com V.Exa. e com seu avô eu deixaria uma frase para que todos possamos refletir: “Arraes, em homenagem a sua coerência, o PSB disputará a presidência”. É fundamental, para que possamos, através disso, fazer o diferencial, porque do contrário vamos ser caudatários de um projeto sem ter um projeto próprio, específico e transparente para a sociedade brasileira. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Roberto Amaral) – Muito obrigado. Peço ajuda a todos os oradores para a observância do tempo.

Antônio Bonifácio e, em seguida, José Carlos da Silva.

O SR. ANTÔNIO BONIFÁCIO – Boa tarde, companheiros; boa tarde à Mesa, sou Toninho Bonifácio, de Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, cujo Presidente Regional é o Deputado Alexandre Cardoso. Meu Presidente Municipal é o Dr. Déo. Venho aqui para comunicar a vocês a minha inserção no Movimento Popular do nosso Município e chegando aqui neste Congresso vi que havia um Congresso do Movimento Popular para inserir também na Executiva Nacional.

Por essa razão, vim aqui pedir a todos os companheiros e a todos os movimentos que apóiem o Movimento Popular para que assim possamos fazer parte também da Executiva Nacional.

Sem mais, muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Roberto Amaral) – Muito obrigado, companheiro.

José Carlos da Silva e, em seguida, Jeane Dias Barros, do Maranhão.

O SR. JOSÉ CARLOS DA SILVA – Companheiras e companheiros delegados de todo o Brasil. Assisti aqui atentamente à falação de algumas companheiras e de alguns companheiros neste Congresso. Preocupou-me esse pessimismo de algumas companheiras e de alguns companheiros. Nós não temos dúvidas de que parte do PT fez besteira, mas não temos dúvidas de defender o Governo Lula. No entanto, vimos aqui buscar recursos para tentar justificar o possível rompimento. Alguns companheiros estão tentando pular do barco de forma que não consigo compreender – de forma covarde; não consigo ver de outra maneira - neste momento de crise. *(Palmas.)*

É preciso termos coragem de enfrentar este momento. Nós não temos que buscar recursos para justificar nosso ato de covardia. A bancada do PT, na hora do enfrentamento, chega a cair em lágrimas no plenário, como se fossem mocinhas que perderam a virgindade e estão abandonadas neste momento de crise. *(Palmas.)*

Nós, companheiras e companheiros, somos a favor da apuração até o fim, mas não podemos admitir esse moleque, Antônio Carlos Magalhães Neto, Magalhães avô, Arthur Virgílio, José Serra, Geraldo Alckmin... Tem que explicar para o Brasil quem é que financia a campanha deles. Antes de eles virem querer jogar pedra nos outros!

E é por isso que nós não vamos admitir as viúvas...

(Manifestações no plenário.)

O SR. JOSÉ CARLOS DA SILVA – O objetivo não é esse. O objetivo eu só quis ilustrar uma situação de covardia dos Deputados do PT. Eu estou encerrando, companheiro Amaral, mas nós não podemos aqui admitir que as viúvas do Garotinho da vida continuem a querer imperar sua vontade dentro deste partido, de desqualificar o PSB. Está na hora de mudarmos a história deste País com a mesma coragem que Arraes nos ensinou a enfrentar os momentos de crise.

E nós, em São Paulo, vamos fazer um ato, vamos ter a coragem, companheiro Arraes, lá em Ferraz de Vasconcelos, na Prefeitura, de fazer um ato em defesa da governabilidade. Viva o socialismo, companheiros!

O SR. PRESIDENTE (Roberto Amaral) – Companheira Jeane e, em seguida, Jaci Proença.

A SRA. GEANE DIAS BARROS - Companheiros e companheiras, eu acredito que está na hora de os companheiros mudarem suas concepções. Perder a virgindade não é motivo de arrependimento para nenhuma mulher.

Companheiros e companheiras, a crise realmente é angustiante, mas muitas vezes necessária para o crescimento político e democrático da sociedade, porque a partir da crise passamos a refletir e a rever nossas instituições, os nossos valores e a maneira como este País está sendo conduzido.

Em relação a essa crise, tenho a seguinte opinião: o PSB, sem sombra de dúvidas, é um partido legítimo para defender uma candidatura própria à presidência. Porém, diante da ameaça do retorno da direita à presidência da República, é preciso que essa questão seja muito refletida, porque muita coisa está em jogo. Como já foi dito aqui, uma história de luta pode ser jogada por terra a partir dessas eleições. Então não vamos nos precipitar, vamos refletir e pensar, antes de mais nada, no povo brasileiro que já sofre há anos e anos nas mãos desses partidos de direita e nós não podemos permitir o retorno desses partidos.

Quero pedir permissão à Mesa e à Plenária para que — sei que estou fugindo um pouco do assunto, mas creio que seja de grande importância e de significativa gravidade — possa relatar aqui um ato de infidelidade, de ilealdade por parte de um dirigente do PSB, de renome nacional: Dr. José Antônio Almeida. Represento aqui o PSB de Montes Altos, Maranhão, onde fundamos o PSB em 2002 e, em 2004, lançamos uma candidatura própria do PSB, numa cidade massacrada por uma oligarquia que há 16 anos domina o nosso povo e massacra nossa cidade.

Essa campanha, que começou com um fio de esperança, foi ganhando corpo e a comunidade abraçou e defendeu a candidatura do PSB. Nossa campanha foi baseada no voluntariado, nas doações, seja de 100 reais, seja de 10 reais ou cestas básicas, mas foi uma campanha belíssima que ganhou repercussão em toda a região...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Amaral) – Companheira, conclua, por favor. O tema é Declaração de Princípios, nós temos um acordo sobre isso. São dois acordos: o tempo de 2 minutos e o tema é Declaração de Princípios.

A SRA. GEANE DIAS BARROS – Tudo bem.

Nós entramos com uma ação, porque perdemos a eleição por 450 votos de diferença, porque a candidata opositora, do PFL, comprou votos durante toda a campanha...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Amaral) – Companheira, por favor!

A SRA. GEANE DIAS BARROS – Eu acho que isso é de interesse de todo o partido.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Amaral) – A companheira terá tempo depois desse item, eu garanto a sua inscrição depois desse item.

A SRA. GEANE DIAS BARROS – Demorará mais e já estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Amaral) – Agora, outros oradores já foram proibidos. Não vou fazer exceção. Colabore, por favor!

A SRA. GEANE DIAS BARROS – Tudo bem. Vou respeitar a decisão da Plenária. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Amaral) – Tem a palavra a companheira Jaci e, em seguida, Irani Medeiros.

A SRA. JACI PROENÇA – Peço permissão para cumprimentar a todas as pessoas na pessoa do nosso Presidente, Dr. Roberto Amaral, toda a plenária, através dos movimentos sociais na pessoa da nossa querida Dôra Pires eleita Secretária Nacional de Mulheres. (*Palmas.*)

Eu não quero aqui fazer o que já estamos até indignados de ver o tempo todo, que é exatamente, como o companheiro disse, colocar o dedo na ferida. Até porque nós sentimos que colocaram o dedo, a espada, não tiraram ainda. E o que é pior: estão torcendo, torcendo muito, virando muito dentro da gente.

Eu quero que esse posicionamento que vamos apontar aqui, que é um posicionamento tirado no II Congresso Nacional do Movimento Negro Socialista do nosso partido, nos dias 19 e 20, que ele não seja entendido como uma incapacidade nossa de nos indignarmos diante de tantos descabros. Não quero que seja entendido como uma falta de capacidade nossa em lermos a nossa realidade para além da ponta do nosso nariz.

Que não seja visto como uma indiferença diante de uma situação tão grave que se apresenta ao nosso povo brasileiro. Na verdade, estamos muito indignadas e indignados, e mais do que isso estamos sentindo, da mesma forma que a crise, uma dor muito profunda, porque estão querendo colocar na vala comum aquele discurso que estamos a todo momento questionando: que todos os políticos, todos os partidos, todos os trabalhadores e trabalhadoras deste País são todos da mesma laia e que são incompetentes para gerir o seu próprio destino.

Estamos nos posicionando contra esse tipo de discurso e de atitude.

Quero dizer que, na verdade, seria muito mais fácil, muito mais cômodo assumirmos uma posição e sermos apenas mais uma ou mais um no discurso de combate e de desgaste ao Governo que aí está. Seria muito mais fácil. Eu sei que temos razões de sobra para apontar os erros e os equívocos, as fragilidades deste Governo, mas de todo modo, diferentemente, companheiro Roberto Amaral, de todos aqueles e aquelas que se posicionaram aqui, nós, em nome do Movimento

Negro do nosso partido, queremos ressaltar, destacar um elemento, uma ação, uma medida, uma postura que dizemos ser digna de qualquer trabalhador que se vê, que se assume como tal, que é exatamente o que está expresso nas nossas considerações já entregues à Mesa Diretora dos trabalhos, ontem, e que parte deste plenário já recebeu.

Mas queremos destacar aqui que o Presidente Lula não só reconhece como está resgatando dívidas sociais e históricas com a maioria do povo brasileiro. E quero dizer que é o povo negro desta Nação. Quero dizer ainda mais, que em mais de 500 anos da nossa história foi o primeiro Presidente que pediu desculpas pelas injustiças, pelo tratamento preconceituoso, discriminatório que fez com relação ao nosso povo. Foi o primeiro Presidente que, pela primeira vez na história do nosso País, traz para si a responsabilidade de ter um organismo para formular e pensar políticas públicas destinadas para aquele povo que sempre foi excluído de todas as políticas deste País.

É nesse sentido, companheiros, que o Movimento Negro do nosso partido, em que pese destacarmos apenas esse fator positivo e outros que poderíamos citar, mas com base nesse estamos defendendo ainda a manutenção do nosso partido na base de sustentação do Governo, mas com uma postura, uma atuação de radicalizar mais o seu caráter propositivo e crítico a este Governo. E mais do que isso, estamos propondo que o PSB seja vanguarda, o propulsor de um fórum nacional das esquerdas para discutir essas situações e, mais do que isso, avançar em termos das reformas que se encontram no Congresso.

As demais proposituras da Secretaria Nacional do Movimento Negro encontram-se à disposição das companheiras e dos companheiros. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Roberto Amaral) – Companheira Irani Medeiros e, em seguida, o Deputado Alexandre Cardoso.

A SRA. IRANI MEDEIROS – Um bom dia e uma boa tarde a todos.

Congressistas, noto aqui a grande dificuldade que temos em diferenciar PT e Governo. Ora falamos do Governo, ora falamos do PT. Não estamos discutindo o apoio ao PT, mas estamos discutindo o apoio ao Governo. Não podendo esquecer que para apoiarmos este Governo ele tem que aceitar o nosso apoio. Não cabe só a nós discutir e decidir por apoiar o Governo, precisamos que ele externar sua vontade de ser apoiado por nós. Precisamos permanecer e garantir a governabilidade, como disse o nosso Deputado Beto Albuquerque, mas temos que ter espaço para a garantia dessa governabilidade.

Não basta ficarmos lá para garantir se não tivermos espaço para garantir. Então chegou o momento, do meu ponto de vista, de buscarmos a posição do Governo Federal. Não fomos consultados quando Olívio foi embora e assumiu

outra figura. Tantas outras decisões foram tomadas e nós não opinamos. Isso não é garantir a governabilidade. Precisamos de espaço para garanti-la. E se não vão dar esse espaço a nós, que digam publicamente que não teremos espaço, e aí, sim, nós sairemos do Governo. Mas não porque estamos fugindo, não porque estamos com medo da crise, mas porque não estão nos deixando desenvolver o nosso projeto de esquerda para a solução dessa crise. Não se resolve uma crise chamando ao Governo o PMDB e o PP. Isso não é ato de quem quer resolver uma crise e manter uma ideologia de esquerda.

Devemos, sim, ficar no Governo, mas precisamos ter espaço dentro desse Governo. Precisamos ser ouvidos e precisamos dizer ao povo mais distante de nós qual é a posição e qual é a nossa solução para essa crise. O processo de averiguação das irregularidades já está todo prejudicado, seja porque testemunhas dão depoimentos e todo o Brasil ouve, prejudicando os depoimentos vindouros. Esse processo está sendo viciado e vai impedir que realmente se apurem profundamente os culpados. Estamos prejudicando a investigação e botando na tela da tevê gente oportunista, que fala não perguntando, mas dando depoimento porque conhece corrupção neste País. Tem gente que lá fala, perguntando, mas com toda a sua experiência, porque já fez corrupção e já usou desses métodos. E essas pessoas estão sendo aplaudidas no País. Nós não podemos mais aceitar isso.

Não somos um partido pequeno, somos um partido grande, sim, e muito grande. E para encerrar gostaria de dizer ao Senador Capiberibe que o partido no Estado do Rio Grande do Sul já fez o convênio com o IGAN, um órgão de assessoria jurídica e contábil, e está proporcionando a todos os seus mandatários que tenham essa assessoria gratuitamente para que venham aprimorar os seus mandatos. Que isso sirva de exemplo ao partido em todos os Estados.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Amaral) – Tem a palavra o Deputado Alexandre Cardoso, por 2 minutos, e a seguir a companheira Wilma de Faria.

O SR. ALEXANDRE CARDOSO – Companheiros, vou deixar uma mensagem para os militantes.

O Partido Socialista Brasileiro foi o único partido que, fazendo parte da base do Governo, diminuiu a sua bancada.

Vejam a reflexão que tem que ser feita. Nós diminuímos nossa bancada, fazendo parte da base do Governo, repito, e quando a crise instalada, três Deputados de altíssima representatividade no Congresso Nacional, Deputado B. Sá, Ariosto Holanda e Júlio Delgado, incorporam a nossa bancada. E o que é mais importante neste momento, depois dessa análise?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Amaral) – O Deputado André Zacarov.

O SR. ALEXANDRE CARDOSO – O André Zacarov já tinha incorporado antes. Os últimos três foram na crise.

O que tem de importante nessa análise? Primeiro que não é só no Legislativo que não há nenhum comentário sobre o PSB. Veja se dentro do Ministério da Tecnologia ou da Chesf, existiu algum comentário. *(Palmas.)* Isso nós temos que aplaudir no PSB. Agora, o que é mais importante? É que o erro do Governo foi na política. Ele importou para dentro do Governo, através de importar partidos que sempre foram governistas, práticas que não são da esquerda, são práticas da direita. A história do mensalão é prática da direita há muito tempo. E não é só na Câmara não, é nas assembléias, nas câmaras de vereadores. *(Palmas.)*

E qual é o momento que temos que intervir com maior autoridade? É nesse momento. O Governo está muito enfraquecido, e as notícias dos últimos três dias enfraqueceram a teoria econômica, que é o grande adversário nosso. O adversário nosso neste Governo é o encaminhamento e a postura da equipe econômica.

E o que nós temos que fazer agora, Presidente? Nós temos que exigir que o PSB tenha um espaço para interferir na questão do orçamento, porque o orçamento que pode vir vai sacrificar mais as áreas sociais. O que nós temos que fazer é mostrar que o Governo Lula vai começar a governar realmente com a esquerda quando propõe mecanismos de descentralização de renda, quando propõe enfrentar e regulamentar as tarifas bancárias, quando propõe de forma clara fazer um orçamento que atenda aos anseios sociais.

Está na hora de o PSB mostrar sua cara, está na hora de o PSB intervir de verdade no Governo, está na hora de o povo se sentar com o Governo Lula.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Roberto Amaral) – Governadora Wilma de Faria e, em seguida, a Deputada Lídice da Mata.

A SRA. WILMA DE FARIA – Presidente do PSB, companheiro Amaral, Senadores, Deputados Federais aqui presentes, Movimento de Mulheres, Movimento de Sindicatos que estão aqui presentes participando da discussão da luta sindical, Juventude Socialista Brasileira, aqui também conosco nessa luta que faz parte da democracia, meus amigos, companheiros delegados e delegadas deste Congresso, nós estamos nesta oportunidade discutindo dois temas importantes: a reforma política e a reforma sindical. Mas também estamos diante de um furacão de denúncias que faz com que o País agora atravesse a maior crise de

governo, a maior crise de Estado já vista.

O que nos cabe como PSB fazer agora? Primeiro temos que lembrar aquilo que não foi feito dentro de um novo governo de esquerda, que historicamente lutou bastante para chegar ao poder. E quero falar sobre a reforma tributária que não foi votada, somente votada naquilo que interessava ao Governo Federal, e isso prejudicou os Estados e Municípios e, assim, prejudicou o povo brasileiro.

Como já disseram outros oradores, os recursos foram distribuídos no Governo Fernando Henrique Cardoso que criou as contribuições e fez com que Estados e Municípios diminuíssem o acesso aos tributos, e agora com o Governo Lula isso tudo continuou. E nada foi feito e o nosso partido precisa não só reclamar uma nova política econômica, que deixa de fazer no Brasil as obras estruturantes, que não soube negociar bem, de forma ativa com o FMI, e nós estamos infelizmente participando de um governo que não tem colocado para a opinião pública as obras estruturadoras importantes para diminuir as desigualdades regionais e com isso melhorar também a questão das desigualdades sociais, que somos o segundo País do mundo, depois de Serra Leoa, na África, que temos mais desigualdades sociais.

Então nós não somos, como disse a companheira que me antecedeu, um pequeno partido. Nós precisamos, independente do tamanho do partido, influir. O companheiro, Prefeito de Manaus, disse algo que é verdade. O PT se comporta de forma prepotente e nós precisamos, nessa hora de crise, apoiar as instituições, apoiar o Presidente Lula, mas precisamos estar perto, como disse a nossa companheira Erundina, precisamos estar permanentemente atentos, reunidos, para que tenhamos condições de ver no dia-a-dia os problemas que acontecem, porque nós temos todo dia novas denúncias.

E mais do que isso, quero aproveitar para parabenizar, que é obrigação de todos, mas graças a Deus o PSB saiu ileso disso e não tem mensalão, não tem mensalinho. (*Palmas.*) Mas é necessário que o partido esteja lá junto ao núcleo que está hoje aconselhando o Presidente Lula. Nós não podemos ficar de fora como estamos, precisamos ficar juntos, porque só assim vamos poder continuar defendendo e fazer com a nossa experiência, com toda a história que Arraes deixou neste partido, fazer com que possamos manter as nossas instituições democráticas, porque só assim manteremos a democracia.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Beto Albuquerque) – Obrigado, companheira Wilma.

Tem a palavra a guerreira companheira, Deputada Lídice da Mata, e a seguir, o companheiro Carlos Macedo.

A SRA. LÍDICE DA MATA – Companheiros e companheiras, quero parabenizar o partido por esse debate, que dá continuidade à discussão de ontem sobre a reforma política, agora analisando as nossas decisões e a conjuntura.

Ora, se nós concluímos que essa crise, primeiro é a mais grave crise política que o nosso País viveu durante a República. Nunca houve uma crise das instituições brasileiras como a que nós estamos vivendo. O Congresso está desmoralizado para o povo. A Presidência da República balançando no sentido de que há acusações. O PSB, que é um sócio minoritário deste Governo, no entanto, tem a responsabilidade política de defendê-lo, para defender o povo brasileiro e suas instituições. Mas é indispensável que possamos marcar aqui que há outra forma de governar, sim, e nós temos mandatos, como o do Governador Miguel Arraes, como o do Governador Capiberibe, como o da Prefeita Luiza Erundina, da Governadora Wilma, que são exemplos de governo sem roubar, sem deixar roubar, traduzindo uma política de esquerda para o nosso País. E essa diferenciação tem que existir não na acusação ao PT, mas na posição, na postura prática do nosso partido, nos governos e nos parlamentos, demonstrando que não nos afastamos dos nossos princípios éticos.

E é nesse contexto, companheiros, que quero propor ao partido que analise a nossa proposta da Bahia de discussão de uma nova Constituinte para o Brasil. A Constituição que temos aí de 250 artigos já foi emendada em 101 artigos. A proposta do Governo Lula era fazer reforma trabalhista, mudando a Constituição, reforma tributária, mudando a Constituição, reforma política, mudando a Constituição.

Nós estamos diante de uma crise institucional gravíssima, que aponta para uma ruptura, um esgotamento do modelo político e de Estado que temos até aqui. Nós não podemos dar respostas que sejam meramente conjunturais, levantando a bandeira da apuração já das responsabilidades e da garantia do mandato de Lula sem apresentar para o povo brasileiro uma nova proposta para o Estado nacional.

Concluindo, é preciso que o partido trabalhe um programa, um projeto nacional para o Brasil, que ficou claro que o PT não teve à frente do Governo. E é preciso que o PSB assuma o debate da reforma do Estado brasileiro. Quero propor que o Diretório Nacional realize um seminário a respeito dessa questão. Nós não podemos continuar com esse presidencialismo da forma que está no Brasil, que impede o Congresso de existir com medidas provisórias permanentes, travando a pauta do Congresso Nacional, sem que possamos debater de fato um regime e um sistema de governo democrático e aberto à participação popular e parlamentar.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Beto Albuquerque) – Obrigado, companheira Lídice.

Próximo companheiro que nos dará a honra da sua manifestação é o Carlos Macedo e, em seguida, o Deputado Givaldo Carimbão.

O SR. CARLOS MACEDO – Dizia o grande armador grego, Onassis, numa das suas sábias expressões, que passamos a vida toda querendo, pensando em escalar o pico da montanha. Quando chegamos lá, vemos que não foi muita coisa, mas se pensar em descer é muito pior.

A esquerda passou a vida inteira pensando em escalar o pico da montanha, que era subir a rampa do Planalto. Subiu a rampa e depois derrapou. O PT derrapou vergonhosamente. E agora o que fazer? Descer, para entregar ao PSDB? Para entregar a corruptos maiores que fizeram mais coisas esdrúxulas do que fez o PT? Seria muito pior. Deixar abandonar o barco à deriva para o PSB não é razoável, não é lógico, não é prudente, não é responsável.

Então, meus amigos, dizia Arraes, sustente o Governo Lula. Quem conheceu Arraes sabe que ele dizia isso. Sustente o Governo Lula, mesmo que tenhamos que engolir o fruto amargo sem cuspir, que tenhamos que cumprir o trato injusto, mas vamos sustentar o Governo Lula. E o PSB, que sabe que tem exemplos de saber governar sem roubar, se quiserem um exemplo vão lá para a cidade de Aurora, onde o PSB administra pela segunda vez.

O PSB tem história para contar, ele tem garra, e lá na minha região, dizia o nosso santo do Nordeste, do Cariri, do Juazeiro, o Padre Cícero Romão Batista, na sua admirável capacidade de tolerância e de perdão, que quem roubou não roube mais, quem matou não mate mais. Hoje ele mudaria esta expressão: se roubou duas vezes, se roubou muito, se roubaram demais no Brasil agora bote na cadeia! (*Palmas.*) E se quiserem ouvir a experiência, se quiserem ouvir quem tem história bonita, se quiser, Lula, aproxime-se do PSB. Se você não fez a moratória, se vão passar sem fazê-la, como fez a Argentina que negociou a dívida melhor do que ele, ainda haverá tempo de você se recuperar.

Mas vamos nos sustentar, agora em 2006, o 40 que é a vez. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Beto Albuquerque) – Muito obrigado, Macedo.

Com a palavra o nosso querido e estimado companheiro Givaldo Carimbão, das Alagoas.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO – Companheiros e companheiras, o tema é Carta de Princípios. Eu tenho cinco mandatos parlamentares dos quais quatro do PSB. Convivi a história de Miguel Arraes, convivi a infância com Eduardo Campos, vivemos uma história dentro da esquerda. Princípios. O PSB faz parte da história da construção desse projeto do Presidente Lula. Alguém

já disse aqui que quem ganhou a eleição não foi o Lula, foi a construção de um projeto de esquerda desde 1964, quando nós fomos para as ruas alimentar a esperança de um povo contra tudo que aí está.

Nós fomos para a luta, companheiro Beto Albuquerque, companheira Erundina, que vão fazer um documento de Carta de Princípios. Sou contra deixar neste momento o Governo Lula. Como Deputado temos compromisso com a Nação, porém, tem que ter uma vírgula nesse processo. Apoiamos Lula com a Carta de Princípios para haver algumas mudanças no Brasil. Ética, dignidade, é obrigação de qualquer Parlamentar ou povo deste planeta.

Vir aqui para discutir que tem que punir? Tem a Comissão de Ética, de Sindicância, tem as CPI que tomarão, sem dúvida, as medidas. Mas muito mais do que isso eu gostaria que nesta Carta de Princípios, aí sim, eu não posso admitir nós, Miguel Arraes e tantos aqui, contra o FMI pagamos 70 bilhões e em momento algum tivemos a capacidade de discutir como rediscutir esse pacto de tantos pagamentos. Seis meses, janeiro, fevereiro e março, abril, maio e junho. Só dois bancos, o Bradesco e o Itaú, renderam o lucro pela miséria do povo brasileiro de 5 bilhões de reais. E o que estamos fazendo para tentar enfrentar esse capitalismo selvagem?

Vejo agora, Presidente e companheiros, por exemplo, as telefonias no Brasil. Tínhamos 10 milhões de telefones fixos no Brasil, um trabalhador ganha hoje 300 reais, 270 reais, mas tem que pagar 40 reais de uma tarifa básica mesmo sem usar. Passou de 10 para 40, 38% de aumento para o pobre e pequeno povo brasileiro, para garantir contrato com as empresas, tudo bem, mas massacrando o povo brasileiro? Eu sou contra romper contrato, mas sou a favor de ter capacidade de enfrentar esse capitalismo, porque não é justo, companheiros.

Para concluir, quero deixar como sugestão, eu sou Deputado Federal e nunca, pedi vinte vezes ao partido, nos reunimos com o Governo Lula. Não são só vocês. Pedimos para nossas opiniões chegarem ao Governo com a bancada federal. Se eu quis falar com Lula fui a Roma, para tentar conversar com o Governo Lula. Isso é um absurdo. O Partido tem que se posicionar. Dar governabilidade para o rei, tudo, menos a honra. Não podemos entregar a honra do nosso passado, da nossa história, companheiros! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Beto Albuquerque) – Obrigado, companheiro Givaldo Carimbão.

Quero fazer um registro ao Plenário que temos ainda 21 companheiros inscritos para participarem deste debate. E obviamente, exceto se algum companheiro desistir, nós vamos cumprir as inscrições e vamos tentar ser o mais rigorosos possíveis no tempo que foi deliberado pela Plenária.

Está com a palavra a companheira Deputada Janete Capiberibe.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE – Companheiros e companheiras presentes no X Congresso do Partido Socialista Brasileiro, quero dizer de uma das poucas alegrias que tive desde três meses atrás em que ontem assisti, em diferentes salas de comissões da Câmara dos Deputados, os segmentos do partido discutindo as suas propostas e com certeza esse tema, que é o que mais chama a atenção, que é a discussão do momento político pelo qual passa o povo brasileiro. Digo antes de tudo, mas ver a juventude, os trabalhadores, os sindicalistas, os negros, as mulheres discutindo me encheu de alegria de ter aqui atrás a fotografia de D. Arraes, sorrindo, porque no ultimo congresso ele estava conosco e decidiu junto conosco que devemos construir o PSB pela base. Nós somos da base de apoio ao Governo Lula.

Agora, quero dizer ao Presidente do meu partido que me insubordino neste momento e, a partir de agora, torno público que a Deputada do PSB, Janete Capiberibe, não é da base de apoio ao Governo Lula, esse Governo que está infelicitando a vida do nosso povo e cada vez que nós damos mais um tempo, mais uma semana, mais quinze dias, para ver se a situação melhora, surge mais uma denúncia e vemos, escoando pelos Valeriodutos, pelos Delubiodutos, pelos Genoinodutos, Dirceudutos o dinheiro que poderia incluir toda a população brasileira.

E quero exemplificar, por último, Presidente, que o dinheiro colocado no Banco do Brasil para ser emprestado ao povo, mais da metade dele foi para propaganda. Onde já se viu isso, gente, um microempresário, um vendedor ambulante gera emprego e sustenta sua família. Não era para o povo brasileiro ser tão miserável da forma que é. Foi bom acontecer isso porque nós estamos descobrindo como o dinheiro desaparece. E que ele existe, sim, de verdade.

Quero dizer ao Sr. Presidente que vamos votar, sim, uma reforminha política para essa eleição que se aproxima, pelo menos ela será menos corrupta do que a última, mas o Partido Socialista terá que encabeçar profundas mudanças estruturais e lançar, sim, somos os únicos que temos moral para termos uma candidatura à presidência do povo brasileiro.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Amaral) – Companheiros, queremos colocar uma questão. Temos um item importantíssimo que é a eleição do Diretório que vai gerir o partido a partir de dezembro. Proponho que façamos uma interrupção no debate, para que possamos fazer a eleição. (*Palmas.*)

Para facilitar os trabalhos, a Comissão Executiva designou três companheiros para organizarem uma proposta de chapa, nomearmos uma comissão para ouvir os companheiros e construírem uma proposta. Essa proposta já foi registrada. A Comissão foi constituída pelos companheiros

Renato Casagrande, Sérgio Gaudenzi e pelo companheiro Jaime Cardoso.

Solicito ao companheiro Renato Casagrande que faça a apresentação da proposta de chapa.

O SR. RENATO CASAGRANDE – O Presidente Roberto Amaral designou a Comissão formada por mim, Sérgio Gaudenzi e Jaime Cardoso para buscarmos uma chapa que pudesse também representar a unidade do partido.

Nós chegamos a uma proposta de chapa do Diretório com a seguinte composição:

Eduardo Campos, Roberto Amaral, Carlos Siqueira, Ademir Andrade, Adilson Gomes da Silva, Alexandre Cardoso, Alexandre Urquiza de Sá, Sergio Novais, Senador Antônio Carlos Valadares, César Calegari, Deputado Ariosto Holanda, Deputado B.Sá, Caleb Medeiros de Oliveira, Carlos Eduardo Nunes Alves, Célio Carmo de Souza, José Luciano Linhares, Ciro Gomes, Cleuza Pereira do Nascimento, Dilton da Conti, Domingos Leonelli, Givaldo Carimbão, Evilásio Farias, Fernando Bezerra Coelho, Prefeito Fernando Lafayet, Gabriel Maia Gelpke, Isaías Silvestre, Jacy Proença, Jaime Cardoso, Janete Capiberibe, João Alberto Capiberibe, João de Andrade Arraes, João de Deus Ferreira, Jorge Abissamra, Jorge Gomes, José Antônio Figueiredo de Almeida Silva, José Renato Casagrande, José Ribamar Alves, Júlio César Mendes Penha, Júlio Delgado, Kátia Born, Lídice da Mata, Luciano Ferreira de Souza, Luiz Abílio de Souza Neto, Luiz Gonzaga Patriota, Luiz Alberto de Albuquerque, que é o Beto Albuquerque, Luiza Erundina, Márcio França, Marcos Rezende Vilaça Nunes, Mari Machado, Maria Auxiliadora Pires de Albuquerque, Mauro Nazif, Milton Coelho, Nadja Palitot y Politot, Odimar Nascimento, Paulo Balthazar, Paulo Sérgio Mascarenhas Rosa, Ricardo Maranhão, Ricardo Coutinho, Rodrigo Rollemberg, Sandra Silveira, Sandra Rosado, Marcos Arraes de Alencar, Saudade Braga, Jones Cavaglieri, Serafim Fernandes Correia, Sergio Machado Rezende, Sérgio Maurício Gaudenzi, Severino Nunes de Araújo, Tércio Augusto Garcia Junior, Ulisses Riedel, Waldo Silva, Valdomiro Lopes, William Dib, Wilma Faria. (*Palmas.*)

Representantes da Secretaria Sindical: Joilson Cardoso, Vicente Paulo de Oliveira Selistre.

Representante da JSB: Francisco Josué Freitas da Silva.

(*Manifestações no plenário.*)

O SR. RENATO CASAGRANDE – Presidente, acho que a Juventude...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Amaral) – Quando o companheiro terminar...

O SR. RENATO CASAGRANDE – Faça logo o esclarecimento, eu sugiro, Presidente, porque aí...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Amaral) – Como há um recurso, a nossa proposta é assegurar a presença da Juventude, não fixar nome, e designar o Relator para o Diretório. *(Palmas.)*

O SR. RENATO CASAGRANDE – Muito bem.

Suplentes do Diretório Nacional:

Antônio Marlos Ferreira Duarte, Marcos Coelho Loreto, Sileno Souza Guedes, Valésia Perozini Inácio, Rafton do Nascimento, Wilson P. da Silva, Valter Rodrigues de Paula, Cláudio Porpino, Orlando Bordallo Júnior, José Reinaldo de Sá Falcão, Mauro Lobo Martins Júnior, Rubens Bontempo, Ângelo Ferreira, Maria Inês Batista Silva Zanol, Vilma Moreira dos Santos, Carlos Orling, Luiz Alberto da Silva Barros, André Luiz Silva de Oliveira, Stael Cavalcanti, Isolde Summer, Antônio Carlos Sontag, James Lewis, Eliane Barbosa, Cássio Coelho Andrade, Carlos Veneranda, Luiz Soares Filho, representante do Movimento Sindical.

Chapa do Conselho Fiscal.

Efetivos: Danilo Cabral, Fernando Campanha, Silvio Luiz Martins de Mendonça.

Suplentes: Cláudio Valverde, Jonas Cogo, José Francisco dos Reis.

Conselho de Ética.

Efetivos: Alexandre Navarro, Murilo Sérgio da Silva Neto, Tadeu Lira.

Suplentes: José Herbert Palitot, Carlos Eugênio, Jeovalter Correia Santos.

Delegados do PSB junto ao Tribunal Superior Eleitoral: Roberto Amaral, Carlos Siqueira, José Antônio Almeida.

É essa chapa, Sr. Presidente, Roberto Amaral, do Diretório, Conselho de Ética, Conselho Fiscal. *(Palmas.)*

(Manifestações no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Amaral) – Atenção, companheiros, aqui em cima só a Mesa Diretora.

(Manifestações no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Amaral) – Atenção, por favor!

O SR. RENATO CASAGRANDE – Questão de ordem, Presidente.

(Manifestações no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Amaral) – Atenção, por favor!

O companheiro Renato Casagrande vai dar um esclarecimento.

O SR. RENATO CASAGRANDE – Primeiro, dizer que a Dora é do Movimento de Mulheres, da Secretaria Nacional de Mulheres, que não tínhamos dito.

Dizer que o Movimento Negro fez o seu congresso e elegeu uma coordenação, a Secretária Nacional, a companheira Jaci Proença, a Secretária Geral nossa amiga Valneide, do Espírito Santo, 1º Secretário o Vereador Luiz Carlos Matoso, 2º Secretário, Alex Moura do Nascimento, na Secretaria de Finanças o Vice-Prefeito José Carlos Veneranda, Secretaria de Formação Política, Alexandre Melo Filho, Secretaria de Organização, Jorge Santos de Jesus, Secretaria de Mulheres, Vereadora Vilma Moreira dos Santos, Secretaria de Cultura, Religiosidade e Saúde, Miranildo Cabral da Silva.

O Movimento Sindical também fez o seu congresso e elegeu Secretário Nacional Sindical, Joilson Cardoso. Os membros do Diretório Nacional são Vicente Selistre, Efetivo, e Luiz Soares Filho, Suplente. Coordenadores da Região Norte: Francisco Assis, Elias Sereno de Souza, Marcos Conceição de Almeida. Coordenadores da Região Nordeste: Bismark Medeiros, Luciano Ferreira de Moura. Coordenadores da Região Sudeste: Marinaldo Maciel, Mário Alves Pereira, José Geraldo Faustino. Coordenadores da Região Centro-Oeste: Marlene Rodrigues de Abreu, Jecimar Belo dos Santos. Coordenadores da Região Sul, Eugene Lago e Carlos Augusto Leite.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Amaral) – Atenção, por favor.

Foi feita uma proposta de diretório unitário e, em seguida, vamos colocar em votação.

Os companheiros que são favoráveis à proposta de diretório levantem o crachá, por favor. *(Pausa.)* Levantem a mão, porque há crachás sobre a mesa e aí perderemos a ordem de inscrição.

Aprovado por aclamação. *(Palmas.)*

(Manifestações no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Amaral) – Saúdo a unidade partidária. Estamos dando um belo exemplo num momento de crise política e de crise dos partidos. Estamos ficando à altura do desafio histórico.

Parabéns ao PSB. *(Palmas.)*

O SR. RENATO CASAGRANDE – Presidente Amaral, só para informar sobre o Movimento Popular.

O Movimento Popular também fez o seu encontro e elegeu:

Secretário Nacional de Movimento Popular, Luiz Adriano Araújo de Freitas. Coordenador Nacional de Formação Política, Berenita Maria dos Santos Melo. Coordenador Nacional de Comunicação e Divulgação, Edilson Pereira da Silva. Coordenador Nacional de Elaboração e Projetos, Maria de Jesus. Coordenador Nacional de Mobilização, Glades de Freitas de Oliveira. Coordenador Nacional de Finanças, Antônio Jerônimo Bonifácio. Coordenador Regional Norte, José Maria Lima Pacheco. Regional Sul, Fábio Buscariel Juliano. Coordenador da Região Nordeste, José Messias Andrade Júnior. Região Sudeste, Almezinda Moreno de Moura. Coordenador da Região Centro-Oeste ainda não tem um nome eleito. Secretaria Nacional de Mulheres, além da Dora Pires, Secretária-Geral, Lila Rollemberg, 1ª Secretária, Marta Rocha, Formação Política, Mari Machado, Secretaria de Finanças, Neide Lima, Mobilização e Eventos, Márcia Maia, Secretaria de Movimento Social, Ele Almeida.

Obrigado, Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Roberto Amaral) – Pergunto aos companheiros que estavam inscritos para o debate sobre a declaração de princípios se mantêm sua inscrição.

Quem decide são os companheiros. *(Pausa.)*

Eu vou chamar Ataíde Macedo. Juliano Paes.

O SR. ATAÍDE MACEDO – Senhores, PSB Vitória da Conquista, Vereador naquela cidade, gostaria de fazer uma abordagem de que o livro mais conhecido no mundo, a Bíblia, nos ensina a fazer política e tem um versículo na Bíblia que diz que o orgulho precede a queda. E a postura arrogante do PT e a forma de coordenar no individualismo proporcionaram que chegasse a esse momento em que o partido está.

Portanto, conclamo agora o PSB, que tem um brilhante futuro para a política nacional da esquerda, para que possa lançar Presidente, Governador, Prefeito em todo o Brasil, na condição de que tenha humildade, sabedoria e militância, para que o PSB não caia no mesmo erro que o PT, para que o PSB tenha essa humildade de fazer política e fazer as reformas necessárias e que atue na militância de base com mais apoio para o crescimento do nosso País.

(Manifestações no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Amaral) – Atenção, por favor!

Se os companheiros interromperem nós suspenderemos a reunião. Não vamos aceitar coação. Fique claro isso para não terem surpresa. *(Palmas.)*

O SR. ATAÍDE MACEDO – Para encerrar, Sr. Presidente, gostaria de dizer que a fé sem obras é morta em si mesma. Então o momento do PSB é um momento de luta, seguindo a inspiração de nosso herói político, Miguel Arraes, que se consagrou como a referência do PSB. Que o partido coloque na mente que nós temos um herói agora e que com muita humildade nós seremos um dos maiores partidos do Brasil.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Roberto Amaral) – Quero registrar a presença entre nós de nosso grande companheiro, ex-Deputado Evilásio, hoje Prefeito do PSB de Taboá da Serra.

Alexandro mantém a inscrição? Aline Dias mantém? José Maria Pacheco mantém? Gildelson mantém?

Tem a palavra José Maria Pacheco.

O SR. JOSÉ MARIA PACHECO – Sou o Prof. Pacheco, de Belém do Pará, e vim aqui para deixar claro aos companheiros e à Direção Nacional do PSB que a crise política não pode criar uma crise maior no Partido Socialista Brasileiro, porque, para aceitarmos filiação de qualquer outro partido que devemos ter critérios para aceitar essas novas filiações.

Segundo, que o Governo Lula não teve compromisso com a Amazônia e por isso a Direção Nacional precisa provocar essa discussão junto ao Governo Lula, para que nesse restante de governo possamos ter uma posição efetiva deste Governo para com a situação da Amazônia.

Para concluir, queremos dizer aos companheiros que, para nós aqui do partido, nossa festa é constituída a partir da discussão política e ideológica do nosso partido.

Nesse sentido, todas as discussões e divergências do partido devem ser aclamadas de forma democrática e transparente. Sendo assim, a estratégia do Governo juntamente com o PT foi alijar os partidos de esquerda, incluindo também o PSB. Dessa forma, queremos dizer que sempre o PT quis excluir o PSB e todos os outros partidos e assim fizeram a partir do Governo, tentando, num projeto hegemônico do PT, excluir os nossos partidos.

Por isso, companheiros, tomemos muito cuidado, porque agora nós temos que ter critérios para aceitar as filiações do Partido Socialista Brasileiro. *(Palmas.)*

182 **O SR. PRESIDENTE** (Roberto Amaral) – Gildelson.

O SR. GILDELSON – Companheiros, quero pedir ao Presidente que garanta realmente o silêncio e apelar para a sensibilidade dos companheiros.

Nós estamos aqui neste momento e, mais do que nunca, é preciso fazer algumas reflexões para que não passem o tapetão aqui na discussão.

Então, a queda dos países do Leste Europeu...

(Manifestações no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Amaral) – Por favor, tem um companheiro na tribuna. É democrático ouvir os companheiros.

O SR. GILDELSON – Eu me inscrevi para falar sobre conjuntura nacional.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Amaral) – Tem a palavra o companheiro.

O SR. GILDELSON – O que nós queremos dizer é que assim como houve a queda dos países do Leste Europeu, pela burocracia e arrogância de alguns que se diziam socialistas, parece-me não ser a mesma realidade, mas a cúpula irresponsável nacional do PT tentou também tomar de assalto o Estado Brasileiro.

Então, mais do que nunca tem que ser um momento de serenidade, de muita coerência, e não estou falando aqui para termos rompimento com o Governo Lula, mas é nesse sentido, chamando à reflexão dos companheiros, e aí mesmo alguns chamando a gente também de ingênuos, porque em 92, eu com outros companheiros que estão aqui tivemos, por uma questão de coerência e tradição à fidelidade partidária, de expulsar um prefeito eleito na cidade de Vitória da Conquista porque se aliou ao PFL. O Amaral conhece o processo, também os companheiros Rodrigo e Beto, que eram da Executiva Nacional naquela época. Então é nessa mesma firmeza ideológica e de coerência da juventude é preciso que este partido esteja unificado.

Então, a proposição e a seguinte: recomendar, não vou repetir o que já se discutiu da conjuntura nacional, à nova direção que, a depender do desenrolar da crise, o partido convoque ao final desse processo um congresso extraordinário para que possamos definir os rumos de 2006. Nós estamos tirando rumos momentâneos.

Por último, especialmente para a Juventude, dando esse exemplo especialmente para os nossos companheiros da Juventude nessa questão de coerência e honestidade partidárias, só lembrar Agostinho, em Poemas de Angola, quando diz: “Não basta que seja pura e justa a nossa causa, é necessário que a pureza e a justiça existam dentro de nós”. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Roberto Amaral) – Companheiros, nos

intervalos das intervenções, nós vamos ir apresentando ao plenário, para garantir a apreciação do Plenário, as moções que recebemos.

“Moção de Aplauso.

Requeiro à Mesa do X Congresso Nacional do PSB, ouvido o Plenário, que seja aprovada a moção de aplauso para todos os dirigentes do partido e integrantes das bancadas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal pelo não envolvimento nas denúncias de corrupção do chamado mensalão. Amaro Ferraz Barreto, PSB Pernambuco”.

O Plenário está de acordo?

Aprovado.

“Moção de Apoio.

Os participantes do II Congresso Nacional da Secretaria Nacional do Movimento Negro Socialista do PSB manifestam seu apoio às políticas de promoção da igualdade racial, implantadas pelo Governo Federal na gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ações que estão sendo edificadas em conjunto com o Movimento Negro Brasileiro”.

Estão de acordo?

“Os participantes do II Congresso Nacional da Secretaria Nacional do Movimento Negro Socialista do PSB reivindicam apoio incondicional do Partido Socialista Brasileiro, principalmente da sua bancada federal, para aprovação e implementação do Estatuto da Igualdade Racial com o seu referido fundo. Entendemos que esse estatuto, se implementado, transformar-se-á num dos mais vigorosos instrumentos para a luta contra a desigualdade e promoção da inclusão e reinclusão do povo negro no seio da sociedade, bem como dos setores que se encontram marginalizados por falta de políticas que atinjam a todos com igualdade”.

Em votação. (Pausa.)

Aprovado.

Tem a palavra Francisco José de Freitas.

O SR. FRANCISCO JOSÉ DE FREITAS – Companheiros, JSB.

Declaração Política ao X Congresso Nacional do PSB.

A JSB, afirmando o socialismo e construindo junto com o PSB um projeto de Nação para o Brasil.

Caros companheiros e companheiras, ao cumprimentá-los nós, militantes da Juventude Socialista Brasileira, gostaríamos de manifestar nossa preocupação e compromisso com a luta do povo brasileiro neste momento tão crítico da conjuntura que coloca em jogo o futuro da Nação e do nosso partido.

Nos últimos anos, a JSB tem intensificado sua atuação em várias frentes, visando aprimorar sua forma de organização, desenvolvendo uma política

voltada para a integração regional, a comunicação, o movimento estudantil e as políticas públicas de juventude no Brasil, bem como a formação de novos militantes, inaugurando, assim, um novo ciclo, com o objetivo de expandir e consolidar nacionalmente a JSB como uma juventude consciente que consiga aglomerar e atrair a juventude brasileira, interagindo com suas variadas formas de manifestações poéticas, artísticas, culturais e, principalmente, explorando a sensibilidade política, despertando na juventude o desejo de lutar pelas mudanças reais da situação em que vivem milhões de brasileiros.

Companheiros e companheiras, a nossa juventude tem-se esforçado para ser uma juventude ideologicamente preparada para enfrentar os desafios que se apresentam diante de nós. Reunimos teoria e prática, agitação e elaboração teórica, lucidez e perplexidade, contemplação e indignação contra as injustiças. Em todos os Estados, nossa luta é prioritariamente voltada para ajudar o partido a se tornar um partido de bases populares, que consiga se comunicar também através da sua juventude.

Como é do conhecimento de todos, nessa última sexta-feira, dia 19, realizamos mais um importante congresso, congresso este pautado por forte disputa interna. A JSB gostaria de afirmar que sempre buscou a unidade política, procurando conviver com as críticas e as divergências naturais que brotam do seio de nossa juventude, pois isso faz parte do processo democrático.

Não à unidade da trama, mas sim à unidade da ação, onde todos se unem em uma mesma medida, os erros e acertos sempre pautados numa crítica e numa autocrítica.

Queremos afirmar que a JSB defende a integridade política como condição para sustentar a unidade interna. Não admitimos o divisionismo e a formação de grupos de enfrentamento contra as direções da JSB legitimamente constituídas, pois isso agride o princípio da democracia interna e a imagem de nossa juventude como órgão de representação do nosso partido.

Tais práticas não coincidem com a conduta política de um verdadeiro jovem socialista e refletem interesses escusos por parte daqueles que os praticam. Aqueles que promovem esse tipo de comportamento devem se decidir entre assumir sua identidade enquanto movimento de divisão alojado no seio da JSB, se desfazendo da sua condição de integrantes da Juventude Socialista Brasileira, ou se apresentarem como oposição responsável de esquerda à direção e se mostrem comprometidos com a construção e busquem a crítica da cooperação, ao invés da crítica irresponsável, da acusação e da leviandade, tentando anular a história de lutas e conquistas dessa juventude.

A história não pode ser tapeada, contra fatos não há argumento. A JSB evoluiu e está no caminho certo. Aproximamo-nos das orientações partidárias,

intensificamos nossas ações no seio dos movimentos populares e solidificamos nossas convicções na perspectiva de que o socialismo é possível e não haverá ruptura sem a participação da juventude, que é o alicerce fundamental de nossa hora, parafraseando o comandante Che Guevara.

Companheiros, na oportunidade deste importante Congresso, a JSB se apresenta como a legião de soldados espalhados por todos os Estados, trabalhando incansavelmente e mantendo nossa ideologia inquebrantável que se converterá no mesmo sentimento e na mesma vontade de mudar.

A JSB, afirmando o socialismo e construindo, junto com o PSB, um projeto de Nação.

Arraes vive! Viva o socialismo! *(Palmas.)*

(Manifestações no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Amaral) – Atenção, por favor! Por favor, companheiros, colaborem com o Congresso.

(Manifestações no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Amaral) – Atenção, por favor! Nós não permitiremos que uma questão secundária atrapalhe a realização de um congresso tão rico como este. *(Palmas.)*

“Moção de Aplausos.

À companheira Luíza Erundina, que é uma das 51 mulheres brasileiras indicadas para concorrer ao Prêmio Nobel da Paz no ano de 2005. A indicação de Luíza Erundina orgulha a todos os brasileiros, em especial as mulheres socialistas que, em sua trajetória, lutam por uma sociedade justa, igual e solidária.

Marta Rocha, Delegada do Rio de Janeiro, Secretária Estadual de Mulheres. (Palmas.)

Pergunto se Geralda Silva mantém sua inscrição.

Mais uma moção.

“Moção contrária à resolução do I CONSID.

Nós, socialistas de São Paulo, somos contrários ao atrelamento exclusivo ao campo cutista como área de atuação e de apresentação sindical na CMS Nacional.

Sugerimos, conforme reza o estatuto do partido, art. 38, alínea “c” — não sei o que ele sugere, não concluiu —, membros da Coordenação Sindical de São Paulo”...

Mas não está assinada, eu não posso colocar em discussão.

Gerlando da Silva. Sebastião Barros de Abreu, fundador do PSB. Joilson Cardoso.

O SR. JOILSON CARDOSO – Companheiros, gostaria de não falar mas tenho obrigação de vir aqui e manifestar a posição dos sindicalistas frente

à atual conjuntura. Estamos vivendo uma conjuntura pautada pela crise dos poderes da República.

Num momento como este, em que as forças de esquerda estão encurraladas, seja pela inércia do Governo Federal, no trato com as questões do Estado como um todo, seja pela falta de um projeto para o Brasil, muito se tem que fazer para romper o cerco que se fecha a cada dia.

A crise expõe, denuncia e condena as práticas políticas no Parlamento, no Executivo, no Judiciário e extrapola os poderes, atingindo outras instituições. Nunca se debateu tanto o ultrapassado sistema político e sua tolerância com a corrupção, a fraude econômica nas campanhas eleitorais. O desemprego, os juros altos, a debilidade da renda popular, a violência nas suas mais diversas formas, são chagas de um sistema político, econômico, cultural que humilha o povo e oprime a Nação brasileira.

Os socialistas não podem aceitar essa realidade. Temos que buscar alternativa a esse modelo que beneficia o capital em detrimento da vida.

Companheiros, é neste cenário que nós, sindicalistas, apresentamos nossas propostas.

Eu queria pedir atenção aos companheiros porque há divergência na abordagem da conjuntura. Nós não estamos a favor da ruptura com o Governo Lula, mas também não estamos a favor de defendê-lo sem ter uma política, e aqui estão as propostas dos sindicalistas.

Primeiro, a proposta ao Governo. Nós defendemos que o PSB tenha política de exigência com o Governo, sim, na área econômica, contra o superávit primário, contra os juros e contra o pagamento da dívida externa. Não à ALCA, não à tolerância com a corrupção. Nós defendemos candidatura própria do PSB nas eleições de 2006. O Diretório Nacional deve ser o fórum permanente de acompanhamento da crise, para que o Partido Socialista tome o seu destino.

E eu gostaria de passar à Mesa essa resolução da CMS Nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Amaral) – Companheiros, uma proposta. Não deu até agora, e pelas circunstâncias que os companheiros estão acompanhando, para que a Comissão de Redação Final da Declaração de Princípios apresentasse o seu texto.

Pergunto se o Plenário delega à atual Comissão Executiva Nacional a aprovação da proposta a ser elaborada pela comissão, por nós designada, para redigir a declaração. *(Palmas.)*

Então está aprovada a delegação.

Tem a palavra o companheiro Eduardo Campos.

O SR. EDUARDO CAMPOS – Presidente, queria cumprimentar a Juventude Socialista Brasileira e dizer que é bom vê-la ativa, fazendo a disputa, mas também discutindo os problemas do País.

Em nome dessa compreensão saúdo os dois conjuntos aqui muito ativamente representados nesta plenária pela capacidade de compreender e nos fazer chegar à proposta que encaminho ao Presidente para que submeta ao Plenário, que é exatamente a seguinte: nós vamos ter dois companheiros que vão representar aqui o conjunto que está à minha direita, e poderia estar à minha esquerda, enfim, o conjunto que está à minha direita ou esquerda, dependendo da posição, vai ao lado do nosso companheiro Silvano, que dirigiu a Juventude, do lado do companheiro Beto, do lado do nosso companheiro Rodrigo Rollemberg e Renato Casagrande, do nosso Vereador de Belém também. E eu vou tentar construir, para o Diretório Nacional, uma proposta de entendimento político caso seja possível, ouvindo, claro, essas lideranças e a base que representam.

Essa era a proposta de encaminhamento que eu queria fazer, para que possamos sair deste Congresso com a posição unificada e com um partido fortalecido. E agradeço a compreensão dos companheiros que exercitaram essa saída. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Amaral) – Nós recebemos a manifestação do Plenário como aprovação da proposta trazida pelo companheiro Eduardo.

Companheiros, antes de declarar encerrado o Congresso, quero, inicialmente, solicitar a todos os companheiros do novo Diretório que acabou de ser eleito nesta plenária que permaneçam em plenário, a fim de que possamos fazer a eleição da Comissão Executiva que vai dirigir o partido a partir de dezembro.

Companheiros, fazendo um esforço para não ser repetitivo, queremos agradecer a participação de todos e de cada um. Nós realizamos um grande Congresso, um Congresso rico, que trouxe contribuições, reflexões, que reflete o nosso crescimento e o nosso amadurecimento. E a construção da unidade partidária é a certeza de que nós estamos à altura do desafio histórico com que nos deparamos.

A todos o nosso abraço. Arraes vive! Arraes, guerreiro do povo brasileiro! (*Palmas.*)

Plenário: “*Arraes, guerreiro do povo brasileiro!*” (bis)

“De Norte a Sul e no País inteiro, e viva o Partido Socialista Brasileiro!” (bis)

“Arraes presente no coração da gente!” (bis)

O SR. CARLOS SIQUEIRA – Pedimos aos companheiros membros do Diretório Nacional eleito que permaneçam nesta sala para reunião imediata.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Amaral) – Solicito ao companheiro Carlos Siqueira que me encaminhe a lista do diretório.

Atenção, por favor. Eu vou fazer a chamada do Diretório:

Eduardo Campos, Roberto Amaral, Carlos Siqueira, Ademir Andrade, Adilson Gomes da Silva, Alexandre Cardoso, Alexandre Urquiza de Sá, Sergio Novais, Senador Antônio Carlos Valadares, César Calegari, Deputado Ariosto Holanda, Deputado B.Sá, Caleb Medeiros de Oliveira, Carlos Eduardo Nunes Alves, Célio Carmo de Souza, José Luciano Linhares, Ciro Gomes, Cleuza Pereira do Nascimento, Dilton da Conti, Domingos Leonelli, Givaldo Carimbão, Evilásio Farias, Fernando Bezerra Coelho, Prefeito Fernando Lafayet, Gabriel Maia Gelpke, Isaías Silvestre, Jacy Proença, Jaime Cardoso, Janete Capiberibe, João Alberto Capiberibe, João de Andrade Arraes, João de Deus Ferreira, Jorge Abissamra, Jorge Gomes, José Antônio Figueiredo de Almeida Silva, José Renato Casagrande, José Ribamar Alves, Júlio César Mendes Penha, Júlio Delgado, Kátia Born, Lídice da Mata, Luciano Ferreira de Souza, Luiz Abílio de Souza Neto, Luiz Gonzaga Patriota, Luiz Alberto de Albuquerque, que é o Beto Albuquerque, Luiza Erundina, Márcio França, Marcos Rezende Vilaça Nunes, Mari Machado, Maria Auxiliadora Pires de Albuquerque, Mauro Nazif, Milton Coelho, Nadja Palitot y Politot, Odimar Nascimento, Paulo Balthazar, Paulo Sérgio Mascarenhas Rosa, Ricardo Maranhão, Ricardo Coutinho, Rodrigo Rollemberg, Sandra Silveira, Sandra Rosado, Marcos Arraes de Alencar, Saudade Braga, Jones Cavaglieri, Serafim Fernandes Correia, Sergio Machado Rezende, Sérgio Maurício Gaudenzi, Severino Nunes de Araújo, Tércio Augusto Garcia Junior, Ulisses Riedel, Waldo Silva, Valdomiro Lopes, William Dib, Wilma Faria. (*Palmas.*)

Antônio Marlos Ferreira Duarte, Marcos Coelho Loreto, Sileno Souza Guedes, Valésia Perozini Inácio, Rafton do Nascimento, Wilson P. da Silva, Valter Rodrigues de Paula, Cláudio Porpino, Orlando Bordallo Júnior, José Reinaldo de Sá Falcão, Mauro Lobo Martins Júnior, Rubens Bontempo, Ângelo Ferreira, Maria Inês Batista Silva Zanol, Vilma Moreira dos Santos, Carlos Orling, Luiz Alberto da Silva Barros, André Luiz Silva de Oliveira, Stael Cavalcanti, Isolde Summer, Antônio Carlos Sontag, James Lewis, Eliane Barbosa, Cássio Coelho Andrade, Carlos Veneranda, Luiz Soares Filho, representante do Movimento Sindical.

Companheiros, para o mandato de 3 anos que se inicia em dezembro, nos termos da reforma estatutária, temos uma proposta ao Diretório de chapa concebida nos mesmos termos de unidade que serviu para construir o Diretório.

Presidente de Honra: Jamil Haddad. *(Palmas.)*

Presidente: Eduardo Campos *(Palmas.)*

Eu vou considerar que os aplausos são aprovação e consideramos votos.

1º Vice-Presidente: Roberto Amaral. *(Palmas.)*

2º Vice-Presidente: Beto Albuquerque. *(Palmas.)*

3º Vice-Presidente: Senador João Alberto Capiberibe *(Palmas.)*

Vice-Presidente de Organização e Mobilização: Alexandre Cardoso.
(Palmas.)

Vice-Presidente de Relações Institucionais: Ciro Gomes. *(Palmas.)*

Vice-Presidente de Relações Federativas: Wilma de Faria. *(Palmas.)*

Secretário-Geral: Renato Casagrande. *(Palmas.)*

Primeiro Secretário: Carlos Siqueira *(Palmas.)*

Segundo Secretário: Senador Antônio Carlos Valadares. *(Palmas.)*

Secretário de Finanças: Márcio França. *(Palmas.)*

Segundo Secretário de Finanças: Severino Nunes. *(Palmas.)*

Secretários Especiais:

Luiza Erundina. *(Palmas.)* Milton Coelho. *(Palmas.)* Jaime Cardoso.
(Palmas.) Sérgio Galdenzi. *(Palmas.)* Rodrigo Rollemberg. *(Palmas.)* Sérgio Novais.
(Palmas.) Wiliam Dib. *(Palmas.)* Mari Machado. *(Palmas.)* Luiz Abílio. *(Palmas.)* José
Antônio Almeida. *(Palmas.)* Ademir Andrade. *(Palmas.)* Deputado Isaías. *(Palmas.)*

Secretaria de Mulheres: Dora Pires. *(Palmas.)*

Secretário do Movimento Sindical: Joilson Cardoso. *(Palmas.)*

Secretário do Movimento Negro: Jacy Ribeiro de Proença.

A todos, muito obrigado. *(Palmas prolongadas.)*

DECLARAÇÃO POLÍTICA DO X CONGRESSO NACIONAL DO PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

A crise política que todos estamos sofrendo tem raízes históricas na forma tradicional de exploração patrimonialista do Estado pelas elites conservadoras e na falência da representação parlamentar, decorrente da exaustão do presente sistema político e do atual regime de partidos. Mas, na visão do Partido Socialista Brasileiro, a grande crise moral é o conformismo da Nação diante da desigualdade social. Assim, entendem os socialistas, só a construção da justiça social poderá gerar a verdadeira estabilidade, capaz de reerguer a Nação e refundar a República.

Com o povo, os socialistas sofrem a erosão da esperança e a dilapidação do patrimônio ético-político construído ao longo das lutas sociais brasileiras. Esse patrimônio não se deve a nenhum partido político ou corrente de opinião, isoladamente. Ele é fruto da acumulação histórica. E resulta da bravura dos muitos que vieram antes de nós. Em homenagem aos heróis das lutas sociais brasileiras, não podemos permitir que nossas bandeiras sejam ensarilhadas.

Na campanha eleitoral de 2002, o PSB teve, no primeiro turno, candidatura própria. Apresentou à cidadania Programa de Governo baseado na emancipação nacional, na distribuição de renda e riqueza, na supressão das desigualdades regionais, no combate à exclusão e na defesa do desenvolvimento, econômico, científico e tecnológico, instrumento da reforma social e da afirmação da soberania.

No segundo turno, o partido apoiou a candidatura do futuro presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, aquela que exprimia com maior credibilidade o anseio de mudanças da sociedade brasileira. Sociedade desencantada com a pregação neoliberal que conduziu o País à dependência do capital financeiro nacional e internacional, trazendo como conseqüências a estagnação da

economia; o desmonte do Estado; a deterioração dos serviços públicos; o desemprego; a miséria; a violência urbana; o perigoso esgarçamento do tecido social. O PSB participa do governo desde sua instalação e nele luta pela realização das mudanças que justificaram o voto de milhões de brasileiros.

O Partido Socialista Brasileiro reafirma a defesa da governabilidade. Tal posição, no entanto, não implica recusa à crítica às ações do governo, nem submissão a qualquer força política. Cada passo do partido será dado em coerência com o seu programa, seus interesses estratégicos e as deliberações do Diretório Nacional.

A Comissão Executiva do PSB deverá estar permanentemente atenta aos desdobramentos da crise política em curso, de forma a mobilizar o Partido e a sociedade com a rapidez que a situação exige.

O PSB reitera que lutará com todas as suas forças visando à mais cabal apuração de toda e qualquer irregularidade ou desvio de conduta no poder público; lutará pela punição de todos os responsáveis, independentemente de nome, posto ou filiação partidária, e lutará por mudanças legais e institucionais necessárias para impedir que novos e lamentáveis fatos, como os que agora vêm a público, se repitam em nosso País.

Entre estas mudanças, está a imediata adoção de mecanismos que assegurem a transparência no uso dos recursos públicos, em todas as instâncias governamentais, a exemplo da publicação na Internet de todas movimentações financeiras dos órgãos federais, estaduais e municipais.

Todas as alternativas à crise, todavia, devem ser encontradas no marco da constitucionalidade e da democracia. Conquistas que não pertencem aos partidos, mas ao povo brasileiro, que delas não abrirá mão.

O Partido Socialista Brasileiro defende uma política econômica soberana, o que exige o aumento dos investimentos em geral, sobretudo em infra-estrutura, e naqueles segmentos que promovem a inclusão social. Objetivo que se alcançará não com aumento de impostos, mas com a redução do superávit primário. O PSB se define contra a proposta do déficit nominal zero e qualquer ameaça às reservas constitucionais de recursos para a saúde, a educação e a ciência e tecnologia. Queremos a redução dos juros e a retomada do desenvolvimento, o que pode ser alcançado sem aumento da inflação. Os socialistas reivindicam uma efetiva reforma tributária, como instrumento de distribuição de renda e promoção do trabalho.

Conclama o PSB as forças de esquerda, dentro e fora do governo, a cerrarem fileiras em torno de uma reforma política profunda, que assegure a restauração do regime representativo, a recuperação da legitimidade do regime de partidos e a implantação de sistema eleitoral livre das manipulações do poder econômico e do poder político.

Reafirmamos que o Brasil é maior e mais importante do que o destino de qualquer Partido Político. Os compromissos fundamentais do PSB são com a República, a democracia e as reformas sociais. Por isso reiteramos os valores do socialismo democrático, historicamente defendidos pela esquerda brasileira, fundados na ética, na defesa incondicional do bem público e na transparência dos atos administrativos e partidários.

Ao se reorganizar em 1985, o Partido Socialista Brasileiro fez inscrever em seu manifesto, como mandamento aos futuros dirigentes, a luta pela unidade de ação da esquerda brasileira. Temos cumprido este compromisso, até em prejuízo de efêmeras conquistas eleitorais.

Foram baluartes dessa unidade nosso primeiro presidente, Antônio Houaiss, nosso presidente de honra, Jamil Haddad, e nosso líder, Miguel Arraes, cuja longa vida política foi dedicada

à construção da unidade do povo brasileiro.

Com essas credenciais, o PSB se sente em condições de chamar os partidos de esquerda do País - PCdoB, PCB, PDT, PPS, PSOL, PT, PSTU e PV - para um grande debate em torno de uma ação política comum, na defesa da democracia, da República e da cidadania. Debate que congregue nossos esforços em favor da soberania nacional, da emancipação do País e do resgate de milhões de excluídos pela pobreza.

É nosso propósito que dessa articulação surjam as bases da unidade da esquerda no pleito de 2006, em benefício do Brasil e dos brasileiros.

Brasília, 21 de agosto de 2005.

Roberto Amaral
Presidente Nacional do PSB

IV Congresso

19 de agosto de 2005

IV Congresso Nacional de Mulheres





A SRA. MARI MACHADO – Bom dia, companheiras e companheiros. Gostaria de convidá-los a tomar assento. Irani, Beth, vamos começar o nosso congresso? Gostaria de convidar a todos para tomarem assento no plenário.

Companheiras, vamos dar início ao IV Congresso Nacional de Mulheres do Partido Socialista Brasileiro. Gostaria de convidar a todas para que se sentem, por favor, e colaborem para que possamos dar início à solenidade de abertura. Estamos hoje com uma programação prevista, logo após a abertura, já iniciando com um painel, e já contamos aqui com a presença dos nossos painelistas. Então, gostaríamos de começar, se o companheiro Juliano sentar. Muito obrigado, companheiro Juliano.

Em nome da Secretaria Nacional de Mulheres da nossa Executiva, quero saudar a presença de todas e todos que aqui já estão. Sabemos que ainda teremos muitas delegações que estão chegando, mas é um prazer para nós iniciar o IV Congresso Nacional de Mulheres, que mais uma vez é o demonstrativo de que acertamos ao construir esse movimento dentro do nosso Partido, que tem a finalidade obviamente de colaborar ativamente na construção do PSB.

Então, vamos compor uma mesa, que vai nos fazer uma saudação. Gostaríamos, então, de convidar de imediato nosso Líder, Deputado Renato Casagrande – uma salva de palmas; a nossa Mesa está grande, acho que vai faltar cadeira; gostaríamos de convidar o Senador João Alberto Capiberibe, que nos honra com sua presença; convidamos a nossa Deputada Márcia Maia, representando as deputadas de nosso Partido; convidamos a nossa Prefeita Cleusa Pereira, representando as nossas prefeitas socialistas; convidamos a nossa Vereadora Irani, que nesse momento se encontra carregando cadeiras, representando as Vereadoras do PSB ; e queremos também convidar para a Mesa os companheiros dirigentes do Partido e também mandatários, Deputado Alexandre Cardoso, Deputado Ribamar Alves, e o nosso querido companheiro Carlos Siqueira, apoiador da nossa luta desde o princípio.

Queria registrar, com muito carinho, a presença da Prefeita Sandra Silveira, de Esteio; do Prefeito de Santana do Livramento, Wainer Machado, meu companheiro de vida; e gostaríamos também de convidar a companheira Janete Capiberibe, a nossa deputada – uma grande salva de palmas para a Janete.

Acho que não vai dar para sentarmos; teremos alguns que ficar um pouco de pé.

No processo também vamos registrando as demais presenças que estamos contando aqui no nosso Congresso, vereadoras que estão chegando, e espero que hoje a gente tenha um dia muito profícuo de debates. Vou passar a palavra para o nosso Deputado Líder, Renato Casagrande, que vai fazer a saudação em nome do nosso Partido.

O SR. DEPUTADO RENATO CASAGRANDE – Bom dia, gente. Queria cumprimentar a todas vocês, em nome da Delegação do Espírito Santo, que está aqui presente; cumprimentar Mari Machado, nossa comandante, nossa companheira, Secretária de Mulheres da nossa Executiva, e uma companheira que tem colaborado muito não só com o Movimento de Mulheres – vamos aqui ser bastante claros em nossa fala –, pois ela tem ajudado o partido, como Secretária, como Chefe de Gabinete de um Ministério que o PSB ocupa desde o início do Governo, e a Mari está para enfrentar novos desafios pela frente; o companheiro dela, nosso Prefeito, está lá exercendo o papel de coordenar o Município de Livramento, e ela vai exercer, além dos papéis que exerce hoje, talvez em outras funções, mas vai também dar uma contribuição maior lá no Estado do Rio Grande do Sul, em Livramento, e nós queremos que ela tenha um mandato de Deputada Federal – Beto, venha para a Mesa também, ele que é o Vice-Presidente do Partido lá no Rio Grande do Sul, e lá as pessoas sabem colocar o Beto onde ele tem que estar, não é Presidente, é Vice; ele já disse que ela é federal –, então, estamos querendo que ela seja candidata a federal ou estadual; mas o nosso desafio é o desafio de fazermos votos para que seja a Câmara Federal. Então, se a Mari, assim como muitas de vocês, tiverem o espírito de candidatura, porque nós temos uma contribuição para o partido que não é só de ser candidato ou candidata, tem gente que não nasceu para ser candidato ou candidata, mas quem puder, quem tiver identidade para candidatura... daqui a pouco vou falar sobre isso; não vou entrar nesse assunto agora. Estou aqui fazendo uma saudação à Mari pela importância e pela força que ela sempre nos deu, pelo ânimo que ela tem e sua vontade de trabalho. Então, Mari, você que está coordenando esse congresso hoje, nós aqui temos é que agradecer todo esse trabalho.

Cumprimentar também os parlamentares, o nosso Líder, Senador Capiberibe, nossos Deputados Federais, nossa deputada, Carlos Siqueira, nossa vereadora Janete, Prefeita.

O momento da realização desse congresso é um momento, primeiro, de tristeza pela perda do nosso comandante Miguel Arraes. Então, todos nós estamos aqui entristecidos e vamos, nesse congresso, homenagear do início ao fim a figura, a força, a liderança, a orientação, o comando que ele sempre deu ao nosso partido, e temos que abrir esse congresso lembrando o nosso comandante Miguel Arraes por tudo que ele fez pelo Brasil – pelo partido é secundário –, mas tudo que ele fez pelo Brasil.

O SR. – Casagrande, você me dá um aparte? Eu queria propor um minuto de silêncio em homenagem ao Deputado Miguel Arraes?

O SR. DEPUTADO RENATO CASAGRANDE – Um minuto de silêncio, então, por sugestão.

Muito obrigado.

Então, realizamos esse congresso nesse momento e além desse momento de tristeza, realizamos o congresso num momento de extrema instabilidade. Vocês vão debater a questão da crise, da reforma política, dos desafios do PSB. O PSB tem que se diferenciar nesse momento, o partido não pode ser irresponsável, não pode ser populista, não pode ter uma prática de “chutar cachorro morto”, mas o partido precisa se diferenciar na política nesse momento. Então, o desafio do nosso Congresso Nacional, o desafio do congresso das nossas representações, dos nossos segmentos, é o desafio de buscar caminhos, para uma posição clara para o PSB, para que sejamos compreendidos pela sociedade brasileira, que neste momento renega a política, afasta a política por tudo que nós estamos vivenciando de práticas de corrupção, de denúncias etc. Então, acho que realizamos um congresso com a ausência do Dr. Arraes, mas num momento muito rico da política; muito instável, com muitas dificuldades para nós, nosso partido buscando caminhos, mas a realização do congresso vai permitir que encontremos um caminho claro para que possa orientar o trabalho do PSB esse ano, no ano que vem e para que a gente possa apresentar o que é o PSB para a sociedade brasileira.

Então, parabéns a vocês, congresso de mulheres, Movimento de Mulheres que são, e de trabalho no Brasil todo que tem fortalecido o nosso partido. Vocês nunca – e aí a Mari tem uma grande responsabilidade junto com vocês nisso – confundiram o Movimento de Mulheres do PSB, que fortalece o PSB, e que hora nenhuma trabalhou para dividir o PSB. Então, temos que parabenizar vocês pelo trabalho que fazem. Muito obrigado e um bom congresso.

A SRA. MARI MACHADO – Obrigado, Deputado Renato por suas palavras de estímulo e por colocar tão bem a conjuntura em que estamos iniciando este congresso do Movimento de Mulheres e os demais, do nosso partido.

Senador Capiberibe; vamos passar a palavra para que ele também faça uma saudação para o nosso congresso.

O SR. SENADOR JOÃO ALBERTO CAPIBERIBE – Bom dia a todas, e aos meus companheiros de mesa; quero saudar, na pessoa da companheira Mari Machado, todas as congressistas, e na oportunidade colocar duas questões que me parece vão marcar este congresso. Uma é a perda do nosso Líder Miguel Arraes. Esse vazio produzido pela perda, certamente vai estar presente nos debates e nas discussões; a outra é a relação do nosso partido com o Governo, a análise da crise e a relação do nosso partido – tenho certeza de que também vai marcar o debate aqui do Movimento de Mulheres do partido. Outro aspecto que me parece fundamental discutirmos é a questão da

transparência na gestão do dinheiro público. Temos a crise, teremos certamente uma análise profunda da crise, mas temos que sair com propostas claras para a sociedade brasileira, para seguirmos agindo politicamente. Um terceiro ponto é a necessidade - porque a crise vai nos levar ou a uma descrença generalizada ou a uma profunda necessidade de militância política – de marcar este congresso com algumas decisões, entre outras a de sairmos com um projeto de implantação definitiva dos núcleos de base do partido, para que permita a organização da discussão política. O povo brasileiro discute política, tanto que está aí o sucesso dos meios de comunicação da Câmara e do Senado – a sociedade está acompanhando. O nosso problema é organizar esse diálogo político. Como é que vamos organizar a participação política dos cidadãos que vivem hoje nas periferias urbanas, os que não estão organizados nos sindicatos ou nas corporações? Então é esse povo que debate, discute política na sala de jantar, no local de trabalho, na fila, que queremos chegar a ele para criar um canal de participação política. E esse canal tem que ser o nosso partido. O nosso partido tem a oportunidade de enraizar-se na base, a partir das decisões que deveremos tomar, e principalmente o Movimento de Mulheres, para que a gente possa equilibrar essa relação de gênero na política. Ela é fundamental, e o Movimento das Mulheres do partido tem que sair na frente com a construção desse canal de debate e de construção política que venha lá da base onde vive o cidadão, a cidadã, onde as pessoas trabalham. Por que não organizar o nosso partido no local de trabalho das pessoas? Organizar o partido no local de moradia. Então, esse parece um dos temas que deverão nortear esse congresso e nortear a vida do partido para o futuro, para que a gente possa continuar os ensinamentos do nosso querido e saudoso Presidente Miguel Arraes. Sejam bem vindas ao Décimo Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro. Vamos sair daqui fortalecidos, com certeza.

A SRA. MARI MACHADO – Muito obrigada, Senador Capiberibe. Vamos convidar agora a nossa Prefeita Cleusa Pereira, para fazer uma saudação também ao nosso congresso.

A SRA CLEUSA PEREIRA – Queridas companheiras, na pessoa da Mari a gente saúda a todas, e na pessoa do Líder do Partido a gente saúda os companheiros que vieram se solidarizar conosco. Nós, que acompanhamos o sofrimento e a resistência, palavra-chave na vida do Dr. Arraes, nos cinquenta e nove dias de doença, sabemos que ele quis deixar até a última hora esse símbolo para nós. Mas eu me lembro do encontro que foi feito em janeiro ou fevereiro, e eu identificava naquela fala de Dr. Arraes um dos discursos mais lúcidos que eu ouvi, e algumas pessoas da Prefeitura, que trouxemos junto, diziam exatamente isso: como é possível se chegar a essa idade com uma lucidez tão grande. Então,

eu que acredito na vida eterna, na comunhão dos santos, em todos esses dogmas, acredito que ele está aqui com a gente, e pedimos que ele esteja ciente de que precisa ainda continuar influenciando a formação desse nosso partido, que em muitos lugares já é um diferencial. A gente quer dizer que há mulheres muito significativas na vida do país; que a gente se orgulha muito do exemplo de muitas delas e é através disso que temos força de, chegando aos setenta anos – no próximo ano estou nessa idade redonda –, com coragem e energia dizer aos jovens, enquanto souber conversar com vocês, eu não fiquei velha. A pauta do congresso das mulheres deve ser muito fecunda e precisa ser, para o partido, e aí acreditamos na energia de todas. Ninguém veio aqui fazer turismo, todo mundo veio aqui para colaborar, e a energia feminina é uma energia diferente, porque não é aquela energia que dilacera, mas ao contrário, chama também os companheiros para a luta e faz deles, na verdade, camaradas, companheiros.

Então, que tenhamos um bom congresso é o que esperamos.

A SRA. MARI MACHADO – Muito obrigada, Prefeita Cleusa. Vamos pedir agora que a Vereadora Irani, do PSB de Butiá, Rio Grande do Sul, faça também uma saudação ao nosso plenário.

A SRA. IRANI – Bom dia a todos. Na pessoa da Mari eu saúdo a Mesa, e na pessoa da companheira Dora, eu saúdo o plenário. É com imensa satisfação que estou aqui hoje para acompanhar esses trabalhos todos do nosso congresso e dizer a vocês que sentimos a morte de Arraes. Mas havemos de procurar na história dele a lição para continuarmos; a grande virtude de Arraes foi não concentrar nele a sua sabedoria, mas permitir que dentro do partido se criassem lideranças capazes de continuar a história dele. Isso é o que nos impulsiona, e isso é o que mostra que estamos no caminho certo, sim, e com toda essa instabilidade política o Partido Socialista Brasileiro está estável, está forte, tem garra e vai mostrar para o povo brasileiro que nós sabemos como fazer, e vamos fazer. Um abraço, um carinho a cada uma de vocês. Ontem eu ouvi assim: o gaúcho é muito bairrista, gosta muito da sua terra. A nossa terra é o Brasil, e a gente gosta muito, sim.

A SRA. MARI MACHADO – Queremos então agradecer aos companheiros que integram a nossa Mesa. Eles têm agora outras visitas a fazer. Consideramos, então, nesse momento, a Mesa desfeita. Queremos, antes que saiam, convidá-los para que, ao final dos trabalhos, ali pelas dezesseis horas, retornem ao nosso plenário, pois vamos estar aqui fazendo uma homenagem ao nosso Presidente Miguel Arraes, um documentário produzido por seu filho Guel Arraes, que está chegando com o nosso querido companheiro, Deputado Eduardo Campos, ainda agora pela manhã. E ao final vamos mostrar esse documentário que será visto apenas aqui nesse congresso, por enquanto;

posteriormente vai ser também divulgado no partido.

Agradecemos, então, a presença dos companheiros e companheiras que integraram a nossa Mesa. Obrigado, Deputado Beto, obrigado, Deputado Ribamar, obrigado, Deputada Márcia, pela presença de vocês aqui na nossa Mesa.

No decorrer dos trabalhos vamos informando as demais autoridades que estão se fazendo presentes aqui no nosso congresso. Mas vamos, de imediato, iniciar o primeiro painel dos nossos trabalhos, que é a Reforma Política. Convidamos, dessa forma, o companheiro Carlos Siqueira, para a Mesa, e o companheiro Alexandre Cardoso.

Companheiras da Secretária, por favor, catem o Deputado Alexandre Cardoso, pois ele está lá fora. Tragam o menino para cá. Companheiro Carlos Siqueira; uma salva de palmas para nosso querido amigo Carlos Siqueira.

A companheira Erundina também estava prevista nesse painel, mas ela estava com um problema em São Paulo e estava com dúvidas se podia ficar ou não, e acabou não conseguindo, acredito.

Como todas sabemos, um dos temas mais importantes hoje, especialmente nesse momento, nessa conjuntura política que o país está atravessando, essa crise política, um dos temas mais debatidos pela sociedade é a necessidade de fazer uma reforma política. Nós temos várias propostas tramitando no Congresso Nacional, e temos posições diferenciadas dentro do partido. Esse é um debate que também vai ser realizado no Congresso Nacional do PSB, que começa hoje à noite, abertura prevista para as dezenove horas. Não pretendemos, nesse congresso, definir, no detalhe, a reforma política que queremos fazer no país, mas pretendemos, sim, que o Partido discuta princípios que são fundamentais para que o país viva um outro modelo de processo eleitoral, um outro modelo de organização partidária, que permita maior controle especialmente sobre os gastos de campanha – acho que isso é uma questão premente no momento.

Então, vamos passar a palavra agora ao nosso companheiro Carlos Siqueira, e depois o Deputado Alexandre faz sua intervenção.

O SR. CARLOS SIQUEIRA – Querida e distinta companheira Mari Machado, Secretária Nacional de Mulheres, que está encerrando mais um mandato conosco, na Executiva Nacional, neste dia; aliás, não está encerrando, está quase encerrando pois vai até dezembro. Quero inicialmente parabenizar você, e, por extensão, todas as mulheres do PSB, pelo trabalho que vêm realizando ao longo desses últimos anos em prol da organização das mulheres socialistas, em todo o Brasil. É um trabalho que tenho acompanhado, colaborando na medida das minhas pequenas possibilidades, mas sempre tenho feito isso com muita satisfação, muita alegria porque sei e compreendo a importância da participação da mulher na sociedade brasileira, nos partidos políticos, na política de modo

geral, porque as mulheres, como todos sabem, já provaram em todos os lugares do mundo onde assumiram posições e onde participam da política, que são capazes, que têm sensibilidade e que podem dar sua contribuição ao processo político em qualquer lugar deste planeta.

Então, a vocês, os nossos parabéns e nossa compreensão, e estamos nos somando mais uma vez a todas vocês para a luta que vocês ainda terão que desencadear por muito tempo para que a igualdade entre os sexos possa finalmente prevalecer em nosso País.

Deputado Alexandre Cardoso, aqui também um dos debatedores sobre o tema que agora estamos iniciando. Esse, como disse Mari na abertura dos trabalhos, é um tema de extrema relevância para a vida política do país: a Reforma Política. É também um tema que vem sendo discutido há muitos anos aqui no Congresso e a respeito do qual, infelizmente³² até o momento, nada se pode fazer ou aprovar no sentido do aperfeiçoamento do sistema partidário, político e eleitoral. Mas parece-me que a crise política que se instalou no país e que está se processando, está a exigir dos políticos. A própria sociedade tem discutido essa reforma, e temos que atribuir-lhe esse mérito, porque antes essa discussão se dava exclusivamente no âmbito do Senado e da Câmara, e hoje ela está em toda a sociedade. Os Bispos de todo o Brasil se reuniram recentemente em São Paulo, discutiram e propuseram reforma política. A OAB discutiu e propõe reforma política; os sindicatos; as associações; os homens, as mulheres. Então, em todo o país hoje se discute a necessidade de uma profunda reforma política. E o Congresso, de certa maneira, deveria estar com esse tema pelo menos amadurecido, porque desde 1990 há projetos tramitando, que depois foram aglutinados numa proposta mais comum, à época relatada pelo então Senador Sérgio Machado do PSDB do Ceará. Criou-se depois outra comissão, presidida pelo companheiro Alexandre Cardoso, da qual também participou a companheira Deputada Luiza Erundina, e neste conjunto de projetos – não se pode perder de vista que a reforma política é um conjunto de projetos; não é um projeto só; são várias iniciativas legislativas com o objetivo de mudar o sistema partidário – neste conjunto de projetos fala-se de fidelidade partidária, financiamento público de campanha, coligações partidárias, verticalização, que já existe, cláusula de barreira. Há entretanto uma coisa que já foi mudada há muitos anos, à qual ninguém está muito atento mas nós estamos desde a última eleição, que é a questão da cláusula de barreira, aquela que impõe, aos partidos políticos, para ter representação nas Casas Legislativas, que alcancem a cada eleição, pelo menos 5% da votação para a Câmara Federal e 2% em pelo menos nove Estados. E isso o PSB alcançou, pela primeira vez, na última eleição, quando passou então a gozar dos benefícios decorrentes dessa legislação. Mas isso, na

última eleição, não foi a última oportunidade; a última oportunidade para que os partidos permaneçam com representação nas Casas Legislativas, será na eleição de 2006. Aquele partido que não alcançar esses 5% da votação para a Câmara Federal e 2% em pelo menos nove Estados, não terá direito a representação nas Casas Legislativas, não terá direito a Fundo Partidário, não terá direito a tempo na televisão, e por conseguinte, embora do ponto de vista estritamente legal ele não esteja extinto, na prática o estará, e seus parlamentares terão que fazer uma opção. Poderão fazer a opção de mudar de partido. Por outro lado, os partidos que não alcançarem esta cláusula, poderão ser incorporados por outros que o tiverem conseguido. Poderá ainda ser feita a fusão entre dois ou mais partidos para alcançar os 5%. Já na última eleição, isto aconteceu. O Partido Liberal, por exemplo, se aproximou dos 5% mas não chegou lá e fez a incorporação de um pequeno partido, ultrapassando assim a cláusula de barreira. Igualmente o PTB. Foram os dois exemplos de incorporação. Não foi fusão, mas incorporação. Nós, entretanto, esperamos e estamos nos preparando para isso. O empenho da Executiva Nacional evidentemente tem que ser o empenho de cada militante em todos os lugares do país, para que tenhamos prioridade absoluta na eleição para Deputado Federal e mais uma vez possamos superar a cláusula dos 5% e ser assim desaguadouro de outros partidos que certamente não poderão superar a cláusula, como não a superaram na eleição passada, caso em que teriam como opção a incorporação pelo PSB. Portanto, o nosso partido passa a ter um patamar que dificilmente irá perder porque isso vai reduzir - salvo uma diminuição no percentual da cláusula que não me parece provável - o número de partidos e aí vamos ficar em torno de sete ou oito, no máximo nove, se conseguir chegar a tanto.

Mas isso requer um esforço, que está sendo feito e será redobrado, durante os próximos anos. A comissão presidida pelo Deputado Alexandre Cardoso apresentou proposta de redução dessa cláusula para 2%, e em compensação acabaria com as coligações partidárias, o que a meu ver é extremamente nocivo para ao PSB. Num país das dimensões do Brasil, com as diferenças sócio-culturais e regionais que existem, e com a descaracterização dos partidos em muitos lugares, não posso dizer que fazer uma coligação com o PMDB do Rio Grande do Sul seja a mesma coisa que fazê-la com o PMDB de São Paulo, do Orestes Quércia, porque não posso comparar Orestes Quércia a Pedro Simon; são coisas completamente diferentes. Este é apenas um exemplo, mas eu daria dezenas de exemplos de diferenças que há entre partidos de uma região para outra, de um Estado para outro, e até de uma cidade para outra. Às vezes encontramos até numa pequena cidade um prefeito do PFL ou do PP, que é melhor que o do PDT. Por que impedir essa coligação? Quer dizer,

se não mudarmos o sistema como um todo para que no futuro os partidos possam ter coerência geral, no país inteiro, por enquanto não podemos fazer isso abruptamente, porque isso não vai ser resolvido por decreto. E do ponto de vista do interesse particular do PSB, hoje estamos em condições de eleger, pela primeira vez, deputado federal em praticamente todos os Estados da Federação, com uma condição; que haja coligação. Ou seja, a meu ver, há nessa reforma política duas coisas essenciais que o PSB deve defender: o fim da verticalização, que foi imposta pelo TSE na eleição passada, com a intenção de dar coerência aos partidos políticos e não deu, porque na maioria dos Estados houve coligação branca. Isso não se resolve por decreto, é uma cultura que temos que mudar; ou mudamos a cultura para ter coerência e que isso se reproduza no país inteiro, ou não vai ser um decreto que vai resolver essa questão. Então, objetivo um: derrubar a verticalização, e objetivo dois manter as coligações partidárias para as eleições proporcionais. Para vocês terem uma idéia, elegemos na eleição passada 22 parlamentares em oito Estados da Federação. Por quê? Em razão da verticalização e de termos candidato próprio à Presidência da República, tivemos que sair com chapa própria em todo o país, e só elegemos em oito unidades. Hoje estamos em condições de eleger em praticamente todas as unidades e um número bem maior de parlamentares. Mas para isso são necessárias essas duas condições: o fim da verticalização e a permanência das coligações partidárias.

Um outro tema que nos é muito caro - e aí também temos acordo com o Deputado Alexandre Cardoso - é o financiamento público de campanha. O financiamento público de campanha que está proposto neste projeto, cuja comissão foi presidida pelo Deputado Alexandre, faz um cálculo de que o eleitor vale sete reais. Então, você multiplica esses sete reais pelo número de eleitores. Então, dá em torno de oitocentos e quarenta milhões de reais, quase um bilhão, para ser distribuído entre os partidos. Quero dizer e deixar patenteado: sou totalmente favorável. É uma das formas de você diminuir o impacto - não diria acabar e depois explico porque -, da interferência do poder econômico nas eleições; é ter financiamento público de campanha, exclusivo. Quero dizer que hoje já há financiamento público de campanha, mas ele é parcial. Às vezes as pessoas não atentam para isso, mas os programas eleitorais que vão ao ar a cada eleição, em todo o país, são uma forma de financiamento público, porque quem paga isso é cada cidadão com seu imposto, porque nenhuma rede de televisão está fazendo aquela programação gratuita. É até errado chamar gratuito. Não é gratuito, é muito caro e é pago pelo imposto da população. Agora, se queremos ampliar isso para cem por cento, eu acho correto, e apenas tenho restrições e críticas a fazer à forma como está sendo proposto, porque 1% é distribuído por todos os partidos com registro no Tribunal Superior

Eleitoral, 14% entre os partidos que têm representação na Câmara e 85% entre todos os partidos, de acordo com a representação dos partidos na Câmara dos Deputados. Ora, esta forma de distribuição tem uma memória no passado, ela distribui e congela, de certa maneira, o benefício que é o financiamento público para os grandes partidos. Hoje, o PT, por exemplo, que tem a maior bancada, o PSDB, o PMDB, o PFL, eles vão participar dos 1%, dos 14%, e dos 85%. De maneira que quando você faz a soma, vê que ela tem o condão de transferir a esses grandes partidos uma grande parcela dos recursos do Fundo Partidário para financiar as campanhas. Agora, qual seria a forma de resolver isso? Fazer uma distribuição mais equitativa. Primeiro, já acho que é errado que se utilize apenas o critério da eleição de deputado federal. Por que não contaria alguma coisa para o partido que tem senador? Por que, se elegeu governador, como elegemos quatro, temos um hoje, mas elegemos quatro, e como a memória é de cada eleição, por que não contar a eleição de governador? Por que não contar a eleição de prefeitos, por que não contar a eleição de vereadores; por que não, enfim, um sistema que desse mais equidade à distribuição? Eu acho que essa forma de distribuição corresponde, a meu ver, a uma outra coisa que está embutida no conjunto da reforma, que é a possibilidade de redução dos partidos políticos. Na verdade, eu acompanho isso desde 1990. O próprio Presidente Lula, pasmem, foi à televisão – eu tinha falado com o Dr. Arraes um dia anterior dizendo, vão querer diminuir a representação – e disse assim: temos que fazer uma reforma política para reduzir a três ou quatro partidos. Isso foi dito em plena televisão, mas eu nunca tive dúvidas a respeito. A intenção é essa. Felizmente a resistência dos pequenos partidos, e a resistência, inclusive, de parlamentares de grandes partidos que têm uma compreensão mais democrática, impediu desde 1990 que esta reforma acontecesse tal como está concebida; para reduzir os partidos. Diz-se, a propósito, que os pequenos partidos são os problemas da democracia. Ora, temos 27 partidos registrados; 17 aqui na Câmara com representação, e quem decidiu que são dezesseis? O eleitor, porque ele é o senhor da decisão. Não é decreto, não é lei, nem nada. Partido deve ter ampla liberdade, assim como a sociedade tem ampla liberdade de se organizar, os partidos devem ter porque eles são uma parte da sociedade. Agora, quem vai definir quantos partidos existem deve ser a sociedade, e não a lei, o decreto, não a Constituição. A meu ver, acho que essa é a forma mais democrática, embora a redução drástica de partidos já tenha acontecido em várias sociedades ditas civilizadas – ricas sim; civilizadas nem tanto – porque, na verdade, nos Estados Unidos por exemplo você tem liberdade partidária, mas o sistema que foi criado lá é bipartidário. Existem dois partidos, cuja diferença entre um e outro é a mesma que entre Coca Cola e Pepsi Cola; se você colocar no copo e provar, vai ser um pouco difícil perceber a diferença. E querem fazer isso também com o Brasil. Eu acho que não vão conseguir; felizmente não vão

conseguir. Mas a intenção absolutamente declarada sempre foi esta, porque o PT sempre sonhou ser o grande – e único – partido de esquerda e o PSDB ser alternância a ele. Assim teríamos dois partidos socialdemocratas, se alternando no poder, para fazer políticas praticamente iguais, uma um pouco pior do que a outra. Pois bem, isso felizmente acho que está abortado, creio que vamos chegar a um ponto em que não vai acontecer isso.

Com relação ao financiamento público, feitos esses reparos quanto à forma da distribuição, acho que seria bom. Digo mais, é tão importante o financiamento público que mesmo na forma como está estabelecido ainda assim seremos beneficiários, porque teremos alguns milhões de reais na mão para distribuir, não vamos partir do zero. Mas continua a desigualdade na disputa entre os partidos. Há outro fator também que eu acho mereceria uma emenda, Deputado Alexandre Cardoso, e que é o fato de não haver punição suficientemente grave para aqueles que recebem e que doam recursos privados para o financiamento público de campanha. Eu acho que deveria existir um processo de controle maior por parte dos órgãos do Ministério Público Eleitoral, por parte do próprio Tribunal, e por parte da sociedade. A pena, que tal como está estabelecida consiste em multa pecuniária, deveria ser uma pena que permitisse, uma vez constatado que o candidato visivelmente usa recursos superiores àqueles a que tem direito pelo seu partido, a perda imediata do registro da candidatura. E para aquele que doou recursos, a pena teria que ser severíssima. A meu ver deveria ser uma pena mesmo de prisão, porque do contrário não vamos conseguir coibir definitivamente a interferência do poder econômico nas eleições. Este é um ponto que em que eu faria esse reparo, pois precisamos trabalhar muito para que ele possa realmente ser alterado e aperfeiçoado, de sorte que possamos estabelecer uma disputa mais equilibrada.

Mas quero dizer a vocês que não estou tão otimista com relação à questão da reforma política. Acho que lamentavelmente, apesar da crise profunda e sem precedentes que vive o país – e é uma crise que tem nos partidos a sua origem, bem como no próprio governo - ainda assim não há, a meu ver, duas coisas. Eu acho que nesta Câmara, salvo as exceções, e o nosso partido é uma das exceções, todos os parlamentares estão indiferentes a tudo o que está acontecendo. E o Senado tampouco está à altura de fazer a reforma de que o país precisa, porque a reforma tem que ser muito mais profunda. O que se vai fazer é uma maneira de baratear o custo das campanhas eleitorais, e uma maneira de dar uma satisfação à sociedade, mas eu acho que precisamos de muito mais, precisamos de uma legislação que dê aos partidos uma vida orgânica mais democrática, porque a tendência é os partidos se tornarem cada dia mais um oligopólio de partidos e uma oligarquia partidária que manda à revelia da militância do partido, e cada dia mais se esvaziam os partidos políticos exatamente pelo fato de que as pessoas

que ingressam nele não têm a oportunidade, às vezes, de se expressar livremente para dar sua opinião e interferir enquanto militantes, na vida partidária. As pessoas não suportam o sufocamento dentro de uma instituição na qual não têm liberdade, e isso aí passa pela grande maioria dos partidos. Seria necessário primeiro uma legislação que mudasse a lei dos partidos, oxigenando mais a vida partidária para abrir o partido à sociedade. E é essa a razão principal pela qual não só no Brasil, mas no mundo inteiro, os partidos estão passando por um processo de esvaziamento. Hoje em qualquer país da Europa, as ONGs têm mais filiados, mais pessoas colaborando financeiramente do que os partidos políticos, partidos centenários, partidos consolidados, partidos que já governaram. Por que esse processo? Não somos obrigados a copiar isso, temos que lutar para que as coisas se abram, temos que lutar por partidos democráticos, pelo nosso e por uma legislação democrática para o conjunto dos partidos brasileiros. Acho que isso seria um ponto que devemos buscar, porque nós, socialistas, não temos o direito de nos conformar com apenas aquilo que é possível fazer agora. Nós até podemos e devemos aprovar medidas que sejam benéficas para o aperfeiçoamento do sistema, mas não podemos extinguir do nosso discurso as mudanças mais profundas num sistema que é tão importante para a vida partidária, eleitoral e para a vida democrática do nosso país. Portanto, eu defendo pessoalmente; defenderei no partido, que deveríamos estimular a existência de candidaturas avulsas. Os partidos precisam ter alguma forma de competição, eles não podem ficar como oligopólios e na medida em que se desgastam e sair a candidatura avulsa de uma personalidade que tenha milhões de votos, eles vão ver que é necessário se reciclar; eles vão ver que é necessário estar atento aos anseios populares, eles não poderão ficar totalmente alheios como estão. Hoje vivemos na política um alheamento da realidade, o objetivo de grande parte dos políticos é tornar-se um fim em si mesmos, é se reeleger ou promover a nova eleição. O espírito de discussão política não existe mais; os partidos estão despolitizados, os partidos não discutem política, política ideológica mesmo. Os partidos não discutem programas de partido para valer, políticas públicas para valer, os partidos não se utilizam dos recursos de 20% que são destinados do Fundo Partidário às suas fundações partidárias, para formulação de políticas públicas, para formação político-ideológica de sua militância. É por isso que estamos vendo a cada legislatura, na Câmara Federal, mas também nas Assembléias, mas também no Senado, mas também nos Governos, que a política está sendo desqualificada, e a população não está alheia a isso. Se os políticos acham que está, estão enganados, temos exemplos recentes no nosso continente, tanto no Equador como na Venezuela, ou na Bolívia, onde a classe política chegou a um grau de desmoralização tal que a população foi à rua e derrubou o Presidente da República; quem deveria assumir? O Vice. Não aceitamos o vice. Quem deveria assumir? O Presidente da Câmara. Não

aceitamos o Presidente da Câmara. Quem deveria assumir? O Presidente do Senado. Também não aceitamos. Acabou, com muito sacrifício, aceitando que o Presidente da Suprema Corte do país assumisse o Governo, e o Congresso dissolvido e convocadas novas eleições. Nós temos um povo mais resignado, que demora muito a reagir, mas um dia haverá de reagir, e estaremos juntos com eles, porque queremos reagir; é o dever de cada socialista estar junto do povo. Não é o dever como fez o PT - e eu faço essa crítica - que foi o representante da Presidência da República à Bolívia, para dar apoio ao Sr. Carlos Meza quando o povo estava na rua para derrubá-lo. Não, não estamos para dar apoio a quem não está de acordo com os anseios do povo.

Quero dizer que na Venezuela, que viveu quase quarenta anos de democracia, durante uma parte dos quais nós estivemos em ditadura, na Venezuela fêz-se uma reforma política, cosmética, como a que vamos fazer, no início, mas espero que continuemos a fazer a luta que pretendemos, quando nós chegarmos, quando crescermos, seja quando for, mas não podemos abdicar do direito de lutar pelas coisas que sonhamos. Lá, dois partidos, a Democracia Cristã e a Social Democracia, se alternaram no poder por trinta anos. Desmoralizaram-se de tal maneira que o Presidente Chavez, quando foi eleito, esses partidos não tinham mais condições de oferecer uma candidatura de molde tradicional. Não podemos estar nesse meio de partidos tradicionais, temos que estar naquele da vanguarda, de procurar as coisas que venham ao interesse do povo, porque o problema da corrupção nas eleições não está só em legislação, não se vai resolver isso apenas com legislação embora ela seja muito importante. O problema da corrupção está, primeiro, na corrupção moral, quando aceitamos a desigualdade, quando aceitamos práticas também na nossa vida privada que não correspondem a uma prática ética, porque a prática e a ética socialista é diferente da ética liberal. Não é uma ética em que eu não roubei então estou feliz da vida e deixa quem quiser roubar, ou seja, pode-se utilizar recursos públicos. Eu não posso considerar ética uma política econômica, como a que temos, que, em menos de quinze anos, saiu de uma dívida por esse juro “escorchante”, de sessenta bilhões de reais no Governo Itamar, e neste Governo já está chegando a um trilhão de reais. Os recursos públicos estão sendo drenados para pagar juros, e só desse um trilhão de reais, 40% foi contraído neste Governo que apoiamos. Então, é preciso estar atentos; para mim a verdadeira corrupção está aí. Eu abstraio esse problema de natureza ética. Mas a principal crítica que podemos fazer ao Governo é deixar drenar os recursos da nação para os banqueiros internacionais. Só os bancos, entre o ano passado e este ano, no primeiro trimestre tiveram lucro 52% superior ao do ano passado. Não podemos admitir que isso possa continuar acontecendo, sem que nós protestemos. Não aceitamos, não podemos

aceitar, queremos reforma política, mas reforma política não é suficiente para a solução dos problemas nem da crise; ela é apenas necessária. O remédio é enfrentar a questão política, econômica, e social, e a fratura social que está exposta em nosso país e que precisa ser enfrentada, com uma reforma urbana profunda, com ocupação social dos morros e favelas, com um programa de educação, tirando pelo menos a metade desses duzentos bilhões que se pagam de juros para investir em educação, em saúde, em moradia popular, em saneamento, e transformar a sociedade. Não podemos abrir mão disso, e o Governo que está abrindo mão disso está enfrentando a maior crise da história republicana, e não sabemos aonde vai dar. O PSB tem que resgatar essas bandeiras, fazer a reforma política que for possível agora, e lutar pela necessária no futuro sem abrir mão dos seus princípios, da sua luta. E a luta é com o povo; é pela igualdade, pela distribuição de renda, e não por medidas enganadoras, cosméticas, que não vão resolver, e vão sufocar. Ou avançamos nesse sentido ou então vamos ficar a reboque da sociedade como já aconteceu em outros países. Eu acredito que o PSB não irá abrir mão disso, eu acredito que o PSB irá lutar por isso, e esta é a oportunidade. Arregacemos as mangas e lutemos juntos.

Muito obrigado.

A SRA. MARI MACHADO – Muito obrigada, companheiro Carlos Siqueira. Quero aproveitar este momento, antes de passar a palavra ao nosso companheiro, Deputado Alexandre Cardoso, para registrar, com uma grande salva de palmas, a presença de nossa sempre Prefeita, Kátia Born, que muito nos orgulha e que, com certeza, vamos ter oportunidade de ouvir em seguida. Quero registrar também a presença da nossa vice-Prefeita de Cuiabá, Jaci Proença. Seja muito bem vinda, companheira. Registro também a presença da Vereadora Laura Gomes, de Caruaru, Pernambuco. Seja muito bem vinda; também a presença do Prefeito Reinaldo, que esteve aqui. Passou igualmente por aqui o Deputado Pastor Olimpio, que deve voltar.

Quero, companheiras, informá-las de que já contamos com a presença de delegações de treze Estados da Federação e aguardamos a chegada de mais algumas. Depois vamos registrar um por um fazendo uma saudação especial a cada delegação que já se encontra aqui presente.

Vamos então passar a palavra para o Deputado Alexandre Cardoso, que vai falar sobre a questão da reforma política.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE CARDOSO – Primeiro quero dizer, antes de falar na reforma política, que o Rio de Janeiro vai lançar aqui no Congresso um movimento que eu considero determinante para a questão da reforma política, que é o Movimento Mais Mulheres na Política. Esse movimento é uma crítica ao atual sistema político eleitoral brasileiro.

Eu presidi a Comissão de Reforma Política e quero adiantar a vocês que não concordo com todos os pontos do projeto aprovado. Houve ali um acordo para que fosse aprovado o projeto. Eu, particularmente, acho que a reforma devia ser mais profunda que a apresentada. Qual foi o acordo feito na comissão? Primeiro, que não se tratasse de nenhuma matéria que dependesse de emenda à Constituição, porque a emenda à Constituição depende de três quintos na Câmara e três quintos no Senado. E em matéria dessa complexidade estaríamos enganando a população, ao apresentar um projeto ideal que não tivesse nenhuma chance de ser aprovado em nenhuma das Casas. A outra questão é que fizemos algumas análises, algumas pesquisas, e o que ficou claro é que existe uma enorme crise na representação da sociedade. E essa crise deságua nas Casas Legislativas. O que está acontecendo hoje? Você tem algumas formas de produzir o processo eleitoral, ou melhor, de produzir as candidaturas vitoriosas no processo eleitoral. Antigamente, e quando digo antigamente é há vinte anos, aqui na Casa havia uma representação do Ente federado. Quer dizer, o Deputado Federal representava o seu Estado, o Deputado Estadual representava o seu Estado, o Vereador representava sua cidade. Com esse sistema do pós-ditadura, em que o processo político foi sendo colocado de lado, e principalmente o debate não foi levado à base, o que tivemos? Quando você pergunta a um deputado do Nordeste se ele tem chance de se eleger, ele fala assim: tenho, elegi trinta prefeitos. Ele não fala que tem chance de se eleger porque tem um projeto da reforma tributária, da reforma previdenciária, ou da questão da regulação do saneamento. Não, ele fala assim: fiz trinta prefeitos. Os deputados mais do sul falam assim: eu tenho dez centros sociais. Centro social é o seguinte, é muito comum isso em São Paulo e no Rio de Janeiro. Um deputado chega na favela, na comunidade e aluga uma casinha, e nessa casa ele bota dentista, médico, compra uma Caravan velha, pinta uma cruz vermelha, ele começa a dar consulta, começa a fazer atendimento, contrata um professor de educação física, começa a dar aula de aeróbica, e a população toda considera aquele um Salvador da Pátria, e ele tem um acordo com o narcotráfico para manter aquilo na comunidade. Mas ele se torna dono dos votos. Quando você vai ver o mapa eleitoral desse candidato, ele tem 90% dos votos em uma única região, e não tem voto no resto do Estado todo. Ou se não ele começa a manter uma rádio e daqui a pouco se elege Deputado Federal e ganha a rádio. Então, os instrumentos não são os instrumentos de representação da sociedade, são os instrumentos do assistencialismo que fazem com que o deputado chegue aqui e precise de um financiamento mensal para manter isso. Daí saiu a palavra Mensalão. Ele precisa ganhar por mês, para manter a prática assistencialista. E qual é o grande mal disso? É que infelizmente essa atividade está sendo vencedora. Nós temos cada vez mais pessoas que exploram a fé, pessoas que exploram o assistencialismo, pessoas que exploram a fome. Então, antigamente se falava em indústria da seca do Nordeste. Hoje é indústria do

centro social e indústria da fé, e nós temos que tomar muito cuidado porque ela é muito mais forte que a indústria da seca. A indústria da fé, a indústria da desigualdade social e da crise social é muito mais forte que a indústria da seca. Agora, eu parto do princípio que temos um modelo institucional. Eu gostaria que algumas coisas acontecessem aqui, que não acontecem porque temos a ditadura dos grandes partidos. Eu concordo com o Carlos Siqueira quando ele fala da distribuição dos recursos públicos. A minha proposta era dividir igualmente pelos 27 partidos. Essa foi a emenda que eu apresentei, só que o PMDB, PSDB, PFL, PP se juntaram que queriam que fosse 1% para todos os partidos e 99% para a representação da última eleição. Foi uma luta os 14%.

Eu vou apresentar rapidamente o conjunto de ações que resultaram nesse projeto, que não tem o meu apoio em todos os pontos. Houve um acordo para esse projeto ser aprovado, e acordo você faz cedendo um ponto, ganhando outro. Agora, qual é o receio que tenho? É que está tomando conta, principalmente num acordo com as televisões, um projeto bancado pelo PFL para não mexer em nada estrutural e mexer em algumas maquiagens, com profundo apelo popular. Imagine o seguinte: vou diminuir o tempo de televisão. Aí a Globo fala assim: aquele programa de televisão, que aqueles caras falam besteira e tal, tem que diminuir mesmo. Mas quando você analisa que o programa de televisão é uma forma que tem, democrática, de falar com a população, ele não pode ser diminuído. Sabe qual é o projeto que eles querem aprovar aqui? Diminuição de 45 dias para 35 dias. Aí, nisso, vem embutida uma série de coisas. Vamos acabar com showmício, vamos acabar com camisa, vamos acabar com brinde. Eu sou a favor disso. Agora, acho que isso é maquiagem. A questão é muito mais profunda.

Então, vou pedir para apagar as luzes da frente, e vocês vão dar uma olhada. Eu vou ser rápido porque tem umas matérias que elas são tão técnicas que precisaríamos praticamente de um dia para fazer um debate dessa natureza.

A SRA. MARI MACHADO – Vou aproveitar esse pequeno intervalo, Alexandre, enquanto apagam as luzes, para anunciar a presença do Kaleb Oliveira, Presidente Estadual do PSB do Rio Grande do Sul. Muito obrigado por sua presença, companheiro.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE CARDOSO – Bem, nesse modelo atual, nós reunimos a comissão e ao invés de tratarmos matérias constitucionais, tentamos tratar de matérias de lei ordinária, porque a lei ordinária é aprovada com maioria simples. Maioria simples é o seguinte: a Câmara tem 513 deputados. A metade é 257. Você pega 257, e se metade de 257 estiver favorável, a matéria é aprovada. E na reforma, quando pega alteração da

Constituição, você precisa de 308 votos. Então, na verdade, essa matéria pode ser aprovada com 129 votos.

Projeto. Nós pegamos transparência no financiamento de campanhas, mecanismo de fidelidade partidária, garantia de pluralismo partidário, democratização das chamadas sobras, participação da sociedade nos partidos políticos e modernização do chamado horário eleitoral gratuito. Esses foram os seis pontos que regeram essa proposta. Hoje, no mundo, só esses países votam como a gente: Chile, Finlândia, Brasil, Polônia e Peru. O resto todo do mundo vota diferente. Só esses cinco países votam num sistema de financiamento privado, com a chamada lista aberta.

Veja o que esse modelo produz. O Brasil tem uma participação das mulheres no Congresso menor que a Colômbia, menor que o Peru, menor que a Nicarágua; só o Haiti tem uma representação feminina no Congresso menor que o Brasil. É por isso que mais que nunca as mulheres têm que mudar esse sistema, porque ele produziu essa enorme distorção na sociedade brasileira.

O que acontece da representação popular? Imagine que um deputado esteja representando a sociedade, e menos de três meses depois da eleição um terço dos eleitores não lembra em quem votou para deputado. Se o eleitor não lembra em quem votou, como é que vai acompanhar o trabalho desse deputado? E menos da metade cita corretamente o nome de um só deputado.

No período de 12 de abril de 2005 até agora – esse número está defasado –, 161 deputados já trocaram de partido, com 262 migrações. Por que migração é maior que deputado? Porque tem deputado que trocou mais de uma vez. Então, isso conta como migração. Significa que mais de 30% dos deputados, quase 40% já mudaram de partido.

Em verdade, as pessoas falam assim: eu não defendo o modelo como está apresentado. Esse foi o modelo aprovado. Eu defendo o modelo chamado lista mista associada à chamada lista belga, que explicarei para vocês. Estou apresentando o projeto que foi aprovado. Mas as pessoas falam assim: no modelo de lista aberta eu escolho o meu candidato. Não é verdade. Apenas 6% dos deputados eleitos atingiram o cociente eleitoral. Então, por exemplo, está aqui a vereadora. Aí ela é candidata de uma coligação ou de um partido; ela é contra a pena de morte, mas na coligação que ela faz parte tem um cara que é a favor. Esse teve um voto a mais que ela, e nem ela nem ele atingiu o cociente. Sabe o que vai acontecer? Todo mundo que votou nela, por ser contra a pena de morte, vai ajudar a eleger um que é a favor. Então, as pessoas têm que saber que apenas 6% foram eleitos com o voto dele, e 94% foram eleitos com outros votos, que podem ter ou não ligação com o que ele pensa, pode ter ou não sintonia com o que ele pensa. Na maioria das vezes não tem, é um trabalho mais profundo. Agora, a Comissão aprovou um projeto de lista

fechada que eu acho que, na sociedade brasileira, ele não é o melhor. Houve um acordo, eu particularmente defendo a chamada lista mista, com chance de quem atingir o cociente eleitoral, ser o primeiro da lista. Por isso que falo que é um debate muito longo. Estou apresentando o projeto como foi apresentado, para fazermos um debate sobre essa matéria.

Bem, agora vem o projeto da reforma.

Financiamento público de campanhas, listas partidárias pré-ordenadas, federação de partidos, proibição de coligação, cláusula de desempenho e funcionamento. Eu sou contra qualquer mecanismo que impeça o pluralismo partidário. Eu sou contra a cláusula de barreira, sou contra o fim de coligação. Agora, houve um acordo nesse projeto, e uma das coisas que nós temos que aprender aqui nessa Casa é cumprir os acordos. Eu, pessoalmente, acho que o Brasil não está preparado para fim de coligação. Agora, a coligação estruturalmente é um mal, porque quando você coliga um partido com outro, você pode coligar um partido que não tem nada a ver com o seu e de repente eleger um parlamentar para a Câmara, a Assembléia, para a Câmara Federal que não tem nada a ver com seu partido. Agora, no momento não podemos adotar esse princípio, porque tem uma desorganização da estrutura política brasileira.

Esse mecanismo da divisão, que estou concordando com o Carlos Siqueira, tem uma emenda minha que a divisão era igual para os 27 partidos, só que o PFL, PSDB, PMDB, PP e PT não topam. E como eles têm maioria, qual é o limite a que você vai chegar? Eles topam o seguinte: se possível 100% distribuído com o resultado da última eleição, porque cada vez mais eles vão ter mais dinheiro. Então, esse 1% para 27 partidos, 14% dividido igualmente quem tem representação na Casa e 85% foi uma disputa mortal lá dentro. É ruim? É. Mas é melhor do que o atual modelo, e vocês vão ver.

Bem, aqui tem o critério da divisão de como esse dinheiro é dividido nas eleições nacionais, estaduais e municipais. Vou pedir a gentileza de passar essa parte rapidamente porque isso é tão técnico; quando a eleição é municipal, diretório municipal fica mais, quando a eleição é estadual...

Financiamento público. Esse é o tema central do que defendo, e vou debater isso no Brasil para desmontar essa inverdade, que as campanhas são financiadas com dinheiro privado. As campanhas são financiadas com dinheiro público, só do caixa dois. E aí o cara vai dizer: ah, mas pegar dinheiro do orçamento e dar a político corrupto? Essa é a tese levantada por aqueles que têm medo do financiamento público, porque o dinheiro que hoje financia a campanha já é público. Você vai à campanha para prefeito, quem financia são as companhias de lixo, as companhias de iluminação, as empresas de ônibus; você vai às campanhas de governador, quem financia são as grandes empreiteiras; na

eleição de Presidente da República, quem financia é o sistema financeiro. E não é com o dinheiro deles, não. É com o dinheiro superfaturado do caixa dois do orçamento municipal, estadual e federal. Então, essa história de que campanha é financiada com dinheiro privado é uma mentira, e nós, do Partido Socialista, temos que ir para a rua com essa certeza, esse modelo é dinheiro de roubo, é dinheiro de caixa dois. Conheço pouquíssimos empresários capazes de doarem dinheiro que não seja para investimento e negócio.

Bem, aí tem as punições. Quando você faz o financiamento público e que a pessoa recebe dinheiro privado. Em tese, o voto em lista é muito mais fácil de ser fiscalizado. Sabe quantos candidatos a vereador tivemos na última eleição? Trezentos e quarenta e seis mil. Se cada vereador tirou em média vinte ou trinta notas fiscais, ou recibos, são onze milhões de recibos. Será que algum tribunal tem condição de fiscalizar isso? Por isso que temos que diminuir e a forma é fazer o financiamento via partido, porque aí são 27 e aí os juízes não vão ter desculpa de dizer que não têm competência para fiscalizar; tem que ter um orçamento preliminar apresentado, esse orçamento é colocado na Internet, e diariamente, quando o Tesoureiro da campanha emitir um cheque ou comprar um bem, ele coloca ali, para que todo mundo possa fiscalizar. Então, aqui tem todas as penas. Esse projeto está à disposição no meu site, porque ali a pessoa tem a candidatura cassada, ali não tem a punição pecuária, ela perde, tira, deixa de ser candidato.

Punições. Pessoa física: multa no valor de cinco vezes a verba ou quantia doada; pessoa jurídica: multa de cinco a dez vezes, e proibição de participar de licitações públicas, de celebrar contratos com o poder público pelo período de cinco anos. Quer dizer, se uma empresa doar fora dos trâmites, ela fica proibida, no território nacional, de participar de qualquer licitação, por cinco anos.

É a mesma coisa. Estou antecipando por causa do tempo.

Bem, essa daqui é a melhor projeção que tenho. Nós fizemos um levantamento, através de um conjunto de cientistas. Uma campanha no Brasil custa dez bilhões, de dez a onze bilhões. Aí fomos ao valor declarado dos últimos cinco anos, e aí pegamos 2004, que era o melhor. O valor declarado de todas as campanhas é um bilhão, sendo que os 346.419 vereadores declararam 378 milhões. Quer dizer, cada vereador, em média, declarou mil reais na campanha. O que está claro aqui? É que 90%, nove bilhões, é fruto do caixa dois das empresas. As pessoas estão falando em caixa dois dos partidos. Não é caixa dois dos partidos, é caixa dois da empresa, porque ela mete uma nota fiscal de lixo, de duzentos mil, na verdade devia ser cento e trinta, aí ela tira por fora, dessa fatura, cinquenta mil e dá na campanha política. Então, 90% das campanhas brasileiras são feitas por dinheiro de caixa dois de empresa. Eu participei de um debate em São Paulo, com o Presidente do TER – e estou

falando agora porque a imprensa não está mais aqui, porque ele me pediu, for favor, Alexandre, não use mais essa frase – e ele disse o seguinte: deputado, nós fingimos que fiscalizamos, vocês fingem que declaram.

Aí, financiamento de campanha. Tem de onde vem o dinheiro e a proposta do exclusivo público.

Esse ponto aqui, acho interessante. Você conhece a distribuição, não conhece, Carlinhos. Nesse modelo, o PSB teria mais ou menos trinta e sete milhões; o partido que vai ter mais vai ter cento e vinte e nove. Imagine, o PFL vai ter cento e vinte, o PMDB cento e oito, o PSDB cento e um. Quantas vezes vocês acham hoje que o PMDB, o PFL, o PSDB tem mais dinheiro para fazer campanha, no Brasil, do que a gente? Cem vezes? Cinquenta vezes? Nesse modelo, que nós ainda achamos pouco – estou de acordo com o Carlinhos –, vai ter quatro. Eu acho que se esse modelo for aprovado, vamos dar um banho, porque se tivermos só quatro vezes menos que eles, com nossa capacidade, nossa competência, vamos dar um banho. Foi por isso que acordei aprovar esse modelo. O ideal era ser igual, mas entre não ser igual e aprovar algum, esse daí, a diferença entre o PT e o PSB é de cento e vinte e nove para trinta e cinco. Não dá nem quatro, dá três e meio. É por isso que o financiamento público tem que ser uma bandeira de nós, socialistas. Tem que ser o norte para democratizar o processo eleitoral brasileiro, porque hoje quando você pergunta se alguém vai ser candidato, ele fala assim: eu não tenho dinheiro. Vai perder a eleição, está duro. Essa é uma questão que tem que ser vencida, tem que ser democratizada.

Bem, listas pré-ordenadas. Deixa explicar como é lista pré-ordenada. Lista pré-ordenada é o seguinte. Em Pernambuco – em homenagem à Dora –, tem lá o PSB. Sabe quem vai dizer quem é o primeiro da lista do PSB? Todos os filiados votam e quem tiver mais voto dentro do PSB é o primeiro da lista. Não é direção que escolhe, não é por delegação, não é delegado que escolhe, é voto direto. É voto direto. Como é hoje na lista aberta? O PSB apresenta uma lista, não apresenta? Mas quem escolhe quem vai ser o primeiro? As pessoas que não são filiadas. E alguns partidos – quero deixar claro aqui que não sou evangélico, sou um católico por estatística –, mas não concorda com a utilização dos mecanismos religiosos, sejam católicos, espíritas, evangélicos, para definir processo eleitoral. E nós temos que ter a coragem de dizer isso. Chamar os nossos amigos evangélicos, nossos amigos católicos, espíritas, de qualquer crença, para dizer, olha, é um erro o parlamentar se eleger e se identificar mais com a igreja dele que com o partido. Agora, nós temos que deixar isso claro. O Partido Socialista Brasileiro tem que ir para a rua com bandeiras claras.

Eu defendo a lista mista, onde as pessoas votam em uma lista fechada,

e votam nas candidaturas abertas. Quem atingir o cociente eleitoral passa a ser o primeiro. Esse é um grande debate, que não pode ser feito sem a gente ter tempo; é um debate para um final de semana, só a forma de representação, não a reforma política como um todo. Por exemplo, quero discutir um pouco o voto distrital misto, quero discutir essas coisas. Eu sou contra os votos distritais, mas defendo a lista mista. Essa é minha posição. Agora, o que foi aprovado na comissão foi a lista fechada.

Nas eleições proporcionais, quantos votos... É o seguinte. Tem uma alteração que acho interessante. Por exemplo, o partido que não atinge o cociente eleitoral, não faz parlamentar. Para vocês entenderem. Vamos imaginar que você apura numa eleição oitocentos mil votos válidos, e tenha vinte pessoas para se eleger. Então, o quociente eleitoral vai ser 40.000. O partido que fizer 39.999, ele não faz nenhum deputado ou vereador. Nesse projeto, depois de acabarem as composições para quem fez o cociente, as sobras são divididas pelos partidos que não atingiram o cociente. Isso permite que um partido que não atingiu o cociente, e chegue perto do cociente, tenha 10% a menos, ele tenha um representante. Esse modelo permite a representação das minorias. É polêmico, é complexo, não é fácil de se entender assim. E por isso quando a gente apresenta a proposta de reforma política a um plenário, temos que aprovar princípios, porque a legislação é muito específica. Então, estamos aqui mostrando um projeto, e mostrando princípios desse projeto.

Federação de partidos. É uma proposta do Senador Antonio Valadares, que começou no Uruguai; eu, particularmente, sou contra, mas foi aprovada na comissão. O que é federação? A federação é uma coligação que permaneça depois das eleições. Hoje você faz uma coligação, acabou o processo eleitoral, cada partido vai para um lado. A federação se obriga o bloco formado a ficar três anos depois do resultado da eleição. Mas é outro ponto que dá um dia de discussão. Estou colocando pontos aqui, porque essa matéria foi discutida dez anos, ficou um ano na Comissão com um conjunto de deputados, que foi a vitória da esquerda na Câmara. Nessa comissão estava eu, a Deputada Erundina, o Deputado José Eduardo Cardoso, Deputado Aluisio Nunes Ferreira, Deputado João Almeida; as pessoas que discutem reforma política nesta Câmara. E o que eles estão querendo fazer hoje? Trazer um projeto que nós não somos contra, mas não pode ser apresentado como solução para essa crise.

Fim das coligações nas eleições proporcionais. Em tese o fim da coligação, se você não tem cláusula de barreira, é possível, e o partido tem que chegar nas sobras possíveis. Não há condição de esse mecanismo ser aprovado atualmente no Brasil, porque as coligações permitem as representações das minorias. Agora, se você pensar na organização partidária, essa proposta não é ruim. Mas no momento acho que temos que manter as coligações.

Cláusula de desempenho. Nós diminuímos, nesse projeto, de 5 para a 2, e se pudesse botava zero, porque é dessa forma que você cria o pluralismo partidário. Mas não acredito que vá ser diminuído, e vamos ter que ter como ponto central do PSB vencer os 5%. Carlinhos, eu acho que dificilmente teremos mais de sete partidos vencendo os 5. Na vez passada, tivemos seis, e dois chegaram depois. Eu acho que agora teremos, no máximo, sete. Vejam o nosso desafio. Agora, qual é nossa chance? O PSB está se colocando como aglutinador das forças de esquerda, sem ter se colocado numa posição Udenista, que sou o único sério, sou o único honesto, sou o único competente. Nós não nos colocamos assim, até porque entendemos que as coisas, nesse país, principalmente nas classes D e E têm que ser mais flexíveis. O PT se colocava como o único competente, o único sério e o único capaz e está dando o que está dando hoje.

Aqui são os votos válidos na Câmara Federal em 2002, onde o PSDB foi um dos partidos que passou – aqui só os que passaram – e vocês vão ver que o PL não passou.

O PSB teve 5.274. Quer dizer, passou pela cláusula de barreira dos votos nacionais e teve 2% em muito mais de nove Estados.

Para reflexão de vocês. Temos São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul, Paraná, Pernambuco e Ceará. Esse conjunto de oito Estados têm 71% dos votos nacionais. Para vocês verem como é concentrado o voto no país.

É considerado excepcional um Estado que tenha 15% dos votos. Por exemplo, Janete, no Amapá, quantos votos válidos você teve? Quer dizer, uma única candidata no Amapá teve 10% dos votos válidos. Isso é impossível num Estado do tamanho do Rio de Janeiro, São Paulo. O Dr. Arraes que sempre foi um fenômeno de votos, ele nunca chegou a 10%.

Na eleição passada sete partidos atingiram os 5%. Eu acho que nessa eleição podemos não chegar a sete. Acho que sete é um número...

Fundo partidário. A instituição do Fundo Partidário de Educação Política destinará 30% da participação à política feminina. Essa é uma emenda da Deputada Erundina. Ela coloca no Fundo Partidário 30% com essa prioridade. Acesso gratuito. 20% será destinado a programas partidários gratuitos das mulheres. Os partidos fixariam que 20% do tempo teria que ser com representação feminina.

Eu quero me desculpar com vocês, porque sabia que ia tomar muito mais tempo. Mas eu acho legal apresentar um conjunto de idéias, e dizer que esse projeto foi aprovado. Houve um acordo na aprovação desse projeto, tem

pontos que eu acho que podem ser emendados. Ele vai a voto, mas estou concordando com o Carlos Siqueira. Acho que eles vão fazer um projeto de maquiagem, que vem do PFL, e esse daí vai ser meio para inglês ver. Vou denunciar, vou brigar, e vou pedir ao PSB que temos que botar uma bandeira – inclusive é uma tese minha no partido –, que é a questão do financiamento público. Muito obrigado a vocês.

A SRA. MARI MACHADO – Obrigada, companheiro Alexandre Cardoso. Nós queremos pedir desculpas a nossos painelistas porque em razão, como todos sabemos da Missa de Sétimo Dia em homenagem ao Dr. Arraes, que vai acontecer às dezessete horas, tivemos que adiantar e encurtar todo nosso trabalho. Então, temos que fazer algumas alterações nessa pauta que está aqui proposta no nosso programa.

Vamos abrir agora um tempo para debates, com três minutos para cada companheiro que quiser intervir. Mas gostaria de registrar a presença das delegações. Primeiro, da Vice-Prefeita do Pará, Isabel Maria Brito Pimentel – uma salva de palmas para nossa companheira; Cristina Almeida, Superintendente do INCRA no Amapá; e convidar, para fazer uso da palavra, o nosso companheiro, Deputado Federal, Eduardo Campos, ex-Ministro da Ciência e Tecnologia, futuro Presidente Nacional do PSB – uma salva de palmas ao Eduardo. Certamente ele sabe que conta e contará sempre com nosso apoio.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS – Bom dia, minha gente. Eu atrasei um pouco, estou chegando do Recife, e não pude estar aqui, junto com os demais companheiros, na Abertura do Congresso. Mas minha passagem aqui é para trazer um abraço, o reconhecimento à luta das companheiras na construção do partido, desejar que possamos aqui fazer um bom debate, que contribua para o debate do partido, do congresso do partido, que ocorre em momento importante e grave da vida nacional, em momento difícil de nosso partido, que vai exigir de todos nós a unidade, a serenidade, a capacidade de construir uma unidade muito sólida em torno de um pensamento que estruture o crescimento do PSB diante das responsabilidades que a sociedade brasileira enxerga que o nosso partido pode cumprir no momento em que a esquerda brasileira precisa de um PSB forte, altivo, incorporando as melhores tradições da luta do povo brasileiro, pela construção de uma nação solidária, que se afirme de maneira soberana no concerto internacional, e que o PSB possa ser símbolo da superação de práticas políticas com que o nosso campo não quer conviver. Tenho absoluta convicção de que a missão histórica dos socialistas nesse momento é uma das mais importantes que sua luta já teve neste país desde a década de quarenta quando começamos a nos organizar. Tenho a perfeita compreensão de que o esforço de todos nós pode conduzir o PSB a

assumir responsabilidades crescentes com o destino da Nação e pode colocar no seio, sobretudo, da juventude e das mulheres, e da sociedade brasileira de maneira geral, a perfeita compreensão de que a esperança da luta do povo não morre. Enquanto houver injustiça, enquanto houver fome, enquanto houver preconceitos, enquanto houver exclusão, os homens, as mulheres e a juventude vão estar nas ruas, nas comunidades, buscando se organizar e conquistar uma sociedade mais justa. Precisamos contaminar este país com esta esperança, com esta capacidade de afirmar este pensamento. A vida vivida com altivez por Dr. Arraes é símbolo de que não devemos esmorecer, temos que ter um compromisso com esses sonhos, e é esse compromisso que as mulheres brasileiras já demonstraram ter em momentos muito importantes e difíceis da vida brasileira. Agora ele tem que estar mais aceso nos nossos corações e nas nossas cabeças para que a gente dê conta desse recado nessa etapa da história brasileira. Confiamos muito na organização de vocês, temos certeza de que vamos sair unidos deste congresso com o respeito às diferenças que podemos comungar e exercer nos foros partidários, mas com a responsabilidade de quem sabe que a elite brasileira determinou uma nova legislação eleitoral. Há pouco o Alexandre, que foi presidente da comissão que discutiu essa reforma política, deve ter falado aqui. E nossa visão – eu falei a respeito, há poucos dias, na reunião da nossa Executiva, junto com o Presidente Roberto Amaral – é que o modelo político brasileiro definido ainda pela ditadura se esgota nesta etapa. E antes que ele se esgotasse, a elite brasileira definiu um novo modelo para as eleições, com as cláusulas de barreira que vão vigorar a partir de 2006. Temos que ter um foco muito grande, porque a partir de 2006 só cinco ou seis partidos vão estar no jogo político, o que demonstra o interesse desses setores da elite nacional de controlar o jogo político a partir de um menor número de partidos, e daí a importância fundamental do nosso papel nesse processo, construindo a nossa unidade, indo às ruas, tendo muitas mulheres nos Estados disputando votos para que haja muitas mulheres aqui no Congresso, no Senado Federal, nos governos, para que a gente possa efetivamente ter uma identidade enquanto partido socialista, seja no Parlamento seja no Executivo. Essa, portanto, é uma hora importante em que precisamos estar mais juntos.

Para terminar - ainda tenho que encontrar-me com o Roberto e passar nos outros congressos – quero deixar uma palavra de agradecimento à companheira Mari, que além da missão partidária que teve que exercer ao longo desse tempo, e exerceu com zelo, com determinação, ainda teve que nos ajudar no Ministério ao longo de um ano e meio como nossa Chefe de Gabinete; dizer às companheiras que vocês emprestaram uma grande guerreira para me ajudar um ano e seis meses a honrar as bandeiras de luta do Partido Socialista Brasileiro

e fazer um trabalho em que conseguimos, com certeza, colocar o povo na pauta dos cientistas brasileiros, que foi um grande objetivo de vida do Dr. Arraes. Há pouco eu terminava um artigo que estou fazendo para a Folha de São Paulo, para público paulista, importante para levantar esse debate. O Dr. Arraes foi um homem muito moderno ao contrário do que alguns acham, à frente de seu tempo; foi um homem que juntou os católicos e os comunistas para educar o povo na periferia do Recife, quando isso era uma coisa completamente inusitada; foi um homem que construiu a primeira Secretaria de Ciência e Tecnologia fora de São Paulo, a primeira unidade fabril de biotecnologia colocada no Nordeste brasileiro foi colocada em Pernambuco para repensar o setor canavieiro do Estado. Então, essa modernidade vista a partir do interesse do povo pode ser e deve ser diferente da modernidade vista na perspectiva da elite. É preciso refazer esse debate, fazer essa provocação e nós contamos com a visão das mulheres ao nosso lado. E queria deixar aqui, de público, o nosso preito de gratidão à lealdade, à correção, ao espírito público e a capacidade de trabalho da companheira Mari Machado, diante de todas vocês. Muito obrigado. Vamos à luta, vamos construir um PSB forte e de luta.

A SRA. MARI MACHADO – Uma salva de palmas, mais uma vez, ao Eduardo. Agradeço a presença do nosso querido companheiro Eduardo Campos. Quero também fazer um registro que para mim foi uma honra ter podido colaborar com ele nesse ano e meio no Ministério de Ciência e Tecnologia. Vamos, depois, divulgar, estamos distribuindo um folder de um programa inédito no país. Pela primeira vez, a ciência e a tecnologia apoiando as mulheres através da pesquisa, numa parceria com a Secretaria Nacional de Políticas Públicas para mulheres. É um pacote de três projetos que foram construídos na gestão do nosso querido companheiro Eduardo Campos, enquanto Ministro, e que serão colocados em prática na gestão do Ministro Sérgio Rezende, nosso companheiro, que deverá também visitar o nosso congresso na parte da tarde.

Gostaria, então, de abrir o debate, e quero pedir licença, antes de abrir as inscrições para o debate sobre a questão da reforma política, tão bem abordada aqui pelo companheiro Carlos Siqueira e pelo companheiro Alexandre Cardoso, anunciar que estamos agora nesse momento encerrando o credenciamento das delegadas e abrimos o credenciamento de suplentes. Então, antes de abrir o debate gostaria de convidar a companheira Kátia Born, para que ela também faça uma saudação ao nosso congresso, nossa sempre prefeita. Se Deus quiser, virá para Brasília, e os eleitores alagoanos vão ajudá-la a vir a Brasília no ano que vem como nossa Senadora, Deputada Federal, enfim, o que ela escolher para o seu futuro político.

Obrigada, Kátia. Faça sua saudação e fique conosco aqui na mesa.

A SRA. KÁTIA BORN – Bom dia a todos. Minha querida companheira Mari, tão bem saudada pelo querido Eduardo Campos; Alexandre Cardoso, que tenho visto muito nos jornais nacionais, debatendo a questão da reforma política, e uma das coisas mais importantes que ele coloca ali é aquele perfil do mundo inteiro em relação à questão das eleições das mulheres. E é verdade, Alexandre, eu sempre digo que é muito difícil uma mulher se eleger. A gente não faz aqueles esquemas das caixinhas, dos acordinhos, a gente acha que pode tudo e esbarra na questão financeira. Carlinhos está tão bonito sem bigode, gostei do discurso, pena ter perdido a introdução. Mas eu acho que o país está vivendo um momento muito importante. Eu fiz um artigo, e durante esses dois meses que começou essa crise nacional, tenho refletido muito, e no dia que fui visitar o Dr. Arraes, na UTI, em Recife, disse a ele: Dr. Arraes não morra, a gente precisa tanto do senhor nessa hora. Acho que o Presidente Lula se afastou muito do debate das esquerdas. Por mais que a gente ache que pode conduzir o país, o estado ou o município, o debate político existe, e esse é o legado que o Dr. Arraes sempre nos deixou, seja com o Movimento dos Trabalhadores Rurais seja com a ciência e tecnologia, seja no Parlamento. Eu vi um artigo sobre o Dr. Arraes na Folha de São Paulo e não gostei – não sei se Alexandre Cardoso leu o artigo. Era um escrito muito mesquinho. Ele diz que o Dr. Arraes não saiu do seu Pernambuco. Aí a gente pergunta: e os políticos que não saem de São Paulo? E os políticos que não saem de Minas, e os políticos que não saem do Rio Grande do Sul? Só por que o Dr. Arraes era sertanejo? Pernambuco, gente, foi a entrada deste país para seu descobrimento. Pernambuco chegou a liderar as exportações. O Dr. Arraes deu uma contribuição à ciência e à tecnologia muito grande, e na reforma agrária, na produção do país. Então, aquele artigo que separa o Nordeste, como se Dr. Arraes estivesse isolado lá, e o Sul Maravilha fosse maravilha. Eu li e resolvi também fazer um artigo que é preciso se escutar mais para não se perder na história. É preciso que as mulheres discutam; muito importante, Mari, você fazer aqui uma discussão com as mulheres da questão política nacional, com o Carlinhos, e na questão da reforma política onde nós estamos inseridas diretamente. Há vinte dias tivemos uma discussão do PSB lá, como antecipação do congresso, e eu disse: acho que está na hora de eu sair um pouco do Executivo e começar, junto com Alexandre, junto com Janete, junto com outros companheiros, Eduardo, Abílio, ir para o Congresso Nacional. Então, nós vamos lançar você candidato a governador – Abílio deve assumir o Governo agora em janeiro, pois Ronaldo Lessa infelizmente nos deixou – e eu lembrava o Abílio ontem à noite que no dia que fui comunicar ao Dr. Arraes, em Recife, estava eu, Eduardo Campos e Luis Abílio, eu disse a ele: o Ronaldo quer ter essa questão nacional, ele sempre quis ser o Presidente do Partido, é ruim ele ter saído mas acho que não foi nada, e eu vi Dr. Arraes, com lágrimas nos olhos, dizer assim: por que ele fez isso? Por que não discutiu mais, nem

almoçou com a gente e foi embora? Aquele momento foi muito dolorido para mim, eu que entrei no Partido com Ronaldo há vinte anos, eu que ajudei a fundar o partido. Não sei, quer dizer, esse partido faz parte de mim. Eu jamais ou sair desse partido, Alexandre. Não sei, não saberia, não tem para onde ir, e quando eu fiz esse artigo A Hora do PSB Liderar a Esquerda e o País, e eu disse ao Professor Roberto Amaral anteontem, quando jantei com ele: Amaral, o PSB precisa fazer um artigo nacional, o PSB precisa dizer à nação o sentimento socialista que nós sempre tivemos. Nós sempre defendemos a ética na política, sempre defendemos a reforma política, nós sempre defendemos o financiamento de campanha, o financiamento através do público e não do privado. Sempre fiz minhas campanhas descendo e subindo morro, Alexandre; minha primeira eleição para prefeita, minha adversária, quem não se lembra, foi Eloísa Helena, que os usineiros todos foram votar nela, que o Suruagy, na época, foi votar nela para derrubar o Partido Socialista Brasileiro, eu, Ronaldo Lessa, Abílio, aquele grupo. Eu não tinha nem a produtora. Lembro-me que cheguei um dia a Recife, na casa do Dr. Arraes, e disse a ele: Dr. Arraes, não quero um tostão. Era no segundo turno., eu cheguei ao segundo turno, eu e Eloísa. Todos os candidatos vão votar nela. Eu tive 67.000 votos e ela teve 60.000. Eu disse: sabe o que eu quero do senhor, Dr. Arraes? Me arranje uma produtorazinha aqui no Nordeste, não quero do Sul, não, que pelo menos me faça um pouco bonitinha na televisão, porque estou tão feia, tão escura que nem consigo escutar minha voz, Alexandre Cardoso. E me lembro que Dr. Arraes pegou uma produtora que era ligada ao pessoal da Vilma lá em Natal, Toni – até morreu num acidente depois de minha campanha –, e aí ele foi para lá e quando começamos a ver aquele programa na televisão, eu tinha um tempo igual, eu comecei a gostar e pensei: vou ganhar essa eleição. E fiz mais, fiz uma campanha bonita, uma campanha simples. E eram duas mulheres, foi bom, foi um processo educativo e nós ganhamos as eleições, eu com 107.000 votos e ela com 104.000 votos. Quer dizer, foi uma eleição danada, mas uma eleição que demonstrou que com a ética, com a segurança, com o trabalho que o PSB tem, nós chegamos ao poder. E eu quero ser muito franca com esse partido. Não podemos deixar que um PSOL da vida, que agora foi registrado, puxe a ética e a bandeira deste país. Este PSB aqui, que onde governou, em Estados e Municípios, muitas vezes tentaram denegrir a sua imagem, porque este partido sempre incomodou, este partido aqui tem que estar na rua defendendo a ética da transparência; tem que ser honesto, gente, o político que entrar na política tem que ser honesto, a sociedade não vota no Alexandre para ele roubar, a sociedade vota para ele transformar, a sociedade vota para que ele tenha dentro da sociedade um perfil de transformação naquilo que a sociedade quer na educação, na saúde, na reforma agrária, no emprego e este debate estava precisando ser feito. Nós entramos no Governo Lula e deixamos um pouco o debate político.

É preciso, o momento é rico. O momento é de reflexão? É. Agora, o momento é discutir com as universidades, com o movimento dos sem-teto, movimento dos sem-terras, as associações, as favelas, o momento é de discussão, de debate político para não deixar que o PFL, esse antigo PDS, que assassinou tantos jovens, tantas lideranças no golpe de 1964, hoje apareça na televisão como o partido da ética. Não é? Ladrão, quando quer fugir da cadeia muda de nome. Era PDS e mudou para PFL. Portanto, vamos, mulheres, abrir essa discussão no país. Estou à disposição para discutir, para fazer debates como sempre fiz no meu partido e em outros partidos. Portanto, quero agradecer à Mari por essa oportunidade de conversarmos um pouco com as mulheres desse país, e dizer à Janete, à Erundina, à Vilma, que elas fazem parte dessa história valorosa do Partido, e é preciso estarmos sempre nas ruas. Muito obrigada.

O SR. – Se continuar assim, Kátia para Presidente da República...

A SRA. MARI MACHADO – Muito obrigada, companheira Kátia. A gente bem que tentou fazer lá o que nós duas fizemos juntas com a Vilma; que nós fomos lá em Natal, lançamos a Vilma Governadora e ela se elegeu. Aí a gente tentou fazer isso com ela em Alagoas e ela não deixou, até hoje, mas ainda vamos fazer.

Queria registrar, com muito carinho, agora é Federal, a presença do Deputado Jorge Gomes, querido deputado, amigo, companheiro; do Vereador João Arraes, do Recife; do nosso companheiro Carlos Veneranda, Vice-Prefeito de Fortaleza; agradecer muito a presença de todos vocês.

Então, vamos abrir um tempo que lamentavelmente vai ser curto, companheiras, mas enfim, gostaríamos de abrir a oportunidade para intervenções, para perguntas, para posicionamentos das companheiras. Solicitaria, inclusive, a ajuda da Vera, que se integrasse à Mesa para podermos ver o tempo. Queria propor um tempo de três minutos. Estão abertas as inscrições, quem vai dar o pontapé inicial na fala? As companheiras devem trazer o crachá então. Por favor, o seu nome? Jeane. Por favor, passe aqui.

Então, queria pedir o apoio das companheiras da Executiva, para pegarem os crachás no Plenário.

Antes de passar a palavra para a Jeane, queria anunciar a presença da Deputada Estadual Lídice da Mata, que já se encontra conosco. Salve, minha companheira; seja muito bem vinda.

Jeane, por gentileza.

A SRA. JEANE – Bom dia a todos, companheiras. Sobre a reforma política, a lista fechada, aberta, lista mista, acho que esse é um dos pontos mais polêmicos da reforma política, pelo menos no debate que realizamos no nosso

município no Maranhão. Foi um tema que a gente não conseguiu encontrar um consenso, porque muitos acham que a lista fechada ela tiraria, vamos dizer assim, do eleitor o direito de escolher o seu candidato. E eu, particularmente, entre a lista fechada e a aberta, acho mais interessante a lista fechada por fortalecer o partido e dar condições ao partido de que aquele candidato eleito seja mais bem fiscalizado, que ele realmente obedeça aos princípios do Partido. Mas tenho uma dúvida em relação à lista mista e gostaria que falassem um pouco mais sobre ela. Obrigada.

A SRA. MARI MACHADO – Obrigado, Jeane. Qual é seu Estado? Maranhão. Agora, Janildes. A próxima vai ser a Carmem. Já pode vir se aproximando.

A SRA. JANILDES LIMA – Bom dia a todos e a todas. Sou Janildes Lima, do PSB da Bahia, sou feminista e é claro, sabemos que o país está passando por um momento difícil e que precisa de todos nós, tanto mulheres quanto homens, principalmente dos homens que são quem tem feito muitas dessas coisas. E eu vi e ouvi aqui, os companheiros são unânimes – olha, não diga que não é porque o poder está pertencendo aos homens até aqui – em dizer que o país está precisando das mulheres. OK, eu concordo, precisa sim. O país precisa não só agora como já precisou em outros momentos. Se a gente for olhar a história, as mulheres são solicitadas para salvar o país, sempre. Eu lembro, quando era pequena, minha mãe saía comigo segurando pela mão e fomos para a Caixa Econômica Federal entregar os poucos ouros que tínhamos, e ali ficamos, depois que demos os nossos ouros, novamente esquecidas; e estarmos onde queremos é muito difícil e é com muita luta. Agora, quando querem nos colocar, precisam de nós em algum ponto, nos colocam sem nem nos consultar. Então, eu quero dizer aos companheiros, que é claro que o PSB vai contar conosco, com as mulheres do PSB, por que se não, não estaríamos aqui. Estamos na luta, o PSB conte, sim, comigo. Não tenho assim um militância de muito tempo no PSB, estou novinha no PSB, nunca participei de nenhum partido político, estou nova, em torno de três anos, mas quero dizer que contem comigo. E digo, sim; tenho certeza de que o PSB vai contar com todas as mulheres. Agora, também peço que o PSB olhe mais para nós, mulheres, veja aquela questão da cota que a Erundina vem lutando para que seja melhor dividido o dinheiro para que possamos eleger mulheres também com mais facilidade. Agradeço e quero registrar a presença da Bahia. E vejo ali também a Deputada Lídice da Mata, que está me fazendo agora companhia, pois esta sozinha praticamente. Boa tarde.

A SRA. MARI MACHADO – Obrigada, companheira. Antes de passar a palavra para a próxima inscrita, vamos anunciar a presença da nossa querida companheira, Deputada Federal Sandra Rosado, do Rio Grande do Norte. Por

favor, companheira, levante. Uma salva de palmas, seja muito bem vinda – ela é Deputada Federal, de Mossoró; da companheira Larissa Rosado, Deputada Estadual, PSB, rio Grande do Norte, seja muito bem vinda; da Prefeita de Poço Branco, Rio Grande do Norte, Nilze Cavalcanti da Silva. Companheira Nilze, levante por gentileza.

Vamos passar a palavra, agora, para a Carmem. Vamos fazer um bloco de cinco inscrições e passar a palavra para o Carlos Siqueira e o Deputado Alexandre para que eles possam responder aos questionamentos. Três minutos, companheira.

A SRA. CARMEM PERSIA – Meu nome é Carmem Pérsia, e sou de Vitória, do Espírito Santo. Bom dia a todas as companheiras e companheiros que estão aqui. A minha dúvida é em relação à lista fechada, com a porcentagem das mulheres. E qual a colocação dessas mulheres? Eu até o momento não consegui entender. Então, gostaria de ter essa resposta.

A SRA. MARI MACHADO – Obrigada, companheira. Solange está inscrita agora; depois a Valcenir.

A SRA. SOLANGE – Bom dia. Sou Solange, do Rio de Janeiro. Queria saudar todas as companheiras e companheiros, e dizer que tenho o privilégio de ser do Município de Duque de Caxias, base do Deputado Alexandre Cardoso. Então, lá acumulamos bastantes debates sobre a reforma política, já que temos o privilégio de ter o Deputado, que é relator da proposta, Presidente da Comissão. E aí, Carlos Siqueira, o livro que foi editado pelo partido em 2003, sobre reforma política, num debate que foi presidido pela companheira Luiz Erundina ajudou bastante a resgatar algumas questões que eu acho fundamentais no debate. E eu não vou entrar no conteúdo, mas uma questão que para mim marcou o nosso debate, Alexandre, na nossa reunião de sábado passado lá no Estado do Rio. O Deputado Alexandre coloca, tentando explicar para a gente, e acho que seria importante você colocar isso aqui, a dificuldade que vamos ter de colocar, de passar realmente a proposta política que acreditamos que seria a reforma necessária para nosso país. E a gente sabe as dificuldades que teremos para passar a reforma que queremos, nesse Parlamento. Então, além de termos algumas divergências no campo do conteúdo, foi falada aqui a questão da lista, e me surpreendi porque já ouvi alguns comentários no congresso sobre os 5%, porque o meu município, por exemplo, fica abaixo desse percentual, e já ouvi que parece que isso vai ser proposto no congresso, os 5%, e isso é muito ruim; e na questão da lista fechada temos divergências. Mas uma coisa que queria que entrasse em debate, principalmente, além do conteúdo, é se o PSB vai negociar uma reforma política que a gente não quer, em detrimento de suas bandeiras

históricas. Acho que é esse debate que tem que ser colocado na Mesa. Obrigada.

A SRA. MARI MACHADO – Obrigada, companheira. Valcenir, do Espírito Santo. Na inscrição da Valcenir, já vamos recolhendo as últimas inscrições, enquanto ela fala. Três minutos.

A SRA. VALCENIR – Bom dia a todos, e a todas aqui presentes nesse congresso. Parabenizar a Mari por seu trabalho, e deixar a pergunta para os dois companheiros, palestrantes da Mesa. Há anos a Secretaria de Mulheres vem com sua luta, seu trabalho político maravilhoso, pois não ficamos nos Estados nem nos municípios, brincando de casinha nem de servir chá, mas fazendo política de fato e de verdade. Queremos saber porque só agora essa importância; essa valorização são reconhecidas; se esse entendimento de que as mulheres precisam de destaque na hora da campanha, se isso vai ser de verdade ou se é só uma necessidade partidária. E quero deixar aqui também clara a indagação quanto à participação da mulher negra nesta valorização da necessidade do partido; se a mulher negra também vai ser valorizada, já que se falou tanto no movimento social e tal.

A SRA. MARI MACHADO – Muito obrigada, companheira. Agora vamos passar para o Carlos e para o Alexandre para que eles façam comentários sobre essas primeiras inscrições, e logo em seguida vamos para o próximo bloco. Encerram-se nesse momento as inscrições. Depois também vamos ouvir a Deputada Sandra Rosado que já se encontra conosco, a Larissa que também está aqui e querem fazer uma saudação.

O SR. CARLOS SIQUEIRA – Vamos procurar sem bem rápidos, porque precisamos ouvir as outras companheiras, as dúvidas que porventura existam. Mas a primeira companheira foi a Jeane, que falou sobre lista fechada. Ela quer entender melhor, ela acha mais interessante a lista fechada, mas tem dúvidas sobre a lista mista. Na verdade, apenas esclarecendo, a proposta que está aprovada na Comissão presidida pelo Deputado Alexandre Cardoso, é a lista fechada. Qual é a lista fechada? É aquela lista em que o eleitor não pode interferir. Você vota apenas no número do partido, é 40. E o partido pré-ordena essa lista no seu congresso, no nosso caso, ou convenção nos outros partidos. Então, você pega na convenção, digamos, dez pessoas querem ser candidatos a deputado federal ou estadual. Então, eles submetem seus nomes ao congresso do partido que escolhe os candidatos, e o congresso delibera quem é o primeiro até o décimo da lista. Ocorre que há um defeito gravíssimo nessa proposta que está aí, que é atribuir, em princípio, salvo deliberação em contrário do partido, aos atuais deputados federais a prioridade na lista. Claro que isso tem uma brecha para que o partido possa decidir em sentido contrário, mas aí

já indica um conteúdo, digamos, a meu ver, que é perverso, que é privilegiar aqueles que já têm mandato em detrimento do surgimento do novo. E isso, embora seja também provisório, mas as coisas provisórias no Brasil tendem a ser permanentes. E o controle do partido só pelos parlamentares também é outra coisa que no nosso partido não gostamos de ver. Acho que devemos e temos convivido harmonicamente com pessoas que têm e que não têm mandato, e com pessoas que não têm e que poderão ter amanhã, até por uma necessidade, ou com aqueles que venham para ter mandato, com esse objetivo, que é muito legítimo. Mas essa lista foi aprovada dessa maneira. Há outra lista, fechada e bloqueada. Essa lista não está em discussão, ou pelo menos não está no projeto. Se houver uma emenda destaque. Essa é a lista fechada e bloqueada, essa que está aprovada. Existe a lista fechada e não bloqueada, que é aquela lista que o eleitor pode desbloquear. O partido estabelece a prioridade, mas o eleitor diz, não, eu não quero que seja o Carlos Siqueira o primeiro, quero o Deputado Jorge Gomes. Então, ele desbloqueia a lista. Essa lista, na verdade, os resultados que ela tem, onde foi adotada a lista fechada, mas desbloqueada, o resultado dela é muito insignificante, na verdade, porque o eleitor não tem, digamos assim, sua capacidade de desbloquear, ela fica muito limitada. Mas há, de qualquer maneira há. Eu, pelo menos sou favorável a essa idéia, se é para ter lista que ela não seja totalmente fechada, e deixa o eleitor à vontade para que possa desbloquear, se quiser.

Companheira Janildes fez o comentário a respeito do papel da mulher, e a questão financeira para as mulheres. Eu acho que no projeto também não há cota financeira para as mulheres. No projeto que foi aprovado, não. Há participação na televisão, mas não financeira. Quer dizer, há um avanço, mas ainda não suficiente porque poderia ter uma cota financeira para o próprio financiamento da campanha. Neste caso, tem que ter o percentual. O percentual já está assegurado na atual ele e é mantido.

Companheira Solange pergunta sobre a possibilidade de abrir mão das lutas históricas por acomodação à atual reforma política. Eu acho, companheira, que não. Temos que ter uma visão ao mesmo tempo de defender as nossas bandeiras históricas no que diz respeito à própria reforma política e a todas as demais, mas também uma visão mais realista e pragmática para as propostas que efetivamente têm condição de ser aprovadas no âmbito do Parlamento. É preciso que a gente possa interferir no sentido de melhorá-las, ou nos colocarmos contra quando elas piorarem o sistema político eleitoral.

Carmem. Lista fechada com percentagem para as mulheres. Já falamos aqui. Colocação das mulheres na lista? Não, a colocação é na disputa. Aí é na igualdade.

A SRA. MARI MACHADO – Vocês me permitem? Eu estou

estudando isso bastante também. Se houver cotas na lista aí há alguma probabilidade de a gente subir para o topo da lista. Agora, se não houver, é a conjuntura que temos hoje, onde enfrentamos todas as dificuldades que vocês tão bem conhecem, para ter candidaturas femininas reconhecidas como candidaturas importantes dentro do partido. A lista define a ordem no partido, na discussão interna, em quem está na condição de discutir essas posições dentro do partido. E aí temos que avaliar toda essa condição que temos hoje, a nossa presença nas direções, enfim, a nossa participação nas instâncias. É um conjunto de coisas. Na Argentina, onde existe a lista com cotas, as mulheres chegaram a 28% dos eleitos. Mas tem que ter cotas, porque se não tiver cotas, amigas, estamos com sérios problemas.

O SR. CARLOS SIQUEIRA – E, por último, a Valcenir, do Espírito Santo, que fez também uma boa intervenção. Veja, a questão da mulher e a questão negra são duas coisas que têm que ser tratadas com a especificidade que cada uma tem. E acho que aí há um tema que diz respeito à legislação e há outro que é interno, do partido. Quer dizer, na medida em que as companheiras mulheres, como negros ou negras, interferirem na vida partidária, e se ampliar a compreensão do partido em suas diferentes direções e níveis quanto à especificidade destas questões, é que se vai ter realmente um tratamento diferenciado no sentido positivo de fazer com que tanto as mulheres por um lado, como os negros por outro, possam ser acolhidos legitimamente no partido, com as oportunidades que todos os demais segmentos da sociedade tem.

A SRA. – Vamos agora passar a palavra para o Deputado Alexandre Cardoso, pedindo, por favor, silêncio, na plenária.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE CARDOSO – Jane, o que foi aprovado foi lista fechada. Existem, na verdade, três tipos de listas, e com a nossa aqui, quatro: a lista fechada, a lista aberta, a lista mista e a lista bloqueada. A lista mista é quando você tem metade dos deputados eleitos por uma lista fechada e metade por uma lista aberta. Então, um partido pode, por exemplo, no Rio de Janeiro, que tem 46 Deputados Federais. Você lança metade por lista fechada e metade por lista aberta. É importante dizer que eu defendo a lista mista. Agora, o projeto aprovado é da lista fechada, o que não impede de se fazer um destaque, pois essa emenda está lá na reforma, e na hora que for votada, botar a lista mista. A lista bloqueada é colocar a lista fechada e o deputado ou vereador que atingiu o cociente eleitoral passa a ser o primeiro da lista. A lista aberta é a que temos. E a lista fechada é a proposta do projeto. Quanto a essa questão do deputado federal ter a indicação, ele é submetido a decisão partidária. Se o congresso partidário achar que tem que ter uma eleição interna, não vale absolutamente nada a decisão da lei. A lei é uma sugestão, até porque a lei não

pode impor regras ao partido, pela autonomia partidária. A outra questão é o percentual das mulheres na lista fechada. Nos seis primeiros lugares, você tem que ter gênero diferente. Então, você não pode ter o primeiro, segundo e terceiro lugar só de homem ou só de mulher. Tem que ter, no mínimo, um terço diferenciado. Então, por exemplo, se a primeira é mulher, o segundo e terceiro são homens. Se o quarto e quinto são homens, o sexto é mulher. Você não pode ter o mesmo gênero seguido em três locais na lista. Então, isso vai levar a chegar perto de um terço das mulheres. Logicamente não vai ser um terço porque tem partido que vai fazer dois ou partido que vai fazer um, mas um partido que fizer seis, duas serão mulheres. O partido que fizer três, um será mulher. Entendeu? Pode, por exemplo, ter duas mulheres e um homem. Pode ter quatro mulheres e dois homens. Não pode ter nem três nem seis de nenhum gênero. Esse é o projeto. Isso vai aumentar, na nossa avaliação, em aproximadamente, de saída, 100 a 150% o número de mulheres nas Casas, porque hoje é 8%, e calcula-se que chegue em torno de 20%. O que a Solange colocou aqui é que nós que vivemos no Parlamento e somos minoria, temos que nos acostumar com a negociação. Eu presidi a Comissão de Reforma Política e fui voto-vencido na questão da lista. Agora, houve um acordo para se votar aquilo. Eu fui voto-vencido, e está lá o voto, na questão das coligações; fui voto-vencido na cláusula de barreira, mas garanti o financiamento público. Então, você tem que negociar; tem que ter o cuidado de não falar: eu só quero isso. E na minoria você não leva nada. É isso que essa C asa aprende, e quem vive no Parlamento tem que aprender que a negociação é a meta. Quando não tem negociação vai a voto; você não vai abrir mão de suas bandeiras, mas na hora que fala que vai colocar todas as suas bandeiras, precisa convencer a sociedade a ter maioria no Parlamento. É por isso que defendo a negociação. Não tenho dúvidas que a melhor divisão dos recursos públicos para a campanha é 1/27 avos; partido pequeno, partido grande, tempo de televisão, tudo a mesma coisa. Agora, como é que vai convencer os 300 deputados que são maioria a aprovarem isso? Nós vamos mobilizar. Para conseguir essa variação foi um trabalho de convencimento. Aqui tivemos o Presidente do PC do B, que esteve ao meu lado, o Líder do PC do B, o Líder do PDT, o Líder do PPS, e convencemos parte do PMDB e parte do PSDB, e ganhamos com o voto desses democratas. Não pensem também que é porque é do PSDB todo mundo não presta, não é nada disso. Nós ganhamos com o voto dessas pessoas.

Carmem, eu não vi nada mais avançado do que, em cada três vagas, ter uma alteração de gênero. Examinamos a legislação mundial, a Consultoria da Câmara fez um trabalho excepcional, e eu acho que essa é a melhor forma de aumentar a representação do gênero nas Casas Legislativas. Quem quiser

consultar todo o projeto, está no meu sítio eletrônico, dep.alexandrecardoso@camara.gov.br, é o sítio geral. Você pode mandar um e-mail para lá e pedir, que eles mandam à vontade.

Valcenir, foi o negócio das mulheres. A Carmem foi o que mesmo? Foi lista também. Então, para dizer a vocês que esse projeto pode ser emendado. Eu mesmo estou convencido que tem que emendar. Estou convencido que tem que emendar, agora ele é muito mais profundo que esse remendo que está vindo do Senado. Agora, se me perguntarem: Alexandre, não vai votar nada? Eu temo que a eleição de 2006, essa Casa aqui vá piorar porque sabe qual é a imagem que está se passando? Está se passando a seguinte imagem, não é só ladrão aqueles que estão aparecendo lá, a população fala que ladrão é todo mundo. E aí sabe qual vai ser o princípio? Já que todo mundo é ladrão, quem me der alguma coisa eu vou votar. Eu temo profundamente que a eleição de 2006 fique mais contaminada ainda. E o que eles querem é que não votem nada porque eles acham que vão crescer suas bancadas e em uma análise não é fácil a esquerda crescer na atual conjuntura. Eu acho que o PSB cresce, mas acho que a esquerda, desde 1982, pela primeira vez, não vai crescer, e a culpa garanto a vocês não é da Bancada do Partido Socialista Brasileiro, seja na Câmara ou no Senado. Temos muito orgulho para dizer que a direção do PSB, que a Bancada do PSB foi a Bancada que marcou a posição da esquerda pela ética e pela moral nas votações nessa Casa, e tenho muito orgulho de estar participando. A figura do Dr. Arraes, quando falava nessa Casa, não precisava de regimento, ele falava por sua história, e ensinou a todo nós o caminho que fez o PSB ser respeitado. Agora, eu acredito que vamos passar pela cláusula de barreira, acredito que vamos avançar, e vou fazer do meu mandato a luta pelo financiamento público e pela lista mista, e estou aberto a qualquer Estado que me convidar para ir ao debate, para debater. Eu e Carlinhos acumulamos conhecimento nisso. Há muitas pessoas; o Roberto Amaral, Deputados, a Erundina, mas estamos à disposição para levar esse debate ao Brasil.

A SRA. MARI MACHADO – Obrigada ao Deputado Alexandre. Vamos, então, continuar com as inscrições, mais um bloco e encerramos. Sandra Rosado, você gostaria de fazer sua fala agora, nesse momento?

Deputada Lídice da Mata, por gentileza. Uma salva de palmas para nossa deputada; também futura Deputada Federal do Partido Socialista Brasileiro.

A SRA. DEPUTADA LÍDICE DA MATA – Companheiras, bom dia para todas. Infelizmente não pude chegar para a abertura por conta do horário de vôo, mas quero saudar a todas as companheiras do partido, especialmente a Secretária da Mulher, e os companheiros que estão dando essa contribuição ao debate sobre a questão da reforma partidária, da reforma política. Primeiro, dizer que o PSB é um partido que tem história de participação política das mulheres. Nós temos prefeita de capital mulher, tivemos uma vez o único partido **205**

tinha três prefeitas mulheres, de capital. Temos governadora mulher. Temos deputadas estaduais mulheres, deputadas federais mulheres e antes de tudo o partido precisa e deve valorizar essa sua experiência política. O nosso partido tem tradição de mulheres que alcançam postos políticos importantes, com experiência a apresentar, a outros partidos inclusive. Dentro desse ponto de vista, acho que nós, na discussão da reforma política, temos a referência tanto partidária quanto de um movimento que é suprapartidário no movimento feminista, que é o debate sobre as condições que o movimento feminista coloca para avançar a participação das mulheres. E creio que as companheiras já abordaram, e mesmo o Alexandre já falou sobre alguns pontos desses, que devemos aprovar como posições do Partido no movimento de mulheres, dentro da discussão da reforma política. Um é esta discussão, exatamente de garantir uma cota de mulheres na lista partidária, que já é hoje lei no Brasil, mas que possamos estabelecer a punição do descumprimento da lei. Nenhum partido cumpre a lei no Brasil, e a única punição que é estabelecida é não poder preencher as vagas; já vimos, há estudos também feitos pelo Movimento de Mulheres em nível internacional como a punição estimula, e a adoção de políticas de cotas estimula a presença das mulheres dentro do Parlamento; a definição do fundo partidário, de cota financeira, para investir-se na formação de lideranças de mulheres, lideranças femininas. Lideranças não surgem do nada, não são geração espontânea; os homens são estimulados desde o berço a exercerem funções públicas e nós, mulheres, não. Por isso, é preciso, é uma obrigação, as mulheres que estão em partido político decidirem um caminho na sua vida, de integração e participação política, e esse caminho deve fazer com que os partidos sejam obrigados a investir financeiramente na formação da liderança feminina em cada partido. É preciso definir. Nós, inclusive, na Unale, tomamos a decisão, no último encontro, de constituir uma escola de formação para mulheres, a União Nacional de Paramentos Estaduais. Vamos começar a implementar isso. E é preciso, também, dentro da lista partidária, garantir isso que Alexandre falou, que é a possibilidade de você intercalar, entre os dois sexos e os diversos critérios, porque acho que para a escolha de lista fechada devem existir critérios políticos amplos, determinados pela lei para serem obedecidos pelos partidos, se não, vamos viver a ditadura dos grupos que dirigirem os partidos. Não é possível. Não é possível. É preciso que haja, na lei, determinação de critérios – concordo com Carlinhos –, o critério não pode ser a garantia de que todos os deputados que já são deputados federais e estaduais, porque a lista vai ser para todos os níveis, para aqueles que já detêm mandato. O sistema democrático tem que ter instrumentos claros que façam com que a alternância no poder seja possível, e a alternância e renovação de liderança quer dizer regras e critérios que possam favorecer essa inclusão. Num partido de cunho socialista, como o Partido Socialista, nós não existimos para apenas realizar eleições, e por isso é que se justifica a existência de suas Secretarias, de movimento de mulheres, de juventude

etc., para gerar quadros políticos para atuar na vida social do nosso país, e gerar quadros políticos partidários para atuar nos Paramentos, aqui, na Secretaria de Mulher, na Secretaria de Juventude, na Secretaria do Negro e assim por diante. Por isso é preciso que a lei contenha esses mecanismos democratizantes de integração da lista partidária, se não, vamos ter listas partidárias... Vejam bem, eu sou a favor das listas partidárias.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE CARDOSO – Lídice, me permite um aparte. Veja bem, a lei diz que a eleição é de todos os membros filiados do partido, numa votação. Não é por convenção. Todos os filiados votam para saber qual é o primeiro da lista. Essa é a lei, esse é o projeto.

A SRA. DEPUTADA LÍDICE DA MATA – Mas independente do primeiro, tem os outros. Sim, vota em toda a lista. Sim, são os filiados do partido naquele Estado. Certo, claro. Mas vejam bem, a lista é uma medida que eu acho correta, eu defendo a lista partidária como defendo também o Parlamentarismo, como defendo, portanto, que o país tenha um modelo diferente do que está aí. Agora, acho que a lista também não combina muito com o sistema presidencialista, do jeito que está. Acho que estamos criando sistemas absolutamente histriônicos e psicopatas, porque um país de presidencialismo, onde o regime presidencialista, através de medida provisória tranca a pauta do Congresso, têm partidos que se constituem e deputados que se elegem em listas fechadas, é muito estranho ao sistema político. Então, acho que está faltando coerência na discussão profunda da reforma política nesse país, que deveria colocar como primeiro ponto a discussão da convocação de uma Constituinte exclusiva para debatê-la, e também a discussão da mudança de sistema político no país. Acho que essas duas questões são questões que o PSB, nacionalmente, e através de suas secretarias, deve discutir, porque o que me pergunto é se esse Congresso, depois de envolvido em tal processo de descredenciamento nacional, pode fazer, pode se sentir legitimado para fazer mudanças tão transformadoras. E quero resgatar aqui o trabalho fenomenal que Alexandre tem desenvolvido, e eu acompanho na TV Câmara o debate, concordo com boa parte de suas idéias, a maior parte delas. Agora, acho que o que está em jogo no país hoje é outro tipo de questão, é a legitimidade deste Congresso para realizar propostas tão transformadoras, e acho que o Congresso tem que ter uma reforma política, que assegure uma minirreforma, que assegure basicamente uma transição, e que deve haver, e essa deve ser uma bandeira do Partido Socialista Brasileiro a convocação de uma Constituinte exclusiva para dar conta da reforma política que esse país precisa viver; reforma de todos os tipos, porque estamos com um governo que está se finalizando, envolto numa crise, que apoiamos, que estamos defendendo sem dúvida nenhuma. Agora, que não pode mais, se pretender fazer Reforma Trabalhista, Reforma Tributária, Reforma Política com um Congresso

contaminado por esse tipo de credibilidade nacional. Muito obrigado.

A SRA. MARI MACHADO – Obrigada, companheira Lídice. Três minutos, companheira Luana.

Antes de sua fala, companheira Luana, eu queria anunciar a presença do nosso querido companheiro, Deputado Federal Carimbão. Uma salva de palmas. E do Petrúcio, de Alagoas, nosso deputado. Uma salva de palmas para os companheiros.

A SRA. LUANA – Gostaria de cumprimentar a Mesa, na pessoa da nossa Secretária Mari Machado, gostaria de cumprimentar a todas as mulheres, e dizer que o Maranhão está aqui, um Estado que não tem seca e não tem enchente, e infelizmente 68% de sua população vive abaixo da linha da pobreza. Isso é um contra-senso dizer isso nesse momento, mas o maior expoente feminino do nosso Estado chama-se Roseana Sarney. Então, é um contra-senso que um Estado de tamanho riqueza e a mulher que é nossa expoente é quem assaltou o nosso Estado durante quarenta anos. Então, para mim é uma situação que tem que ser falada aqui. Acredito que a reforma política é um grande avanço. Por quê? Aconteceu na minha cidade, em Santa Inês, principalmente pelo fato do financiamento público, que para mim tem que ser uma coisa urgente. Entramos numa campanha em Santa Inês do Maranhão, que é um Estado conhecido que os caciques, a oligarquia Sarney é desrespeitosa, é massacrante, é um rolo compressor, e que na maioria dos Estados as pessoas ficam se preocupando. Não posso votar contra o Sarney porque não vou ter dinheiro para minha campanha. E graças a Deus estamos passando no Estado por um processo de transição que é o rompimento do Governador com o grupo Sarney e que oxigenou a política do nosso Maranhão. E assim eu acho que tanto em nível nacional como em nível de Estado do Maranhão, estamos tendo uma oportunidade impar, e o PSB, que é um partido que tem história de lutas, uma história de respeito, que inclusive o nosso partido no Maranhão tem um trabalho sindical, um trabalho de mulher, um trabalho de negros, um trabalho muito grande, social. Então, estamos legitimados a respeito do que a nobre Deputada falou há pouco, o partido PSB, eu discordo um pouco dela, porque quando se fala em ditadura partidária, acho que o PSB é o partido que mais tem legitimidade e trabalho para não se falar em ditadura partidária, porque o PSB tem pessoas, têm segmentos que trabalham, que vão às ruas trabalhar o partido. Então, sou favorável a todos os indicadores, considero a reforma partidária um grande avanço, mesmo nesse momento tão conturbado. Mas acho um grande avanço em todos os aspectos. Na lista fechada, acontece uma coisa primordial, que é o fortalecimento do partido, faz com que as pessoas possam ir às ruas, faz com que partidos como PFL, como outros que não têm tradição de trabalho social, façam isso, para que a gente fortaleça

o partido. E o PSB tem isso. Falam no fato de não poder votar na pessoa, mas hoje isso já acontece. Existe uma coisa chamada legenda, e você não vota em Maria ou José, mas você vota em quem for mais bem votado. Então, vamos ter oportunidade de fortalecer o partido, porque o partido vai indicar quem é a pessoa que mais trabalha o partido, que é mais importante para o partido. Então, já temos, de uma forma quase que indireta, mas já temos esse papel. A cláusula de barreira considero um retrocesso, porque impede que outros partidos menores possam existir. Mas isso aí, todas essas questões dentro da reforma política, têm que ser amadurecidas. Mas quando pegarmos todas essas questões, de reformulação, com certeza, vamos ter um saldo positivo. Tenho certeza que essa reforma política vai trazer muita coisa boa, e com certeza o PSB vai dar uma grande contribuição, a nível maranhense e a nível nacional. Mas uma coisa que queria deixar clara é porque sempre me comportei contrária à questão de cotas. Por quê? Porque, por exemplo, na Bahia, quando falava com um amigo meu ele dizia assim: Luana, estou me sentindo discriminado, porque eu sou branco. É um contra-senso. A respeito da mulher. Quando estávamos fazendo, na eleição passada, de prefeito, para fechar a lista de candidatos, tivemos que pegar três pessoas que nunca participaram de campanha, nunca participaram de processo político nenhum para poder fechar vagas de mulheres. Então, temos uma missão, as mulheres têm uma missão muito importante, que é fazer esses 30%; pegarmos essa cota a que temos o direito e irmos à rua, e trabalharmos, e fazermos congresso, fazermos seminários, e fazermos o PSB forte. Muito obrigada.

A SRA. MARI MACHADO – Companheiras, vou pedir a gentileza de que possamos ter silêncio no plenário. Aquelas companheiras que quiserem conversar, podem fazer isso lá no corredor, para podermos ter um ambiente aqui de todo mundo poder falar e ser ouvido.

Companheiros, gostaria de anunciar a presença do Prefeito Rubens Bomtempo, nosso Prefeito de Petrópolis. Vamos saudá-lo. Pediram para anunciar, mas parece que não está mais no plenário.

Vou passar a palavra para nossa Deputada Sandra Rosado, nova filiada de nosso partido, Deputada Federal Sandra Rosado. Logo em seguida está inscrita a Larissa, e a Sandra Marrocos. Temos que tratar da continuidade, logo em seguida, do nosso congresso. Temos um outro painel ainda.

A DEPUTADA SANDRA ROSADO – Bom dia a todos e a todas as companheiras. Meus companheiros de Câmara dos Deputados, Deputada Janete Capiberibe, Alexandre, Jorge, Carimbão, que estava aqui até há pouco tempo; ex-prefeita Kátia, Deputada Lídice, Carlos, Mari, Lila Rolemberg. Às

companheiras, mulheres do PSB, quero aqui em rápidas palavras, dizer que estou chegando ao PSB. Eu me filiei no dia 06 de maio a este partido, atendendo a um convite da nossa Governadora Vilma de Farias. Quero dizer a vocês que eu vivi um momento ímpar. Quero também saudar a minha conterrânea, Deputada Márcia Maia, que inclusive foi minha companheira de Assembléia Legislativa, e saudar também a Deputada Estadual Larissa Rosado. Então, quero dizer que vivi um momento ímpar em minha vida. Para nossa filiação, minha, de Larissa, e de mais outros companheiros à legenda do PSB, contamos com a presença do nosso eterno Presidente Miguel Arraes; e dizer um detalhe a vocês: foi lá, naquele movimento bonito, histórico, da cidade de Mossoró, onde as mulheres são verdadeiramente pioneiras, que Miguel Arraes pronunciou o seu último discurso e eu digo a vocês, eu mandei publicar e vou distribuir para vocês verem, ele nos deu uma lição, ele nos deu uma força, e acima de tudo mostrou um caminho, dizendo, e minha consciência reforçando isso, que eu tinha tomado o caminho certo. Aqui na Câmara dos Deputados nós temos uma bancada feminina pequena, mas muito valorosa, muito corajosa, porque temos essa figura extraordinária de Janete Capiberibe, de Luiza Erundina, que são expoentes na luta das mulheres do Brasil. Eu venho de uma cidade, me permitam aqui dizer... nem sei se é no rumo das discussões que estamos tendo, mas dizer a vocês que venho de uma cidade onde as mulheres são pioneiras, como foi dito há pouco. Tivemos a primeira eleitora da América Latina, lá na minha cidade, Celina de Guimarães Viana, temos talvez o Estado brasileiro em que as mulheres do PSB inclusive, tem a participação mais significativa no Brasil, temos a única Governadora do PSB, que por sinal é uma mulher determinada, corajosa, que avança, que enfrenta os obstáculos e que vence. temos uma Deputada Federal, temos duas Deputadas Estaduais; temos quarenta Vereadoras; oito Prefeitas; e nove Vice-Prefeitas. Então, acredito que o Rio Grande do Norte é na realidade a maior concentração de mulheres do PSB. E por isso que quero aqui colocar que quando forem elaborar a lista para que as mulheres participem lembrem-se que é um dado importante, o Rio Grande do Norte acho que merece um olhar diferenciado, por conta dessa posição que assume na luta histórica das mulheres. Estamos vivendo um momento especial da vida brasileira, em que as denúncias se avolumam, os questionamentos crescem cada vez mais, mas digo a vocês que me orgulha fazer parte do PSB, e verificar, Deputado Alexandre, que o nosso partido está distante disso, disso tudo que está acontecendo aí. O nosso partido tem tido, logicamente na liderança de Miguel Arraes até um dia desses, mas também de figuras como o Deputado Eduardo, o Deputado Casagrande que tem nos conduzido muito bem aqui nessa casa, temos tido uma participação efetiva; minoria, eu sei bem, somos pequenos, mas somos grandiosos na luta, na honestidade, na ética, na defesa do povo brasileiro aqui nesta Casa. Quero dizer a vocês que também tenho muitos questionamentos a respeito da reforma, da reforma política. E nós que fazemos a Câmara dos Deputados, não podemos aceitar que o remendo de reforma que vem lá do

Senado seja aceito com muita tranquilidade aqui nesta Casa. Temos que inserir algumas alternativas e acompanhar o trabalho que o Deputado Alexandre vem fazendo dentro do nosso partido, é uma figura que tem se dedicado à reforma política e vamos encontrar posições que realmente favoreçam a participação das mulheres. Com relação à questão de cota. Eu sonho que um dia o Brasil vai viver um momento em que nós, mulheres, para participarmos do processo político não seja necessário que nos dêem uma cota como se aquilo fosse uma condescendência a nós, que somos a maioria do eleitorado brasileiro. Então, questiono alguns aspectos. Entendo que este momento é um momento de reflexão, é importante o encontro das mulheres socialistas, um espaço que nós reivindicamos. Agora, precisamos ter, cada vez mais a consciência, de que um espaço que nos é limitado, tem que ser ampliado por nossa coragem, nossa determinação, a nossa convocação para que outras mulheres também participem da luta. Muito obrigada, e um abraço muito carinhoso para todas vocês.

A SRA. MARI MACHADO – Obrigada, Sandra. Muito bem vinda ao nosso partido. Companheira Larissa, Deputada Estadual, também do Rio Grande do Norte. Logo em seguida a Sandra, que é a última inscrita.

A SRA. LARISSA ROSADO – Boa tarde, companheiros e companheiras do PSB, amigos que compõem a Mesa, quero saudá-los; deputados aqui presentes, deputadas, prefeitas, vereadoras, vice-prefeitas, enfim, todas as pessoas que lutam pelo fortalecimento do nosso partido. Como a Deputada Sandra bem falou, nós somos recém chegadas ao PSB, mas podem ter certeza, saímos da cidade que também é governada por uma mulher e que, mesmo não sendo do nosso partido, conta com um grande número de vereadoras. Isto mostra a nossa história, a nossa vontade de vencer, a nossa vontade de ver um número maior de mulheres na política no nosso país e no nosso Estado também. Ouvindo o Deputado, me perdoe, até interrompi e perguntei se a lista poderia ser alternada inversamente, mas é que se considerarmos o PSB no Rio Grande do Norte, temos de deputadas eu e a Deputada Márcia Maia, somos maioria no PSB do Rio Grande do Norte, na Assembléia Legislativa. Por isso fiz aquele questionamento, e porque parece, deputado, que nós mulheres já temos que nascer nos defendendo, brigando por nosso espaço. É lógico que queremos a companhia dos homens, mas merecemos também o respeito. Quando a Deputada Sandra falou, fez referência ao discurso de Miguel Arraes, nosso Presidente. Seu último discurso deve ter sido na nossa cidade, a cidade de Mossoró; inclusive trouxemos a cópia para ficar nos registros aqui do Partido, e pudemos, através de nossa filiação, proporcionar um grande momento à nossa cidade, que foi escutar aquele homem de credibilidade, de luta pela liberdade, pela democracia no nosso país. Então, considero que foi também uma coisa

muito importante. A minha atuação na Assembléia Legislativa é basicamente ligada à mulher. Lógico que temos outras lutas que não podemos ficar paradas, sem defender as minorias, mas a minha luta é parceira da Governadora Vilma de Faria, do nosso Estado, que também trabalha, e tem feito nosso Estado evoluir muito nessa questão das mulheres. Também demos ao nosso país a primeira prefeita. A primeira deputada estadual da América Latina também foi do nosso Estado. Para esclarecer essas questões a respeito da reforma política, já estou convidando o Deputado aqui para lá na Assembléia Legislativa fazermos um encontro para que as mulheres do Rio Grande do Norte também tenham oportunidade de ouvi-lo e de esclarecer essas questões, como questão de cotas, questão de lista fechada – sei que essa reforma deve acontecer rapidamente, até pelo desgaste que os políticos de nosso país enfrentam; temos que comemorar, que o PSB não está envolvido, não está perto. Então, quero deixar o meu abraço para vocês e dizer que no Rio Grande do Norte vocês contam com mulheres guerreiras, de fibra, para trabalhar e fortalecer o partido. E vamos interiorizar essa luta, também com uma parceria com a Deputada Márcia, com a Governadora, para estimular que mais mulheres sejam candidatas, a cada eleição que passa. Sei que nós fazemos a diferença e vamos ajudar os homens do nosso partido a melhorar nosso Brasil. Obrigado.

A SRA. MARI MACHADO – Obrigada, companheira Larissa Rosado, nossa deputada estadual, Vice-Presidente da Assembléia Legislativa. Depois temos a inscrição da Sandra Marrocos. Sandra, por gentileza, companheira da Paraíba.

A SRA. SANDRA MARROCOS – Bom dia a todas e todos. Meu nome é Sandra Marrocos. Estou Secretária Estadual de Mulheres da Paraíba. O que acontece? Infelizmente não conseguimos, estamos num processo de organização e saímos do último congresso estadual que fizemos agora, muito fortalecidas e fortalecido o partido. As mulheres fortalecidas e o partido fortalecido, mas infelizmente a gente encaminhou a ata com atraso, e até íamos colocar aqui para o congresso, porque queríamos ser delegados, queríamos ter o direito e a oportunidade de votar. Mas se não for possível, vamos falar. Na questão da reforma, eu acho que antes de qualquer discussão, de cotas, de listas, temos que decidir aqui se somos a favor ou não. A gente quer essa reforma ou não, o PSB vai defender essa reforma ou não? E eu acho que esgotando essa discussão, aí, sim, passamos para a discussão da política de cotas, da qual eu sou defensora, porque acho que não é porque no Rio Grande do Norte, parabéns para o Rio

Grande do Norte, mas o que temos no nosso país é uma dívida e uma dívida histórica muito grande. Então, enquanto ela existir a política de cotas vai ser defendida. Mas antes, companheira, vamos definir se somos a favor ou não dessa reforma como ela vem sendo colocada. Então, eu acho que isso é uma discussão que antecede a discussão das cotas. Aí vamos discutir que queremos, sim, a lista aberta, que a gente quer que as mulheres sejam contempladas, que a gente quer que o PSB, que no Estatuto seja garantida a política de cotas. Mas antes vamos saber se queremos ou não a reforma. Obrigada e boa tarde.

A SRA. MARI MACHADO – Obrigada, Sandra. Por último, gostaríamos de nesse momento, antes de dar a palavra para o Carlos Siqueira e para o Alexandre, que vão fazer suas considerações finais, como a nossa Executiva aqui reunida, prestar uma homenagem à nossa querida companheira Márcia Maia, que é Deputada Estadual do PSB no Governo do Rio Grande do Norte, um estado que respeitamos muito, por muitas das coisas que foram ditas aqui, pela história que o Estado tem, pelo fato de ter sido lá eleita a primeira mulher prefeita do país, pelo fato de lá terem as mulheres votado pela primeira vez, em 1928, pelo fato de lá estar a única Governadora do Partido Socialista Brasileiro, e fizemos de propósito, ao deixar esse momento, no final da fala da reforma política, que é um tema candente, importante, e que diz respeito.

E antes da fala das eleições, da perspectiva eleitoral do ano que vem, uma homenagem à Márcia Maia, que vai fazer uso da palavra nesse momento. As companheiras da Executiva todas aqui.

A SRA. DEPUTADA MÁRCIA MAIA – Boa tarde, companheiras e companheiros. Inicialmente, gostaria de saudar o Deputado Alexandre Cardoso, que está à Mesa; saudar também a nossa companheira querida, ex-Prefeita de Maceió, Kátia, que nos honra com sua presença, representando Maceió e Alagoas; cumprimentar também os demais participantes da Mesa, Carlos Siqueira, companheiras da Executiva que aqui estão; enfim nossa saudação especial a todas as companheiras que aqui estão de todos os Estados do Brasil. Na verdade, gostaria de dizer a todas e a todos que o Rio Grande do Norte tem essa tradição de pioneirismo com relação à emancipação feminina, mas entendemos que é importante que a organização de mulheres, que o fortalecimento se dê em todos os Estados do Brasil. Todos os estados têm sua importância obviamente e é necessário que esse fortalecimento seja cada vez maior e por que isso ainda? Porque ainda temos enfrentado preconceitos e discriminações. A nossa participação política ainda é muito tímida, não só no Rio Grande do Norte, no Norte/Nordeste, mas em todos os Estados do Brasil. Aqui mesmo, na Câmara, a participação feminina ainda é muito tímida, no Senado, em todos os cargos de decisão no Executivo a participação da mulher ainda é tímida, e nossa luta é pelo fortalecimento da participação da mulher também na política; também queremos participar, porque sabemos que a política sempre foi um espaço onde 245
houve a dominação masculina, a presença maciça dos homens na política. Então, gostaria de dizer a todos vocês que o Rio Grande do Norte se sente participante

de um processo. Acho que a Reforma Política, Deputado Alexandre Cardoso, é importante, sim, mas é necessário que possamos aprofundar essa reforma política; as mulheres do Rio Grande do Norte, todos os Estados que aqui estão querem o aprofundamento dessa reforma política, sim, queremos participar de uma forma ativa; estamos vivenciando, Deputada Sandra, um momento de muita tristeza no nosso partido e no nosso país, um momento de muito tristeza por tudo o que está acontecendo. Elegemos um Presidente; foi acesa, foi reacendida a esperança de muitas mudanças e transformações no país e na hora em que tudo isso está acontecendo, há algumas pessoas que, talvez por falta de consciência política e consciência social, acham bom, especialmente a oposição, o que está acontecendo no país. Mas nós assistimos a tudo com muita tristeza, sim, e não podemos deixar que tudo isso que está acontecendo ameace a democracia que conseguimos conquistar com muito custo, com muita dificuldade, com muita luta, com muita resistência. E isso foi também ensinamento do nosso grande líder, outro momento de tristeza foi o desaparecimento do nosso grande líder do partido, o Dr. Miguel Arraes, que tem uma importância muito grande para nós, que somos do Rio Grande do Norte, tem uma importância enorme na vida pública e política da Governadora Wilma de Farias. Ele sempre esteve perto da Governadora Wilma e esteve também ajudando em momentos decisivos da vida política e pública da Governadora Wilma de Farias. A Governadora era Prefeita de Natal, companheira de Kátia, e teve um momento – me permita ainda chamá-la de Prefeita – Prefeita Kátia, em que a Governadora tinha que tomar uma decisão de renunciar ao mandato no início do mandato onde ela foi reeleita Prefeita de Natal, para poder se candidatar a Governadora, sem saber se ia conseguir êxito ou não, até porque estaria enfrentando os grupos dominantes do Estado do Rio Grande do Norte, estaria enfrentando os grupos econômicos do Estado do Rio Grande do Norte, que detinham o poder de comunicação no Estado do Rio Grande do Norte. O PSB é um partido pequeno, como disse a Deputada Sandra, mas um partido grandioso por suas idéias, pela sua força, pela sua resistência, pela sua coragem, pelo seu idealismo, também pelo seu estilo programático também. Então, foi Dr. Miguel Arraes que saiu de Recife para ir a Natal fazer uma reunião com a militância do Partido Socialista Brasileiro, para dizer, naquele momento à Prefeita de Natal, Wilma, que ela tivesse a ousadia, que sempre lhe foi peculiar, a coragem. Não é à toa que ela também é apelidada de guerreira no Estado do Rio Grande do Norte. É esse apelido da Governadora Wilma, por sua coragem, por sua luta, por sua ousadia, e pelo seu desprendimento, porque renunciar a uma Prefeitura de Capital para se candidatar a Governadora, sabendo que nunca o Estado teve uma governadora mulher e sabendo que ia enfrentar estruturas poderosas, econômicas e de política tradicional, que detinham o poder de comunicação nas mãos era muito difícil, mas foi isso o que ela fez. Ela seguiu a orientação do nosso sempre grande líder,

o Dr. Miguel Arraes. Temos que fazer uma grande homenagem ao Dr. Miguel Arraes. Então, é com muita tristeza que também participamos desse congresso, pela ausência de Dr. Miguel Arraes, mas temos consciência do que ele representou não só para Pernambuco, mas pelo que representou para o nosso Brasil, para o nosso país. E ele deixou, com certeza, um grande legado, ele deixou os seus ensinamentos, deixou também a experiência que foi passada, também, para todos os grandes líderes do PSB, e a Governadora se inclui também como uma grande liderança. E acho que definir Miguel Arraes é defini-lo como resistência, como lutador, como homem ético, coerente, que estava sempre lutando em favor da democracia de nosso país, e combatendo a exclusão social. Gostaria de dizer a todas vocês que é muito importante o fortalecimento do Movimento de Mulheres dentro do Partido Socialista Brasileiro, Mari, é importante que a Secretaria possa atuar de forma democrática, é importante que a Secretaria dê espaço a todos os Estados, que a Secretaria de Mulheres, que tem sido tão bem conduzida por você, por Mari, que tem tido o apoio de várias companheiras nos momentos de maiores dificuldades, no início da nossa luta por uma Secretaria dentro do Partido socialista Brasileiro, mas é importante que a gente possa se articular melhor, que a gente possa eleger a democracia como principal objetivo nosso e que todos os Estados possam participar para fortalecer o Movimento de Mulheres do Partido Socialista Brasileiro em todos os estados do Brasil.

Quero, nesse momento, também agradecer a homenagem de todas as companheiras do partido, da Executiva, da Secretaria Nacional de Mulheres, agradecer a Mari, agradecer a Dora, agradecer a todas as companheiras também. Acho que essa homenagem não deve ser somente à Deputada Márcia Maia; nesse momento quero dedicar a todas as mulheres que lutam, que resistem e que são guerreiras, e que procuram combater a desigualdade social, a exclusão social que existe em nosso país. Gostaria também de propor, para um próximo encontro, e assim terminar porque sei que já estamos atrasadas, mas gostaria de propor, para no próximo seminário colocar também as experiências exitosas dos municípios que têm sido conduzidos pelo partido, dos Estados que têm sido conduzidos pelo partido, porque muitas vezes as companheiras desconhecem o que o Governo do Estado, do PSB, do Rio Grande do Norte, tem feito com relação às políticas públicas para as mulheres, o que tem feito com relação às políticas públicas para a juventude, para as pessoas da terceira idade, para as pessoas portadoras de deficiência, portadoras de necessidades especiais, para as pessoas que vivem na exclusão social. Quando assumimos o Estado do Rio Grande do Norte, mais de 45% da população vivia abaixo da linha de pobreza. O Rio Grande do Norte tem programas que hoje são referência no país, referência fora do país, reconhecidos pela Unicef, reconhecidos pelo Banco Mundial e outras instituições de credibilidade no nosso país e no mundo também. Então, gostaria,

no próximo encontro, de que o Rio Grande do Norte possa também colaborar com as experiências que devem ser socializadas, para que a gente possa também trocar experiências; todos os Estados, é importante porque cada Estado tem uma experiência que pode contribuir para nossa administração. É isso que queríamos também que houvesse um seminário, talvez até uma reunião extraordinária dessa Secretaria de Mulheres, para que possamos também conhecer a experiência do Rio de Janeiro, a experiência do Norte, a experiência do Sudeste, a experiência de todas as regiões que fazem o nosso país.

Então, agradeço a todos e nos colocamos à disposição também para o fortalecimento da nossa luta, a luta em defesa de todos os brasileiros.

Muito obrigada.

A SRA. MARI MACHADO – Obrigada, companheira. Gostaria de anunciar a presença do Prefeito Jorge Habsamha, Prefeito de Ferraz de Vasconcelos, São Paulo. Seja muito bem vindo, companheiro.

Vamos para a palavra, então, de imediato ao companheiro Carlos Siqueira, para suas considerações finais.

Em seguida, vamos falar sobre o andamento do congresso. Inclusive vamos ter que fazer uma adequação no nosso programa. Carlos Siqueira.

O SR. CARLOS SIQUEIRA – Companheiras, sei que está chegando o final, a hora já avançou bastante, e eu quero agradecer, em primeiro lugar, à companheira Mari Machado e à Direção da Secretaria Nacional de Mulheres, a todas vocês, sobretudo pelas intervenções sempre inteligentes que fizeram aqui nesse plenário; agradecer também ao nosso companheiro, Deputado Alexandre Cardoso, sua exposição, o debate democrático, e dizer-lhe que temos algumas divergências mas o importante é saber conviver com essas divergências e apresentar e construir, de mãos dadas, uma proposta que possa no futuro ser apresentada e defendida, e aprovada nesta Casa do Parlamento nacional, fruto do debate democrático do Partido Socialista Brasileiro. Muito obrigado a vocês, um bom congresso e um grande abraço.

A SRA. MARI MACHADO – Companheiro Alexandre Cardoso.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE CARDOSO – Eu tenho uma enorme dificuldade, quando vou discutir essa questão da participação das mulheres, até porque na minha cidade, tem a minha esposa que está aqui, e não é só esposa, mas militante do Movimento de Mulheres; e a Marta Rocha fala assim: Alexandre eu presido o partido no Rio. Toda vez que tem congresso de mulheres tem que dar, e aí os homens começam a reclamar. Então, tenho que ter cuidado até porque essa cobrança... Mas olha, sou um defensor da reforma política, acho que esse debate tem que ser aprimorado. Agora, qual é meu

temor? É que se não fizermos nada até o dia 30 de setembro, eu não tenho dúvida de que o Congresso de 2006 vai piorar. Não tenho dúvida de que os mecanismos de representação da sociedade vão ficar mais contaminados. Eu defendo, sempre defendi, a posição de uma Constituinte, agora meu temor é que uma Constituinte tem que ser convocada nos moldes, nos percentuais do atual Congresso, e o Congresso pode vir com o aprofundamento dessa crise. Infelizmente, acho que o PSB vai crescer, acho que o PCdoB vai crescer, mas a direita tem muitas chances de crescer. É para muita reflexão isso que estou colocando para vocês. Sou um defensor da reforma política, e quero registrar aqui, Mari, que o Movimento de Mulheres tem surpreendido por sua organização, seu crescimento, por sua posição democrática, e a Mari tem dado uma grande contribuição a esse partido, inclusive fora dos muros do Movimento de Mulheres. A Mari hoje é uma referência política do Partido, tem aberto mão de sua vida pessoal, quando vem aqui assumir o cargo de Chefe de Gabinete do Ministério da Ciência e Tecnologia. Isso é um exemplo de desprendimento, inclusive da vida pessoal. E quero terminar minha falação pedindo uma salva de palmas para nossa amiga Mari Machado.

A SRA. MARI MACHADO – Agradeço aos companheiros Carlos Siqueira e Alexandre Cardoso, que nos acompanharam durante toda essa manhã e nos deram uma aula sobre reforma política, nos orientaram; esse debate vai continuar no Congresso Nacional do Partido, vamos ter um longo período de discussão também, durante o Congresso Nacional do Partido, no sábado e no domingo, e vamos poder aprofundar essa discussão.

Agradeço, então, e nesse momento estamos desfazendo a Mesa, agradecendo a presença de todos. Muito obrigada a todos.

A SR^a SANDRA – (*Intervenção fora do microfone*)...já foi mencionada, primeiro, a questão da solidariedade e o respeito à... (*inaudível*) O que diferencia o Congresso das Mulheres dos congressos em geral é justamente... (*inaudível*) Agora trazemos uma proposta. Vejam o tamanho do nosso País. Quando fazemos uma proposta de sete pessoas, não contempla. Se colocássemos 14 e dividíssemos, regionalizada como foi, ampliaremos e facilitaremos o trabalho da Secretaria em termos de agilidade para encaminhar as coisas. Depois vamos analisar, e sabemos todos os movimentos conjunturais pelos quais o nosso País passou... (*inaudível*) precisou fazer, assumindo um espaço no Governo Federal. Há muitas coisas que não foram legais, mas por culpa de todos nós. Então não há muito o que argumentar. Cada um é um desafio. Quatorze pessoas vão trabalhar bem melhor... (*inaudível*)

A SR^a – Segundo a proposta, são doze.

A SRª COORDENADORA (Mari Machado) – Quem falou agora foi a Sandra. Não completou os três minutos? Quer falar, Solange?

A SRª SOLANGE – A proposta é para tentar fazer com que efetivamente a Secretaria Nacional de Mulheres do PSB faça aquilo que tem que fazer, que é tentar colocar o nome da Secretaria de Mulheres do PSB como o nome de uma secretaria de base, porque trabalho de base, com certeza, todas nós aqui temos; o que está faltando é aglutinar mais esse trabalho, “publicizá-lo” mais. E vou mais além: colocá-lo na rua. Participei de uma marcha nacional das mulheres, em São Paulo, este ano, em março, e não vi elencado lá, entre 100 entidades, o nome da Secretaria Nacional de Mulheres do PSB. Eu não me vi contemplada, e o PSB tem trabalho para isso. Precisamos de mais pessoas para desenvolver esse trabalho. É com esse objetivo que as companheiras que estão na Coordenação Nacional têm um duro trabalho pela frente. Por isso entendo que o número tem que ser maior do que sete. (*Palmas*)

A SRª COORDENADORA (Mari Machado) – Eu farei a defesa da proposta da Executiva.

Companheiras, este é o terceiro mandato desta Executiva Nacional, já fizemos várias experiências com a Secretaria Nacional das Mulheres, ampliando e diminuindo. Não, a maioria das experiências foi de ampliação. E encontramos sempre uma dificuldade objetiva.

Quero lembrar-lhes qual é a organização da nossa Secretaria.

A nossa Secretaria é composta por uma Executiva e por um Conselho Político, que é integrado pelas secretárias e por mais uma representante. Tanto que vocês elegem uma representante em cada congresso estadual. Esse Conselho Político é integrado por todos os estados onde a Secretaria está organizada. Então a representação é de todos os estados que trabalharam e fizeram esforço para se organizar como secretaria.

É óbvio que se nós tivéssemos condição de dar sustentação financeira e dinamicidade para uma Executiva de vinte pessoas seria o ideal, porque assim ela contemplaria cada estado, mas este não é o caso. Nem a operacionalidade das coisas nos demonstrou isso. Nesse período em que passamos com doze membros na Executiva, nós sempre nos reunimos com quorum mínimo, muitas vezes conseguindo passagem e insistindo para as pessoas virem participar, sendo governo em alguns lugares, com a possibilidade de contar com o apoio deles para mandar as pessoas. E aqui todas vocês são testemunhas, com exceção das novas, de que esse esforço sempre foi feito. E assim mesmo nós contamos

com pouca participação.

Então, quando chega a hora do congresso, se ficar esse tensionamento em torno da Executiva, com a insistência de colocar o seu nome lá para depois nunca mais aparecer, é inócuo. Nós defendemos uma Executiva enxuta, com sete pessoas. Tentamos organizar uma Executiva representativa regionalmente. Nós realizamos congresso em 19 estados apenas, contando com esses três que aprovamos agora, sendo que, da outra vez, já tínhamos realizado em mais estados. Se optarmos por uma Executiva que contemple todos os estados, então não precisaremos mais ter Executiva.

Nós fizemos uma análise da organização da Secretaria de Mulheres por região e, dessa forma, estamos buscando constituir essa Executiva que vai trabalhar durante os próximos dois anos.

Vamos manter a nossa proposta de sete membros, afirmando a necessidade de fortalecer o Conselho Político da Secretaria, que em mais de uma oportunidade já se reuniu, lembrando que a cada evento que nós fazemos, como no ano passado, para discutir políticas públicas nós sempre reunimos o Conselho. E a proposta é que continue sendo dessa forma.

Ninguém será alijado na sua participação. Nós temos uma grande tarefa este ano, que é o processo eleitoral nos nossos estados. E será fundamental a presença efetiva das companheiras na política estadual, construindo chapas do Partido, chapas de mulheres.

Portanto entendemos que esse órgão da Executiva tem que executar as políticas que nós vamos discutir aqui – espero ter tempo para fazer isso ainda – para dar encaminhamento à ação da nossa Secretaria Nacional.

Então a nossa proposta continua sendo de sete membros na Executiva Nacional. *(Palmas)*

A SR^a – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

A SR^a COORDENADORA (Mari Machado) – Continua, é regimental.

A SR^a – Exatamente, é regimental; todos os estados.

A SR^a – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

A SR^a COORDENADORA (Mari Machado) – Ela pediu apenas um esclarecimento.

O Conselho Político não vai deixar de existir. Vocês têm que ter Conselho Político nos seus estados com os municípios que tiverem Secretaria organizada. Vocês têm que trabalhar isso. É assim que nós pensamos a organização da nossa Secretaria como uma forma, inclusive, de democratizá-la.

É um esclarecimento, Meire?

A SR^a MEIRE – *(Intervenção fora do microfone.)* É. Está havendo uma confusão aqui...

A SR^a COORDENADORA (Mari Machado) – Mas você precisa de um esclarecimento? Porque, se restarem dúvidas, vou consultar o plenário. Se ele estiver esclarecido, nós vamos votar.

A SR^a MEIRE – *(Intervenção fora do microfone)* Creio que estão confundindo esse diretório com a Executiva. A Executiva trabalha mais para montar o que estamos falando aqui, para montar o congresso, para montar as coisas. Então quatorze pessoas para discutir onde vai ser o congresso, isso é a Executiva. As questões políticas não são...

A SR^a COORDENADORA (Mari Machado) – Não, não é só isso, Meire. Por gentileza, porque agora você vai causar confusão; não é só isso.

A SR^a MEIRE – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

A SR^a COORDENADORA (Mari Machado) – Não é só isso, não. Por favor. A Executiva não tem apenas esse papel. Ela tem o papel de representação, de incentivo, de apoio à organização nos estados...

A SR^a SOLANGE – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

A SR^a COORDENADORA (Mari Machado) – Solange, só um pouquinho. A pauta que nós estamos apresentando aqui não é de avaliação do nosso trabalho ainda. Nós poderemos abrir essa pauta.

Pergunto se o plenário se encontra esclarecido sobre a proposição que foi apresentada: manutenção da proposta da Executiva, de sete membros, ou de ampliação da Executiva para doze membros. Proposta 1 e proposta 2.

A proposta da Executiva é no sentido da manutenção dos sete membros. Quem concordar com ela, por favor, levante os seus crachás. Estamos em processo de votação. Levantem bem o crachá, por gentileza. Estamos votando a proposta 1, da Executiva, de manutenção dos sete membros. Vamos recolher os crachás. Quem é favorável à proposta da Executiva, de manutenção dos sete membros da Executiva Nacional? *(Pausa)* Por favor, aqui na Mesa. Obrigada.

Vamos proceder à contagem, então, dos votos da proposta nº 1. Companheiras, um momento. As companheiras estão contando aqui. *(Pausa)*

A Graça está nos avisando que foi esquecida uma blusa de frio masculina. Deve ser de algum gaúcho, não é? É aquela ali. Se alguém procurar, vocês já sabem que está conosco. Vamos entregar lá no Congresso depois.

Houve 50 votos para a proposta nº 1.

Agora vamos submeter à votação a proposta nº 2. Quem é a favor da ampliação da Executiva Nacional para doze membros, por favor... Sandra,

você recolhe os crachás? Vamos contar e registrar direitinho, como deve ser feito. *(Pausa)*

Foram 14 votos para a proposta nº 2, de ampliação da Executiva para doze membros.

Então a proposta 1 venceu; nós vamos manter a proposta de uma Executiva de sete membros. *(Palmas)*

O último destaque era relativo à supressão do artigo que trata do regimento que entrará em vigor a partir da data de divulgação junto a todos os presidentes regionais do PSB e secretárias estaduais.

Teremos que devolver os crachás, não é?

A SRª – *(Intervenção fora do microfone)* Estes são de quem votou a favor de doze pessoas.

A SRª – *(Intervenção fora do microfone)* Separe por estado; fica mais fácil.

A SRª COORDENADORA (Mari Machado) – Ela está fazendo isso. *(Pausa)*

A SRª – *(Intervenção fora do microfone.)* Não existe possibilidade legal de suprimir o art. 38, senão não vai ter vigência o regimento.

A SRª COORDENADORA (Mari Machado) – Quer abrir uma discussão? Então vamos abrir uma defesa a favor e uma contra, certo?

A SRª SANDRA – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

A SRª COORDENADORA (Mari Machado) – O problema, Sandra... Deixem-me esclarecer uma questão. As gurias estão levantando uma questão objetiva. O fato de esse artigo existir nunca impediu que nós votássemos esse regimento no Congresso Nacional. Ocorre que esse regimento norteia os congressos municipais e estaduais também. Como se faz com que ele chegue aos congressos estaduais? Através das secretárias estaduais e do Presidente do Partido. É assim, inclusive porque vocês viram aqui: onde não há Secretaria Estadual de Mulheres ele tem que chegar de algum jeito nos estados. E é através do Presidente do Partido que ele chega.

Se as companheiras não estão esclarecidas, se ainda entendem que devemos suprimir esse artigo, se não há entendimento, podemos abrir uma votação a favor e outra contra.

Vocês se sentem esclarecidas para votar? Quem se sente esclarecida para votar, por favor, levante o crachá. Quem se sente esclarecida para votar este art. 38, que trata da regulamentação dos congressos municipais, estaduais e nacional, por favor, levante o crachá. Podem abaixar.

Quem não se sente esclarecida? Então as companheiras...

A SRª – (*Início de intervenção fora do microfone. Inaudível*) ...preste atenção numa coisa. Como é que nós estamos votando regimento aqui, hoje, se você continua a manter esse art. 38? Não existe isso. Vamos mudar o texto.

A SRª COORDENADORA (Mari Machado) – Então mude o texto. Companheiras, agradeço o qualificativo da companheira que foi magnificamente bem educada ao me tratar e proponho que a companheira que tão bem me denominou faça a proposta. Pode redigir a proposta.

A SRª – (*Intervenção fora do microfone*) Você, infelizmente, não está deixando as pessoas falarem. Você tem que ser democrática; a Mesa não pode interferir quando alguém estiver falando.

A SRª COORDENADORA (Mari Machado) – Companheira, aqui há uma mesa constituída... Não, não. Aqui há uma mesa constituída. Se você continuar gritando, eu vou convidá-la para se retirar do plenário...

(*Manifestações do plenário*)

A SRª COORDENADORA (Mari Machado) – Aqui todas as que estão pedindo para falar estão falando.

Pois não, companheira. Tem uma proposta? Ela tem uma proposta de alteração aqui. Só um momentinho.

A SRª – Pessoal, o Partido Socialista Brasileiro é o único Partido no qual o congresso é a instância máxima de decisão. Por isso somos muito felizes. Essa é a primeira questão.

Sendo o nosso Partido aquele que deliberou que o congresso é a maior instância de decisão, o regimento, que considero a nossa bíblia interna, deve ser aprovado no congresso, na sua parte inicial.

Isso não significa dizer que a Secretaria não deva construir um documento de orientação para as instâncias municipais e estaduais, mas isso não deve ser nunca como o regimento interno. Quem o aprova é a instância de lá. Agora, vai um documento de orientação, e isso deve continuar, até para garantir a unidade, mas não como regimento.

A minha proposta é que o artigo seja modificado para dizer o seguinte: “Este regimento entra em vigor...” Mesmo que não sirva para hoje, mas vai servir para o próximo congresso. “(...) entra em vigor após a aprovação da plenária do congresso”. Está certo?

A SRª COORDENADORA (Mari Machado) – Há alguma proposta

diferente? Está contemplada? Então está bem.

Agora vamos votar pela manutenção do texto como ele está ou pela... A menos que haja uma concordância aqui. Vamos retirar. Então, perfeito. Aprovação do congresso. Então há concordância por aclamação?

O texto ficará assim: “Este Regimento entra em vigor após a aprovação no Congresso Nacional de Mulheres”. (*Palmas*)

O crachá da Maria da Graça, alguém pegou por engano.

Companheiras, nós ficamos prejudicadas num painel específico, que trata da questão das eleições em 2006, um tema fundamental. E teríamos agora a questão do Estatuto do PSB...

Companheira Marta, vamos passar para a Mesa.

Dora, passe para a coordenação, porque agora vou falar aqui.

A SRª COORDENADORA (Dora Pires) – Companheiras, terminou o prazo para o credenciamento das suplentes e faltam cinco minutos para a inscrição de chapa. Se alguma companheira tiver a intenção de inscrever alguma chapa, faltam cinco minutos para terminar o prazo. A inscrição é aqui na Mesa.

Mari vai sintetizar dois momentos, porque não temos mais tempo, a missa começa às cinco horas e não espera. Mari vai falar sobre o relatório da gestão e ações da Secretaria e vai sintetizar o tema da reforma estatutária...

Qual é o problema, companheira?

A SRª – (*Intervenção fora do microfone*) O problema é o seguinte: a reforma estatutária é importante. Proponho que seja colocada como ponto inicial para se discutir questão...

A SRª COORDENADORA (Dora Pires) – Não tem problema. Ela vai encaminhar a condução do processo. Então, com a palavra, Mari Machado.

A SRª MARI MACHADO – Companheiras, houve uma proposta de reforma estatutária num congresso extraordinário do Partido, que delimitou o número de artigos que serão discutidos. Esses artigos foram discutidos nos estados. Nós discutimos, na Executiva de Mulheres, o art. 44, que dizia respeito especificamente à questão dos movimentos. Fizemos uma proposta que mandamos para todos os estados, para que as companheiras pudessem aprovar nos seus congressos estaduais. E o estado que aprovou uma proposta de alteração do que estava proposto inicialmente foi o Rio Grande do Sul.

Como funcionou então? A Executiva Nacional nomeou uma comissão de sistematização das propostas, todas. E os movimentos entraram. Eu entrei, assim como o Josué, o Joilson, o Carlos Siqueira, como coordenador, e o Márcio França, participando da comissão.

Nós fizemos a análise de tudo o que veio, sistematizamos uma proposta e levamos para a Executiva Nacional; é a proposta que vocês vão receber hoje,

mais tarde, na hora da abertura do Congresso.

Alguns artigos nos dizem respeito; é sobre esses que eu queria falar, porque amanhã será fundamental fazer uma mobilização muito intensa no Congresso, para que as pessoas nos apoiem na aprovação desses artigos.

O primeiro deles está no parágrafo 23 da Reforma Estatutária, que diz o seguinte: “Os mandatos dos diretórios distritais, zonais, municipais, estaduais e nacional são de dois anos”. Essa é a proposta da Executiva Nacional que será, amanhã, debatida no Congresso.

§ 1º. Os diretórios distritais...

Isso não está na pasta de vocês; eu tenho esse documento porque integro a comissão de sistematização. Estou dando uma informação privilegiada para vocês, porque vocês vão receber esse documento na hora do credenciamento, acredito.

Então o § 1º diz o seguinte, prestem atenção:

“§ 1º. Os diretórios distritais, zonais, municipais, estaduais e nacional deverão reservar o mínimo de 30% e o máximo de 70% de sua composição para ser preenchida por membros filiados de cada sexo.”

Esta é a política de cotas que vamos instituir pela... O nosso Partido não tinha isso. Nós somos um dos poucos Partidos – hoje nem dá mais para dizer que somos de Esquerda – que não temos política de cotas. É fundamental que nos mobilizemos, que discutamos com os delegados. Alguns “viram o nariz” para isso, pois entendem que não deve haver “reserva de mercado” nas instâncias de direção, mas nós sabemos como é importante garantir isso, para que as mulheres participem de fato das decisões, das definições, da política do Partido. Então essa é uma alteração importantíssima para nós.

Esse é o art. 23 ao qual acrescentamos o § 1º. Isso não constava da proposta original. Essa proposta veio dos estados e foi aprovada pela Executiva Nacional.

O texto original do art. 44 dizia assim:

“Art. 44. São órgãos de apoio e de cooperação...”

Nós estamos mudando essa expressão. Propomos passar a nos denominar órgãos de representação, porque nós representamos um segmento da sociedade, sejam mulheres, juventude, negros, enfim.

E diz:

“a – a Juventude Socialista Brasileira, a coordenação do Movimento Sindical, a coordenação do Movimento Popular, a coordenação de defesa de interesses de raça e etnia”, que está sendo instituída, “a Secretaria das Mulheres”, que existia de fato, mas não de direito, porque não constava do nosso Estatuto, “e

a coordenação de defesa de interesses dos portadores de necessidades especiais...”

A SRª – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

A SRª MARI MACHADO – Você até pode, mas tudo o que alterarmos não será aqui, na verdade. Sim? Diga lá.

A SRª – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

A SRª MARI MACHADO – Posso terminar, então?

A SRª – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

A SRª MARI MACHADO – Ah, perfeito!

A SRª – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

A SRª MARI MACHADO – Perfeito. Esclarecendo, há um livro em que foram publicadas todas as emendas que vieram. Essas emendas foram publicadas como vieram. Depois nós juntamos as emendas, entendeu? Por exemplo: essa da coordenação de defesa dos portadores não estava na proposta original. Alguém fez e nós acrescentamos. Agora nós temos a proposta da Sandra aqui.

No § 2º, o original dizia que:

“§ 2º. A organização e funcionamento de órgãos de apoio e cooperação...”

Originalmente eram órgãos de apoio e cooperação. Como ficou agora?

“§ 2º. A organização e funcionamento dos órgãos de representação subordinam-se ao Regimento das Coordenações do PSB, elaborado pelos órgãos descritos no caput deste artigo e aprovado pelo Diretório Nacional.”

O que é isso? As secretarias vão fazer... Por exemplo: nós vamos reunir o nosso Conselho Político para discutir uma proposta de regimento. O que é uma proposta de regimento? É uma proposta de acesso à direção. Teremos regimento entre todos os movimentos: de mulheres, da juventude, negro... Todos os movimentos que existirem formalmente dentro do Partido.

Então esse regimento será proposto por nós e aprovado no Diretório Nacional.

O § 3º diz o seguinte:

“Os representantes dos órgãos de representação nos diretórios serão eleitos em congresso próprio e terão assento garantido nas Executivas do PSB em todos os níveis.”

A proposta original dizia que a eleição dos representantes do movimento seria por chapa. Nós não concordamos com isso, entendemos que tem que ser no nosso congresso e que devemos garantir o nosso direito nas Executivas

do Partido.

Quanto ao que nos diz respeito, é isso, dentro dessa proposta que será discutida amanhã. Essa é uma proposta que veio da Executiva Nacional. Estou explicando para vocês, porque amanhã ela será colocada em votação, e poderemos emendar. Então consulto a plenária. Eu fiz a proposição de incluir os gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros.

As que concordarem com a proposta da Sandra, por favor, levantem o seu crachá. Alguém contrário? Abstenções?

Uma abstenção.

Registrou, Leide? Muito obrigada.

Então, sobre...

A SR^a – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

A SR^a MARI MACHADO – Pois não, Teresa.

A SR^a TERESA – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)* ...a coordenação de defesa dos portadores de necessidades especiais...

A SR^a MARI MACHADO – Eu sei que não é isso. Exatamente.

A SR^a TERESA – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)* ...portador de necessidades especiais é uma definição pedagógica...

A SR^a MARI MACHADO – Teresa, isso já foi polêmico na nossa Executiva. Então nós definimos o seguinte: vamos deixar para o Congresso. Quem milita nessa área vai saber orientar o Partido da melhor forma. Sabemos que há a defesa dos portadores de necessidades especiais e dos portadores de deficiência. Eu, por exemplo, entendo que eles sejam portadores de deficiência. Hoje é isso, não é? Mas enfim...

Nós não temos como definir isso aqui, no nosso Congresso.

A SR^a – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

A SR^a MARI MACHADO – Eu sei; isso surgiu na Executiva também. Eu mesma disse isso que a Teresa está falando.

A SR^a – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

A SR^a MARI MACHADO – São pessoas com deficiência. É isso aí.

Companheiras, isso será discutido amanhã, no Congresso Nacional, e nos diz respeito. Quando vocês fizerem o credenciamento, ou amanhã – não sei como vai ser –, vocês vão receber a proposta da Executiva. Não sei se vocês já

receberam porque não fiz o meu credenciamento. Não é essa. Esse é o conjunto de emendas que veio. É outro que tem a sistematização que nós fizemos.

A SR^a – (*Intervenção fora do microfone. Inaudível*) ...receber hoje, não é, Mari?

A SR^a MARI MACHADO – Não é isso. Vocês vão receber. Se não receberam ainda é porque não está pronto, mas vão receber antes de começar a discussão.

Gurias, farei muito rapidamente uma fala de... Nós estamos, realmente, muito “atropelados” na hora, não haveria tempo para fazer um relatório extenso sobre a nossa atuação, mas é importante registrar, inclusive porque, como vocês sabem, hoje é a minha despedida desta Secretaria, da condição de Secretária.

Obviamente, quem começou a sua trajetória como eu, militando em favor das mulheres, continuará fazendo-o, esteja ou não dentro de uma Executiva, o que não é o caso.

Este último mandato foi marcado por uma situação bastante peculiar, eu diria. As companheiras da Executiva ponderaram muito em relação a isso, mas eu sei que houve um fator muito importante neste último mandato, que foi o fato de eu ter assumido a chefia de gabinete do Ministério da Ciência e Tecnologia. Isso foi importante e positivo por um lado, porque tivemos a oportunidade de ocupar um espaço que não é ocupado por muitas mulheres; há apenas cinco mulheres como chefes de gabinete na Esplanada dos Ministérios. No Ministério mesmo que eu integrava, eu era a única dirigente mulher em toda a equipe.

Foi importante porque tivemos a oportunidade de atuar em políticas públicas dentro do Governo. Eu integro, hoje, o Conselho Nacional de Direitos da Mulher. Nós fomos muito ativas na realização da I Conferência Governamental de Mulheres, que aconteceu no ano passado, envolvemos o Ministério numa discussão política a respeito do feminismo, algo que nunca tinha acontecido. E hoje temos a perspectiva de implementar três programas inéditos no país. Nunca houve discussão de gênero na área da Ciência e Tecnologia.

Vamos realizar, em março, um seminário com todos os núcleos de pesquisa das universidades do País para, a partir daí, criar uma rede. É o Ministério quem vai financiar isso. A Andréa, que está aqui, integra o grupo de trabalho que organizou e é jornalista do Ministério de Ciência e Tecnologia, sabe que a iniciativa foi nossa. Eu fui procurar a Ministra para construir essa parceria e apoiar a Secretaria Especial de Políticas Públicas para Mulheres. Então esse será um seminário que nunca aconteceu no nosso País. Nós estamos apoiando financeiramente a sua execução.

gênero que vai atingir o ensino superior e o ensino médio também. Vai chegar às escolas de ensino médio, vai haver premiação com bolsa do CNPq, bolsa de iniciação científica e bolsa de doutorado. Isso é um avanço que nunca houve também. E nós definimos os temas, desde a questão da violência, enfim...

E vamos abrir um edital de R\$1,2 milhão, que nunca houve também neste país, para fomentar a pesquisa na área de gênero.

Então tivemos um espaço importante no Ministério. É claro que a minha presença lá... Vocês sabem que sempre dialoguei muito diretamente com os estados, participei muito ativamente da construção da Secretaria nos estados, e houve um prejuízo, porque é uma função de muita responsabilidade. E o nosso Ministro, que esteve aqui, hoje de manhã, é muito trabalhador, quem está com ele tem que estar muito envolvido no processo. A Márcia, que está no Executivo, sabe disso.

Mesmo assim, nós realizamos um encontro, um seminário de formação antes das eleições do ano passado, onde reunimos as nossas candidatas, debatemos políticas públicas, tiramos uma proposta de pauta para que as nossas candidatas pudessem defender, fizemos um encaminhamento de construção de comitês de mulheres nas cidades – muitas cidades fizeram. E obtivemos um resultado eleitoral positivo, porque aumentamos o nosso número de vereadoras, houve muito mais mulheres candidatas e também o sucesso na eleição de prefeitas e vice-prefeitas do nosso Partido.

Tivemos a oportunidade de participar muito ativamente da conferência e de nos envolver em outras articulações em nível nacional.

É óbvio que é um trabalho que começou em 1999. Desde então, a cada ano temos estabelecido uma meta.

Em 1999, quando nos organizamos, juntamos aqui em Brasília 500 mulheres e fizemos o congresso, impondo a nossa presença dentro do Partido, a nossa meta era organizar as mulheres dentro do PSB. E acredito que nós conseguimos esse resultado, sem sombra de dúvida, nós conseguimos o respeito dos homens do Partido; hoje eles sabem que as mulheres do Partido existem e respeitam a nossa presença. E temos que lutar por maior valorização.

No mandato seguinte, discutimos nos nossos congressos e encontros a nossa entrada na sociedade, buscando a participação dos movimentos sociais, enfronhando-nos nos fóruns, nos conselhos, para ir à luta nessa demanda de impulsão dentro do movimento social, e mantivemos essa diretriz. E buscamos também o aprofundamento da participação da mulher como candidata. Trabalhamos muito, durante esse período, no convencimento relativo à importância de ser candidata.

Estamos chegando agora à perspectiva do quarto mandato na Secretaria Nacional de Mulheres, e a nossa Executiva discutiu muito sobre isso, entendendo

que é hora de buscarmos a implementação de políticas públicas. Precisamos dar visibilidade às nossas administrações. Nada deve estar abandonado, nem a nossa organização interna nem a necessidade de nos inserirmos nos movimentos como aliadas à luta do povo brasileiro, mas é preciso convencer os nossos prefeitos, vice-prefeitos e vereadores a criar instrumentos de valorização da mulher, passando pelos conselhos, pelas coordenadorias, pelos departamentos, equipamentos sociais, como centros de referência, casas de abrigo para mulheres vítimas de violência. Enfim, as inúmeras bandeiras que o Movimento Feminista, há muito tempo, desenvolve no País.

Agora, de nada adianta brigar por isso se o nosso pessoal que tem mandato, do Partido, não adota a nossa visão, o nosso pensamento. Nós precisamos “transversalizar” essa discussão de gênero com aqueles que são os detentores de mandato do nosso Partido.

Então estamos considerando um grande desafio a busca dessa consolidação junto aos mandatários.

Os desafios, de fato, são muitos. Se vocês me perguntarem... É óbvio que eu não gostaria de deixar essa Secretaria à qual dediquei seis anos da minha vida, e dediquei de fato, no sentido literal dessa palavra, com a pecha de ditadora, como ouvi aqui, hoje, porque sempre fui absolutamente fraterna e companheira de todas vocês. *(Palmas)*

E também jamais fui desrespeitosa com qualquer companheira. *(Pausa)* Desculpem.

A SRª COORDENADORA (Dora Pires) – Para fazer uma pausa, nós, que somos da Secretaria de Mulheres desta gestão... Queria chamar todas as companheiras que compõem a nossa Secretaria para fazer uma homenagem à nossa Secretária, que, na verdade, foi uma pessoa que abdicou inclusive dos seus filhos, do seu marido, do seu Estado para rodar este Brasil inteiro e começarmos a “transversalizar” a política de gênero dentro deste Partido, que era algo novo há seis anos. Isso não foi fácil. Esses seis anos foram difíceis, mas nós vencemos, tanto que o Partido, em nível nacional, com hegemonia masculina, aprovou a política de cotas interna. E o assunto será submetido à discussão dentro do Estatuto, em nível nacional. Devemos isso especificamente ao trabalho de Mari Machado. *(Palmas)* Se hoje temos discussão de política de gênero dentro do Partido, temos que reconhecer que isso é fruto do trabalho dela. Por isso, Mari, a nossa homenagem a você, companheira.

Agora, a nossa companheira vai ler uma poesia à qual eu queria que todas prestassem atenção para, no fim, dizer que Mari é uma dessas mulheres.

A SRª – E convidar Amélia Freire, da nossa Executiva, por favor.

Essas que se embrenharam mato adentro e se negaram aos colonizadores, essas que levaram chibatadas e fundaram quilombos, essas que pariram e criaram filhas e filhos, 259

que não pariram, essas que clamaram por escolas e derrubaram muros com as pontas dos dedos, essas que escreveram e as que nem assinavam o nome, essas que quiseram ser cidadãs e sonharam com todas votando, essas que ocuparam ruas e praças, essas que ficaram em casa, essas que trabalharam nas fábricas e as com enxadas no campo, essas que foram datilógrafas, secretárias e doutoras e lavadeiras, essas que não se comportaram bem e que fizeram tudo sem pedir licença, essas que desafinaram o coro do destino e abriram alas, essas somos nós, mulheres, essa é você, Mari Machado!

Muito obrigada. (Palmas)

A SRª MARI MACHADO – Desculpem, gurias. É um momento difícil para todas nós, não apenas em razão dos tensionamentos naturais que acontecem, mas principalmente porque este é um Congresso muito especial para todos.

Nós temos uma pessoa que não está fisicamente conosco e que foi muito importante em todo o nosso processo. Eu queria registrar que me dói muito não poder contar com a figura de Miguel Arraes, que foi um orientador, um homem que pensou a política deste País e que faz muita falta hoje, especialmente nesta conjuntura.

Mas queria dizer também que nada do que foi feito o foi por apenas uma pessoa. Nós contamos com um grupo que trabalhou desde o início, e apenas uma pessoa desse grupo não está aqui, hoje, que é a Neide. Ela está nos Estados Unidos. Foi uma militante do começo ao fim, e está hoje com o seu filho. Ela não pôde estar presente aqui, mas está em pensamento. A Jerusa está aqui, representando a Neide, está aqui a Amélia, com quem aprendi muito na minha vida pessoal e política. Estão aqui a Leide, a Lila, a Dora, a Eli, a Bete, a Márcia, a Marta, além da Jaci, que não está presente, mas também começou essa caminhada junto conosco.

E lembramos aquele dia, em setembro, lá no Rio de Janeiro; eu e a Neide dormimos na sede do PSB, num colchão. E a filha da Neide. Tinha barata. E eu morro de medo de barata, gurias! Havia baratas, era um prédio muito antigo. Mas foi ali mesmo que nós começamos.

Tenho uma satisfação muito grande pela oportunidade de fazer um trabalho com mulheres na minha vida, porque tenho a honra, por exemplo, de ter a Sandra como Prefeita. E a Sandra começou a sua militância no Movimento de Mulheres, em 1998, no Rio Grande do Sul. Temos aqui também a Vereadora Claudete. Lá em Itaquí, no Rio Grande do Sul, é só mulher. O marido dela está ali atrás. Você me dê licença, mas é verdade!

São tantas coisas que vimos crescer, pessoas que vimos desabrochar,

que é uma caminhada que vale muito a pena fazer. Vale a pena construir, porque acreditamos na cidadania das mulheres, acreditamos num modelo novo de sociedade, num modelo mais justo, com ética e transparência, em que as pessoas tenham de fato as mesmas oportunidades e a justiça impere sobre tudo.

Então eu queria agradecer o apoio de todas, das companheiras da liderança que em todos os congressos estiveram aqui, trabalhando, daquelas que carregam as caixas. Enfim, todos são importantes, todos tiveram o seu papel. O trabalho que vocês fazem no seu município, no seu estado... Não desanimem com os desafios.

Sempre conto que, quando me elegi como Secretária pela primeira vez, houve uma reunião da Executiva. E eu cheguei... Aquela mesa da Executiva do Partido é enorme. Todas conhecem. Havia somente homens em volta dela. E pensei assim: se eu não falar hoje, não falo nunca mais. Então saí dando opinião, e estou até hoje dando opinião. É isso que devemos fazer. Não podemos ter medo desse enfrentamento, das dificuldades, das barreiras.

Nós vivemos, de fato, numa sociedade machista, ainda temos muito, muito, muito o que superar, não apenas no que diz respeito às diferenças de salários e de oportunidades, à violência, mas principalmente à cultura das pessoas, que vai desde a piada até o comportamento de não abrir o espaço, de não dar oportunidade de participação.

Era isso. Agradeço muito a todas vocês.

A SRª – Eu pedi à Mari para falar, mas não vou cansá-las. Sei que ainda temos coisas a fazer, mas queria dizer que passei o dia de hoje calada, o que é raro. Desde os 14 anos, aprendi a falar em público e a me expor. Quero dizer a vocês que, com a construção e o entendimento do trabalho com mulheres, aprendi que nós temos que ser fraternas, nós temos que fazer a diferença com docilidade, com afeto. (*Palmas*)

Quero dizer a vocês que a diferença se faz não no feminino de aparência, dizendo que somos dóceis e sensíveis. Não, não é nessa sensibilidade aparente, mas na ética e na forma fraterna de nos tratarmos.

Esse é o recado para continuarmos a construção da Secretaria Nacional de Mulheres, com afeto, com respeito, com ética, que começa em casa, que começa na relação entre nós, entre nossos companheiros. E assim levamos para a sociedade.

Parabéns, Mari, por esses seis anos, parabéns a todas. Tenho um carinho muito grande por todas que participaram da Secretaria, dessa vivência que nós

tivemos. Posso colaborar, mas tenho a representação do Rio Grande do Norte, com a Deputada Márcia Maia.

E espero que fique aqui a cor lilás da transgressão e a cor nossa, de sensibilidade, rosa, azul, amarela, verde, vermelha, mas do afeto, da fraternidade e da ética.

Muito obrigada.

A SRª MARI MACHADO – Gurias, só houve uma inscrição de chapa. Vou fazer, muito especialmente, a defesa da pessoa que irá me suceder nessa tarefa de Secretária Nacional de Mulheres. É a companheira Dora, uma companheira de luta, uma companheira de todas as horas, Secretária-Geral da Secretaria de Mulheres, foi Secretária Estadual, até este Congresso, em Pernambuco, é uma companheira preparada, feminista, que tem o compromisso daquilo que nós construímos e levará adiante a consolidação do trabalho que vimos realizando. Com certeza, pela capacidade dela, vai superar em muito tudo aquilo que fizemos até hoje.

Quero agradecer àquelas que permaneceram até este momento.

A chapa cuja defesa estou fazendo tem a Dora como Secretária, a Lila como Secretária-Geral, a 1ª Secretária será a Marta Rocha, a Coordenadora de Finanças será a Neide Lima, a Coordenadora de Mobilização e Eventos, Márcia Maia, a Coordenadora de Movimentos Sociais será a Eli e, a pedido das companheiras, eu participo da chapa, na Coordenação de Formação Política, para continuar ajudando no trabalho da Secretaria Nacional de Mulheres.

Estamos preparadas para eleger essa nova direção, e eu convidaria as companheiras para aclamar a única chapa que foi apresentada e vai nos representar nos próximos dois anos junto à Direção Nacional do Partido.

Uma salva de palmas! (*Palmas*)

Passo a palavra, de imediato, para a Dora, já eleita Secretária.

A SRª DORA PIRES – Desde ontem, estou me preparando para este momento para ver se não choro. Vou tentar não chorar. Este é um momento muito difícil e especial, principalmente para mim, porque comecei a entender política com Miguel Arraes, comecei a fazer política com Miguel Arraes, a maior liderança do Estado de Pernambuco e uma das lideranças nacionais. Então é muito difícil para mim viver este momento sem ele por perto.

E há outra pessoa, também muito especial, com quem aprendi a ser feminista, porque absolutamente não era, com quem comecei a ter o entendimento para buscar e viver a luta da mulher, que foi e é minha companheira Mari Machado. Digo minha por ter nascido em mim esse sentimento a partir de uma convivência.

É um momento difícil. Eu não me programei para falar. Tentei escrever algo; não gostei do que escrevi, escrevi os tópicos, mas não gostei do que pontuei.

Na realidade, quero dizer que é um momento difícil, mas muito prazeroso, porque participei, durante seis anos, dessa construção dentro do Partido, fui Secretária-Geral nessas três gestões e nós, hoje em dia, temos o sentimento de que muito construímos. Temos muito a construir, muitos degraus para subir, mas, com certeza, construímos muito. E esse reconhecimento não é só nosso, mas da Executiva Nacional e do Diretório Nacional do Partido. Todas as falas masculinas, algumas que passaram por aqui e outra que não vamos ouvir mais, disseram que o nosso trabalho é respeitado e reconhecido. Isso é muito bom, mas não foi construído somente por esta Executiva; foi construído por cada uma, nos seus estados e municípios. Por isso estamos aqui.

Esse tensionamento é normal, salutar e democrático. Mas sempre chegamos ao entendimento e demonstramos fora de nossas salas de congresso que somos grandes e sabemos fazer política, sim.

Não vou me alongar. Estamos em cima da hora para ir à missa de nosso Presidente. Eu queria ler uma poesia para homenagear estas duas pessoas que são tão especiais para mim: Dr. Arraes, porque entendo o que é política, e Mari, porque entendo o que é feminismo.

Para esses meus dois amigos eu digo assim:

Benditos os que possuem amigos, os que têm sem pedir, porque amigo não se pede, não se compra nem se vende; amigo a gente sente.

Benditos os que sofrem por amigos, os que falam com o olhar, porque amigo não se cala, não se questiona nem se rende; amigo a gente entende.

Benditos os que têm amigos, os que entregam o ombro para chorar, porque amigo sofre e chora, amigo não tem hora para consolar.

Benditos sejam os amigos que acrescentam na tua verdade e que apontam a realidade, porque amigo é a direção, é a base, quando falta o chão.

Benditos sejam todos os amigos de raízes verdadeiras, porque amigos não são herdeiros da real sagacidade. Ter amigos é a melhor cumplicidade.

Que mantenhamos a cumplicidade entre nós e a nova Executiva.

Obrigada a todos. (Palmas)

VIII Congresso

19 de agosto de 2005

VIII Congresso Nacional da JSB





O SR. ALEX (Presidente Nacional da Juventude do PSB) – Bom dia a todos. Meu nome é Alex, Presidente Nacional da Juventude do PSB. Queria dar as boas vindas a todos os companheiros e companheiras que chegaram até Brasília, para participar do Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro, e da Juventude Socialista Brasileira. É uma grande satisfação, esse momento, para que possamos estar discutindo o caminho que a Juventude Socialista Brasileira vai trilhar após esse Congresso, e que possamos, pela maneira mais qualificada, pelo debate político, o debate da construção e o debate de idéias que norteiam o processo ideológico do nosso partido. E nesse momento gostaria de pedir a todos um minuto de silêncio em homenagem ao nosso grande Líder, companheiro Governador Miguel Arraes.

Arraes, Guerreiro do povo brasileiro; Arraes, Guerreiro do povo brasileiro; Arraes, Guerreiro do povo brasileiro.

Gostaria agora de convidar a todos, para hoje, às quatro horas da tarde, na Catedral de Brasília, para a Missa em Homenagem ao companheiro Miguel Arraes.

Está aberto o Congresso da Juventude Socialista Brasileira.

Nesse momento, dentro da nossa pauta, vamos ter uma avaliação da gestão Unidade Socialista, desse último período da Juventude Socialista. Quem fará essa exposição é o Secretário Nacional da Juventude, companheiro Josué Freitas.

Arraes, Guerreiro do povo brasileiro,

O SR. JOSUÉ FREITAS (Secretário Nacional da Juventude do PSB) – Bom dia a todos os companheiros. Gostaria de estender aqui a minha gratidão e a minha saudação a todos os companheiros que se deslocaram e que aqui se encontram para realizarmos o VIII Congresso Nacional da Juventude Socialista Brasileira, que ocorre num momento ímpar da história do nosso país e do nosso povo, e que tem como tema JSB Afirmado o Socialismo e Construindo junto com o PSB um Projeto de Nação para o Brasil.

Mas gostaria, antes de dar prosseguimento à pauta, de solicitar a presença do nosso companheiro Elisandro, Secretário Geral da JSB para que possamos concluir a composição oficial da Mesa de Abertura dos Trabalhos do VIII Congresso. E para que possamos seguir um procedimento regimental, faz parte da abertura a leitura do Regimento Interno do Congresso, e que eu solicito, antes, para que eu faça a pauta sobre a apresentação da gestão, de uma leitura e aprovação do Regimento Interno do VIII Congresso ao companheiro Elisandro.

O SR. ELISANDRO – Bom dia a todas as companheiras e

companheiros. Então, vamos fazer a leitura do Regimento Interno do VIII Congresso Nacional da JSB.

“Capítulo I – do Congresso. O Congresso da JSB é o foro máximo de debates e deliberação dos filiados ao PSB devidamente cadastrados à JSB. Artigo 2º - o VIII Congresso da JSB será realizado no dia 19 de agosto de 2005, no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, em Brasília, Distrito Federal. Artigo 3º - participam do Congresso da JSB, podendo votar e ser votado, todos os delegados devidamente credenciados e eleitos de acordo com os critérios constantes no presente Regimento e no Regimento Interno da JSB. Parágrafo único – participam ainda do Congresso da JSB, com direito a voz os observadores e observadoras convidados.

Capítulo II – da eleição dos delegados. Artigo 4º - a eleição dos delegados, para o VIII Congresso Nacional da JSB será por ocasião dos congressos estaduais, devidamente atados. Parágrafo único – ficaram impedidos de eleger delegados ao Congresso Nacional da JSB, os Estados em que não foram realizados pelo menos cinco congressos municipais. Artigo 5º - serão eleitos cinco delegados titulares e mais cinco suplentes, em cada congresso estadual da JSB. Parágrafo primeiro – na hipótese de não existir a JSB organizada em alguns dos Estados, os filiados destes poderão participar do Congresso com direito a voz. Artigo 6º - Os critérios para eleição dos delegados são os seguintes: 1 - ser filiado ao PSB; 2 – ser cadastrado à JSB, e 3 – ter até trinta anos de idade.

Capítulo III – do credenciamento. Artigo 7º - o Credenciamento dos delegados titulares e suplentes ao VIII Congresso Nacional da JSB será no dia do evento das oito às doze horas, tendo a Mesa e os filiados designados pela direção nacional da JSB.”

Queria fazer um esclarecimento. Houve uma reunião da Executiva Nacional da JSB na quarta-feira onde foram indicados companheiros que estão na Mesa de Credenciamento, que é o Márcio, de Alagoas, Fabrício Mose, do Rio de Janeiro, Danilo Otto, de São Paulo, Alexandro que está aqui, o Alex do Amapá, e o Reinaldo do Rio Grande do Norte. Essa é a comissão do credenciamento, que foi nomeada pela direção nacional.

“Artigo 8º - as direções estaduais enviarão para a sede do PSB Nacional suas atas dos congressos municipais e estaduais, bem como a listagem dos delegados eleitos até o dia 13 de agosto de 2005. Artigo 9º - Caso alguma ata não chegue no local acima descrito, durante o período determinado, os delegados do Estado em questão, estarão impedidos de se credenciar. Artigo 10º - Para serem credenciados, os delegados e suplentes devem apresentar à Comissão de Credenciamento documento oficial com foto. Parágrafo primeiro

- a ausência de qualquer documento exigido nesse Regimento impossibilitará o credenciamento do delegado. Artigo 11 – nas listas de delegados deverão constar os suplentes em ordem de prioridade. Artigo 12 – qualquer filiado devidamente inscrito ao VIII Congresso Nacional da JSB, poderá impetrar recurso contra credenciamento de um ou mais delegados. Parágrafo primeiro – os recursos deverão ser enviados à Mesa do VIII Congresso Nacional da JSB, para serem apreciados pelo Plenário do Congresso”.

Aqui tem uma discussão na redação, que estava somente para serem julgados pela Mesa, mas nessa reunião o entendimento é que seja, em caso de recurso, submetido ao Plenário do Congresso, através da condução da Mesa que está formada.

“Artigo 13 – a credencial do delegado é pessoal, numerada e intransferível, não sendo possível voto por procuração. O uso da credencial por terceiros implicará na anulação imediata da mesma. Não será fornecida segunda via da credencial, e a perda ou extravio deverão ser comunicados imediatamente à Comissão de Credenciamento. Parágrafo primeiro – os suplentes só adquirem a titularidade na ausência do delegado, das doze às quatorze horas, quando poderá retirar sua credencial de delegado, exigindo-se o cumprimento dos itens do artigo 10º.

Capítulo IV – dos trabalhos do Congresso. Artigo 14 – os convidados para programação do VIII Congresso Nacional da JSB, serão definidos pela Executiva da JSB, ou na impossibilidade desta pelo Presidente da JSB, e pelo Secretário Nacional da Juventude. Artigo 15 – a Mesa de Abertura do Congresso Nacional da JSB será composta pelo Secretário Nacional da Juventude do PSB, pelo Presidente da JSB, e Secretário Geral da JSB, e por convidados. Artigo 16 – os trabalhos e a plenária do VIII Congresso Nacional da JSB serão dirigidos por uma Mesa Diretora composta pelo Secretário Nacional da Juventude, pelo Presidente da JSB e pelo Secretário Geral, ou por filiados designados pelo Plenário, na ausência destes, a fim de que cumpram os papéis da Mesa, primeiro e segundo secretário. Parágrafo primeiro - os trabalhos serão iniciados às oito horas, em primeira convocação, com a presença de no mínimo 50% dos delegados credenciados; às oito e trinta, em segunda convocação, com a presença de pelo menos 30% dos delegados credenciados; às nove horas, em terceira convocação, com a presença de pelo menos 20% dos delegados, credenciados, e às nove e trinta, em última chamada, com qualquer número de delegados presentes; e concluídos nos horários estipulados pela programação, e com a presença da maioria simples dos membros da Mesa. Parágrafo segundo – a programação do Congresso Nacional da JSB será aprovada pela Comissão Executiva Nacional da JSB, sendo que o item Reforma do Regimento Interno da JSB, no tocante aos critérios de eleição dos delegados aos congressos da JSB deverá constar

obrigatoriamente na pauta aprovada. Artigo 17 – além da Comissão de Credenciamento, será designada uma Comissão de Sistematização, composta por até cinco filiados. À Comissão de Sistematização caberá receber, até uma hora antes da plenária final as propostas apresentadas, através de formulação por escrito. B – apresentar a síntese das propostas convergentes à Mesa do VIII Congresso Nacional da JSB, para que a mesma encaminhe a votação. Apresentar as propostas divergentes à Mesa do VIII Congresso Nacional da JSB para que a mesma encaminhe a votação”.

Eu pediria a ata, porque existe uma indicação, nessa mesma reunião, de uma Comissão de Sistematização. Você está com a ata aí? Aqui, vejam: a Comissão de Sistematização, indicada nessa mesma reunião, na quarta-feira, foi Isorba Vidal, da JSB do Rio de Janeiro, Pedro Marcel, da JSB de São Paulo, Ismênio Bezerra, da JSB do Rio Grande do Norte, Solijangela dos Santos Montes, da JSB do Distrito Federal e Otávio, da JSB de Alagoas. São os cinco companheiros que estão designados para cumprir essa tarefa da Comissão de Sistematização durante o dia de hoje.

“Artigo 19 – o regime de votação será por contraste visual e/ou contagem de crachás. Artigo 20 – a votação para eleição da Direção nacional será impreterivelmente por contagem de crachás. Artigo 21 – a votação de proposta divergente poderá ser precedida de defesa de propostas não superando três minutos para cada defesa. Artigo 22 – as questões de encaminhamento ou de ordem deverão ser apresentadas à Mesa do VIII Congresso Nacional da JSB. Artigo 23 – as demais questões omissas desse regimento serão deliberadas pela Direção Nacional da JSB ou pela Executiva Nacional da JSB. Goiânia, 29 e 30 de junho de 2005.”

Aprovado pelo Conselho Nacional de Representantes da JSB. E submetido, então, agora a esse plenário.

O SR. JOSUÉ FREITAS (Secretário Nacional da Juventude do PSB)

– Está submetida ao plenário a aprovação do Regimento do VIII Congresso Nacional. Não havendo manifestação em contrário, considera-se aprovado o Regimento do Congresso.

Nessa primeira parte do nosso Congresso vamos tentar desenvolver a primeira pauta, que é exatamente uma apresentação do que foi feito, da movimentação que ocorreu nesse período que compreende a nossa gestão, pelo menos do último congresso até aqui. Claro que para que a gente fizesse uma explanação minuciosa, detalhada, e aprofundada inclusive considerando também o que não deu certo e outros elementos, levaríamos muito tempo para fazer essa exposição.

Mas em linhas gerais gostaria de apresentar a vocês pelo menos algumas fases que tivemos nesse período de um ano e meio de gestão. No início da gestão procuramos fazer um processo de agitação política da JSB. Inclusive a primeira atividade que foi promovida pela JSB foi a realização de um acampamento nacional da juventude, que ocorreu na cidade de Bombinhas, em Santa Catarina. A idéia daquele evento era exatamente que aquele momento servisse como um momento de aglutinação política e de que a JSB estava disposta a também ter uma agenda própria, que envolvesse a militância de todo o país, dentro de uma programação interessante, atraente, em que as pessoas se sentissem muito à vontade para se encontrarem e se confraternizarem e, ao mesmo tempo, num ambiente diferente do que comumente fazemos, seria curtindo também a paisagem, a natureza; e o acampamento tinha um caráter muito cultural e também poético, e para agregar valor tivemos também uma programação política nesse evento, que inclusive discutimos a conjuntura nacional brasileira, o movimento estudantil, as manifestações artísticas e culturais de nossa juventude, e também discutimos políticas públicas. Enfim, foi o primeiro evento de agitação política que a JSB realizou nesta gestão.

Tivemos também muitos problemas nesse evento, porque coincidiu com um fenômeno da natureza, que ficamos sabendo, trágico, inclusive, para muitas pessoas que moravam naquela região, que foi o Katrina. Inclusive fomos vítimas de um pedacinho do Katrina, que devastou o acampamento, mas terminamos depois reconstituindo, e o resultado foi muito positivo. Foi uma tentativa de termos uma agenda própria, uma agenda cultural.

E tivemos, também, nesta gestão um momento importante para o nosso crescimento. Queria registrar aqui a presença do companheiro Beto Albuquerque, membro da Executiva Nacional do PSB; gostaríamos também de nos sentirmos homenageados com a presença do nosso Secretário-Geral do PSB, o companheiro Renato Casagrande, nosso Líder aqui na Câmara e que nos honra com seu aconselhamento – não diria nem tanto acompanhamento –, aqui com muito carinho prestigiando nosso congresso.

Então, vejam: nesse período tivemos um evento muito importante, que foi a Terceira Conferência Regional do Nordeste, realizada na cidade de Maceió e que aglomeramos vários companheiros, fazendo inclusive uma manifestação pública contra as injustiças, contra as contradições na sociedade brasileira. Foi uma programação altamente política, um momento de elaboração, uma reunião de trabalho para estender as nossas ações por todo o Nordeste. Então, esse também foi um ponto alto de nossa gestão.

E nós, durante praticamente o início do ano passado e até o presente

momento, também nos dedicamos a uma movimentação, que foi fruto de uma agenda nacional, partindo aqui da Câmara, da Comissão Especial que criou uma política, uma orientação para formulação de políticas públicas de juventude no Brasil, e que também teve o grupo interministerial de políticas públicas, composto pela maioria dos ministérios do Governo federal. E daí iniciou-se a nossa corrida em acompanhar toda essa agenda voltada para as políticas públicas no Brasil. Participamos de praticamente todas as conferências regionais nos Estados, e construímos junto com a Comissão Especial de Políticas Públicas, o Grupo Interministerial e outros foros que criamos, construímos a Conferência Nacional de Juventude, que foi um evento importantíssimo para dar suporte ao Governo federal para a criação da Secretaria Nacional de Juventude, que inclusive a JSB hoje se sente representada numa indicação feita, inclusive, pelo próprio PSB, com a colaboração do então Ministro Eduardo Campos, da companheira Mari Machado, do Rodrigo Rollemberg, do Casagrande, e numa intervenção política de outros companheiros do PSB conseguimos indicar, para essa Secretaria Nacional de Juventude o companheiro Ismênio Bezerra, que cumpre lá a tarefa de transmitir as nossas idéias e difundir, no Brasil, as políticas públicas de juventude. Essa foi uma frente importante que formamos nesse último período da gestão, e que ainda continuamos investindo muito nessa frente das políticas públicas de juventude. Inclusive, recentemente o PSB recebeu a filiação do companheiro Alessandro De Leon, que estará nos ajudando aqui no debate daqui a pouco, sobre políticas públicas, e que é um companheiro que agrega muito valor a essa discussão; e também para fechar a nossa participação até aqui nas políticas públicas, temos um conselheiro no Conselho Nacional de Juventude, que já foi nomeado pelo Presidente da República, o companheiro Márcio Silva, que é o nosso Vice-Presidente Nacional e é do Estado de Alagoas. Também nessa frente, institucionalizamos a Rede Nacional de Juventude e de Organizações Juvenis, com a presença da companheira Solijangela dos Santos Monte, Secretária de Juventude do Distrito Federal, e também a companheira Gisela, que participa dessa Rede Nacional, que teve como um dos precursores o companheiro Marcos Aurélio, que é também dessa frente e que é Assessor Especial de Políticas Públicas do Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

E intercaladas a essas ações objetivas, concretas, dentro de um processo de construção da JSB nessa gestão, procuramos também aperfeiçoar, aprimorar a nossa organização interna. Essa gestão foi eleita baseada praticamente em quatro pilstras, digamos assim, para o processo de construção. A primeira é a formação política, a segunda a integração e ação regional, a terceira, comunicação e a quarta, infra-estrutura. Então, essa gestão teve como eixo pelo menos esses quatro elementos, para que conseguíssemos, ao mesmo tempo em que continuava

nossa intervenção em outras frentes, como citei aqui, em outras tarefas, em outras agendas, mas aperfeiçoar nossa comunicação. Nesse ponto, conseguimos confeccionar o Jornal da JSB, Alerta Vermelho, que lamentavelmente foi interrompido por nossas próprias limitações. Confeccionamos também o site da JSB, o www.jsb.org.br, com o e-mail do contato, @jsb.org.br, que tem sido um instrumento de divulgação, de publicação das nossas idéias e que é uma ferramenta importante que pode melhorar muito nossa comunicação, que ainda é muito precária, diga-se de passagem. E que é um desafio a ser superado.

Na áreas da formação política, não conseguimos realizar a confecção do vídeo de formação política, que foi apresentado ao partido, que foi aprovado como um argumento para que a JSB tivesse um material de apresentação política em vídeo ou em CD ou algum material que fosse amplamente divulgado no Brasil, que servisse como material de apresentação política. Mas esse vídeo custava muito caro naquela época, para o PSB, e também tinha alguns problemas no conteúdo, que em alguns momentos não coincidia com o programa do partido e tudo o mais. Lutamos para tentar confeccionar, gravar, inclusive temos material coletado mas não conseguimos fazer.

Os nossos encontros de formação política praticamente inexisteram, com exceção de algumas programações que foram feitas em Rondônia, para cursos de formação de lideranças, para cursos para que a JSB aprofundasse a sua elaboração teórica sobre a conjuntura.

Fora isso, os companheiros em cada Estado, como sempre têm, de forma muito importante, colaborado com suas interpretações, suas teses para os movimentos, para os congressos e para o que participamos até agora. E as reuniões da JSB que sempre foram objeto de discussão e aprimoramento da nossa formação política.

Em relação à nossa integração regional, a idéia é que tivéssemos realizado pelo menos dois encontros regionais nesse período em cada região, mas também infelizmente não atingimos essa meta e não conseguimos realizar encontros no Centro-Oeste, no Sudeste e no Sul. Fizemos apenas o Encontro da Região Nordeste. A idéia seria Norte e Nordeste, mas o companheiro Alex estava lá representando também o Norte e sempre foi um esforço muito grande porque o Brasil é um país muito grande e o deslocamento, a mobilidade fica comprometida por conta dessa realidade geográfica de nosso país.

Queria destacar um aspecto que acho é o mais importante em todo esse período de nossa gestão. Vejam, procuramos, nesse período, buscar uma política de relacionamento partidário. Percebendo uma dificuldade de relacionamento da JSB como um todo com o PSB, com as Seções Regionais, com a Direção Nacional, com nossa Bancada aqui no Congresso, buscamos dividir com alguns companheiros. Lembro que a primeira reunião que tivemos assim que assumimos

a gestão, foi com o companheiro Casagrande, Secretário-Geral, para que ele nos orientasse como poderíamos caminhar e assim trilhar o rumo dessa gestão. Fomos muito bem aconselhados, e aquilo serviu como um incentivo muito forte, e o companheiro sempre nos acompanhou. E nossas intervenções no partido, buscando sempre também colaborar com o processo de organização partidária, colaborar com as tentativas do PSB de se tornar realmente um partido de bases populares, e nos colocando à disposição sempre, principalmente nessa tarefa da construção dos movimentos pela base, da nossa intervenção social, mas com a bandeira do PSB, com a bandeira da JSB, buscando sempre manter esse vínculo forte com o partido. Nossas conversas com os companheiros com a Bancada aqui da Câmara, com os companheiros do Senado, o companheiro Capiberibe, que sempre foi um companheiro que esteve sempre muito preocupado com o projeto transparências, de que forma a JSB pode interagir com isso, com a companheira Erundina, com vários companheiros, e com nosso saudoso Presidente, sempre Presidente e Comandante Miguel Arraes, com quem nós procuramos sempre seguir sua orientação durante esse período, e que eu particularmente fui privilegiado em ter diversas oportunidades de conversas com ele sobre a condução e a forma como se organiza hoje no interior do partido a JSB.

Mas também participamos das eleições de 2004, onde catalogamos e registramos a candidatura de 1.912 candidatos jovens, na faixa que compreende a idade entre 18 e 30 anos, e desses elegemos 78 candidatos jovens filiados ao PSB, Vereadores, em 2004, e oito prefeitos, e alguns vice-prefeitos. Esse catálogo serviu para termos mais ou menos uma noção de que a JSB é uma juventude que pretende ampliar sua intervenção institucional, que temos nossas frentes de atuação, que temos uma agenda fixa para o movimento, mas que temos que interferir na vida do país, no sistema eleitoral, discutir a democracia, discutir a conjuntura, discutir a possibilidade de construção de mandatos efetivos, voltados para programas que coincidem com as bandeiras da Juventude brasileira.

Então, foi apenas uma observação, que terminou sendo registrada num documento do PSB, publicada pela liderança do partido, onde consta esse catálogo, e que pelas nossas limitações não conseguimos acompanhar. A idéia era formar um programa unificado para esses 1912 candidatos, mas nos dirigimos a eles com uma carta de apresentação da Juventude, e do nosso eixo programático para que essas candidaturas se identificassem com a Direção Nacional e com a nossas bandeiras para a luta política no Brasil, a luta da juventude.

Também buscamos consolidar, ampliar os nossos contatos no movimento estudantil, através de DCEs, CAs, através de grêmios estudantis, da nossa intervenção em algumas entidades, da Base Secundarista Universitária; tentamos também fazer um mapa da situação que é a JSB hoje, nessa frente,

que eu afirmo ser ainda a frente mais importante da JSB, porque é uma frente de aglutinação política, de cooptação de quadros e de formação de militância, e que sempre foi e será uma grande preocupação da JSB, nos consolidarmos também no movimento estudantil; e que precisamos elaborar um programa específico, nos reunir para discutirmos uma plataforma que tente reconstruir, pela base, o movimento estudantil brasileiro, dentro de outra concepção e de um compromisso de resgatar e politizar, conscientizando para a luta estudantil, e as reivindicações naturais e os anseios da classe estudantil no Brasil, uma alternativa socialista para o movimento nesse país, que se encontra em crise, em refluxo, e que eu acho é um grande desafio dessa organização buscarmos restabelecer, revigorar, reunificar, e reanimar o movimento estudantil brasileiro, dentro de outra perspectiva política.

Como essa minha explanação está sendo completamente improvisada, e eu reconheço não sei se estou sendo didático, e mesmo compreendido por todo mundo, mas confesso que considero essa pequena explanação ela desaparece mediante, por exemplo, se fossemos, ao invés de estarmos aqui discutindo um período de um ano e meio num processo de construção que dentro desse processo faz parte também o processo da história política, a história do processo de organização e de evolução da JSB, porque eu estava preparando para apresentar para vocês nesse congresso e fui surpreendido pelo tempo, os desencontros e as questões preparativas. Mas traríamos para apresentar a vocês um documentário que estamos elaborando contando a trajetória da JSB e as principais fases do processo de construção da JSB, desde 1993 até hoje. E que eu vou levar a sério esse projeto, e vamos formar uma comissão nacional, já que o vídeo não funcionou porque seria apenas um material de apresentação, mas precisamos, encerrando esse ciclo do processo de construção, que se encerra nesse congresso, para outra transição, para construção de outra gestão, e uma nova direção, não podemos encerrar aqui nossa participação sem fazer um registro histórico, contando as dificuldades, as fases, e que hoje trouxeram a Juventude até aqui. Será então esse documento que pretendemos elaborar. Gostaria de ter trazido, mas houve esse problema e aqui gostaria de dizer que estamos contando essa rápida história, apenas do que ocorreu de um ano e meio para cá, gostaria de dizer que hoje a nossa preocupação, pelo menos a minha preocupação à frente da JSB, dividindo com a direção o que deu certo e o que não deu, mas não podemos perder de vista o processo de expansão da JSB, o processo de afirmação ideológica da JSB, dentro de um compromisso de partido, de um compromisso com o povo, com a juventude, mesmo que seja numa outra linguagem, que precisamos fazer para que a JSB se torne realmente uma juventude consolidada.

Fiz esse preâmbulo para dizer a vocês o seguinte, e torno isso até um (?) para o nosso congresso. Estou fazendo aqui uma pequena explanação sobre a gestão, que é construída por uma Direção Nacional, composta de 21 companheiros, e nós reconhecemos que essa direção teve problemas, e esse congresso precisa registrar essas dificuldades. Mas esse congresso precisa fazer um esforço para que o que não deu certo seja compensado pelo que deu, e para que os companheiros que não conseguiram ter a mesma desenvoltura, para terem nessa balança o mesmo mérito, eles sejam colocados como companheiros que independente de qualquer circunstância sempre estiveram presentes e também colaboraram. Tivemos um problema sério na Direção Nacional. Mas esse problema que tivemos na Direção Nacional... Eu me refiro ao fato de alguns companheiros que poderiam ter tido uma dedicação mais efetiva na direção e ter dado uma colaboração mais forte, não conseguiram. Mas não vou discutir o mérito disso. O fato é que hoje estamos diante de outro momento histórico, que exige uma outra formulação, da maneira como se organiza e da forma como a gente interage com o PSB e fora do partido.

Então, gostaria de anular nesse congresso, que podemos partir, sim, da idéia de que estamos aqui para assumir coletivamente, com todos os companheiros que assumiram nessa gestão, cargos na direção, e que nos dividimos entre o que deu certo e o que não deu, e assumimos o ônus e o bônus essa gestão.

Eram essas considerações que eu queria encerrar essa primeira fase dessa apresentação da gestão Unidade Socialista, do período que compreende dezembro de 2003 até o dia de hoje.

O SR. ALEX (Presidente Nacional da Juventude do PSB) – Obrigado ao companheiro Josué. Pelo tempo que temos, como nosso congresso começou atrasado, acho que de imediato devemos passar para outro ponto de pauta, que seria Conjuntura Nacional.

Então, esse ponto de pauta já está aberto. Seria importante que, como estamos em 21 Estados aqui, da Juventude Socialista, é importante que cada Estado participe concretamente, somos de regiões diferentes, para fazer essa análise da Conjuntura Nacional, para colocar suas posições, e qualificar da melhor maneira possível o debate sobre conjuntura dentro de nossa organização.

O companheiro Elisandro.

O SR. ELISANDRO – Sr. Presidente, tenho um encaminhamento à Mesa, antes da parte da Conjuntura Nacional. Estou encaminhando à Mesa desse VIII Congresso Nacional de Juventude um ofício expedido por mim, Presidente da Juventude Socialista Brasileira da Paraíba, onde encaminho à Mesa uma resenha em que o Tribunal Regional Eleitoral deu ganho de

causa à eleição do Congresso Extraordinário do Partido. Estou solicitando o credenciamento dos delegados que estão se credenciado pela Paraíba. Por quê? Primeiro porque o TER deu ganho de causa ao Congresso Extraordinário, e o Secretário de Juventude ainda é Demócrito Medeiros, que não pode estar aqui por questões administrativas. Depois, eu ainda sou o Presidente da Juventude do Estado da Paraíba, da JSB. Então, estou encaminhando à Mesa e solicitando o credenciamento. Não sei nem quem está credenciado aqui, mas solicito o credenciamento daqueles que se credenciaram a esse Congresso Nacional.

Quero dizer que estou neste partido desde 1998. Consegui o mandato de vereador, terminei no dia 31 de dezembro e não aceito descumprimento, nenhum que seja, das decisões dentro desse partido. E até adiantar de que, se descumprir, vamos entrar com uma ação para anular esse Congresso de Juventude, como também para entrar com uma ação, se alguém for credenciado, de forma irregular, pela Paraíba, em qualquer chapa que ganhar também entraremos, anulando essa chapa que chegar à vitória.

Então, estou encaminhando à Mesa e peço que a Mesa acate essa minha solicitação.

O SR. JOSUÉ FREITAS (Secretário Nacional da Juventude do PSB) – Companheiro, a Mesa do Congresso não vai se pronunciar agora a respeito do requerimento do companheiro. A Mesa entende que essa é uma matéria do PSB, que está sub judice, e que o PSB é que deverá se pronunciar sobre essa matéria. A Mesa acolhe o pedido do companheiro, mas não se pronuncia a respeito do requerimento que está fazendo à Mesa.

O SR. ELISANDRO – OK. Só deixo uma observação. Se alguém for credenciado, estou solicitando o credenciado, se alguém for credenciado e estiver em alguma chapa, nós vamos anular, porque está descumprindo uma resolução, a Resenha 001/2005, do TRE da Paraíba.

O SR. JOSUÉ FREITAS (Secretário Nacional da Juventude do PSB) – Companheiro, esse não é o momento de se fazer esse questionamento.

O SR. ELISANDRO – Companheiro, eu só queria ressaltar que não tem nada sub judice, já foi julgado. Não tem nada sub judice, não, já foi julgado.

O SR. ALEX (Presidente Nacional da Juventude do PSB) – Eu só queria colocar que esse debate não está colocado ainda, porque o Regimento aprovado diz que qualquer recurso referente à Comissão de Credenciamento, a Mesa deve colocar em discussão pelo Plenário. O ponto de pauta é aberto, e dentro do prazo que está previsto no Regimento, vamos fazer o encaminhamento dessa questão nesse Plenário. Portanto, só pediria para o companheiro aguardar, porque esse debate vai ser oportunizado e aí colocamos isso para aprovação pelo Plenário.

O SR. – Só uma questão de ordem. Temos que averiguar se é legal o companheiro que mora em Brasília, saiu da Paraíba e se diz da JSB, e não sei nem se é filiado ao Partido Socialista Brasileiro ainda, porque o que aconteceu na Paraíba, aconteceu, que a Mesa, se não for levantar essa discussão, não receba nem essa documentação que foi entregue à Mesa agora.

O SR. ELISANDRO – Quem não é filiado ao partido é Vossa Excelência.

O SR. ALEX (Presidente Nacional da Juventude do PSB) – A Mesa vai levantar essa discussão. Nós acatamos o recurso, como o Josué disse, e vamos dar continuidade ao ponto de pauta, e voltaremos a analisar essa questão do recurso encaminhado.

O SR. – Queria submeter uma questão de ordem, para esclarecer o que o companheiro...

O SR. ELISANDRO – Eu ainda sou Coordenador Nacional de Políticas Públicas dessa Juventude ainda. Quero respeito.

O SR. JOSUÉ FREITAS (Secretário Nacional da Juventude do PSB) – Companheiro, eu faço um apelo para que a gente não faça essa discussão agora. O que está em pauta não é essa discussão. Inclusive acho que foi inconveniente ter sido colocada essa discussão agora. Esse não é um congresso para resolver diferenças regionais, de Paraíba e de Estado nenhum. Escute companheiro. Esse congresso é democrático, é legítimo e ele não aceita provocação. O companheiro.... Eu já disse que a Mesa vai receber e fazer um estudo desse material e só se pronunciará a partir de uma orientação partidária, porque o que o companheiro está levantando aqui é uma questão que diz respeito ao que está sendo discutido no interior do partido.

Companheiro, já disse que não iremos nos pronunciar sobre isso... Vamos em frente. Vamos em frente, seguir a pauta do congresso. Obrigado, companheiro.

Vamos em frente.

O SR. ALEX (Presidente Nacional da Juventude do PSB) – Sobre a questão da conjuntura nacional, que é o ponto que está em debate, existem algumas teses que foram apresentadas ao Congresso Nacional da JSB. Temos a tese do pessoal do Rio de Janeiro, temos um documento apresentado por um movimento que se denomina Movimento Primeiro de Maio. A proposta que a Secretaria faz aqui é que se desse um tempo para que cada uma dessas teses pudesse expor rapidamente sua opinião, que está ali relatada a respeito da conjuntura nacional, e a gente abrisse o debate a partir daí.

Rio de Janeiro, Pauta Conjuntura Nacional. A Mesa pede que aqueles

Estados que apresentaram teses a esse congresso, que apresentem aquela contribuição que está por escrito, sobre o tema Conjuntura Nacional, para que a gente possa iniciar esse debate.

O SR. – Sr. Presidente, só uma rápida consideração. Vocês têm algumas cópias para nos fornecerem para que possamos analisar essas teses?

O SR. ALEX (Presidente Nacional da Juventude do PSB) – O pessoal que construiu essas teses é que vai passar as cópias para todo mundo. Vamos ver se o pessoal vai chegar aí.

Companheiros, sabemos que está todo mundo ansioso, querendo resolver a questão do credenciamento, só que precisamos dar continuidade, e avançar no nosso debate. A gente encaminhou a proposta de que fossem apresentadas as teses. Como ninguém se manifestou, vamos abrir para qualquer pronunciamento da plenária a respeito do tema Conjuntura Nacional.

Ah, desculpe, não foi citado Rio Grande do Norte. É verdade que também tem a tese De que Lado Você Samba?

Podemos conceder cinco minutos para cada tese? Pode ser? Quem apresenta pelo Rio Grande do Norte, Ismênio?

Então, cinco minutos para dividir entre os companheiros.

O SR. – Gostaria que cada companheiro que fosse se pronunciar, por favor, está tudo sendo gravado o que está acontecendo no Congresso, então é importante que cada um fale o seu nome, seu Estado, para numa publicação posterior termos condição de definir.

O SR. REINALDO SAMPAIO DE ANDRADE (JSB RN) – Certo, companheiro. Meu nome é Reinaldo Sampaio de Andrade, sou militante da JSB do Rio Grande do Norte, ex-Presidente da JSB estadual. Estou aqui defendendo a tese De Que Lado Você Samba, numa análise de conjuntura de uma política de construção nacional da JSB, que foi implementada nos seus últimos sete anos, a qual temos uma responsabilidade grande. Inclusive gostaria de iniciar minhas palavras falando sobre uma análise da conjuntura que o Brasil vive hoje, um momento histórico. Gostaria de reafirmar aqui que nossa tese defende realmente um apoio crítico à construção do novo Governo que está se dando, mas é necessário garantir o seguinte, companheiros: o Lula precisa realmente da movimentação da Esquerda para dar governabilidade. Não adianta, camaradas, o Lula tentar construir governabilidade através de uma aliança falsa com a Direita conservadora que impede o avanço de nosso país. Gostaria de convocar os movimentos sociais da juventude, para uma análise de que quem vai dar garantia de governabilidade é o povo na rua, companheiros. Vocês não se enganem, pensando que essa Direita conservadora que está aí no nosso Congresso vai

garantir algum avanço. Essa Direita que nos últimos anos só fez privatizar nosso país, saqueando os cofres públicos, desviando dinheiro, e quem são eles, um ACM Neto, e outros camaradas, como José Agripino, do PFL, para falar quem é corrupto ou quem não é. Temos que defender aqui, camaradas, que sejam investigados e punidos, realmente, aqueles que têm culpa. Mas não podemos, em nenhum momento, entrar no discurso da Direita. Temos que ser o diferencial, e nessa análise de conjuntura queria iniciar reafirmando que temos que apoiar o Governo Lula, inclusive chamando aqui à responsabilidade para a tentativa do golpe da Direita. Então, companheiros, começando a discussão nesse sentido.

Gostaria até de fazer outras análises sobre a situação que o país vive hoje. Acho que temos uma luta muito grande hoje, que é a questão que está sendo implementada, a ALCA, Área de Livre Comércio das Américas; uma implementação que na verdade vem querer colonizar mais uma vez o Brasil, sobre uma cultura imperialista americana, que temos que combater. A JSB tem que estar na luta e travando a discussão de um plebiscito oficial sobre a ALCA, que o povo brasileiro possa decidir realmente e ir para o embate e debate da população brasileira.

Dizer aqui, camaradas, que hoje temos realmente que defender uma reforma política que corresponda à expectativa da população, que ela esteja sintonizada com o que pensa a população. E por isso temos que defender aqui conferências regionais para discussão da reforma política. Não adianta hoje ser uma reforma política como tem hoje a lista fechada, e que tem uma discussão de reforma, em que os deputados iam ter prioridade nessas listas, para garantir, inclusive, a sua reeleição, que praticamente está garantida. A reforma política do jeito que está sendo posta hoje é só um presente que a Câmara quer dar para que todos os deputados sejam reeleitos.

Então, companheiros, temos que defender aqui conferências regionais, por cada região, cada Estado, cada cidade, cada bairro possa discutir realmente uma reforma política que esteja sintonizada com o pensamento da população. E vou mais além: quero chamar os companheiros à responsabilidade para fazer a denúncia desse sistema que está aí. A Esquerda hoje cai num tremendo equívoco, quando se esquece de atacar o verdadeiro culpado das mazelas sociais, da fome e da miséria, esquece que hoje o sistema capitalista avança cada vez mais. Inclusive tem setores da Esquerda que defendem um pacto com o capitalismo. Que pacto com o capitalismo é esse, companheiros? Temos que denunciar realmente que o sistema capitalista que está aí quer cada vez mais o declínio dessa sociedade. Se queremos uma sociedade sem luta de classes, temos que aqui defender uma sociedade livre, socialista, comunista, e sem esses imperialistas que tentam implementar aqui o domínio da burguesia imperialista, dominante no nosso país.

Então, faço minha análise nesse sentido, e passo para o companheiro Ismênio. E vamos contribuir para o debate desse congresso, camaradas. De que lado você samba?

O SR. ISMÊNIO – Como o Reinaldo já anunciou, eu me chamo Ismênio, sou do Rio Grande do Norte, ex-Secretário Estadual de Juventude, e hoje, por uma tarefa, como já foi explicada pelo Josué, cumprindo papel em Brasília. Temos que aqui nesse congresso assumir a responsabilidade de construir uma ruptura com esse modelo político implementado nesse país, e infelizmente é preciso também fazer a crítica à Esquerda do PT, à articulação do PT. Não é porque somos governo que vamos deixar de colocar o dedo na ferida, porque não foi nesse modelo de gestão que nós votamos, não foi nesse modelo de gestão que lutamos, fomos para as ruas, para fazer com que o povo brasileiro conseguisse mudar de mentalidade. Chegou a hora de construir a ruptura, e dizer até para o próprio Lula: De que Lado Você Samba? Do imperialismo ou do povo? Do capitalismo e do FMI ou do socialismo e do comunismo? Chegou a hora dos estudantes, dos trabalhadores, de toda a população brasileira que não agüenta mais essa onda de denunciismo, chegar para o Governo e dizer: Lula, vamos romper com essa política econômica implementada pelo Banco Central e orientada pelo FMI, sob a tutela do Ministro da Fazenda? Uma política de juros que enriquece cada vez mais aqueles que são detentores do capital nacional, uma política de juros que infelizmente não privilegia a classe operária. Os pobres estão cada vez mais pobres, os ricos cada vez mais; triplamente mais ricos, e enquanto isso o Congresso Nacional afunda numa onda de denunciismo. E esse Mensalão que está aí, todo mundo sabe que não veio de agora, e é preciso deixar bem claro, que na prática do Governo Sarney, na prática do Governo Collor, na prática do Governo Itamar, na prática do Governo Fernando Henrique, as negociações eram muito mais escrotas, as negociações eram piores. E é preciso que se registre aqui também, que embora haja uma enorme crise política, há um momento de diálogo, há um momento de efervescência, e essa efervescência tem que sair naturalmente das bases, tem que sair das ruas, tem que sair dos guetos, tem que sair dos sindicatos, dos grêmios estudantis dos DCEs, para que possamos realmente atacar esse mal, esse mal que se chama capitalismo. E o Lula não pode ser gerente desse sistema opressor, assim como o PSB não pode ir a reboque; o PSB agora tem realmente que pautar sua atuação na mudança de rumos, na mudança de rumos para consolidação de um país que seja realmente justo. E para isso o PSB não pode cair no equívoco histórico de concentrar seu poder na reforma política, afim de que os deputados já constituídos tenham a oportunidade de ter seus nomes priorizados. Muito pelo contrário, quem constrói está aqui. Eu sei que os deputados dão uma grande contribuição, agora o debate nesse partido tem que a partir de agora ser travado de forma clara. SE essa

reforma política que está aí proposta for implementada de forma hegemônica, os mensalões da vida continuarão por acontecer. E isso não podemos repetir, não podemos deixar com que o povo brasileiro descredite de uma vez por todas na prática de Esquerda, porque não somos esquerda por conveniência, somos Esquerda por compreender que o socialismo que leva ao comunismo é o melhor caminho para a revolução nacional, para a revolução internacional. Por isso é importante conclamar a todos: De Que Lado Você Samba, JSB? De Que Lado Você Samba, PSB? De Que Lado Você Samba, Lula?

De Que Lado Você Samba?

O SR. ALEX (Presidente Nacional da Juventude do PSB) –

O SR. ALEX (Presidente Nacional da Juventude do PSB) – Gostaria de registrar aqui a presença do companheiro José Carlos Veneranda, Vice-Prefeito da Cidade de Fortaleza, e também integrante da Secretaria Nacional do Movimento Negro, que nos honra muito com sua brilhante presença.

O SR. JOSUÉ – A proposta é que o Fabrício do Rio de Janeiro, Joubert da Paraíba, e João Vitor do Amazonas vão fazer a defesa de uma proposta unificada sobre conjuntura. O companheiro Ismênio falou por oito minutos. Que os companheiros possam falar mais ou menos nesse tempo.

O SR. ALEX (Presidente Nacional da Juventude do PSB) – Uma questão de ordem. O Vice-Prefeito pede uma questão de ordem para fazer um registro.

O SR. JOSE CARLOS VENERANDA (Vice-Prefeito de Fortaleza) – Bom dia, Juventude Socialista. Queria vir aqui de público agradecer o empenho da Juventude Socialista, que nos levou à Prefeitura Municipal de Fortaleza, que foi o empenho, principalmente dos companheiros do Rio Grande do Norte, Pernambuco, e o nosso Líder aqui, Josué, que esteve conosco lá no segundo turno, dando força e apoio para que pudéssemos ter uma candidatura realmente socialista lá, a minha e a da companheira Luiziane. Então, era só isso que eu queria falar, para agradecer. Aos companheiros lá do Ceará já agradecemos pessoalmente, e agora queria fazer o registro aqui, nacional, e deixar isso aí. E colocar a Vice-Prefeitura de Fortaleza, também à disposição. Lá tem um vice-prefeito negro e socialista para vocês. Está bom?

O SR. ALEX (Presidente Nacional da Juventude do PSB) – Obrigado, Veneranda.

O SR. JOSUÉ – Então, com a palavra Fabrício, Joubert e João Vitor.

O SR. FABRÍCIO MOSER (Presidente da JSB RJ) – Companheiros, bom dia. Meu nome é Fabrício Moser, Presidente Estadual da JSB do Rio de Janeiro. Vou dividir o tempo com o companheiro João Vitor, do Amazonas,

companheiro Joubert da Paraíba. É oposição unificada nesse congresso, companheiros.

Companheiros, é preciso que se faça aqui uma reflexão não só de como nós construímos esse governo que está aí, não só das lutas que foram travadas durante anos nas ruas para que chegássemos ao Governo através do Presidente Lula, mas é preciso que façamos aqui uma reflexão do por que estamos hoje passando a crise que estamos. Quero dizer aqui que não há uma crise da Esquerda nesse país, há uma crise causada por pessoas que usaram a Esquerda e que só comprometeram esse Governo pelos pactos que fez com a Direita, que só comprometeu esse Governo pela prática “direitosa” de alguns membros da Esquerda desse país. É preciso compreender que para que uma história inteira de vida seja jogada na lama basta uma decisão errada, e membros do PT tomaram a decisão errada, seguiram o caminho errado, abandonaram as suas bases e seus aliados de base da Esquerda desse país, e não é de hoje, da JSB, questionamos o partido porque falta no PSB, para essa nação, um posicionamento claro, como disseram os companheiros do Rio Grande do Norte. O PSB tem que ir a essa nação dizer de que lado ele samba, o PSB tem que ir a essa nação e dizer que ajudou a construir esse governo, que compõe esse governo, mas compõe para trazê-lo para a Esquerda, e que se o Governo não topa vir par a Esquerda, temos que reavaliar inclusive nosso posicionamento com relação a esse governo. Mas acreditamos, não no Governo Lula, acreditamos não no Governo do PT, acreditamos não no Governo aliado com o Sarney e Severino Cavalcanti, acreditamos na disputa desse Governo pela Esquerda, acreditamos nos atos que têm sido feitos por esse país e que colocaram vinte mil pessoas essa semana nas ruas, dizendo que somos contra a corrupção, mas somos contra também a atual política econômica, somos contra a reforma trabalhista e sindical. Nós defendemos aqui um apoio crítico a esse Governo, mas não adianta ter um apoio crítico a esse governo se a JSB não conseguir internamente construir uma opinião para que o PSB possa ter para essa nação um projeto de Esquerda que seja apresentado a esse Governo.

Por último, companheiros, é preciso nesse momento que definamos quem são os nossos amigos e os nossos inimigos, é preciso que saibamos da nossa responsabilidade enquanto Esquerda, para definir quem são os amigos e os inimigos desse país. É importante a unidade da Esquerda desse país, para que não caiamos, como outros partidos de Esquerda estão hoje no colo do PSDB e do PFL, fazendo o mesmo discurso de ACM Neto e companhia. É preciso que tenhamos responsabilidade, e que nós conclamemos as nossas bases para irmos para as ruas disputar esse governo nas ruas, e se não formos para a rua não temos inclusive chance de sobreviver nesse país.

O SR. ALEX (Presidente Nacional da Juventude do PSB) – Fazendo uma interrupção, para registrar a presença do companheiro, Deputado Estadual do Rio Grande do Sul, Heitor Shullz, do PSB. Nos honra muito a sua presença. Obrigado, companheiro.

O SR. JOÃO VITOR TAIÁ (JSB Manaus) – Bom dia a todos. Meu nome é João Vitor Taiá, Presidente Municipal da Juventude Socialista Brasileira em Manaus. É muito interessante o nome da tese explicitada pelo Rio Grande do Norte, De Que Lado Você Samba, até mesmo porque o próprio companheiro Ismênio já direcionou a mim esse questionamento e eu digo que temos que sambar do lado da honestidade, do lado da clareza e do lado da competência. Sambando desse lado companheiros, temos que admitir ainda que o Partido dos Trabalhadores – não vou citar o nome de Lula, porque seria equivocado da minha parte, e não tem nada comprovado –, mas o Partido dos Trabalhadores utilizou-se de uma tática equivocada quando se aliou com a Direita, quando se aliou com a burguesia, quando se aliou com o empresariado, inclusive representado pelo próprio José de Alencar, do PL, na Vice-Presidência – quem mais competente que ele para representar o empresariado nacional. Hoje com os frutos dessa política equivocada de alianças com a direita e passa a condená-la por ter praticado esse tipo de aliança que não era a aliança condizente com o futuro socialista que esperamos para o nosso país.

Mas fazendo uma análise da conjuntura nacional, indispensável que nós discutamos sobre a cláusula de barreiras. A cláusula de barreiras foi algo implementado por um membro do PSDB, praticamente há dez anos, para ter vigência inicial a partir do ano que vem, e foi uma tática utilizada pelo PSDB para perpetuar esse partido no poder. Por quê? Porque à medida em que se estabelece uma linha de 5%, mínima, para que os partidos tenham na Câmara dos Deputados, se não, eles passam a não existir, abre-se a possibilidade de o PSDB se aliar com o PT quando o PT estiver no poder, e se aliar com o PFL quando o PFL estiver no poder, porque o PFL é esse partido de aluguel que já conhecemos.

Mas tudo bem, vamos prosseguir. O Partido dos Trabalhadores, hoje, infelizmente, representa tudo o que condenamos enquanto aliados da base do Governo federal. Representa atualmente tudo o que esperamos que não seja praticado, tudo que esperamos até hoje que não fosse implementado quando finalmente chegássemos à Presidência. E hoje estamos na Presidência e infelizmente temos que admitir que somos, sim, base aliada desse Governo federal, mas temos que primar acima de tudo pela clareza e honestidade.

Então, companheiros, quero dizer ainda, que enquanto base aliada desse governo, precisamos, sim, dar sustentabilidade necessária para que sejam

implementadas as necessidades que acreditamos serem corretas para o nosso país. Mas o próprio PSDB, na pessoa do Fernando Henrique Cardoso deu um aumento de 3% para os servidores federais, e o nosso Governo infelizmente deu um aumento de 0,1%, e isso é uma vergonha. Não podemos compactuar com esse tipo de atitude. A lei de inovações tecnológicas criou espaços privados dentro da universidade pública, isso é outra atitude. E foi uma coisa inclusive criada pela nossa própria Secretaria de Ciência e Tecnologia; coisas que não podemos permitir que aconteçam. Nós, enquanto reivindicadores das causas sociais, de esquerda, revolucionários, não podemos permitir que isso aconteça. Então, companheiros, nós, do Movimento Primeiro de Maio, a mensagem que queremos dar é essa, sobre a conjuntura nacional. E agora vou passar a palavra para o companheiro Joubert.

O SR. JOUBERT – Bom dia, nome é Joubert, Secretário Estadual da Juventude Socialista Brasileira do Estado da Paraíba, eleito em congresso naquele Estado. Particularmente queremos passar aqui uma mensagem, e ver essa conjuntura que está se colocando, nacional, que não difere de uma conjuntura internacional. Nós, que tivemos a oportunidade de fazer parte do Festival Mundial da Juventude, em Caracas, e poder vivenciar aquele momento por que passa o país da Venezuela, sob o Governo do Comandante Hugo Chavez. E de repente voltar para esse Brasil e perceber essa crise política por que passa o país do Governo Lula, e voltar para cá, para essa Juventude Socialista Brasileira, que tem que ter efetivamente, junto ao Partido Socialista Brasileiro, que esse Governo de Luis Inácio Lula da Silva tome seu rumo. Não podemos efetivamente cair simplesmente nesse discurso, que, por exemplo, a UNE quer passar, que tem que ir para a rua defender o Governo Lula, porque simplesmente é um Governo que está sendo golpeado pela elite brasileira, onde o próprio Presidente Lula se diz traído pelo Partido dos Trabalhadores. Nós, do Partido Socialista Brasileiro, da Juventude Socialista Brasileira, temos que exigir que o Partido Socialista Brasileiro coloque suas críticas e é fundamental para esse processo de rumo a Esquerda brasileira. O que não dá para admitirmos é que o Brasil fique de fora do que está acontecendo hoje na América Latina, com governos progressistas, de uma aliança da América Latina, da integração do povo da América Latina, contra esse imperialismo norte-americano, e o Brasil que é estratégico ainda não deu nenhuma resposta para esse movimento que está surgindo através do Comandante Hugo Chávez, de Fidel Castro, e de países como a Argentina, países como o Uruguai. E o Brasil para vocês terem uma idéia, não mandou representação nenhuma do Governo brasileiro. Ou seja, vivemos com essa crise política que aqui se encontra ocasionada pelo Partido dos Trabalhadores, no qual o Partido Socialista Brasileiro não pode ser coadjuvante a isso, e tem que efetivamente, a partir desse congresso, convocar o povo brasileiro, numa aliança do Governo Lula com o povo brasileiro, com

os movimentos sociais e populares, com os movimentos estudantis, para irmos para a rua exigir que o Governo Lula dê um rumo à Esquerda, para que assim, companheiros e companheiras, possamos efetivamente ter a vontade de se gritar na rua pelo governo de Esquerda, pela mudança progressista, e não simplesmente estarmos com discursos muitas vezes sem nenhum conteúdo político e fora da realidade, dizendo simplesmente, repito, que é uma manobra da direita brasileira. O PSB é fundamental nesse processo, o Partido Socialista Brasileiro é, a meu ver, o único partido que pode dar esse rumo ao Governo brasileiro, porque se não for essa alternativa progressista, essa alternativa rumo ao socialismo, rumo às mudanças estruturais, é que vamos poder mudar o povo brasileiro. Se estamos na Venezuela e escuta o Presidente, como Hugo Chavez, dizendo que não precisa do FMI, dizendo que não precisa do Governo dos Estados Unidos para vender petróleo, por que o Brasil, como o maior país da América Latina, com um Governo que foi colocado pelos movimentos sociais, pelos movimentos populares, não pode, nesse momento, rumar para a Esquerda? Porque só vai ser com a Esquerda, só vai ser com os movimentos populares, só vai ser com a definição do que o Presidente Lula quer, que vamos poder eleger novamente esse Governo que se caracterizou no seu início por popular, democrático no Brasil.

O SR. ALEX (Presidente Nacional da Juventude do PSB) – Obrigado, Joubert. Junto com o João Vitor e o Fabrício fizeram a defesa de uma proposta unificada a respeito da conjuntura com base nos textos que foram apresentados anterior ao congresso, Inimigos do Rei e Movimento Primeiro de Maio.

Eu pediria, antes de passar a palavra para o próximo inscrito, pois temos cinco inscritos, Altanir, Fernando, Adriano, Valdir e o Marivaldo, para abordarem sobre o mesmo tema, que, na medida em que forem feitas propostas de deliberação, pedimos que as pessoas aproveitem esse tempo também para fazer propostas para serem deliberadas mais tarde por esse congresso; que possam fazer isso por escrito, à Mesa, para nos ajudar a facilitar a sistematização dos trabalhos.

O Altanir, do Rio Grande do Norte, é o próximo inscrito.

O SR. ALTANIR (JSB RN) – Meu nome é Altanir, e sou dirigente da JSB do Rio Grande do Norte. Gostaria de contribuir com uma avaliação aqui. Acho que os companheiros que antecederam foram felizes na colocação de que o Governo precisa de uma articulação de bases, precisa de uma construção das massas. Eu acredito que esse governo que está posto, precisa que seja criada outra cultura de disputa, uma cultura na periferia, nas comunidades. E eu acho que talvez seja um grande equívoco nosso estar avaliando o Mensalão como uma crise generalizada, como uma crise do Governo. Acho que o Mensalão é uma história muito antiga, como já foi frisado, e isso é uma crise de partido.

O brasileiro hoje já não acredita mais nos partidos como instrumento de luta, não acreditam nas organizações partidárias, nos companheiros que são eleitos para representar os cargos eletivos como representantes do povo, e o que toda essa cultura do Mensalão traz hoje é uma possível renovação nessas Casas, na Câmara Federal, no Senado, nas Câmaras de base, nos governos. É isso que o Brasil precisa, que a base, que a sociedade comece a discutir esses rumos, até porque num país onde a miséria é tão grande, onde a pobreza é tão grande, onde a alienação política pela juventude, nas comunidades mais periféricas é tão grande que não podemos deixar de ser uma alternativa, não podemos deixar de ter o papel de juventude protagonista, juventude que defende o socialismo, a luta dos povos, a libertação, e só poderemos cumprir esse papel a partir da hora que a JSB, que o Partido Socialista Brasileiro esteja dentro de cada movimento, esteja dentro de cada comunidade, dentro da periferia, dos movimentos alternativos, dos movimentos que surgem com propostas de construção. Agora, também acho que não podemos deixar de fazer um grande questionamento, aos fascistas que estão saindo às ruas se intitulando caras-pintadas, se intitulando representantes da juventude, onde historicamente os trotskistas dividiram a luta dos trabalhadores, onde historicamente essa juventude que está aí fora está dividindo as entidades de luta, está dividindo os sindicatos representativos de nosso país. E se queremos chamar um grande bloco socialista, um grande bloco que defende um governo do proletariado e do povo, temos que chamar também aqui nesse congresso a unicidade, tem que unificar para avançar, e só assim iremos conseguir construir um governo de todos, um governo onde o povo, onde a opinião do trabalhador esteja lá sendo implantada, porque não podemos esquecer, temos que fazer a denúncia, sim, exigimos a apuração do Mensalão, exigimos uma nova política econômica, mas não podemos nos esquecer que as placas de aluga-se e vende-se que tinha no nosso país foram retiradas por esse Governo. Quando tiramos, quando paramos as privatizações do nosso país, quando seguramos e abafamos debate sobre a Alca, que era um grande temor para as Américas. Então, companheiros, é necessário construir um sentimento de que este governo que está em disputa, sim, e que nós, enquanto Juventude Socialista, como bloco socialista desse país, temos que construir a alternativa, e a alternativa é a luta unificada.

O SR. ALEX (Presidente Nacional da Juventude do PSB) – Antes de passar a palavra para o próximo inscrito, que é o Fernando de Alagoas, a Mesa só queria dizer que as próximas intervenções, e o companheiro Altanir cumpriu esse tempo, estamos trabalhando na perspectiva dos três minutos, em função do tempo que temos, que inclusive já está avançado. As intervenções anteriores, que eram para tese, a gente abriu um espaço um pouco maior.

Próximo inscrito é o Fernando, de Alagoas. E a mesa encaminha a

seguinte proposta: que na fala dele as pessoas que ainda quiserem se inscrever sobre esse tema que façam a inscrição até o final da fala dele. Fernando, três minutos.

O SR. FERNANDO (JSB AL) – Bom dia, companheiros. Eu sou Fernando, Secretário de Formação Política Estadual da JSB em Alagoas. E vou rapidamente aqui reafirmar a postura da JSB, de apoio ao Governo Lula, mas de um apoio crítico ao Governo Lula. Temos que assumir a postura de empurrar o Governo Lula para a Esquerda, antes que a Direita o empurre para o abismo. Gostaria também de reafirmar a importância histórica da Juventude nas lutas dos trabalhadores deste país, nas lutas contra o autoritarismo neste país. Então, nesse contexto, vou dizer primeiro de que lado a gente não samba: a gente não samba do lado do carguismo, a gente não samba do lado do ódio. Queria dizer, companheiros do RN, queria dizer, companheiros do Ceará, queria dizer, companheiros de Alagoas, que sambamos ao seu lado, que sambamos do lado da construção da JSB, que nós sambamos do lado da verdade. E queria conclamar a todos para sambar do nosso lado também, para que possamos construir uma JSB orgânica, e uma JSB que possa exercer o seu papel de mudança nesse país. Obrigado, companheiros.

O SR. ALEX (Presidente Nacional da Juventude do PSB) – Registramos aqui a inscrição do Pedro Marcelo, de São Paulo, do Enio do Amapá, e do Olavo do Rio Grande do Norte. São esses? Mais algum?

Próximo inscrito é o Adriano, da Paraíba. Três minutos.

O SR. ADRIANO (JSB PB) – Ouvindo os companheiros do Sudeste e até companheiros do nosso próprio Nordeste também, e como legítimo paraibano, atualmente suplente de Vereador, exercendo a função, no meu município de Belém, na Paraíba, eu diria que temos que fazer uma observação, uma análise. E trago isso para minha regionalização, de que lado, cada PSB, de que lado, cada militante, cada pessoa que tem um mandato, está vendo o seu partido de que forma, e aí eu lhe diria que o “forro está tocando”. De que forma e de que lado as tendências estão se subtraindo, estão emergindo para que este PSB se torne autêntico, e que não possamos estar aqui encobrimos isso ou aquilo, ou dizendo que o Governo errou ou errou menos, porque erro é tudo igual, não existe menor ou maior. Mas temos que ter autenticidade para dizermos que o PSB tem responsabilidade nesse governo também, mas esse PSB tem uma responsabilidade sensata, não uma responsabilidade daquilo que quando o barco está afundando, todo mundo está correndo. E a altivez, a autenticidade política se vê nessas horas, quando a gente não está escondendo a cara e muito menos pintando caras para esconder o que defendemos no passado, e no passado bem recente. Então, temos que fazer com que esse PSB se torne

cada vez mais autêntico nas suas convicções e naquilo que ele acredita. Eu faço aqui um histórico e também uma homenagem ao meu Presidente do partido lá na Paraíba, Paulo Jorge, Vice-Prefeito, que derrubou uma dinastia de 43 anos no seu município, porque acreditou em si, fez com que as idéias dele fossem absorvidas pelas pessoas que acreditavam naquele ideal. Temos que fazer com que nossos companheiros acreditem nas nossas idéias, não que apenas sejamos coadjuvantes das idéias e opiniões alheias. Não vamos ser escravos do poder dos outros. Vamos ser autênticos, vamos ser livres, vamos ser independentes naquilo que acreditamos, e o PSB acredita numa alternativa, o PSB não é apenas um partido que vai ser carregado por outro, porque o PSB tem ideologia, tem idéias, tem condições de administrar esse país, como tem condições de, em cada Estado, levantar uma bandeira e dizer que tem candidatura, porque não é acorrentado a ninguém e não é submisso a dinastia e a ditadura nenhuma. Obrigado.

O SR. ALEX (Presidente Nacional da Juventude do PSB) – Próximo inscrito é o companheiro Valdir, do Rio Grande do Sul.

O SR. VALDIR (JSB RS) – Como já foi dito um pouco, a respeito da conjuntura internacional, eu acho que estamos perdendo um dos melhores momentos para avançar na luta dos trabalhadores em nosso país, porque na conjuntura internacional vemos o Chavez na Venezuela, vemos o Kirchner, vemos o Tabaré Vasquez, que rompeu também a elite no poder do Uruguai há muitos anos. Então, é uma das melhores conjunturas para estarmos avançando na luta, eu acredito que seria agora. E vejo com muita tristeza esse momento político que estamos vivendo, porque durante muito tempo se depositou no Lula e no próprio Partido dos Trabalhadores uma perspectiva de transformação que a gente sonhava muito com tudo isso. Então, a melhor definição que ouvi a respeito desse período que estamos vivendo é que essa corja da cúpula do Partido dos Trabalhadores, responsável por esse roubo, por esse assalto ao Estado, são “ladrões de sonho”. Foi a melhor definição que ouvi até agora sobre todo esse período triste que estamos vivendo. Estamos perdendo o nosso discurso, e companheiros, com sinceridade, não acredito mais nessa disputa à Esquerda do Governo Lula. Eu não acredito mais nisso. No momento em que vemos o Olívio Dutra, que é o que representa a Esquerda do Partido dos Trabalhadores, companheiro histórico, Governador do Rio Grande do Sul, sempre a favor do pequeno agricultor, a gente vê o Olívio sair do Ministério das Cidades por uma indicação do Severino. Então, que disputa vamos fazer no Governo Lula? Saiu quem representa, companheiro histórico de lutas do PT, a Esquerda do PT, por uma indicação do Severino. Mas que disputa é essa no Governo, companheiro? Então, é com muita tristeza que vejo esse período que estamos vivendo, só que a JSB e o PSB tem um papel fundamental nesse processo. Cabe a nós a reconstrução, cabe a nós construir uma alternativa. Eu acho que temos que ser

responsável com o Governo Lula, não fazer a crítica pela crítica, e sim uma crítica responsável tentando indicar outra linha, mas sem acreditar demais que a gente pode dar uma outra linha para esse governo porque a conjuntura é muito complicada. Então, acho que o PSB tem um papel fundamental e discutimos no nosso Congresso Estadual da JSB, que o PSB tem que ter uma alternativa e tem que ter candidatura própria à Presidência. A gente deliberou isso e acho que é um caminho que somos protagonistas e fundamentais nesse processo, de dar um outro rumo para esse país porque o momento, a conjuntura histórica nos favorece, e eu acho muito complicado tentar disputar o Governo Lula à Esquerda, porque não dá sinais de que é possível ele disputar à esquerda, e, sim, temos que disputar através de movimentos sociais. Isso sim, com o MST, com os estudantes e com os diversos movimentos sociais. Disputar pelo movimento, não disputar o Governo Lula à esquerda, porque não dá sinais de que isso é possível. Obrigado.

O SR. ALEX (Presidente Nacional da Juventude do PSB) – Marivaldo, Pernambuco.

O SR. MARIVALDO (JSB PE) – Sr. Presidente, companheiros. Meu nome é Marivaldo, estou Presidente Municipal da Juventude lá em Altino, Estado de Pernambuco, estou líder na Câmara Municipal também daquele município, na Câmara de Vereadores, líder do partido naquela casa. Sr. Presidente, fazendo uma análise da conjuntura nacional acerca de tudo isso que está acontecendo e respeitando as idéias, os pensamentos e as posições dos nobres companheiros que aqui fizeram, o momento é melindroso, como assim se costuma falar no meu município. Ele é melindroso, é cauteloso, mas não podemos esquecer de que no segundo turno o PSB reafirmou, o PSB se comprometeu e concordou com as propostas montadas por uma conjuntura de partidos a apoiar a candidatura do Presidente Lula. Reafirmo o que comentou os jornais do meu Estado quando nosso líder maior, Miguel Arraes, quando ainda internado ele falava o seguinte, pedindo ao PSB que reafirmasse o apoio ao Presidente Lula e o ajudasse a governar. É com este propósito, Sr. Presidente, que nós temos que marchar daqui unidos, com um discurso só, temos que voltar para o nosso município, nosso Estado, e ir às escolas, às ruas, mostrando o nosso pensamento e a nossa posição, dizendo realmente qual é nossa proposta. E aí vai minha proposta: chamar a atenção, sim, do Presidente Lula, para saber qual a posição dele com respeito à direção deste país, se ele quer governar realmente com os partidos que sempre o ajudaram, e o ajudaram a se eleger, ou quer continuar com partidos igual ao PL, igual ao PTB, que o colocaram agora nessa enrascada em que ele se encontra. Precisamos chamar o Presidente da República para que ele venha realmente com um discurso e volte a governar com aqueles partidos históricos,

como o PSB, partido que tem postura, partido que tem nome. E quero alertar uma coisa: caso viermos a fracassar, porque somos governo, não podemos nos esconder agora, por conta da atual crise, e querermos sair. Nós somos governo, somos responsáveis, apesar de graças a Deus não estarmos participando dessa vergonha, desse nojo que aí está, mas somos governo. Mas temos que sair com uma posição de tentar ajudar a governabilidade, e entendermos que se, caso haja um fracasso do Governo Lula, é um fracasso nosso também. Não podemos aceitar, como vimos as elites miseráveis que governaram nosso país, durante a ditadura militar e até a época de Fernando Henrique, vir zombar de nós na televisão e dizer que o PSB, que o PT, o PC do B, fazem parte desse lamaçal que está aí. O PSB tem postura, nós precisamos resgatar nossa história juntamente com o Governo que está aí, perguntando a ele qual é sua posição, e reafirmando nosso apoio, reafirmando cada vez mais o nosso apoio, mas que ele volte para si e venha governar conosco; queremos participar do Governo não só com ministério, mas queremos participar do governo com uma proposta lógica, de ideologia, nas ruas, governando esse país, e não permitindo a essa elite nojenta, miserável, que quer nos amedrontar jogando a culpa nos partidos de Esquerda. O PSB tem história, o PSB tem suas características, e precisa marchar com a ideologia, a postura e a ética, que sempre mostrou Miguel Arraes de Alencar.

O SR. ALEX (Presidente Nacional da Juventude do PSB) – Muito obrigado, companheiro. Próximo inscrito é o Pedro Marcelo.

O SR. PEDRO MARCELO (JSB SP) – Companheiros, meu nome é Pedro Marcelo. Sou Segundo Secretário da Executiva Estadual do Partido Socialista no Estado de São Paulo, dirigente da Juventude naquele Estado, delegado a este congresso. Venho aqui, companheiros, para também participar dessa discussão de conjuntura, com uma contribuição um pouco diferenciada, e acho que nós, hoje, delegados reunidos nesse Congresso Nacional de Juventude, precisamos, em cada um dos pontos que aqui serão debatidos, discutir sobre os pontos não pela posição histórica da Esquerda, mas debater cada um dos pontos sob um prisma que quero apresentar agora, sem pretensão nenhuma, companheiros. Faço isso porque na luta que temos travado na Executiva Estadual lá em São Paulo, para fazer com que o PSB a partir do ano que vem não seja mais um partido morto, a gente acumulou uma posição que quero agora colocar para os companheiros.

O sistema financeiro internacional, companheiros, não abre mão de continuar dando as cartas, dando o comando, não só nas nações centrais mas principalmente nas nações periféricas, porque são as nações periféricas que, conscientes, sabedoras de seu papel de mudança para esse mundo que vivemos hoje, é que podem dar uma nova cara para o que está aí. Todo o avanço de

governos populares que temos visto na América Latina, e que poderia ter um impulso através do governo que nós construímos aqui no Brasil, foi integrado dentro de um projeto de recolocar a elite no seu lugar, onde ela sempre ficou, que é no comando desse país. Quero dizer isso não por escândalos de Mensalão, porque Mensalão, companheiros, quem discute mensalão e vê a militância do PSB discutir mensalão, é melhor por uma camiseta Eu Acredito no Roberto Jefferson, e sair na rua. Mensalão não existiu e nunca vai existir dentro de um Governo popular e de Esquerda. O que existiu dentro desse Governo, que os companheiros do PT equivocadamente operaram, foi aquilo que nós, militantes de partidos, e principalmente aqueles que dirigem partidos sabem, e aqui aqueles que disputaram a eleição sabem, não dá para fazer campanha da maneira como é colocada hoje. Você, companheiro, que disputa lá na sua base, e ganha um conjunto de camisetas de um sindicato que é parceiro, de uma associação de moradores que é parceira, porque sabe que você apresenta propostas, você não tem compromissos com o capital internacional, porque esses não aparecem em contas de BMG. O dinheiro que elege o poder no país não está nas contas do Marcos Valério. Não está. Equivocadamente os companheiros operaram financiamentos de campanha inadequado, promiscuo, inadequado, mas que é regular e acontece todo dia. O que a elite fez, utilizando o Roberto Jefferson, foi antecipar aquilo que todos nós que temos militância partidária sabemos, o ano que vem, nas eleições de 2006, será operado no Brasil a dissolução, a destruição dos partidos políticos como a gente conhece hoje. A eleição do ano que vem vai ser a última eleição da maneira como a gente conhece. Até antes do Mensalão, companheiro, havia cinco partidos que passariam por essa cláusula de barreiras, que hoje, aqui no Congresso Nacional, está em 2%, mas o acordo das lideranças é de 5%. E isso não vai recuar. Antes do Mensalão passavam PP, PMDB, PSDB, PFL e PT. Esses, seguros. Nós, do PSB, e os companheiros do PDT precisariam, como precisamos, nos esforçar bastante para passar os 5% e sermos sete partidos, três de orientação esquerda e quatro de lá. O que está sendo operado hoje, companheiros, com o Mensalão é o seguinte: a gente vê a Esquerda do país uma esquerda desorientada, uma esquerda que vai para a rua fazer manifestação contra a corrupção. Temos que ir para a rua para pedir uma reforma política que garanta a representação do anseio popular e democrático nesse país. Nós do PSB temos o orgulho de ter perdido o companheiro Miguel Arraes e não equivocadamente como foi o companheiro Leonel Brizola, que foi perdido deixando de destinar apoio popular e democrático para um governo eleito pelo povo. Arraes morreu sabendo que precisava, e inclusive passando por cima de posicionamentos ideológicos muitas vezes, admitindo a vinda de Ciro Gomes. Quem é Ciro Gomes na ordem do dia da Esquerda? Mas Ciro Gomes para a gente hoje é o que Garotinho foi, um instrumento real para que

o PSB popular, democrático e de Esquerda, passe a cláusula de barreiras e possa efetivamente estar dentro do debate nacional. O que devíamos estar discutindo hoje nesse congresso de juventude, não é quem vai ser o Secretário de Juventude, o Presidente ou outros cargos. A conjuntura que temos que debater aqui é que a elite já conseguiu destruir com um ano de antecedência o PT, porque esse já morreu. O PT já morreu, não tem mais cinco passando, hoje passam quatro.

Estou concluindo, dizendo que o PSB hoje pode escolher, porque o PSB será o partido que vai herdar PT e todos os outros. O debate que temos que fazer aqui hoje, e aí chamo à responsabilidade os companheiros do Rio Grande do Norte, e principalmente do bloco do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, de que essa juventude aqui hoje precisa dar um recado para o partido, um sinal sobre a conjuntura, nós precisamos, PSB, sermos um partido não que herde a podridão que está lá, mas que herde um compromisso real, popular e democrático. Queremos discutir hoje, e o Estado de São Paulo vai discutir aqui hoje, com sua bancada, junto com cada um dos delegados, que nós devemos dizer para o partido o seguinte: vamos passar a cláusula de barreira, mas não trazendo esse restolho que está aí. Vamos passar a cláusula de barreira, indicando aqui, através de cada JSB estadual, um candidato a deputado estadual, um candidato a deputado federal, que a direção nacional do Partido garanta televisão, garanta material de campanha, por dentro ou por fora, mas garanta material de campanha para que a gente eleja um Congresso Nacional com militantes da juventude Socialista, que não vão sair desse partido, que são compromissados com a causa de manutenção do PSB no campo popular e de Esquerda. O que queremos debater aqui, hoje, é isso. Cadê os companheiros do MPM, para discutir isso aqui hoje? É isso que vamos discutir companheiros: se vamos ganhar uma juventude, como vocês estão caminhando hoje para daqui um ano não termos mais partido, ou se vamos ganhar hoje a coesão da Juventude, avançar no comando nacional do partido, indicando dois companheiros para a Executiva Nacional, e companheiros representativos no Diretório Nacional do Partido, fazendo o Presidente Eduardo Campos se comprometer em eleger os deputados da Juventude Socialista para a Câmara Federal e para as Assembléias legislativas. Essa é nossa contribuição. Esse é o eixo de debate que queremos fazer, dentro de cada um dos pontos que serão discutidos hoje.

Nas praças, nas ruas, na luta a vida inteira, e viva a Juventude Socialista Brasileira.

Nas praças, nas ruas, na luta a vida inteira, e viva a Juventude Socialista Brasileira.

O SR. LINCOLN (JSB AM) – Bom dia. Meu nome é Lincoln. Sou delegado do Amazonas e estou encaminhando para a Mesa um requerimento para que a Mesa submeta à Plenário para decisão.

O SR. ALEX (Presidente Nacional da Juventude do PSB) – Certo. Ainda estamos num ponto de pauta aqui. A Mesa vai receber seu documento. Vamos finalizar esse ponto de pauta. Ainda tem dois inscritos para concluir o debate, e depois podemos encaminhar.

O credenciamento ainda não acabou. Iniciamos com atraso o congresso. Se fossemos seguir nosso folder, o próximo item de pauta seria Políticas Públicas e Juventude. Depois do almoço entrar nesse processo do Regimento e da Eleição. Temos também que decidir se paramos para o almoço ou continuamos o debate, no outro ponto de pauta.

O SR. – Sr. Presidente, outro ponto que queremos encaminhar é que a plenária decide até que horas vai o credenciamento, porque houve um tumulto muito grande lá fora, porque está um embate, dentro da própria Comissão de Credenciamento até que horas vai o credenciamento. Uns queriam que acabasse agora ao meio dia e outros querem que acabe a uma hora. Eu encaminho uma proposta que o credenciamento seja finalizado às doze e trinta, e de doze e trinta até uma hora seja feito o credenciamento dos suplentes.

O SR. ALEX (Presidente Nacional da Juventude do PSB) – Existe uma comissão. Não adianta um falar uma coisa e outro falar outra. Então, podemos encaminhar que essa Comissão se reúna e defina.

O SR. – Eu peço que a plenária decida até que horas vai, Presidente.

O SR. – A Comissão está brigando lá fora. A assembléia aqui tem que decidir por isso, porque na programação os suplentes se credenciavam de onze ao meio dia. Já passamos do meio dia e eles não querem começar o credenciamento dos suplentes.

O SR. ALEX (Presidente Nacional da Juventude do PSB) – A Comissão não pode ser irresponsável ao ponto de ficar brigando.

O SR. – Quebraram o estande lá, agora. Entendeu?

O SR. ALEX (Presidente Nacional da Juventude do PSB) – Quer dizer, enquanto uns estão aqui construindo o processo democrático do debate político... Não podemos quebrar estande ou brigar por A ou por B, porque não é esse o momento de fazermos essa discussão. Aqui a discussão é política.

O SR. – Sr. Presidente, peço sinceras desculpas, mas peço que o senhor encaminhe à plenária. É uma proposta que eu, como delegado, estou encaminhando para que submeta à plenária para decidir até que horas vai o credenciamento.

O SR. – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. ALEX (Presidente Nacional da Juventude do PSB) – Quais são as propostas?

O SR. – Alguns membros da Mesa de Credenciamento querem que o credenciamento vá até uma hora e outros até meio dia e trinta. A minha proposta é que o credenciamento dos Delegados seja feito até meio dia e trinta e de meio dia e trinta até uma hora seja feito o credenciamento dos suplentes, até porque às cinco horas temos a Missa de Sétimo Dia do Dr. Arraes.

O SR. – Questão de ordem, aqui, Alex. Vamos estender até uma hora. A proposta é essa, e vamos botar para a Plenária decidir.

O SR. ALEX (Presidente Nacional da Juventude do PSB) – Uma de meio dia e trinta e outra de uma hora. Certo?

O SR. – De uma hora, e encerrando o credenciamento dos Suplentes até que hora?

O SR. ALEX (Presidente Nacional da Juventude do PSB) – Até uma e trinta, no caso.

Então, existem duas propostas: meio dia e trinta termina o credenciamento dos delegados, e de meio dia e trinta até uma hora o credenciamento dos suplentes.

O SR. – Sr. Presidente, alguns colegas pediram que o credenciamento de suplentes seja dado pelo menos uma hora para eles, já que eles teriam, por direito, no Regimento, uma hora para credenciamento. Então, seria de meio dia e trinta até uma e trinta.

O SR. ALEX (Presidente Nacional da Juventude do PSB) – Então, existem duas propostas: meio dia e trinta, uma e trinta; a outra é de uma até as duas horas.

Quem vota na proposta número um, levante seu crachá.

De meio dia e trinta, o credenciamento dos delegados, até uma e trinta o credenciamento dos suplentes.

Quem vota na proposta número dois: credenciamento dos delegados até uma hora e o credenciamento dos suplentes até duas horas.

O SR. – Como encaminhamento, peço que a Mesa submeta à Comissão de Credenciamento a decisão da Plenária.

O SR. ALEX (Presidente Nacional da Juventude do PSB) – Certo, pessoal? A Mesa vai encaminhar para a Comissão de Credenciamento o resultado da votação da plenária, e reiniciaremos o debate que já estava posto neste plenário.

O SR. – Sr. Presidente, questão de ordem. Só lembrando, para quem já está na fila, ainda vai ter o direito de se credenciar, a partir do momento...

O SR. ALEX (Presidente Nacional da Juventude do PSB) – Naturalmente, dentro desse horário.

Próximo inscrito, dentro do debate, companheiro Enio, do Amapá.

O SR. ÊNIO (JSB AP) – Bom dia a todos os companheiros de todos os Estados, delegados, observadores também. Na verdade não vou tentar ser redundante, mas evidentemente que vou pautar um pouco da minha fala em cima do que os companheiros que me antecederam colocaram. Evidentemente que a análise de conjuntura hoje é muito mais fácil que outras análises do que aconteceu no país, por exemplo, com o Collor de Mello. Hoje, com o advento da tecnologia, internet, TV, temos mais acesso e possibilidade de fazer uma análise mais profunda e mais sólida. Agora, evidentemente que precisamos saber dividir o que é denunciismo e o que é informação. Sabemos que hoje quem está na vanguarda desse processo todo é essa mídia, esses meios de comunicação aí estão manobrando e controlando esse país. Mas evidentemente, companheiros, que a pergunta foi colocada: de que lado você samba? Essa pergunta a gente está se fazendo há aproximadamente três anos. Há três anos a Juventude Socialista Brasileira e todos os companheiros que acreditam numa transformação radical desse país, a gente vem fazendo essa pergunta para o Governo Lula. E evidentemente estamos com um exemplo agora. Eu comungo com a opinião do companheiro do Rio Grande do Sul. Acredito que, pelo andar da carruagem, como anda hoje, dificilmente vai se tomar um rumo nesse país. E aí é que faço a pergunta aos companheiros e coloco a minha proposta aqui para uma análise de todos os companheiros. Hoje o Partido Socialista Brasileiro e a Juventude Socialista Brasileira ela tem tudo para ser uma via, uma via para tudo isso que está aí. Evidentemente que hoje nosso partido pode ser federalizado, onde vários Estados temos conjunturas diferentes, evidentemente que para que o Partido e a Juventude Socialista Brasileira tome uma vanguarda desse processo e seja essa via, isso só vai acontecer se estivermos na base, companheiros. Na base mesmo, fazer diferente do que está acontecendo hoje com o Governo Lula. Eu sou lá do Estado do Amapá, um Estado longínquo, vocês sabem, e lá não é diferente. Lá, as mesmas práticas que vieram a público hoje na nação, o PT fazia também isso lá. Nós denunciemos isso a José Dirceu, denunciemos isso a Silvinho Pereira, mas eles viraram as costas. E é isso que temos que colocar nesse debate aqui. E o que eu quero colocar também é que o Governo Lula tem que tomar logo essa posição. Não adianta esperar para tomar essa posição amanhã, porque se tomar essa posição somente amanhã aí já será tarde. Já é tarde mesmo, companheiros. É por isso que quero que esse congresso, evidentemente que vai ser um congresso onde todos os companheiros que estão aqui presentes, estarão colocando suas posições, vamos discutir os espaços,

porque é importante que cada companheiro dos Estados preencha os seus espaços dentro dessa direção, mas que esse debate não seja só em cima disso que está acontecendo, que esse debate seja um debate de construção do Partido Socialista e da Juventude Socialista, e que a gente avance. Avançamos, sim, em algumas questões, mas precisamos avançar mais. Agora, isso só será possível, companheiros, se estivermos na base, se estivermos lá onde está o problema, se estivermos lá onde a ferida dói. Não adianta ficar sendo redundante aqui, e não tiver essa posição de avançar, e avançar cada vez mais para que a gente cresça e seja, sim, essa via e essa opção para o povo brasileiro. É essa a nossa contribuição, companheiros. Muito obrigado.

O SR. ALEX (Presidente Nacional da Juventude do PSB) – Obrigado, companheiro Enio. O último inscrito é o Olavo, do Rio Grande do Norte.

O SR. OLAVO (JSB RN) – Boa tarde, companheiros. Meu nome é Olavo, sou Secretário da Juventude da cidade de Natal, Rio Grande do Norte, e tenho a compreensão, nesse momento, que a gente tem que se ater ao papel que a mídia coloca hoje nesse caso de corrupção. Nessa mídia, a gente tem que relatar, a Revista Veja, a TV Globo, o Jornal Estado de São Paulo, que sempre esconderam os casos de corrupção praticados pelos governos de direita, a serviço da burguesia nesse país. E agora tentam sacrificar o Governo Lula, tentam passar uma imagem para a população brasileira, como se isso fosse a primeira vez da corrupção. Com isso temos o dever, como socialistas, de ir para a base, fazer uma contracampanha dessa mídia burguesa, que está atacando o Governo dos trabalhadores, e isso só se dará pela luta organizada dessa juventude, e da qual não temos que nos ausentar, e exigir severidade nas punições dos culpados; e que a gente faça um trabalho de cassação de quem for necessário. Esse governo hoje está tendo esses casos devido à insuficiência da Esquerda brasileira em ter sucesso no Congresso Nacional; esses casos que se colocam hoje acredito que são verdadeiros, sim, mas como forma de contemplar o PL, forma de contemplar o PTB, forma de contemplar o PP. Eu acho que o sucesso e a disputa desse governo, tem que se travar pelo Congresso Nacional, os ganhos sociais, no máximo, o que pode fazer é o tensionamento desse governo, mas nunca a disputa, porque a verdadeira disputa se trava dentro do Congresso Nacional. Temos que garantir, nessas eleições do ano de 2006, o crescimento das forças progressistas desse país, tanto nos governos estaduais, como nas Assembléias legislativas, como no Congresso Nacional, para que aí, sim, tenha uma disputa da esquerda. Obrigado. Estou sem voz, mesmo.

O SR. ALEX (Presidente Nacional da Juventude do PSB) – Obrigado, Olavo, pelo esforço.

A companheira Sol, que registrou sua inscrição e a Mesa não teria visto. Então, acatamos a última inscrição, a da Sol, como sendo a nossa última contribuição para esse debate.

A SRA. SOL (JSB DF) – Companheiros e companheiras, recebam um abraço da companheira Sol, de Brasília, no VIII Congresso Nacional da Juventude Socialista Brasileira. Estive observando algumas posições, no decorrer do debate, que são muito pertinentes e muito legítimas no meu modo de perceber o momento político. Agora, queria colocar a intenção de que o Distrito Federal sempre teve de contribuir com a construção da JSB. Não adianta termos uma Juventude que se perpetua no poder, um Estado ou outro, que não deixa de usar a Juventude como instrumento de fazer política, mas entendo que a partir do momento em que esse projeto não tem fim ou não tem abertura, ele compromete e sua legitimidade em intenção política e ética.

Contenções à parte, acho que a JSB tem que ter um novo rumo. Eu defendo que a Juventude Socialista Brasileira e em especial como fui citada, não vou fugir à responsabilidade, o Movimento que foi criado no dia primeiro de maio pretende que a Juventude tenha um novo rumo, um novo rumo de aglutinação, não de veto ou separação a quem quer que seja; um movimento onde cada um tem a sua parcela de contribuição a dar. Então, não é de forma nenhuma nenhum tipo de divisão ou separação de pensamentos, e sim pegarmos os pontos positivos do que cada um pensa, e construirmos uma JSB única e consistente. Gostaria também de colocar que a JSB tem que estar nesse novo contexto participando dos grandes debates nacionais, que são a reforma política, que são reforma sindical, que são conjuntura internacional, a questão da integração da América Latina, a questão, principalmente... Então, gostaria, companheiros, de falar que eu defendo um novo rumo para a Juventude, uma Juventude onde quem sinta a realidade da Juventude, que realmente tenha um empoderamento das ações, ou seja, eu acho que é muito difícil, eu, enquanto Distrito Federal, falar da realidade da Juventude do Rio Grande do Sul, por exemplo. Quem vai saber falar da realidade da Juventude do Rio Grande do Sul é o Secretário de Juventude do Rio Grande do Sul. Então, ele tem que estar empoderado e participando ativamente da gestão da Juventude, e não criarmos um gueto onde um ou dois decidam, a Juventude por si só acaba fragmentada porque esse processo que estamos vivendo hoje nesse congresso nada mais é que o resultado da política centralizadora.

O SR. ALEX (Presidente Nacional da Juventude do PSB) – Companheira Sol, o debate é sobre a conjuntura nacional. Queria lembrar isso.

A SRA. SOL – OK, companheiro. OK. Chamando a atenção para a conjuntura nacional, estamos inseridos dentro dela, viu, companheiro Elisandro,

dentro dela. Até porque a Juventude é socialista brasileira, e a conjuntura passa pelo PSB, e somos PSB.

Para não delongar muito, gostaria de dizer que me sinto muito confortável nessa posição, de militante dessa Juventude, que eu sempre fui, sempre construí; não só eu, como muitos companheiros e companheiras de todos os Estados que estão aqui. Então, gostaria de dizer, companheiros, que é o momento de participarmos ativamente da conjuntura, das decisões que venham alterar a conjuntura desse país, enquanto participação efetiva de uma Juventude, que tem que existir de maneira pulverizada e não centralizada, que é importante o papel da centralização, é importante mas temos que não confundir com a gestão. Sem mais para o momento, gostaria de dizer que é muito bom vocês todos estarem aqui e um grande abraço. Sejam bem vindos, mais uma vez, a Brasília.

O SR. ALEX (Presidente Nacional da Juventude do PSB) – Obrigado, Sol.

O SR. CLEITON ROQUE (JSB RO) – Sr. Presidente, uma questão de esclarecimento. Eu solicitei aqui... Meu nome é Cleiton Roque, sou de Rondônia, solicitei minha inscrição e aí fui informado pela Mesa que não poderia mais usar a palavra. Entendi perfeitamente. E aí, com todo respeito, a companheira Sol, veio e num período intempestivo fez a inscrição. Eu só gostaria de registrar o meu protesto quanto a essa questão. Já tinha dito que não haveria mais inscrições. São essas minhas considerações.

O SR. ALEX (Presidente Nacional da Juventude do PSB) – Companheira Sol, a você foi garantida a palavra. A Mesa se dirige ao companheiro Cleiton da seguinte forma: se houve o seu pedido de inscrição e não foi visto pela Mesa, para nós vale a mesma regra da Sol. Consultamos ao plenário se você quer fazer uso da palavra. Não temos aqui nenhuma intenção de tolher ninguém em seu direito de falar e se pronunciar nesse congresso. A companheira Sol reivindicou que a Mesa não teria visto. Se você faz essa reivindicação, não há nenhum problema de entendimento da Mesa nesse sentido.

O SR. CLEITON ROQUE (JSB RO) – Obrigado, e garanto que vou ser breve. Na realidade, como já me apresentei, meu nome é Cleiton Roque. Sou o Secretário da Juventude do Estado de Rondônia, atualmente exerço o mandato de Vereador numa cidade por nome de Pimenta Bueno, interior do Estado, em torno de 500 km da capital Porto Velho. Vou procurar ser o mais breve possível. Analisando tudo o que foi falado aqui, nós, lá em Rondônia vivemos uma situação muito complicada, e acredito que todos vocês são conhecedores do fato que ocorre no Estado, onde desde o Governo do Estado e 23 deputados estaduais estão envolvidos, desde suborno, desvio de recursos da Assembléia Legislativa, e aí a gente ouve aqui o debate na questão

do Mensalão, dizendo que tem que punir determinados líderes políticos. Mas veja bem, pessoal. Pode-se banir a classe política que tem hoje no país, só que se não fizermos as devidas reformas não vamos conseguir resolver os principais problemas, porque na realidade o problema é de legislação. Hoje temos uma Justiça viciada. Poucas pessoas atrevem-se a falar isso, mas lá no nosso Estado, temos um Ministério Público tendencioso, onde duas situações idênticas são julgadas com critérios diferentes pela Justiça de nosso Estado. Tenho certeza que em nível de Brasil não é diferente. É necessário que haja uma reforma ampla e considerando as três esferas, tanto a nível Executivo e Legislativo. Também na questão judiciária, temos hoje um Poder Judiciário que na realidade é pernicioso, ele julga de acordo com os interesses políticos. Quero aqui também fazer uma consideração a respeito da atual direção nacional da JSB. O nosso Estado nunca tinha ouvido falar em JSB, e foi durante esses dois anos de mandato que tivemos a oportunidade, na pessoa do Josué e da companheira Paula que estiveram lá em nosso Estado, e realmente contribuiu muito. Hoje o Estado de Rondônia, que está aqui representado pelo companheiro Amaro, que é Presidente da direção estadual e o companheiro Ricardo, temos realmente um compromisso de contribuir com a construção da JSB naquele estado. Então, quero aqui fazer os meus agradecimentos, e digo que o Estado de Rondônia se considera de forma igual a qualquer outro Estado de nosso país, graças à abertura que deu a atual direção. São essas minhas palavras. Muito obrigado.

O SR. ALEX (Presidente Nacional da Juventude do PSB) – Obrigado, companheiro Cleiton. Antes de passar para o próximo ponto, queria pedir a compreensão do Deputado Ariosto Holanda, e dizer que em breve já vamos abrir o próximo ponto, Políticas Públicas e Juventude, onde queremos ouvir sua contribuição. Agora, queria saudar e agradecer a presença do Deputado Federal Eduardo Campos, Pernambuco, da Direção Nacional do nosso Partido, e deixá-lo à vontade, se quiser fazer uma saudação aos nossos congressistas da Juventude. É uma honra tê-lo conosco.

De norte a sul, e no país inteiro, que viva o Partido Socialista Brasileiro.

De norte a sul, e no país inteiro, que viva o Partido Socialista Brasileiro.

Do povo brasileiro, Arraes, guerreiro do povo brasileiro; Arraes, guerreiro do povo brasileiro; Arraes, guerreiro do povo brasileiro.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS – Meus companheiros e companheiras aqui presentes, é para mim um momento muito especial esse, de vir falar com a Juventude do Partido no primeiro congresso que a gente vive, vai ter, como ausência física, a liderança maior do nosso partido, do Dr. Arraes. Mas acho que a vida do Dr. Arraes foi um grande exemplo para nossa

Juventude. Imaginar que é possível fazer política durante cinquenta anos, e manter a coerência, e manter a fé na luta do povo, nos momentos mais adversos não desesperar, mas pelo contrário, perseverar. Ter, depois de cinquenta anos de militância política o respeito dos trabalhadores e dos pobres do seu Estado, da forma que alguns companheiros da Juventude de outros Estados tiveram a oportunidade de testemunhar, é uma lição que nós podemos guardar nas nossas cabeças e nos nossos corações, sobretudo num tempo em que a política anda tão complicada para a compreensão da população não engajada na luta política. É para nós uma responsabilidade muito grande que o PSB tem nessa etapa da vida brasileira, uma etapa difícil da vida brasileira, mas ao mesmo tempo uma etapa importante e promissora, desde que tenhamos capacidade de construir a unidade em torno de um pensamento, e a unidade não deve ser construída em torno de nomes, mas de um pensamento que lastreia um partido que representa a luta popular brasileira, o acender da esperança, da vontade de militar e da capacidade de compreendermos que enquanto tiver fome, terra concentrada, preconceito, exclusão, vai ter gente na rua lutando para construir um Brasil diferente. E foi dessa compreensão que foi buscar o ânimo, que foi buscar a disposição um matuto lá do Sertão do Ceará para fazer cinquenta anos de vida pública sem mudar de lado, sem mudar de conversa, tendo solidariedade com as mesmas causas, que no seu tempo de jovem eram tão atuais quanto são hoje para a geração de vocês. Por isso, companheiros, o PSB não se dispõe a ser sucessor de qualquer partido colocado na cena brasileira que está aí, nem somos herdeiros de viúvas e viúvos, nós somos e estamos aí para superar essa forma de fazer política, para ir além, para ser um partido que representa o sentimento do povo pobre, excluído, trabalhador do Brasil, dessa juventude que foi chamada tantas vezes para construir vitórias que no final não se configuraram em vitórias dos jovens brasileiros. Temos que ter essa compreensão. E o golpe militar fez um sistema eleitoral para o Brasil que praticamente está se esgotando, concebido pelo Golbery do Couto e Silva, esse modelo partidário que está aí, já no seu prenúncio de esgotamento, a elite cuidou de fazer o segundo plano, que foi exatamente o que se resume na cláusula de barreira, deixando seis partidos para discutir os problemas da nação brasileira. É muito mais fácil controlar um país, da potência, da grandeza, da importância do Brasil, com seis partidos, mais ou menos dos mesmos matizes ideológicos, e outros à disposição de ser governo seja ele qual for, para fazer as coisas que a gente não quer sendo feitas no Brasil, a gente tem a compreensão de que essa hora do PSB é fundamental para que essa luta continue, porque se não, na cena partidária brasileira um brasileiro que vem dessa tradição de luta, que está sofrendo com essa exclusão, não encontrará um caminho para se representar. Daí a importância desse momento e a gravidade dele, e a gente precisa superar nossas divergências. É importante que exercitemos

dentro do partido, a crítica, a disputa, mas não podemos cair exatamente nos equívocos que vimos outros cometer, de identificar dentro do nosso partido, os adversários. Os nossos adversários não estão aqui, nossos adversários estão aí querendo que o povo brasileiro baixe a cabeça, que o povo brasileiro não sonhe com um Brasil melhor, que não acredite nesse país, da mesma forma que fizeram em outras etapas. Há pouco eu dizia que a juventude brasileira foi à rua, antes dos anos cinquenta, para fazer a campanha do petróleo é nosso, e naquela oportunidade a grande mídia que ainda hoje está inteira, inteiraça, fazia editoriais dizendo que era um absurdo um país pobre como o Brasil ter uma Petrobrás, e cinquenta anos depois, muitos jovens foram para a cadeia naquela época, muitos, cinquenta anos depois o Brasil tem uma empresa de petróleo que exporta tecnologia para o mundo, que vai dar auto-suficiência para o Brasil no próximo ano. Depois da Segunda Guerra, jovens brasileiros que chegavam construíram o ITA, lá no interior de São Paulo, o CTA e o ITA, e trinta anos depois os brasileiros faziam aviões para voar em todos os continentes dessa Terra. O povo brasileiro quando tem oportunidade, quando lhe é dada a oportunidade, ele vai mais longe do que qualquer outro povo, porque é um povo formado da luta, da tradição e do sangue, dos pretos, dos brancos, dos índios; aqui nos misturamos e demos um povo guerreiro, um povo fraterno, um povo que não vai esmorecer nem vai se tocar pela desesperança. A Juventude do partido tem uma grande missão, que é contaminar esse partido de esperança, de alegria, de capacidade de ver um futuro exitoso para o povo brasileiro. Isso será, com certeza, a marca desse momento, de dor e de desafio para nosso partido, onde vocês têm um papel fundamental. A indignação que toca a Juventude do PSB, que toca o povo sem partido no meio da rua, essa indignação é legítima com esses acontecimentos, mas não é legítima essa indignação vindo de velhas raposas, que usaram o Estado brasileiro durante muitos anos. Não é legítima. Nós não somos iguais. O direito à indignação vem de quem tem coerência nessa luta, não pode ser abraçado por aqueles que venderam o patrimônio público brasileiro, que submeteram o país à estagnação, que condenaram o Brasil a tudo que sabemos que eles condenaram. Nós somos proprietários dessa bandeira, junto com o povo brasileiro, e haveremos de exercitá-la e afirmar além dela a capacidade de pensar um Brasil melhor. Está de parabéns a guerreira Juventude do Partido Socialista Brasileiro. Que faça um grande congresso, que faça uma disputa, mas que guarde algo que é caro aos socialistas, que é a fraternidade e a compreensão, pois nossos adversários estão lá fora. Um grande abraço.

PSB para frente, Eduardo, Presidente; PSB, para frente, Eduardo, Presidente; PSB, para frente, Eduardo, Presidente; PSB, para frente, Eduardo, Presidente.

Nas praças, nas ruas, na luta a vida inteira, e viva a Juventude Socialista

Brasileira; Nas praças, nas ruas, na luta a vida inteira, e viva a Juventude Socialista Brasileira.

O SR. ALEX (Presidente Nacional da Juventude do PSB) – Agradecemos a contribuição de nosso futuro Presidente, Eduardo Campos. Queria registrar aqui, também, pedindo escusas pelo atraso, a presença da Vice-Prefeita de Cuiabá, companheira Jaci Proença, está presente aqui conosco; agradecemos sua presença, muito importante para nós; companheiro Marcio França, eleito recentemente Presidente do PSB de São Paulo, ex-prefeito do Município paulista de São Vicente, e o companheiro Renato Casagrande, nosso Líder da Bancada, também da Executiva Nacional, que já esteve aqui no nosso congresso.

Queria consultar o plenário, e os companheiros citados, estão numa tarefa difícil, porque a Juventude Socialista gostaria de ouvir a todos, sua saudação. Então, deixaria à vontade, como o plenário, se os companheiros presentes quiserem fazer sua saudação à Juventude. Não querendo ser chato, mas pedindo aquela brevidade normal em função da nossa pauta.

A SRA. JACI PROENÇA – Prometo que serei breve. Bom dia a todas e a todos. Quero cumprimentar aqui a Mesa, na pessoa dos nossos dirigentes da nossa JSB. Evidentemente que aquilo que sou me determina estar buscando participar o máximo possível de todas as instâncias do partido. Então, sou uma mulher e portanto teria que estar participando do Congresso das Mulheres e lá estive até um dado momento, teria que estar aqui no Congresso do nosso Movimento Sindical, porque também sou sindicalista, mas na verdade a minha condição maior hoje, enquanto militante do Movimento Negro há mais de vinte anos, enquanto Secretária Nacional do Movimento Negro Socialista do PSB, estamos preparando também para daqui a pouco darmos abertura ao nosso Segundo Congresso Nacional. E gostaria muito de dizer que também poderia estar aqui com vocês se tão jovem eu fosse quanto vocês, mas o tempo me impõe uma outra condição, mas isso também não me impossibilita de vir aqui trazer as minhas congratulações, a congratulação de toda a nossa Secretaria Nacional do Movimento Negro Socialista e manifestar nossa satisfação de saber que em que pese toda nossa conjuntura atual, o Partido Socialista Brasileiro se mantém muito firme, as suas bases buscam a sua organização e a Juventude, como sempre, não poderia deixar de se mobilizar, se organizar e dizer mais uma vez que ela existe, quer continuar existindo nesse país, através desse instrumento chamado PSB. Quero convidar todas e a todos. Se for possível gostaríamos de ter a presença das nossas companheiras e companheiros, negras e negros militantes do Movimento Negro, que compareçam às quatorze horas aqui à sala de comissões, ao lado, Sala 5, quando estaremos dando abertura ao nosso Congresso. Lá também estaremos fazendo uma discussão sobre a conjuntura atual, tomando uma posição em relação a isso, e também estaremos elegend

a nossa nova direção nacional, Conselho de Ética e Conselho Fiscal. Então, trago aqui apenas uma camisa do nosso Congresso e passo às mãos do nosso companheiro. Eles já se definiram aqui quem recebe. É um brinde, uma doação simbólica, todos se sintam agraciados com esse nosso presente. E fiz questão, na verdade, de estar aqui porque quero registrar, quero tornar público que a JSB sempre foi aliada número um da organização do Movimento Negro Socialista dentro do PSB. Vocês sabem o quão difícil é darmos o pontapé inicial em qualquer organização, nós tivemos essa ousadia, essa coragem no Congresso passado e tivemos exatamente esse apoio, e quero aqui dizer, restrito, da JSB, para que continuássemos persistindo na busca da consolidação dentro do Partido. Então, quero registrar nossos agradecimentos e queremos ter vocês cada vez mais juntos conosco. Muito obrigada, e êxito nesse congresso.

O SR. ALEX (Presidente Nacional da Juventude do PSB) – Obrigado, companheira Jaci.

Quero registrar a presença - e pedir uma salva de palmas para saudá-lo - do nosso atual Presidente do Partido, companheiro Roberto Amaral, e também pedir a ele que possa fazer sua saudação à Juventude nesse VIII Congresso Nacional.

O SR. ROBERTO AMARAL (Presidente Nacional do PSB) – Acho que posso falar sentado, não? Não sei se posso chamá-los de companheiros jovens ou jovens companheiros, jovens socialistas, jovens militantes. Eu costumo dizer, e não digo novidade quanto afirmo isso, estou repetindo Lênin, que o Partido tem que estar à Esquerda do Governo e à Direita das massas. Isso significa que quem deve conduzir o processo, são as massas, é o povo, o coletivo. Mas na política interna, a Juventude tem que estar à Esquerda do Partido. Quando a Juventude não avança, o partido está envelhecendo. Não seremos nós, atual geração de dirigentes do Partido Socialista Brasileiro, não seremos nós que garantiremos o espírito revolucionário do socialismo nem a renovação do nosso partido. Esta é uma missão de vocês, esta é uma missão do movimento social. Nem seremos um grande partido e só seremos um grande partido no momento em que tivermos uma grande inserção no movimento social e no movimento popular e na juventude. Os partidos de massa que esse país teve começaram a ser construídos na Juventude; e quando o Partido Comunista Brasileiro, extinto o antigo, começou a perder a sua juventude, começou a perder a inserção social, começou a distanciar-se do processo histórico, esclerosou-se e acabou-se. Vocês têm uma tarefa importantíssima nesse momento. Estamos vivendo um momento muito difícil de nosso país, é o momento de crise da Esquerda. Não adianta dizer que foi um partido da Esquerda que provocou a crise. A crise existe e nos afeta, e afeta duplamente, afeta do ponto de vista programático, e afeta

do ponto de vista ético. E o compromisso com os nossos programáticos, e os compromissos com a ética são os compromissos fundamentais do Humanismo socialista. É com esse desgaste que vamos às urnas de 2006. E vamos às urnas de 2006 para pedir ao eleitorado que confie em nós, confie no nosso programa, confie nas nossas idéias, na nossa campanha e assegure ao partido 5% do eleitorado. Vamos decidir a nossa sobrevivência como partido político, o que significa a possibilidade de continuarmos como agora, intervindo no processo histórico. Se não tivermos este alvará da sociedade, do eleitorado, de nada valerão as nossas boas idéias. E o eleitorado ponderará apenas as direções partidárias, responderá fundamentalmente ao trabalho de vocês. E vamos enfrentar isso num momento difícilíssimo do nosso partido. Com a morte do Dr. Arraes não perdemos apenas o nosso Presidente. Presidente se substitui, para isso se faz as eleições, mas perdemos uma liderança, perdemos a maior liderança do nosso partido, perdemos um dos maiores estadistas que este país conheceu. Com ele se encerra uma página da história da República, com ele pode estar se encerrando o nosso diálogo com os excluídos. Temos que responder a isso, com muita afirmação política, com muita afirmação ideológica, e com a nossa unidade. Não basta a unidade dos dirigentes, precisamos fundamentalmente da unidade da militância, e não é a unidade em torno de nós, de mim, do Eduardo, do Renato, é a unidade em torno dos nossos princípios, e se temos que prestar uma homenagem ao Dr. Miguel Arraes de Alencar a homenagem é esta, a homenagem não é o nosso discurso, a nossa homenagem é dizer ao homem que lutou a vida toda, sem descanso, lutou até o último momento, lutou pela vida, pelos pobres, pelos humilhados e ofendidos, lutou pelo partido. A nossa resposta é dizer a ele: vamos continuar sua luta, pela unidade do partido e pela unidade do povo brasileiro. Vamos à luta pela unidade.

O SR. ALEX (Presidente Nacional da Juventude do PSB) – Obrigado, companheiro Roberto Amaral pela sua contribuição. Obrigado, também, Eduardo Campos e demais companheiros. Consultaria Márcio França, Renato Casagrande, se também gostaria de falar. Obrigado, então, pela compreensão dos nossos companheiros. Mas é uma honra tê-los aqui e a JSB é muito grata pela contribuição de vocês todos.

A idéia da Mesa é que a gente possa debater ainda o ponto de Políticas Públicas da Juventude, e resolver os nossos problemas de credenciamento, já que existem dois recursos, antes do almoço. Que a gente possa fazer isso até em torno das treze e trinta. Consultamos ao plenário se podemos encaminhar dessa forma.

A companheira Paula, do Ceará, avisa que é preciso fazer um levantamento aqui entre todas as delegações a respeito do número de almoços, já que está sendo fornecido pelo partido, almoço para todos os delegados e

participantes do nosso Congresso. Então, que os coordenadores de delegação, de bancadas possam procurar a companheira Paula, que deve estar aqui pelo plenário e passar para ela o número de almoços por Estado, para que possamos fazer esse levantamento.

O SR. – Companheiro, dá para repetir a proposta que está aí?

O SR. ALEX (Presidente Nacional da Juventude do PSB) – A proposta da Mesa é que a gente abra, agora, em torno de uns vinte minutos. Temos aqui, em consideração ao Deputado Ariosto Holanda, consulto se ainda está no Plenário, que quer fazer uma contribuição sobre o tema Políticas Públicas para a Juventude.

O Deputado Ariosto Holanda se encontra no plenário?

O SR. – Pela ordem. É uma questão de encaminhamento. A proposta da Mesa é abrir o ponto de Políticas Públicas para a Juventude agora. É isso?

O SR. ALEX (Presidente Nacional da Juventude do PSB) – Sim. Especialmente para ouvirmos a contribuição do Deputado Ariosto Holanda, que está aqui, que já está aguardando há um bom tempo. E temos ainda a discussão para ser feita, e isso podemos deixar para o primeiro horário da tarde, que seria dos companheiros que hoje ocupam função nos órgãos nacionais de políticas públicas de juventude, que é na Secretaria e...

O SR. – Questão de ordem. Estamos no processo de credenciamento dos delegados que está chegando ao final, e existe um recurso na Mesa. Eu faço uma questão de ordem, que antes de abrir o ponto de políticas públicas para a juventude, que se vote o recurso apresentado à Mesa, do credenciamento do Estado de Goiás.

O SR. ALEX (Presidente Nacional da Juventude do PSB) – Pois é, existem dois recursos a respeito de credenciamento. Existe o recurso do pessoal da Paraíba e existe o recurso do pessoal de Goiás. Então, são dois recursos. O credenciamento dos delegados e suplentes ainda está acontecendo neste momento. Isso também a Mesa deveria fazer o aviso. Então, estão sendo credenciados os delegados suplentes. A Mesa queria pedir se é possível a gente garantir a palavra ao Deputado Ariosto, para fazer essa contribuição, e posteriormente podemos votar esses requerimentos que existem com relação ao credenciamento.

Podemos ouvir a saudação e a contribuição do Deputado Ariosto?

O SR. – A gente tem uma pauta do congresso. Continue a pauta.

O SR. – Companheiros, olhem só, a questão de ordem precede. Existe uma questão concreta, que o credenciamento está acabando. Então se temos

dois recursos a respeito de credenciamento...

O SR. ALEX (Presidente Nacional da Juventude do PSB) – O credenciamento vai até as treze e trinta, companheiro. A proposta da Mesa é que a gente ouça o Deputado Ariosto, e depois podemos abrir o plenário e então se discute essa questão do credenciamento. OK?

O SR. – Dependendo da aceitação das propostas, o credenciamento vai valer para as duas cidades, então?

O SR. ALEX (Presidente Nacional da Juventude do PSB) – Sim, com certeza. Estaremos votando a validade do credenciamento desses requerimentos, desses questionamentos que estão sendo feitos. Sem dúvida nenhuma.

Companheiros, eu quero convidar para passar à Mesa o Deputado Ariosto, pedindo um pouco de escusas por nossa organização meio que em cima da hora, mas com certeza o senhor vai ter importante contribuição a trazer a respeito do debate de políticas públicas da juventude, e também fazer sua saudação para a JSB.

Pediria que ouvíssemos os companheiros, garantindo a palavra, para fazer bonito aos companheiros que nos visitam em nosso congresso.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA – Meu boa tarde a todos. Inicialmente eu queria agradecer essa abertura que me deram, quebrando um pouco o protocolo, mas é porque para mim falar para a juventude principalmente do PSB, é muito importante. Dentro da linha de políticas públicas, eu queria apresentar para a juventude alguns trabalhos que estamos desenvolvendo aqui na Câmara dos Deputados. Minha idéia é que a gente pudesse aprofundar essa discussão no momento posterior, porque não dá tempo para aprofundar a discussão.

Antes queria me identificar. Eu iniciei toda minha militância no PSB, sofri aquele processo de cassação de 1964, mas sempre me dediquei a uma área que eu chamo educação, ciência e tecnologia. Dentro do partido, estou discutindo com a direção se a gente poderia levantar algumas bandeiras, só que essas bandeiras eu só acredito que elas vão vingar, se a juventude participar. Entre as bandeiras que eu coloco para posterior discussão, pois como disse não há tempo para aprofundarmos a discussão, eu trago para consideração da juventude, esse projeto que relatamos aqui, que se chama Biodiesel e Inclusão Social. Eu pergunto se vocês já ouviram falar nesse projeto do Biodiesel. Queria até que levantasse a mão quem já ouviu falar. Por que isso é importante? Porque esse para mim é o caminho da distribuição da renda, da geração e do trabalho. A lei que nós aprovamos e relatamos, ela obriga a Petrobrás, já agora em 2008, a misturar 2% do biodiesel no diesel, e com isso já se cria um mercado de um bilhão de litros. Só que minha luta é que essa produção fosse feita pela comunidade do meio rural. Então, pelos meus cálculos, só neste primeiro momento teriam

condição de gerar trabalho no campo envolvendo, de início, só para esses 2%, qualquer coisa de dois milhões de pessoas. E como o Brasil importa seis bilhões, se a gente chegasse a seis bilhões, então teríamos uma produção no campo, de norte a sul, a partir da população do meio rural, da população pobre, poderíamos envolver qualquer coisa da ordem de cinco a seis milhões de famílias. Só que esse programa, apesar de ter uma lei, ele está acéfalo. E disse para a direção do PSB que a gente poderia levantar essa bandeira, e como eu acredito na garra da juventude, por isso estou me dirigindo a vocês, se vocês teriam condições, em cada Estado, de puxar essa bandeira do biodiesel. Esse trabalho que vou deixar aqui na direção, e tenho cópia para cada Estado, distribuiria com a Coordenação de cada Estado, vocês levariam, para a gente discutir posteriormente. A segunda bandeira, que estou relatando no Congresso, é a da capacitação da população. Acho que é oportuno nesse momento o PSB levantar a bandeira da educação para o trabalho. Educação para o trabalho, capacitação do homem. Eu tenho um dado, e nesse estudo vocês terão oportunidade de ver, altamente preocupante, sobre o analfabetismo funcional da população. Pois bem, esse programa, que eu chamo de centros vocacionais tecnológicos, é um projeto que também vou deixar aqui com a juventude, para que vocês pudessem depois analisar e aprofundar. Esse projeto está voltado para capacitar o povão, e ele tem a sua origem. A origem dele é o PSB. Esse projeto, se vocês observarem na Fundação João Mangabeira, ele está lá. E foi uma pessoa que me ajudou a implantar esse projeto, que se chama Betinho. Ele nasceu junto com o Betinho. Por isso que pediria a vocês, vou deixar exemplar suficiente para cada Estado, e no momento oportuno a gente poderia aprofundar essa discussão da capacitação da população. Então, dentro dessa linha da capacitação, e do biodiesel, vou deixar os Centros Vocacionais Tecnológicos, que é um programa do Ministério da Ciência e Tecnologia, que foi implantando na época que o Amaral era Ministro e depois o Eduardo colocou como um programa de capacitação da população. Aqui eu dimensionei um centro vocacional, com valor, com equipamento, com tudo, e o outro, do Núcleo de Informações Tecnológicas, chamado Nit. Então, Presidente, no momento oportuno eu queria, se possível, aprofundar essa discussão. Como eu disse, não dá tempo para falarmos sobre esses programas, mas queríamos sensibilizar essa juventude para dois programas e duas bandeiras. Acho que no momento o PSB tem que ter uma bandeira, uma bandeira dentro da linha do biodiesel como fonte geradora de emprego e renda e de inclusão social, e uma bandeira de capacitação da população, que seria educação para o trabalho. Para mim é hoje o ponto mais importante. Para finalizar, queria trazer para vocês um dado que obtive agora do IBGE, só para mostrar como é grave esse problema da questão da capacitação. O IBGE fez um levantamento do número de brasileiros, de 15 a 64 anos. Quinze aos é o primeiro emprego, 64 anos é o último emprego. São 114 milhões de brasileiros. E ele conclui que

desses 114 milhões somente 28 milhões estariam habilitados a entrar no novo mercado de trabalho. O restante ele classifica com analfabetos funcionais. Por isso que é oportuno o PSB levantar essa bandeira da capacitação do homem, e some-se a isso uma brutal concentração de renda, que tem nesse país. Então, Presidente, minha idéia era trazer, como propostas aqui para a Juventude, que se pudessem levantar essas duas bandeiras, da educação para o trabalho, e do biodiesel, porque está acéfalo. Até falando na época com o Ministro Eduardo, ele adotou a capacitação da população, e do biodiesel poderia ser o Ministro Ciro Gomes. Mas isso é objeto de discussão. Queria que depois me passassem endereço e nome dos coordenadores da Bancada de cada Estado, para que eu pudesse fazer chegar às mãos dos senhores esse documento e a gente marcar, depois, um encontro para aprofundar essa discussão. Infelizmente eu trouxe o material para discutirmos, mas não vai ter esse tempo. Queria me desculpar porque entrei na pauta de vocês, mas acho importante dar essa mensagem para vocês, e sugerir, se vocês se sensibilizarem, levanten essas bandeiras, a bandeira da educação para o trabalho e a bandeira do biodiesel, como políticas públicas de geração de emprego e renda. Muito obrigado.

O SR. ALEX (Presidente Nacional da Juventude do PSB) – A Mesa agradece profundamente a contribuição do Deputado Ariosto, e diz que, com certeza, tocou sobre dois pontos fundamentais na discussão das políticas de juventude, que é a respeito da educação na geração das oportunidades de trabalho, inclusive na questão de fontes de alternativas de energia, como é o caso do biodiesel, projetos que vem sendo trabalhados por nosso Ministério nesse governo, que é o MCT.

Temos aqui também a presença do nosso Deputado Federal Luciano Leitoa, que é da Direção Nacional da Juventude, um jovem deputado, que representa o nosso partido, e especialmente a JSB, aqui no Congresso e gostaríamos de convidá-lo para se assim desejar fazer uma breve saudação à juventude presente a este congresso.

O SR. DEPUTADO LUCIANO LEITOA – Bem, pessoal, vou tentar ser bem breve, até pela questão da hora. Mas queria saudar todo mundo, desejar que esse seja um bom congresso, e espero que nossa Juventude também tenha um posicionamento firme perante a situação atual hoje que vive o nosso país, e dizer que estou à disposição. Hoje tenho 25 anos, me elegi aos 22 anos, era do PDT, e estou no PSB há dois anos agora, praticamente, e tenho certeza que temos muito a contribuir com o partido. E tenho certeza que depois desse congresso de hoje, a gente vai poder fazer com que a Juventude do PSB seja reconhecida e tenha sua participação em tudo isso. Então, queria aqui aproveitar e só agradecer a oportunidade, sei que tem o andamento dos trabalhos aí. E estamos à disposição, no decorrer do congresso, dos encontros teremos oportunidade

de estar sempre conversando. Obrigado.

O SR. ALEX (Presidente Nacional da Juventude do PSB) – Bem, companheiros, ainda sobre o ponto de Políticas Públicas e Juventude, teríamos a idéia da participação do companheiro Ismênio, que hoje integra a Secretaria Nacional de políticas Públicas para a Juventude, e também temos aqui a indicação do companheiro Alessandro, que é consultor de políticas públicas da juventude, da UNESCO. Há uma questão de ordem colocada anteriormente no plenário, que a Mesa encaminhou com o acordo de que colocaríamos em votação os requerimentos, após a fala do Deputado Ariosto Holanda.

Então, consulto o plenário se a gente faz agora a discussão dos requerimentos ou se prossegue na pauta de políticas públicas de juventude, inclusive consultando se o Alessandro, consultor da Unesco, se encontra no plenário. E se ele poderia participar desse debate após a discussão dos requerimentos sobre o credenciamento, ou após o almoço também.

O SR. – Alessandro, vamos discutir a pauta de Goiás, a questão.

O SR. ALEX (Presidente Nacional da Juventude do PSB) – Pessoal, existe uma questão de ordem colocada. É que o pessoal quer votar o requerimento sobre o credenciamento ou se a gente prossegue no ponto de pauta de políticas públicas para a juventude.

O SR. – Presidente, o credenciamento está encerrando, e precisamos votar a questão do credenciamento. Isso é óbvio.

O SR. ALEX (Presidente Nacional da Juventude do PSB) – Temos uma questão prática, que o credenciamento está previsto para encerrar às treze e trinta. Por isso existe essa preocupação, de antecipar esse debate sobre o credenciamento para validar, se for assim aprovado.

O SR. – Estava definido para ser votado agora. Só queremos o seguimento dos trabalhos, que é votar a questão de Goiás.

O SR. ALEX (Presidente Nacional da Juventude do PSB) – Então, a Mesa encaminha para votação. Na verdade, vamos fazer uma votação para ver se vamos votar o requerimento dos credenciamentos agora. É isso?

E os requerimentos não param de chegar. Acabamos de receber mais um aqui, Pará e Amapá também discute a questão, para que não seja aceito o recurso do Estado de Goiás. Na verdade, é uma proposta contrária à aceitação do recurso do Estado de Goiás.

Então, a Mesa encaminha da seguinte forma: vamos votar se vamos votar. A proposta é a seguinte: proposta um, quem quer que sejam votados agora os requerimentos do Estado de Goiás e da Paraíba. Proposta um.

O SR. – Questão de ordem. Alagoas tem outro recurso a apresentar à Mesa. Por favor, questão de ordem. Alagoas está apresentando recurso à Mesa, sobre o fato que vai ser votado. Com relação também a credenciamento.

O SR. ALEX (Presidente Nacional da Juventude do PSB) – Companheiros, tem requerimentos sendo apresentados, que dizem respeito ao requerimento do Estado de Goiás, sobre a validade. Existem, na verdade, dois Estados aqui que estão sendo questionados o credenciamento, que é o Estado de Goiás e da Paraíba. Na verdade, existe posição de Estados aqui que são contrários a esses requerimentos, que vão ter oportunidade de votar contrário à aprovação. Então, não existe requerimento de requerimento.

A Mesa está encaminhando da seguinte forma: quem for a favor de que os requerimentos do Estado de Goiás e da Paraíba sejam votados agora, que votem na proposta um, quem for contrário que vote na proposta dois.

O SR. – Eu acho que devia encaminhar a continuação dos debates, e esse encaminhamento ser feito à tarde. Foi essa a primeira proposta que tinha na Mesa. Continuam os trabalhos.

O SR. – Vamos continuar os trabalhos, companheiros. Acho que a Mesa de Credenciamento é autônoma. Alagoas apresentou agora um requerimento e seria bom que fosse um recurso, e por isso solicitamos que seja lido. A Mesa de Credenciamento é autônoma e a mesma rigidez que foi usada para com o Estado de Alagoas, tem que ser usada com Goiás, com Paraíba, com o Estado que for, companheiros. Então, quem deve decidir agora é a Mesa do Congresso, o regimento já foi votado. O Regimento, companheiros, já foi votado.

O SR. – Eu mantenho o meu requerimento, como delegado, para que seja votado em plenária, e a plenária decide.

O SR. – Questão de ordem, companheiro. O Regimento já foi votado nesse congresso. Casos omissos se resolvem com a Direção Nacional, a Executiva Nacional dessa Juventude. A Mesa de Credenciamento é deliberativa, e se ela deliberou não tem nada que ser votado aqui. Tem que defender a Mesa de Credenciamento, sim.

O SR. – Questão de ordem, companheiro. A questão aqui é uma questão política. Vamos para o voto. Voto é voto. O Plenário decide. O Congresso da JSB é soberano a todos os órgãos.

O SR. ALEX (Presidente Nacional da Juventude do PSB) – Vamos garantir, pessoal.

O SR. – Por que vocês estão com medo do voto?

O SR. ALEX (Presidente Nacional da Juventude do PSB) – Companheiros, só para organizar aqui, o companheiro Elisandro, o Secretário Geral da nossa Mesa irá fazer o procedimento regimental. Então, vamos

ficar tranquilos, vamos votar essa matéria aqui, para apreciação do plenário, a respeito do recurso impetrado pelos companheiros do Amazonas. Não fiquem preocupados, porque não vamos votar só isso, ainda vamos votar um monte de coisas hoje. E vamos começar a votar logo agora. Transfiro para que o companheiro conduza a votação.

O SR. – Questão de ordem, companheiro. A proposta então é se vota ou se não vota. Essa é a primeira proposta?

O SR. ALEX (Presidente Nacional da Juventude do PSB) – Isso.

O SR. ELISANDRO – OK. Então, a Mesa coloca em votação, primeiro, se vota ou não vota. Se vota agora...

O SR. ALEX (Presidente Nacional da Juventude do PSB) – Companheiros, na verdade chegaram quatro requerimentos à Mesa. Estamos num debate aqui, até este momento, se vamos votar esses requerimentos agora ou não. Esse era o entendimento que tínhamos, que estávamos encaminhando a votação, antes da chegada do Josué. Então, antes de serem lidos os regimentos, porque se aprovarmos agora que vamos votá-los obviamente que iremos ler um por um e votar. Certo? Mas o que está em discussão agora é se vamos votá-los. E estamos propondo uma votação para ver se decidimos sobre esses requerimentos. Então, a proposta da Mesa: a proposta um, quem quiser fazer a votação dos quatro requerimentos encaminhados à Mesa, nesse momento, que levante o crachá na proposta um; proposta dois, quem não quer votar esses requerimentos agora. Proposta um: quem defende que os requerimentos apresentados à Mesa, que são quatro, sejam votados nesse momento – os recursos são dos Estados de Goiás, Alagoas, Paraíba, e do Amazonas. São quatro requerimentos. A decisão agora é se iremos votar nesse momento ou iremos adiar para um outro momento.

Então, em processo de votação. Quem for favorável que os requerimentos sejam votados agora... Companheiros, estamos em processo de votação.

O SR. – Não, tem uma questão objetiva. Não estamos entendendo o que a Mesa está encaminhando. Olha só, companheiro, tem que saber quais são os requerimentos, de que tratam esses recursos. Tem que encaminhar, tem que saber qual é o recurso.

O SR. ALEX (Presidente Nacional da Juventude do PSB) – O regimento é muito claro, foi aprovado no início desse congresso. Questões da Comissão de Credenciamento, que não foram resolvidas na Comissão de Credenciamento – e posso ler – vão ser encaminhadas ao Congresso, pela Mesa do Congresso. A única coisa que estamos discutindo nesse momento é em que momento vamos fazer a votação dos requerimentos que estão apresentados, porque há um entendimento de alguns que devemos votar agora, e outros que devem ser

votados em outro momento. Não há dúvida sobre a discussão de quem vai aprovar os requerimentos é o Plenário desse Congresso, companheiro Moises.

Então, retomando, em processo de votação. Quem é favorável que esses requerimentos sejam votados...

Companheiros, os requerimentos que estão sendo votados, apesar de serem quatro, eles se referem ao credenciamento dos Estados de Goiás e da Paraíba, os únicos Estados que têm questionamento sobre os delegados credenciados é Goiás e Paraíba, apesar de termos quatro requerimentos apresentados. Mas são sobre essas duas matérias.

Então, em processo de votação. Quem quer que esses requerimentos sejam decididos nesse momento, que erga o crachá.

Vamos tentar por contraste no primeiro momento.

Por favor, abaxem os crachás. Quem é contra que os requerimentos sejam votados agora, que erga seus crachás.

Companheiros, a Mesa entendeu que, por contraste visual, ganhou a proposta um, que se vote agora os requerimentos. Calma, companheiros.

Se houve dificuldade no entendimento da proposta, votaremos de novo. Tudo bem.

O SR. – Tem que votar de novo, não houve entendimento da matéria.

O SR. ALEX (Presidente Nacional da Juventude do PSB) – Companheiros, vamos garantir a palavra. Dessa forma é impossível nossa organização.

O SR. – Não houve entendimento da matéria.

O SR. ALEX (Presidente Nacional da Juventude do PSB) – Companheiros. Dessa forma não vamos nos organizar.

Companheiros, a Mesa suspende os trabalhos por cinco minutos.

JSB, JSB, JSB, JSB, JSB, JSB...

JSB, JSB, JSB, JSB, JSB, JSB...

Queremos saber de que lado você samba. Queremos saber de que lado você samba. Queremos saber de que lado você samba.

(palavras de ordem)

O SR. ALEX (Presidente Nacional da Juventude do PSB) – Questão de ordem, companheiros.

O SR. – Pessoal, esse espaço foi cedido para que vocês pudessem trabalhar. Certo? Esse espaço é oficial da Câmara, não é um espaço do PSB. A

briga do PSB não está aqui dentro, é lá fora com os inimigos, como o Deputado Eduardo Campos falou. Gostaria que vocês chegassem a um denominador comum com paz, tranquilidade e harmonia. Se não, daqui a pouco seremos obrigados a evacuar o recinto. Respeitem o local. Respeitem o local. Isso aqui é um órgão público.

Por favor, parem com isso.

O SR. ALEX (Presidente Nacional da Juventude do PSB) – Companheiros, primeiro pedimos a colaboração de todos. Estamos aqui para discutir política e ninguém vai sair lesado desse congresso. Temos que ter o mínimo de maturidade para garantir os nossos debates. Ninguém aqui vai ganhar no grito, ninguém vai ganhar na pressão, da forma como está sendo construída. A Mesa tem uma proposta de encaminhamento, que seja nesse momento suspensos os trabalhos, e que enquanto não votarmos os requerimentos dos credenciamentos, o credenciamento permanecerá aberto.

Companheiros, a proposta da Mesa é que nesse momento se suspendam os trabalhos para almoço e que após o retorno do almoço se faça a votação do credenciamento. O credenciamento continuará aberto enquanto não forem votados os requerimentos. Essa é a proposta da Mesa, para que seja garantido aos Estados que estejam sob requerimento, se for aprovado o seu credenciamento, ele estará aberto. Portanto, nesse momento, estão suspensos os trabalhos e voltamos dentro de uma hora. Até as quatorze e trinta.

Tarde

O SR. PRESIDENTE – *Art. 16 do Regimento Interno. Os trabalhos e as plenárias do VIII Congresso Nacional da JSB serão dirigidos por uma mesa diretora composta pelo Secretário Nacional de Juventude do PSB, pelo Presidente da JSB e pelo Secretário-Geral da JSB, ou por filiados designados pelo Plenário na ausência deste, a fim de que cumpra os papéis de Presidente da Mesa e Primeiro-Secretário.*

O SR. (Não-identificado) – Além de uma questão regimental, na verdade temos que tomar aqui uma postura política. Obviamente que podemos aqui dar seqüência ao Congresso; ou pelo menos imaginarmos que estamos dando. E até acredito que a discussão será muito mais tranqüila do que estava pela manhã. Agora, acho que temos que fazer um debate mínimo, daqui a pouco vamos ter que retomar isso, não há uma situação legítima do ponto de vista do que tentamos construir, na medida em que praticamente quase metade dos estados não estão presentes. Então é uma avaliação da qual temos que ter sensibilidade.

Estamos abertos a discutir, se for o caso, a suspensão do Congresso,

mas vamos fazer o debate aqui.

O SR. PRESIDENTE – Surgiu uma proposta de cunho pessoal minha e do Silvânio, a fim de que o Congresso fosse suspenso durante o dia de hoje. Por quê? Existe um tensionamento muito forte entre os dois blocos.

A reflexão que fizemos momentos atrás com o coletivo dos companheiros do bloco Inimigos do Rei e Primeiro de Maio, a discussão encaminhada foi de que pudéssemos, a fim de distensionar o Congresso, que está polarizado em nome da responsabilidade de todos, que aí é inegável que ambos os campos têm responsabilidade, mas ambos os campos até agora não conseguiram pautar politicamente este Congresso, tanto que houve tensionamento desde lá fora até aqui dentro.

Então, qual seria a idéia? Isso foi uma proposta pessoal que reafirmamos. Se não tiver condições, tudo bem, segue-se o Congresso. Sugerimos pausar o Congresso para que pudessem sentar dois membros por bancada, a fim de que em nenhum momento nesses últimos seis anos da Juventude houve um racha. E pelo que vemos aqui, tanto os companheiros quanto nós sabemos que do jeito que está este Congresso a Juventude Socialista está rachada, meio a meio. E embora continuemos este Congresso, caso isso seja rejeitado, claro que vamos defender nossas propostas, outro bloco vai defender outras propostas, mas este Congresso não vai ter vencedor. A continuidade da JSB de um projeto que teve contribuição inegável de quase todos os estados ela não vai se dar. E por mais que digamos: vai haver uma disputa no campo político, mas estaremos rachados. E neste momento conjuntural do nosso Partido em primeiro lugar e do nosso país e principalmente na área de Juventude estaremos enfraquecidos. E para a Juventude Socialista Brasileira este Congresso terá sido, na verdade, não um marco de disputa onde todos ganhem, mas o marco da derrota.

Estou dizendo isto completamente desarmado, até porque consigo manter um diálogo com todos os companheiros que estão em outro bloco. E eles são cientes disso. Assim como há tensionamento dentro do nosso bloco.

O que queríamos sugerir para o conjunto é isto, porque da forma como se encaminha este Congresso, da forma como está se dando, se continuar dessa forma vamos sair daqui derrotados, ambos os lados. E o que queremos pautar é uma proposta de cunho pessoal, que foi levada ao bloco de oposição também.

É isso. Se houver condições, paramos, batemos um papo e tentamos distensionar, desarmar, ou senão todos nós seremos aqui responsáveis inegavelmente pelo racha. E sinceramente prezo muito mais a continuidade do projeto com independência de nomes do que disputar e não ter unidade política.

O SR. MOISÉS – Companheiros, quero, primeiro, dizer que concordo

em gênero, número e grau que de ambos os lados há extrema contribuição na construção da Juventude Socialista Brasileira ao longo da sua história. Agora, quero dizer que precisamos nos desarmar os nossos egos, as nossas vaidades, para tentar construir um Congresso que possa ter um norte político que tanto o nosso Partido precisa e que tanto a nossa Juventude precisa.

Em nome disso, oposição unificada faz um apelo à situação do Congresso para que se possa construir a unidade, que possa parar o Congresso aqui e começar mais tarde ou amanhã de manhã, que se credencie o Estado de Goiás.

Dessa forma, a oposição unificada abre mão de parar esse Congresso aqui e fazer a discussão sincera e o debate de opinião que possa elevar e construir essa JSB com a juventude organizada e de luta.

O SR. (Não-identificado) – Gostaria de adendar a proposta do Moisés, ou então que votemos!

O SR. MARCOS AURÉLIO – Quero responder ao companheiro Moisés, que fez uma solicitação como se fosse um acordo.

Meu nome é Marcos Aurélio, sou Secretário de Planejamento e Finanças da Juventude, sou Secretário de Juventude no Estado do Rio Grande do Norte.

Moisés, quando propomos parar para tentar conversar, é para tentar conversar mesmo, é para tentarmos chegar a um denominador comum que evite uma divisão.

Agora, camarada, a divergência que há com o credenciamento de Goiás não é uma que se resolva em acordo, é uma divergência política. Não podemos aqui rifar essa divergência em nome de qualquer acordo. Não é por aí. Temos problema com a documentação que veio de Goiás, você sabe disso, temos uma divergência política e peço ao companheiro que tenha maturidade de saber que não é assim que vai ser construída essa história. Não é você chegar e dizer: retirem essa divergência que vocês têm, aprove a documentação que vocês não acreditam, referendem o estado, que particularmente acredito que não merece ser referendado nesta Plenária, em nome da conversa? Por esse caminho não teremos acordo.

Queremos fazer um apelo, dentro dessa proposta do Ismênio(?), não sei nem se é preciso o Congresso ir até amanhã, acredito que talvez consigamos conversar, mas acho que temos que conversar mesmo. Todos os estados precisam ter uma conversa mais madura, mais calma, uma espécie de pactuação política ampla.

Agora, essa questão que você coloca não podemos vencer no acordo, temos que vencer na democracia.

A SRA. SOL (Secretária da Juventude do Distrito Federal) – Tenho uma questão de ordem. Já que não conseguimos conceituar isso, Marco Aurélio, tenho um grande respeito por você, um grande companheiro, sei bem qual é a divergência com Goiás, é questão pessoal. Isso nós não levamos para o lado político. Então, a partir do momento que isso acontece, faço uma proposta: vamos reavaliar todas as atas do Congresso, não só a de Goiás.

Essa é a minha proposta.

O SR. FABRÍCIO (Rio de Janeiro) – Tenho uma questão de ordem. É que o Presidente assuma os trabalhos. Já que não tem consenso, Ismênio, inclusive tentamos chegar nesse consenso, não queríamos esse clima, não queremos esse clima, temos trabalhado para que isso não aconteça, mas, infelizmente, é o que está dado. Acho que a consciência de cada pessoa que está aqui, o clima é coletivo a partir do momento que ele surge de cada um. Então as pessoas têm que se conscientizar do seu papel aqui. Se somos delegados, sabemos para o que estamos aqui, então vamos encaminhar.

Então, que encaminhemos as votações dos recursos e depois da votação dos recursos podemos inclusive fazer uma proposta de suspender, de termos essa conversa à noite e voltarmos amanhã, mas vamos votar os recursos agora, que se retome a Mesa dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE – Compreendemos e vamos passar a Mesa para o Alex. Mas só para responder a Sol, embora o Marcos tenha sido porta-voz, mas isso não é pessoal do Marco, é posição política em relação a Goiás de todo o coletivo que está ali, da tese de que lado você samba. (*Palmas.*)

O SR. MANOEL BARBOSA (Goiás) – Sobre essa questão do nosso credenciamento, estamos entendendo que a Comissão Nacional de Credenciamento não credenciou a nossa ata por motivos diversos. Não cabe falar aqui. Se há problemas com essa ata, este Plenário é soberano para decidir estas questões.

Portanto, peço à Mesa que encaminhe o requerimento de Amazonas para que seja votado em Plenário.

O SR. PRESIDENTE – Será encaminhado, companheiro.

O SR. GEORGE PABLO (Presidente Estadual Rio Grande do Norte) – Gostaria de que a Mesa oficialmente demonstrasse quais foram os problemas, ou que passasse a ata para todos verem qual é o problema com a ata de Goiás oficialmente. Porque não vou votar algo sem oficialmente ser demonstrado à Plenária.

O SR. AMARO (Presidente da Executiva do Estado de Rondônia) – Sr. Presidente, questão de ordem. Tive oportunidade de presenciar também a

reunião, cuja discussão foi acerca dessa ata impugnada de Goiás. Se formos abrir essa votação, se algumas pessoas optarem pelo não-acordo e pelo rompimento para abrimos, vamos ter que pegar essa ata, vamos ter que apurar e conscientizar, todo mundo terá que estar bem informado a respeito do que acontece e a veracidade do documento. Tem que ser apurado e todos têm que estar informados para que votemos conscientes. Eu não me convenci da veracidade dessa ata.

O SR. DANILO OTIZ (Secretário Estadual da Juventude de São Paulo) – Companheiros, há comissão de credenciamento e organização deste Congresso composta por cinco pessoas. Eu sou uma delas. Essa comissão analisou todas as atas. Há questões burocráticas em muitas atas. Qualquer questão de encaminhamento que seja abrir atas neste Congresso, é instalar uma comissão de credenciamento ampla dentro de um Plenário, não vem de encontro com a idéia do Ismênio, que é construir um Congresso, que é construir uma Juventude Socialista de fato. Dentre 21 atas eu e outros companheiros fizemos questão de ler, todas as atas municipais, ata por ata, entendeu?

Então, acho que o caminho, Ismênio, realmente não é esse. Ficamos só nesse problema de Goiás mais de uma hora e meia e não encaminhamos por intransigência. Na verdade, o que tira a correlação de forças é o Estado de Goiás. Temos 93 delegados credenciados.

O SR. – Companheiro, primeiro, eu também fazia parte da comissão de credenciamento, inclusive discutimos até a exaustão. Na minha compreensão, como membro da comissão de credenciamento, não fiquei convencido de que essa ata possa realmente ser da JSB construída na base.

O SR. – Companheiros, lá no credenciamento a ata não foi aprovada. Esse é um ponto. Não adianta aqui um, dois ficarem fazendo defesa da ata. Temos que encaminhar a votação, só que nesta votação os crachás serão contados aqui. Não é contraste visual, não tem como fazermos uma votação dessa forma, é um caso delicado, tem que ser contado crachá por crachá, para que possamos não ter dúvida no resultado dessa votação.

O SR. MARCO AURÉLIO – Vou só encaminhar a questão de ordem, não estou querendo atrapalhar os trabalhos. Agora, entendo que esse Plenário daqui a pouco vai tomar uma decisão. Esse Plenário vai dizer se o congresso que o Emanuel está apresentando aqui tem legitimidade ou não. E é impossível esse congresso dizer sem ver a documentação. (*Palmas.*)

Quero fazer um apelo, porque não há recurso contra nenhuma outra ata. Danilo, foi discutido uma hora e meia, mas você não pode dizer que é intransigência, porque da mesma forma que três pessoas votaram pelo não-credenciamento, elas também podem dizer que você é intransigente por estar defendendo.

Então, se a decisão é do Plenário, vamos dar ao Plenário a condição de decidir. E a condição de decidir é ver os documentos. *(Palmas.)*

O SR. (Não-identificado) – Tenho uma questão de ordem. Primeiro, gostaria que o companheiro Marco Aurélio, que não é da comissão de credenciamento, deixasse os documentos sob guarda da comissão de credenciamento, a comissão que está na ata, a comissão nominal.

O SR. (Não-identificado) – A ata é pública, ninguém quer esconder nada, a ata está com a comissão de credenciamento. Resolva com a comissão de credenciamento!

O SR. (Não-identificado) – Companheiros, a comissão de credenciamento vai se reunir para definir se vamos mostrar a ata ou não. O que foi definido por essa comissão, não vamos pegar essa ata e passar no meio do processo, lógico que não, vamos chamar um por estado para apreciar a ata.

Faremos uma paralisação de cinco minutos para o bloco da oposição.

O SR. JOSUÉ – Peço a compreensão dos companheiros. Poderíamos agora reinstalar os trabalhos e processar o encaminhamento dessa matéria, mas os companheiros aqui ao lado perguntaram se poderíamos conceder mais algum tempo, em torno de 10 minutos, para ver... Proponho que estabeleçamos o limite de cinco minutos, que será cronometrado.

O SR. (Não-identificado) – Penso que poderíamos esperar um pouco mais, não custa nada, quando vocês saírem da plenária, também tínhamos o direito, então vocês também retardaram o início da Plenária. Então acho que é uma questão de consciência. Antes dessa briga toda, somos do mesmo Partido e temos a mesma ideologia. Portanto, é uma questão de respeito mútuo.

O SR. PRESIDENTE – A Mesa propõe ao Plenário que estabeleçamos uma tolerância máxima de cinco minutos para que os companheiros se recomponham ao Plenário.

O SR. (Não-identificado) – Eu proponho dez minutos, companheiros.

O SR. PRESIDENTE – Cinco ou dez minutos? Quem estiver de acordo com cinco minutos levante o crachá por favor.

Está sendo cronometrado. Daqui a cinco minutos a Mesa reiniciará os trabalhos.

Vamos ao encaminhamento da discussão do recurso de Goiás. Atenção todos os companheiros delegados do VIII Congresso!

Há uma questão de ordem do companheiro Fabrício.

O SR. FABRÍCIO MOSER (Presidente da JSB/RJ) – Companheiros, meu nome é Fabrício Moser, sou Presidente da JSB/RJ e também membro da Comissão de Credenciamento Nacional da JSB para este Congresso. *Quem*

como membro da comissão de credenciamento, expor aos companheiros, que talvez tenham sido informados do problema de uma ata ou outra, mas que não foram informados do problema de todas as atas deste Congresso, onde somente Ceará, Amazonas e Pernambuco eram para estar aptos a votar porque cumpriram com toda a legalidade do processo. E digo isso porque sei o que está dentro dessa caixa. Companheiros que no mesmo dia estavam em quatro congressos municipais, lavrando ata e secretariando mesa em dois locais diferentes ao mesmo tempo...

Quero concluir fazendo uma denúncia que aconteceu aqui neste Plenário...

O SR. PRESIDENTE – Faço um apelo para que respeitemos o companheiro Fabrício e a posição que ele está manifestando neste momento.

O SR. FABRÍCIO MOSER (Presidente da JSB/RJ) – Quero fazer uma denúncia aqui, que companheiros que estão neste Plenário foram enquadrados pelo Presidente do Partido, tinham tomado determinada posição, foram enquadrados, e os companheiros sabem de quem estamos falando, não vou expor aqui, porque inclusive o emprego do companheiro foi colocado em jogo e por isso a Oposição está se retirando do Congresso. *(Palmas.)*

(Palavras de ordem: Cresce, cresce, sai da JS)

O SR. PRESIDENTE – Vamos dar continuidade ao Congresso da JSB.

Vamos fazer mais uma vez um apelo para que possamos nos comportar e dar continuidade ao Congresso Nacional da JSB. Vamos nos recompor na discussão e dar encaminhamento ao que foi determinado pelo edital de convocação a este Congresso.

Há uma questão de ordem do companheiro Pedro.

O SR. PEDRO – Companheiros, quero fazer uma intervenção no sentido do que foi dito pelo companheiro Fabrício, do Rio de Janeiro. Ele levantou duas questões que deixaram claro qual é o compromisso dessa oposição deste Congresso de hoje, que era só de ocupação de cargo. Ele disse duas coisas: primeiro, eles foram lá e compuseram uma comissão de credenciamento e chegam e dizem: somente três atas eram legítimas. Mas se os companheiros que eles citaram aqui, que por um acúmulo do seu estado, e aí está a irresponsabilidade, porque nós, essa Juventude que aqui ficou é a JSB que defende a militância, mas defende uma relação direta, respeitosa com o nosso Partido nos estados. Quantos aqui não discutiram com seus estados a posição que aqui tomamos, quantos estados aqui não receberam ligação da parte deles para que fôssemos para lá? As mesmas armas que usamos eles também usaram. E aí vem a irresponsabilidade

de dizer que um estado teria interferido na JSB. Interferiu porque temos acúmulo com o Partido e é este debate que queremos fazer, estabelecer com o Partido um planejamento de candidaturas da Juventude Socialista no ano de 2006. Esse é o debate que queremos fazer, companheiros.

O SR. PRESIDENTE – Questão de ordem do companheiro Giovane, de Minas Gerais.

O SR. GIOVANE (Minas Gerais) – Proponho à Mesa que votemos a proposições para serem legitimadas, porque quem está presente pode votar e depois os companheiros não questionarem nada. Vamos votar a questão de Goiás, vamos dar prosseguimento normal.

O SR. PRESIDENTE – Vamos prosseguir encaminhando o recurso apresentado à Mesa.

Encaminho ao Plenário, a título de recurso, ata apresentada pelo companheiro Emanuel à Mesa Nacional de Credenciamento, eleita pela Direção Nacional da JSB e que deliberou que a documentação não cumpria as exigências do Regimento Interno, portanto deliberou nula a documentação.

Submeto ao Plenário, em regime de votação, o recurso apresentado pelos companheiros que ora se retiraram do Congresso, companheiros da JSB do Estado do Amazonas.

Os companheiros que estão de acordo em recusar o recurso apresentado, do companheiro Emanuel, da Juventude de Goiás, por favor levante o crachá. Os companheiros que são a favor do recurso, por favor se manifestem.

Rejeitado o recurso por unanimidade.

Companheiro Alex, por favor me substitua.

O SR. ISMÊNIO – Companheiros, uma das pautas do Congresso é critério de eleição de delegados para o Congresso Nacional da JSB. Essa proposição foi apresentada justamente pelo grupo que acabou de se retirar do Congresso. No entendimento deles, o critério de cinco delegados por estado não representa atividade política, não representa o coletivo, não representa a arregimentação política existente naquele estado. Ou seja, o estado que é orgânico, segundo a concepção deles, ele tem, claro, sob um critério de militância que ter um número de delegados maior do que um estado que ainda está em processo de construção.

Esse tema vem sendo abordado no seio da Direção Nacional da Juventude e nos conselhos de estados há pelo menos oito meses isso vem sendo discutido. O que é que este Plenário tem que deliberar quanto a isso? Primeiro, se o critério hoje adotado de cinco delegados por estado deve continuar

prevalecendo por representar em igual quantidade todos os estados onde exista JSB, ou se devemos aumentar o número de estados para aqueles estados que têm maior organicidade e maior número de militantes. São duas proposições. A proposição deles é que mude esse critério de cinco.

O Marcos está aqui ao meu lado e estamos aqui justamente para poder tirar alguma dúvida que o Plenário possa ter quanto a isso. Tudo isso tem que ficar dirimido, não pode pairar dúvida neste Plenário sobre os critérios de eleição. A Mesa compreende que os companheiros devem se posicionar colocando suas proposições a favor ou contra e dirimindo qualquer dúvida existente.

O SR. (Não-identificado) – O Ismênio colocou uma questão que foi amplamente discutida no conselho de estados da JSB. A questão é muito simples: é se nos próximos congressos da Juventude vamos ter cinco delegados de cada estado, como já acontece, ou se vai depender do tamanho dos estados. Ou seja, os maiores estados terão maiores delegações. Essa é a questão que entrou como pauta obrigatória deste Congresso e temos que discutir. Mas já havia um entendimento da própria direção que trouxe essa pauta para o Congresso de que não tínhamos amadurecido essa discussão na base a ponto de este Congresso poder definir aqui critérios. De repente estaríamos optando por um critério que fosse o mais injusto, que era dar aos maiores sempre maior poder independente da relação de representatividade real que é construída lá no estado.

Então, particularmente, é preciso encaminhar a votação, mas queria dar esse informe de que já não há quem defenda a proposta que foi apresentada, já não há quem mantenha a defesa de mudar os critérios do Congresso da JSB.

O SR. AMARO (Rondônia) – Marcos, só uma pergunta. Quero saber qual é o critério que eles estavam tentando acrescentar. E caso eles lá decidam por fazer, apesar de não ter ninguém que defenda, só hipoteticamente, caso eles decidam por esse critério, qual seria?

O SR. MARCO AURÉLIO – Não foi apresentada nenhuma proposta prática de critério. A única coisa que se colocava é que os maiores estados mereciam uma maior representação. Foi a única coisa colocada. Não foi dito que critério poderia medir o tamanho da JSB em cada estado. Justamente por essa ausência de critério e por ninguém conseguir formular um critério que pudesse chegar aos estados para ser discutido, que os próprios camaradas que à época propuseram a matéria desistiram de defendê-la.

O SR. PRESIDENTE – Está compreensível? Então isso já em regime

de votação. Os delegados que votam em que o critério de eleição de delegados ao Congresso Nacional da Juventude Socialista Brasileira continue sendo cinco titulares e mais cinco suplentes por unidade federativa, por favor, levantem seus crachás. Se há alguém contrário, por favor, se manifeste.

Não havendo contrários, a proposta está aprovada. *(Palmas.)*

Para que esta Mesa fique mais plural, estou me retirando da Mesa e pediria que uma mulher viesse compô-la.

Companheira Eliane, por favor, venha para a Mesa.

Queremos convocar também alguém da Região Norte por entender que foi a Região do País em que mais cresceu a Juventude Socialista. O Reinaldo está propondo a Luana.

O SR. (Não-identificado) – Por favor, diga: proposta aceita ou proposta recusada, para não termos problemas na ata.

O SR. PRESIDENTE – A proposta que foi encaminhada era pela manutenção e ela foi aceita.

Antes de iniciar a eleição da nova Direção da JSB, queremos encaminhar as resoluções deste Congresso. Está sobre a mesa a proposta da tese “de que lado você samba”, que proponho que sejam lidas as propostas de cada tema; caso haja destaque, que seja discutido; se não, votamos por tema, porque são muitas propostas e se formos votar uma a uma pode cansar e desgastar demais o Plenário. Há acordo? Ok.

Conjuntura nacional. As propostas são:

Reafirmar apoio ao Governo Lula, porém, cobramos o que foi prometido à população nas eleições de 2002.

Que haja rigor nas apurações e severidade nas punições dos culpados nos escândalos de corrupção.

Não à aliança com a Direita conservadora: PP, PL e PPB, que impedem o avanço desse Governo.

Não à autonomia do Banco Central.

Contra a presença dos Estados Unidos na base de Alcântara, no Maranhão.

Denunciar o golpismo da Direita, que tenta derrubar o Governo popular e retomar o poder.

Mudança imediata na política econômica praticada pelo Governo.

Desmascarar a mídia burguesa que há décadas aliena os brasileiros.

Construir as reformas urbana, rural e agrária, que representam as necessidades do cotidiano dos milhões de habitantes deste País.

Ampliar tanto quantitativamente quanto qualitativamente a inserção da JSB nos movimentos sociais.

Por uma reforma política que realmente atenda as expectativas da sociedade brasileira.

Garantir a soberania da floresta amazônica através da construção de uma política de desenvolvimento sustentável para a região.

Por um desenvolvimento mais efetivo do Governo Federal em parceria com as universidades no desenvolvimento de pesquisas científicas da biodiversidade das áreas amazônicas, a exemplo do Projeto Rondon.

Incentivar a discussão a respeito do plebiscito no seio da sociedade.

São essas as propostas. Consultamos se há destaques de rejeição, alteração ou inclusão de alguma proposta que não tenha sido contemplada.

O SR. AMARO (Rondônia) – Marcos, questão de ordem. Quero saber o posicionamento da Direção Nacional a respeito do Pró-Uni, se há um enfraquecimento das universidades públicas com o investimento na rede privada.

O SR. MARCO AURÉLIO – Temos que tomar essa decisão aqui sobre o PRÓ-Uni. A Direção Nacional não tem um acúmulo tão consistente sobre essa questão. Concordo que ainda há inclusive divergência. Alguns acham que o Pró-Uni avança, outros acham que é um retrocesso. Então, se houver essa questão, ela tem que surgir aqui no Plenário para ser uma bandeira de luta da Juventude.

O SR. AMARO (Rondônia) – Conheço muitos companheiros que estão sendo beneficiados com esse programa, só que é uma convicção pessoal minha, acredito que o dinheiro que era para ser investido na universidade pública, que os companheiros deveriam ter o direito de acesso à educação dentro da instituição pública, ele está sendo, na verdade, elitizado, ele está indo para a burguesia novamente, está saindo do Governo e voltando para as instituições particulares e para os grandes empresários.

Acredito que seria mais interessante o aumento de repasse de recursos para as universidades federais. Isso é um discurso mais amplo que podemos travar e ver a opinião dos companheiros.

O SR. PRESIDENTE – Há alguma divergência com as colocações feitas?

Gostaria de solicitar das pessoas que formularem propostas que façam a apresentação oral, mas também façam a formulação por escrito para podermos votar, que vai para a resolução política do Congresso.

O SR. (Não-identificado) – A questão está aí no segundo parágrafo, dizendo que haja rigor nas apurações e severidade na punição dos culpados nos escândalos de corrupção.

Gostaria de acrescentar aí que fosse ressarcido o valor do prejuízo. As pessoas são punidas, mas ficaram com o dinheiro, não retornaram com o dinheiro.

Portanto, que se acrescentasse “ressarcimento do dinheiro”.

O SR. PRESIDENTE – Poderia encaminhar por escrito a proposta de nova redação, que aí faremos a leitura.

Há mais algum destaque ao ponto de conjuntura?

O SR. JARDEL (Alagoas) – Fiquei com algumas preocupações que acho que são pertinentes à questão da Juventude. Essas preocupações estão em torno desse fortalecimento da JSB, principalmente onde a Juventude está. E que passemos dessa preocupação, não estou dizendo que foi isso que aconteceu hoje, mas se a disputa é mais intensa quando se fala de espaço de poder, que comecemos a intensificar na criação de estratégias e meios para que sejamos inseridos onde a Juventude está.

A primeira proposta que quero apresentar é que criássemos um documento para os estados que os orientasse a lançar candidaturas jovens em 2006, dentro de uma preocupação específica: do fortalecimento do discurso da JSB e da Juventude e de uma outra questão, que é a de vencer a cláusula de barreira.

Fico preocupado quando temos que chegar a 5%, mas sabemos que a situação da Esquerda hoje é delicada, existe um processo permanente de queimação da Esquerda e a credibilidade da Esquerda na sociedade tem caído. E temos que fortalecer a Esquerda e desde já nos preocupar com os discursos da Juventude. Acho que a candidatura de jovens para 2006 seria uma alternativa.

Gostaria que fosse votado, para que os estados não obrigatoriamente lançassem candidaturas, mas que fosse incentivado para esse processo.

O SR. PRESIDENTE – Assim como a questão da devolução do dinheiro e a questão do Pró-Uni, pediria que você encaminhasse por escrito para a Mesa, que faremos a leitura do texto e encaminharemos a votação.

Há mais algum destaque?

O SR. JARDEL (Alagoas) – A questão dos movimentos sociais, a preocupação ainda de se fortalecer junto aos movimentos sociais de Juventude. Que a nova Direção crie um plano estratégico, não fique apenas na intenção. Que seja criado um plano estratégico para a inserção dos movimentos sociais de Juventude, que estabeleça metas, estratégias, formas, objetivos para que as JSB estaduais e municipais possam ter caminhos e alternativas para se inserir aos movimentos sociais de Juventude especificamente. Para que possamos fortalecer junto a esses movimentos. Seria uma outra questão.

Outra preocupação é que há uma proposta de mudança no estatuto do Partido e talvez percamos o direito de indicar o secretário de Juventude.

O SR. PRESIDENTE – Uma questão de ordem, Jardel. Essa questão da discussão interna do PSB vamos ter uma pauta específica, a questão da conjuntura, porque já tem proposta sobre isso. Mas essa questão dos movimentos sociais você também faça por escrito.

O SR. JARDEL (Alagoas) – Outra coisa é solicitar a elaboração de um documento orientando sobre a reforma política. Precisamos ter uma análise mais profunda e mais cuidadosa, principalmente nas JSB municipais e estaduais sobre a questão da reforma política. A preocupação que temos é justamente na questão da lista fechada que inviabiliza e até compromete as possíveis candidaturas no futuro da nossa Juventude. O companheiro Pedro, de São Paulo, ontem estava dizendo que isso não amedronta o nosso posicionamento, mas eu me preocupo, porque uma das intenções da lista fechada é que os mandatários tenham prioridade na formação dessa lista e isso prejudica o surgimento de novas lideranças.

Outra questão é que reflitamos nos estados uma preocupação, que sei que ainda não foi colocada em nível nacional e alguns estados não têm feito essa reflexão, mas tenho uma preocupação de que as filiações do PSB – e aí acho que essa idéia poderia surgir da Juventude – passem a ter uma visibilidade de segmento. Ou seja, você se filia ao partido, mas automaticamente já determina, ao se filiar ao partido, de que movimento você vai fazer parte. Não é uma filiação segmentada, é você definir em que movimento você vai estar inserido, porque automaticamente você vai participar daquele congresso e você vai ter, dentro do plano estratégico do partido em nível municipal, uma atividade mais específica.

O SR. PRESIDENTE – Essa questão também é organização interna do Partido mais à frente. Entregue à Mesa, por favor.

O SR. RICARDO (Rondônia) – Essa primeira proposta: reafirmar apoio ao Governo Lula, porém, cobrar o que foi prometido à população nas eleições de 2002, acho que não é o momento propício para firmarmos esse compromisso com ele novamente porque a cada dia vem surgindo no cenário nacional várias denúncias, que cada vez mais está se aproximando à pessoa do presidente. Acho que não podemos nos precipitar nesse apoio, como o nosso amigo Jardel falou, que ele futuramente tem planos de lançar candidatos da Juventude Socialista Brasileira e se por acaso viermos a lançar esses candidatos e estourar uma bomba maior nesse Governo Federal, isso prejudica toda a nossa equipe, todo o nosso Partido, toda essa família Socialista brasileira.

Então, acho que não é o momento, acho que o momento é esperar. Cobrar dele o que ele prometeu, se ele não fez isso esse tempo todo, não vai ser agora que ele vai cumprir com as suas promessas. Então acho que não é o momento propício.

O SR. PRESIDENTE – A mesa queria fazer um encaminhamento. Se iniciarmos a discussão pela divergência não vamos concluir o Congresso. A Mesa queria pedir que as questões convergentes pudessem ser aprovadas, no final destacamos o que é divergente, como essa questão que o companheiro está apresentando a divergência dele com apoio ao Governo Lula, nenhum dos demais apresentou divergência até agora, é a primeira, então merece um debate. Se ficarmos fazendo esse debate por questão de ordem será um debate vazio. É melhor abriremos defesa de propostas e depois votar, porque podemos ter outras polêmicas.

O SR. (Não-identificado) – Mas quero dizer, Presidente, que isso é um ponto de vista e se a maioria votar a favor eu vou com a maioria, porque vivemos numa democracia.

O SR. (Não-identificado) – Sr. Presidente, não debatendo a palavra do companheiro, mas acho que se o Partido em si resolver apoiar o Governo, a JSB tem como obrigação também apoiar o Governo. Isso deve ficar bem claro. Isso não depende do nosso congresso aqui, porque somos uma base do Partido. Se o Partido decidir no Congresso Nacional que vai continuar sendo base de apoio do governo, nós da Juventude automaticamente teremos que ser base.

O SR. PRESIDENTE – A Mesa quer encaminhar a votação das propostas convergentes. As propostas de inserção estão sendo redigidas e chegarão à Mesa. Simbolicamente, vamos aprovar as propostas que foram lidas e que não houve divergências.

A SRA. (Não-identificada) – Tenho uma proposta nesse sentido que acho que será convergente.

O SR. PRESIDENTE – É sobre a votação?

A SRA. (Não-identificada) – Não, é uma proposta sobre a questão da análise de conjuntura.

O SR. PRESIDENTE – Aí é uma questão polêmica para discutirmos no final.

Aqueles que aprovam as propostas que foram lidas da tese “de que lado você samba” para a conjuntura nacional, por favor, levantem o seu crachá. Os acréscimos serão votados em separado. As propostas que foram lidas, fora a do Governo Lula, em que há divergência. Somente as propostas convergentes. Aqueles que aprovam levantem o crachá. Aqueles que reprovam, por favor, levantem o crachá.

Aprovado.

Já chegou a primeira proposta para encaminharmos por escrito. *Priorização dos investimentos públicos nas universidades públicas, em detrimento a qualquer investimento em instituições privadas de ensino.*

Aqueles que aprovam essa proposta levantem seu crachá. Aqueles que reprovam levantem o crachá. Tivemos dois votos contrários.

Que haja rigor nas apurações e severidade nas punições, com o devido ressarcimento aos cofres públicos, dos culpados nos escândalos de corrupção. Há divergência? Aqueles que aprovam levantem o crachá. (Palmas.)

Criação de um plano estratégico para a inserção nos movimentos sociais da Juventude. Aqueles que aprovam, por favor, levantem seu crachá. Aqueles que reprovam. Abstenções.

Aprovada a proposta.

Elaborar um documento de orientação sobre a reforma política. Aqueles que aprovam, por favor, levantem seu crachá. Aqueles que reprovam. Abstenções.

Aprovada a proposta.

Lançamento de candidaturas da JSB em 2006. Aqueles que aprovam, por favor, levantem seu crachá. Aqueles que reprovam. Abstenções.

Aprovada a proposta e concluído o debate de conjuntura nacional.

O SR. (Não-identificado) – Quero encaminhar à Mesa para que seja aprovado o debate sobre a crise política brasileira, para que tenhamos uma posição da nova JSB.

O SR. PRESIDENTE – Companheiro, já votamos isso. Agora, a nova gestão vai ter seus textos, vai ter seus manifestos, ela pode escrever algo mais detalhado, mas já foram votadas algumas propostas que externam a nossa posição, exceto o apoio ou não ao Governo Lula, que será discutido *a posteriori*.

Conjuntura internacional. Atenção para a leitura das propostas.

Pela retirada das tropas brasileiras do Haiti, tendo em vista que tal ação fere o direito à autodeterminação dos povos.

Lutar contra o terrorismo de estado que é aplicado pelos governos dos Estados Unidos, Inglaterra e Israel.

Sermos contra a atos terroristas.

Não à guerra imperialista de Bush.

Defendemos uma integração regional latino-americana pautada no sentimento de autodeterminação e de resistência à dominação imperial.

Pela criação de um estado palestino independente e soberano.

Todo apoio às lutas populares da Bolívia, que hoje através da luta conseguiu a nacionalização dos hidrocarbonetos.

Desmascarar o Plano Colômbia, que representa um dos tentáculos do imperialismo ianque.

Toda solidariedade aos governos populares de Fidel Castro e Hugo Chaves como forma de resistência à hegemonia do governo norte-americano.

Criação da TV Sul como contraponto às mídias burguesas da América Latina.

Criação da estatal binacional de petróleo Brasil e Venezuela, fruto de uma parceria da Petrobras com a Pedvesa.

Não à ALCA por compreender que é uma política de dominação econômica e cultura dos Estados Unidos sobre toda a América.

Por uma campanha nacional contra a ALCA, visando a realização do plebiscito oficial.

Pela derrubada do Muro da Vergonha como um dos primeiros passos para a pacificação entre israelenses e palestinos.

Que o G8 cumpra o protocolo de Kioto.

Apoio ao resgate cultural do povo indígena da América Latina, que foi escravizado e exterminado pelos colonizadores europeus.

Destaques.

Pergunto se existe algum destaque de supressão ou de alteração. As inclusões vão em seguida.

O SR. FERNANDO – Considero que a realização de um plebiscito para a sondagem da aprovação ou não da ALCA é uma coisa perigosa, visto que na democracia burguesa em que vivemos, o poder econômico agindo na mídia é capaz de deformar a opinião do povo. Acho que esse plebiscito pode acontecer deformado pela inserção de propaganda eleitoral a favor da ALCA nos meios de comunicação. Isso pode ser um meio de que as elites consigam aprovar a ALCA com respaldo do povo, que, movido por um sentimento de alienação imposto pela mídia, possa respaldar essa intenção da elite, em vez de demonstrar a indignação que deve ser demonstrada em relação à ALCA.

O SR. PRESIDENTE – O destaque do companheiro Fernando é contra a proposta do plebiscito. Fica para ser votado com as divergências.

Peço aos companheiros que tenham proposta de supressão de texto ou de alteração de texto, principalmente de alteração, que a defesa seja feita no momento de votação da proposta, que apenas apresenta a proposta de alteração ou supressão, porque daqui a pouco temos que ir para a homenagem ao Dr. Miguel Arraes. Então temos que adiantar o Congresso.

O SR. PEDRO – Um informe: caso exista algum companheiro da

Juventude Socialista Brasileira que também seja delegado ao Congresso Nacional do Partido, o prazo de credenciamento está acabando, faltam uns vinte minutos.

O SR. PRESIDENTE – Há mais algum destaque de supressão ou alteração. Não havendo, a Mesa submete à apreciação do Plenário as propostas que foram lidas e convergentes sobre o ponto de conjuntura internacional. Aqueles que aprovam, por favor, levantem seu crachá. Aqueles que reprovam. Abstenções.

Fica aprovado o texto de conjuntura internacional.

Movimento estudantil. A Mesa solicita que os companheiros que tiverem proposta de conjuntura internacional de inclusão, que façam por escrito e votaremos na sequência.

Realização de ativos nacionais precedendo a realização dos Cones da UNE e UBIS para a discussão de teses e o fortalecimento da JSB nos referidos fóruns.

Defesa intransigente da UNE e da UBIS como entidades representativas dos estudantes brasileiros.

Contra qualquer forma de divisionismo no movimento estudantil.

Realização de plebiscitos sobre temas polêmicos, tendo em vista maior participação dos estudantes nos debates do ME.

Por uma ME construído pela concepção de uma sociedade livre, justa e que não busque a exploração do homem pelo homem.

Provocar os estudantes a participarem efetivamente de suas entidades representativas.

Redemocratização das entidades estudantis.

Construir um movimento efetivo e de base, convocando os estudantes para a construção do Socialismo.

Organizar o ME, resgatando a sua força representativa e aglutinadora.

Incentivar as lutas e embates sociais que conduzam os estudantes a vitórias pessoais.

Construir a democracia estudantil, criando e incentivando espaços como fóruns, plenárias e assembléias, proporcionando assim a participação direta dos estudantes.

Há algum destaque de supressão ou de alteração? Não havendo, submeto ao Plenário. Aqueles que concordam com as propostas apresentadas, por favor, levantem o seu crachá. Aqueles que discordam. Abstenções.

Ficam aprovadas as proposta de movimento estudantil. Quem tiver proposta de inclusão, que o faça por escrito à Mesa.

Educação.

Resgatar a identidade da escola pública para com a sociedade, transformando-a novamente em um espaço de construção de saber.

Provocarmos os debates com as entidades “sob uma nova educação”, para assim construirmos um novo país.

Repudiar as práticas pedagógicas alienantes que servem para a ordem e construir, em detrimento disso uma prática pedagógica emancipatória.

Apoiar e construir a gestão democrática e participativa na escola pública e reivindicar a autonomia financeira e pedagógica, construída democraticamente pela comunidade escolar e que permita um projeto educacional realmente eficiente.

Há algum destaque de supressão, de inclusão ou de alteração?

O SR. ALEXANDRE GOMES (Secretário Estadual da JSP – PA) – Gostaria que fosse proposta a inclusão da disciplina políticas públicas nas escolas estaduais de ensino fundamental e médio. Que fosse votada a inclusão da disciplina políticas públicas.

O SR. PRESIDENTE – Ok. Assim como estamos trabalhando no encaminhamento, o companheiro encaminha por escrito, é uma proposta de inclusão, para podermos votar.

O SR. OTÁVIO (Secretário Estadual da Juventude em Alagoas) – É sobre o segundo ponto na proposta que diz: *Provocarmos os debates com as entidades “sob uma nova educação”, para assim construirmos um novo país.*

Quando discutimos essa tese no caminho para Brasília, discutíamos exatamente essa questão, porque para uma Juventude Socialista essa proposta diverge.

O SR. PRESIDENTE – Ela diverge com qual proposta?

O SR. OTÁVIO (Secretário Estadual da Juventude em Alagoas) – Com o ponto dois.

O SR. PRESIDENTE – Ok, será votado com as divergências.

O SR. OTÁVIO (Secretário Estadual da Juventude em Alagoas) – Peço a supressão desse ponto ou que seja feita uma análise.

O SR. PRESIDENTE – Há mais alguma divergência? Não havendo, submeto à votação do Plenário as propostas convergentes de educação.

Aqueles que aprovam, por favor, levantem seu crachá. Aqueles que discordam. Abstenções.

Aprovado.

Novas formas de organização da Juventude. Propostas.

Construção de um debate nacional no seio da Juventude acerca da legalização das drogas. Há uma ressalva, essa proposta não cabe nesse item.

Apoio à luta do movimento rip-rop, por mais atenção e investimento do poder público à produção cultural da juventude das periferias.

Apoio à proposta de inclusão do break como modalidade de disputa olímpica como forma de incentivo à prática do break.

Apoio às posses de rip-rop e gangues de break como forma de organização da periferia brasileira.

Criação da Secretaria de Promoção da Igualdade para organizar a atuação da JSB na defesa dos direitos de livre orientação sexual, de igualdade de gênero e contra qualquer forma de racismo.

Divergências de supressão ou alteração com a proposta.

O SR. (Não-identificado) – Presidente, tenho uma proposta: apoio à juventude no movimento comunitário.

O SR. PRESIDENTE – Companheiro, por escrito à Mesa as propostas de inclusão.

O SR. (Não-identificado) – Presidente, quero ressaltar que a primeira proposta de não às drogas, mas sim à liberação da maconha.

O SR. PRESIDENTE – Divergência vai para as divergências.

Há mais alguma proposta de supressão ou alteração? Não havendo, submetemos ao Plenário as propostas relativas às novas formas de organização da Juventude. Aqueles que aprovam, por favor, levantem seu crachá. Aqueles que reprovam as propostas. Abstenções.

Aprovadas.

O SR. (Não-identificado) – Uma questão de ordem. Não sei onde está minha pasta preta e ela contém documentos meus. Por favor, quem achar...

O SR. PRESIDENTE – Propostas relativas à sociedade civil organizada.

Realização de um seminário nacional para a elaboração do programa de governo juvenil.

Um conjunto de reflexões e propostas da JSB sobre as políticas públicas de Juventude.

Realização do encontro da Bancada Federal com a JSB para a discussão do Estatuto da Juventude e do Plano Nacional de Juventude que tramitam nesta Casa Legislativa.

334 Há algum destaque de supressão ou de alteração? Não havendo, aqueles

que aprovam as propostas apresentadas levantem o seu crachá. Discordâncias. Abstenções.

Aprovadas as propostas.

O SR. ISMÊNIO – Sr. Presidente, pela ordem. Gostaria de solicitar a todos os companheiros aqui presentes que, por gentileza, me encaminhassem pelo menos um endereço por estado, para que eu possa encaminhar, através da Secretaria Nacional de Juventude do governo, a cópia do plano do estatuto da Juventude, já na próxima semana, para o debate ser encaminhado em cada estado.

O SR. PRESIDENTE – Proponho que o companheiro Ismênio publique no *site* jsb.org.br.

O próximo ponto é Organização Interna da JSB.

O SR. ISMÊNIO – Apenas uma questão de encaminhamento. Embora publiquemos no *site*, existem documentos que nem sempre podemos publicar. De qualquer forma, gostaria de ter o endereço de todos, para que pudéssemos mandar o acúmulo de discussão produzido na área de Juventude.

O SR. PRESIDENTE – O companheiro Ismênio fica destacado para receber o endereço de quem quiser receber a cópia do Plano Nacional de Juventude e do Estatuto da Juventude.

Propostas de organização interna da JSB.

Radicalizar na construção interna, com uma diretoria ágil e eficiente, capaz de dar à JSB a organicidade que ela precisa.

Estabelecer um canal de diálogo nacional único e moderado pela Secretaria de Comunicação da Juventude Socialista Brasileira.

Disputar a construção da opinião nacional da Juventude brasileira com uma comunicação efetiva, uma revista nacional.

Realizar o planejamento participativo da JSB.

Estabelecer uma linha de comunicação efetiva com a Juventude através de uma rede de colaboradores em todo o País do site www.jsb.org.br.

Destaques de supressão ou alteração.

O SR. (Não-identificado) – Questão de ordem. Com relação à unidade da JSB e fidelidade nos posicionamentos, eu teria a destacar com relação à direção estar enfocando num sentido divergente, divergências que permitam caminharmos em bloco e em eleições fora da JSB, como UNE, UBIS. Há uma proposta para acrescentarmos nisso?

O SR. PRESIDENTE – Há no texto da tese uma leitura sobre isso, mas se não é proposta não vai para a resolução. Então pediria ao companheiro

fazer uma redação sobre essa unidade, sobre o que deve ir para a ata, sobre o que deve ir para o manifesto político, que com certeza encaminharemos ao Plenário.

Há algum destaque de supressão ou de alteração? Não havendo, a Mesa encaminha ao Plenário as propostas de organização interna da JSB. Aqueles que aprovam, por favor, levantem seu crachá. Aqueles que reprovam. Abstenções.

Aprovadas as propostas.

Propostas para organizar o bloco da JSB e intervir no Congresso Estatuinte do Partido.

Propomos:

Pela manutenção do cargo de Secretário de Juventude nas executivas partidárias.

Pela manutenção da eleição do Secretário de Juventude no respectivo Congresso da Juventude.

Pela autonomia da gestão financeira dos segmentos, aos quais cada direção partidária destinará, no mínimo, dois e, no máximo, vinte por cento dos recursos da respectiva direção para a gestão de cada segmento, com base em planejamento anual definido pelo diretório partidário.

Há alguma divergência com as três propostas apresentadas?

O SR. WENDEL (Amapá) – É só para incluir, no terceiro item, que se coloque a questão também da transparência, porque acho que isso é importante. É só incluir a questão da transparência desses recursos. Essa é uma proposta que o estadual do Amapá defende. Transparência dentro do *site*, através da internet.

O SR. PRESIDENTE – A proposta do Wendel deve ser encaminhada à Mesa por escrito, porque é prestação de contas *on line*.

Vou explicar a proposta porque esse texto é muito longo.

A proposta é que cada direção, anualmente, destine de dois a vinte por cento dos seus recursos para cada segmento, com base em um planejamento anual da própria direção. E anexando a proposta do companheiro Wendel, da transparência, que é uma bandeira do nosso Partido, que é capitaneada pelo Senador Capiberibe, do Amapá, e que deve sim ser prática política da Juventude.

O SR. (Não-identificado) – Questão de ordem. Mas nessa última proposta ela continua sendo bloco de apoio do Partido. Não é isso?

O SR. PRESIDENTE – Órgão de apoio do Partido.

Há mais alguma divergência? Não havendo, a Mesa submete ao Plenário as propostas que vão organizar esse bloco da Juventude no Congresso Estatuinte de amanhã. Aqueles que aprovam levantem o seu crachá. Aqueles que reprovam. Abstenções.

Está construída a unidade da JSB no Congresso Estatuinte do PSB.

Propostas de inclusão. Vou ler todas as propostas. Havendo destaque, o companheiro apenas se identifica dizendo que tem destaque e depois discutiremos.

Inclusão da JSB do Amapá. Que a direção nacional cobre relatórios das direções estaduais e organize um banco de dados para enviar para as direções estaduais via o site da Juventude.

Fortalecimento, continuidade e ampliação dos consórcios sociais da Juventude do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego.

Apoio à inserção da Juventude nos conselhos comunitários como forma de organização dos movimentos.

Inclusão da disciplina Políticas Públicas no ensino fundamental e médio, tendo em vista o esclarecimento dos jovens em sala de aula.

A Mesa está entendendo que não há destaque em nenhuma das propostas.

Manter os movimentos com direito... Já foi votado e aprovado.

Viabilizar debates sobre uma possível filiação segmentada no Partido. Não há destaque.

Lançamento de candidaturas jovens... Já foi inclusive aprovada.

Reafirmar a nossa posição em sermos contra o ENEM, por entender que o mesmo era só por experiência e hoje já é critério para trabalho.

O SR. (Não-identificado) – É porque o ENEM quando foi criado era um exame preparatório para que os estudantes do ensino médio pudessem se preparar para disputar o vestibular dentro das universidades; mas o que está posto hoje é que o ENEM já se tornou um programa de critério. Inclusive, para trabalhar em várias empresas privadas do nosso País você tem que ter uma média X no ENEM para poder ser empregado. Então temos que ser contra o ENEM, fazer essa denúncia.

O SR. PRESIDENTE – Ok, então a Mesa quer encaminhar a proposta de redação.

Reafirmar a nossa posição em sermos contra o ENEM, principalmente pelo seu caráter “ranqueativo”.

Exigir a derrubada imediata da Medida Provisória 2.208, de agosto de 2001, que estimulou a divisão do Movimento Estudantil.

Organizar um boicote à Lista PSB 40@grupos.com.br pelo fato de a mesma ser moderado por um e-mail de um não-filiado ao partido. Tchau, Carlos Martins. Já foi aprovada a criação, a secretaria nacional terá que criar.

Proposta da JSB do Rio Grande do Norte.

Que se realizem fóruns semanais de debate em cada estado sobre temas diversos, a

exemplo da experiência potiguar com o “café com política”.

Elaboração de um manifesto contra a economia, contra a corrupção e pela ética na política, destacando que todos os governos do capitalismo não resolverão os anseios da classe trabalhadora.

Não há mais, fora a proposta que ainda está sendo redigida, a Mesa pede autorização do Plenário para encaminhar essas que são convergentes, passar ao debate das divergências enquanto os companheiros ganham tempo para redigir a importantíssima proposta emanada dos Estados de Rondônia e Alagoas.

A Mesa submete à aprovação do Plenário. Atenção delegados ao VII Congresso Nacional.

O SR. (Não-identificado) – Tenho uma questão de encaminhamento. Há uma proposta que fala de filiação segmentada, mas continua sendo partidária. Tenho receio de que seja passada meio a rodo, sem refletirmos. É bom tomarmos cuidado, porque é uma idéia de que a JSB assuma esse compromisso no sentido de que realize os debates nos estados, não que seja implementado de forma imediata, mas que reflitamos que é necessário que não só a PSB, mas outros movimentos sociais, os outros segmentos do Partido definam quem são seus respectivos filiados.

Portanto, que os estados comecem a realizar debates em torno dessa filiação segmentada, para que a partir da sua realidade já comecemos a realizar isso na prática e começando pela JSB. Ou seja, faz parte da JSB quem atua, quem milita, mas não quem vive caindo de pára-quedas na JSB.

O SR. PRESIDENTE – Ok.

O SR. (Não-identificado) – Presidente, a JSB municipal de Natal vai passar essa ficha de contato para o pessoal preencher, para montarmos um cadastro de contato com os outros estados.

O SR. PRESIDENTE – Ok.

A Mesa submete ao Plenário as propostas de inclusão que foram lidas e com as quais não foram apontadas nenhuma divergência e nenhum destaque. Aqueles que aprovam levantem o seu crachá. Aqueles que reprovam. Abstenções.

Ficam aprovadas as inclusões ao texto original.

Vamos, agora, para o debate das divergências. A Mesa registra: divergência quanto ao ponto de apoio ao Governo Lula, quanto à questão do plebiscito sobre a ALCA, quanto à questão do debate sobre uma nova educação para construir um novo país, quanto à questão da legalização das drogas.

Quero informar que ainda existem dois textos pendentes: um sobre a

questão da transparência e outro da unidade. Esses dois a Mesa está aguardando para submeter ao Plenário a votação.

Agora vamos abrir as inscrições para a defesa das propostas. Primeiro, o destaque feito acerca da proposta de construção de um debate nacional no seio da Juventude acerca da legalização das drogas. Quem se inscreve para defender? Companheiro Otávio.

A SRA. – Marcos, uma questão de ordem. A proposta não foi esta.

O SR. PRESIDENTE – A Mesa quer ouvir a questão de ordem do companheiro Altanir.

O SR. ALTANIR – Camaradas, quero chamar atenção para esse primeiro ponto, porque acho muito complicado quando botamos aqui: *construção de um debate nacional no seio da Juventude acerca da legalização das drogas*. Vou defender a retirada desse ponto completamente.

O SR. PRESIDENTE – A tese está retirando a proposta? É isso?

O SR. ALTANIR – Ou avaliamos que a Juventude nacionalmente tem a maturidade, tem o debate nas suas bases, acho que isso temos que dizer sem nenhum preconceito, em defender ou não a legalização da maconha, porque é bom para a AIDS, porque é bom para o câncer, porque é bom para isso ou para aquilo, ou retirar esse ponto, porque defender debate de legalização de drogas você bota na vala comum o crack, cocaína, a morfina, o LSD etc. (*Palmas.*)

Proponho que em lugar de “drogas”, “maconha”.

O SR. PRESIDENTE – A Mesa quem perguntar se alguém defende o texto original. Não havendo, aqueles que concordam com a alteração, por favor, levantem o crachá. Divergências. Abstenções. Abstenção da companheira Fernanda.

Aprovada a proposta.

Proposta divergente. Atenção, só temos mais vinte minutos.

Provocarmos os debates com as entidades...

O SR. OTÁVIO – Esta era minha, pode retirar.

O SR. PRESIDENTE – Retirada a proposta do Otávio, fica aprovada a proposta de provocarmos o debate com as entidades sobre uma nova educação para a construção de um novo país.

Penúltima divergência acerca da realização do plebiscito oficial sobre a ALCA. Quem se inscreve para defender a proposta? Serão três minutos para

cada lado. Companheiro Altanir e companheiro JP vão defender o texto original. Quem defenderá a supressão é o companheiro Fernando, que apresentou o destaque. Mais alguém?

O SR. (Não-identificado) – Gostaria de fazer uma proposta de alteração do texto.

O SR. PRESIDENTE – Então encaminhe a alteração porque pode ser que ela gere consenso.

O SR. (Não-identificado) – A questão é que não seja uma questão de ter ou não plebiscito, porque acho que talvez seja cedo demais concordarmos com um plebiscito, mas sim a questão de que intensifiquemos o debate acerca da ALCA. A partir daí refletamos se terá plebiscito ou não.

O SR. PRESIDENTE – O texto original é o seguinte: *por uma campanha nacional contra a ALCA, visando a realização do plebiscito oficial.*

O SR. FERNANDO – Gostaria de retirar a minha proposta.

O SR. PRESIDENTE – Gerado o consenso, Aqueles que aprovam levantem o seu crachá. Aqueles que reprovam. Abstenções.

Aprovada.

Última divergência do Congresso Nacional da JSB. Quero pedir aos companheiros que estão elaborando os textos da transparência e da unidade que só podemos votar após essa votação, porque logo em seguida vamos abrir a votação de chapas para a Direção Nacional. Portanto, que acelerem a redação.

A proposta é: *reafirmar apoio ao Governo Lula, porém, cobramos o que foi prometido à população nas eleições de 2002.* Um entendimento muito particular da Mesa é de que essa proposta não poderá ser vencida em três minutos. Pelo respeito ao tempo, proponho que sejam cinco minutos para a defesa de manutenção e cinco minutos para a defesa de supressão do texto. O Plenário concorda?

Estão abertas as inscrições. Quem vai defender a manutenção do texto? Companheiro Ismênio, Edivânia, Jardel, Altanir, Gilcimar e Cássio. A Mesa sugere aos companheiros que entrem num acordo pela divisão de tempo ou pela diminuição das pessoas, porque seremos rígidos no controle do tempo. Quem vai defender a supressão do texto? A polêmica está estabelecida acerca do apoio ao Governo Lula.

O SR. (Não-identificado) – Fui eu quem fez a proposta, porque acho que não é o momento de fecharmos um apoio a este Governo. Se fechamos um apoio agora, a cada dia vem estourando novas acusações a este Governo Federal. Então, temos que tomar uma medida cautelar, esperar um pouco, ver

o que vai acontecer em toda essa CPMI, para depois tomar uma decisão em relação a isso. Temos que nos manter inertes.

O SR. PRESIDENTE – Vamos iniciar a defesa da supressão do texto. O companheiro Amaro e o companheiro têm cinco minutos para fazerem a defesa dessa proposta de supressão do texto.

O SR. AMARO – Sr. Presidente, caros companheiros, trata-se de uma questão de cautela, uma questão de nos posicionar num sentido de sermos coerentes com nossa própria ideologia. Não de sermos contra o Governo Lula, mas de termos uma cautela nesse procedimento. Reafirmamos apoio ao Governo Lula sim se não for comprovada nenhuma irregularidade, se não for comprovada nenhuma corrupção. Não podemos ser coniventes com a corrupção. Temos que pelo menos abrir parênteses, se for comprovada corrupção, retiramos e não somos coniventes com nenhum desses tipos de procedimento, porque várias denúncias são feitas, estão em apuração e continuam sendo feitas denúncias. Então temos que colocar essa ressalva de que em caso de comprovação não somos coniventes com a corrupção e retira o seu apoio.

O SR. (Não-identificado) – Sr. Presidente, a proposta diz: *reafirmar apoio ao Governo Lula, porém, cobrarmos o que foi prometido na eleição de 2002*. O Governo Lula já provou que não tem compromisso com o povo brasileiro. Já está provado isso. Se ele não firmou esse compromisso em quase três anos de mandato, não será agora que vai mudar. Então temos que tomar muito cuidado. Acho que não podemos fechar acordo agora com o Governo Lula, temos que nos manter inertes a isso, esperar o momento certo para ver se é conveniente para nós fecharmos esse acordo.

O SR. PRESIDENTE – Agora passamos aos companheiros Ismênio, Edivânia, Jardel, Gilcimar e Cássio para fazerem a defesa da manutenção do texto. Os companheiros têm cinco minutos improrrogáveis.

O SR. ISMÊNIO – Inicialmente, quero dizer que temos que ter muita responsabilidade com o que estamos discutindo aqui, porque não ter compromisso com o povo brasileiro é barrar as privatizações, é fazer a reforma universitária, é promover mais de um milhão de empregos, é impedir que as plataformas da Petrobras sejam construídas lá fora. Então temos que ter muita cautela com o que estamos dizendo. O que acontece neste País é que o Partido dos Trabalhadores está envolvido numa onda de denunciismo, como falei mais cedo no tópico de conjuntura nacional. Agora, é preciso reafirmar que a figura do Lula, que implementa projetos diretos, inclusive interlocução com a própria Juventude brasileira, quando criou a Secretaria Nacional de Juventude, o Conselho Nacional de Juventude, de que nós fazemos parte, criou o Pró-Jovem, que cria hoje o maior programa unificado de Juventude e, além disso, não se pode negar que o Lula tem uma conduta nacional e internacional de defesa do povo brasileiro. Não podemos aqui ser massificados, alienados pela mídia burguesa

que não recebe dinheiro do Governo Federal para se manter. Ou vocês acham que a Globo não está prestes a ser vendida para a CNN? Ou vocês acham que a Veja não tem interesse político? Ou vocês acham que a Revista Istoé é santa? É preciso colocar que o Estado é um Estado burguês. É preciso colocar que o Lula, embora seja o Presidente do País, não tem o poder, até porque o poder, todo mundo sabe, na concepção que temos, na concepção que temos no sistema capitalista, o poder é muito mais do que a Presidência da República. Todo mundo sabe disso. O Judiciário tem problemas e principalmente é ligado à grande burguesia nacional e internacional. Temos que ter clareza de que vamos para o maior enfrentamento da história política deste País.

E não estamos aqui para defender o Lula pura e simplesmente. O Lula tem que pactuar sim, tem que definir de que lado ele vai sambar daqui para a frente, porque independente de o Partido tomar uma posição e nós respeitarmos, a Juventude tem posição. E eu como tantos outros jovens aqui fomos para as ruas lutar para que este Governo fosse estabelecido. E se o Governo Lula, se a pessoa do Lula se mantiver ao lado do povo, como eu disse mais cedo, construindo a ruptura, pode acreditar que vamos estar juntos.

Por isso eu defendo a manutenção do texto.

A SRA. EDIVÂNIA – Eu me sinto muito contemplada com a fala do companheiro Ismênio, mas também para tentar elaborar uma proposta de consenso, acho que tem que ser elaborado um texto da JSB que se posicione radicalmente contra a questão da corrupção e pela ética na política. É preciso também ter clareza de que qualquer governo dentro do sistema capitalista não conseguirá resolver os anseios da classe trabalhadora. Porém, tem que ser registrada a inquietação e a revolta e não compactuação da JSB com os escândalos que têm acontecido no Congresso Nacional. Isso tem que ser registrado, tem que ser um registro público, tem que estar no *site* da JSB, no nosso jornal e em um manifesto que devemos fazer para distribuir nas nossas bases onde estamos atuando, para dizer que não compactuamos com isso e que não é um fato novo neste País, é um fato que já existe há muito tempo. E se agora a classe trabalhadora está perplexa com isso temos que dar uma resposta à altura.

O SR. (Não-identificado) – Quero parabenizar o colega Ismênio, ele tem uma cultura política bem avançada, agora, acho que me coloquei mal. A minha preocupação é em apoiar agora. Tenho medo de vir a acontecer um escândalo maior, fecharmos um apoio e estourar alguma coisa que repercuta mais do que já está, que envolva o nome do Presidente, porque até agora o nome dele está fora de qualquer suspeita. O meu medo é chegar à pessoa dele. Se é comprovado que a campanha dele foi bancada com dinheiro de caixa-dois, isso caracteriza impeachment na hora. Se conseguir comprovar isso não tem para onde correr.

Meu medo é só esse. Temos que ter um pouco de cautela.

O SR. PRESIDENTE – A Mesa, mesmo sem ser sua função, que seria agora encaminhar a votação, quer dizer que aqui se está falando a mesma língua com palavras diferentes. Não há divergência entre o que os colegas colocaram. Com certeza ninguém vai querer defender a eleição de nenhum corrupto.

Quero propor um texto de consenso, que poderia ser: *Reafirmar o apoio ao Governo Lula, porém, não sambaremos ao lado de ninguém que esteja sujo nos processos de corrupção*. Inclusive ele, não é?

O SR. (Não-identificado) – Só faço uma reflexão rápida. É questão de dar apoio ao Governo Lula enquanto Governo de Esquerda. Se cai o Governo Lula, cai toda a Esquerda. Isso que temos que refletir. Nós cairemos também. A nossa luta é contra o capital estrangeiro que está ocupando espaço da mídia para fortalecer esse discurso contra o Governo Lula e contra a Esquerda. E ainda mais, pode ser uma estratégia para lascar com a Esquerda na questão de cláusula de barreira e definitivamente acabar com os partidos de Esquerda. Então é bom termos atenção nisso. A questão é reafirmar o apoio ao Governo Lula enquanto Governo de Esquerda e entendendo que fazemos parte do Governo. Não houve na história do País nenhum governo que se aproximasse mais das questões sociais, principalmente da juventude, do que o Governo Lula. Então não dá para discutirmos sermos contra o Lula, porque então estaremos sendo contra a Esquerda.

O SR. PRESIDENTE – Companheiro Cássio, do Pará.

O SR. CÁSSIO ANDRADE (Presidente da JSB/PA) – Gostaria de expressar a respeito desse Governo, que não é o momento de questionarmos um governo do qual fazemos parte. Acho que esperar para ver como ocorrerão as reações é uma espera oportunista. A Direita faz isso, partidos fisiologistas fazem esse tipo de política. Isso não condiz com a Esquerda, Governo do qual fazemos parte. Tenho meus pontos contrários ao Governo Lula, critico bastante, mas nem por isso vou deixar de defender o nosso Presidente, o companheiro Lula no seu governo, que vem demonstrando pontos positivos. No final do seu mandato, com certeza, haverá muito mais pontos positivos do que negativos em relação a qualquer outro governo que se passou. Há pontos como a economia, essa política que ele deu continuidade, um superávit de 80 bilhões de reais/ano, pagando juros da dívida externa, dinheiro esse que sequer consegue pagar os juros, e a falta do pagamento dos juros capitaliza a dívida total, aumentando cada vez mais a nossa dívida; enquanto isso faltam investimentos primordiais no Estado do Pará como a hidrovía Araguaia/Tocantins, a BR 163, as eclusas de Tucuruí, obras que iriam alavancar a economia do Pará, trazer mais riquezas

para o nosso povo. Mas o Governo deixa de investir para pagar esse capital volátil, esse capital sanguessuga, imperialista dos Estados Unidos.

Tenho meus pontos contrários ao Governo, mas não é por isso que vou dar uma de oportunista e dizer que neste momento não vou fazer parte do Governo. Era essa a colaboração que o Pará gostaria de dar ao pensamento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE – A Mesa pergunta se houve algum consenso no debate ou se ainda precisamos encaminhar a votação.

O texto original: *Reafirmar o apoio ao Governo Lula, porém, cobramos o que foi prometido à população nas eleições de 2002.* Com a alteração ficaria: *Reafirmar o apoio ao Governo Lula, porém, cobramos mudanças na política econômica, a aplicação do programa de governo prometido à população nas eleições de 2002 e advertimos que não sambaremos ao lado de quem praticou a corrupção.*

Companheiro Amaro.

O SR. (Não-identificado) – Um defende a manutenção da defesa do Governo Lula de agora até serem sanadas todas as dúvidas de corrupção. E o outro defende que devemos ficar inertes até sanadas todas as dúvidas. São dois posicionamentos muito distintos.

O SR. AMARO – De acordo com a proposta da companheira Edivânia, podemos entrar nessa proposta de consenso última agora.

O SR. PRESIDENTE – Há consenso com o que foi lido, dizendo que não sambaremos ao lado de quem praticou a corrupção. Ou seja, se o Presidente Lula for culpado da corrupção, com certeza não sambaremos ao seu lado.

O SR. (Não-identificado) – Uma questão de ordem, Presidente. Se for comprovado, desde que também não seja manobra da Direita. Se for comprovado pela justiça aí não podemos pactuar.

O SR. PRESIDENTE – O que está dizendo lá é quem praticou. Esse texto também serve para dizer que não só o Lula, mas qualquer outro que tenha praticado a corrupção não queremos ao nosso lado nas eleições de 2006.

O SR. (Não-identificado) – Questão de ordem. Acho que só colocando um pontinho aí: após as apurações. Então, comprovado, tomamos nossa posição.

O SR. (Não-identificado) – Quero divergir por enquanto. O cara não é culpado até que seja julgado. Se ele não é culpado estou do lado dele.

O SR. PRESIDENTE – E é essa a proposta.

O SR. (Não-identificado) – Da maneira que o companheiro propôs agora, acabamos colocando em dúvida o Governo Lula e acho que não deve

entrar no texto dessa maneira, porque para mim Lula é inocente até que provem o contrário. Deveremos ficar ao lado do Governo, ao lado de Lula, já que fazemos parte, até prova em contrário. O texto sugerido já mostra dúvida sobre isso.

O SR. PRESIDENTE – Companheiro Jardel.

O SR. JARDEL – Acho que nas propostas seguintes já deixa claro questão de apuração, questão de discordar de corrupção. Acho que esse primeiro ponto é somente reafirmar apoio ao Governo Lula e ponto. O resto já está na frente: que haja rigor e severidade na punição dos culpados dos escândalos de corrupção.

O SR. PRESIDENTE – Com o devido ressarcimento aos cofres públicos.

A Mesa consulta a Plenária se há consenso com essa interpretação do companheiro Jardel, de que a proposta deve tratar apenas do apoio ao Governo Lula e que as outras questões são tratadas nas propostas a seguir. Há consenso?

Ok. Apoio ao Governo Lula. Aqueles que aprovam levantem o seu crachá. Aqueles que reprovam. Abstenções.

O SR. (Não-identificado) – É questão de redação. Gostei muito daquela colocação de não sambar ao lado...

O SR. (Não-identificado) – Só para deixar claro que o nosso apoio não é irrestrito.

O SR. (Não-identificado) – Acho que independente de o Presidente estar envolvido ou não, isso só o tempo e as investigações vão nos dizer. Mas se hoje resolvermos sair da base do Governo, para onde vamos? Vamos nos aliar à Direita?

O SR. (Não-identificado) – Mas ninguém está propondo isso!

O SR. PRESIDENTE – A Mesa quer informar que todas as divergências já foram tratadas no Congresso, já aprovamos as propostas. Estamos 20 minutos atrasados para a homenagem ao nosso ex-Presidente Miguel Arraes. Todas essas questões de redação serão tratadas pela Direção que será eleita daqui a pouco, os manifestos serão escritos. Isso não vai ser simplesmente apoio ao Governo Lula e nem vamos colocar em propostas separadas, vamos transformar isso em bandeiras, textos e manifestos. É com esse entendimento que a Mesa solicita ao Plenário para dar início à apresentação da chapa inscrita “de que lado você samba” ao VIII Congresso da Juventude.

Há ainda alguma questão de ordem pendente?

Gostaríamos de agradecer a presença do companheiro Vicente Celistri, que é do Sindicato dos Sapateiros de Campo Bom e é membro do Diretório Nacional Sindical. Seja bem-vindo ao nosso Congresso, sua presença muito

nos honra.

Fazemos também o registro da presença de Zildécio Felício, que é ex-Coordenador da Juventude Socialista Brasileira.

Neste momento, a Mesa dá início à apresentação da chapa única inscrita no VIII Congresso Nacional da JSB. Para fazer a apresentação da chapa gostaria de convidar o companheiro Alex Sandro Nazaré, o nosso Presidente Nacional da Juventude, que encaminhará a votação e encerrará este VIII Congresso Nacional da JSB. (*Palmas.*)

O SR. ALEX SANDRO NAZARÉ (Presidente Nacional da Juventude)
– Quero parabenizar pelo debate maduro e avançado que fizeram da tese “de que lado você samba” e iniciar chamando:

Secretaria de Meio Ambiente: João Carlos Rosa Júnior, de Santa Catarina.

Secretaria de Tecnologia, Alberto Bananeira, do Maranhão.

Secretaria de Cultura e Desporto, Roberto, de Tocantins.

Secretaria de Formação Política, Fernando Costa, de Alagoas.

Secretaria de Relações Institucionais, Cleiton Roque, de Rondônia.

Secretaria de Movimentos Populares Jucimar Brito, da Bahia.

Coordenação da Região Norte, Alexandre Gomes, do Pará.

Coordenação da Região Nordeste, Rinaldo, vulgo Gordo, Rio Grande do Norte.

Coordenação da Região Sul, Marco Vilizisck, de Santa Catarina.

Secretaria de Relações Internacionais, o companheiro que participou do Festival Mundial da Juventude, em Caracas, Rafael Alves de Oliveira, de Minas Gerais.

Secretaria de Planejamento e Finanças, Vereador de Belém do Pará da Juventude Socialista, Cássio Andrade.

Secretaria de Comunicação, companheira Edivânia Vieira, do Ceará.

O Primeiro-Secretário, Luiz James, do Maranhão.

Para a Secretaria-Geral o companheiro Wendel Rodrigues, do Amapá.

Como Vice-Presidente da Juventude Socialista Brasileira e membro do Conselho Nacional de Juventude o companheiro Márcio Santos, de Alagoas.

Para ocupar a tarefa de Presidente, para construir essa grande Juventude, neste grande País, o companheiro Leonardo Viana, de São Paulo.

O companheiro que foi reconduzido pela base da Juventude Socialista Brasileira no País inteiro, companheiro combativo, Secretário de Juventude, Josué Freitas, do Ceará.

Agora, com a eleição da nova Direção Nacional da Juventude Socialista Brasileira, com a chapa da tese “de que lado você samba” quem vota a favor levante o seu crachá.

Está eleita a chapa “de que lado você samba”.

Todos os delgados, por favor. Gostaria que trouxessem o crachá aqui na mesa, para registrar o voto concreto dos companheiros, para que possamos fazer a contagem e assinar a lista de presença.

Não podemos esquecer de assinar a lista de presença.

Companheiro Joilson Cardoso, Secretário Nacional Sindical.

O SR. JOILSON CARDOSO (Secretário Nacional Sindical) – Companheiros e companheiras, estou sem voz já, porque a batalha que vocês travaram aqui foi a mesma que travamos lá no Movimento Sindical, uma batalha que se dá na disputa política. Ninguém aqui está desconsiderando que o fato de termos disputado no seio dos Socialistas e das Socialistas uma concepção de mundo, de homem, de sociedade, e uma concepção dos nossos movimentos e do nosso Partido, se dá não como um bônus político, mas se dá no plano das idéias e da missão política.

Costumo dizer que nós, os velhos, morremos de inveja de vocês. Nós, os adultos, entre aspas, costumamos repreender a Juventude e, na antigüidade, dizer que eles não poderiam nem estalar os dedos, porque fazia mal à saúde. Não é verdade, dizíamos isso para os jovens porque morríamos de inveja, porque só quem estala dedo são os jovens, porque têm flexibilidade nas suas articulações. Esse é um dado.

O que quero dizer é que nenhuma revolução, que nenhuma mudança na sociedade, mudança para melhor, para o povo, para subverter a ordem, a ordem injusta e transformá-la numa ordem justa se dará sem a força da Juventude. A evolução está com a Juventude e nós os invejamos por isso. Não no sentido de termos por vocês nenhum sentimento de disputa por não termos a energia, a esperança e os sonhos que vocês têm, mas por reconhecer que por serem mais livres para pensar e para resolver os problemas do dia-a-dia e resolver com radicalidade e não com sectarismo, a revolução está com vocês. Nenhuma revolução se dará na sociedade brasileira sem que tenhamos à frente a Juventude Socialista Brasileira daqui e de lá, porque não queremos qualquer Juventude, queremos a Juventude Socialista, que pensa as causas sociais e que se coloca ao lado do povo como a Juventude do nosso País tem dado demonstrações.

Neste momento de crise do nosso País, quero reafirmar o que aprovamos no Congresso Sindical: primeiro, que essa crise é a crise da mídia, é uma crise real num sistema político carcomido, ultrapassado, corrupto e corruptor. Deles

nós já sabíamos há muito tempo e já condenávamos há muito tempo. Queremos nos reportar à crise maior. A crise maior é a impossibilidade do povo brasileiro de liberdade, ter liberdade de destruir e de acabar com o sistema opressor, que oprime a Nação brasileira, que coloca as divisas deste País a serviço do capital e em detrimento da vida, que coloca a impossibilidade de trinta milhões comerem, que coloca a impossibilidade de milhões não terem casa, daí a luta dos sem-teto, que coloca a possibilidade de milhões de brasileiros não terem como plantar nas suas terras e sofrer o êxodo rural que expulsa os companheiros do campo e os coloca nas favelas, nas cidades, nas periferias dos grandes centros.

Quero encerrar dizendo que nós Sindicalistas do PSB nos somamos à luta da Juventude Socialista Brasileira. Não é qualquer juventude, é a Juventude Socialista Brasileira do nosso querido PSB, que tem como símbolo maior a figura do nosso comandante maior, o nosso comandante Miguel Arraes, que, como se diz em Pernambuco, não morreu, foi plantado no solo fértil do povo de Pernambuco, do território do Brasil e plantado nos corações de todos que amam o povo brasileiro e que têm o Socialismo como uma bandeira, como uma utopia de luta e de conquista.

Quero dizer, em nome dos meus companheiros da CMS Nacional, aqui representada pelo companheiro Assis, do Pará, a quem peço uma salva de palmas, pelo companheiros Vicente, pelo companheiro Bismarck e vários outros, e dizer que estamos felizes por vocês terem lutado aqui e definido pela recondução do companheiro Josué. Sou testemunha das ações do companheiro, tanto na JSB, na organização da JSB, o seu empenho, a sua luta, a sua dedicação, como nas questões da Executiva Nacional. Muitas e muitas vezes subimos a Mesa da Executiva Nacional, no sentido figurado, para defender as nossas convicções. E o companheiro Josué quando fala naquela Executiva o silêncio respeitoso dos demais membros se sente no recinto. E Josué nunca traiu nenhuma das nossas bandeiras na condução da representação de vocês.

Por isso estou feliz com esta nova direção e de ter ao lado na Executiva Nacional um companheiro tão combativo como esse, que muitas e muitas vezes vi na angústia, na impossibilidade de fazermos as evoluções que sonhamos, mas que tem o ombro amigo de um companheiro sindicalista, parceiro nas horas difíceis da política na Executiva Nacional. Muitas vitórias tivemos e muitas derrotas também contabilizamos na nossa luta na Executiva Nacional.

É uma honra estar aqui com vocês e dizer que contem com os sindicalistas para fazer o encaminhamento da luta que vocês formularam no seu Congresso e das bandeiras que vocês defendem a vida toda, como dito aqui

no *slogan* de vocês.

Muito obrigado. Vamos à luta, vamos à vitória, a luta é grande e a vitória é certa! (*Palmas.*)

O SR. LEONARDO VIANA (Presidente da Juventude Socialista Brasileira) – Companheiros e companheiras presentes, vários já me conhecem, mas quero me apresentar novamente. Meu nome é Leonardo Viana, tenho 27 anos, sou Presidente da Comissão do Jovem Advogado, em São Bernardo, sou Presidente da ONG Juventude Consciente, em São Bernardo também, e agora, com muito orgulho, Sou Presidente Nacional da JSB. (*Palmas.*)

Sem muitas delongas, porque hoje já foi um dia muito comprido para nós, quero desejar esta vitória a todos vocês, considero que este foi um Congresso histórico pela forma que foi conduzido o processo e principalmente pela forma com que as pessoas nos julgaram. Então é por isso que estou aqui e reitero todo o meu compromisso com a Juventude Socialista Brasileira. Inclusive uma das minhas plataformas é uma meta já do nosso companheiro Josué que quero levar à risca, que é a de conseguirmos que a sede nacional da Juventude Socialista Brasileira seja em São Paulo.

Sem mais delongas, quero parabenizar todos vocês por esta vitória. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. JOSUÉ DE FREITAS (Secretário Nacional da JSB) – Meus queridos amigos e companheiros da luta política na questão da Juventude Socialista, gostaria de, encerrando mais uma etapa, mais um ciclo no processo de organização da JSB, manifestar o meu carinho e o meu agradecimento a todos os delegados que participaram do Congresso; parabenizar essa direção eleita legitimamente pela base da JSB, pelos estados que aqui estiveram representados. Gostaria de dizer que aqui encerramos mais uma fase no processo de organização e que iniciaremos a partir de agora também um novo ciclo de construção política dentro de um novo momento da política brasileira em que vive o PSB e na conjuntura em que nos encontramos. A partir de agora, todos os esforços na tentativa de consolidar essa Juventude serão redobrados, todas as energias, os empreendimentos para consolidar nacionalmente essa Juventude serão feitos com muita dedicação, com muita seriedade, preservando a democracia interna, preservando os fóruns de decisão da JSB e valorizando a militância, a política de conscientização, de preservação da nossa integridade ideológica como membros de uma Juventude Socialista e que reivindica uma sociedade justa e harmônica, uma ruptura com o sistema capitalista e a implantação de um regime baseado no bem comum e baseado numa sociedade verdadeiramente democrática e justa.

Aqui encerramos mais esse momento, sendo todos nós aqui vitoriosos. Preservamos e garantimos a integridade política desta organização. Quero agradecer a todos os que caminharam conosco desde o início até hoje e que nunca se furtaram a cumprir suas tarefas e manter o seu compromisso no processo

de construção nacional.

Só me resta aqui agradecer e dizer que, lamentavelmente, por conta do andamento e da forma como este Congresso foi realizado, faltamos hoje a um momento litúrgico em preservação da história, em preservação da memória daquele com quem poucos de nós talvez tenham tido o privilégio de compartilhar alguns instantes de conversa, de companhia, que é o Presidente Miguel Arraes. E é ao Presidente Arraes que dedicamos a realização deste Congresso, que também serviu para preservar a integridade política e moral e a imagem da JSB como organização coesa no Brasil. *(Palmas.)*

(Palavras de ordem: Arraes, guerreiro do povo brasileiro!)

Este é o nosso presente ao comandante Arraes.

Despeço-me aqui reiterando o nosso compromisso e a nossa integridade nessa nova caminhada. E tenho certeza de que com o companheiro Leo, com a estratégia que estamos montando para poder potencializar a Região Sudeste, esta Juventude irá crescer muito mais e irá no dia-a-dia se consolidar como uma das organizações, uma das forças políticas de Juventude mais fortes, mais combativas e mais comprometidas com a luta do povo brasileiro.

Um grande abraço, estamos todos juntos aqui, vamos nos confraternizar hoje e amanhã estaremos no Congresso do Partido para também participar e garantir que seja um congresso importante para o fortalecimento do PSB.

Muito obrigado.

Viva o Socialismo!

O SR. *(Não-identificado)* – *Companheiros, o Conselho de Ética também foi eleito neste dia. São os companheiros Denzís Well, de Alagoas, Suelen, de Alagoas, Jório Neto, de São Paulo, e Ricardo Andrade, de Rondônia.*

Movimento Negro

19 de agosto de 2005

**Congresso do Movimento
Negro Socialista - Tarde**



A SR^a JACI PROENÇA (Secretária Nacional da SNMNS) – Companheiras e companheiros, vamos dar início aos nossos trabalhos do Congresso do Movimento Negro Socialista do PSB.

Segundo a nossa programação, estava prevista a abertura do nosso Congresso para as 15 horas, e retardamos um pouco esse início em função das presenças que estavam confirmadas de membros da Executiva Nacional do nosso Partido: Dr. Eduardo Campos, Dr. Carlos Siqueira e Márcio França, que se comprometeram a estar conosco nesta abertura, mas já tive a informação de que eles estão resolvendo uma situação relacionada aos outros movimentos. Tão logo resolverem isso, eles se dirigirão para cá.

De todo modo, vamos iniciar o nosso congresso. Convido o nosso companheiro... Cadê o nosso companheiro Break? Saiu? Ele deve estar resolvendo outra situação, porque também atua no movimento sindical.

Convido o companheiro Jorge para compor a Mesa conosco e o nosso companheiro Vice-Prefeito da Capital do Ceará, Fortaleza, o companheiro Veneranda.

A companheira Valneide havia sido convidada também para esta Mesa, mas prefere ficar ali no apoio, principalmente às pessoas que forem chegando.

Companheiro Break.

Neste momento, consideramos aberto o nosso Congresso do Movimento Negro Socialista do PSB. Vamos passar a palavra para os integrantes da Mesa fazerem as suas saudações.

Enquanto os companheiros se pronunciavam, estaremos recebendo os integrantes da Executiva Nacional que foram convidados a fazer uma reflexão conosco acerca da conjuntura.

Também convidamos um membro da SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, para estar aqui conosco, o qual confirmou presença. Creio que por volta das 16 horas ele já estará aqui.

Então passo a palavra...

O SR. ALEXANDRE MELO (São Paulo) – Presidente, uma questão de ordem. Depois poderíamos fazer uma apresentação dos membros, para todos se conhecerem, assim como os estados, tudo.

A SR^a JACI PROENÇA (Secretária Nacional da SNMNS) – Estamos declarando aberto o Congresso. Vou passar a palavra para o Secretário-Geral fazer a leitura do edital do nosso Congresso e, na sequência, anuncio que faremos um minuto de silêncio pelo falecimento do nosso grande Líder Dr. Miguel Arraes.

Enquanto isso, convido a companheira Sergiana Elmer para atuar na relatoria.

O SR. CARLOS AUGUSTO LEITE (Secretário-Geral da SNMNS)

– Boa-tarde, companheiras e companheiros.

Passo agora a fazer a leitura de nosso edital de convocação:

Secretaria Nacional do Movimento Negro Socialista – SNMNS

Partido Socialista Brasileiro

Editais de Convocação:

II Congresso Nacional da SNMNS

A Executiva Nacional da Secretaria Nacional do Movimento Negro Socialista – SNMNS convoca a todos e a todas militantes negros filiados ao PSB a participar do II Congresso Nacional, dia 19 de agosto de 2005, a partir das 14 horas, na Câmara dos Deputados, em Brasília – Distrito Federal, a fim de discutir e deliberar sobre:

- Regimento Interno do II Congresso SNMNS;

- conjuntura nacional;

- a SNMNS após o Congresso Nacional em 2003 e a reforma estatutária;

- a proposta de Regimento Interno da SNMNS;

- a eleição e posse da nossa Direção Nacional, Conselho de Ética e Conselho Fiscal da SNMNS.

Professora Jaci Proença, Secretária Nacional da Secretaria Nacional do Movimento Negro Socialista.

Carlos Augusto Leite, Secretário-Geral da SNMNS.

Passo a palavra à nossa Secretária Nacional Jaci Proença.

A SRª JACI PROENÇA (Secretária Nacional da SNMNS) – Feita a leitura do edital, convido a todos para ficarem de pé a fim de dedicar um minuto de silêncio ao falecimento do Dr. Miguel Arraes.

(Procede-se a um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Miguel Arraes)

A SRª JACI PROENÇA (Secretária Nacional da SNMNS) – Concedo a palavra, para as suas considerações iniciais, ao nosso companheiro Jorge, que é o 1º Secretário da Executiva da Secretaria Nacional do Movimento Negro Socialista.

O SR. JORGE (1º Secretário da Executiva da SNMNS) – Companheiras e companheiros, quero desejar o boa-tarde da Bahia a este Congresso, o boa-tarde do Brasil, dizer que é um prazer estar presente em mais um Congresso do

nosso Partido, desta vez, no primeiro ou segundo Congresso do Movimento Negro Socialista – penso que é o primeiro, por conta do que está disposto na ata da nossa última reunião –, e que a nossa vontade é sair daqui com deliberações, aquelas que constam do jornal nacional do Partido. Tenho certeza de que todos nós nos debruçamos sobre elas e dali tiramos as posições do Movimento Negro em nível nacional. Temos conhecimento de que existem alguns documentos versando sobre isso. E espero que façamos um trabalho que realmente dê cabo ao que tanto pretendemos: as conquistas – não as oportunistas – reais junto à Direção Nacional do nosso Partido, ou seja, ser reconhecido como movimento negro dentro deste Partido, com uma proposta que realmente mostre o que pensa a negritude que compõe o Partido Socialista Brasileiro.

Inicialmente, é o que temos a dizer. Obrigado e um abraço a todos.

A SR^a JACI PROENÇA (Secretária Nacional da SNMNS) – Concedo a palavra ao nosso companheiro Carlos Augusto Leite, que é o Secretário-Geral da Secretaria Nacional do Movimento Negro Socialista.

O SR. CARLOS AUGUSTO LEITE (Secretário-Geral da SNMNS) – Boa tarde a todos os companheiros e companheiras. Minha saudação às delegações de todos os estados que se fazem presentes. Gostaria de saudar a nossa Coordenadora, Secretária Jaci Proença, o nosso Vice-Prefeito Veneranda, o Jorge Santos, companheiro da Bahia, e de fazer uma saudação especial à nossa companheira Valneide, do Espírito Santo, pelo seu empenho à frente da nossa Secretaria de Finanças.

Inicialmente, gostaria de dizer que o nosso desafio, como Secretaria, é o mesmo do tempo de Zumbi dos Palmares, sempre com muita dificuldade, tendo que “matar um leão por dia” para provar a nossa existência e aprovar as nossas políticas.

No Congresso passado, conseguimos reunir 18 estados no Congresso Nacional e realizamos o nosso primeiro Congresso, mas, para a nossa infelicidade, a nossa Secretaria ainda não conseguiu avançar nas nossas políticas dentro do nosso Partido, tamanhas as dificuldades, que podem ser comparadas às que o povo negro enfrenta em relação à sociedade. Esse é o desafio que eu quero lançar, para modificar isso dentro do nosso Partido.

O Movimento Negro existe, nós somos bons para levar o nome do Partido, defender a nossa bandeira, mas o legítimo reconhecimento dentro do nosso Partido ainda está longe se comparado aos outros movimentos, como os da Juventude, de Mulheres e Sindical. Por isso a nossa Secretaria, mesmo com todas as dificuldades, constituiu essa formação.

Espero que, nos próximos anos, a Secretaria se fortaleça e receba como

legítimo reconhecimento da Direção Nacional aquilo que é de direito e que, conseqüentemente, nas Secretarias Estaduais e Municipais, sejamos constituídos como Secretaria do Movimento Negro Socialista, como é o nosso propósito, para a discussão sobre raça dentro do nosso Partido, garantindo o nosso espaço devido.

Bom Congresso para todos nós. Muito obrigado.

A SRª JACI PROENÇA (Secretária Nacional da SNMNS) – Concedo a palavra ao nosso companheiro Carlos Veneranda, Vice-Prefeito da cidade de Fortaleza.

O SR. CARLOS VENERANDA (Vice-Prefeito de Fortaleza) – Inicialmente, desejo boa tarde a todos na pessoa da Professora Jaci, aqui na Mesa, ao companheiro Jorge, ao companheiro Carlos Augusto e demais membros da Negritude do PSB.

Tenho um compromisso muito forte com a Negritude, porque, nos meus 51 anos de idade, tenho um débito muito forte para com a minha raça, uma vez que me envolvi muito na atividade sindical e não fiz o que deveria para os meus irmãos de etnia.

Então, neste momento, quero dizer publicamente aos companheiros do meu Partido que contem com Carlos Veneranda, Vice-Prefeito negro de Fortaleza, para que possamos mudar essa realidade dentro do Partido e no âmbito nacional.

Nesses oito meses de governo em Fortaleza, conseguimos realizar a I Conferência de Promoção da Igualdade Racial no Município de Fortaleza, que contou com 450 participantes dos 750 inscritos. Estamos criando políticas principalmente porque se dizia que o Ceará não tinha negros. E o Ceará tem 67 quilombolas remanescentes, além de quilombos que ainda mantêm a sua origem, sem casamento nem miscigenação, como o Quilombo de Horizonte. Ainda existem no nosso Município os quilombos urbanos que precisam ser descobertos, que ainda vivem marginalizados, porque é importante para nós, que somos negros, o seu reconhecimento, sem aceitar a apatia que se estabelece às vezes na nossa raça. Temos que ir à luta e mostrar a verdadeira razão por que vivemos e a nossa capacidade de nos indignar contra os atos cometidos contra nós.

Estamos lançando, no PPA da nossa Vice-Prefeitura, lá em Fortaleza, que somos todos iguais e diferentes, contemplando as etnias no projeto de quatro anos de governo.

Com isso, quero parabenizar a todos os presentes, lembrando que temos

que buscar mais gente lá fora, porque é difícil que os nossos irmãos negros se assumam como tais. Eles preferem dizer que são mulatos ou mamelucos, abandonando a afrodescendência que está na nossa raiz.

Então desejo a todos um bom Congresso e que possamos empreender as ações necessárias para levar a Negritude ao seu verdadeiro “palácio socialista”, porque nós merecemos.

Obrigado.

A SR^a JACI PROENÇA (Secretária Nacional da SNMNS) – Continuamos aguardando os integrantes da Executiva Nacional do nosso Partido.

De todo modo, é uma satisfação muito grande, sentimos o coração transbordar de alegria ao saber que, apesar de toda a crise que se instalou no nosso País, nós ainda persistimos, resistimos e buscamos a ocupação dos nossos espaços, perseguimos as políticas necessárias para contemplar a nossa população, seja num espaço público como este, de poder, que o companheiro Venerando ocupa, através do Partido Socialista Brasileiro, uma Vice-Prefeitura, a exemplo do espaço que ocupo na Vice-Prefeitura de Cuiabá, também desenvolvendo políticas de ação afirmativa no nosso Município, seja através da atuação do companheiro Jorge, da companheira Valneide, do companheiro Break e de tantos outros que aqui se encontram ocupando o seu espaço, desde uma ação comunitária a uma ação sindical, de juventude ou dentro das estruturas partidárias. Todos nós temos uma atuação efetiva, cada um fazendo aquilo que pode, que julga ter condição de fazer, numa perspectiva bastante ampliada, de forma muito consciente, porque toda essa política, toda essa atuação está muito revestida e investida nesse recorte pelo qual estamos nos pautando, referente ao que queremos consolidar dentro do Partido, que é exatamente esse recorte racial, agregando, evidentemente, devido à nossa condição de mulher, companheira Valneide e companheira Sergiana, o recorte de gênero.

Então é uma satisfação muito grande superarmos tantas dificuldades que nos são impostas no nosso cotidiano, dentro e fora do Partido, e, assim mesmo, conseguirmos nos organizar, mobilizar e posicionar num momento importantíssimo como este para a política nacional e, particularmente, para o nosso Partido, o PSB.

Abrimos o nosso Congresso dedicando um minuto de silêncio em memória do Dr. Miguel Arraes, grande liderança política que não é somente do Partido, mas nacional. Tivemos a oportunidade de conviver e de aprender com ele, de refletir sobre muitas situações e até de questionar determinadas posições adotadas por ele. Então tivemos um grande aprendizado; ele deixou um grande legado.

Estivemos no funeral do Dr. Miguel Arraes, lá em Recife, acompanhamos tudo aquilo. Desde o início até o final, foi um funeral de muita emoção, quando várias lideranças e cidadãos comuns manifestaram o seu reconhecimento à pessoa, ao político, ao ser público que foi o Dr. Miguel Arraes.

Pode parecer até contraditório, num momento de grande dor, sentir orgulho de ter uma referência política como Dr. Miguel Arraes, pois um Estado todo, uma nação inteira manifestou-se positivamente em torno desse grande homem público.

Houve a presença de várias lideranças de outros países e continentes, principalmente do continente africano, companheiro Veneranda, no funeral de Dr. Miguel Arraes, o que significa que, apesar de as pessoas pensarem que tudo está perdido, não é assim. Tanto que o nosso Partido existe há tantos anos no nosso País. Julgamos que nada está perdido porque tudo vale a pena quando a alma não é pequena, principalmente quando a nossa alma é muito marcada pela nossa luta, a nossa persistência, a nossa resistência como povo quilombola deste País, o que não vamos negar, que supera todas as adversidades e se faz presente, dizendo: nós existimos. E, mais do que o reconhecimento de nossa existência, queremos existir muito bem, com cidadania e dignidade.

É exatamente nessa condição de ser o que somos, negras e negros do nosso País, que fizemos a opção de militar num Partido como o nosso, o Partido Socialista Brasileiro, e estamos realizando o nosso Congresso.

Questiona-se se é o primeiro ou o segundo. Isso, na verdade, é uma posição no sentido de nos afirmar. Mobilizamo-nos e nos organizamos no primeiro momento, dentro do nosso Partido, quando ganhamos mais visibilidade, quando nos dispusemos a nos organizar dentro desse caráter em 2003, embora saibamos que a nossa luta já vem de tempos atrás, desde 1993. Em que pese tudo isso, estamos aqui, reafirmando-nos. Em 2003, nós nos organizamos, posicionamo-nos, demos visibilidade à nossa existência dentro do nosso Partido, reconhecemo-nos como organização Secretaria Nacional do Movimento Negro e mais uma vez, em 2005, reafirmamos a nossa condição.

Evidentemente, impomo-nos agora muitos mais desafios, porque a própria conjuntura exige isso. Temos que estar presentes, mas numa atuação muito mais efetiva, contribuindo para a consolidação do nosso Partido, para o seu redimensionamento no cenário nacional e, por que não dizer, internacional.

Então estamos presentes dentro do PSB, cada um de nós tem uma história de luta que antecede inclusive o Partido Socialista Brasileiro e queremos trazer para dentro do Partido exatamente toda a nossa experiência de luta, toda a nossa trajetória de longa caminhada, todo o nosso “acúmulo” em torno do que é ser negro e negra no nosso País. E dizer para o nosso Partido que estamos

aqui para construir juntos aquilo em que acreditamos.

O PSB é esse espaço que nós escolhemos para militar. Fizemos essa opção porque acreditamos no nosso Partido. Para tanto, entendemos que essa relação tem que ser mútua, tem que ser recíproca, no sentido de nos auto-afirmarmos, de nos auto-reconhecermos como instrumento nos espaços necessários de existência como organização.

Estamos abrindo o nosso Congresso Nacional. Para nós, é fundamental sair daqui com um posicionamento relativo às questões gerais que estão sendo apresentadas hoje. Há toda uma conjuntura que se expõe com uma série de conflitos e de complexidades e dilemas sobre os quais temos que refletir e nos posicionar. Temos uma reforma estatutária interna do Partido, que precisa... Em que pesem algumas preocupações às vezes exacerbadas da nossa parte, em relação à atitude que o nosso Partido vai tomar quanto aos movimentos sociais, pela primeira vez, vejo que se apresenta na agenda do nosso Partido exatamente uma discussão sobre o que representa e o que significa movimento social no Brasil e, em particular, dentro do PSB. Então estamos nesse processo de reforma estatutária no qual teremos que discutir isso.

Devemos, de forma mais ampliada, fazer uma avaliação, uma discussão e, se preciso for, algumas modificações no Regimento Interno do nosso organismo, que é a Secretaria Nacional do Movimento Negro Socialista.

Nós discutimos sobre isso na Executiva passada da Secretaria, tão logo terminamos o Congresso em 2003. Nos meses de janeiro e fevereiro, nós nos reunimos aqui em Brasília, realizamos toda uma discussão e elaboramos um Regimento que enviamos para a Nacional avaliar e deliberar, mas não recebemos um posicionamento. Creio que cabe a nós, depois de dois anos de existência e de experiência quanto ao significado deste organismo no Partido, fazer uma auto-reflexão para saber em que ele pode ser aprimorado e adequado. Em outro momento, deveremos escolher a nova direção da Secretaria Nacional do Movimento Negro Socialista do Partido.

Passamos por dois anos bastante difíceis e complicados no sentido de nos auto-afirmar dentro do nosso Partido, mas vejo, companheiro Break, nesses últimos meses, como fruto de toda essa situação que trouxe para a pauta de discussões a existência dos movimentos sociais dentro do Partido, algumas sinalizações bastante positivas. Nós já fomos chamados para discutir essa reforma estatutária, pudemos dialogar sobre a nossa participação e a nossa presença dentro da estrutura do Diretório Nacional, o que não significa compromisso ou afirmação, mas pelo menos fomos chamados para ser ouvidos em relação a isso. Conquistamos ouvidos e corações abertos para as nossas

reivindicações. Creio que poderemos avançar, e muito, daqui para a frente, nesse processo de remodelagem, de rediscussão e de reorganização do nosso Partido diante dos grandes desafios que a política nacional está apresentando a todos nós.

Nesta tarde, vamos discutir os pontos da pauta que julgarmos possíveis de serem debatidos e deliberados hoje. Trabalhamos toda essa programação antes do falecimento do Dr. Arraes, em cuja memória está marcada uma missa de sétimo dia hoje, às 17 horas, da qual participaremos, lá na Catedral. Portanto teremos que interromper o nosso Congresso nesse horário para participar da missa. Depois nós o retomaremos com os outros pontos que não forem possíveis de se debater neste primeiro momento.

Então quero desejar boas-vindas a todos os companheiros e companheiras, que tenhamos bastante maturidade para proceder à discussão e conduzir o nosso processo dentro da tranquilidade necessária.

Evidentemente, todo congresso é pautado por muita discussão, por posições às vezes divergentes, mas esperamos conduzi-lo dentro da maior tranquilidade e normalidade possíveis.

Registro a presença da nossa querida Deputada Federal Janete Capiberibe, que convido para compor a Mesa.

A SRª JANETE CAPIBERIBE (Deputada Federal – PSB/AP) – Boa-tarde, companheiros e companheiras.

Quero, rapidamente, porque sei que o tempo é escasso e daqui a pouco haverá a missa do nosso grande líder, Dr. Arraes, pode-se dizer o único verdadeiramente popular no nosso País que, na prática, proporcionou a inclusão, quando nem se falava nessa palavra, do povo pobre e necessitado do agreste, do sertão, da Zona da Mata, nas políticas públicas.

Quero lhes dizer que sou Deputada de vocês, de todos os brasileiros e brasileiras, de homens e mulheres que são discriminados na nossa sociedade, principalmente as mulheres, porque a discriminação é dupla, pelo fato de serem mulheres e negras.

Faço parte da Frente em Defesa do Povo Negro do nosso País junto com outros e estamos à disposição de vocês. Acessem o nosso gabinete. Nós somos do Partido Socialista Brasileiro e defendemos a democracia em todos os sentidos.

Obrigada, um abraço e bom Congresso.

A SRª JACI PROENÇA (Secretária Nacional da SNMNS) – Obrigada, Deputada Janete.

Quero ressaltar que a Deputada Janete sempre deixou o seu gabinete à disposição, quando aqui estivemos, ela sempre nos recebeu, posicionando-se como aliada nossa. Estivemos juntas em alguns momentos de reunião da nossa bancada composta pelo PSB na Câmara Federal, além do Deputado Casagrande, que sempre esteve à nossa disposição. Já estive lá por três vezes, em reunião de bancada, defendendo o Movimento Negro Socialista, e eles sempre foram bastante abertos para nos receber. Então, agradeço-lhes o reconhecimento e a consideração à nossa organização e à nossa luta dentro e fora do Partido.

Muito obrigada, Deputada. Leve os nossos agradecimentos.

Passo a palavra ao companheiro Break, depois acataremos a proposta do nosso companheiro, no sentido de passar a palavra para a auto-apresentação.

O SR. BREAK – Companheira Jaci, eu gostaria de chamar para a Mesa o companheiro do Rio Grande do Sul, Vereador do PSB no Município de Pelotas que exerceu dois mandatos na Câmara de Vereadores, fez um excelente trabalho sobre a questão racial, o eterno Vereador Matoso, que também foi candidato a Vice, na nossa chapa, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Matosinho, por favor, venha à Mesa e faça uma saudação nesta abertura, falando um pouco sobre o seu mandato e a vereança no Município.

A SR^a JACI PROENÇA (Secretária Nacional da SNMNS) – Peço permissão ao companheiro Matoso para registrar a presença do Dr. Carlos Siqueira e convidá-lo para compor a Mesa conosco. O Dr. Carlos Siqueira é o 1º Secretário da Executiva Nacional do nosso Partido. Ele contribuiu de forma magnífica para o Congresso das Mulheres, realizado hoje, falando um pouco sobre a nossa conjuntura, enfocando também a questão da reforma política do País.

Passo a palavra para o nosso companheiro Matoso, do Rio Grande do Sul.

O SR. LUIZ CARLOS MATOSO (Vereador – PSB/RS) – Queria, em primeiro lugar, parabenizar a Mesa que dirige este Congresso e dizer aos nossos companheiros negros e negras que é uma satisfação muito grande. Este é o primeiro Congresso Nacional do Partido de que participo com um fórum que discute a questão racial.

Serei breve. Temos uma tarefa muito árdua internamente, no nosso Partido. A nossa história no Rio Grande do Sul é de muito embate interno também, porque o nosso Partido ainda não resolveu nos seus fóruns o debate sobre a questão racial. Ainda precisamos trilhar um caminho muito extenso. E é tarefa dos negros e negras do nosso Partido, de todos aqueles militantes que defendem a liberdade e a igualdade racial. Não se trata de tarefa somente nossa, como negros. O nosso Partido, evidentemente, não será um partido de

fato se não pautar a questão racial como um dos temas fundamentais a serem debatidos nos nossos fóruns.

Mas ainda temos problemas em relação a isso. Precisamos nos dedicar, como militantes do Movimento Negro, a ajudar o nosso Partido a compreender melhor a questão racial. E este Congresso é um marco, porque fomos chamados para provocar, instigar o Partido a considerar a questão racial como central nos seus debates internos.

Então quero parabenizar a direção do evento, ficando também à disposição, no Rio Grande do Sul, para encaminharmos o trabalho relativo à questão do negro no nosso Estado, que não é composto apenas por alemães e gringos. Temos também muitos negros.

Parabéns e obrigado.

A SRª JACI PROENÇA (Secretária Nacional da SNMNS) – Registro a presença do nosso Deputado Renato Casagrande, Líder do PSB na Câmara Federal, e o convido para compor a Mesa. Aproveito o momento em que estão presentes o Dr. Carlos Siqueira e o Deputado Renato Casagrande para reafirmar o que disse anteriormente: nós conquistamos, durante esses dois anos, alguns aliados à nossa causa, ao nosso movimento. E as pessoas que aqui estão sempre estiveram do nosso lado. Então, de certa forma, se justifica a presença de ambos aqui.

Eu acabava de dizer, Deputado Casagrande, que o senhor, como Líder da nossa bancada, sempre esteve aberto para nos ouvir, sempre nos recebeu, permitindo-nos participar e até alterar um pouco a pauta da nossa bancada nas suas reuniões, abriu o espaço para que eu falasse sobre a questão racial e a nossa organização.

Dr. Carlos Siqueira, mais do que 1º Secretário e aliado, foi, na essência da palavra, um grande companheiro nosso, sempre nos ouviu. Algumas vezes, diante das angústias, emprestou o seu ombro, recebendo-nos de coração e de braços abertos, posicionando-se como construtor desse processo dentro do Partido.

Então estamos vivendo um momento verdadeiramente positivo para o Movimento Negro Socialista Brasileiro.

Estávamos dizendo que, apesar de toda a crise que estamos vivenciando, o PSB já sinaliza de forma bastante positiva no sentido de se afirmar como uma grande força política. E, nesse contexto todo, o Movimento Negro Socialista, também, porque noto que há uma compreensão por parte de integrantes da Executiva Nacional que nos reconhecem como filiados e filiadas deste Partido,

reconhecem a nossa organização e que, deste Congresso em diante, teremos não apenas a nossa voz presente dentro do Partido, mas também a nossa vez, inclusive as nossas manifestações concretas, os nossos posicionamentos nas instâncias partidárias.

Isso significa para nós um grande avanço, um passo largo para a construção do Partido que nós queremos, aquele que congrega a todos sem distinção, sem discriminação, reconhecendo que fomos, somos e, mais do que isso, seremos extremamente importantes para a construção do Brasil que pretendemos ter, que é um País verdadeiramente democrático, onde cada um possa exercer a sua cidadania. Para tanto, estamos iniciando esse processo da plena cidadania no espaço deste grande instrumento chamado PSB – Partido Socialista Brasileiro.

Concedo a palavra aos nossos queridos companheiros aliados, Deputado Renato Casagrande e Dr. Carlos Siqueira.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (1º Secretário da Executiva Nacional do PSB) – Prezada e querida companheira Jaci Proença, companheiro Veneranda, companheiro Casagrande, companheiro Break, companheiro Jorge Santos, companheiros e companheiras do Movimento Negro, é com muita satisfação que estamos vendo que mais um segmento do Partido Socialista Brasileiro se organiza para participar ativamente da vida partidária no âmbito do PSB. As mulheres, os jovens, os sindicalistas, o Movimento Negro, os movimentos populares, todos eles, no meu entender, são a essência, o que pode trazer uma oxigenação à vida partidária e devem influir, do ponto de vista interno, na vida do PSB, nas instâncias partidárias, o que é muito importante para que os outros companheiros que não fazem parte da luta específica de vocês possam entendê-la melhor e, mais do que isso, encampar no Partido como um todo a luta do povo negro brasileiro de que todos vocês, como socialistas, participam.

É muito importante que vocês se organizem como integrantes do Partido Socialista Brasileiro, para atuar no Movimento Negro em todo o Brasil, recuperando a dignidade do ser humano que não pode sofrer distinção nem de raça nem de cor nem de religião, levando do PSB para o Movimento e a sociedade uma posição correta do ponto de vista do movimento de que vocês participam e trazendo para o nosso Partido a contribuição que tem sido grande, e certamente será maior ainda, à medida que vocês se organizem melhor e estejam presentes nas instâncias partidárias de todos os níveis: municipal, estadual e nacional.

Esta oportunidade que vocês terão hoje de discutir a luta específica que desenvolvem é muito importante, porque é uma luta que também resgata

uma história e uma herança muito rica que o nosso povo tem do que vocês representam para as nossas tradições culturais em todo o nosso País. A raça negra dá o tom a vários aspectos da vida cultural e da vida social brasileira. Não se concebe para quem vê o Brasil de fora imaginá-lo sem essas tradições. Muito menos para nós, brasileiros, não se pode pensar no Brasil sem os negros e a sua contribuição para a cultura brasileira.

De modo que vocês estão de parabéns pela organização à qual dão continuidade neste Congresso. Esperamos que o Partido compreenda e contribua para que vocês continuem dando a contribuição que têm dado ao Partido Socialista Brasileiro. Muita sorte e um abraço. Obrigado.

A SR^a JACI PROENÇA (Secretária Nacional da SNMNS) – Com a palavra, o Deputado Renato Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Líder do PSB na Câmara dos Deputados) – Muito obrigado, Jaci.

Quero cumprimentá-la, bem como ao Veneranda, nosso Vice-Prefeito, Break, Carlos Siqueira, Jorge, companheiros e companheiras do Movimento Negro que participam deste encontro.

Realizamos o nosso Congresso num momento importante da vida política nacional, momento de perda de um grande líder brasileiro, talvez o último grande líder popular e nacionalista, Dr. Miguel Arraes, que tivemos a alegria de ver presidir este Partido durante os últimos anos e que acaba sendo um símbolo do nosso Partido. Era vivo fisicamente, e continua vivo espiritualmente, nas nossas ações aqui no PSB, na vida de cada militante. E um momento de extrema dificuldade política por que passa um governo que nós ajudamos a eleger no segundo turno, ao qual demos sustentação na sociedade e no Congresso Nacional.

Nesta conjuntura de dificuldades que estamos vivendo, cada segmento que se reúne deve buscar o debate sobre a nossa melhor posição neste cenário.

Não temos receita para o enfrentamento das crises políticas, ainda mais de uma crise como esta da qual não temos conhecimento, na República, de termos vivido. Um partido com credibilidade que se desmoraliza pela ação irresponsável de alguns de seus dirigentes mais importantes que adotam uma prática danosa à manutenção de um projeto e cometem a irresponsabilidade de não compreender o seu papel histórico, de não compreender qual é a função e o papel de um dirigente partidário, de líderes e gestores públicos quando chegam a governar um País como o Brasil.

É nessa circunstância que o Congresso se realiza, é nessa circunstância

que o PSB tem que se posicionar, para atrair lideranças para o nosso Partido, para manter um Partido de Esquerda como o PSB em condições de representar bem um segmento da sociedade, no momento de negação da política, quando as pessoas não querem saber de debater ou militar na atividade política.

É nessa situação que estamos realizando o nosso Congresso. E o Movimento Negro precisa ser cada vez mais incentivado pela colonização brasileira, pelo percentual da raça presente na nossa população, pelas desigualdades que atingem os negros e as negras do nosso País, pela ausência de políticas específicas, e devemos considerar que o Governo Federal avançou nesse sentido, ao criar a Secretaria de Raça e Etnia, mas ainda temos muito o que fazer neste País tão desigual.

Nós, da Direção Nacional, aprovamos uma proposta que será debatida amanhã, pela qual indicamos o Movimento de Raça e Etnia como representação do Partido, como fizemos com o movimento sindical, da juventude, de mulheres e o movimento popular. E cada movimento terá que apresentar a sua proposta de regimento, aprovada amanhã, para ser debatida pela Direção Nacional, estabelecendo metas de organização nos estados e municípios, para que o movimento tenha representação no Diretório da Executiva Nacional. *(Palmas)*

Se avançarmos bem no Estatuto amanhã, já teremos atendido às demandas, e vocês conquistarão institucionalmente a possibilidade de organização interna no Partido. É claro que, para isso, tem que haver a participação do Partido, por isso o regimento terá que ser discutido pelo Diretório Nacional.

Movimento não é uma célula à parte do Partido; ele é do Partido, assim como vocês têm se comportado até o presente momento na tentativa de se organizar e nos avanços que já tiveram em nível nacional.

O momento é importante. Estamos chegando ao ponto de maturidade partidária. Todas as reuniões feitas pelos nossos segmentos fizeram com que houvesse uma motivação, sensibilizando a Executiva para a necessidade de se organizar e dar representação aos movimentos dentro de regras, porque não se pode ter um ou dois municípios organizados por estado, não pode haver um ou dois estados organizados; tem que haver um movimento organizado em boa parte do território brasileiro, atingindo e representando a população brasileira.

Então queria saudá-los e dizer da nossa alegria, aproveitando para registrar a presença do Deputado Givaldo Carimbão, do Estado de Alagoas, e, como fez o companheiro Carlos Siqueira, da Direção Nacional, dizer que estou à disposição para ajudar a construir políticas e a organizar o movimento em todo o Brasil, saudando o nosso povo do Espírito Santo aqui presente.

Muito obrigado.

O SR. ALEXANDRE MELO (São Paulo) – Presidente, podemos fazer perguntas ao Deputado? Queria fazer uma pergunta.

A SRª JACI PROENÇA (Secretária Nacional da SNMNS) – Eu ia até consultá-lo, para saber se ele permaneceria por algum tempo conosco, porque, se ficasse, poderia contribuir. O Dr. Carlos Siqueira vai contribuir na análise da conjuntura, enfocando um pouco a reforma política. Em cinco minutos ele vai retornar. Pode ser?

O SR. ALEXANDRE MELO (São Paulo) – Pode. Farei a pergunta logo mais.

A SRª JACI PROENÇA (Secretária Nacional da SNMNS) – Registro a presença do Deputado Carimbão conosco, que sempre nos recebeu muito bem. Muito obrigada pela presença, Deputado. Convido-o para participar conosco da Mesa, por favor. O Deputado fará uma saudação ao nosso povo negro.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (Deputado Federal – PSB/AL) – Agradeço a oportunidade. Desejo a todos uma boa estada em Brasília e um bom Congresso no momento em que o PSB vive a perda do nosso grande e querido companheiro, o Deputado Federal, Governador e Prefeito Miguel Arraes.

Não tenho dúvida, e tenho dito ao companheiro Eduardo Campos, com quem convivo aqui, que o neto recebeu um legado muito forte do velho Miguel Arraes. Eu que tenho cinco mandatos, 20 anos de mandato parlamentar, dois mandatos de Deputado Federal e uma relação estreitíssima com este Partido, pois estou no PSB há quatro mandatos, sei exatamente o compromisso social que tem o PSB. A nossa história, o nosso passado, é exatamente na direção das minorias, dos negros, dos oprimidos, dos camponeses. A história do PSB é exatamente essa. Uma característica muito forte do PSB são os movimentos populares, os movimentos de minorias, o movimento negro.

Tive oportunidade de presidir uma comissão aqui no Congresso Nacional, a Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Minorias. E, como Deputado Federal do PSB, tenho certeza de que, com essa relação que construímos em nível nacional, este será um dos congressos mais tranquilos, porque, pelo que temos conversado e construído, a Direção está caminhando para uma chapa única, naturalmente, em grande consenso em torno do nome desse bravo e querido companheiro que é Eduardo Campos, neto do nosso companheiro que se foi Miguel Arraes.

Então, que o Movimento Negro tenha muita determinação para que se torne um braço muito forte deste Partido Socialista Brasileiro.

Só conheço partido forte se tiver realmente base estruturada. E a base se faz nos movimentos. Só conheço igreja forte quando tem pastoral; só conheço movimento político forte quando tem os movimentos populares fortes, e vocês

são um dos esteios do PSB.

Parabéns. Estamos juntos nessa caminhada, companheiros.

A SRª JACI PROENÇA (Secretária Nacional da SNMNS) – Muito obrigada, Deputado.

É importante registrar que em algumas caminhadas que fizemos aqui em Brasília o Deputado também esteve conosco, acompanhando-nos, assim como o Deputado Casagrande. A nossa bancada federal foi cobrada e atuante nesse sentido. O Movimento Negro, como se diz, perturbou um pouco a ordem aqui, e os companheiros souberam corresponder à altura, deram respostas efetivas nesse sentido.

Muito obrigada, Deputado. Mais do que nunca, necessitaremos desse respaldo, desse apoio político que o senhor nunca nos negou. Continue conosco.

Antes de passar a palavra para o Dr. Carlos Siqueira, vamos seguir aquele encaminhamento que o companheiro de São Paulo havia sugerido: vamos fazer uma auto-apresentação bastante dinâmica, para ganhar tempo, depois passaremos a palavra para o Dr. Carlos Siqueira.

O SR. NELSON (Alagoas) – Meu nome é Nelson, de Maceió, Alagoas, milito no movimento popular e, nos últimos anos, atuo junto ao Movimento Negro, à etnia negra e aos afrodescendentes. Trabalho também com educação popular e atuo na área de humanas, como Professor de Sociologia. Estou aqui, à disposição.

O SR. ANSELMO OLIVEIRA (1º Secretário do PSB – AL) – Sou Anselmo Oliveira, 1º Secretário do PSB do grande Estado de Alagoas, participo pela primeira vez desta discussão e pretendo começar a militar dentro do Movimento Negro no Estado de Alagoas.

O SR. FRANCISCO ASSIS DE OLIVEIRA (Mato Grosso) – Eu sou Francisco Assis de Oliveira, pertencço ao Estado de Mato Grosso, sou Presidente do Conselho Estadual de Direitos dos Negros e também sou Presidente da Federação do Afrodescendente do Estado. Estou militando no PSB devido ao incentivo da nossa amiga Jaci Proença e estou aqui para levantar essa bandeira em todo o Estado de Mato Grosso e, por que não, em todo o nosso País.

O SR. FÁBIO BORGES (Rio de Janeiro) – Eu sou Fábio Borges, do Rio de Janeiro, faço parte da atual Direção Nacional do Movimento Negro e participo do coletivo de estudantes negros da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. ODIMAR (Espírito Santo) – Sou Odimar, sou do Espírito Santo, atuo na Direção Estadual do PSB e, como o colega, também nas lides

da Sociologia. No ano que vem, nós estaremos comemorando 20 anos de PSB, de militância socialista lá no Estado.

O SR. JOSÉ HILIONIO DUARTE (Vereador – PSB/AL) – Meu nome é José Hilionio Duarte, sou Vereador na cidade de Monteirópolis, em Alagoas, pelo quarto mandato. Na minha cidade, foi reconhecida agora uma comunidade chamada Pau Preto como quilombola, e estou trabalhando com o pessoal há três ou quatro meses, levando a comunidade, se Deus quiser, para a frente.

A SRª JACI PROENÇA (Secretária Nacional da SNMNS) – Muito obrigada, Vereador.

O SR. ALEXANDRE MELO (São Paulo) – Sou Alexandre Melo, de São Paulo. Fui eleito agora, no Congresso Estadual, além de membro do Diretório Estadual, também da Executiva Estadual, cuidando da questão racial, do Movimento Negro.

Em São Paulo, também temos um movimento chamado Conselho Cultural Paulista pela Ética e Diversidade, uma articulação entre trabalhadores afrodescendentes da indústria cultural. E estou no PSB desde o ano 2000 para trabalhar nessa questão. Fui candidato a deputado federal em 2002 e estou trabalhando também na candidatura para deputado no próximo ano.

A SRª JACI PROENÇA (Secretária Nacional da SNMNS) – Muito bem.

O SR. JOSÉ MARIA SILVA (1º Secretário Municipal de Fortaleza) – Eu sou José Maria Silva, conhecido como Jeomarzinho, Professor de Filosofia. Sou militante do Partido desde 1994, atualmente 1º Secretário Municipal de Fortaleza e presto assessoria ao Vice-Prefeito Carlos Veneranda na construção da Coordenadoria da Igualdade Racial, para dar visibilidade à luta dos negros.

O SR. CLÁUDIO (Piauí) – Boa tarde a todos os irmãos negros e negras aqui presentes. Sou Cláudio, do Piauí, militante do Movimento Negro. E faço parte do PSB há dez anos. Atualmente, faço parte da Gerência de Inclusão e Diversidade, da Secretaria de Educação do Estado.

O SR. JÂNIO PEREIRA (Vereador – PSB/TO) – Boa tarde a todos. Meu nome é Jânio Pereira, sou do Estado do Tocantins e trago do nosso Presidente Estadual do PSB, Tenente Célio, apoio total ao movimento racial. Estamos iniciando um grupo, a convite do próprio Tenente, e estamos à disposição.

A SRª JACI PROENÇA (Secretária Nacional da SNMNS) – Muito obrigada ao nosso Vereador no Tocantins.

O SR. JOEL (Tocantins) – Boa tarde a todos. Sou Joel, do Tocantins também. Estou no PSB há alguns anos, trabalho com o Tenente Célio, lá de Palmas. E trabalhamos com o pessoal carente, principalmente da raça negra. Estamos aqui para compartilhar e aprender mais um pouquinho, além de levar para o nosso povo as novidades que vamos aprender aqui. Muito obrigado.

A SRª JACI PROENÇA (Secretária Nacional da SNMNS) – Obrigada, Joel.

O SR. EPAMINONDAS (Secretário do PSB em Santa Luzia – MG) – Boa tarde. O meu nome é Epaminondas, sou filiado ao PSB desde 1987, sou Secretário do PSB em Santa Luzia, Minas Gerais, Professor de História, pós-graduando em História e Cultura Política e também sou professor voluntário de um curso de pré-vestibular para alunos da periferia.

A SRª JACI PROENÇA (Secretária Nacional da SNMNS) – Muito obrigada, Epaminondas.

A SRª ESTER (Espírito Santo) – O meu nome é Ester, sou militante do PSB no Espírito Santo e atuo na Secretaria das Mulheres Negras em nível estadual.

A SRª JACI PROENÇA (Secretária Nacional da SNMNS) – Obrigada, Ester.

A SRª VALNEIDE (Espírito Santo) – Meu nome é Valneide, estou com a Secretária Estadual do Movimento Negro Socialista, sou do Movimento Negro Nacional Conen e estou participando também da Organização Nacional do Movimento Negro Socialista, na qual estou como Secretária de Finanças, finanças essas que não conseguimos ver.

O SR. ELIOMAR (Vereador – PSB/ES) – Meu nome é Eliomar, sou Vereador pelo PSB do Município de Cariacica, na grande Vitória, Estado do Espírito Santo, com a segunda maior população do Estado. Viemos prestigiar o Movimento Negro e queremos criá-lo no nosso Município de Cariacica, que também é carente.

A SRª JACI PROENÇA (Secretária Nacional da SNMNS) – Obrigada, Vereador.

O SR. VALDEMIR BARROS DE OLIVEIRA (São Paulo) – Boa tarde a todos. Meu nome é Valdemir Barros de Oliveira, sou Presidente do Diretório do Município de Ferraz de Vasconcelos, grande São Paulo. Estamos aqui para prestigiar todos os movimentos de luta e colaborar no que for possível.

A SRª JACI PROENÇA (Secretária Nacional da SNMNS) – Obrigada,

O SR. GAUDÊNCIO (1º Secretário de Finanças do PSB/MA) –

Gaudêncio, 1º Secretário de Finanças do PSB do Maranhão, militante do Movimento Popular de Saúde e atualmente um dos articuladores da criação da Coordenação Estadual do Movimento Negro do PSB.

A SRª JACI PROENÇA (Secretária Nacional da SNMNS) – Obrigada, Gaudêncio.

O SR. ALEX (Rio Grande do Norte) – Boa tarde. O meu nome é Alex. Faço parte também da Secretaria Nacional do Movimento Negro do PSB, sou diretor da Juventude Socialista Brasileira e faço parte do Movimento Estudantil no Estado do Rio Grande do Norte.

A SRª JACI PROENÇA (Secretária Nacional da SNMNS) – Obrigada, Alex.

O SR. RANIERI NUNES (Rio Grande do Norte) – Boa tarde. O meu nome é Ranieri Nunes, sou militante do Movimento Negro e da Juventude, além de fazer parte da Diretoria Estadual do Movimento Estudantil do Rio Grande do Norte.

O SR. DEVALDO (Espírito Santo) – Boa tarde a todos. Meu nome é Devaldo, sou Diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente no Espírito Santo, membro da Pastoral Afrobrasileira, da Comissão Estadual Contra a Discriminação Racial, da Central Única dos Trabalhadores, e do Movimento Negro Socialista.

A SRª JACI PROENÇA (Secretária Nacional da SNMNS) – Obrigada, Devaldo.

O SR. JOSENI DA SILVA (Rio Grande do Norte) – Boa tarde. Meu nome é Joseni da Silva. Estou representando o Estado do Rio Grande do Norte. Também faço parte das organizações de minorias do Estado.

A SRª JACI PROENÇA (Secretária Nacional da SNMNS) – Obrigada.

O SR. XEXEL PSB 40 – Boa tarde, companheiros e companheiras. Eu sou Xexel PSB 40, do Diretório Estadual de São Paulo. Estamos aqui para proteger os companheiros e as companheiras de luta e organização do PSB, em nome do socialismo.

A SRª JACI PROENÇA (Secretária Nacional da SNMNS) – Obrigada, Xexel.

O SR. PEDRO REIS (Mato Grosso) – Pedro Reis, PSB Mato Grosso. Sou membro do Conselho Estadual dos Direitos dos Negros. Estamos aí.

A SRª JACI PROENÇA (Secretária Nacional da SNMNS) – Valeu, Pedro.

O SR. EMÍLIO RODRIGUES DOMINGUES (Santa Catarina) – Boa tarde a todos os companheiros. Meu nome é Emílio Rodrigues Domingues, sou de Joaçaba, Santa Catarina, e faço parte do Diretório Estadual. Também sou fundador do PSB na minha cidade, Joaçaba, e nos demais municípios. Sou coordenador regional do Partido com o qual só elegemos vice-prefeitos em Santa Catarina: em Itapoá, o Beltrão, que faz parte da Executiva Estadual de Santa Catarina, e no meu Município de Joaçaba.

Estou participando deste Movimento porque também já morei em Cuiabá e em vários lugares do Brasil e, como estamos fundando os partidos do município, como eu vou ajudar o pessoal a fundar os movimentos sem conhecer? O Movimento Negro de lá tem várias pessoas da raça negra que eu conheço. O meu avô também era descendente diretamente, de Vacari, Rio Grande do Sul, por isso temos que conhecer os movimentos, para poder organizá-los. Se não, como vamos fazer, não é verdade? Muito obrigado.

O SR. ONOFRE PAULINO DO NASCIMENTO – Sou filiado ao PSB, sou servidor público do Ministério da Ciência e Tecnologia, já tive o prazer de trabalhar com o nosso Primeiro Secretário, Dr. Carlos Siqueira e, andando pelas comissões, me identifiquei mais com esta área, porque tem mais a ver com a minha cor. Atualmente, sou Presidente da Associação dos Servidores do Ministério da Ciência e Tecnologia, membro de um fórum que congrega 42 mil servidores da área de ciência e tecnologia no Brasil. Estou filiado ao PSB há uns dois anos e estou aqui no Congresso para aprender com os companheiros e ver como é o nosso Partido. Meu nome é Onofre Paulino do Nascimento.

A SR^a JACI PROENÇA (Secretária Nacional da SNMNS) – Obrigada, Onofre.

Estamos recebendo mais companheiros na nossa sala. Estamos no momento de auto-apresentação. Gostaria que os companheiros que adentraram agora, por favor, se auto-apresentassem.

Por favor, Vereador João Arraes e Deputado, componham a Mesa conosco.

O SR. – Queria fazer uma saudação muito rápida e especial aos companheiros do nosso Partido. Temos eventos que estão discutindo questões importantes, também para o Movimento Negro, de que vocês fazem parte.

Carlos Siqueira, eu e João Arraes temos tido uma experiência vivenciada ao longo dos anos, de vários congressos de que temos participado e estamos percorrendo os diversos plenários onde várias discussões estão acontecendo. Estivemos, de manhã, no Congresso das Mulheres, passamos na Juventude e

no pessoal sindicalista.

Tenho notado que o nosso Congresso está muito rico; a discussão tem sido extremamente rica, e isso nos remete a algo que tenho falado, de um lado, com muita dor, mas, de outro lado, com muita expectativa e esperança: estamos realizando o nosso Congresso num momento de muita dor, devido à perda da nossa grande liderança, do nosso grande guerreiro, do Presidente Nacional do Partido, o ex-Governador e Deputado Federal Miguel Arraes.

Para nós, que tivemos a oportunidade, como pernambucano, de viver

junto dele, eu especialmente, que fui seu Vice-Governador – tive a honra de ser Vice-Governador de Dr. Arraes, no último mandato dele –, nós devemos pensar, como disseram os pernambucanos ao longo de seu velório, que Dr. Arraes não morreu; ele está plantado. A semente que vai germinar será exatamente para o nosso Partido, que é uma opção importante de poder, mas muito mais do que isso: é uma opção de poder na linha do que Dr. Arraes sempre defendeu, além de defender os fracos e oprimidos.

Na primeira vez como Governador de Pernambuco, Dr. Arraes foi responsável pelo I Encontro do Campo, quando colocou na mesma mesa senhores de engenho, plantadores de cana, usineiros e trabalhadores. Qual era o objetivo? Defender os trabalhadores.

Desse encontro resultou o acordo do campo, que permitiu que os trabalhadores rurais, os trabalhadores da cana-de-açúcar em Pernambuco, depois de ser explorados ao longo da vida, pudessem ter carteira assinada e salário.

Esse é o nosso grande líder que sempre cuidou dos fracos e oprimidos e vai nos guiar, sem dúvida alguma. A semente plantada do Dr. Arraes vai germinar. E este Partido é uma opção de poder para defender a democracia que todos nós queremos, a democracia para todos: pobres, negros, brancos. Enfim, é um Partido que, se Deus quiser, vai alcançar o poder com a força de todos nós.

Este encontro que realizamos aqui, o de vocês, principalmente, serve para dar força ao conjunto do Partido. Tenho certeza de que estamos realizando um grande Congresso, parece até que em homenagem ao nosso grande líder, ao grande Governador Miguel Arraes de Alencar, a quem todos nós devemos reverenciar.

Um abraço. Muito obrigado.

O SR. ALEXANDRE MELO (São Paulo) – Presidente, se não houver mais ninguém para se apresentar, eu poderia fazer aquela pergunta que faria ao Deputado Casagrande ou ao Dr. Carlos Siqueira?

A SR^a JACI PROENÇA (Secretária Nacional da SNMNS) – Sim, o

Dr. Carlos Siqueira está à disposição. Perguntaria se seria depois da exposição dele ou agora...

O SR. ALEXANDRE MELO (São Paulo) – Eu queria fazer logo a pergunta, para não perder o fio da meada.

O Deputado Renato Casagrande fez um comentário, no final da sua exposição, em relação ao regimento e à autonomia da Secretaria na Executiva, então eu queria fazer uma pergunta, porque sou muito crítico em relação a essas discussões sobre o Movimento Negro e o Partido. Eu, que, principalmente, vi os erros que o Partido dos Trabalhadores comete na relação entre os movimentos, não só o Partido dos Trabalhadores, mas os outros partidos também, como o PSDB e os partidos de Esquerda, principalmente.

Na realidade, o que acontece? Se nós somos um Partido Socialista, tem que haver uma integração, tem que haver negros na Executiva, nas administrações, tem que haver secretários. Porque, para fazer um movimento negro, não basta discutir a questão do negro, mas também a questão da sociedade como um todo, com o recorte racial, em busca da igualdade. Não é o separatismo, mas a busca da igualdade, de uma sociedade melhor, mais justa, mais humana. Isso é fazer o Movimento Negro.

Então não significa discutir questões de negros apenas, mas a questão geral da sociedade, com o recorte racial. É importante que o nosso Partido tenha como base essa questão.

A pergunta é porque consideramos de fundamental importância – é uma proposta de São Paulo... Em São Paulo, houve um avanço no último congresso. Quatro companheiros nossos, do Movimento, que são membros do Diretório Estadual, foram eleitos, mais um companheiro da Executiva Estadual, que sou eu... Quer dizer, estamos trabalhando nesse conjunto.

Está aqui o Prefeito de Ferraz, um grande companheiro que, inclusive, na sua administração, está discutindo a criação de uma secretaria ligada ao Executivo para promover a igualdade. Isso já é um avanço para o Partido Socialista. Queremos conversar sobre isso com os vários prefeitos eleitos pelo Partido Socialista Brasileiro. Então São Paulo está promovendo um avanço tremendo.

E a pergunta que eu faço ao companheiro Carlos Siqueira é se há mais algum elemento relativo ao art. 44, até para que possamos nos basear no nosso debate sobre o Estatuto, a questão das coordenações. Essa é uma pergunta.

A outra pergunta é sobre essa proposta de São Paulo que vamos discutir aqui, no sentido de que o Movimento Negro já tenha, na eleição de amanhã, membros no Diretório Estadual e na Executiva. Com a criação da Secretaria, esse membro da Executiva já a assumiria, porque seria membro do Diretório. Proporíamos algo em torno de três nomes, um dos quais estaria na Executiva Nacional e dois no Diretório, para haver a representatividade do Movimento

no Diretório atual, tendo em vista que vai haver uma série de mudanças, como a reforma política. E o próximo mandato desta Casa poderá ser dirigido para uma revisão constitucional, sobre a qual os partidos vão discutir internamente, e nós queremos estar, intrinsecamente, dentro dessa discussão, dentro do Diretório Nacional, para poder externar a nossa posição.

Obrigado.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (1º Secretário da Executiva Nacional)

– Você viu, no Boletim nº 1 do Congresso, que já há previsão para a criação da Secretaria do Movimento Negro, que, na verdade, já vem se articulando, reunindo-se e realizando congresso, como fez há dois anos, mas oficialmente ainda não constava a sua criação. Na proposta de revisão do Estatuto, vamos oficializar essa criação.

Vocês vão receber, quando se credenciarem, uma pasta na qual existe um caderno, que é o caderno de emendas, no qual há um relatório que nós fizemos, agregando as emendas que recebemos de vários companheiros, no qual oficializamos a criação da Secretaria Nacional do Movimento Negro junto ao PSB, além de outras, como a das Mulheres, que, embora já existisse, não estava prevista. E vamos remeter ao Diretório Nacional a decisão de elaborar um regimento dos movimentos de representação – estamos chamando-os assim agora; em vez de movimentos de apoio, movimentos de representação do PSB, para que o Diretório Nacional discuta esse regimento e estabeleça normas quanto à forma de organização dos diferentes movimentos de representação. Essas formas de representação servem exatamente para permitir que vocês, ao realizarem o Congresso Nacional, como fazem agora, ele seja precedido de congressos municipais e estaduais, nos quais, consideradas as especificidades de cada segmento organizado.

Se o movimento cumprir aqueles requisitos que serão estabelecidos pelo Diretório no regimento das representações, ele poderá se constituir, tornar-se secretaria municipal, estadual e nacional e ter representação na Executiva Nacional, como todos os outros movimentos, de Juventude, de Mulheres e Sindical, já têm.

Então essa é uma discussão que vamos travar amanhã, durante todo o dia, por ocasião da revisão estatutária, quando poderemos – estou resumindo as coisas – discutir o assunto com mais profundidade. E vocês poderão interferir com mais liberdade e tempo para aprofundar o tema.

O SR. ALEXANDRE MELO (São Paulo) – Só para tirar uma dúvida, a representação no Diretório Nacional seria de quantos nomes?

O SR. CARLOS SIQUEIRA (1º Secretário da Executiva Nacional) – Isso será acertado no regimento. No Estatuto, em relação a todos, será prevista a criação das secretarias, remetendo para o Diretório Nacional a elaboração de

um regimento que vai disciplinar quantos membros terá, como será na Executiva, como se organizará, como será a formulação de políticas.

Mais importante do que a própria organização, que é meramente de forma, processual, para compor e prever parâmetros de organização, é algo que nós nunca discutimos, e acredito que estamos bastante amadurecidos para fazer, inclusive no âmbito da Executiva Nacional e do Diretório: a concepção da organização dos movimentos sociais do PSB.

Por que vocês não se sentem satisfeitos em participar apenas do Movimento Negro, tendo que se organizar no PSB? Com certeza, há algum objetivo nisso, exatamente porque no Partido há um *plus* ao movimento em geral, que é a forma e a concepção que o Partido tem em relação aos seus militantes nos movimentos sociais.

Essa é uma discussão na qual não quero me aprofundar agora. Considero-a de suma importância, mas vamos processá-la no Diretório Nacional e na Executiva Nacional. Poderemos, também durante a discussão de amanhã, aprofundar esse tema.

A SR^a JACI PROENÇA (Secretária Nacional da SNMNS) – Obrigada, companheiros. Muito obrigada mesmo pela presença.

Aproveito para registrar a presença do Dr. Jorge Abissamra, nosso Prefeito de Ferraz de Vasconcelos, Estado de São Paulo. Muito obrigada pela presença.

Ao passar a palavra para o Dr. Carlos Siqueira, queremos registrar que já temos no nosso Congresso a presença de onze estados com representação. Às vezes, o público fica um pouquinho flutuante, porque há companheiros que estão neste Congresso, mas também visitam os outros, os demais. Como eu dizia no da Juventude, Dr. Carlos Siqueira, a minha condição me determina. Então participei do Congresso das Mulheres, do Movimento Negro, como militante que sou, e do Sindical, porque vimos de uma luta sindical há muitos anos. Da Juventude, a condição não me cabe mais, mas, de todo modo, fui me congratular com os companheiros e as companheiras, porque também temos ali os jovens militantes do Movimento Negro e que atuam na JSB.

Dr. Carlos Siqueira, gostaríamos de receber a sua contribuição. Sei que o tempo nos impõe considerações breves acerca do assunto, em que pese a complexidade dele. Sabemos que o senhor é bastante disciplinado, metódico e poderá contribuir conosco o quanto for possível, porque daqui a pouco teremos que nos dirigir para a Catedral, para assistir à missa em memória do Dr. Miguel Arraes.

Quero também registrar a presença do companheiro Edvan de França,

do Mato Grosso. Temos mais um companheiro que acabou de chegar. Amanhã, vamos receber mais companheiros que são militantes do Movimento Negro; vão chegar depois do nosso Congresso.

E o Deputado Casagrande, como havia se comprometido, retornou ao nosso recinto.

Dr. Carlos Siqueira.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (1º Secretário da Executiva Nacional) – Companheiros, como disse a companheira Jaci, terei que ser breve. Vou usar no máximo dez minutos, apesar de ser um tema muito complexo para se tratar em tão pouco tempo. Uma única coisa no Brasil começa na hora certa: as missas. Então teremos que nos deslocar daqui um pouco antes das cinco horas, para assistir à missa, e terei que chegar um pouco mais cedo, porque terei uma tarefa lá na igreja, antes da missa se iniciar.

Pedi a companheira Jaci que eu fizesse rápidas considerações sobre o tema da conjuntura nacional. E realmente é lamentável dispor de tão pouco tempo, porque estamos vivendo uma quadra tão difícil da vida nacional que precisamos fazer uma reflexão profunda sobre o que se passa em nosso País, já que estamos a ver uma das crises mais graves, que talvez seja a mais prolongada a que assistimos nos últimos anos, na vida republicana.

Essa crise decorre, a meu ver - porque elas são sucessivas; não se passam muitos anos sem termos uma crise no Brasil - de uma mesma raiz. A raiz das crises da nossa República está exatamente na desigualdade social, na fratura social que secularmente vem permeando a vida nacional. E a política, os políticos e a elite brasileira não tratam deste tema. Estamos acostumados a procurar solução para tudo, ou falsas soluções para os problemas sociais, mas, na verdade, não há ninguém discutindo hoje, efetivamente, nem sequer querendo apontar as raízes desta crise.

A raiz da crise está no fato de que, em menos de 40 anos, uma população que era 80% rural passou a habitar as grandes cidades do País.

Para vocês terem uma idéia, 80% da população mundial, no ano 2050, viverá nas cidades. O Brasil, em 2005, portanto, 45 anos antes dessa previsão, já tem mais de 80% vivendo nas grandes cidades, grande parte nas suas periferias.

Isso foi feito de maneira irresponsável, sem dar condições mínimas às populações dessas grandes periferias para viver. E hoje é simbolizada essa crise da urbanidade brasileira, se assim pudermos chamá-la, da vida urbana brasileira, na exacerbação da violência urbana.

Não se trata de uma violência que se possa resolver com a polícia apenas,

embora ela seja necessária para aquilo a que se destina. É, sobretudo, uma crise que coloca em cheque as políticas sociais que têm sido adotadas ao longo das últimas décadas. O Estado não está suficientemente aparelhado para dar conta dessas soluções.

Hoje nós vemos que poderíamos ter – e essa esperança, nós alimentamos até há pouco tempo... Criado o Ministério das Cidades, poderíamos ter um pool de serviços e uma conjunção de esforços no âmbito municipal, estadual e, sobretudo, nacional para que houvesse uma ocupação social dos morros e favelas do nosso País, porque esse é o verdadeiro combate à questão da violência urbana, de um lado. De outro lado, uma reforma agrária realmente mais acelerada, em que se cumprissem as metas que nunca foram cumpridas, que estão no papel há muito tempo. Mas nem este Governo do qual participamos, e que apoiamos, tem cumprido minimamente as metas que são fixadas.

Esses dois problemas são os mais graves e correspondem à raiz da crise por que passamos. A crise não está somente no problema da corrupção a que assistimos. Esta crise tem uma conotação de natureza ética que é grave, e não é nova também; é apenas mais uma entre tantas. Já vimos Comissão de Orçamento, já vimos deputados serem cassados, já vimos Presidente ser cassado, mas sempre estamos procurando uma falsa solução para os problemas, porque não queremos enxergar.

Não podemos acreditar que este ou qualquer outro governo seja capaz de enfrentar a fratura social em que vive a nossa sociedade se não resolvermos a questão da política econômica. Não há a menor condição de um País como o nosso, que arrecada praticamente 40% de tributos, em relação ao PIB, da nossa população – só a arrecadação de um mês foi de R\$31 bilhões... Quando você pega o orçamento da União, verifica que, para investimento em programas sociais e na infra-estrutura do País, são destinados cerca de R\$10 bilhões a R\$15 bilhões, conforme o ano. E, do outro lado, nota-se que o pagamento de juros da dívida pública chega a quase R\$200 bilhões por ano.

Em 1993, no Governo do Presidente Itamar Franco, a dívida pública era de R\$60 bilhões. Neste final de ano, nós vamos ultrapassar R\$1 trilhão que correspondem à dívida pública brasileira, que cresce aceleradamente. Desse R\$1 trilhão, 40% foram contraídos neste Governo. Por quê? Porque não se mudou a política econômica, porque se arrecada dinheiro que é “drenado” para o sistema financeiro nacional e internacional.

Não há solução possível, não há boa vontade possível para enfrentar os problemas sociais com esta política econômica. É absolutamente inviável pensar que será possível fazer um governo que atenda minimamente à expectativa da população pobre do nosso País.

Se consultarmos os jornais, veremos que, no primeiro trimestre deste ano, os bancos ganharam mais 52%, em relação ao primeiro trimestre do ano passado, que já foi muito. Então a produção é onerada com tributos, enquanto o sistema financeiro está “nadando em dinheiro”.

Esta é uma questão que já foi enfrentada de algum modo, e, surpreendentemente, o nosso Governo não a enfrentou.

A Argentina, que foi elogiada durante dez anos por suas políticas neoliberais, como o Brasil está sendo atualmente, o que vem ocorrendo desde o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, chegou ao fundo do poço.

Agora, para levantar a cabeça, o Presidente da República adotou uma atitude ousada: quem tiver dívida teria 30 ou 40 dias para fazer uma opção com 70% de deságio e o alongamento da dívida por 30 anos. Com isso, em 30 dias, a Argentina ganhou 70 bilhões de pesos, o país dobrou o salário mínimo em menos de um ano, com o Governo Kirchner, e nós verificamos que não estamos progredindo na solução dos problemas econômicos e sociais do nosso País.

Nós precisamos, neste momento de crise, quando está no poder o principal Partido de Esquerda – ou que já foi o principal Partido de Esquerda, mas ainda hoje é –, refletir sobre essa situação, porque o nosso projeto não pode ser apenas um projeto de poder; o nosso projeto tem que ser de transformação social. Ou nós nos preparamos para formular políticas públicas e organizar a nossa população para, ao chegarmos ao poder, promovermos uma série de transformações sociais, dentro das características do nosso povo, da nossa cultura, dos nossos interesses, ou é melhor não chegar, porque o Brasil e o nosso povo não precisam mais de partidos que os decepcionem. Todos os que passaram pela Presidência da República, com raras exceções, foram uma tremenda decepção nos últimos anos. Eles terminam totalmente desgastados, porque não enfrentam essa fratura social à qual me referi, uma fratura que coloca de um lado uma minoria, correspondente a um terço, no máximo, da população com condições de vida muito superiores às que deveriam ter e, de outro lado, dois terços da população em condições infra-humanas, com serviços de saúde e de educação inaceitáveis, dados os recursos que nós temos.

Deixamos de solucionar os problemas não por falta de recursos, mas por falta de decisão política, por falta de organização da população, para que possa cobrar do governo e dar-lhe sustentação, para promover essas mudanças.

Esse é um grande desafio que se apresenta para nós, socialistas do PSB, no sentido de não termos pressa para chegar ao poder. Nós precisamos caminhar, mas de forma consistente, de maneira a elaborar políticas públicas que se possam oferecer à população e organizá-la, para que possamos realmente enfrentar os

sérios problemas do País, os problemas de infra-estrutura e os problemas sociais.

Sem encontrar solução para esses problemas não será possível criar uma situação de melhoria de vida para o nosso povo.

A ética à qual devemos nos submeter não é simplesmente a ética liberal: eu, sozinho, sou um homem honesto, sério, mas não me preocupo com a situação em que vivem milhões de pessoas. Essa é uma corrupção moral com a qual aceitamos conviver lado a lado, entre aqueles que tudo têm e outros que nada têm. Esse é o principal problema de natureza ética, é a corrupção moral que devemos combater.

Quando as pessoas falam dos acontecimentos que estão se verificando aqui em Brasília, com deputados e membros do Executivo e do Legislativo, eu não acuso pessoalmente ninguém, porque, se essas pessoas erraram – e sabemos que erraram –, existe a Justiça, a Polícia, o Ministério Público para tratar. E não sou nenhum desses três. Agora, a corrupção moral é aquela que não podemos aceitar; devemos combatê-la mais profundamente.

Neste momento, quando perdemos o nosso líder maior que tanta experiência e tantas demonstrações deu durante a sua longa vida de compromisso com as causas populares e nacionais, a melhor homenagem que podemos prestar à memória de nosso querido e saudoso Miguel Arraes é continuar essa luta, que se resume no compromisso com a causa nacional, com os interesses estratégicos do Brasil, de um lado, e, de outro, com as causas populares: a emancipação de nosso povo, uma sociedade em que não precisemos sentir vergonha dos índices que são apresentados lá fora, pela ONU, referentes ao nosso País, este País tão lindo, tão rico. Podemos e devemos nos organizar para um dia transformá-lo, tornando-o um País igualitário e justo.

Muito obrigado.

A SR^a JACI PROENÇA (Secretária Nacional da SNMNS) – Dr. Carlos Siqueira pede permissão para se ausentar, porque tem que se dirigir à Catedral. Ele tem que organizar, como sempre, os preparativos para receber as pessoas.

Consulto os companheiros da Mesa e do plenário se poderíamos interromper a nossa reunião neste momento, para também nos dirigirmos para lá. Retomaríamos a discussão sobre conjuntura depois da missa ou continuaríamos amanhã, às oito horas? Consulto os companheiros para definir esse encaminhamento.

O SR. ALEXANDRE MELO (São Paulo) – Qual será a programação do Congresso para amanhã?

A SR^a JACI PROENÇA (Secretária Nacional da SNMNS) – Haverá a abertura hoje à noite, às 19 horas. Amanhã está previsto o início dos trabalhos

para as nove horas.

O SR. – Então começaríamos às oito e meia.

O SR. ALEXANDRE MELO (São Paulo) – Presidente, questão de ordem.

Seria mais salutar terminarmos os trabalhos hoje, porque amanhã haverá discussão política pela manhã. Dependendo das nossas decisões de hoje, poderemos ter oradores inscritos amanhã de manhã para fazer as intervenções que forem necessárias.

Será um sacrifício, mas poderemos encerrar os nossos trabalhos hoje ainda. Amanhã, deveremos estar atentos ao que vai acontecer no período da manhã, lá no Plenário.

O SR. – Também quero fazer uma observação.

Hoje será a abertura do Congresso. Como segmento do Movimento Negro, devemos estar presentes à abertura do Congresso, junto com a Juventude, com o Movimento Sindical; todos vão estar presentes.

Então é melhor que todos estejamos reunidos como um corpo e dar continuidade, amanhã, ao processo.

O SR. ALEXANDRE MELO (São Paulo) – A que horas será a abertura?

A SR^a JACI PROENÇA (Secretária Nacional da SNMNS) – Às 19 horas. A missa começa às 17 horas – creio que será uma hora de missa, encerrando-se...

A SR^a VALNEIDE (Espírito Santo) – Professora, em relação à missa, já vieram aqui avisar que o ônibus está aqui na frente, esperando. Quem quiser participar da missa deverá estar lá na frente em três minutos.

A SR^a JACI PROENÇA (Secretária Nacional da SNMNS) – Nós temos duas propostas: a de retomar os trabalhos depois da missa...

O SR. ALEXANDRE MELO (São Paulo) – Porque a nossa discussão já está mais ou menos encaminhada. Não haverá muito problema.

A SR^a JACI PROENÇA (Secretária Nacional da SNMNS) – O companheiro de São Paulo está propondo retomar os trabalhos logo depois da missa, para avançar no que for possível. Quando começar a abertura, nós nos deslocaremos para aquele local.

A outra proposta é no sentido de retomar os trabalhos amanhã, às oito horas.

O SR. – A proposta do companheiro de São Paulo é a mais viável, até porque a abertura, apesar de estar marcada para as 19 horas, não começará nesse horário. Então nós teremos mais tempo após o retorno.

A SRª JACI PROENÇA (Secretária Nacional da SNMNS) – Então podemos resolver assim: após a missa, retornaremos para cá, avançando no que for possível? Evidentemente, não vamos concluir os trabalhos hoje à noite. É muito difícil, porque, depois que começar a abertura, ela vai terminar tarde. Mas vamos retomar amanhã de manhã, às oito horas, neste mesmo local, para concluir a pauta.

Companheiro do Maranhão.

O SR. GALDÊNCIO (1º Secretário de Finanças do PSB/MA) – Alguns companheiros estão cansados. Talvez fosse muito mais produtivo assumirmos o compromisso de estar aqui, amanhã, às oito e avançar até as nove, nove e vinte.

A SRª JACI PROENÇA (Secretária Nacional da SNMNS) – Vou ouvir as considerações de mais dois companheiros, depois partiremos para a votação.

O SR. ALEX (Rio Grande do Norte) – Nós vamos agora para a missa de Miguel Arraes, mas ninguém sabe a que horas vai terminar. Vamos supor que demore uma hora. Até que cheguemos ao alojamento para tomar banho e depois voltar para cá, para terminar, é melhor voltar direto para a abertura do Congresso e amanhã, às oito horas, daremos continuidade à nossa programação. Se não vamos ficar muito presos não apenas ao que temos para discutir, porque não vamos discutir apenas um assunto. Vamos chegar aqui às sete horas, discutir dois ou três assuntos, parar e depois ir para a abertura do Congresso em vez de, amanhã, aproveitar o dia todo para discutir.

A SRª JACI PROENÇA (Secretária Nacional da SNMNS) – Nós temos que considerar, companheiro Alex, que amanhã não teremos o dia todo, porque será o decorrer do X Congresso. Então teríamos que conduzir os trabalhos de modo tal... Ao se iniciarem os trabalhos, nós perderíamos parte dos trabalhos lá.

A proposta do companheiro é no sentido de avançarmos no que for possível hoje e amanhã retomar, para concluir, sem prejuízo da nossa participação no Congresso. Foi assim que eu entendi.

O SR. ALEX (Rio Grande do Norte) – Queria fazer um adendo...

O SR. ALEXANDRE MELO (São Paulo) – É isso mesmo. Não podemos ficar de fora da discussão política que vai ocorrer lá, porque ela vai decidir.

A SRª JACI PROENÇA (Secretária Nacional da SNMNS) – Exatamente.

Companheiro Fábio e o último ali, depois vamos encerrar.

O SR. FÁBIO BORGES (Rio de Janeiro) – Acredito, particularmente, que a nossa participação na abertura do Congresso, que será um ato político para as demais forças políticas, principalmente, será de muita importância, haja vista que o nosso Congresso ainda não se realizou. Temos demandas que estão sendo discutidas hoje. Então poderíamos usar o período da noite para fazer as nossas discussões e amanhã de manhã terminaríamos esse debate. Não há como acreditar que amanhã de manhã vamos vencer todo o debate.

O SR. ALEXANDRE MELO (São Paulo) – Poderíamos eleger um representante para a abertura; se amanhã houver oratória, teremos um representante.

A SR^a JACI PROENÇA (Secretária Nacional da SNMNS) – Com certeza. Nós temos aqui o Secretário e o 1º Secretário. Qualquer coisa, eu me ausento e vou para lá.

Temos mais um companheiro ali...

O SR. – Amanhã, às nove horas, será a aprovação estatutária. Então não podemos deixar isso para amanhã; o que decidirmos hoje será aprovado amanhã de manhã.

A SR^a JACI PROENÇA (Secretária Nacional da SNMNS) – Na verdade, as inscrições são para defesa de proposta.

Então vamos passar para a votação... O companheiro Alex está retirando a sua proposta. Então fica definido o seguinte: vamos para a missa agora. Depois que encerrar a missa, vamos tomar o ônibus e retornar para cá, para dar continuidade aos trabalhos.

(Suspende-se a reunião)

A SR^a JACI PROENÇA (Secretária Nacional da SNMNS) – O companheiro de São Paulo foi chamar os companheiros que saíram. De todo modo, vamos tentar retomar os trabalhos.

Já sabíamos que haveria uma certa dificuldade para retomar os trabalhos depois da interrupção. Quero que pelo menos o Secretário esteja aqui, para retomarmos.

Jorge, podemos começar a leitura do Regimento, para ver se está tudo ok, com as pessoas que se encontram presentes? Nós temos doze estados. Agora estão presentes Mato Grosso, Bahia, Ceará...

O SR. JORGE (1º Secretário da Executiva da SNMNS) – Se houver oito estados, garantindo metade mais um, poderemos continuar a reunião.

A SR^a JACI PROENÇA (Secretária Nacional da SNMNS) – Segundo

o nosso Regimento, depois da primeira convocação, com a segunda, a reunião se fará com o número que estiver presente. Antes de qualquer deliberação, é tranqüilo, mas, quando tivermos que deliberar, devemos ter a maioria mais um. Vamos lá?

Esse material que vamos ler agora, que é o Regimento Interno para o nosso Congresso, encontra-se na pasta de vocês.

Esclareço para quem estiver chegando agora que nós suspendemos o nosso Congresso temporariamente para participar da missa de sétimo dia do falecimento de Dr. Arraes. Agora estamos retomando a reunião e faremos a leitura do Regimento do nosso Congresso, para depois abordarmos a pauta mais específica, a respeito do Regimento da nossa Secretaria.

Então, com a palavra o nosso 1º Secretário.

O SR. JORGE (1º Secretário da Executiva da SNMNS) – (*Lê*)

Secretaria Nacional do Movimento Negro Socialista – SNMS.

Partido Socialista Brasileiro.

Proposta de Regimento Interno do II Congresso Nacional da Secretaria Nacional do Movimento Negro Socialista.

Capítulo I – Do Congresso.

Art. 1º. O Congresso da Secretaria é o fórum máximo de debate e de deliberação dos (as) filiados (as) negros(as) do PSB.

Art. 2º. O II Congresso será realizado no dia 19 de agosto de 2005, na Sala das Comissões, Câmara dos Deputados, em Brasília – DF.

Art. 3º. Participam do II Congresso, podendo votar e ser votados (as), todos os filiados negros do PSB cadastrados na referida Secretaria e que atendam às normas deste Regimento.

Capítulo II – Do Credenciamento.

Art. 4º. O credenciamento dos (as) participantes ao II Congresso Nacional se dará no dia do evento, das 14 às 15 horas.

Art. 5º. As Executivas Estaduais apresentarão, via ofício, a representação do seu estado para o II Congresso Nacional da SMNS.

Art. 6º. Os (as) participantes devidamente cadastrados receberão credencial pessoal e intransferível, não sendo possível votar por procuração.

Capítulo III – Dos Trabalhos do Congresso.

Art. 7º. A Mesa de Abertura do II Congresso Nacional da Secretaria será composta pela Secretária Nacional, Secretário-Geral, 2º Secretário, Secretário de Finanças e convidados.

Art. 8º. Os trabalhos do II Congresso Nacional da Secretaria serão dirigidos por uma Mesa Diretoria, composta pela Secretária Nacional, Secretaria-Geral, 2º Secretário, Secretário de Finanças, ou, na ausência destes, por filiados designados pela Plenária. 387

Parágrafo Único. Os trabalhos serão iniciados às 15 horas, em primeira convocação, e às 15h30, em segunda convocação, com qualquer número de participantes. O encerramento se dará às 19 horas ou após, caso a Mesa Diretora, com a maioria simples, julgue necessário.

Art. 9º. Os temas a serem tratados no II Congresso Nacional da Secretaria serão: conjuntura nacional, a SMNS após o I Congresso Nacional de 2003, discussão e deliberação sobre a proposta de reforma de Regimento Interno da SMNS, Regimento Interno do II Congresso da Secretaria Nacional do Movimento Negro Socialista, a Secretaria Nacional do Movimento Negro Socialista após o Congresso Nacional, em 2003, e a reforma estatutária, eleição e posse da nova Direção Nacional, Conselho de Ética e Conselho Fiscal da Secretaria.

Art. 10. O regime de votação será por contagem visual e/ou contagem de crachás.

Art. 11. A votação de proposta divergente poderá ser procedida de defesa, não superando três minutos para cada uma.

Art. 12. As questões de ordem ou de encaminhamento deverão ser apresentadas à Mesa Diretora dos trabalhos mediante entrega do crachá.

Art. 13. Os casos apresentados no Congresso e omissos neste Regimento serão deliberados pela Executiva Nacional da Secretaria Nacional do Movimento Negro Socialista.

Cuiabá, Mato Grosso, junho de 2005.

Perguntaria se há algum encontro de desajuste(*sic*) em relação ao Regimento ou algum comentário.

O SR. ALEXANDRE MELO (São Paulo) – Na realidade, são duas propostas de Regimento? Eu não entendi.

A SRª JACI PROENÇA (Secretária Nacional da SNMNS) – Uma é do Regimento do Congresso e a outra é uma proposta de Regimento da Secretaria propriamente dita.

O SR. ALEXANDRE MELO (São Paulo) – Ah, está certo. E vamos aprovar isso hoje também?

A SRª JACI PROENÇA (Secretária Nacional da SNMNS) – Exatamente. Esse é o primeiro momento do Congresso.

Se não houver destaques... Podemos considerar aprovado? (*Palmas*)

O SR. JORGE (1º Secretário da Executiva da SNMNS) – Devolvo a palavra à Secretaria Nacional da nossa Secretaria do Movimento Negro.

A SRª JACI PROENÇA (Secretária Nacional da SNMNS) – Com a aprovação do Regimento, faremos uma exposição sobre como se encontra a

nossa Secretaria, o que, de certa forma, fizemos durante a abertura do nosso Congresso. Nós antecipamos, com a participação do Dr. Carlos Siqueira, a questão da conjuntura nacional, depois interrompemos a reunião. Então nós abríamos neste momento para as contribuições dos companheiros e companheiras acerca da conjuntura nacional. Eu sei que alguns dos que aqui estamos discutiram sobre a questão e estão trazendo propostas. Então estamos agora abrindo para as contribuições.

O SR. ALEXANDRE MELO (São Paulo) – A proposta que trazemos de São Paulo, com relação à conjuntura nacional, é referente à reforma política, um tema que nos atinge diretamente, em gênero, número e grau.

A SR^a JACI PROENÇA (Secretária Nacional da SNMNS) – Eu só pediria um favor aos companheiros e companheiras: quando usarem a palavra, identifiquem-se, porque tudo está sendo gravado.

O SR. ALEXANDRE MELO (São Paulo) – Ah, perfeito! Alexandre Melo, de São Paulo.

Então nós trouxemos um texto, além das citações de Joaquim Nabuco sobre algo bem parecido com a realidade atual.

O mais importante é que a reforma política atinge dois pontos fundamentais. Não dá para o PSB aprovar a reforma política da forma como estão propostos alguns itens. Temos que tomar muito cuidado, porque existem algumas propostas, por exemplo, relativa às mulheres, de haver uma mulher e um homem nas votações em listas. Tem que haver um recorte racial em relação às listas partidárias, se elas forem aprovadas até setembro.

Estamos propondo que o Partido levante a bandeira da reforma política e que inclua os movimentos sociais, as lideranças; que o PSB faça uma reforma política decente. Seria até interessante se pudéssemos marcar uma reunião com o Deputado Alexandre Cardoso, que é o Presidente da Comissão, para discutir o assunto, porque agora se pensa numa reforma paliativa, que encobriria algumas coisas, como, por exemplo, acabar com comícios, acabar com algumas coisas nas televisões, fazer voto em lista e em candidatos, para continuar toda essa corrupção de caixa dois, essas coisas todas.

Por que esse negócio nos afeta diretamente? Porque os nossos candidatos nos vários estados não têm um milhão e meio de dólares ou de reais, o que seja, para fazer uma campanha e conseguir uma quantidade de votos considerável, correspondente a 2% ou 2,5% do eleitorado.

Agora, se houver financiamento público e voto em lista, será a grande chance para conseguirmos eleger uma bancada realmente negra dentro do PSB.

Neste País, o único partido que tem uma bancada federal negra é o Partido dos Trabalhadores, com aproximadamente sete ou oito deputados aqui na Câmara. Em São Paulo, o Partido dos Trabalhadores tem uma bancada de três deputados estaduais atuantes, com o PCdoB, esse negócio todo. E o PSB

ainda não conseguiu ultrapassar essa cláusula de – nem falo de barreira – exclusão política. Então é algo em que nós temos que trabalhar.

A segunda coisa é a forma pela qual estão propondo a lista. Quer dizer, os mandatários de cargos eletivos seriam prioritários. Esse é um grande golpe das elites que querem, na realidade, prorrogar os mandatos dos atuais deputados que se elegeram – muitos, não todos – ilicitamente, com caixa dois, na eleição de 2002, o que vai colocar, em alguns estados – não é o caso de São Paulo, porque temos somente uma deputada federal –, os nossos candidatos bem abaixo da lista. Isso é complicado. Se o Partido Socialista Brasileiro faz um discurso de socialismo, ele tem que ser socialista na questão da sua lista de candidatos.

Então, quanto à reforma política, nós repudiamos alguns itens desse projeto de lei. Seria interessante que a Presidente marcasse uma reunião com o Deputado Alexandre Cardoso para apresentarmos essa proposta para ele.

Se esta proposta que eu trouxe for aprovada, com a assinatura dos doze estados presentes, faremos um contraponto nessa discussão.

Outra proposta, Sr^a Presidente, é que nós, do Movimento Negro Socialista, façamos uma reunião com os membros negros de outros partidos e o Movimento Negro da sociedade civil para que nós, negros, possamos discutir a reforma política. A CNBB está discutindo, assim como os Sem-Terra, todos os movimentos sociais e sindicais estão discutindo, e o Movimento Negro em geral – é uma pena – não está discutindo o tema da reforma política. Podemos chamar a Conen, temos que fazer essa discussão, independente de partidos, porque está havendo um grande golpe das elites nesse projeto. E o Sr. Duda Mendonça e outros vão continuar a ganhar milhões, e não teremos uma representação política adequada.

Então essa é a proposta que foi encartada na pasta. Se ela for aprovada, assinada pelos onze estados, que possamos fazer uma reunião com o Deputado Alexandre Cardoso, ainda neste Congresso, para que ele a considere. E, amanhã, argumentar que o PSB tem que defender uma outra reforma política, e não esta que está posta aqui. Deve defender publicamente, nos seus horários gratuitos de televisão, nos seus pronunciamentos, na imprensa.

Obrigado.

A SR^a JACI PROENÇA (Secretária Nacional da SNMNS) – Obrigada, companheiro.

O SR. JORGE (1º Secretário da Executiva da SNMNS) – Se o companheiro pudesse enviar a proposta da forma que você a apresentou para a Mesa seria interessante.

O SR. ALEXANDRE MELO (São Paulo) – É esta que foi encartada

na pasta; o texto está completo.

A SRª JACI PROENÇA (Secretária Nacional da SNMNS) – Na verdade, ele fez uma síntese.

O SR. JORGE (1º Secretário da Executiva da SNMNS) – Está certo.

Alguém mais quer se inscrever? Seu nome, companheiro, por favor.

O SR. LUIZ CARLOS MATOSO (Vereador – PSB/RS) – Só um segundo, companheiro Matoso. Quando o companheiro de São Paulo começou a sua intervenção, o companheiro aqui havia levantado a mão, outro, ali. Nós não nos atentamos...

O SR. JORGE (1º Secretário da Executiva da SNMNS) – Eu estava de cabeça baixa aqui...

A SRª JACI PROENÇA (Secretária Nacional da SNMNS) – Tudo bem, companheiro Matoso. É só para seguir a seqüência das inscrições. Depois do companheiro Matoso, companheiro... (*ininteligível*)

O SR. NELSON (Alagoas) – Nelson, de Alagoas.

Nós realizamos algumas discussões em Alagoas, e não trouxemos um documento elaborado, mas alguns pontos nos chamam a atenção. Eu gostaria de explicitá-los para que sirvam de elementos para a discussão tanto neste quanto em outros momentos, inclusive nos nossos estados.

Trabalhamos e discutimos muito sobre os nossos referenciais. Sabemos que toda sociedade, para se sustentar, adota algumas simbologias, alguns referenciais como orientadores, até mesmo incentivadores e fomentadores das suas lutas. E nós discutimos um pouco sobre essa questão dos referenciais, especificamente da etnia negra. Com que referenciais nós estamos trabalhando ou iremos trabalhar, suscitar discussões nos nossos estados? Até porque nós sabemos que aqui será o supra-sumo das discussões dos estados.

Então tivemos a preocupação de identificar os referenciais das nossas discussões, até mesmo como fomento para as nossas lutas.

Em relação à questão dos referenciais, acreditamos que eles vão pautar a identificação das nossas mais gritantes necessidades. Além das questões que foram levantadas aqui, há a questão de cota, além daquela do ensino superior. É outra bandeira que temos discutido bastante: qual é a posição do PSB em relação às cotas? Nós precisamos irradiar essa discussão em todas as instâncias do Partido, em cada estado, para ter uma voz harmônica nessa discussão. Alguns são contra, outros são a favor, outros são da “coluna do meio”, digamos assim, outros não têm conhecimento necessário para tomar uma posição. E que nós possamos suscitar não só nas nossas instâncias, nos nossos estados, mas também na Executiva Nacional, uma postura ou um posicionamento sobre a questão das

cotas. Esse é outro elemento em que também trabalhamos. E acredito que o tempo não vai possibilitar um aprofundamento do assunto.

A outra questão é educação, ensino básico. O sistema de cotas em si está relacionado com a questão da qualidade da educação básica, que engloba o ensino fundamental e o médio. Estatisticamente, 70% do alunado nessas duas instâncias de ensino são negros e, na sua maioria, pobres.

Nós nos preocupamos em travar essas discussões porque, a meu ver, elas são essenciais para que nós possamos ter um salto de qualidade. Primeiro, porque o sistema de cotas está relacionado a isso. A defesa não é da cota, pela cota em si, mas de todo o contexto que permeia a discussão do tema, que passa, exatamente, pela qualidade do ensino. Essa é uma questão séria, porque a deterioração da educação básica vem crescendo numa escala muito grande. Quem atua na área da educação sente isso, que é visto a olho nu: a má qualidade da educação nas escolas públicas, principalmente.

Definimos estas questões como linhas de discussão pragmática, de cunho referencial: o ensino básico, que envolve a questão das cotas; os nossos referenciais, as nossas simbologias, principalmente os símbolos culturais nacionais; e a participação na vida política.

Iniciamos essas discussões com um grau de profundidade ainda pequeno, mas elas já foram iniciadas desde o final do ano passado.

Era isso que eu queria dizer, para saber de que forma poderemos suscitar essas discussões em nível nacional, tomando como eixos os estados.

O SR. JORGE (1º Secretário da Executiva da SNMNS) – Ok, Nelson. Companheiro Advande(?).

A SRª JACI PROENÇA (Secretária Nacional da SNMNS) – Temos o Matoso primeiro, depois o Advande.

O SR. JORGE (1º Secretário da Executiva da SNMNS) – Matoso.

O SR. LUIZ CARLOS MATOSO (Vereador – PSB/RS) – Companheiros, com relação à conjuntura nacional, fizemos um debate extenso no Rio Grande do Sul. E temos proposto que o PSB adote uma posição mais dura em relação ao Governo Lula. Na nossa avaliação, o Presidente Lula precisa sair da postura de choramingar pelos cantos, dizendo-se vítima, traído, para enfrentar o combate à crise que o Governo está vivendo. Se o Presidente Lula não assumir para si o enfrentamento dessa crise, evidentemente a nação brasileira vai, ao fim, ao cabo, se convencer de que estamos diante de um Presidente que

não tem comando sobre o governo.

O pronunciamento que ele fez sobre o orçamento, a meu juízo, foi muito fraco e não respondeu às grandes questões que a nação precisava ouvir. E o nosso Partido, como tem sido uma referência importante do Governo Lula, como base de apoio a este Governo, precisa ser a alternativa para o setor de Esquerda que ainda está no Governo Lula, que confia nele. Portanto, precisa assumir esse discurso e cobrar do Presidente Lula o enfrentamento, que ele, como Presidente, enfrente a crise e proponha uma solução concreta.

Com relação à reforma política, este é um momento complicado, porque há a reforma política que nós queremos e a reforma política provável, possível. Acredito que estamos muito mais próximos da reforma política provável e possível do que daquela que nós queremos. O grande problema da reforma política é que nós não conseguimos unificar uma opinião, uma proposta do campo da Esquerda. Então, num cenário de crise como este, em que as elites vão “entregar os anéis”, vão promover reforma política para dar uma resposta ao País, no momento em que não há movimento social organizado na rua, quando a Esquerda não tem um discurso unificado, parece muito mais difícil enfrentar esse debate sobre a reforma política.

Não vou entrar nas questões mais concretas, de lista e de financiamento público, porque também não há unidade entre nós, mas, particularmente, entendo que o nosso Partido podia tomar a iniciativa de articular um fórum nacional em defesa da reforma política, chamando os partidos de Esquerda, as centrais sindicais, a CNBB e a OAB, para, a partir daí, quem sabe, afunilar um discurso unitário da Esquerda para uma proposta de reforma política.

Se não tivermos, neste momento, capacidade de unificar um discurso, seremos vítimas, sim, de um arranjo, ou de um desarranjo, político, patrocinado pelas elites para manter aquilo que existe hoje – vão “entregar os anéis para ficar com os dedos”.

Então o nosso Partido podia ser de vanguarda neste momento, porque o PT, em função da crise que enfrenta, não tem proposta para a reforma política nem o PDT nem a CUT ou a OAB. Ouvem-se muitos discursos pulverizados. Então o nosso Partido poderia desempenhar um papel de vanguarda ao propor a criação de um fórum nacional para unificar certos pontos do setor e apresentá-los como proposta de reforma política para o País.

O SR. JORGE (1º Secretário da Executiva da SNMNS) – Obrigado, companheiro. Solicito a você que formule essa parte da proposta, para colaborar com a companheira na elaboração do relatório.

Companheiro Advande, depois Valneide e Devaldo.

O SR. ADVANDE (Mato Grosso) – A Mesa, nossa Presidente, Jaci Proença, o Jorge, 1º Secretário, boa noite a todos aqui presentes. Eu sou Advande, lá de Mato Grosso. A minha fala é no seguinte sentido, em termos de análise de

conjuntura: percebemos que o Brasil, economicamente, se desponha como um país que vem crescendo e sendo aceito lá fora, é um Brasil que consolida a sua economia, e o Lula se apresenta como um grande chefe, defensor da pobreza no mundo, com grandes problemas que o G-8 assumiu, como a criação de um fundo de combate à pobreza no mundo. Mas, por outro lado, percebemos que se instalou a crise política aqui no Brasil.

Apesar de o PSB ser aliado e fazer parte da base de sustentação do Governo Lula, não temos, não temos recebido as informações adequadas, até para ser contra ou a favor. Temos assistido a essas informações pela televisão; não sabemos se elas são falsas ou verdadeiras nem de onde provém de fato a crise do Governo Lula. Só vemos o Lula pedir desculpas, porque foi traído, mas nós, que somos do PSB, um Partido de sustentação, não sabemos de fato qual é o pivô da crise. Sabemos que há uma cultura de modelo de campanha impregnado não só no PT, mas na sociedade. E, para defendê-la na base, é preciso ter, por parte da direção do nosso Partido, uma informação, um debate mais acirrado a respeito daquilo que está acontecendo no Governo Lula.

Em relação à reforma partidária, participei da Conferência de Promoção da Igualdade Racial, li algumas propostas de alguns estados e, logo em seguida, houve uma plenária dos movimentos negros organizados, por meio da Conen; eram 19 entidades após a conferência.

Considero de fundamental importância defender, dentro dessa reforma partidária, a participação da sociedade negra, principalmente em termos de política afirmativa, uma política de cotas contemplando, nos três níveis do Parlamento, os 30%, assim como no caso das mulheres, para que os negros estejam representados nesta Casa de leis, neste Congresso, nas câmaras de vereadores e nas câmaras estaduais.

Nesse ponto da reforma, entendo que a comunidade negra brasileira precisa estar presente, participando desse debate. É preciso que os estados instalem plenárias estaduais, municipais e regionais para debater a reforma que nós queremos.

Concordo com o Alexandre, de São Paulo, que não pode ser uma reforma da burguesia; tem que ser uma reforma dos excluídos, dos menos favorecidos, da classe trabalhadora brasileira, de modo que se contemple a todos nessa reforma.

Muito obrigado.

O SR. JORGE (1º Secretário da Executiva da SNMNS) – Companheira Valneide.

A SRª VALNEIDE (Espírito Santo) – Meu nome é Valneide, do Estado do Espírito Santo.

O Movimento Negro Socialista do PSB esteve em massa nos representando na Conferência Nacional da Promoção da Igualdade Racial, onde pudemos verificar a necessidade de partidos com comprometimento mais sério em relação à política de promoção da igualdade racial.

Nós, do Espírito Santo, temos vários encaminhamentos, mas eu gostaria de pontuar dois principais: primeiro, a Secretaria Nacional do Movimento Negro procurar os representantes do PSB e sensibilizá-los quanto à aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, porque a política está implantada. O Governo Lula está enfrentando uma série de problemas, como sabemos, mas o povo negro começa a perceber que se começa a fazer alguma coisa pela qual estávamos lutando há tantos anos. E, para ser implantado nos nossos estados, precisamos ter partidos e políticos comprometidos. Por que não este em que estamos agora consolidando a nossa Secretaria? Por que não começar aprovando esse Estatuto da Igualdade Racial?

Gostaria também de propor uma moção, pedindo para que todos os representantes do PSB a assinassem, em relação ao Estatuto da Igualdade Racial.

Da mesma forma que a Presidente criou, no seu Estado, na sua capital da qual é Vice-Prefeita, fazer com que o nosso Partido Socialista, os nossos prefeitos e vice-prefeitos que fazem parte do Partido também se sensibilizem e criem um departamento, uma organização ou uma superintendência de política pública de igualdade racial, porque só assim nós poderemos mostrar o trabalho do Movimento Negro nas suas instâncias, dando sustentação ao Movimento do Partido.

Esses são os dois encaminhamentos que gostaria de registrar, pedindo que sejam incluídos para fortalecer a nossa política de base.

O SR. JORGE (1º Secretário da Executiva da SNMNS) – Companheiro Devaldo.

Temos inscritos Jordão Luiz, Fábio e eu me inscrevi também.

O SR. DEVALDO (Espírito Santo) – Meu nome é Devaldo, sou do Espírito Santo.

Ontem, quando vínhamos para cá, discutimos no ônibus qual é o socialismo que o PSB está construindo, qual é o socialismo que nós queremos. E, por incrível que pareça, pelo menos no grupo que se encontra no ônibus, não tivemos resposta para saber o que nós estamos construindo, que socialismo é esse que queremos.

Ainda há pouco, falaram em sustentação e proposição, que o PSB é um Partido de sustentação da política do Governo. E nós entendemos que ~~395~~ é assim, o PSB tem que deixar de ser um Partido de sustentação para ser um

Partido de proposição e de construção de políticas que venham a atender ao anseio do povo.

Com essa “zorra” que está acontecendo na política hoje, o povo perdeu a interlocução. Isso é grave. Nós, que vivemos na política, temos que fazer essa leitura; o povo está aturdido e perdido diante de tudo o que está acontecendo, porque está havendo uma derrocada do PT, e o povo está se sentindo sem interlocução, quando isso não deveria estar acontecendo, pois deveríamos fazer, como Partido Socialista, esse elo entre o povo e o poder, para que esse vazio não acontecesse hoje.

Outra coisa que temos que ressaltar: a desigualdade começa quando nós temos que criar Movimento Negro, movimento de mulheres, movimento de pobre, movimento do que quer que seja. Se nós fizemos um movimento para atuar dentro do Partido é porque não existe política nem espaço neste Partido para nós, senão não precisaríamos criar movimento nem lutar para ter uma secretaria para desenvolver políticas; estas seriam desenvolvidas pelo próprio Partido. Mas têm que existir os movimentos para forçar o Partido a construir essas políticas. E é isso que temos que fazer; quero deixar registrado.

Se hoje o espaço que nos dão dentro dos partidos é para disputar uma secretaria, nós temos que disputar secretarias e todos os espaços dentro do Partido; se for preciso, transformar todo o Partido num Partido negro, para que as políticas sejam implementadas com o recorte racial.

Essa era a observação que eu queria fazer.

Com relação à reforma política, precisamos estar muito atentos à questão da fidelidade partidária, para que essa bagunça não continue acontecendo, as pessoas sempre migrando para onde está o poder.

Esse era o registro que eu queria fazer.

O SR. JORGE (1º Secretário da Executiva da SNMNS) – Companheiro Jordão Luiz, da Bahia.

O SR. JORDÃO LUIZ (Bahia) – Boa noite, companheiros. Queria cumprimentar a Mesa na pessoa do companheiro Jorge, da Bahia, e da companheira Jaci, do Mato Grosso.

Quero dizer que sou muito amigo de um companheiro lá de Conquista, chamado Guina – o nome dele é Aguinaldo – de Orisa, que é um movimento afro semelhante ao Olodum. É de pequeno porte e sai no Carnaval constantemente. Ele é muito participativo, foi candidato a vereador, teve 600 e poucos votos agora, e não pôde estar presente aqui. Eu lhe disse: Guina, se eu for e houver a possibilidade de falar um pouco sobre você e o seu trabalho, vou tentar me expressar. E o companheiro me pediu que as divulgações do Movimento Negro

do PSB em todo o Brasil fossem feitas de forma mais... Não estou criticando a divulgação. Por exemplo: em Conquista, não houve uma mobilização. Eu sou membro da Executiva Municipal, 2º Secretário, e não tinha a informação sobre delegados para o Movimento Negro aqui em Brasília. E esse companheiro é uma pessoa fantástica que vocês deviam conhecer. É um rapaz atuante. Trabalha também na Secretaria de Cultura, junto com o nosso Secretário Gidelson Felício. Nós precisamos trazer pessoas assim para participar e enriquecer um movimento tão bonito como o de vocês.

No mais, eu queria dizer o seguinte: eu vim, quarta-feira, de Conquista para Brasília, no ônibus da empresa que faz a linha Porto Seguro/Goiânia, e passa por aqui. Nós sofremos 19 horas de sacolejos, estrada ruim. E, de manhã, quando chegamos à Lapa, descansamos um pouquinho. Continuamos o nosso trajeto e, próximo àquela região de divisa entre Correntina e Posse, de Goiás, chegamos àquelas fazendas de estilo *plantation*, como aquelas fazendas de Pernambuco que Dr. Arraes, quando era membro do IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool –, defendia com aqueles trabalhadores e assim criou a sua luta.

Lendo um texto sobre a história do Dr. Miguel Arraes nesse momento, o ônibus começou a parar e pegar pessoas para complementar a despesa de viagem; era um ônibus executivo, mas parava para o pessoal que saía das fazendas em direção a uma cidade a 100 quilômetros, chamada Formosa, e algumas cidades de Goiás. Eles trabalham a 100 quilômetros, nas fazendas. Assim nós vemos a realidade brasileira com muita tristeza. Não vi uma pessoa branca; todas elas eram de origem negra.

Eu estava conversando com o Vereador Ataíde Macedo, falando sobre uma audiência em algumas coordenações de que o PSB participa no Governo. Eles ficavam assim, olhando... Eu queria lanchar, tinha uma bolachinha; comi uma bolachinha do companheiro, comecei a bater papo, e o companheiro me falava do seu sofrimento e da exploração que ele sofre nessa chamada região de desenvolvimento que o Governo da Bahia diz que está acontecendo com os exploradores do Sul. Gera emprego e subemprego explorando populações da Bahia, daquela divisa, e de Goiás. Ficamos entristecidos ao verificar que depois de 50 anos de luta na questão do sistema *plantation* lá em Pernambuco, que Dr. Arraes defendeu com muita veemência, próximo ao Distrito Federal, ao Governo Federal, de Brasília e Goiânia, na divisa com a Bahia, há exploração por parte de grandes empresas do Sul do Brasil, com subemprego. Víamos isso no semblante daquelas pessoas. Notávamos que muitas delas não tinham formação cultural quase nenhuma. Muitos analfabetos, outro escreviam um pouco... Eu conversei demais e conversei com eles o tempo todo. Víamos ali o semblante de sofrimento daquelas pessoas, pessoas boas, algumas até com os filhos de 14

ou 15 anos ajudando no trabalho.

E eu pensei: meu Deus, depois de 50 anos que Dr. Arraes lutou tanto... Eu mesmo sou técnico agrícola, sou pequeno produtor rural lá em Vitória da Conquista e também tenho dois ou três empregados. Lá existem empregados de cor negra e de cor branca, mas ali eles eram exclusivamente da raça negra. Eram pessoas sofridas, entristecidas, trabalhando pela sobrevivência. Notávamos a alegria de ir para casa, mas também o cansaço e a preocupação com o retorno. Um trabalho de exploração no plantio de algodão e de soja para as grandes empresas brasileiras.

O Partido precisa fazer uma nota sobre essas explorações da raça negra do Brasil, nessas grandes empresas de exploração que se dizem de desenvolvimento. Talvez seja para alguns, mas são de exploração para outros.

Precisamos trabalhar nesse sentido. Deixo aqui a minha pequena participação, agradecendo ao companheiro a oportunidade. Quero dizer que vocês estão de parabéns pela reunião, mas precisam ampliar mais, porque há muitos companheiros que não sabem desse movimento e precisam estar aqui presentes.

Muito obrigado, boa noite e bom congresso para todos vocês.

O SR. JORGE (1º Secretário da Executiva da SNMNS) – Agradecemos com reciprocidade.

Companheiro Fábio.

A SRª JACI PROENÇA (Secretária Nacional da SNMNS) – Pediria aos companheiros, em função do adiantado da hora, que nos disciplinemos um pouco no sentido de não ultrapassar aquele tempo que acabamos de aprovar, de três minutos por intervenção. Eu sei que é difícil, principalmente no que se refere à conjuntura, pois há proposições e encaminhamentos, mas vamos tentar nos organizar de modo tal que...

Quantos companheiros inscritos ainda temos, companheiro Jorge?

O SR. JORGE (1º Secretário da Executiva da SNMNS) – A prioridade é Veneranda, depois finalizamos.

A SRª JACI PROENÇA (Secretária Nacional da SNMNS) – Então, com a fala do companheiro Fábio, vamos encerrar as inscrições para este ponto, porque também temos a abertura do Congresso Nacional.

O SR. FÁBIO BORGES (Rio de Janeiro) – Companheiros, o que diferencia um militante da Esquerda de um militante da Direita é a capacidade de indignação, é isso. E o PSB, nos últimos anos, tem se indignado muito pouco. Publicamente, ele tem se indignado muito pouco. E talvez esse seja o nosso papel hoje: indignarmo-nos.

Acredito que ainda não é o momento de discutirmos a nossa saída do Governo Lula. Este Governo é importante para todos nós que sabemos o que é ser oprimido neste País. Então nós, mais do que ninguém, devemos continuar na base do Governo, porém, ficar na base deste Governo não é ficar de forma acrítica. E é isso que nós devemos cobrar deste Partido: uma postura crítica quanto a este Governo, em todos os seus âmbitos e esferas.

Outra coisa importante é o PSB retomar o papel que desempenhava em 1989. Se voltarmos para 1985, 1986, 1987, até 1989, o PSB primava por se construir como alternativa de Esquerda, para construir as condições de pensarmos um mundo diferente, um mundo socialista. É para isso que temos que nos voltar. Temos que pensar de forma muito tranqüila nas eleições do ano que vem. Elas são importantes, haja vista as implicações legais, mas não podemos permitir que em qualquer estado deste País a promiscuidade política impere. Não podemos permitir que pessoas que não sejam de Esquerda entrem neste Partido.

Acredito que este é um momento ímpar. Infelizmente não devemos nos vangloriar disso; o PT vive uma crise muito grande, e nós não sabemos para onde vai. O restante dos partidos de Esquerda também não sabe para onde vai nem o que vai fazer. E nós temos duas opções: ou não nos indignamos com o Governo, com a crise política, com o capitalismo e ficamos quietos, “vendo o bonde passar”, ou nos indignamos de forma real e conclamamos todos os companheiros de Esquerda, estejam onde estiverem, a construir uma verdadeira alternativa de Esquerda e socialista.

Não é qualquer alternativa de Esquerda. Alternativas de Esquerda, no mundo, apresentaram-se várias. Acredito que só construiremos de fato um país diferente quando nós conseguirmos em todos os cantos deste País dizer: não é qualquer Esquerda, mas uma Esquerda que não capitula diante do capitalismo, porque o socialismo não virá de fato se não conseguirmos, de forma imperiosa, discutir isso. E, uma coisa importante, uma Esquerda socialista e racialmente comprometida.

O SR. JORGE (1º Secretário da Executiva da SNMNS) – Companheiro Veneranda.

O SR. CARLOS VENERANDA (Vice-Prefeito de Fortaleza) – Queria frisar e lembrar aos companheiros o quanto fomos confundidos nesse trajeto PT/PSB e os demais partidos de Esquerda. Sempre o partido com maior base titulava os outros. Inclusive, nas nossas coligações, tivemos dificuldade em arcar com esse fato.

Então, nesse instante, querem colocar “no rolo” todo o nosso material

de Esquerda que está aí, com bastante propriedade, mas negando que existem separações. É claro. Fazemos parte da base de apoio ao Governo Lula, desde o primeiro momento fizemos restrições, inclusive com o nosso Presidente Miguel Arraes. Lembro bem que a política econômica que estava sendo implantada pelo Governo Lula não era o que o PSB defendia naquele momento, porque existiam os ditames do Banco Mundial que estão sendo feitos, enquanto temos uma moeda chamada moeda social que não está sendo reconhecida. Quando vemos um trabalhador, como o companheiro citou, analfabeto, negro, ganhando metade... O salário mínimo é de R\$300, mas qual é o trabalhador dessas fazendas que recebe isso? Qual é a condição que ele tem de transporte, de educação, de saúde?

A nossa conjuntura hoje... Temos que dar reforço numa base, porque o nosso sonho foi depositado na transformação que queríamos para este País no Governo Lula. Então não queremos desmanchar o Governo Lula, e sim dizer a ele o que está errado.

No início do Governo, havia muitos amigos, inclusive os “Jefferson da vida” e os demais que estavam lá, querendo receber a sua fatia, há 500 anos vivendo essa transformação no País, sempre favorável aos bolsos e às empresas deles, sem interesse pelo social. Então devemos dizer ao Governo Lula: nós queremos estar com você, mas de uma forma crítica, apresentando propostas que são necessárias para modificar o País, a base da sociedade, ter a capacidade de se indignar, com o companheiro bem falou, ter a capacidade de dizer: é essa a política que nós queremos.

Aqui no nosso Congresso, quantos são índios, quantos são negros, quantos existem aqui para nos representar? É uma minoria que está aqui. E começamos a gritar que várias coisas poderiam ser aprovadas neste Congresso se tivéssemos uma bancada coerente. Não me refiro apenas à questão racial, mas a uma bancada coerente, que estivesse vendo a adversidade social, racial e ética deste País. Assim não haveria tanta gente passando fome, tanta gente precisando de alguma coisa, enquanto vemos na imprensa milhões e milhões passando de lá para cá, de mão em mão, por pessoas que não fizeram nada por este País, a não ser em benefício próprio.

Então o nosso referencial... Defender o Governo Lula é defender um projeto com o qual nós sonhamos, mas sonhar com realidade, com o pé no chão, dizendo que queremos estar com ele, mas mudando a postura política.

O SR. JORGE (1º Secretário da Executiva da SNMNS) – Companheiro Milton.

O SR. MIRANILDO CABRAL (Rio de Janeiro) – Miranildo, do Rio de Janeiro.

Peço desculpas por ter chegado atrasado. Nós estávamos na reunião da sindical, que durou quase o dia todo, depois fomos tomar um café, mas gostaríamos de dar a nossa contribuição às companheiras e aos companheiros do Movimento Negro, nós, que militamos muito no Movimento Negro do Rio de Janeiro, temos militância no IPCN – Instituto de Pesquisas Culturais Negras, na época áurea do movimento, quando estávamos queimando bandeira da África do Sul, queimando bandeira dos Estados Unidos, naquela luta lá atrás. Eu gostaria de resgatar essa luta no intuito não de fazer isso agora, mas de resgatar aquela luta em prol das conquistas que o atual Governo, com todos os problemas que ele tem, todos os problemas da sua política econômica, da sua política social não implantada, ou às vezes implantada de forma equivocada, porque “só dá o peixe; não ensina a pescar”... Nós podemos criticar isso porque “somos de dentro”, podemos falar isso. Lá fora, podemos até aliviar, mas é uma política clientelista. E temos que criticar isso aqui, é o nosso papel.

Agora, não podemos esquecer que este Governo do Dr. Luiz Inácio Lula da Silva construiu uma coisa totalmente nova neste País. Nos 500 anos que nós temos desde o descobrimento deste País, nunca houve um Presidente da República que, primeiro, pedisse desculpas publicamente e em nome da nação brasileira por tudo o que foi feito contra os nossos antepassados, os nossos filhos atuais, os nossos netos que virão, porque o que veio do passado nos atinge e vai atingir o futuro. Não há dúvida em relação a isso. Ele pediu desculpas publicamente. É o único que fez isso.

Em adendo ao que disse a companheira, cabe a nós fazer com que os nossos dirigentes partidários que detêm cargo público em nível municipal, estadual e até federal façam o que o Presidente da República fez.

Nós, que estivemos em algumas conferências municipais de promoção da igualdade racial no Rio de Janeiro, só vimos um município que fez isso. Por incrível que pareça, o Município de Armação dos Búzios. Em Armação dos Búzios, eu vi o prefeito, o vice-prefeito e o secretário de cultura, que era representante da coordenação municipal, pedirem desculpas, como o Presidente Lula fez. Eu não vi isso nas outras conferências. Não sei se o mesmo ocorreu nos outros estados e municípios, mas cabe a nós cobrar primeiro isso, porque o reconhecimento tem que ser do Estado, seja ele município, estado da federação e o Estado nação. Por parte do Estado nação já foi feito pelo Presidente Lula, mas dos outros, não. Cabe a nós cobrar isso, primeiro, dentro de casa, para depois cobrar dos outros.

Segundo, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez com que houvesse uma discussão sobre a questão... Podemos discordar de alguns encaminhamentos que foram feitos na prática, relativos ao aparelhamento que... Infelizmente os nossos companheiros do Partido dos Trabalhadores pensam muito na

hegemonia, então eles tentam – ou tentavam – aparelhar – espero que agora mudem devido a essa crise – em todos os locais, seja no movimento sindical, no movimento negro... E, nas conferências, aconteceu a mesma coisa; pelo menos foi assim no Estado do Rio.

Então cabe a nós, independente disso que ocorreu, dar os parabéns ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva por ter implantado essa discussão no País sobre a política de promoção da igualdade racial.

E, terceiro, garantir as políticas públicas das cotas, que têm que ser aplicadas em todos os níveis, municipal, estadual e federal, porque, até agora, poucas instituições federais cumpriram uma coisa que é defendida pelo Presidente da República.

Concluindo, companheiro Presidente, eu gostaria de reafirmar as propostas que o companheiro coloca nessa tese. Nós fizemos uma discussão no movimento sindical, principalmente sobre a alteração do Estatuto. Teremos um ponto de pauta sobre isso, mas eu gostaria de adiantar que é fundamental essa discussão, senão perderemos inclusive o espaço que já foi conquistado dentro do Partido Socialista Brasileiro. Se não se amplia o espaço conquistado, acaba-se discutindo até a redução. Então é fundamental não perder isso de vista.

O SR. JORGE (1º Secretário da Executiva da SNMNS) – O companheiro do Piauí, lá atrás, parece que solicitou inscrição. É inscrição no tempo hábil. O companheiro com a cobertura solicitou, mas foi depois da intervenção do Fábio. Se a plenária concordar, vamos liberar, até porque será o último, e eu estou inscrito para finalizar.

Companheiro do Piauí, seu nome?

O SR. CLÁUDIO (Piauí) – Gostaria de começar dizendo que nós nos ressentimos um pouco da falta de informações acerca dos encaminhamentos que foram feitos pela Secretaria Executiva Nacional para este Congresso, já que também não recebemos comunicados.

Em relação à conjuntura nacional, é bom ressaltar que estamos passando por um momento delicado, sobre o qual devemos fazer uma leitura, para entendê-lo, mas, sobretudo, devemos nos preparar, como militantes negros e socialistas, para reafirmar os espaços de poder que obtivemos neste Governo. Não nos enganemos. Se tivermos que fazer algumas ações, elas terão que ser imediatas, até o final deste ano, porque no próximo ano se discutirá apenas a campanha política. Então, por mais boa vontade que se tenha, por mais esforço que se faça, dificilmente se fará o encaminhamento dessas ações. Essa é uma preocupação que eu tenho.

Gostaria também de cobrar dos nossos parlamentares o compromisso

com políticas públicas reais. Não dá para discutir somente políticas públicas para minorias. Esse é um rótulo que pegou. Temos que discutir políticas efetivas, reais, que contemplem a saúde da população negra, as cotas de universidades, o Estatuto da Igualdade Racial, a própria discussão sobre a Marcha Zumbi Mais Dez, agora em novembro. Como militantes, nós temos que fazer essa discussão para saber se estaremos presentes ou não, como partido ou movimento ou militante. Que propostas temos para fazer o encaminhamento. Então seria isso.

Atuando na área de educação e, agora, dentro de uma estrutura de governo, que é a Secretaria de Educação, sinto muita angústia ao descobrir que não posso fazer muita coisa, porque estamos atrelados a uma questão burocrática e a uma questão mais séria, a de orçamento.

Essa também é uma discussão que tem que ser feita, relativa aos PPAs, porque o Governo acena com intenções, mas aprova o PPA para 2007. Como pensar em política pública sem orçamento? Essa é uma discussão que devemos encampar.

Obrigado.

O SR. JORGE (1º Secretário da Executiva da SNMNS) – Pedi permissão à Presidente para submeter à votação do Plenário a concessão de dois minutos para o companheiro, até porque esta é uma discussão inclusiva. Se excluirmos a fala...

O SR. JOSÉ MARIA SILVA (Fortaleza) – Eu sou José Maria Silva Jamasi(?), de Fortaleza.

Na verdade, eu queria propor uma moção de apoio ao Governo Lula. Vou entregar uma proposta de redação que pode ser modificada:

Os delegados reunidos do II Congresso Nacional da Secretaria Nacional do Movimento Negro Socialista afirmam o seu apoio ao Governo Lula pelas políticas públicas efetivadas na área da igualdade racial, onde tem buscado fazer justiça aos povos negros e demais etnias discriminadas.

Eu queria fazer uma pequena reflexão: este ano foi decretado pelo Governo Lula o Ano Nacional da Igualdade Racial. E houve congressos ou assembleias...

A SR^a JACI PROENÇA (Secretária Nacional da SNMNS) – Conferências.

O SR. JOSÉ MARIA SILVA (Fortaleza) – Conferências municipais, estaduais e regionais...

O SR. JORGE (1º Secretário da Executiva da SNMNS) – Estaduais, regionais, distritais e nacional.

O SR. JOSÉ MARIA SILVA (Fortaleza) – Percebi que realmente o PSB não tem tido visibilidade. Houve todos esses momentos, e não percebi a presença do PSB como movimento organizado.

O que me preocupa? Eu já milito na Juventude do PSB, participei de alguns encontros nacionais e notei que a juventude não tem conseguido se unificar. Nos congressos, há grupos que apóiam determinados partidos, então finda fragmentando-se. Lá em Fortaleza, no Ceará, o sindicalismo também enfrenta essa dificuldade para se unir em torno de uma proposta única. A minha preocupação agora é de que a Secretaria do Movimento Negro, que está começando agora, embora tenha dois anos, trabalhe de forma unificada, não começar também a se desunir, uma vez que ela perpassa todos os outros movimentos.

De repente, dizemos que as mulheres negras são discriminadas duplamente; os jovens serão duplamente discriminados se forem jovens e negros. Percebemos que essa negritude é um fator de discriminação independente da área em que se atua. Então é importante começar a brigar também por esse espaço. Antes de sermos jovens, sindicalistas e mulheres, temos que reconhecer que nós somos negros. A partir desse elemento unificador, devemos começar a trabalhar essa unidade.

Seria mais ou menos isso.

O SR. ALEXANDRE MELO (São Paulo) – Sr^a Secretária, tenho destaque no texto da moção que foi citada agora.

O SR. JORGE (1º Secretário da Executiva da SNMNS) – Eu ia falar sobre isso, mas o introdutório da moção é oportuno.

A SR^a JACI PROENÇA (Secretária Nacional da SNMNS) – Em relação à moção propriamente dita, devemos decidir se a apresentaremos ou não. Depois, quanto ao texto, tomando como referência a proposta dele, vamos elaborar. Pode ser companheiro?

O SR. JOSÉ MARIA SILVA (Fortaleza) – Pode ser totalmente modificado, inclusive. Eu queria propor para a reflexão.

O SR. ALEXANDRE MELO (São Paulo) – Ele colocou “apoio ao Governo Lula”, que eu substituiria por apoio à implantação de políticas de promoção da igualdade racial do Governo Lula. Se se falar em apoio ao Governo Lula, vamos entrar na questão geral, que abrange política econômica, etc. Devemos ser bem específicos nessa moção, senão, amanhã, poderemos “tomar um pau geral”, quando apresentá-la em plenária.

A SR^a JACI PROENÇA (Secretária Nacional da SNMNS) – O enunciado remete ao geral, mas o conteúdo é específico.

O SR. JORGE (1º Secretário da Executiva da SNMNS) – Eu me inscrevi e, se os companheiros permitissem, gostaria de usar o microfone daqui mesmo. Por questão de ética, teria que usar um desses, mas deixo agora a condição de Secretário para, como militante, apresentar uma preocupação.

Eu primo pela lógica de, num fórum como este, defender a questão racial. Então eu não alongaria em nenhum tema, nem econômico nem macro nem em tudo o que está se falando por aí, até porque o Movimento Negro Brasileiro, como eu digo na tese, com diminuta participação do PSB, contribuiu para o plano que foi apresentado para o Governo Federal, quando foi convidado, estabelecendo diretrizes de políticas transversais. E o agrupamento de que eu faço parte, que é a Conen – Coordenação Nacional de Entidades Negras, em reunião com o pessoal do Governo que está reestruturando, foi consultado se se sentia contemplado com os dois Ministérios: o Ministério da Beneficência e o Ministério do Trabalho. Nós dissemos que não; se tivéssemos todos os ministérios, ainda não estaríamos contemplados, porque talvez não tivéssemos pessoal preparado para dar conta das demandas da comunidade negra. E ele disse o seguinte: “Então formule alguma coisa, faça uma proposta e traga para avaliarmos”. O que nós levamos foi uma plataforma, um elenco de idéias que começam nos anos 30, mas com a visão desde o tempo do escravidão negro até os dias atuais, que vai se consolidar como SEPPI, Secretaria Especial. A idéia era “transversalizar”, estar em algum local para enviar proposições políticas para cada ministério desenvolver.

Foi uma proposta bastante acertada e, para a sua consolidação, vejo duas questões fundamentais que, se levarmos ao plenário, qualificado ou não, poderão evidenciar a nossa vontade, que é operacionalizar, em primeiro plano, o relatório de Durban, que é completo, para o mundo inteiro. Da parte para o Brasil e a América Latina, todos nós temos conhecimento. Aliás, a SEPPI elaborou a parte do Brasil, retirando algumas coisas da América Latina. E o próprio relatório, fruto da proposta de tese da companheira no Congresso de 2003, que é um histórico da realidade da situação do povo negro no Brasil.

Se conseguirmos apresentar esses dois instrumentos como um plano para o PSB, através deste Movimento, articulando com a bancada de parlamentares, com todos os mandatários de cargos que o PSB detém em governos municipais, estaduais, Senado e por aí vai, conseguiremos elaborar a política necessária.

Percebemos, porém, a falta de compromisso. Na maioria dos congressos e conferências, o que ocorre muito é um verdadeiro parlório sobre o que já está preconizado socialmente e a disputa de cargos. Muita gente já vem orientada para ganhar o cargo, ganhar a secretaria, ganhar a vice, ganhar não sei o que. E discussão, que é bom, não se promove. É um verdadeiro “congregur”: as pessoas vêm mais para passear. E, no momento de se votarem as propostas e os interesses aos quais estão ligadas, começa-se a disputar tudo. Mas não há firmeza nas discussões. São poucas. Quantos somos aqui e agora? Quantos somos em todo este Congresso? É lógico que não chegamos a buscar a mobilização como deveríamos; as dificuldades já foram mencionadas, mas essa é a realidade.

Então, antes de cobrar do Partido, até porque o Partido somos nós, o Partido não é algo para quem se diga: partido, encaminhe essa propositura do Movimento Negro...

Na condição de militantes deste Partido, nós temos que fazer chegar às mãos de quem estiver na sua cabeça aquilo que queremos discutir: quero reunião com a bancada de parlamentares, quero reunião com os senadores, quero reunião, regional ou o que for, com os mandatários, tendo propostas para todos os setores.

Se não tivermos a capacidade de implementar medidas como essa, não adiantará ficar aqui, como Movimento Negro, porque será a mesma coisa: ocupação de cargos, viabilização de possibilidades de estar em Brasília ou em qualquer lugar do Brasil através do Movimento.

Isso é pecaminoso. Temos que olhar com mais cuidado e ser sinceros naquilo que nós queremos.

Só queria fazer essa reflexão. A minha proposta é a seguinte: ao propor o fórum nacional sobre uma reforma política, se possível, o PSB coordená-lo, sem prejuízo e/ou retirada de pauta da aprovação do Estatuto da Igualdade Racial e seu fundo, porque o Estatuto já foi oferecido várias vezes para a sua votação, mas esquecendo a questão do fundo. Isso é o mesmo que criar a constituição sem nos permitir regulamentá-la. Constituição sem regulamentação não existe. E o Estatuto da Igualdade Racial sem o fundo nacional para prover o que está escrito será uma peça inócua.

Era essa a colaboração que eu gostaria de prestar. Quanto à tese, companheiros, fica para a reflexão, porque deverá ser discutida em outro ponto.

A SRª JACI PROENÇA (Secretária Nacional da SNMNS) – Daremos esta etapa por encerrada, retomando algumas posições que, pelo comportamento do plenário, não foram consensuais.

Em linhas gerais, há uma compreensão por parte das companheiras e dos companheiros de que, em que pese toda essa crise que o Governo Lula está vivenciando, até por conta da crise, se exige uma nova postura do Partido Socialista Brasileiro, que faz parte da base do Governo Federal. Então, que ele seja mais propositivo, mais crítico, mais questionador em relação às questões que vêm sendo definidas pelo Governo, desde o campo econômico até o campo social. Temos que ressaltar que, apesar de tudo isso, como população negra do nosso País, obtivemos, sim, algumas conquistas, o que é importante resgatar, porque, inclusive, o Presidente Lula foi o único da nossa história que pediu desculpas aos nossos antepassados, ao povo negro, pelas dívidas que há em relação ao nosso povo, foi o único que colocou na agenda nacional a questão

racial e que também criou um organismo específico para elaborar e propor a política e promover a transversalidade em todas as áreas do Governo.

Com relação à conjuntura, especificamente à reforma política, é necessário rever o posicionamento do nosso Partido.

Hoje mesmo, pela manhã, o Deputado Alexandre Cardoso, que é o Relator da reforma, dizia exatamente o que mencionamos aqui: na verdade, a reforma é aquilo que foi possível, o que está sendo elaborado é o que foi possível. O PSB posicionou-se diversas vezes contrariamente às posições que nós já elencamos aqui, mas sempre há discussão e alguns acordos para se avançar nessa questão.

Foi ressaltado aqui que não apenas seja levado em consideração o recorte de gênero na elaboração da lista dos candidatos do partido, mas também o recorte racial. E um ponto que foi mencionado, mas não temos amadurecimento em torno dele, diz respeito à priorização dos detentores de mandato nessas listas. Foi apontado numa discussão mais aprofundada de São Paulo.

Ainda com relação à reforma política, o PSB deve adotar a posição de vanguarda, tentando criar um espaço de interlocução entre a Esquerda, para proporcionar uma discussão mais aprofundada, unificando a linguagem e o posicionamento em torno da reforma política.

Sabemos que a população negra é carente em termos de praticamente todo tipo e nível de política, mas, para não nos perdermos diante de tanta carência e prioridades, devemos elencar algumas delas, principalmente as que se referem à educação, à saúde e à participação na vida política, com enfoque especial à política de cotas que não é só destinada ao ensino, mas também à nossa ocupação dos espaços de poder, desde o município até a esfera federal. São linhas de discussão nas quais devemos pautar o nosso trabalho dentro do Partido.

Foi dito aqui que devemos ter um posicionamento mais explicitado – mais definido, na verdade – em relação a questões que já fazem parte da agenda nacional, como, por exemplo, o Estatuto da Igualdade Racial.

Sabemos que, internamente, o PSB não tem consenso em relação a isso. Já participei inclusive de reuniões da bancada, por duas vezes, para tratar dessa questão. A nossa bancada não tem um posicionamento, um entendimento, um consenso em relação a isso, os movimentos sociais do Partido, também. A própria Juventude tem um posicionamento contrário à política de cotas. Existe essa dificuldade de entendimento, apesar de já termos travado discussão com ela sobre isso. Não tivemos elementos de argumentação suficientes para vencer essa questão.

E foi dito também que os gestores públicos do Partido, seja no município ou no estado, aqueles que ocupam determinados espaços, devem implementar políticas também, criando inclusive um organismo que dê tratamento a políticas

de promoção da igualdade racial, a exemplo do que está sendo feito em Cuiabá e no Espírito Santo, a exemplo do que o companheiro está desenvolvendo em Fortaleza e tantos outros municípios que já estão mais avançados nessa discussão e na implementação dessas políticas.

Mencionou-se por último que, para promover maior unidade no nosso discurso, como militantes do Movimento Negro do nosso Partido, devemos citar sempre a negritude como elemento unificador de toda a militância de base, seja sindical, da juventude ou de mulheres, porque, de fato, não há como se esconder ou omitir esse elemento.

O companheiro Jorge abordou a necessidade de nos reportarmos à III Conferência Mundial contra o Racismo e as discriminações, xenofobia e outras intolerâncias correlatas, ocorrido em 2001, na África do Sul, porque todo plano que será fruto das conferências realizadas em nível municipal, estadual e federal, este ano, está muito pautado no que foi definido em Durban. Então que nós também tomemos conhecimento disso, porque servirá de orientação para a nossa atuação nos nossos municípios e estados.

O SR. JORGE (1º Secretário da Executiva da SNMNS) – Inclusive, Secretária, aproveitando a oportunidade, será organizada agora uma convenção chamada Santiago Mais Cinco, que terá como objetivo reavaliar o relatório de Durban, cinco anos após a conferência da África do Sul. Em Santiago, no Chile, a nossa latinidade vai discutir essa questão.

A SRª JACI PROENÇA (Secretária Nacional da SNMNS) – Será em dezembro?

O SR. JORGE (1º Secretário da Executiva da SNMNS) – Parece que será em setembro. A Conen está articulando isso.

A SRª JACI PROENÇA (Secretária Nacional da SNMNS) – Será em dezembro.

O SR. JORGE (1º Secretário da Executiva da SNMNS) – É bom nós nos articularmos para mandar representantes.

A SRª JACI PROENÇA (Secretária Nacional da SNMNS) – E, por último, a moção, que considero procedente, até porque atuamos diretamente na construção de todo um programa de governo, este que nós elegemos, e na SEPPIR, na elaboração dessas políticas. Realizamos conferências em que a nossa militância atuou, então devemos nos manifestar sobre isso.

Se há algumas situações ou questões que não estão bem neste Governo... Nesse aspecto, nós temos que ressaltar, reconhecer e valorizar que, pela primeira vez na história, temos políticas públicas voltadas para a nossa população.

O SR. – Ainda em relação a isso, todos nós vimos a pressão que houve

para acabar com as secretarias especiais. Houve uma pressão brutal dos setores da Direita, setores até esclarecidos, ideologicamente falando, contra a manutenção da SEPPIR, que continuou.

Essa, mais uma vez, é uma demonstração de que pelo menos o Presidente da República tem compromisso com a nossa causa. Pode ser que o mesmo não ocorra em outros setores do Governo, mas ele tem.

A SR^a JACI PROENÇA (Secretária Nacional da SNMNS) – Eu só gostaria de fazer uma consulta sobre se o que expus brevemente agora está correto, se há alguma questão que ficou de fora, porque depois a nossa relatora vai sistematizar tudo isso para apresentarmos ao nosso Congresso.

A SR^a VALNEIDE (Espírito Santo) – Presidente, peço autorização para ler a moção que nós mencionamos em relação a... (*ininteligível*), para saber se a platéia aprova o nosso texto, que o Devaldo Batista reproduziu ali.

O SR. JORGE (1º Secretário da Executiva da SNMNS) – Eu queria fazer uma sugestão ao plenário e à companheira Valneide, no sentido de dissecar a discussão em termos dessas prerrogativas, depois vamos analisar tanto a sua quanto a do companheiro, porque precisa de um acréscimo.

A SR^a JACI PROENÇA (Secretária Nacional da SNMNS) – É que nós teremos que fazer uma redação para a moção. E, depois, o companheiro... Ela é longa, companheiro?

O SR. – Não.

A SR^a JACI PROENÇA (Secretária Nacional da SNMNS) – Então ele abre, para tomarmos conhecimento, depois faremos as alterações se necessário for.

O SR. DEVALDO BATISTA – *Moção de Apoio à Aprovação do Estatuto da Igualdade Racial.*

Nós, do Movimento Negro Socialista, reunidos no II Congresso Nacional do Movimento Negro, definimos por aprovar apoio ao Estatuto da Igualdade Racial.

Entendemos que esse Estatuto, se aprovado, transformar-se-á num dos mais vigorosos instrumentos para a luta contra a desigualdade, inclusão e reinclusão do povo negro no seio da sociedade, bem como de todos os setores em que se encontram marginalizados, por falta de políticas que atinjam a todos com igualdade.

Nesse sentido, pedimos a todos o apoio para a aprovação do Estatuto.

A SR^a JACI PROENÇA (Secretária Nacional da SNMNS) – Nós já temos, mais ou menos, conhecimento do conteúdo. Depois vamos aprimorar a redação; vamos constituir uma comissão para fazer isso.

Se conseguimos captar mais ou menos a mensagem que cada

companheiro apresentou, passaremos depois para a relatoria sistematizar direitinho, conforme a apresentação.

Antes de encerrar os trabalhos, para participar da abertura do Congresso, quero informar que amanhã ocorrerá, aqui em Brasília, lá no Conic, uma reunião que está sendo organizada pela Conen para discutir “Zumbi Mais Dez”. E creio que haverá também uma discussão sobre “Santiago Mais Cinco”. Então haverá esses dois pontos de pauta amanhã, no Conic, durante todo o dia. O começo está previsto para as nove horas. Então vamos eleger uma representação para estar lá em nome da nossa Secretaria.

Quero combinar algo com os companheiros. Conforme havíamos deliberado antes da suspensão dos trabalhos, vamos interromper agora para participar da abertura do nosso Congresso, que já deve ter se iniciado, e amanhã vamos retomar às oito horas da manhã, aqui. Podemos combinar assim?

O SR. ALEXANDRE MELO (São Paulo) – Uma questão de ordem.

Com relação à pauta, o que falta apreciar é a reforma estatutária, o regimento e a eleição, certo?

Quanto à reforma estatutária, já houve o consenso de que não abrimos mão da vaga na Executiva. Então, na verdade, esse ponto de pauta já está deliberado. Portanto, o único ponto de pauta que vamos deliberar diz respeito ao regimento e à eleição, que faremos amanhã.

A SR^a JACI PROENÇA (Secretária Nacional da SNMNS) – E qualquer questão que seja acrescida sobre esse aspecto, eu ia propor que fizéssemos a junção desses dois pontos num único momento. Vamos apresentar a proposta, deliberar sobre isso, porque só foi comentado – nós não tomamos posicionamento – e já existe uma discussão dos movimentos em relação a isso, que tem que ser apresentada aqui. Depois partiremos para a outra questão.

O SR. – E, sobre a questão da vaga na Executiva, na realidade, a Comissão de Sistematização das propostas do Congresso extraordinário acolheu a contribuição do Movimento... O Movimento Sindical e do Movimento de Mulheres propuseram emendas à proposta de reforma estatutária. E a Comissão de Sistematização acolheu essas propostas de emenda, mantendo os órgãos na Executiva, conforme o art. 44, cuja redação passa prevê-los como órgãos de representação, e não órgãos de apoio, como era a reivindicação dos movimentos, também garante o assento de todos os movimentos na Executiva, em todos os níveis.

Particularmente, entendo que há não um problema, mas uma questão de redação, porque a proposta mantém os movimentos hoje presentes na Executiva, como Juventude, Sindical e Mulheres, acrescenta movimentos populares, movimento dos portadores de necessidades especiais e a coordenação de defesa

de interesse de raça e etnia.

Então, na realidade, a nossa luta agora é para que haja uma mudança na redação do texto, que não nos contempla.

A SR^a JACI PROENÇA (Secretária Nacional da SNMNS) – Faremos essa discussão amanhã, está certo? Já está no caderno de teses que está sendo entregue. Eles já tinham conhecimento da nossa posição contrária a isso, porque estive numa reunião aqui e havia me manifestado. Mas, de todo modo, isso foi fruto da discussão entre os movimentos, que, quando se reuniram, nós não estivemos. Mas eles já sabem da nossa posição contrária a isso.

(Fim da gravação)

V Congresso PSB

19 de agosto de 2005

V Congresso Nacional Sindical do PSB





‘O SR. JOILSON CARDOSO (Coordenador-Geral CMS Nacional) –

Bom dia companheiros e companheiras. Quero anunciar que já temos o *quorum* de nosso Congresso, que é de 20% dos delegados inscritos – são 72 delegados e delegadas – e já temos mais de 50% dos delegados aqui presentes. Ok?

Estamos apenas esperando resolver o problema da técnica para testarmos o Hino da Internacional Socialista; nesses tempos de tantas indefinições, eu acho que o Hino da Internacional Socialista representa muito para nós e para os outros, os indefinidos, os que não têm rumo nem caminho. Nós, os trabalhadores, as trabalhadoras da SSB temos caminho. Não é isso?

Então, vamos fazer só um teste para ver se funciona.

Gostaríamos de chamar os companheiros que vão compor a Mesa conosco, da CMS Nacional, companheiro Vicente, que é o Presidente do congresso; convidar também a Eugiane, trabalhadora rural do Rio Grande do Sul, representando as mulheres na Mesa, para que dentro de instantes iniciemos nosso congresso. Só mais cinco minutos.

Os companheiros que estão fora do Plenário, por favor, sindicalistas, que viessem para o Plenário 4 para darmos início ao nosso Congresso. Dentro de cinco minutos iremos iniciar a Abertura do V Congresso Nacional Sindical do PSB.

Companheiros, vocês receberam uma pasta contendo alguns documentos. O primeiro documento, que temos aí, é um livro da CMS Nacional, que é na verdade um memorial dos últimos dez anos de organização do nosso movimento; também receberam um jornal, que fala sobre a questão da PEC 369, que é objeto de discussão pelo nosso Congresso, e do Congresso Nacional do Partido, que versa sobre a reforma sindical; também receberam um documento, que é o Regimento do Congresso, que será votado após a abertura – gostaríamos já de pedir aos companheiros para darem uma lida, para verem se tem algum destaque a fazer para ganharmos tempo nessa questão burocrática; também distribuímos, em separado, uma cópia mais detalhada da programação, de como iremos fazer – estamos sugerindo a nossa programação.

Já chegou aqui a Bancada do Pará, queria pedir uma salva de palmas, aos companheiros que vieram de tão longe, de ônibus; está aqui o Assis, que é o nosso membro da CMS Nacional, com a Bancada do Estado do Pará.

Distribuímos, então, uma programação minuciosa, e vocês vão identificar que estamos querendo encerrar às dezessete. Se puder encerrar antes, melhor ainda, porque às dezessete horas teremos Missa de Sétimo Dia em memória do nosso comandante, companheiro Miguel Arraes de Alencar. Sairemos todos daqui para irmos à Catedral de Brasília, onde será realizada a missa, ainda hoje.

Lembrando também que às dezenove horas, de volta da missa, teremos a abertura do nosso X Congresso Nacional do PSB, e teremos também a abertura do Congresso Estatutário, que vai mudar nosso Estatuto.

Então, temos tarefas. Estamos fazendo um pedido aos companheiros e companheiras que fumam que é proibido fumar aqui dentro das instalações da Câmara, existe uma lei – vocês souberam, até ministro já foi retirado aqui da Câmara em função de estar fumando. Então, é terminantemente proibido o fumo dentro deste recinto.

Queria anunciar a presença da Delegação de Santa Catarina, representada pelo nosso Vereador Huck, aqui presente, nosso Vice-Presidente, o Kaleb está aqui. Sejam bem vindos companheiros.

Amazonas também está aqui presente.

Tocantins presente também.

Piauí já foi saudado. Sejam bem vindos. Vamos aplaudir porque sabemos da dificuldade e da determinação de estarem aqui.

A técnica também está nos solicitando, vocês têm aí na Mesa um microfone, e o companheiro que não tem microfone vai puxar na hora de falar, e tem um botão que acende a luz vermelha, que dá possibilidade do delegado ou delegada falar. E queremos que toda vez que o companheiro for se pronunciar, que fale o nome e o Estado, porque vamos gravar – e taquigrafar todas as falas aqui do nosso congresso. Então, pedimos aos companheiros e companheiras que, ao se pronunciar, falem o nome e o Estado. OK?

Gostaria de anunciar a presença da Delegação do Rio de Janeiro, que é a minha delegação.

Anunciar a Delegação do Rio Grande do Sul, aqui representada pelo Vicente, a Eugiane, aqui na Mesa, companheiro Mauri Hame, que é Presidente do Sindiágua, nossa liderança da CUT, o Deputado Heitor Shullz, que daqui a pouco vai ser convidado a participar da nossa Mesa.

Então, estamos bastante felizes de ter essa Delegação do Rio Grande do Sul e as demais delegações também.

Anunciar os companheiros de Minas Gerais – eles ainda não chegaram.

Os companheiros de São Paulo; anunciar a Bancada de São Paulo, pedindo uma salva de palmas; São Paulo é o primeiro congresso estadual sindical realizado, com o mérito dos companheiros; queríamos agradecer esse esforço dos sindicalistas lá de São Paulo em realizar o seu congresso, e de uma vez por todas a ASSB, a CMS se consolida nesse Estado tão importante do Sudeste,

que é São Paulo.

Queria anunciar a Bancada do Ceará, aqui representada pela nossa militância, e em especial nosso Vice-Prefeito de Fortaleza, o Veneranda, um negro, um batalhador das causas populares. Seja bem vinda a Delegação do Ceará.

Anunciar a presença, também, dos companheiros de Goiás, o companheiro Jocimar, aqui presente, da CMS Nacional.

Além dos delegados temos aqui a honra de ter vários companheiros representativos, não que todos aqui não sejam, porque todos aqui são representativos, mas gostaria de destacar alguns nomes: o nosso Deputado Estadual Heitor Shullz, do Rio Grande do Sul, companheiro da base dos rurais, e que honra o Partido Socialista Brasileiro naquela casa legislativa no Rio Grande do Sul, com suas propostas. Inclusive, um projeto muito importante, que faz parte de um dos pontos fundamentais da nossa tese socialista que é o aumento do salário dos trabalhadores, lá o Heitor está liderando uma campanha em favor do teto elevado do salário mínimo no Estado. Essa campanha é liderada pelo nosso Deputado, sindicalista do Rio Grande do Sul. Quero também anunciar Jaime da Rosa, Vereador de Esteio, Rio Grande do Sul, presente, metalúrgico; Moacir da Silva Cardoso, de Criciúma; Edson dos Santos Ramos, do Amazonas; o Geraldo de Souza, também do Amazonas; e Jorge Santos de Jesus, do Estado da Bahia.

Já temos, como falei, mais de 50% dos delegados, e apenas uma organização da Mesa para chamarmos as autoridades aqui para darmos início, fazer a abertura. Só mais um minuto.

Bem, companheiros, então vamos dar início à Abertura do V Congresso Nacional Sindical. Eu sou Joilson Cardoso, Secretário Nacional Sindical e Coordenador Geral da CMS Nacional.

Ontem nós fizemos uma reunião da CMS em que aprovamos todos os encaminhamentos burocráticos de nosso V Congresso, e elegemos para fazer parte da Mesa que irá dirigir os trabalhos do V CONSID, o companheiro Vicente, que irá presidir o Congresso e a companheira Eugiane, que irá secretariar. Em seguida, após a abertura, iremos eleger mais três sindicalistas que irão compor os cinco da Mesa que dirigirá os trabalhos do V CONSID. Então, neste momento, eu passo a palavra ao companheiro Vicente Selistre, que será o Presidente do V Congresso Nacional Sindical, dos sindicalistas do PSB.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Queria dar bom dia às companheiras e companheiros, trabalhadores, militantes, lutadores pela

transformação, pela revolução em prol da luta classista, da luta dos operários, dos trabalhadores rurais, do campo, da cidade desse nosso país. Queria saudar a todos os convidados, visitantes, observadores de outros movimentos que aqui estejam.

Meu nome é Vicente Paulo de Oliveira Selistre, sou do Sindicato dos Sapateiros de Campo Bom, e da Federação Democrática dos Sapateiros do Rio Grande do Sul. Para mim é uma honra, companheiros, poder contribuir, junto com certeza, com a elaboração, o encaminhamento, e a contribuição grande e rica de cada companheiro, cada companheira, que deslocou, todos, com certeza, de muito longe para vir aqui fazer o debate, importante não só do temário que nos orienta no congresso, baseado inclusive no nosso Congresso Geral do Partido, mas para fazer uma reflexão sobre a luta dos trabalhadores, fazer uma reflexão sobre a luta de Miguel Arraes; não só uma homenagem, mas uma reflexão sobre a sua mensagem, sobre seu exemplo, sobre sua trajetória socialista e popular neste país. Estamos aqui reunidos para isso. É um desafio, um debate importante que a classe trabalhadora brasileira, com certeza, exige e esperança do sindicalista do Partido Socialista, o partido que tem em seu estatuto, em sua base, em sua história, a construção da classe trabalhadora, de uma sociedade justa, de uma sociedade igualitária.

Então, saúdo a todos, com toda emoção, com toda vontade de fazermos um grande congresso, esse V Congresso, que já está aqui garantida a sua grandeza, o seu sucesso com a participação desses companheiros.

Companheiros, permitam-me um encaminhamento; fazer uma saudação a esse plenário, eu convidaria e pediria a saudação dos companheiros, aos companheiros que já estão na mesa, o companheiro Secretário Nacional, o companheiro Joilson Cardoso; no encaminhamento também queremos convidar a presença do nosso companheiro, Deputado Estadual do Rio Grande do Sul, do Partido Socialista Brasileiro, Heitor Shullz; também representando a luta dos eletricitários e daquele povo do Ceará, nosso grande companheiro da luta sindical, Vice-Prefeito de Fortaleza, companheiro Veneranda; representando também a luta da Central Única dos Trabalhadores, o companheiro Mauri Hame, Presidente do Sindiágua, Sindicato dos Trabalhadores do Saneamento do Rio Grande do Sul; também queria pedir aos companheiros, para serem saudados nessa abertura, os companheiros atuais da CMS, companheira Eugiane Assis, que já se encontra aqui, além deste companheiro que vos fala e o companheiro Joilson já presente, queria também convidar o companheiro João Luiz, da Região Sul, Sapateiro de Campo Bom; companheiro Jecimar, da luta aqui do Estado de Goiás; também o companheiro da luta municipal lá do Recife, Bismarck, da Região Nordeste; companheiro Celso Salmeira, da luta dos portuários do Rio de Janeiro; demais companheiros, Moises Mendes, que ainda não está, Ricardo

Nascimento e, por fim, também o companheiro do Tocantins, Almeida, que por um lapso, queremos registrar perante esse congresso, não consta desse livro, mas é o companheiro também Coordenador da Região Norte, da luta do Estado do Tocantins.

Queria encaminhar aqui as falas dos companheiros que estão para saudar esse congresso. E para que tenhamos a consciência e o sentimento em nosso coração, todo ele voltado para a reflexão sobre esse momento que vive o partido, queremos, a seguir, fazer uma homenagem, antes de ouvirmos a Internacional Socialista, uma homenagem singela, póstuma, mas verdadeira e emocionada, ao nosso Guerreiro do Povo Brasileiro, Miguel Arraes. E queríamos que, de pé, ficássemos um minuto de silêncio.

Arraes, Guerreiro do Povo Brasileiro; Arraes, Guerreiro do Povo Brasileiro; Arraes, Guerreiro do Povo Brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Então, penso que podemos agora ouvir o Hino da Internacional Socialista, com reflexão; convido os companheiros para de pé fazermos essa reflexão nas palavras, na letra dessa importante canção da luta socialista mundial.

“De pé, ó vítimas da fome!
De pé, famélicos da terra!
Da idéia a chama já consome,
A crosta bruta que a soterra.
Cortai o mal bem pelo fundo!
De pé, de pé, não mais senhores!
Se nada somos neste mundo,
Sejamos tudo, ó produtores!

Bem unidos façamos,
Nesta luta final,
De uma Terra sem amos
A Internacional!
Messias, Deus, chefes supremos,
Nada esperemos de nenhum!
Sejamos nós quem conquistemos

A Terra-Mãe livre e comum!
Para não ter protestos vãos,
Para sair deste antro estreito,
Façamos nós, por nossas mãos,
Tudo o que a nós diz respeito!

Bem unidos façamos,
Nesta luta final,
De uma Terra sem amos
A Internacional!

Crime de rico a lei o cobre,
O Estado esmaga o oprimido.
Não há direitos para o pobre,
Ao rico tudo é permitido.
À opressão não mais sujeitos!
Somos iguais todos os seres.
Não mais deveres sem direitos,
Não mais direitos sem deveres!

Bem unidos façamos,
Nesta luta final,
De uma Terra sem amos
A Internacional!

Abomináveis na grandeza,
Os reis da mina e da fornalha
Edificaram a riqueza
Sobre o suor de quem trabalha!
Todo o produto de quem sua

A corja rica o recolheu.
Querendo que ela o restituia,
O povo só quer o que é seu!

Bem unidos façamos,
Nesta luta final,
De uma Terra sem amos
A Internacional!

Fomos de fumo embriagados,
Paz entre nós, guerra aos senhores!
Façamos greve de soldados!
Somos irmãos, trabalhadores!
Se a raça vil, cheia de galas,
Nos quer à força canibais,
Logo verá que as nossas balas
São para os nossos generais!

Bem unidos façamos,
Nesta luta final,
De uma Terra sem amos
A Internacional!

Somos o povo dos ativos
Trabalhador forte e fecundo.
Pertence a Terra aos produtivos;
Ó parasita, deixa o mundo!
Ó parasita, que te nutres
Do nosso sangue a gotejar,
Se nos faltarem os abutres

Não deixa o sol de fulgurar!

Bem unidos façamos,

Nesta luta final!

Uma terra sem amos

A Internacional!”

Viva a classe operária brasileira! Viva!

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Companheiros, para saudar, em nome dessa Mesa, a todos aqui presentes, vamos convidar três companheiros para fazerem uso da palavra. Queremos que os companheiros se sintam saudados e referenciados por esses companheiros que são companheiros de importante luta no debate aqui em nosso País.

Primeiramente, para fazer a saudação a esse congresso, o companheiro Joilson Cardoso, da luta dos professores do Rio de Janeiro, Secretário Nacional do Movimento Sindical do Partido Socialista. O companheiro está com a palavra.

O SR. JOILSON CARDOSO – Bem, companheiras e companheiros, depois dessa emocionante abertura do V Congresso, no clima dessa emoção da abertura e dos acontecimentos por que passa hoje a nação brasileira, que gostaria de saudar a todos e a todas aqui presentes, apontando para a nossa responsabilidade enquanto classe trabalhadora. E dizer que essa conjuntura que está posta no nosso país hoje, primeiro frente a uma realidade internacional adversa, frente a um sistema capitalista, ao poder econômico, antes outrora grandes senhores da produção, hoje grandes senhores do sistema financeiro internacional, que oprime o nosso país, quero também assinalar para a crise que hoje se abate sobre os Poderes da República, tanto no Legislativo – estamos aqui nesta Casa e sabemos da crise de representatividade, e porque não dizer até de legitimidade dessa Casa legislativa brasileira –, como também do Poder Judiciário brasileiro envolvido nos escândalos que hoje a mídia coloca on-line, ao vivo, para todo país; e por que não falar também no Executivo, no Governo Lula, governo que surge do chão das fábricas de nosso país, e que hoje frustra a nação brasileira.

Então, fazer esse pronunciamento diante dessa realidade é mais uma vez apontar para os compromissos que temos como militantes socialistas, primeiro no sentido de condenarmos essa crise do sistema eleitoral brasileiro. Sabemos as dificuldades que são encontradas por qualquer militante do movimento sindical de qualquer parte desse país, de se efetivar, de ganhar uma eleição dentro das

regras atuais. Temos aqui um Vice-Prefeito de Capital e sabe do que estou falando, temos aqui um deputado que se não tivesse o lastro, a história que tem, não estariam exercendo os mandatos hoje. Portanto, condenar esse sistema político eleitoral brasileiro, dizer que ele é fraudulento, além de fraudulento é promovedor da corrupção no seio do Estado brasileiro, é uma obrigação de todos os sindicalistas do PSB nesse instante. Mas não vamos nos enganar e fazer aqui um discurso moralista, um discurso outrora feito pela UDN, que se dizia moralista, mas que no fundo era imoral porque sua tese era a tese capitalista dos que exploram os trabalhadores. Queremos apontar para uma crise maior. Essa é a crise da mídia, é a crise que tem que ser resolvida pelo povo brasileiro nas eleições de 2006, e que podemos dar resposta até antes de 2006, através da reforma política que hoje iremos debater nesse plenário, que iremos debater no plenário do Congresso Nacional do PSB. A maior crise que estamos vivendo em nosso país é o desencanto da população brasileira pela ausência de um projeto que contemple as demandas do Oiapoque ao Chuí, e coloque no centro das prioridades dessa nação o povo, os excluídos, os mais de trinta milhões que não comem nessa nação. Para esse projeto o Governo ainda não sinalizou soluções definitivas, e acreditamos que apontar para soluções definitivas passaria necessariamente por uma outra concepção de Estado, por uma outra formulação de política econômica para o nosso país. Portanto, nós, sindicalistas, estamos desafiados hoje, com a presença das autoridades que estão chegando aqui a esse recinto, dizer, nessa primeira saudação, de que a nossa tarefa é fazer a leitura sobre essa conjuntura e apostar que é possível sonhar com uma sociedade justa, com uma sociedade fraterna, em que a vida esteja acima do capital, em que a felicidade humana esteja acima dos interesses dos banqueiros, do capital especulativo dos grandes conglomerados que exploram os países do Terceiro Mundo, os países chamados pobres, e a nação brasileira, em especial.

Portanto, quero saudar a todos que estão aqui presentes, dizer do sucesso desse congresso, que hoje está aqui representado por doze Estados, já representados nessa plenária, e dizer da nossa alegria de estar convivendo com companheiros que talvez tenham viajado dois dias, de ônibus, mas que estão aqui trazendo a esperança para o nosso país, para o nosso movimento sindical e em especial para o nosso PSB. Quero saudá-los e abraçá-los fraternalmente neste momento de crise, neste momento emocionante da vida partidária, em que perdemos o principal comandante do nosso partido, o nosso comandante Miguel Arraes, mas que não perdemos os seus ideais, porque na verdade, a causa do nosso comandante Miguel Arraes, é a causa de todos os sindicalistas e de todos os militantes do PSB, que é a causa do povo brasileiro. É com essa saudação que abraço a todos aqui e convido para realizarmos o mais importante congresso, que é esse V Congresso Nacional Sindical do PSB. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Obrigado, companheiro Joilson.

Temos que registrar, e estender a nossa Mesa, com a presença dos companheiros da luta, da militância da Câmara Federal, quero saudar e registrar a presença do companheiro Beto Albuquerque, Deputado Federal do Rio Grande do Sul, companheiro Vice-Líder do Governo.

Vamos abrir a palavra, pois depois ainda temos a palavra do companheiro Shullz e do companheiro Veneranda, da Mesa de Abertura, abrir para esses companheiros que desejam saudar a todos. E também já saúdo a presença, registro, do companheiro Renato Casagrande, Deputado Federal do Espírito Santo, chegue até a Mesa, Líder da Bancada do Partido Socialista Brasileiro na Câmara Federal. Também o companheiro Ribamar Alves, Dr. Ribamar, da luta no Maranhão, Deputado Federal do nosso partido; Márcio França, Presidente do nosso PSB de São Paulo, ex-Prefeito; companheiros, este congresso os saúda e agradece as suas presenças.

Queremos convidar o companheiro Renato Casagrande, para que se faça presente aqui na Mesa, e também deixe a sua mensagem; e também os companheiros Beto e Ribamar. Estamos abrindo às suas visitas, para depois continuarmos com a Mesa de Abertura.

Com a palavra o Deputado Renato Casagrande.

O SR. DEPUTADO RENATO CASAGRANDE – Muito obrigado. Eu também quero fazer o registro do Márcio França, que é da Executiva Nacional que está ali presente, nosso Deputado Ribamar já está aqui sentado entre vocês, cumprimentar o Joilson, que é nosso Secretário, e cumprimentar a todos os membros da Mesa, lideranças sindicais, e todos vocês; Beto Albuquerque, está aqui lembrando, não sei se vocês já fizeram...

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Registro que fizemos a fala de Arraes, Guerreiro do Povo Brasileiro, um minuto de silêncio e o Hino da Internacional Socialista.

O SR. DEPUTADO RENATO CASAGRANDE – Muito bem, foi uma grande e bela homenagem ao nosso Líder, Dr. Miguel Arraes. Lembro o Dr. Miguel Arraes, no início da nossa fala, e nós, da Direção Nacional, resolvemos manter Joilson como nosso companheiro da Executiva, resolvemos manter o Congresso Nacional do Partido, dias após o falecimento do Dr. Miguel Arraes, porque nós achávamos também que era uma oportunidade de todos militantes do partido, pelo menos os representantes da nossa militância, poderem fazer uma grande homenagem ao Dr. Miguel Arraes. Algumas pessoas defenderam

que adiássemos o congresso, e a gente achou que não, era hora de vírmos para cá e partirmos para a unidade partidária, partirmos para uma lembrança, uma homenagem ao Dr. Miguel Arraes. Acho que no Congresso desse ano a todo momento o Dr. Arraes estará cada vez mais vivo e presente entre nós, nos orientando e guiando.

Dizer da alegria de ver esse plenário cheio. Dizer da alegria, como Secretário Geral do Partido, de ver esse plenário cheio. Temos muitos desafios pela frente na organização sindical. Nosso partido tem muito o que fazer, dando sustentação e ajudando a organizar o movimento sindical ligado ao PSB. Mas quando a gente vem a um congresso do movimento, nós observamos a pujança e o ânimo dos companheiros, ficamos cada vez mais animados, porque acho que é através do reconhecimento, da representação que vocês têm na sociedade é que vamos fortalecer o nosso partido. Nosso partido está avançando, vocês vão debater aqui hoje. Vamos discutir Estatuto amanhã. Nosso partido está avançando no reconhecimento da representação que os segmentos podem ter dentro do partido. Estamos reconhecendo isso estatutariamente, estamos reconhecendo e colocando no Estatuto, como órgãos não de apoio, mas como órgão de representação do partido; e cada segmento terá o Regimento discutido com o Diretório Nacional, envolvendo o partido, porque vocês são órgãos de representação partidária, se incorporam no mesmo corpo partidário, não são diferentes e nem movimento à parte do movimento partidário.

Nós fazemos um congresso, seja o de segmento, ou seja, o congresso nacional, num momento de tristeza com o falecimento do Dr. Arraes, mas num momento muito rico da política nacional, um momento de muito desafio da política nacional; o descrédito das pessoas na política, a negação à política, o desmoronamento de um partido hegemônico nacional, que é o PT, o que afeta isso na Esquerda brasileira e mundial, os caminhos que temos que trilhar para que possamos ser alternativa para a sociedade brasileira, e para isso temos que nos diferenciar e ter postura clara para que a sociedade possa compreender a necessidade de ter partido como o PSB, que tenha representatividade. Então, o momento é muito rico, dessa avaliação de conjuntura, da relação com o Governo federal e da organização nossa enquanto partido político e já começando a nos preparar para o projeto do ano que vem, que é também outro grande desafio, que é chegarmos aos 5% da cláusula de barreira, que já chegamos na eleição passada, mas que é uma tarefa que a legislação nos impõe de continuarmos a cada eleição vencendo esse desafio.

Então, quero agradecer a oportunidade e saudar todos os líderes, as lideranças sindicais aqui presentes, e dizer que a Direção Nacional está avançando na concepção e na sensibilização da importância da organização que vocês hoje

estão fazendo em nível nacional. Muito obrigado e um bom trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Muito obrigado ao companheiro Renato Casagrande, Líder da Bancada. Fica aqui à vontade a palavra ao companheiro Ribamar Alves, companheiro Beto Albuquerque. Se quiserem fazer a saudação...

Quero saudar a presença do companheiro Kaleb de Oliveira, Presidente do Partido Socialista Brasileiro do Estado do Rio Grande do Sul; também vi há pouco o companheiro Wainer Machado, Prefeito, lutador também da classe dos trabalhadores, Prefeito de Santana do Livramento no Rio Grande do Sul; também o companheiro, Deputado Pastor Francisco Olinto, aqui presente – obrigado pela sua visita.

Companheiro Beto, para sua saudação ao nosso V Congresso Sindical do Partido.

O SR. DEPUTADO BETO ALBUQUERQUE – Muito rapidamente, saudando o Vicente, o Joilson e todos os companheiros e companheiras, quero inicialmente desejar boas vindas a cada companheiro e companheira a esse Congresso Nacional do PSB e ao Congresso Nacional do nosso Movimento Sindical. A contribuição que os companheiros têm dado é muito importante na condução política da nossa Bancada, mas também no sentido de incidirmos sobre o Governo, do qual fazemos parte, mas obviamente mantemos a nossa autonomia, o nosso juízo crítico, de um partido que no primeiro turno da eleição presidencial teve candidatura própria, teve uma opinião econômica distinta da atual, ou seja, nosso projeto econômico tinha diferenças marcantes no primeiro turno, entretanto, não fomos vencedores e no segundo turno apoiamos o projeto do Presidente Lula. Portanto, temos independência obviamente de fazer essa análise, ainda estando no Governo, mas precisamos ter a humildade de saber que nós apoiamos um Governo que tinha outro projeto, que inclusive tem muitas distinções da nossa proposta original. E o movimento sindical, a representação sindical do Partido Socialista Brasileiro tem sido importante nas deliberações já firmadas pela Bancada do partido aqui na Câmara e ditas ao Governo. E aqui dentro nós temos a representação – eu conversava com o companheiro – das cinco centrais sindicais, e de forma muito importante, coerente, de forma muito coesas e uníssonas no mesmo sentido, mas o PSB é contra a reforma sindical no seu todo e vamos demarcar essa posição. E já dissemos esse pensamento ao Governo. Então, companheiros, meu caro Vice-Prefeito da nossa querida Fortaleza, nós estamos aqui para ouvir, aprender e juntos com os companheiros consolidar o PSB. O ano que vem é o ano de matar ou morrer, é o ano de vencer a cláusula de barreira, e, portanto, é fundamental

que o movimento sindical socialista do partido prepare muitas candidaturas, em todos os Estados, a Deputado Federal, como lá no Rio Grande o Vicente já está na luta para concorrer à Câmara Federal, ajudando a construirmos, como o Mauri que já disputou outras eleições, e tenho certeza prosseguirá, o Breik que está aqui também, disputou recentemente eleição à Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Nós precisamos de um exército de homens e mulheres do movimento sindical, das mulheres, da juventude, do movimento popular, integrando as chapas de deputado estadual, mas fundamentalmente de deputados federais, porque a passagem da cláusula de barreira é o grande desafio de consolidação definitiva desse partido, companheiros. O partido que não passar a cláusula de barreira o ano que vem, Pastor Olímpio, não retornará mais à chance de cruzá-la. E o partido que passar a cláusula de barreira, jamais deixará de estar acima dela, de ora em diante. Portanto, essa é a chance que temos de fazer o PSB ser o grande partido do campo da Esquerda, com luz própria, com visão própria, com compromisso popular, com compromisso com a democracia participativa. E acho que a tarefa está nas mãos de todos nós. Lutando pelos direitos do povo trabalhador, mas mirando o destino e a necessidade que o PSB tem de consolidar-se como força política. Somos um partido limpo, e devemos nos orgulhar disso. E estamos aqui na Câmara para contribuir no sentido de que a faxina seja feita, doa a quem doer vamos trabalhar para isso. Um abraço, bom congresso e muito obrigado pela oportunidade, companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Obrigado, companheiro Beto Albuquerque. Com a palavra agora o nosso companheiro, Deputado Federal do Maranhão, Dr. Ribamar Alves. Aqueles companheiros das lideranças estaduais, que deixem seus nomes que vamos continuar saudando a presença dos companheiros.

Companheiro Ribamar.

O SR. DEPUTADO RIBAMAR ALVES – Bom dia a todos e a todas. Quero saudar aqui o companheiro Vicente, o Joilson que já é um carioca maranhense, o nosso companheiro Veneranda, nordestino como eu, e dizer que, como Vice-Líder do PSB na Câmara dos Deputados Federais, tive a oportunidade de numa Mesa como essa, decidirmos, com a presença do nosso saudoso e eterno líder, ídolo e ícone que tenho na minha vida, Miguel Arraes. Eu presidia essa mesa em que foi decidido que o PSB fechava questão em não à reforma sindical. Saudar os sindicalistas, além de uma honra é uma obrigação, porque a minha eleição a Deputado Federal se deveu, sobremaneira, aos sindicalistas maranhenses, principalmente ao Sindicato de Trabalhadores Rurais, na pessoa da Fetaema, que é a Federação do Maranhão. Recentemente, realizamos o Congresso Estadual do Movimento Sindical na cidade de Bacabal, no médio Meari do Maranhão. Joilson se fazia presente, representando o

PSB Nacional, e lá foi tirada uma Carta de Bacabal, onde um dos itens era a indicação do meu nome para presidir o Partido no Estado representando o Movimento Sindical, e qual não foi nossa surpresa de, no Congresso Estadual, termos tomado não de assalto, mas tomado de uma forma democrática, pela luta, todo o plenário daquele congresso e não houve chapa que resistisse, e a capitulação dos adversários foi imediata, e se compuseram conosco, formando uma chapa de unidade no Partido Socialista no Maranhão, graças ao empenho, à luta, à bravura e à solidez com que o movimento sindical do Maranhão está embrenhado no PSB. Portanto, meus companheiros e companheiras, eu saúdo a todos vocês e desejo que esse congresso seja o mais profícuo possível e que nós consigamos sair daqui mais fortalecidos ainda, nas palavras do Renato Casagrande, nosso Líder, nas palavras do Beto Albuquerque, no Vice-Líder do Governo, representando o PSB no Governo Federal, eu encampo todas elas porque o momento é mais difícil, mas é das dificuldades que conseguimos, com certeza, sobrepassarmos e ultrapassarmos nossos limites, e o limite do PSB é o infinito. Portanto, no infinito está o nosso grande Líder Miguel Arraes, para nos orientar, nos olhar, nos abençoar e dizer: sigamos em frente, PSB, o Brasil vai melhorar, o movimento sindical será vencedor e com certeza a democracia vencerá. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Obrigado, companheiro Ribamar. Seguindo a nossa abertura, na seqüência temos para falar o companheiro, Heitor Shullz, Deputado Estadual do Rio Grande do Sul, ex-Presidente da Fetag, Federação dos Trabalhadores na Agricultura, grande lutador sindical lá do nosso Estado do Rio Grande. Companheiro Heitor.

O SR. DEPUTADO HEITOR SHULLZ – Quero cumprimentar com alegria, companheiro Vicente, Joilson, companheiros que estão aqui, juntamente com Eugiane, com essa tarefa de coordenar os trabalhos dessa plenária sindical; saudar também os companheiros, deputados federais, nossos prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, secretários municipais, dirigentes do Partido Socialista Brasileiro, aqui reunidos, do país inteiro; nossos companheiros e companheiras dirigentes do movimento sindical. Eu aprendi, nesses dezoito anos, de movimento sindical, que dirigente não gosta muito de sermão e nem de discurso. Portanto, quero ser muito breve, Presidente, dizendo que minha origem também é lá do campo, é lá da roça, trabalhador rural, sofrido, assim como os trabalhadores desse país sofrem com as desigualdades, as injustiças; e os dirigentes, muitas vezes, são perseguidos por defenderem justamente essa classe mais humilde, mais oprimida, mais sofrida, mas que a cada ano e a cada momento se renova nessa lua e consegue avançar. Eu quero dizer que para mim esses dezoito anos de movimento sindical foram muito prósperos no aprendizado,

na convivência e na compreensão dessa conjuntura toda para que possamos exercer o mandato numa Assembléia Legislativa, na defesa dos trabalhadores, na defesa daquilo que é o essencial, porque se é do couro que sai a correia é do salário que saiu a camisa, o pão, o leite, o pagamento da energia elétrica, da água e das outras coisas mais. Portanto, às vezes a gente tem essa oportunidade, Selistre, de pensar um povo, e aqui acho que é o momento. O que seria dos trabalhadores brasileiros sem os sindicatos? Onde estaríamos, teríamos o quê? Há um ditado que se diz lá nas colônias de que tem a quinta roda da carroça. Não existe isso. Talvez nessa posição estaríamos. Portanto, eu quero dizer aos companheiros e companheiras, que lá no Rio Grande temos empunhado com alegria e muita satisfação essa bandeira do movimento sindical, do Partido Socialista Brasileiro, e que se aqui foi dito, e com muita propriedade, de que Arraes foi, mas nós estamos aqui, e estamos aqui para levar adiante suas idéias, suas propostas, suas convicções, e se nós estamos aqui façamos a nossa parte, para que nossos filhos, nossos netos, nossos companheiros e companheiras, e o povo brasileiro não nos acuse no futuro de termos sido omissos nessa hora tão importante. Portanto, quero desejar a todos um bom congresso, e dizer uma frase que a gente escuta muito lá no Rio Grande ainda hoje, do nosso saudoso Teixeira, que dizia que a gente não dobra a esquina quando enxerga o perigo, porque dirigente sindical de raça, de luta e de fé não dobra a esquina quando precisa lutar e estar junto com os companheiros. Esse é o nosso propósito, esse é o nosso desejo. Viva o movimento sindical socialista do país, do Brasil, viva o PSB, e um grande congresso a todos. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Obrigado, companheiro, Deputado Heitor Shullz. Vou passar, agora, a palavra ao nosso companheiro, Deputado Federal de Pernambuco, Pastor Francisco Olimpio. Por favor, companheiro, à vontade para fazer a saudação ao nosso congresso.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO OLIMPIO – Vou quebrar o protocolo, antes da saudação, eu reuni um pensamento, alguma coisa que rabisquei e pensei que: nesse momento choram até as flores do campo, chora toda a natureza, choram até os animais, choram os velhos e choram os moços, chora menino e rapaz, choram os estudantes e professores, trabalhadores sindicais, o PSB está chorando com a morte do Dr. Arraes.

Quero cumprimentar a todos os companheiros e dizer que estamos em vigília aqui contra tudo que se levantar contra a reforma sindical. Iremos cumprir, em gênero, número e grau, a palavra, a filosofia, o conceito do nosso grande comandante, Dr. Miguel Arraes. É o momento de crise que estamos vivendo, mas que eu fui quase como confidente de Dr. Arraes, quando viajávamos, sempre nesse vôo da terça-feira para Brasília, e Dr. Arraes colocou a mão sobre meu

braço e disse: Olímpio, vou dizer uma coisa a você, meu filho. Eu sou natural do Rio Grande do Norte e nós começamos a falar no ex-Líder e Prefeito de Natal, Dijalma Maranhão; sou deputado por Pernambuco, e Pernambuco só tinha homem feio, e fui obrigado vir do Rio Grande do Norte para ser candidato para sair um deputado mais bonito. Ele disse: olhe, nunca na história do mundo, mormente na América Latina – e quero que anotem isso –, nunca vi a Direita juntar-se à Esquerda a não ser para tomar o poder. Ele disse: se prepare que vem coisa por aí, essa migração de pessoas, tudo chegando junto ao Governo Lula, eles querem cercar o direito livre e democrático do povo da Esquerda. Então, estamos de olhos abertos, olhando olho no olho, não estaremos aqui de cócoras diante deste governo; estamos ligados ao Governo até onde puder, até onde não se conflitar e não ferir com nosso idealismo e com nossa programática; estamos ainda olhando a diferença de PT e de governo, de PT e de Governo, e até aqui, na nossa visão, o Presidente Lula creio que não está enredado nesse mar de lama, mas se estiver estamos aqui para proclamar e gritar a nossa independência. Somos o PSB, somos um partido pequeno, mas somos um partido limpo e honrado, e procuraremos preservar o nome do PSB. Aqui fica o nosso abraço, a nossa congratulação a este congresso, e esperamos que os companheiros que estão se predispondo a saírem candidatos, que o façam na certeza de vencermos a cláusula de barreira. Hoje, no Estado, sou bem colocado, porque com a morte do Dr. Arraes, a provável investida na chapa majoritária do nosso companheiro Eduardo Campos, provavelmente sou o primeiro lugar do Estado porque sou votado em todos os municípios do nosso Estado de Pernambuco, mas sou contra essa lista pré-ordenada onde ficam caciques, determinando e obliterando a entrada das novas lideranças que vão surgindo, porque o líder não começa no palácio, o líder começa no deserto, o líder começa na luta estudantil, o líder começa na fábrica, o líder começa gritando o grito que o grande não quer gritar, e essa é a filosofia e o idealismo do nosso PSB. Então, não queremos e não aceitamos essa lista preordenada porque essa lista significa a continuação daqueles que o povo já tem rejeitado. Aqui fica o meu abraço e meus parabéns a esse congresso. Muito sucesso, e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Obrigado, companheiro Pastor Francisco Olímpio. De imediato passamos a palavra ao nosso companheiro na luta, Vice-Prefeito de Fortaleza, companheiro Veneranda.

O SR. VENERANDA (Vice-Prefeito de Fortaleza) – Queria saudar a todos os presentes neste congresso, que é importante fazermos uma reflexão sobre esse momento, mas também trazer um abraço fraterno do nosso companheiro Sérgio Novaes, que impossibilitado, está se recuperando de sua cirurgia, manda um abraço aqui para o Joilson, para o Vicente, e os demais

companheiros que estão aqui; e nossa Bancada está aí bem representada, do Ceará, para dizer o que queremos, como Estado, como sindicalistas. Agora, quero ressaltar aqui um instante, e lembrar. Eu sou pernambucano, estou hoje em Fortaleza, como Vice-Prefeito, fazendo o inverso que o nosso grande mestre fez, que escolheu Pernambuco para governar, para ser um político; e eu estou, como pernambucano, no Ceará, na terra de origem do nosso Miguel Arraes, tentando fazer e vincular sua história nesse momento que o Brasil precisa, e muito, de políticos que sejam capazes de não se venderem, de não modificarem um projeto político que foi ordenado no momento das eleições. E tenho certeza que, no movimento sindical, como muitos de vocês foram tentados a serem cooptados pelo PT, principalmente em 2002, e nós resistimos; resistimos, muitas vezes num sindicato em que a gente tinha só a nossa bandeira do PSB, e orgulhosos levantamos e dissemos não naquele instante, porque nós queremos estar num partido em que a gente tenha consciência política e dizer que o nosso dever, cumprido, é estar lá como sindicalista. E tem mais um outro orgulho, de dizer que sou um vice-prefeito negro, assumido, que tenho a condição de estar presente, neste momento, em que o nosso país passa por várias reflexões, e que também a nossa classe negra e os índios são relegados, a um momento que não é adequado para nós. Mas temos que estar alegres, porque o exemplo edificante de nosso Miguel Arraes está aí presente, no nosso dia-a-dia, forte, salutar para que a gente encha de esperança principalmente as nossas bases sindicais, porque a minha base de eletricitários no Ceará, temos a responsabilidade, mesmo hoje, como vice-prefeito, de estarmos juntos, com todos, nesse momento, e dizer que é importante não abandonar o barco, saber o rumo que o nosso timoneiro deixou, que é o rumo do socialismo, a liberdade, e a independência da classe trabalhadora, porque se o Lula estivesse junto conosco estaria junto de gente honesta, trabalhando para conseguir mudar esse país. Mas se juntando a banqueiro, se juntando a empresário, só vai ter isso, Mensalão e outras coisas mais, mas queremos ter a certeza que esse congresso dará a tônica que nós queremos para o movimento sindical nos próximos anos. Um bom congresso, e felicidades a todos, e parabéns por essas delegações que estão aí, desde o Maranhão até o Rio Grande do Sul, que viajaram e estão aqui presentes para dizerem o que querem do PSB para o movimento sindical. Obrigado ao Vicente, a Joilson, e um bom congresso.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Obrigado, companheiro Veneranda. Antes de desfazermos a Mesa de Abertura, vamos passar ao companheiro Joilson, e aproveitando aqui a presença importante do nosso Vice-Prefeito Veneranda, uma homenagem à luta da consciência negra, nas palavras do companheiro Joilson.

O SR. JOILSON CARDOSO – Na verdade, no livro a gente faz duas afirmações muito importantes. Uma é que não haverá a emancipação da classe trabalhadora sem a concomitante emancipação das companheiras mulheres. Isso é uma determinação da segunda Internacional Socialista, no meio do Século XIX e que até hoje nos guia nesse propósito. E mais que isso, relembro a luta dos trabalhadores e das trabalhadoras do nosso país, é lembrar a luta dos negros. Então, queria aqui recitar uma cantiga popular, que está no livro na página 51. Diz assim: professora, que história é essa, essa tal de abolição; de que foi uma princesa boazinha, que acabou com a escravidão; eu estou cansado de conversa, estou cansado de ilusão. Abolição se fez com sangue, que inundou esse país; o negro transformou em luta, cansado de ser infeliz. Abolição se fez bem antes, e há de se fazer agora, é realidade da favela contra mentira da escola. Professora, chegou a hora de acabar com essa maldade, de ensinar para nossos filhos o quanto custa a liberdade. Viva Zumbi, o líder negro, que se fez herói lá em Palmares. Viva a cultura deste povo, e a liberdade verdadeira; já se ouvia nos quilombos, negro joga capoeira, camará. Viva Zumbi, e viva a luta de todos os negros.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Obrigado, companheiro Joilson. Temos também, por proposta do companheiro Joilson, e a gente acata, uma saudação do companheiro Mauri Hame, membro da Direção do Conselho Nacional na CUT, para fazer sua saudação a esse congresso.

O SR. MAURI HAME – Bom dia a todos os companheiros socialistas, do Partido Socialista. Nós, como membro da Direção Nacional da CUT, graças a Deus, até os companheiros de Manaus, naquela ocasião até abriram a vaga, a bem dizer, porque a CUT é formada por ramos, e não tinha mais espaço para nossa corrente participar, e aí o companheiro de Manaus, do Partido Socialista abriu a mão para nós, companheiro Agostinho, parece que até não está mais conosco. Então, a CUT só deu esse espaço para nós e não deu mais nada. A CUT tem organizações governamentais, tem escola da Cut, tem não sei o que e tal. O PSB não participou de indicação de mais ninguém. Eles têm cargo no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e todos os outros órgãos dos Ministérios que são indicados trabalhadores, nós trabalhadores do Partido Socialista Brasileiro... Então, acho que temos que nos organizar, ir para o congresso da CUT e pegar o espaço. Queremos espaço no sistema de direção, e não simplesmente espaço só para ajudar a eleger o grupo majoritário. E a nossa CUT é o mesmo grupo desse pessoal do Campo Majoritário do PT, as mesmas práticas que fazem os companheiros, a maioria tentando comprar os companheiros para levar para o grupo deles, e não simplesmente pensar em trabalhador e pensar o que os trabalhadores precisam. Meu muito obrigado, e um bom congresso; com

certeza, para os trabalhadores do Partido Socialista, agora chegou a nossa vez. Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Obrigado, companheiro Mauri. Agradecendo a presença aqui na Mesa, do Mauri, do companheiro Heitor Shullz, do nosso Vice-Prefeito Veneranda, que já vi sinais lá dos colegas que ele está com o tempo esgotado, mas permaneceu aqui. Quero agradecer muito. E também aos coordenadores regionais e da CMS aqui presentes. Agora suspendemos por dois minutos. Está se desfazendo a Mesa de Abertura e logo já iniciaremos o debate do nosso Congresso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Bem, companheiros, vamos reabrir os trabalhos, até tendo em vista, como dizem agora no popular, que o tempo ruge. Queria pedir aos companheiros que permanecessem em seus lugares, temos até domingo o debate com as lideranças. Temos bastante pauta. Conforme o horário, já estamos às onze e meia, praticamente. Então, estamos com o tempo bastante atrasado.

Retomando os trabalhos, companheiros, queria que retirassem de suas pastas, deixassem à mão a proposta de Regimento do nosso V CONSIND. Próximo ponto do nosso encontro, é exatamente esse, Eleição dos Três Membros da Mesa. Temos este Presidente que vos fala, uma Secretária eleita, e temos que eleger mais uma Secretária e dois Relatores. Queríamos pedir aos companheiros, então, que estivessem de posse do Regimento Interno, que já vamos fazer o debate e aprovação.

Queria pedir aos companheiros que tomem seus assentos e vamos continuar. Vamos fazer a eleição dos três membros da Mesa, logo depois o Regimento vai ser lido e aí os destaques serão anotados pela Mesa. Primeiro, elegemos os membros da Mesa.

Temos uma proposta da CMS Nacional, companheiros, para compor a Mesa, conforme nosso Regimento Interno, Presidente e uma das Secretárias já estão anunciados, e foi eleito na reunião da Coordenação. Temos então, mais um Secretário ou Secretária e dois Relatores. A proposta que temos, aqui, companheiros, de chapa para compor essa Mesa, companheiro Joilson Cardoso, também na Secretária dos trabalhos, Professor, do Rio de Janeiro; companheiro Bismarck Saraiva, companheiro da luta dos municípiários de Pernambuco, que estava aqui há pouco e já é membro da Coordenação, e companheiro Anselmo Piovesan, dos Trabalhadores Rurais da luta lá no Rio Grande do Sul, que também, como Relator, e o companheiro Bismarck, como sub-relator. Até localizo aqui, e peço ao companheiro Bismarck e Anselmo que se façam presentes aqui, até para que possam ser conhecidos, e já vamos, então, submeter à votação. Temos

Pernambuco, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro; companheiro Anselmo está ali ao lado. Consulto ao Plenário se há alguma outra indicação.

Temos essa chapa dos companheiros. Penso que teria que se apresentar. Saúdo companheiro de São Paulo, que fez seu primeiro congresso e está presente. A Mesa então tem mais dois relatores e secretário. Companheiro, submeto se há alguma moção em contrário ou outros três companheiros que sejam colocados como alternativa, como outro complemento de Mesa. Temos esses companheiros, conforme nosso Regimento.

O companheiro fez um sinal lá atrás. Retira? Está beleza?

Companheiro Joilson, Bismarck e Anselmo. Votação à votação. Os companheiros que aprovam esses dois relatores, Anselmo, Bismarck e o Secretário Joilson, se manifestem erguendo o crachá. Obrigado, companheiros. Podem abaixar.

Companheiros que são contrários a esta formação de Mesa. Companheiros que desejam abster-se.

Aprovada por unanimidade a Mesa Coordenadora dos Trabalhos do nosso V Congresso Sindical de nosso Partido.

Convido o companheiro Anselmo Piovesan para se dirigir até a Mesa para fazer parte dos trabalhos na Relatoria do nosso V Congresso.

Segue, agora, então, nossa programação, com o debate e aprovação do Regimento.

Vou pedir ao companheiro Joilson que possa fazer a leitura da proposta de Regimento, e daí os destaques seriam dirigidos à Mesa, conforme o artigo.

O SR. JOILSON CARDOSO – Gostaria de solicitar, Presidente, que o Relator anotasse o nome dos delegados e das delegadas que forem fazendo destaque e depois da leitura voltamos aos destaques, para agilizarmos nossos trabalhos. OK?

Regimento do V Congresso Nacional Sindical. V CONSIND.

Da realização, data, local e programa.

Artigo 1º - O V CONSIND será realizado no dia 19 de agosto de 2005, em Brasília, DF, na Câmara dos Deputados, e terá a seguinte programação.

Sobre a programação foi entregue um documento à parte, em que anuncia a programação de forma minuciosa. Não sei se os companheiros estão identificando? Não é o folder, é uma nova programação que refizemos. Esse folder é mais para os companheiros guardarem de lembrança e saberem o que aconteceu no nosso congresso, em função da homenagem que temos ao nosso comandante Miguel Arraes.

- Igor, por favor, queria que trouxesse aqui para a Secretaria a

programação. Então, após chegar a programação, eu volto à programação, para ver se a gente aprova. Vou para o artigo seguinte.

Dos objetivos e temário.

Artigo 2º - São objetivos do V CONSIND Nacional Sindical do PSB:

a) deliberar sobre a organização do movimento sindical e a CMS; -
destaques? Não.

b) aprovar teses dos sindicalistas do PSB – alguém tem destaque? Não.

c) debater o temário do X Congresso Nacional do PSB e do Congresso Extraordinário – alguém tem destaque? Não.

d) eleger a CMS Nacional – alguém tem destaque? Não.

e) eleger três sindicalistas ao Diretório Nacional, sendo dois membros titulares e um suplente, dos quais um será o Secretário Nacional Sindical da Executiva Nacional do PSB – alguém tem destaque? Não.

Artigo 3º - o V CONSIND terá o seguinte temário:

a) o sindicalismo, a conjuntura, a reforma sindical e política – alguém tem destaque? Não.

b) políticas de inserção do movimento sindical do PSB.

A medida em que for lendo os pontos, se tiverem destaque, companheiro fala ao microfone, por favor, para eu não ficar perguntando toda linha.

c) organização da CMS e a SSB.

Dos participantes.

Artigo 4º - Participam do V CONSIND, com direito a voz e voto, os delegados e delegadas eleitos e eleitas, nos respectivos congressos estaduais sindicais, em número de cinco, e um delegado ou delegada para os Estados que não realizarem congresso, conforme relação aprovada pela Plenária da CMS Nacional, encaminhada à Mesa Diretora do Congresso para credenciamento, como também os delegados natos, e finalmente, sem direito a voto, todos os filiados do PSB, devidamente credenciados.

Quero informar que a CMS Nacional, ontem reunida, aprovou os Estados – está aqui a pasta que comprova, com todos os congressos, todas as atas comprovando as delegações, que inclusive faz parte da Mesa Diretora que está lá no credenciamento.

Da inscrição de Chapa e eleição da CMS Nacional

Artigo 5º - A escolha dos membros da CMS dar-se-á em votação por chapas, separadas, e somente poderá ser eleito o sindicalista ou a sindicalista

credenciado ou credenciada e presente ao Congresso.

Artigo 6º - As inscrições de chapas para a CMS Nacional serão realizadas perante a Mesa Diretora do V CONSIND, até as quinze horas do dia 19.08.2005.

Parágrafo primeiro – Somente poderão ser aceitas as inscrições de chapas completas.

Parágrafo segundo – Os sindicalistas candidatos somente poderão compor uma única chapa, quando terão que assinar o expresso consentimento, formulário oficial de autorização de inscrição de chapa, produzido e distribuído pela Mesa Diretora do Congresso Sindical.

Compreende-se como expresso consentimento também os companheiros que assinarem a chapa com seu nome ao lado. Não só através do formulário oficial.

Artigo 7º - Havendo mais de uma chapa inscrita, a votação se dará por cédulas, que deverá conter o número das chapas pela ordem de inscrição.

Parágrafo único – Havendo apenas uma única chapa inscrita a eleição será por aclamação.

Artigo 8º - A Mesa Diretora do V CONSIND dirigirá o processo eleitoral, podendo as chapas inscritas indicarem um fiscal, cada.

Artigo 9º - Eventuais impugnações serão decididas pela Mesa Diretora do Congresso Nacional Sindical, cabendo recurso à Plenária do respectivo congresso.

Artigo 10º - A Mesa Diretora do V CONSIND poderá indeferir pedido de credenciamento que não esteja de acordo com as normas regimentais e estatutárias.

Artigo 11 – Os casos omissos serão decididos pela Mesa Diretora do V CONSIND, cabendo recurso à plenária do V CONSIND, do respectivo congresso.

Das disposições finais.

Artigo 12 – As intervenções dos delegados e das delegadas, nas discussões do temário e das propostas, serão realizadas pela ordem de inscrição à Mesa Diretora do Congresso, e terá um tempo de falação de três minutos para cada inscrito.

Só um momento. Igor, eu queria a nova programação, por favor.

Artigo 12 – Parágrafo único – As inscrições serão por ponto do temário e se encerrarão ao término da fala do segundo orador inscrito.

Não tem o artigo 13. Ele foi suprimido de propósito.

Artigo 14 – A ata do V CONSIND será lavrada após a proclamação dos resultados da eleição, dando como empossados os eleitos ou as eleitas.

Artigo 15 – As teses e resoluções do V CONSIND serão publicadas e divulgadas para o partido.

Inclusive as moções e resoluções que saírem daqui poderão ser objeto de discussão amanhã, no Congresso de Reforma Estatutária, e depois de amanhã no X Congresso do PSB. Subentende-se como publicadas, também defendidas pelos representantes eleitos na plenária do Partido. Certo?

Artigo 16 – Este Regimento entra em vigor a partir de sua aprovação pela Plenária do Congresso Nacional Sindical. Brasília, 19 de agosto de 2005. Pela CMS Nacional, Joilson Cardoso.

O SR. – Joilson, estou pedindo que seja feita uma ratificação, porque só tem 15 itens e não 16.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Eu encaminho, a Mesa Diretora consulta o companheiro, tornando o artigo 14, em 13, o 15 em 14, e o 16 em 15. Não é isso?

O SR. JOILSON CARDOSO – Vamos à programação. Tem um documento aí, que foi entregue aos senhores e senhoras, que fala da programação. O V Congresso será realizado... Dos objetivos, já foi aprovado. O V CONSIND terá o seguinte temário, já foi aprovado. Programação. Oito horas da manhã: início do credenciamento das delegações – já foi prejudicado, já foi realizado; nove horas: composição da Mesa e abertura – já foi também realizado; nove e trinta: aprovação do Regimento – está sendo concluído; dez horas, como agora são onze e quarenta e cinco, após aprovação do Regimento, debate sobre a reforma sindical e política na seguinte ordem: Reforma Sindical, tem uma tese do Rio Grande do Sul, que o companheiro Vicente Selistre vai apresentar; tem uma tese de Campinas – o companheiro tem que se credenciar à Mesa, quem vai defender; tem uma tese de Pernambuco – está indicada Dulcilene Moraes para defender, se não os companheiros substituem; tese da CMS Nacional, Joilson Cardoso.

Então, os defensores de teses, estamos propondo que eles tenham cinco minutos para defesa, cada um, para em seguida a gente abrir a plenária, por três minutos, para cada um. Na verdade daria vinte minutos de exposição, e em seguida abre-se o debate.

Alguém tem destaque à essa matéria? Está de bom tamanho essa forma?

Reforma política. Após a discussão da sindical, vem a política. Tese de Pernambuco, o companheiro Bismarck, cinco minutos; tese de Campinas, os companheiros têm que indicar alguém; tese da CMS Nacional, Joilson Cardoso.

Cinco minutos para cada um, quinze minutos no total. Em seguida, abre-se a plenária, três minutos para cada delegado ou delegada.

Às doze horas, estamos propondo intervalo para o almoço. Treze horas intervalo para o almoço. Treze, ao invés de doze, estou propondo já uma emenda que seja às treze, pelo andar da hora.

Presidente, estou já abrindo a matéria, porque é uma emenda da mesa.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Vamos recolher os destaques ao final.

O SR. JOILSON CARDOSO – Então, está destacado esse ponto. Está destacado esse ponto, você fala em seguida. Já há uma proposta da mesa, de treze horas.

Reforma do Estatuto do PSB ficaria para as treze e cinquenta. Temos cinquenta minutos para almoçar, porque na verdade vamos almoçar aqui no Restaurante da Câmara, financiado pelo PSB. Cada companheiro e companheira ganhará um tíquete para o almoço. Iremos almoçar aqui e voltaremos, com disciplina, em cinquenta minutos. Estou propondo a volta para as treze e cinquenta, para começarmos, no máximo, até as quatorze. OK?

Tem destaque para essa matéria? Já está destacada.

g) às quinze horas, findo o prazo das chapas, às dezesesseis horas eleição e apuração da CMS: às dezesesseis e trinta – outra emenda -, encerramento do V CONSIND.

A Missa será às dezessete horas. Então, nossa proposta é que a gente tente fechar até dezesesseis e trinta e que todos vão daqui direto para a Missa. É uma missa em memória do nosso Comandante. Vamos abrir, então, aos destaques?

O SR. – Não é destaque, é esclarecimento que eu gostaria que você desse. No jornal está dizendo que é às dezenove horas a missa. Inclusive estou com o jornal aqui.

O SR. JOILSON CARDOSO – Nós tivemos uma informação que a missa seria às dezessete. Dezenove é a abertura do Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Está certo? Resolvido? Estamos querendo encaminhar. Consulto a relatoria sobre os destaques que acabaram restando. Alguns foram resolvidos no decorrer da exposição. Qual é o destaque que restou. Consulto.

O SR. – Sr. Presidente, eu queria que, se possível arredondasse para uma hora o almoço. Cinquenta minutos ficam...

O SR. JOILSON CARDOSO – Estamos pedindo que os companheiros que usarem da palavra, com licença, Sr. Presidente, identifique seu nome, o Estado, e faça o destaque pelo microfone, pois está sendo gravado e vai ser taquigrafado.

O SR. MARCOS ALMEIDA (Tocantins) – Eu gostaria que arredondassem, ao invés de cinquenta minutos, seria um hora, por favor.

O SR. JOILSON CARDOSO – A Mesa retira a proposta de treze e cinquenta.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Resolvendo o destaque do companheiro Almeida. Então, o almoço entre treze e quatorze horas.

O SR. MAURO (Rio de Janeiro) – Eu proporia que a gente parasse, de imediato, para almoçar, e emendaríamos o trabalho, pois acredito que renderia muito mais. Se vamos parar, vamos nos dispersar, com certeza. Acho que seria melhor a gente parar agora, já que não começamos os trabalhos, e começar na volta do almoço.

O SR. MARCOS CESAR (Minas Gerais) – Eu gostaria de pedir permissão à Mesa para distribuir um material. Vou tentar ser rápido e tentar não atrapalhar o andamento dos trabalhos. É um material que foi feito por Minas Gerais, contra a PEC 369. Vou passar para cada um dos companheiros para terem consciência do pensamento de Minas Gerais com respeito a essa proposta do Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – A Mesa já encaminha. Companheiro do Ceará?

O SR. JOACIR LEITE (Ceará) – A minha proposta está um pouco prejudicada em relação a essa proposta de parar agora. A minha idéia era, como o tempo está muito limitado, que fosse limitado um tempo também para o debate, de modo a assegurarmos o cumprimento. Temos 35 minutos de apresentações, e fixaríamos mais talvez dez ou quinze.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Muito bem, companheiro. Encerrando. Por favor, nome.

O SR. ELI SERENA (Amazonas) – Eu acho que a proposta do companheiro tem fundamento. Agora, resta saber se as condições do restaurante já nos permitem sair para o almoço. Se permitir isso, eu acho ideal porque tocaríamos a discussão direta sem intervalo e teria um resultado muito mais produtivo.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Companheiros, nós temos uma preocupação, queria encaminhar e consulto os companheiros

da Mesa para conversarem. Eu tenho a preocupação para a dispersão, como o próprio companheiro nos alertou, nesse momento, já que podíamos entrar no debate, com esse bom plenário que temos aqui, e ver a questão da reforma política e sindical. O debate da tarde é o debate da reforma estatutária. Eu não vejo uma dificuldade em separarmos os dois debates, porque eles são distantes, até na questão temática, na questão de profundidade. Eu fico preocupado, também, com a questão do restaurante, realmente, de chegarmos lá. Bem como, se empurrarmos até as treze horas, como está proposto, talvez a condição do restaurante não mude muito, porque se já há companheiros tendo a mesma idéia, vamos ter a mesma dificuldade. Treze horas talvez a gente tenha um encaminhamento melhor, porque estamos com um bom plenário, e é um debate importante, é um debate do movimento sindical. Então, queria consultar o plenário sobre essas duas visões. Consulto a Mesa se é por aí.

O SR. JOILSON CARDOSO – Eu acho que a gente nem tanto ao mar nem tanto à terra, acho que poderíamos, como na verdade, no primeiro tema iremos gastar vinte minutos, poderíamos expor o debate do primeiro tema em vinte minutos, enquanto o companheiro Igor está operacionalizando os tíquetes para o almoço. Chegando a tempo, a gente conclui a exposição, e, quando voltar, os companheiros já começam com o debate. Acho que a gente ganha tempo; se parar agora, vamos correr o risco de encrascar a coisa na questão dos tíquetes e aí não conseguir chegar até o restaurante. OK? Acho que é uma proposta que acopla a visão do Mauro, do Rio de Janeiro, e também a preocupação do Vicente, em fazer já o debate. E ganhamos tempo. Essa é minha proposta. Queria perguntar ao Mauro, se ele concorda.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Encaminhando, queria consultar o companheiro. Ele concordando, que era a mais divergente, tendo em vista que queríamos colocar o debate, e o companheiro alerta para a oportunidade, quem sabe vencemos, acho que podemos vencer a exposição das teses. Pediria ao companheiro Joilson para chegar mais para cá, ou coordenar daí para eu falar cinco minutos sobre a primeira tese, que está colocada. Antes disso, vamos colocar em aprovação o Regimento Interno.

Mais algum destaque que não tenha sido feito, o horário foi encaminhado dessa forma. Peço atenção aos companheiros. Então, em regime de votação. Os companheiros que aprovam o Regimento Interno, com as emendas e retificações feitas por este plenário, se manifestem erguendo os crachás. Muito obrigado, companheiros, podem baixar. Os companheiros que são contrários ao Regimento Interno exposto e debatido. Companheiros que desejam abster-se. Muito obrigado, companheiros. Está aprovado, por unanimidade o nosso Regimento Interno, para o V Congresso Sindical.

Até pediria, não sei se o companheiro de Campinas já está inscrito, que deixasse; o companheiro de Pernambuco e o companheiro Joilson Cardoso.

Então, peço licença para fazer daqui, já que não temos uma tribuna, tendo em vista que uma sala de comissões é assim mesmo, temos que falar aos microfones, e precisamos de alto-falantes.

O SR. JOILSON CARDOSO – Tenho uma questão até de ordem. Na verdade, a gente fala nos congressos e aparece só a Mesa, e estamos olhando daqui, como está bonita essa plenária. Como vocês são bonitos e bonitas, não é verdade? Então, estou propondo que a gente reservasse aquele microfone da ponta, onde estão os companheiros de São Paulo, deixasse uma cadeira vazia para que todo companheiro que fosse usar a Tribuna, mesmo os da Mesa, usasse dali, porque se chegar alguma imprensa, fotografo, vai tirar a foto exatamente do nosso plenário bonito. Estou sugerindo isso, Vicente, para que a gente não monopolize as fotos pela Mesa, pois tivemos grandes dificuldades de produzir o nosso livro e conseguir imagem de todos os sindicalistas; só aparecia a direção do movimento sindical. Para mudarmos essa prática, estou propondo que ali vire Tribuna para todos os oradores.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Consultaria os companheiros que já estão meio perto do microfone, se estão preparados para começar a tese. Campinas... Está sendo distribuída a do Rio Grande do Sul.

Então, nosso companheiro Marionaldo Maciel, Delegado de São Paulo. No debate da reforma sindical eu consulto o companheiro Marionaldo se ele já pode iniciar os seus cinco minutos. Logo após. Então, tudo bem.

Então, peço ao Joilson que continue a coordenação da Mesa, pois vou me deslocar até ali, conforme proposto.

O SR. JOILSON CARDOSO – Estou declinando ao companheiro Bismarck, porque vou fazer um entrevista para o partido, agora.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – OK. Companheiro Bismarck, na Presidência dos trabalhos.

O SR. BISMARCK – Vicente, em pé mesmo. Melhor vir para a Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Pode ser companheiros, acho melhor lá.

A gente que gosta de subir no caminhão, na porta de fábrica, ficar naquele lugar ali, ficaria bem difícil mesmo. Está liberado, Presidente? Marque os cinco minutos para a gente seguir o Regimento.

Companheiros, nós distribuímos, e estamos fazendo um debate e tem

até um jornal do PSB de Campo Bom, que fala sobre a livre organização dos trabalhadores, e sobre um debate que não tem consenso no movimento sindical, e tenho certeza que dificilmente tem consenso mesmo no nosso plenário, no nosso partido, sobre a questão do custeio dos sindicatos.

Essa tese que trazemos e fazemos uma defesa muito antiga, é para trazer uma reflexão, uma contribuição a esse debate. A não ser que tenhamos todo consenso, todo debate esgotado, podemos torná-la, no futuro, uma tese, mas não é a pretensão do coletivo sindical de Campo Bom aqui. Mas quero alertar para algumas coisas sobre o custeio dos sindicatos, que essa tese contempla. Por isso, companheiros, quem tiver condições de acompanhar, estamos distribuindo ali, porque em cinco minutos não tenho como discorrer de forma detalhada, minuciosa, mas ela se baseia num princípio que merece uma introdução.

Temos hoje quatro contribuições que os trabalhadores são provocados ou vêm os descontos em seus envelopes: é a contribuição sindical, essa que está no chamado imposto sindical, a contribuição associativa, que chamamos de mensalidade sindical, e a contribuição confederativa, que o artigo 8º, inciso IV da nova Constituição de 1988, contemplou, discutido em assembléia, descontado em folha. Ai já vem a reflexão: não é muito? Nossa reflexão em Campo Bom, com o tempo, foi a seguinte. Entendemos que temos que caminhar, mesmo que tenhamos período de transição para apenas duas, no máximo duas. O ideal era aquela que por excelência, que é associação, é aquele ato espontâneo, consciente, político do trabalhador que procura a sede de seu sindicato e diz: quero me sindicalizar, quero me filiar ao sindicato. Essa é, por excelência, a que nós sempre temos que perseguir em primeiro lugar, é a contribuição associativa, a contribuição do sindicalizado, que é a mensalidade. Então, essa defendemos porque essa temos que buscar a todo momento, na greve, no evento do sindicato, na luta que fez lá no dissídio coletivo, quando chegou na assembléia: companheiro, vamos filiar, porque o sindicato é importante. Essa é, por excelência, a contribuição a ser mantida, para manter nosso sindicato.

A segunda questão, companheiros, a contribuição de classe, como eu tenho chamado, ou contribuição de categoria, diferente da confederativa, e diferente da assistencial, e muito mais diferente ainda do imposto sindical. A contribuição de classe está baseada num argumento que ninguém pode refutar, que é o argumento de que quando se faz um debate, um dissídio coletivo, não se faz apenas para o sindicalizado. Quando tu fechas sua convenção, ou se for julgado o seu dissídio, você abrange todos os sindicalizados. Em Campo Bom, por exemplo, temos 40% de adicional noturno, que é 20% na lei brasileira. Não é só o associado que ganha, esse benefício singelo, mas importante. Todos os trabalhadores da categoria sapateira de Campo Bom, ou dos urbanitários, ou

companheiros municipais, se o sindicato negou vale para todos da categoria. E é claro, temos que manter o espírito de classe. Então, por isso tem que ter uma contribuição de classe. A contribuição negocial que está colocada na reforma sindical do FGNT do Governo Lula, qual é seu problema? E até mesmo a CUT defende, e temos divergência nisso, é que ela depende de um contrato coletivo de trabalho. Não tem ali um mecanismo que nos dê a segurança de que se não fechar o dissídio, se a greve se estender, se o desemprego, o momento econômico de dificuldade, não fez com que a proposta fosse justa, e o sindicalista combativo não pode estar ligado a uma contribuição para não fechar o sindicato, para manter ou parar sua luta, ele tem que ter uma estrutura que prossiga. E eu já vi muito sindicalista de boa cepa assinar às vezes banco de horas, nocivo para o trabalhador, cláusulas muito ruins, que afetam os direitos dos trabalhadores, porque às vezes questionando: eu tinha que fazer porque o sindicato estava quebrando, eu precisava do assistencial. E a negocial, proposta na reforma, ela não resolve isso. O pessoal vai lá, se reúne. Vamos fazer dissídio? Vamos. Vamos aprovar um dia, dois dias? Vamos. E depois, se não fecha? Porque também depende do patrão para fechar uma convenção. Eu não vi uma convenção fechar só com nossa assinatura. Está certo que às vezes a luta fez fechar a convenção, mas às vezes não tem condições. Às vezes existe uma luta política, uma luta econômica muito difícil. Nós, em Campo Bom, de tantos dissídios, mais da metade fecha fora da data-base.

Então, companheiros, quero deixar essa provocação, essa contribuição. A tese não é para deliberar, é para fazer essa reflexão e encaminhar, e continuarmos discutindo. Até porque a reforma sindical agora, mesmo porque o Marinho assumiu o Ministério, ela está, pelas informações que temos, ela não consegue andar aqui dentro desta Câmara, tendo em vista toda a situação da reforma política e da crise política do país. Então, queria deixar essa reflexão. O imposto sindical também, porque, concluindo, tenho aquela velha visão, para mim, todo poder à assembléia de base. A assembléia de base é que vai definir o quanto e qual é o período, e quanto é por mês. Penso que o imposto sindical, e a gente, às vezes, tem que fazer essa discussão, para melhorar certos sindicatos que não fazem a luta socialista, a luta popular democrática, transparente, porque já tem, às vezes, uma contribuição garantida. Claro que muitos fazem a luta, pega o imposto sindical e fazem a luta com ele, mas temos essa questão. Concluindo, então, acho que a associativa e uma contribuição de classe, de categoria, decidida em assembléia especificamente convocada para este fim, que não esteja a depender de uma convenção futura para entrar o dinheiro ou não. Desculpem, companheiros, não fazer toda a abrangência que a tese me provoca, mas era essa contribuição que queria deixar para os companheiros, para continuar esse

debate, sobre a estrutura sindical, sobre a luta dos trabalhadores, quanto mais livre, democrática e transparente. Muito obrigado.

O SR. BISMARCK MEDEIROS (Pernambuco) – Agradecemos a participação do companheiro Vicente Selistre. Retome a Mesa aqui, Vicente.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Retomando, de imediato, temos a tese de Campinas, sobre a reforma sindical, Marionaldo. Por favor, fique à vontade. Tem até cinco minutos para fazer a exposição.

O SR. MARIONALDO (Campinas) – Primeiro, gostaria de pedir desculpas, e uma apenas como esclarecimento à Mesa, mandamos a tese para o Congresso Nacional, e aí não ficou claro para nós se deveríamos trazer cópias para os companheiros, uma vez que estávamos inscritos para apresentar nossa tese. O esclarecimento é se a coordenação nacional deveria ter distribuído, junto, nas pastas, as teses aqui colocadas. É apenas com esclarecimento, primeiro. Por isso que os companheiros não possuem a nossa tese. Mas nós mandamos antecipadamente, para o congresso municipal, e a tese foi inscrita aqui e vocês não têm a nossa tese. Então, eu peço desculpas porque não tive o entendimento, a compreensão de que deveríamos ter trazido. Quer dizer, uma vez que estava inscrita, seria competência da Coordenação Nacional distribuir para todos, junto com as outras teses. É isso mesmo?

A gente parte do princípio seguinte: não vou discutir taxas aqui porque somos contra essa reforma colocada. A reforma coloca no seu bojo, no seu seio, as formas como vão ser feitas as contribuições. A reforma é que estabelece isso, e se somos contra a reforma em seu todo, não vamos aqui defender; a forma como está colocada a contribuição hoje é como estamos defendendo, hoje, atualmente. Há sindicatos que não fazem mais a luta, já abdicaram da luta, estão atrelados a isso aí, e isso é um problema que nós temos que resolver, se houver isso dentro da nossa corrente e tal, temos que rever e trabalhar para isso. Mas em princípio somos contra a reforma sindical. Então, essa questão, a discussão da taxa, está colocada nela. E hoje o que queremos reforçar é o seguinte: a contribuição é aquela que o trabalhador faz voluntariamente, ele acredita na entidade sindical, ele aposta nela, ele vai lá e contribui voluntariamente e acreditando nisso. E o dia em que perder a sua confiança, se desiludir com sua entidade sindical, simplesmente ele vai lá e faz. Isso é democrático, e força a entidade sindical a sempre travar o combate, sempre lutar, e sempre defender os interesses do trabalhador. E quando o trabalhador vai lá, quando a gente percebe que o trabalhador vai lá se desfiliar do sindicato é porque ele já não vê que a luta daquela entidade sindical está se pautando na defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores. Então, somos contra a reforma sindical.

O que eu gostaria de destacar aqui, da nossa tese, e em função do tempo

não dá para a gente falar tudo o que gostaria de falar, é o seguinte. Precisamos construir uma política sindical capaz de ser a cara do PSB. Hoje em dia somos militantes de diversas correntes, viemos e fomos forjados na luta de diversos partidos, e hoje estamos no PSB, então o que precisamos hoje é construir uma política sindical capaz de ser a cara do PSB, e fazer com que o partido passe a ser reconhecido e se reconhecer dentro do movimento sindical. É isso que precisamos fazer hoje, é isso que defendemos. O partido deve investir nos militantes, na formação, tendo em vista essas mudanças que estão acontecendo. A reforma sindical, a gente carece ainda de um debate; da forma como está colocada, muitas pessoas ainda não têm um posicionamento e isso devido à carência do debate que não acontece. Hoje em dia tem alguns militantes que têm o seu posicionamento e muitos ainda não tem o seu posicionamento. Gostaríamos também de acrescentar, e na nossa tese a gente coloca, que precisamos de um boletim sindical, um boletim nacional sindical, para a gente poder agregar e congregiar as falas dos companheiros, para saber o que pensam lá no Norte, no Sul, no leste e oeste, para que tenha esse espaço para trocarmos essas idéias. Temos que reagir contra essa ofensiva de desarticulação dos sindicatos, através da cassação dos direitos históricos dos trabalhadores, e isso é um posicionamento de nossa tese. Reorganizar a coordenação do movimento sindical no Estado de São Paulo. Estivemos ausentes muito tempo, e agora estamos presentes, e gostaríamos de falar para vocês que estaremos presentes, dispostos e predispostos a lutar e organizar lá, e marcar a presença a partir de agora. Promover também uma agenda comum de todos os militantes sindicais, tanto nacional ou estadual e das regiões. Fazer uma agenda comum para todos nós.

E concluindo: lutar pela autonomia e liberdade sindical; que o PSB, que o movimento sindical se mantenha comprometido com a ética, e fiel aos projetos que visem o crescimento da nação rumo ao socialismo. É isso que defendemos em nossa tese, de maneira geral. E aí peço desculpas, mais uma vez, por vocês não terem nossa tese, pedindo desculpas também porque não dá para entrar nos detalhes, por conta do tempo que é bastante reduzido.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Companheiro Joilson. Estamos recebendo aqui o grande companheiro Eduardo. Registramos sua presença. Pedimos que faça parte da Mesa. Depois continuaremos com as teses. Antes ouviremos o companheiro Eduardo, e registrar, em nome de toda essa plenária, do movimento sindical, homens e mulheres de todo país aqui presentes, que aqui fizemos um minuto de silêncio, que aqui bradamos o grito de guerra deste Partido, Arraes, Guerreiro do Povo Brasileiro, e com toda emoção e sentimento dos companheiros que aqui estão, depois até inclusive cantando a Internacional Socialista também, nessa homenagem inicial a esse momento do partido, e à memória deste grande brasileiro, deste grande companheiro

socialista, democrata do nosso país.

Então, saibam, companheiros, que nossa emoção, as lágrimas que quero crer que de sábado para cá, tantos companheiros aqui, no recôndito de seus sindicatos, das suas casas, das suas lutas, deixaram correr por seus rostos, com certeza são lágrimas que crêem numa vida melhor para o nosso país, uma vida melhor para o povo brasileiro, como o companheiro Miguel Arraes tanto lutou em todos os dias de sua vida.

Fique à vontade, companheiro.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS – Em primeiro lugar queria saudar todas as companheiras e companheiros aqui presentes, saudar a Mesa, na pessoa de Vicente, de Joilson, Bismark, dos companheiros que compõem a Mesa; dizer aos companheiros da satisfação de poder estar aqui vendo o início de um congresso vitorioso e importante do Partido Socialista Brasileiro, que ocorre numa hora grave da nação, em que a Esquerda do Brasil olha para o PSB com muita atenção. Nossa responsabilidade nessa hora é uma responsabilidade crescente, porque o PSB pode levar esperança, levar a fé no país, na militância das causas do povo, no momento em que o PSB possa superar também esse momento de vazio, de ausência, e de dor que todos nós sentimos na hora que fazemos o primeiro congresso sem a presença física do Dr. Arraes. Mas que possamos fazê-lo com a presença de um pensamento de um homem do povo, que se diferenciou da maioria dos militantes da política, até do nosso campo, porque conseguiu fazer a luta política no Brasil a partir da perspectiva dos pequenos, dos excluídos, da luta dos trabalhadores, e manteve, ao longo de cinquenta anos, a coerência desses princípios, e sempre disse que o maior patrimônio do homem público era exatamente se manter coerente àquilo que pregava. Há pouco eu disse, no Congresso das Mulheres, que estava acabando, no vôo que me trouxe agora do Recife, um artigo para a Folha de São Paulo, provocando de certa forma a elite paulista, e colocando que uma marca do Dr. Arraes também foi a modernidade. Ele foi um homem que viveu à frente de seu tempo. Arraes chamou os sindicalistas, os comunistas, os socialistas, os católicos ainda no final dos anos cinquenta, para fazer um dos movimentos mais belos que se tem registro, que é o movimento de cultura popular, onde o Paulo Freire surgiu como quadro político, levando a educação para a periferia para a cidade do Recife, que era Prefeito, e construindo uma frente ampla capaz de animar a luta do povo. Foi a primeira Secretaria de Ciência e Tecnologia, fora de São Paulo, que foi criada no Governo de Miguel Arraes. A primeira biofábrica que se tem registro, além de São Paulo e do Rio de Janeiro, ocorreu nos Governos de Miguel Arraes, só que uma modernidade vista de outra perspectiva, da perspectiva da necessidade do povo, e não a modernidade vista da perspectiva das necessidades da elite. São duas coisas completamente diferentes. A nossa modernidade é diferente da deles, e continuará a ser diferente da deles. Mas

nós temos a preocupação de juntar o conhecimento acumulado para que ele alimente a luta da construção do socialismo. Nesse momento o PSB tem muita responsabilidade, companheiros. A elite brasileira, que apoiou a reforma política da ditadura, que se esgota no momento em que o partido que foi construído para não ser governo, chega ao governo e enfrenta os problemas que estamos vendo enfrentar, ela já preparou a segunda reforma lá atrás, quando previu a cláusula de barreira em 2006, tentando limitar o jogo político brasileiro a cinco ou seis partidos. E o PSB, pela força do movimento sindical, pela força do nosso partido, dos mais diversos Estados, passou a cláusula de barreira nas eleições passadas, de 2002, e temos um grande compromisso com a luta do povo brasileiro, que é passar essa cláusula de barreira, para que o PSB seja a opção dos homens e das mulheres que querem construir uma pátria soberana, uma pátria mais equilibrada do ponto de vista do desenvolvimento regional, uma pátria que possa construir cidadania para muitos companheiros por esse Brasil afora. Essa é a responsabilidade que está em nossas mãos, e não se dar conta dessa responsabilidade, pautando o dissenso e a divergência, menor, só se dá conta dessa responsabilidade se tivermos capacidade de construir, com a boa linha da coerência, a unidade que fortaleça o nosso partido. Nosso partido não será sucessor de viúvos e viúvas de outro partido, nosso partido quer superar as formas de fazer política que estão sendo esgotadas. Essa é uma tarefa muito mais difícil, muito mais complexa, que exige do nosso partido reflexão, estudo, equilíbrio, saber que às vezes o fundamental é a construção do caminho estratégico, compreender que as declarações bombásticas de circunstâncias e de ocasião nem sempre é o caminho da construção segura de um partido que terá muita responsabilidade com o sonho do povo brasileiro. A esperança do povo brasileiro está viva. O povo brasileiro tem feito a sua parte, tem buscado em cima de todas essas dificuldades, votar no sentido de avançar. Precisamos honrar essa esperança do povo brasileiro, deixando um PSB fortalecido, coerente, unido, capaz de responder a todo esse momento de grave vida nacional. E para marcar nossas diferenças, o debate do movimento sindical é um debate importante. Quando nós nos colocamos de forma muito clara, questionamos a reforma sindical proposta por uma determinada visão de mundo e de organização dos trabalhadores, na hora que a gente acelera esse debate de fundo e de conteúdo, encontramos a identidade com outras forças, que com certeza vão olhar para o PSB como um porto seguro da continuidade de uma luta que vem de muito longe. Queria agradecer a todos os companheiros, as manifestações que recebemos. Não só em meu nome pessoal, em nome de Marcos Arraes, meio tio que veio representar nossa família que está aqui na Missa, mas em nome de todos os companheiros, agradecer a vocês essa solidariedade que tivemos, as palavras que recebemos ao longo desse período, e a convicção de que todos nós, juntos, vamos dar – o Marcos chegou, por favor, levante a mão só para te

conhecerem – conta dessa luta, e vamos juntos honrar a luta dos socialistas brasileiros, e animar o povo brasileiro, pois essa elite gosta muito do nosso povo desanimado, e o povo só faz mudança quando está animado e ciente da sua força e da sua capacidade. Eles adoram deprimir a nação, dizer que o país é um país que não tem jeito, que é um país que não pode fazer as coisas, que é um país que olhe, não tem como ter saída, e se formos analisar a história deste País, todas as vezes em que se deu oportunidade a esse povo, ele foi melhor do que qualquer outro povo do Planeta. O povo brasileiro há uns cinquenta anos construiu a auto-suficiência no petróleo, porque foi às ruas brigar e fazer a campanha do Petróleo É Nosso, porque estava nas ruas. E os editoriais dos jornais de então – e até trouxe dois para distribuir no congresso –, dos grandes jornais que ainda estão circulando, com outros tipos de editoriais, dizia que era um absurdo um país pobre como o Brasil pensar em ter petróleo. Hoje temos a melhor tecnologia de petróleo em águas profundas, e em 2006 seremos auto-suficientes. Quando o país, depois da guerra, inventou de fazer uma escola lá no interior de São Paulo, para treinar os engenheiros da Força Aérea, para pensar em ter uma indústria de aviões, a mesma coisa. Hoje o Brasil tem, em todos os continentes da Terra, aviões feitos por engenheiros brasileiros. Quando fomos criar a Embrapa, diziam: para que tanto dinheiro na Embrapa? E hoje se vê o êxito da pesquisa agrônômica brasileira e a necessidade da Embrapa pesquisar, cada vez mais, não só na linha do agronegócio, mas para a agricultura familiar e para transformação da pequena propriedade no campo. Por isso, companheiros, nossa tarefa, diante de tantas dificuldades que vivemos, é animar o nosso povo, porque o nosso povo vai ter no PSB um partido de lutas, um partido guerreiro, como foi guerreiro nosso comandante Miguel Arraes. Miguel Arraes.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Queria passar a palavra para o companheiro Joilson, que também queria dizer algumas palavras em nome da Coordenação Nacional.

O SR. JOILSON CARDOSO – Falar ao Eduardo do sentimento dos sindicalistas, das pessoas que nos ligaram durante todo esse processo; dizer da nossa solidariedade a você e à família do nosso eterno comandante Miguel Arraes, e dizer do testemunho que queremos dar da sua postura na Direção Nacional no nosso Partido e queria destacar dois feitos realizados pela sua militância socialista, que foi o feito frente ao Ministério da Ciência e Tecnologia, que queríamos aqui reconhecer o trabalho competente, exitoso, realizado sob o seu comando no Ministério da Ciência e Tecnologia onde lá não nos acusam de nada a não ser da competência que tivemos de tocar a política de ciência e tecnologia; dizer também da sua competência frente à Liderança do nosso partido, hoje retorna à Câmara Federal para conduzir essa Bancada junto ao nosso Líder Casagrande – tenho certeza que terá um papel importante –, e

queremos aqui desejar a você um sucesso muito grande para que a gente, em 2006, esteja lá em Pernambuco comemorando a sua vitória ao Governo de Pernambuco; queremos também pegar emprestada essa sua experiência, em uma homenagem ao nosso comandante Miguel Arraes, você que viveu tão de perto com ele, conduz o nosso partido. Queremos aqui deixar a gratidão dos sindicalistas do PSB ao que você tem dado para o nosso partido na condução da política do PSB; e dizer que desejamos sucesso nessa empreitada e quem sabe, se for assim a vontade da maioria do nosso Diretório, que você também assuma a Direção do nosso Partido Socialista Brasileiro.

Arraes, presente na vida da gente; Arraes, presente na vida da gente; Arraes, presente na vida da gente; Arraes, presente na vida da gente.

Arraes jamais será esquecido.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Dando seguimento, companheiros e companheiras. Companheiro Eduardo Campos, agradecemos mais uma vez a sua presença aqui entre nós, como uma chamada aqui do Plenário, Arraes presente na vida da gente, Arraes presente na luta da gente. Então, é importante que sempre façamos essa reflexão. Eu até percebi, e o companheiro Bismarck me avisa, a companheira Dulcilene chegou nesse momento – saúdo a grande companheira de luta –, e a tese a ser apresentada é a tese que ela defende. Pergunto se já pode se deslocar à Mesa para fazer a apresentação. Cinco minutos para fazer a apresentação da tese, dentro desse debate que estamos nesse momento no temário da reforma sindical. Peço à companheira que deixe o crachá para registro, e fique à vontade para fazer sua exposição por até cinco minutos. Seja bem vinda. Com a palavra.

A SRA. DULCILENE – Boa tarde a todas as companheiras e companheiros. O nosso encontro estadual aprovou, na nossa plenária estadual, e ficamos com a incumbência de passar aqui para o conjunto nacional de sindicalistas do partido. A reforma sindical é o tema; proposta pelo Governo, em tramitação no Congresso Nacional, apoiada pelas principais centrais sindicais, ela cria uma distorção no conceito de classe, onde a cúpula se sobrepõe à base e ainda fragiliza a organização dos sindicatos. Esta é uma contradição histórica que se diz popular e que ao mesmo tempo é submissa aos principais responsáveis pela fome e desemprego nesse país, ao Fundo Monetário Internacional e aos grandes banqueiros e latifundiários nacionais. Queremos uma reforma que garanta ampliação dos direitos dos trabalhadores, redução da jornada de trabalho sem redução de salário, moratória da dívida externa, e geração de emprego e renda da população brasileira, e redução dos juros que escravizam a nação.

A unicidade sindical é fundamental sua manutenção para a classe trabalhadora brasileira, pois numa sociedade fragilizada como a nossa, sindicatos

organizados são a única defesa que os trabalhadores têm, por ser em sua essência a grande escola dos direitos coletivos e individuais. A visão de pluralidade nos coloca a reboque dos oportunistas e traidores da classe trabalhadora, que querem deixar os operários num modelo perfeito de exploração. Contudo, a resistência e luta da classe operária brasileira sairá vitoriosa mais uma vez. Dividir os trabalhadores e subdividir os sindicatos é o sonho dos exploradores, e puxa-sacos de plantão, desde a Revolução Industrial, diga-se de passagem. A divisão por categorias visa de maneira cristalina acabar com os poucos direitos que os trabalhadores ainda têm, garantidos pela luta organizada dos movimentos sociais, durante toda a história e em particular na Constituição de 1988. Nossa luta derrotará mais uma vez os algozes capitalistas.

Entramos na questão da autonomia sindical lá no Estado também. Autonomia sindical. Temos que exigir que a CUT, que vem ao longo desses anos tentando implementar essa política de conveniência, para aplicar o compromisso do Governo com o FMI, não triunfará; a autonomia dos sindicatos de base não será substituída por acordos nacionais, os famosos Acordões. A verticalização proposta pelas centrais, CUT, Força Sindical e Governo, visa criar uma estrutura onde a cúpula se sobrepõe às bases, rasgando os princípios que foram aprovados nos congressos pelos trabalhadores em todo Brasil. Criando uma estrutura elitizada, do alto e baixo clero no movimento sindical; defendemos o cumprimento das decisões aprovadas pelos trabalhadores no sindicato de base e que a direção das centrais cumpra o que for decidido nos sindicatos de origem. Não iremos aceitar o Acórdão nacional contra decisão soberana dos trabalhadores nas assembléias dos sindicatos de base; não iremos nos submeter ao monopólio centralizado.

O imposto sindical. Defendemos a manutenção do imposto sindical, pois sem esta contribuição será deflagrada nacionalmente a extinção dos sindicatos rurais e urbanos, que têm o imposto como única fonte de manutenção e fortalecimento da organização sindical. Por que tentam acabar com os recursos dos sindicatos? E por que não defendem a extinção dos impostos obrigatórios, cuja população brasileira tem uma das maiores cargas tributárias no mundo.

Essa foi a discussão, e incluímos também a questão dos servidores públicos, que está excluída dentro dessa reforma. Servidores públicos. A reforma proposta pelo Governo, CUT e Força Sindical, exclui os trabalhadores servidores públicos nas três esferas de Poder. Não é garantido o direito de sua organização sindical e o reconhecimento da data-base dessas categorias; não garantem o ingresso de dissídios coletivos na Justiça do Trabalho, favorecendo que os governantes de plantão do Poder Executivo não respeitem as pautas de reivindicações dos trabalhadores. Exigimos que esses direitos sejam garantidos

através de lei específica no Congresso Nacional. Paralisação da CUT no movimento sindical. A CMS e a SSB precisa definir sua tática e estratégia para mudar postura de central chapa branca que a CUT vem adotando no país, em detrimento da luta dos trabalhadores, como se verificou na greve dos bancários, greve dos servidores federais, na votação da Reforma da Previdência, que a CUT vem sendo omissa. Propomos que a Direção Nacional da CMS defina politicamente se se mantém ou não nesta Central; em defesa do artigo 8º da CLT, de todos os direitos da classe operária brasileira, em defesa da autonomia e unicidade sindical, contra a ingerência do Governo nos sindicatos, contra a ingerência dos tribunais de Justiça nas greves dos trabalhadores privados ou servidores públicos.

Muito obrigado. Foi isso que foi aprovado em Pernambuco.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Obrigado, companheira Dulcilene.

O SR. – Questão de ordem, Sr. Presidente. Gostaria de alertar à Mesa que o horário está se estendendo e foi falado que seria distribuído o tíquete de alimentação, e o horário está se estendendo e a gente pode cometer um erro aí.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Está bem. Vamos consultar a assessoria da Mesa sobre a questão dos tíquetes, e vamos encaminhar a exposição da última tese inscrita, antes de iniciar os debates do plenário. O companheiro Joilson depois também pode nos atualizar, que ele estava vendo exatamente isso que o companheiro levantou aqui. O companheiro Joilson tem até cinco minutos para expor a sua tese, dentro do temário da reforma sindical.

O SR. JOILSON CARDOSO – A tese que vamos defender aqui é fruto da discussão nas bases do nosso Partido, e em especial a discussão no movimento sindical, resultado do IV Congresso e resultado também dos encontros nacionais que realizamos aqui em Brasília, que originou inclusive uma decisão da Bancada Federal de deputados e senadores do partido, junto com a Executiva, no dia 5 de maio, quando nós fechamos questão contra a PEC 369/05, a famigerada PEC da Reforma Sindical. Quero ressaltar que naquele encontro, onde foi convocado o nosso movimento e estive aqui representando o movimento sindical na Mesa, junto com o Presidente Arraes e mais a Bancada Federal e mais um representante do DIEESE, e um representante da Associação dos Aposentados do Brasil, e mais o Governo, quero dizer aos companheiros que o Governo não quis vir para a Mesa. E ao ser indagado, o Governo, se essa proposta era defendida por ele, o Governo, no fórum, oficialmente, disse que não assumia a proposta da PEC 369, que era fruto do Fórum Nacional do Trabalho. Por aí notamos a insensatez, a fragilidade dessa proposição, que está reprovada por nosso partido, e quero aqui reiterar que esse congresso reafirme essa nossa posição de não querermos nos submeter nem à discussão da PEC

369. Por quê? Primeiro porque ela desprezou, jogou na lata do lixo milhares e milhares de contribuições das bases dos sindicatos no nosso país. Fez isso a favor de um projeto que foi gestado pelas Centrais, junto com os patrões e o Governo, no Fórum Nacional do Trabalho, onde a base do movimento operário brasileiro só participa por concessão. A vaga que tem lá, setores importantes, como, por exemplo, os rurais, estão lá por concessão das centrais sindicais. Então, em princípio é essa a nossa posição. Nós rejeitamos totalmente. Não queremos emendar, não queremos discutir, por esse vício de origem, que é o desrespeito à base do movimento operário brasileiro.

O segundo aspecto, que é sobre o mérito da reforma, é dizer que ela tem dois eixos básicos. O primeiro eixo fala sobre a organização sindical, sobre o processo de negociação que deve se dar pelos trabalhadores, se essa emenda fosse aprovada, e tenho certeza que não será. E o segundo eixo fala sobre a questão das prerrogativas do Ministério do Trabalho. O Ministério do Trabalho, com essa proposta não passará mais a intermediar conflito entre capital e trabalho, passará, sim, a ter o único papel de julgar as greves contra os trabalhadores, jamais contra os patrões. É isso que determina a PEC 369. Todos esses conceitos que estamos aqui denunciando, se complementam com outro documento, com mais de duzentos artigos, chamado a Lei Complementar que irá complementar os enunciados da reforma ao artigo 8º da Constituição Federal, pela PEC 369. Portanto, companheiros, nós estamos a cavaleiro, com a consciência tranqüila do dever cumprido. Temos algumas certezas e algumas clarezas sobre a reforma que queremos, que não é essa. A reforma que queremos é uma reforma discutida com o movimento operário brasileiro, e não centrado na negociação do Fórum Nacional do Trabalho. Queremos um Fórum Nacional só de trabalhadores para primeiramente consensuar nossa posição, para depois, sim, ir discutir com outras partes. Queremos defender a unicidade sindical, pois a unicidade sindical que vigora em nosso país há mais de setenta anos é que levou o movimento sindical a ser o que é. Tudo bem, que podemos fazer a autocrítica e apontar mil defeitos ao movimento sindical, mas não podemos dizer que o movimento sindical operário brasileiro traiu o povo brasileiro. Em todas as lutas desse país à frente esteve o movimento sindical. A luta pela anistia, a luta contra a ditadura, a luta pelas Diretas Já, a luta contra o Presidente Collor, no impeachment, a luta contra a entrega do patrimônio público ao capital financeiro internacional, de ontem e de hoje, o movimento operário brasileiro, o movimento sindical; falar em mudança na organização do movimento sindical passa por uma compreensão no seio dos trabalhadores e não no seio de uma cúpula de centrais sindicais.

Quero então encerrar, dizendo o seguinte: nos temos uma tese que

está no livro dos congressos, na página 32 até a página 36, onde pontualmente colocamos a posição da SSB, do Sindicalismo Socialista Brasileiro, que é a nossa corrente para fora, e a posição da CMS, que é coordenação do movimento sindical, que é a nossa estrutura para dentro. Dizer claramente que defendemos a unicidade sindical, que não queremos rebaixamento nos atuais direitos conquistados historicamente pela classe trabalhadora, porque achamos que essa iniciativa – para encerrar –, é uma iniciativa que abre uma fenda a pretexto de modernizar, entre aspas, o movimento sindical brasileiro, abre-se uma fenda para que venhamos a assistir a revogação de direitos consagrados pela CLT na área trabalhista. Portanto, não aceitamos essa proposta. Essa proposta tem que ser enviada de volta para seus autores, que é a articulação sindical. Nem na CUT temos consenso. Para vocês terem uma idéia, de 23 da Executiva da CUT, doze são a favor e onze são contra, e se balançar mais um pouco a gente inverte a maioria na CUT, que é uma central que hoje está sendo questionada, sua cúpula está sendo questionada diante de sua posição frente ao Governo que está aí. Portanto, companheiros, encerro dizendo que tenho confiança que esse congresso irá respaldar o consenso que está aqui em nossa posição, somados à contribuição das demais teses, e anulados os antagonismos que venhamos a enfrentar sobre a unicidade sindical. Estamos defendendo, a CMS Nacional defende a unicidade sindical, a manutenção da unicidade sindical, como uma forma de preservar a unidade dos trabalhadores, o reconhecimento das categorias, para que a gente não entre nessa balela do sindicato orgânico criado na estufa das centrais sindicais. É isso que queria dizer, e conto com o voto de todos os congressistas do V Congresso Nacional dos Sindicalistas do Partido Socialista Brasileiro. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Obrigado, companheiro Joilson. Atendendo a uma questão de ordem do plenário, consulto o horário. Queria consultar o companheiro Joilson que tem as informações mais recentes da assessoria, da estrutura, sobre a questão do almoço. O plenário quer ser esclarecido.

O SR. JOILSON CARDOSO – O almoço já está disponibilizado. Temos tíquetes para todos os companheiros, inclusive para os que são convidados. Iremos apenas, por uma questão de prestar contas, gostaríamos de ir ticando conforme o nome da lista de credenciamento. Poderia ser feito aqui da Mesa. A gente poderia trazer para aqui e ir entregando o tíquete aqui mesmo, aos companheiros e às companheiras. Está certo?

O SR. VALTECIR DE TEIXEIRA (Itabira) – Sr. Presidente, antes de encerrar, gostaria de salientar uma questão, apesar de ter esquecido os documentos lá em casa, que diz respeito à colocação que vou fazer. É sobre

uma lei que tramita no Congresso, questão de terceirização.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Eu queria que o companheiro fosse breve, porque depois vão ser abertos para o plenário os temas. É sobre a questão de ordem do almoço que estávamos abrindo, porque na volta do almoço tem inscrição para todo o plenário sobre a questão da luta dos trabalhadores. Muito obrigado, companheiro.

Eu encaminho a suspensão, companheiros.

O SR. HUCK (Santa Catarina) – Eu sou Huck, de Santa Catarina, Presidente do Sindicato dos Calçadistas e Vestuaristas. Na verdade aquele companheiro levantou a discussão, ele previa isso e agora se confirmou, porque o debate vai voltar completamente sem conexão à tarde. O debate importante desse tema, que é a reforma sindical, vai voltar sem conexão, porque esfriou o debate, as teses que os companheiros apresentaram ficou um pouco difícil porque nem todas as teses tem o texto, e o debate é que aproxima as idéias para a gente se posicionar, ou concluir a idéia sobre o raciocínio da reforma sindical. Então, quero dizer que vai ficar o plenário prejudicado no sentido de voltar à tarde nessa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Eu queria encaminhar, companheiro. Vejo que ao abrirmos para o debate, três minutos para cada companheiro, se tivermos vinte inscrições ou trinta, podemos chegar com mais duas horas. Então, é um risco sério continuarmos com o debate. Quero consultar o plenário. E quero também crer, alguns companheiros que estão procurando a tese, talvez durante esse intervalo possam até se atualizar, e realmente o companheiro tem razão que algumas teses não tenham sido distribuídas, possam se atualizar para se inscrever depois e fazer o debate; e talvez até essa interrupção contribua para que esses companheiros procurem os autores das teses, Campinas, São Paulo, Joilson, Pernambuco, Rio Grande do Sul, para se atualizar e cumprir um pouco a preocupação do grande companheiro Huck.

O SR. – Eu vi a exposição das três teses, existe divergência entre elas, e quero compartilhar com o companheiro aí. Eu me sinto preocupado para poder votar, é um gesto de responsabilidade nossa, e precisamos avançar um pouco nesse debate. Estamos aqui para trabalhar e sindicalismo já é acostumado a ficar sem almoço, na porta da fábrica. Pelo menos eu sou. Acho que temos que avançar um pouco. Ou então que vá e almoce rápido, porque temos que avançar nessa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – O companheiro tem razão. Eu queria encaminhar e passando ao Joilson, o Regimento Interno previu esse intervalo, e com certeza, companheiros, vai ser garantido todo o debate na parte da tarde. Tenho certeza que os companheiros têm consciência da sua luta,

vieram para cá com suas posições e as teses vão ser enfrentadas e discutidas.

Companheiro Joilson.

O SR. JOILSON CARDOSO – Duas ordens. A primeira, que os companheiros aprovassem aqui uma disciplina de estar de volta às treze e cinquenta, o que dará uma hora aprovada pelo Regimento. A segunda ordem que coloco é que os companheiros que têm tese, temos uma estrutura na Liderança, que poderia ser reproduzida, apesar de que, como o Huck falou, está prejudicado porque não dá para ler durante o debate. Mas eu pediria à Mesa que tentasse sistematizar o conflito que existe entre as três teses, porque no meu entender, o primeiro aspecto é a reprovação da PEC 369. Tem que votar sim ou não. A questão da unicidade sindical, que é uma questão clara, já foi aprovada no outro congresso, e está sendo posta em discussão novamente. E outros pontos que porventura o relator possa identificar, para que a gente faça a discussão especificamente em cima das divergências, pois a convergência está aprovada. Então, a Mesa vai se preparar para isso, e na volta aos trabalhos iremos esclarecer, para sanar um pouco desse prejuízo que o Huck está apontando.

O SR. CARLOS AUGUSTO BREIK (Rio Grande do Sul) – Questão de Ordem. Só para contribuir com a questão da distribuição do tíquete, uma sugestão à Mesa, que o pessoal permanecesse onde está e alguém da coordenação distribuísse, ao invés do pessoal ir todo para a Mesa, para buscar seu tíquete.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Está bem, companheiros. Então, vamos pedir aos companheiros da estrutura, que façam o encaminhamento da distribuição do tíquete para que consigamos agilizar o almoço. Está encaminhado nesse sentido.

O SR. LUIS BRUNO (Rio de Janeiro) – Presidente, uma questão de encaminhamento, como o companheiro Joilson falou que tem uma estrutura montada. Não temos aqui a tese de Pernambuco, nem a tese de São Paulo, e tem algumas coisas que são convergentes. Se existe a possibilidade da organização repassar para nós, antes do início do debate, já as propostas que convergem para que não haja alongamento nas interferências.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – A Mesa acata e acolhe a sugestão do companheiro. Companheiro Joilson já colocou isso. Que se consiga máquina de fotocópia e os autores das teses, São Paulo e Pernambuco, encaminhem para fotocopiar.

O SR. JOILSON CARDOSO – Então, Presidente, um aparte. Anunciar a presença do nosso Deputado Ariosto, do Ceará, Deputado Federal que temos a honra de receber em nosso plenário.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Queria então encaminhar a suspensão dos trabalhos. E passaria a palavra ao companheiro

Joilson para que ele, então, dentro da sugestão do Breik, os companheiros permanecessem em seus lugares e nós, de forma ágil, repassássemos os tíquetes aos companheiros para evitar o tumulto da fila, que é impossível à essa altura do campeonato.

Muito obrigado, companheiros; está suspenso o nosso congresso para o almoço.

O SR. JOILSON CARDOSO – Vamos chamar por estado e os companheiros dos estados vêm aqui, só para a gente controlar, dar um tíquete, coisa rápida. Não tem burocracia, é rápido. Amazonas, por favor.

Hora: 14h

O SR. PRESIDENTE (Vicente Selistre) – Companheiras, companheiros, nossa saudação e boa tarde a todos. Quero agradecer a todos a rigorosa pontualidade.

Nós suspendemos os trabalhos da manhã faltando mais ou menos 12h55, mas, com a distribuição de tíquetes, com certeza, atrasou muitos companheiros, mas conseguimos voltar em uma hora, uma hora e pouco. Isso é importante e a Mesa também vai pedir a colaboração dos expositores e também dos companheiros do plenário nas três teses restantes sobre reforma sindical e reforma política, que vão ser apresentadas agora, e da mesma forma para os debates depois das exposições.

Passo a palavra ao companheiro Joilson **O SR. BISMARCK MEDEIROS** – Presidente, uma questão de esclarecimento. Como eu estava na Mesa e tive essa incumbência de ver que o companheiro aqui de Minas Gerais levantou uma

questão sobre conflitos nas teses de Pernambuco e de Campinas. Então, estou pedindo ao companheiro de Campinas para sistematizar junto com a gente, para ver se chegamos a uma conclusão do que é convergente e o que é divergente, junto com a tese da ASSB, que está no livro, para criarmos um consenso. Em vez de tirarmos duzentas cópias, com custo, poderemos tentar sistematizar, para apresentar para o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Selistre) – Obrigado, companheiro Bismark. Após a apresentação das três teses da reforma política a seguir e os debates, vamos ver a posição do Relator e da Mesa, para fazer essa convergência. De qualquer sorte, o Partido Socialista Brasileiro tem uma postura sobre a reforma sindical que está ali naquela grande faixa, que é: “Nós somos contra a reforma sindical e o possível debate novamente com os trabalhadores”. É isso que está sendo encaminhado.

O SR. – Presidente, vai abrir o debate?

O SR. PRESIDENTE (Vicente Selistre) – Claro. Nós vamos agora apresentar as três teses que faltam da reforma política, conforme o Regimento, e depois o debate.

Nunca nos esquecendo de que esse tema é reforma política e sindical, reforma sindical e política.

O SR. JOILSON CARDOSO – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Selistre) – Companheiro Joilson.

O SR. JOILSON CARDOSO – Ficou definido no Regimento que nós iríamos esgotar primeiro a questão da reforma sindical e depois a política. Então, primeiro se esgota a sindical, com tempo marcado de no máximo 15 minutos para os debates, para depois dar os devidos encaminhamentos. Foi isso que o Plenário aprovou no Regimento.

A segunda questão é que chegaram duas delegações. Uma da Bahia, e gostaria que os companheiros saudassem os companheiros da Bahia. *(Pausa.)*

Os companheiros da Bahia foram almoçar. Eu ia propor o recurso, já que acabou o prazo de credenciamento, de abrir a palavra a esses companheiros. Mas pelo fato de os companheiros não estarem aqui eu me sinto incompetente para propor isso. Então, proporei quando eles estiverem aqui, se houver coerência. Não decidimos nada ainda, a não ser o regimento. Mas os companheiros saíram e ficou em prejuízo a minha proposta.

Outro esclarecimento é sobre a questão da eleição da CMS. Eu gostaria que os companheiros abrissem o livro, com licença do Presidente. Esse livro vai ser daqui para frente a nossa guia, porque além do histórico ele tem também o regimento da CMS.

Então, solicito aos companheiros que abram o livro na página 60, onde está o Regimento da CMS. Art. 10.

Quero dar um esclarecimento sobre a eleição da CMS. Todo o mundo sabe que a CMS, segundo a proposta de emenda estatutária, será um órgão de representação e não mais órgão de apoio, como é atualmente.

Então a CMS é a Coordenação do Movimento Sindical, e a ASSB é a nossa corrente para fora. Para dentro nós somos CMS e para fora somos ASSB. Isso já está entendido. É importante que os companheiros leiam as resoluções do I Congresso que identificam bem isso.

Mas quero falar da decisão que vamos tomar às 3 horas da tarde, daqui a uma hora, que é o prazo que aprovamos para apresentar a chapa que vai ser eleita da direção nacional. A direção nacional está regida no art. 10. Passo a ler:

“Art. 10 A CMS Nacional terá a seguinte composição colegiada...”

Colegiado quer dizer os membros são iguais, têm voto igual.

“Art. 10

Inciso I – Três sindicalistas que integrarão o Diretório Nacional, conforme os §§ 3º e 4º do art. 13 do Estatuto do PSB”.

Isso quer dizer que nós vamos eleger 3 sindicalistas ao Diretório Nacional, sendo 2 titulares e 1 suplente. Os outros movimentos elegem só 1, nós elegemos 3. Mas eu acho pouco, deviam ser uns 20 para termos a maioria, mas estamos à frente dos demais movimentos.

“Inciso II – Dez sindicalistas representantes das 5 regiões geográficas do País”.

Ou seja, Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste.

“Dois por regiões, com funções de coordenadores regionais”.

Eles terão uma dupla função: serão dirigentes nacionais, da coordenação nacional nas questões nacionais, e atuarão como coordenadores nas regiões para fazer o intercâmbio, desenvolver a política com as estaduais.

“Parágrafo Único. Todos os sindicalistas e todos os componentes citados e citadas nos incisos I e II serão eleitos no Congresso Nacional Sindical do PSB (CONSIND), com mandato de dois anos”.

Faço uma observação sobre o mandato de 2 anos porque nós temos que cumprir o Estatuto do partido. Caso tenha uma emenda amanhã para aumentar o prazo de 2 para 3 que nós iremos discutir na reforma, caso passe, gostaríamos que a Plenária se manifestasse, e aí o Presidente é que imediatamente encaminhará a votação. Caso passe, porque não é competência só nossa decidir

essa questão no congresso estatuinte amanhã, essa direção terá que seguir a ordem da decisão do Congresso Nacional do partido, que é superior ao nosso.

Entendido? Alguma dúvida?

O SR. – Acho que a idéia seria aprovarmos esse indicativo já de 3 anos e remeter para lá. Se passar já está garantido, se não passar mantém a decisão lá de cima.

O SR. JOILSON CARDOSO – Também, é uma boa proposta. Retiro a minha, a favor da do outro companheiro.

O SR. – Joilson, tem outro parecer. E se ficasse em aberto, pendente de amanhã?

O SR. JOILSON CARDOSO – Não tem como, porque a pior decisão é não decidir. Porque na medida em que tiramos uma conclusão aqui e o Congresso Nacional tira outra, cai a resolução daqui automaticamente. Nós não temos competência para questões internas do partido e de sobrepor-mos ao Congresso Nacional do partido.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Selistre) – Companheiro, deixe-me encaminhar. Essa questão já está quase no mérito da reforma política, nós temos 3 teses para ouvir, então, pelo regimento este Presidente pede desculpas aos que estão intervindo numa questão que é do segundo tema, a reforma estatutária. Reforma estatutária depois.

Então, o companheiro ali vai ter o seu momento de colocar esse debate, se 2 ou 3 anos, já ouvi teses dos dois lados.

Mas para não perder mais tempo, encaminho o seguinte: queria dizer aos companheiros que temos três teses: da reforma política, e logo depois os debates. Tese de Pernambuco...

O SR. – Pela ordem, Sr. Presidente. Tem que esgotar a reforma sindical, para depois...

O SR. PRESIDENTE (Vicente Selistre) – As teses já foram apresentadas, companheiro, o debate é conjunto pelo temário do Congresso.

O SR. – Não, a proposta do regimento que foi aprovada é que as discussões são em separado. E há uma proposta de garantir 15 minutos para abrir para o Plenário debater as propostas.

Pelo encaminhamento que proponho à Mesa, o Relator relata o que identificou de conflito e abre o debate para a Plenária.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Selistre) – Está encaminhado,

companheiro, está compreendido.

Peço aos companheiros que estão no relato, quando dos encaminhamentos, nos passem, para podermos cumprir com esses encaminhamentos que foram feitos, principalmente da programação e da hora do almoço.

O SR. – Pela ordem, Presidente, eu acho que a relatoria não é dos companheiros, mas do Relator. Nós temos aqui um Relator...

O SR. PRESIDENTE (Vicente Selistre) – Os companheiros Relatores, foi o que eu disse, companheiro.

Então eu encaminho. Está aberto, lembrando que o Regimento diz bem claro que são três minutos para os companheiros, bem como até o final da fala do segundo inscrito estão abertas as inscrições. Então, no tema da reforma sindical, companheiros, podem trazer os crachás até a mesa.

Antônio Guimarães, companheiro do Amazonas, sobre a reforma sindical. Peço ao Plenário para garantir a palavra do companheiro. Algum debate de teses está havendo, se possível, os companheiros preservarem a palavra dos que estão inscritos, bem como se precisar até uma reunião fora do plenário, melhor ainda, para não atrapalhar os companheiros.

Por três minutos, o companheiro Antônio Guimarães, delegado do Amazonas.

O SR. ANTÔNIO LUIZ GUIMARÃES (Delegado do Amazonas) – Boa tarde a todos e a todas. Estou aqui representando o Estado do Amazonas, meu nome é Antônio Luiz, mais conhecido como Bigu.

Companheiros, ouvi as diversas falações sobre as teses e algumas se propuseram contra a reforma sindical. Nós não devemos ser contra a reforma sindical. Acho que algumas questões são pertinentes e têm que ser discutidas e reformadas. Então, por completo eu sou contra a que esse partido seja contra totalmente à reforma sindical. Estamos com uma lei arcaica e muitos sindicatos beneficiam-se dos impostos que empurraram goela abaixo nos trabalhadores há décadas.

Por esse motivo, eu me coloco contra esse posicionamento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Selistre) – Obrigado, companheiro Antônio.

Com a palavra a companheira Marlene de Abreu, Delegada de Goiás, e durante sua fala encerrar-se-ão as inscrições.

A SRA. MARLENE DE ABREU (Delegada de Goiás) – Eu quero dizer que nas teses que foram apresentadas, na questão das contribuições

associativas, sindical, confederativa e outras, o Estado de Goiás tem como marco de grandes movimentos sindicais de servidores públicos nas suas três esferas. São marcos do sindicalismo de Goiás.

E lá nós temos a cultura de receber a contribuição sindical anualmente. Os governos descontam e é repassado. Entendemos que muitas entidades usam e se beneficiam, talvez até se criam exclusivamente para receber esse tipo de contribuição, o que não é o caso do Estado de Goiás. No Estado de Goiás, nós defendemos a contribuição sindical, porque nós os sindicalistas de Goiás sabemos fazer o bom uso e aplicar em benefício de nossas categorias.

E também quanto à questão da reforma sindical e trabalhista, como está proposta pelo Governo Lula, não interessa para nós, trabalhadores, conforme a fala do companheiro que me antecedeu. Ela está vindo de cima para baixo, ela não foi discutida com os trabalhadores. Então, da forma como está, como trabalhadores e representantes de trabalhadores classistas, não podemos aceitar. O PSB, hoje, tem que tirar mesmo a posição contrária de não aceitarmos dessa forma.

Se fosse discutida no âmbito dos trabalhadores, poderíamos concordar, mas dessa forma não concordamos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Selistre) – Obrigado, companheira.

Encerrando as inscrições, temos a seguir o companheiro Valtencir Teixeira, de Minas Gerais.

O SR. VALTENCIR TEIXEIRA (Minas Gerais) – Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que na questão da reforma eu deixaria minha contribuição da seguinte forma: que o PSB faça um estudo profundo da reforma e que veja o que é benéfico e o que não é para os trabalhadores, que separemos o joio do trigo e apresentemos uma proposta melhorada para o Congresso.

Às vezes podemos julgar que tudo esteja errado, mas na verdade podemos apurar alguma coisa benéfica para os trabalhadores e para os sindicatos.

Gostaria também, Sr. Presidente, de dizer que devemos ficar bem atentos, porque tramita no Congresso uma lei que é prejudicial para todos os sindicatos, para todos os trabalhadores brasileiros. É a lei que diz respeito à terceirização, que foi feita à época pelo Fernando Henrique Cardoso, e então o Exmo. Sr. Lula mandou ao Congresso um documento, pedindo imediato arquivamento dessa lei, que, na sua visão, prejudicaria toda a classe trabalhadora e os sindicatos. O Sr. Deputado Federal Sandro Mabel fez questão de tentar melhorar essa lei, colocando-a novamente em tramitação no Congresso.

Portanto, proponho que a Mesa redija um documento de repúdio a essa lei e que mande para o Congresso, fazendo uso do documento que o Exmo. Sr. Lula enviou para lá e que peça o imediato arquivamento e a extinção de vez dessa lei que é tão prejudicial a todos nós.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Selistre) – Muito obrigado, companheiro Valtencir.

O SR. VALTENCIR TEIXEIRA (Minas Gerais) – Se tiver que colocar em discussão tudo bem, mas eu gostaria de deixar já um pedido à Mesa que elabore esse documento, que será endossado por nós, e ele será enviado pelo PSB ao Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Selistre) – Proponho que o companheiro redija o que pensa e apresente, para que possamos fazer uma moção como resolução do Congresso, para ser apresentada nos órgãos competentes.

A seguir inscrito o companheiro de Santa Catarina, Luz Inácio.

O SR. LUIZ INÁCIO (Santa Catarina) – Quero dizer aos companheiros e às companheiras que, na verdade, na reforma sindical não vamos entrar na discussão da contribuição da forma como funciona o nosso sindicato.

Sou Presidente do Sindicato de Vestuário e Calçado e fui eleito pelos trabalhadores o segundo Vereador do PSB mais votado da cidade, que está se concretizando como alternativa no nosso município.

Na verdade, essa questão da reforma sindical tem que ser, na sua íntegra, tirada da pauta, porque ficamos até meio confusos quando vemos companheiros, como sabemos, de luta, como foi o companheiro Lula, Jair Meneguelli, Vicentinho, toda a estrutura da central, que hoje não passa de uma central burocrática, engordando pelegos, que trazem dinheiro com projetos do exterior, para manter seus hotéis de escola sindical, e que esqueceram de ir para a base sindical para saber como se disputa uma eleição. E eu quero dizer, companheiros do PSB, que sou a ficha 34 do PT do meu Estado.

Em 89, quando o companheiro Lula foi candidato a Presidente, ele dormiu na minha casa, em Criciúma, Santa Catarina, e a gente conhece a história do PT e hoje me envergonho de alguns dias atrás o Ministério do Trabalho na minha cidade reuniu todos os dirigentes sindicais da Região Sul e botou numa sala para discutir as regras das convenções, as regras das eleições do sindicato, as regras das contribuições.

Acho que essa reforma tem que ser repudiada pelo PSB, que é um partido socialista, que tem na sua grandeza, uma visão, no meu entendimento, de que tem que se fazer uma nova central para este País, apresentar uma alternativa diferente para os trabalhadores.

Também não concordo com a questão do imposto sindical, porque ele é imposto aos trabalhadores sem uma discussão. O imposto sindical também tem que passar por uma discussão. Agora, essa reforma que o Presidente Lula e que a central está encaminhando ao Congresso Nacional, porque no meu entendimento a CUT enrustidamente defende essa proposta, porque ela quer o consentimento da arrecadação do imposto sindical.

Então quero dizer, companheiros, que o PSB e nós do Movimento Sindical temos que trabalhar uma proposta no sentido de criar uma central independente, uma central que traga uma alternativa para os trabalhadores.

Era essa a minha intervenção e ainda quero dizer que nós somos contra a reforma sindical e que o PSB caminhe a uma central sindical que traga uma proposta para os trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Selistre) – Anotado, companheiro.

Seguindo a nossa inscrição, apenas comunicando que o companheiro Relator está marcando o tempo e avisará quando faltar um minuto e depois concluindo quando faltarem 10 segundos.

Companheiro Raimundo Barroso, de Tocantins.

O SR. RAIMUNDO BARROSO (Tocantins) – Obrigado, Presidente. Sou Presidente do Sindicato dos Transportes no Estado de Tocantins e quero aqui trazer a mensagem de todos os companheiros do meu Estado, porque temos nos reunido e chegamos a uma decisão de que somos contra a reforma sindical. Quero deixar bem claro que sou totalmente contra a reforma sindical, mas tem uns itens aqui na constituinte e é muito importante citarmos aqui. Um deles é o art. 8º. Por que eles não procuram regulamentar esse artigo da constituinte? Eles ficam batendo na tecla que querem reforma sindical.

Então, quero ser bem breve, porque o tempo é curto, mas quero deixar o meu protesto.

Quero agradecer a todos que estão aqui presentes. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Selistre) – Obrigado, companheiro Barroso também pela síntese.

Ainda temos dez inscritos e agora a seguir o companheiro de Minas Gerais, José Geraldo Faustino.

O SR. JOSÉ GERALDO FAUSTINO (Minas Gerais) – Boa tarde,

companheiros, sou do Sindicato dos Metalúrgicos de Timóteo, Minas Gerais, estou com o contrato suspenso por perseguição política, desde o ano 2000, e já ganhamos na nossa região, em Belo Horizonte, na Capital, e o processo agora está em Brasília, sendo julgado, onde com certeza também vamos ganhar e voltar para o interior da fábrica.

Mas quando eu disse que existe divergência, alguém vai lá e defende pela manutenção do imposto sindical. E no próprio plenário aqui alguns companheiros já se manifestaram totalmente contra o imposto sindical. Para mim, só a palavra “imposto” já é digna de repúdio. Agora, defender contra o imposto sindical e não apresentar uma proposta também fica um pouco vazio. Nós precisamos construir uma proposta, porque o sindicato precisa de uma forma de sobrevivência. E a primeira tese, do Rio Grande do Sul, defende a contribuição sindical.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Selistre) – Companheiro, ela defende duas contribuições: a associativa, a mensalidade, e uma contribuição de categoria decidida em assembléia.

O SR. JOSÉ GERALDO FAUSTINO (Minas Gerais) – A contribuição de classe e a contribuição sindical. São as duas.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Selistre) – Mensalidade.

O SR. JOSÉ GERALDO FAUSTINO (Minas Gerais) – Mensalidade sindical. Então é essa que temos que entender, porque, na verdade, o sindicato que tem a contribuição é porque os associados são a favor. No nosso sindicato, 90% da base é filiada e paga a contribuição sindical mensalmente. E aquele que não concorda vai lá e desfilia. Então é uma forma de fazer com que o sindicato fique combativo, defendendo realmente os interesses das classes trabalhadoras, por intermédio da contribuição sindical.

A base nem sabe como é distribuído o imposto sindical. Por isso estamos aqui mais uma vez para poder elevarmos a discussão para o fim do imposto sindical e gostaríamos até de ouvir mais explicações dos companheiros que o defendem.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Selistre) – Muito bem, companheiro Faustino, muito obrigado.

O inscrito seguinte é o companheiro Francisco Assis, do Pará e da Coordenação Nacional.

O SR. FRANCISCO ASSIS (Pará) – Boa tarde, companheiros, sou do Sindicato dos Urbanitários, de Belém do Pará, e membro do Movimento Sindical do PSB.

É a terceira vez que o Movimento Sindical do Pará está aqui, fico até

um pouco satisfeito com a companheirada, que na primeira vez quando estive aqui no I Congresso só eu estava presente. Hoje, já temos eu e mais cinco companheiros. Isso significa que o Movimento Sindical do Pará está avançando e cada ano que passa avança mais.

Sobre a questão da reforma sindical, companheiros, discutimos e não entendemos como um companheiro que foi fruto do movimento sindical, que saiu do movimento sindical, que foi eleito Presidente deste País, hoje coloca o seu dedo juntamente com o capitalismo, para colocar essa reforma sindical que vai tolher os direitos dos trabalhadores. Quando podemos concordar que hoje nos reunimos na base, como todos sabemos, colhemos nossas propostas e mantemos nossos acordos coletivos. Com essa reforma do capital que está aí, só as grandes centrais, as direções da central vão poder fazer isso. E os companheiros da rede pública como ficam? Sequer foi dada atenção para esses companheiros.

Foram feitos “n” fóruns em todo o Brasil, nos Estados e nos Municípios, e a proposta apresentada de respeitar os fóruns dos Estados. Então, não podemos concordar com essa reforma que aí está. Nós somos de um partido de apoio da base, mas este Governo que aí está foi eleito pelo apoio do movimento sindical com a contribuição dos bancários também. E agora, como o movimento sindical, inclusive o do PSB, avança, ele quer colocar uma pedra em cima. E nós não vamos deixar. Apesar de esse Governo que aí está ter uma série de contradições, que temos que analisar para o futuro, se vamos permanecer nessa base ou não, é uma discussão mais para frente, mas com essa reforma que aí está não poderemos concordar. E tem que ser uma reforma discutida proposta por proposta com a base, com os sindicatos, nas cidades e no meio rural. No meio rural a discussão é isolada, e nós não podemos concordar com essa reforma que aí está. Temos que colocar uma outra discussão no País.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Vicente Selistre) – Obrigado, companheiro Francisco Assis.

Companheiro Luiz Batista Bruno, do Rio de Janeiro, com a palavra.

O SR. LUIZ BATISTA BRUNO (Rio de Janeiro) – Boa tarde, companheiros, nós estamos aqui num momento sublime até, porque essas propostas contrárias à reforma sindical já vêm desde o ano passado sendo definidas pelo nosso Congresso. Então, vejo hoje aqui, com bastante satisfação até, a proposta que veio do Rio Grande do Sul, mas que é uma idéia muito avançada, uma idéia consciente, quando você tem uma categoria politicamente esclarecida. O que não é o nosso caso, infelizmente, pois a grande maioria dos trabalhadores brasileiros não tem uma postura definida com relação a suas

entidades sindicais, que são, queira ou não, ainda quem defende o trabalhador. E ainda são induzidos em sua grande maioria pelos patrões a se posicionarem contra a sobrevivência das suas entidades, quando discutem em suas assembléias a questão da participação da contribuição assistencial etc. São contra. Isso a gente vê em grandes centros como Rio de Janeiro e São Paulo. Para se assinar uma convenção coletiva os patrões impõem que o que foi decidido em assembléia, aqueles que não participaram, porque queira ou não no Brasil, 90% dos trabalhadores não participam das assembléias dos sindicatos, se posicionarem contra a ir receberem de volta o dinheiro que é descontado e que foi aprovado em assembléia e consta que vai para o Ministério do Trabalho com a relação dos que freqüentaram.

Então, temos que ter uma posição. Se não for criada uma alternativa para a sobrevivência do sindicato, se não for dada essa prerrogativa a essa sobrevivência nossa, a sobrevivência das entidades que ainda defendem o trabalhador, que fique como está.

Nós temos aqui a idéia clara e inequívoca da companhia de Pernambuco, que é uma posição convergente com a posição do Rio de Janeiro e por isso apóio a manutenção do que aí está, se não for criada uma coisa nova.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Selistre) – Obrigado, companheiro Bruno.

Com a palavra o companheiro do Amazonas, Elias Sereno Souza.

O SR. ELIAS SERENO SOUZA (Amazonas) – Companheiros, eu tive a preocupação de analisar essa questão da reforma e algumas conclusões eu já tenho tirado em relação a ela. Não vejo ainda este ano possibilidade alguma de se votar essa reforma e muito menos o ano que vem.

Porém, é preciso que entendamos que nós temos que ter uma posição. Eu acho que o imposto sindical tem que ser extinto. Agora, os trabalhadores precisam discutir mecanismo que garanta o funcionamento da estrutura sindical. Quer ter sua federação, quer ter sua confederação, quer ter sua central sindical? Nós temos que discutir com os trabalhadores mecanismos para manter essa estrutura. Não dá para acreditar que vamos fazer uma central sindical sem discutir como bancá-la. E quem vai bancá-la são exatamente os trabalhadores.

E o mecanismo do imposto sindical, no meu entendimento, é superado. Não há como manter uma defesa sobre ele. Agora, é preciso ter coragem de discutir outros mecanismos, para manter esse sistema confederativo que queremos manter.

A outra questão que eu queria levantar, para que possamos ponderar

também, é em relação à questão da unicidade sindical. Depois de 88, alguns sindicatos se constituíram em verdadeiras federações. Pegaram categorias não representadas e incluíram na sua base territorial e passam então a usufruir o imposto sindical. Então é preciso discutir essa questão. Particularmente, tenho a idéia de que poderíamos discutir a organização dos trabalhadores por ramo de atividade, de cima para baixo, para que os trabalhadores tenham força de lutar de forma organizada.

Então essa é uma questão que temos de levar em consideração. E a minha proposta final que quero apresentar para a nova direção que vai ser eleita hoje é que esse processo, essa discussão de reforma sindical seja aberta aqui dentro do partido, nos Estados, e se comece a discutir proposta para que possamos apresentar, ano que vem, uma proposta através dos nossos Deputados aqui no Congresso, de reforma sindical saída de uma discussão daqui. Aí, sim, podemos confrontar lá em cima com a PEC que já está aí etc.

Portanto, essa seria minha sugestão para a nova direção.

O SR. JOILSON CARDOSO – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Selistre) – Obrigado, companheiro Elias.

O SR. JOILSON CARDOSO – Têm companheiros delegados de vários Estados que chegaram agora. Alguns se desencontraram e perderam o caminho do credenciamento, como é o caso do companheiro do Maranhão que disse ter estado aqui às 11h e lhe disseram que só à tarde seria o credenciamento.

Então diante disso, nós não decidimos grandes questões, as grandes questões precisam ser debatidas agora para serem deliberadas. Então, enquanto não houver uma votação dessas deliberações, os companheiros estão prejudicados na discussão, mas não na deliberação.

Então estou propondo um apelo ao Plenário no sentido de que reabra o cadastramento para quem está aqui neste momento. O credenciamento já foi trazido inclusive para a sala, está ali a companheira Simone, responsável pelo credenciamento, para que os companheiros que não foram credenciados, que são delegados, que, por favor, levantem os braços. São dois companheiros: um de São Paulo e outro do Maranhão.

Estou fazendo um apelo à Plenária para garantir o credenciamento desses dois companheiros e pedindo ao Presidente que coloque em votação imediatamente. O pessoal da Bahia não está aqui. Abre também para a Bahia e para a delegação da Bahia que já esteve aqui e os companheiros devem ter ido resolver algum problema de almoço e tal.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Selistre) – Bahia, o companheiro de São Paulo e o companheiro do Maranhão aqui presentes.

Companheiros, encaminhando, porque precisamos de agilidade.

Os companheiros que concordam com a reabertura de cadastramento para esses companheiros definidos ergam o crachá. *(Pausa.)*

Os companheiros que são contrários, companheiros que votam pela abstenção. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Então, garantidas essas inscrições. Depois eu pediria que a Mesa de cadastramento informe quantos delegados estão inscritos, lembrando que até as 15h as inscrições da chapa.

O SR. JOILSON CARDOSO – Questão de esclarecimento, Presidente.

É que a CMS Nacional, em reunião realizada ontem e de articulações que tivemos durante a noite, está construindo uma chapa “Guerreiro do Povo, Miguel Arraes”, e essa chapa está sendo construída e já tem praticamente indicados alguns nomes: o meu nome para o diretório nacional, junto com o companheiro Vicente, o suplente do diretório nacional um companheiro do Maranhão, que a bancada do Maranhão está definindo. Do Sul, a companheira Eugeane, que já é da atual direção, adendendo agora com a presença do companheiro Carlos Leite Breik. Sudeste está sendo construído com São Paulo e Rio de Janeiro, Rio de Janeiro está cedendo uma vaga para incluir São Paulo. Centro-Oeste já está fechado, que é o companheiro Jecimar, que já é da direção, e a companheira Marlene, que se soma pela ausência do DF, que está sem nenhum delegado. Nordeste é a reedição do companheiro Bismark, juntamente com o nome do Ceará. Os companheiros do Ceará terão 10 minutos para pensarem no nome. E no Norte o companheiro Francisco Assis, que já é da direção, ele junto com o nome de Elias Sereno de Souza, do Amazonas.

Portanto, essa é a chapa “Guerreiro do Povo, Miguel Arraes”.

Peço aos companheiros que agilizem os demais nomes e, se houver outra chapa, que usem também da palavra.

O SR. CLÁUDIO (Minas Gerais) – Companheiro Joilson, eu queria sugerir ao companheiro que abrisse as discussões para Minas Gerais, dentro das discussões da sua chapa, na questão juntamente com São Paulo e Rio de Janeiro, para que possamos chegar em consenso da Região Sudeste e construir essa caminhada que vai ser árdua.

Portanto, quero sugerir que se abram as discussões com os companheiros

de Minas Gerais.

Obrigado.

O SR. JOILSON CARDOSO – Para um esclarecimento.

A responsabilidade de uma chapa é de quem compõe a chapa, não é desta Plenária, por enquanto. Quando trouxermos para votação e apresentação, será de responsabilidade da Plenária. Então isso não é matéria para discutir aqui.

A nossa posição como chapa é de chamar alguém de São Paulo, do campo cutista, para compor a chapa com o Rio de Janeiro. Se os companheiros de Minas quiserem conversar, vamos chamar a bancada do Rio e a de São Paulo para resolvermos, mas, *a priori*, a decisão da nossa chapa é conversar com São Paulo pela importância de organização de São Paulo, reconhecendo que Minas Gerais está embrionariamente ainda se constituindo. Essa é a questão. E o campo cutista, porque temos um problema em São Paulo que são os diversos campos. Já que a resolução cutista está fechada entre nós, estamos discutindo com o campo cutista de São Paulo, buscando um nome para representar o Estado.

O SR. CLÁUDIO (Minas Gerais) – Companheiro, só uma questão de esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Selistre) – Quero garantir a palavra aos companheiros inscritos.

O SR. CLÁUDIO (Minas Gerais) – Quero esclarecer ao companheiro Joilson que Minas Gerais está nessa luta há muito tempo, não está embrionária.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Selistre) – Companheiros do Sudeste, o debate é fora deste plenário porque agora é reforma sindical.

Quero passar a palavra, com alegria, para o companheiro José Rodrigues Silva, de Pernambuco.

O SR. JOSÉ RODRIGUES SILVA (Pernambuco) – Companheiros, nós ouvimos, com muita atenção, as propostas sobre a reforma e a proposição de cada grupo. Entendemos que a reforma sindical que está no Congresso Nacional não atende aos anseios dos trabalhadores, da classe brasileira, principalmente dos trabalhadores rurais.

É preciso, na verdade, que se discuta mais, porque entendemos que não podemos ficar presos à discussão de que não devemos mexer em nada. Entendemos que mesmo com a legislação que está aí, é necessário normatizar, porque hoje, com a legislação da unidade sindical, exige criação, exige válvula com criação de vários sindicatos ainda da mesma categoria. É preciso normatização nessa questão, para evitar que apareçam sindicatos na mesma categoria nas

questões dos sindicatos organizados verdadeiramente reconhecidos.

Somos contra a reforma sindical que está lá no Congresso, mas é preciso que se regule, normatize essa situação.

Na questão da proposta do Nacional vimos o seguinte: quando fala na criação do fórum nacional do trabalho, composto por setores do movimento sindical operário, entendemos que é preciso reconhecermos também, operário deixa muito vago ainda quando fala operário e escusa a questão operária se rural ou urbana. Deve ser colocada a questão de trabalhador rural e urbano, para que se reconheça também a questão da participação dos rurais. No movimento sindical existem hoje mais de 4 milhões de trabalhadores sindicais, e muitas vezes as centrais e as outras entidades, grupo político, ficam muito na área urbana.

Por isso nós fazemos questão de que seja colocado também quando falar em operário: trabalhador rural e trabalhador urbano.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Selistre) – Obrigado, companheiro José Rodrigues.

Com a palavra o companheiro David Loureiro, Piauí.

O SR. DAVID LOUREIRO (Piauí) – Boa tarde, companheiros e companheiras, nós do Piauí colocamos claramente que devemos rejeitar veementemente a PEC 369. Ao tempo em que rejeitamos, somos a favor da proposta do companheiro de que nós temos que buscar construir uma proposta que nasça no seio da classe trabalhadora.

Entendemos que não podemos deixar neste momento a situação de que não podemos mexer em nada, não devemos fazer nada. Nós somos a favor da reforma, sim, mas uma reforma que seja feita, criada, para ser executada a favor dos trabalhadores brasileiros.

Também concordo com o companheiro que devemos pedir para que seja retirada de pauta essa PEC 369. Essa é a posição do Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Selistre) – Obrigado, companheiro, pela sua síntese.

Quero saudar os companheiros Raimundo Nonato e Ronaldo Lins, do Sindágua, do Rio Grande do Norte, que se fazem presentes e estão também na luta junto à CNTI. (*Palmas.*)

Também o companheiro Luiz Brandino, do Sindicato dos Mineiros, Extração de Carvão Mineral, do Rio Grande do Sul, que é membro da Coordenação do Rio Grande do Sul. (*Palmas.*) Também o companheiro Fernando Semgher, nosso popular Rato, que é o grande Presidente do PSB de São Leopoldo, que está desde a manhã prestigiando o nosso debate. Muito obrigado pela presença.

Companheira Maria Andrade Leite, do Ceará.

O SR. LUZIMAR LOPES DE SOUZA (Tocantins) – Sr. Presidente, questão de ordem. Sou Luzimar Lopes de Souza, de Tocantins, e quero registrar a presença do nosso Presidente Regional do PSB de Tocantins, Tenente Sérgio. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Vicente Selistre) – Uma salva de palmas ao companheiro Presidente Estadual de Tocantins, agradeço ao companheiro da plenária que nos ajudou aqui.

Companheira Maria Andrade.

A SRA. MARIA ANDRADE LEITE (Delegada do Ceará) – Sou da Federação Nacional dos Assistentes Sociais e do Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Ceará.

Em princípio eu penso que toda discussão deve ser direcionada para dizer “não” à PEC 369. Até porque eu acho que não vale a pena nos prolongar, porque não houve uma discussão plena com a classe trabalhadora. Nem os próprios sindicalistas nem a própria CUT chamaram para perguntar que propostas existiam.

Defendo a unicidade sindical. A nossa categoria encaminhou, desde 2001, a questão do ramo de atividade para o companheiro que se diz favorável ao ramo de atividade e fomos fechando os sindicatos no âmbito do Brasil para formar esse ramo e de repente o Movimento Sindical, os trabalhadores, não têm uma estrutura de ramo. Isso nós estudamos, tentamos, verificamos e temos experiência. Por isso, toda a nossa categoria, em âmbito nacional, por unanimidade, é contra o ramo, porque não deu certo. E por isso defendemos a unicidade sindical e os sindicatos de outra forma, mas não no ramo como está posto aí.

A outra coisa que eu queria dizer também é sobre a contribuição sindical. Companheiros e companheiras, se vai chamar imposto sindical, se vai chamar contribuição negocial, o caráter de como está se colocando, além da mensalidade, é de imposto. Se é obrigatório, torna-se imposto. Não importa o nome. Vejo que a questão da contribuição do imposto, para sermos claros, não é camuflando que vou chamar disso ou daquilo. Porque é um imposto, se for obrigatório para todos.

Então, vejo que a questão não é o imposto sindical, porque temos a mensalidade, que chamo de mensalidade, e na realidade o que constitui isso que está acontecendo de as pessoas não quererem trabalhar, querendo ficar só na sede do sindicato, ganhando o seu dinheiro e vivendo do bem bom é a própria organização sindical que está em jogo. Não é a questão do dinheiro. O dinheiro você usa como bem planeja ou não planeja.

A nossa proposta que estamos iniciando agora no Ceará é fazer o curso de formação em módulos, teremos até o final do ano, e vamos discutir a reforma sindical, dizendo o que queremos e não queremos. Depois vamos publicar e enviar para todo o Brasil.

Essa proposta, então, não podemos dizer agora: a PEC é boa nisso e naquilo é ruim. Vamos analisar e fazer uma proposta inteira do PSB, discutindo conosco e nós encaminhando com tempo, depois, para fazermos as discussões com as bases.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Selistre) – Obrigado, companheira Maria.

Também estou inscrito, permitam só fazer uma avaliação, já que também pude expor ali um debate. O nosso coletivo entende, e nós acatamos, nossa tese foi apresentada por um debate de contribuição. A tese do Custeio do Sindicato do Rio Grande do Sul, que o nosso sindicato construiu, é para contribuição ao debate, porque primeiro nós nos curvamos à decisão de um coletivo que teve no Fórum Social Mundial, que está, claro, abaixo deste Congresso, e a decisão da CMS e da bancada federal no Senado e na Câmara de que nós estamos pedindo a retirada da PEC 369 para rediscussão com a classe trabalhadora, sem padrão e sem o Ministério do Trabalho. (*Palmas.*)

E eu trouxe a questão do custeio do sindicato porque nós aqui ficamos discutindo muito no macro e não entramos às vezes no dia-a-dia quando estamos lá no sindicato. Trouxe essa provocação numa tese de custeio porque é o nosso dia-a-dia. Nós temos que buscar mais sócios, temos que ir à luta, temos que fazer a luta e conseguir, principalmente, por excelência, pela contribuição do associado, do filiado, e depois a de classe conquistada também na assembléia, não é impositiva, é na assembléia de classe que vai definir o *quantum*.

Agora, nós sabemos que é preciso melhorar, e o companheiro Bigu lembrou bem no início que muita coisa tem que ser realizada. A própria regularização das centrais não existe. Representação no local de trabalho, companheiros, leiam o art. 11 da Constituição Federal. Mais de 200 peões numa fábrica elegem um trabalhador. Nós tentamos eleger, fomos fazer o debate, não querem dar estabilidade para o companheiro, porque ali não diz que é o sindicato que coordena a eleição. Então é a letra morta da lei. Nós precisamos de representação no local de trabalho e isso tem que fazer a discussão.

Na questão do FNT, avança-se na representação no local de trabalho, as comissões de fábrica, as comissões de base. E ninguém aqui eu tenho certeza é contrário à ampla representação no local de trabalho, dentro da garagem, dentro

da fábrica, dentro da obra, dentro da estância o trabalhador rural.

Concluindo, companheiros, essa é a nossa proposta. Até os companheiros de São Paulo estavam discutindo antes, agora estão com outra discussão lá fora, mas nossa provocação é no sentido de trazer a contribuição, mas quero deixar como proposta que o encaminhamento melhor, porque se ficarmos aqui discutindo quatro contribuições, três, duas, quais seriam, até domingo, não dá.

O que quero encaminhar para o momento da discussão é que mantivéssemos a decisão de coletivos, da CMS e junto à bancada, como aqui se pronunciaram Deputados como o Deputado Ribamar, de retirada da PEC e um debate com todas as centrais, no seio da classe trabalhadora brasileira. E aí nós vamos discutir o melhor custeio e principalmente representação no local de trabalho, regularização da central, autenticidade dos sindicatos, representatividade, democracia, transparência e construção socialista deste País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A próxima é a companheira Dulcilene Moraes, da luta da construção civil do Recife.

A SRA. DULCILENE MORAIS (Pernambuco) – Eu me inscrevi porque queria dizer que a tese de Pernambuco foi apresentada para a direção nacional da CMS em tempo hábil, através de Sedex, e as pastas não estavam devidamente multiplicadas para a plenária.

Então, quero registrar que fizemos tudo conforme o estatuto e o regimento mandam e infelizmente fomos surpreendidos. Essa é uma questão.

A outra questão é em relação à reforma como está. Quer queiramos ou não, quer o Movimento Sindical Brasileiro queira ou não, existe um projeto que está tramitando na Câmara Federal que, se passar, vai destruir o Movimento Sindical Brasileiro. Então até colocamos essa discussão em todos os congressos sindicais e elas são bastante acaloradas, e entre a nossa proposta de Pernambuco e a de Campinas não há divergência. Nós lemos pontualmente item a item e não há divergência, somos a favor da manutenção da contribuição sindical. E não conheço, e desafio aqui qualquer dirigente a me mostrar e dizer o nome do sindicato que devolveu a contribuição sindical. Porque não existe neste País. Então, se o cabra é a favor...

O SR. – Dulcilene, é o chamado imposto sindical.

A SRA. DULCILENE MORAIS (Pernambuco) – Imposto sindical. Devolva o imposto sindical para os trabalhadores. Pelo que conheço de esquerda, de direita, de centro, de meio, ninguém devolve a contribuição sindical. Fazem

um corredor polonês, dizendo: companheiro, essa contribuição sindical vai servir para a luta. Porque lá no nosso Sindicato dos trabalhadores da Construção Civil o imposto é muito bem-vindo. Neste ano, montamos mais um carro de som, a Presidente está sendo condenada a 4 anos porque fez uma greve, enfim, faz parte do jogo.

Então, eu quero deixar claro que essa PEC que está aí, essa reforma sindical que está aí, está vindo para destruir os trabalhadores, principalmente da área rural, porque a gente não pode pensar só no umbigo do sindicato urbano e a zona rural sobrevivendo através de safra, trabalham 6 meses e 6 meses o sindicato tem que ralar para manter os trabalhadores com assistência no local de trabalho. E tem mais: temos que ver do ponto de vista prático e diário que a contribuição proposta pelo Governo vai ficar muito mais alta do que a contribuição sindical, porque aumenta de 3% para 13%. Então é um engodo que está sendo colocado na reforma sindical.

Então nossa proposta é clara, a de Campinas e de Pernambuco também são claras e nós somos a favor da contribuição sindical, somos contra a unicidade sindical e a favor da unidade dos trabalhadores no Brasil e da discussão plena não da elite nem do Governo, mas dos trabalhadores lá na base.

O SR. – Questão de ordem, Presidente.

A questão da contribuição sindical quem vai achar pior são aqueles sindicatos pelegos, aqueles presidentes pelegos que acham ruim porque não mostram trabalho. Não é justo a gente aqui acabar com a contribuição sindical daqueles que trabalham. Aqueles que trabalham querem continuar com a contribuição sindical, aqueles que são pelegos, sindicatos de gavetas é que ficam colocando dificuldade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Selistre) – Eu peço aos companheiros que garantam a palavra da última inscrição. Companheiro Breik, do Rio Grande do Sul, último inscrito. Depois vamos ouvir a primeira tese da reforma política, com Bismark Medeiros, e antes, claro, vamos fazer os encaminhamentos dos debates desse temário.

Três minutos, Breik.

O SR. CARLOS LEITE BREIK (Rio Grande do Sul) – Sr. Presidente, demais congressistas, eu até me senti contemplado com algumas falas, mas gostaria de corroborar com as quais nos identificamos.

Nós rejeitamos a PEC 369 porque entendemos que ela não é uma reforma sindical, é uma reforma patronal. Ela não é uma reforma discutida na

base, ela foi discutida com sindicato patronal. Então ela perde o eixo da discussão com o trabalhador. Por conta disso, ela enfraquece os sindicatos e fortalece a discussão na central. Uma central que temos hoje que não sabe se é Governo, se é trabalhador, que vamos ter que fazer uma briga muito forte para reeditar ou rediscutir, fica muito difícil. Então eu acho que não temos que remendar essa proposta, temos que rejeitá-la de forma radical e construir uma nova reforma sindical que venha contemplar os trabalhadores de base.

Nós não somos contra a reforma, deve existir uma reforma, sim, mas essa que está aí, neoliberal e patronal, nós rejeitamos.

E a questão do imposto sindical, acho que o Governo deveria abrir mão da parte dele. Não abre. É imposto. O Governo ganha 20%, abre mão, dá para os trabalhadores construírem.

Para concluir, a contribuição associativa nós somos a favor, que é a mensalidade, e a contribuição assistencial, que é aquela referendada na assembléia. O sindicato que tem trabalho acho que a assembléia, se não tiver alguém que atrapalhe, é bem-vinda e aceita pelos trabalhadores.

Nós rejeitamos a PEC 369.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Selistre) – Obrigado, companheiro Breik.

Encaminhamentos. Companheiros, nós tivemos aqui quatro teses expostas. Existe uma tese-guia do PSB que, primeiro, é contrária à reforma sindical nos moldes propostos pelo FNT. Segundo, pede a sua retirada da Câmara, senão votará contra. Essa é a postura do PSB perante os seus Deputados até o acúmulo que veio até este Congresso e está no livrinho. Terceiro, proposta também da CMS acumulada até agora, e refiro o coletivo do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, em janeiro, de que — e aí é importante que tenhamos atenção —, não tiremos um encaminhamento de que a representação do local de trabalho é assim, as centrais são assim, o custeio do sindicato — que é o maior debate aqui — é assim, a questão do direito de greve é assim, a questão da negociação coletiva é assim, a questão da justiça do trabalho é assim. A idéia que está nessa proposta, e que pode ser rediscutida aqui, é que volte ao seio dos trabalhadores numa discussão da classe trabalhadora, sem a coordenação e o comando do Ministério do Trabalho e sem a participação de patrão, como foi o FNT, para que aí a classe trabalhadora faça essa discussão e venha a proposta o mais consensual possível.

Esse é o encaminhamento que coloquei antes, repito. Existe um outro sentimento de que aprofundássemos algum debate, o do custeio, por exemplo, que aqui foi o que mais pautou as intervenções da companheirada do plenário. E esse pensamento, que quero ver se é mantido, é divergente dessa tese de que vamos todos os assuntos para a classe trabalhadora discutir. Porque daí o

PSB estaria tirando uma posição sobre algum assunto. O Congresso Sindical estaria tirando um indicativo sobre algum assunto.

Questão do custeio, lembro aos companheiros, a fala do companheiro Breik tem uma proposta, a tese que trouxemos para contribuição, para depois que a reforma voltar à base dos trabalhadores seja incluída para discussão é uma proposta, a companheira de Pernambuco falou em outra proposta, um outro companheiro falou sobre os 20% do Governo. Então, todas elas são diferentes de deixar exatamente como está.

Então eu encaminharia duas formas. A primeira é essa proposta que o CMS tem defendido de declaração contra a reforma e retirada da proposta para que seja discutida no seio dos trabalhadores, nos seus sindicatos, e a segunda é que nós aqui encaminheamos alguma discussão sobre algum ponto que seja divergente dos assuntos postos hoje aqui em plenário, principalmente custeio sindical.

Os companheiros estão esclarecidos?

O SR. FRANCISCO (Pernambuco) – Quero um esclarecimento mais detalhado a respeito dessa segunda proposta que a Mesa está colocando. Qual era a nossa posição a respeito do ponto contraditório que você disse que há aqui e qual seria o que escolheríamos para ser colocado para o Congresso Nacional.

Que ponto seria esse, senão voltaríamos à velha discussão de percentuais, questões financeiras. Aí qual seria o ponto? Financeiro ou político? Uma moção ou alguma coisa desse tipo.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Selistre) – Companheiro Mauro, brevemente.

O SR. MAURO – Eu construí um texto aqui bem curtinho, na verdade quatro linhas, como encaminhamento.

“ASSB, corrente sindical do Partido Socialista Brasileiro, no 5º Congresso Nacional Sindical, realizado em 19 de agosto de 2005, em Brasília, repudia a PEC 369 da Reforma Sindical do Governo Federal e exige a reabertura da discussão sobre o referido assunto”.

Eu acho que nós matamos o problema aqui, companheiros, e fica desnecessária qualquer outra discussão, porque vamos à noite aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Selistre) – Estamos recebendo sua proposta que é a proposta primeira da Mesa. Não sei se o companheiro complementa, penso que a nova discussão da questão com a classe trabalhadora.

O SR. MAURO – Pode ter o aditivo, não tem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Selistre) – Exatamente. A discussão, porque nos moldes em que foi feito houve discussão na central, inclusive a CUT

fez uma discussão interna.

Encaminho, então, para votação, companheiros. Penso que estamos suficientemente esclarecidos.

Companheiros que são favoráveis à primeira proposta de que encaminheemos o repúdio à PEC 369 e a rediscussão com a classe trabalhadora brasileira sobre todas as questões que envolvem a reforma sindical, a estrutura sindical, o sindicalismo brasileiro, manifestem-se erguendo o crachá. *(Pausa.)*

Os companheiros que são contrários a esse encaminhamento. Os companheiros que desejam abster-se dessa votação. *(Pausa.)*

Está aprovada, por unanimidade, a tese que é a guia do nosso partido, do nosso movimento, que foi uma vitória inclusive do sindicalismo do PSB no Brasil perante a Câmara Federal, perante os nossos Deputados e perante o Governo Lula. *(Palmas.)*

Queremos também agora, companheiros, colocar uma problemática de tempo. Pela informação que temos, será às 17h a missa de homenagem póstuma ao nosso companheiro Miguel Arraes. A minha idéia agora é aprovar que vamos contemplar os companheiros das teses da reforma política, que é a grande razão de estarmos aqui também para discutir, reforma política é o que se está discutindo no País.

Porém, quero consultar o Plenário sobre o limite de inscrições. Não sei se está sendo inadequada a minha proposta, mas estou pensando que a última teve 14 inscrições. Os três minutos permaneceriam. O que os companheiros entendem? No máximo 5, 8 inscrições?

O SR. – Vicente, dez inscrições com dois minutos.

O SR. LUIZ BRUNO – Eu queria apresentar uma proposta para a Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Selistre) – Teríamos que alterar o regimento, mas este Plenário é soberano.

O SR. LUIZ BRUNO – Que se faça uma inscrição por região e cada região escolheria o seu representante.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Selistre) – Quem sabe limitássemos em até 8 inscrições, sendo que do mesmo Estado não haveria possibilidade, teria que ter um companheiro de cada Estado. Dariam 8 Estados contemplados e não as regiões. A Mesa permitiria a inscrição que o Estado encaminhasse sobre a reforma política e manter os três minutos. Consulto o companheiro Mauro.

O SR. – Se existem 12 Estados aqui presentes não poderia ser a partir dos 12 Estados limitaria a inscrição por cada Estado. Não são 12 Estados que estão representados aqui?

O SR. – Questão de ordem. O Tocantins...

O SR. PRESIDENTE (Vicente Selistre) – Nós deixaremos aberto, companheiros, limitado a um companheiro por Estado. Não determinamos se 8, 10 ou 12.

Então, aprovado.

O SR. – O Tocantins se isenta. Não se inscreve.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Selistre) – Algum companheiro pode querer abrir mão de falar, então limitado a uma inscrição por Estado nesse tema.

Os companheiros que concordam com essa proposta, conversada aqui no plenário e pela Mesa, ergam o crachá. *(Pausa.)*

Companheiros contrários, companheiros que se abstêm. *(Pausa.)*

Aprovado.

Chamo para fazer a primeira defesa de tese o companheiro Bismark Medeiros, de Pernambuco, sobre reforma política. Com a palavra por até 5 minutos, de acordo com o regimento para autores de teses.

O SR. BISMARK MEDEIROS (Pernambuco) – Pediria ao companheiro da Relatoria porque entreguei minha tese ao companheiro de São Paulo, para ver a sistematização.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Selistre) – Vou garantir o seu tempo. Companheiro de São Paulo que está com a tese da reforma política de Pernambuco. *(Pausa.)*

Depois temos a tese de Campinas, que também é São Paulo.

O companheiro está te socorrendo lá, Bismark, está trazendo a cópia.

Companheiro Bismark com a palavra.

O SR. BISMARK MEDEIROS (Pernambuco) – Companheiros, antes de entrar no mérito da discussão sobre as propostas que queremos apresentar, nós queremos discutir o que queremos com a reforma política, para que queremos uma reforma política. Qual o nosso objetivo da reforma política. O que nós do PSB queremos objetivar com a reforma política? Porque sabemos que os grandes partidos já estão fazendo acordo no Congresso Nacional. E o Bornhausen, o espertinho, já foi fazer uma proposta, saiu na televisão, da reforma política, uma reforma política que vai querer montar o esquemão dos grandes partidos. E é isso que queremos na reforma política?

Nós, sindicalistas, sabemos como vivemos para disputar um espaço político no partido, para disputar uma eleição para vereador. As últimas eleições para vereador lá em Recife e em todo o País, e também para Deputado, que será ano que vem, é o poder econômico que manda. Então nós temos um papel

estratégico no partido de mudar essa história no nosso partido, senão seremos somente carregadores de bandeira.

Nós queremos ser somente carregadores de bandeira e não podermos ser atores políticos? Nós precisamos ser atores políticos, nós não estamos aqui para brincar. O PSB, a área sindical, não estão aqui para brincar. Nós precisamos tomar espaço político dentro e fora do partido. E principalmente dentro do partido, onde discutimos a política.

Então, esse é o primeiro norte da nossa proposição. Então, fizemos uma abertura da reforma política para nos contrapor ao sistema. Não é para se contrapor ao sistema por ser contra o sistema, mas também tocar em alguns pontos que são totalmente divergentes da política sindical, do que nós pensamos como conceito de um companheiro ser candidato a Deputado Federal, a Deputado Estadual, a Vereador e ter o seu mandato à disposição da luta sindical ou da luta popular. Têm muitos companheiros, inclusive dentro do partido, não vou enumerar, que se elegem, isso no Brasil todo, e depois da eleição o companheiro do partido vai fazer de conta que não o conhece. É uma vergonha política. E ele pega a família dele toda e põe dentro do gabinete. Está certo essa prática política? Não está certo. Não contribui coisa alguma, usa o partido somente para o projeto político pessoal. Então nós temos que mudar essa política. Ou nós nos Estados, que somos atores sociais, que temos um papel na sociedade, mostramos essa diferença para os atuais atores que têm mandato no partido ou nós vamos fazer a mesma mesmice que eles estão fazendo aí, e nós continuarmos atolados e sem fazer, porque temos espaço político para crescer.

Então, nós fizemos uma abertura da nossa tese da reforma política com o seguinte texto:

“O PSB, Partido Socialista Brasileiro, fundado no dia 6 de agosto de 1947, completou neste mês das realizações do X Congresso Nacional 58 anos de luta e de resistência.

A Coordenação do Movimento Sindical de Pernambuco considera a reforma política o fator estratégico para o partido e para o País. A discussão e o aprofundamento desse tema irão possibilitar uma nova conjuntura política, com a ruptura com o que tem de mais atrasado na política nacional, com a posição firme do partido contra o mar de lama que estamos vendo em nosso País. A exemplo do escândalo dos Correios e do mensalão.

A Direção Nacional tem que exigir publicamente, em cadeia nacional, a punição dos culpados e a moralização da Justiça Eleitoral, contra o assalto que foi feito aos cofres públicos e o desrespeito ao povo brasileiro.

Precisamos acabar com os partidos de aluguel, que são utilizados vergonhosamente em todos os pleitos eleitorais.

Temos obrigação política e moral de fortalecer a militância de base e as instâncias internas do partido, seu programa e estatuto. Nosso objetivo é a interação entre a sociedade civil organizada, os trabalhadores de modo geral e do cidadão comum para se incorporar nas fileiras do nosso partido.

Para isso, é necessário que o partido seja democratizado internamente, dando espaço à militância que sempre levanta e honra a bandeira do Partido Socialista Brasileiro. Nesse sentido, apresentamos nossas sugestões que esperamos ver aprovadas no V CONSIND e X Congresso Nacional do partido e essas sejam incorporadas ao texto-base do Congresso encaminhando pela Direção Nacional.

Nós temos um ponto principal que é uma das questões básicas: o voto não obrigatório. O financiamento público de campanha, a lista no partido. Por que a lista no partido? Porque o partido não é a pessoa, o partido não é você, o partido é você disputar, dentre os filiados, quem vai para a lista do partido.

O companheiro do meu Estado falou aqui na plenária que era contra a lista. Nós defendemos a lista porque vamos ter que trabalhar a base, botar filiados no partido, discutir a política do partido e ver quem tem trabalho construído no partido para estar na lista e ser candidato, e disputar no voto.

Temos uma série de questões que não temos tempo para aprofundar, então esse voto não obrigatório é como se fosse uma bandeira do partido, que é o anseio da sociedade, e o financiamento público de campanha. Acabar com os cargos, indicação política em todos os tribunais de justiça do País e fazer a prestação de contas no Tribunal de Contas da União do dinheiro arrecadado. Esse é um ponto básico que estamos apresentando.

Há vários pontos, como filiação de no mínimo dois anos, que estamos querendo discutir mais, mas infelizmente o tempo é muito pequeno.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Selistre) – Agradeço ao companheiro Bismark.

O companheiro Marinaldo, de Campinas, São Paulo, que vai fazer a defesa da tese sobre reforma política.

Encaminhamos para que os companheiros consigam, conforme o companheiro Relator, Anselmo, fazer a proposta de forma, não digo fria e técnica, companheiro Marinaldo, porque se fizemos uma abordagem muito ampla, como o companheiro muito bem disse, depois na hora de colocar a tese em si faltou o tempo e ele teve que dar uma atropelada. Podia ter discorrido mais.

Só essa recomendação para fazer a proposta com mais objetividade. Obrigado.

O SR. MARIONALDO (São Paulo) – Eu vou fazer a leitura, porque naquela hora não deu tempo, a leitura dos pontos principais então.

Mais uma vez esclarecendo, vocês não têm a tese, mas nós a mandamos antecipadamente e imaginávamos que deveria estar aí esclarecendo.

“A reforma política é a terceira na ordem de importância colocada na agenda do Governo, mas o que está em discussão há bastante tempo no Congresso são propostas de espécies, de partidos políticos e de parlamentares, e aí pontuamos algumas coisas.

A cláusula de barreira, todo mundo sabe que é uma medida que visa a reduzir o número de partidos políticos, inviabilizar a representação ao Parlamentar dos pequenos agrupamentos partidários, entre os quais aparece legendas de aluguel, mas também legendas que expressam correntes ideológicas.

Essas pequenas legendas importam dificuldades para negociação que não envolvessem a concessão do tipo fisiológico. Trata-se de mero pretexto, pois a prática tem mostrado que as barganhas fisiológicas quem as impõe são grupos de parlamentares dos grandes partidos, o chamado baixo clero, tantas vezes denunciados em compra e venda de votos.

A cláusula de barreira já está posta na legislação e deverá vigorar a partir das eleições de 2006, ou seja, o partido que não alcançar os 5% dos votos não terá representação parlamentar.

Então, nossa proposta é que baixemos a porcentagem dessa cláusula de barreira para 2%, para garantir a pluralidade partidária. Porque hoje vemos o seguinte: o PSB está na faixa então somos a favor de que se mantenham os 5%. Mas e se fosse ao contrário? Temos que garantir a pluralidade. E que não fique restrito a 4, 5, 6, partidos abaixar para 2% a cláusula de barreira.

Financiamento público das campanhas eleitorais é uma medida vista como solução para impedir a prevalência do poder econômico nas disputas eleitorais, manifestado na maior possibilidade da eleição daquele candidato que tem mais recursos financeiros. Além disso, a medida visa coibir a busca de recursos para as campanhas eleitorais junto a grupos econômicos, bancos, empreiteiras de obras, empresas concessionárias de serviço público e outros. Isso porque essas empresas, depois dos pleitos, pressionam os eleitos em busca de favores e negócios superfaturados em troca de ajuda concedida. A medida é boa, mas não resolve inteiramente a questão da desigualdade das disputas eleitorais, considerando que a repartição dos recursos será feita proporcionalmente à votação obtida pelos partidos políticos, contemplando as grandes agremiações.

Temos também na nossa tese, porque não vai dar para ler tudo, proibição das coligações para eleições proporcionais, restrição à divulgação das pesquisas eleitorais, que o Governo já soltou uma medida e quanto a isso

temos um posicionamento claro. Uma medida considerada por muitos como uma medida salutar para impedir a manipulação dos levantamentos de opinião sobre a intenção de votos influentes e o resultado das eleições.

Trata-se de uma suposição isso que o Governo está querendo fazer, até porque a maioria das eleições realizadas nem sempre os candidatos que saem na frente nas pesquisas vencem as eleições, citando só o exemplo de Campinas. Dos últimos 5 candidatos a Prefeito, os que saíram na frente nenhum deles ganhou, sempre era o segundo, o terceiro que estava nas intenções de voto. De modo que essa é uma restrição à liberdade de informação, que não contribui para o aperfeiçoamento da democracia.

A liberdade de informação é um direito sagrado e deve ser preservado. Restrições à divulgação de pesquisas devem ser banidas da reforma política. Acabar ou reduzir o horário gratuito de rádio e televisão concedido pela lei eleitoral aos partidos e candidatos. É uma das propostas mais absurdas a restrição à liberdade de informação e ao direito do eleitor de conhecer os programas dos partidos e as propostas dos candidatos para formar juízo e votar consciente. Essa é uma conquista democrática do povo brasileiro e invejada pelos eleitores de outros países, tal sua importância para a democratização do processo eleitoral.

O que mais pressiona para que o acesso ao rádio e tevê seja extinto são os grupos econômicos, que pretendem manipular as eleições por meio da despolitização do processo eleitoral.

Separação das eleições de Deputado e eleições para Presidente da República. Essa proposta não tem sentido. O que tem sentido é separar as eleições para cargos eletivos federais das eleições para cargos eletivos estaduais, precisamente para haver maior afinidade e coerência, envolvendo a escolha do Presidente da República dos Parlamentares que deverão formar a base de sustentação do Governo.

Não dá para ler tudo e, portanto, encerro aqui minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Selistre) – Obrigado, companheiro Marinaldo. Sabemos da dificuldade. Uma salva de palmas para o companheiro. *(Palmas.)*

Nós temos agora o companheiro Joilson Cardoso, da CMS Nacional, para a tese da reforma política.

O companheiro tem 5 minutos e quero também, tendo em vista o tempo, depois da reunião de encaminhamento da nominata de chapa, vamos também receber essa inscrição.

O SR. JOILSON CARDOSO – Quero esclarecer, Presidente, que acredito que já existe uma chapa inscrita, que foi uma chapa que li, nós estamos completando, mas que já está inscrita. No Congresso existe uma chapa única e que está sendo muito duro para fazermos as emendas.

O SR. – Companheiro Joilson, me dá um aparte, porque nosso companheiro esqueceu o material na sala da discussão.

O SR. JOILSON CARDOSO – Mas eu nem comecei ainda, tem que pedir ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Selistre) – Pode deixar aqui e depois temos até que fazer uma referência, porque um companheiro Deputado, Ariosto Holanda, deixou alguma coisa sobre o biodiesel.

O companheiro vai se localizando ali na tese, depois então, quando abriremos inscrições por Estado, conforme definido, para agilizar a nossa plenária.

Companheiro Joilson. Reforma política, até 5 minutos.

O SR. JOILSON CARDOSO – Quero introduzir a minha defesa da reforma política lendo o texto que está aqui no nosso livro.

“Impossível avanço na permanência da democracia brasileira numa estrutura político-partidária, fraudada pelo poder econômico que se apresenta nas disputas eleitorais, é quase impossível conviver com um sistema político desvirtuado, distorcido na sua representação como o nosso.

Assim, diante dessa realidade brasileira, propomos profundas mudanças no sistema político, que vão desde a redefinição das representações nos parlamentos, seja nas Câmaras de Vereadores, seja nas Assembléias Estaduais, seja na Câmara Federal e no Senado, passando pela reforma da forma de Governo até a fidelidade partidária e o financiamento público de campanhas. E definimos em quatro eixos a nossa defesa: consulta popular para reforma política. Nós não aceitamos que esse Congresso seja legitimado pelos trabalhadores para fazer uma reforma política. Esse Congresso Nacional está *sub judice*, ele passa por uma execução pública em função da sua prática não só neste exercício como no exercício anterior à eleição.

Nós aqui sindicalistas, que já fomos candidatos, sabemos como os poderes desse Parlamento se constituem no Brasil: através da fraude eleitoral, da enganação que se dá diante do povo. Têm Deputados aqui nesse Parlamento, companheiros, que se elegeram pelo PSB, foram para o PFL, foram para o PL e depois voltaram para o PSB e saíram no outro dia para o PDT. Têm companheiros hoje, que tenho dúvida de chamar de companheiro, que quando estavam nos seus partidos, golpeavam o Partido Socialista Brasileiro, e vieram

para o PSB dizendo o seguinte: primeiro eu quero a direção estadual. Depois eu quero dizer quem é candidato e quem não é. Depois eu quero indicar quem manda e quem não manda no partido.

Nós temos que fazer uma profunda reflexão sobre esse tipo de prática política.

Portanto, companheiros, nós sindicalistas nesse Congresso e no Congresso do partido temos que defender uma outra forma de fazer reforma política, profunda, radical, indo na raiz dos problemas, que passa por esses eixos que acabei de definir.

Então, não queremos uma reforma negociada com PFL, que é a reforma para reproduzir o poder que está estabelecido hoje aqui em Brasília. Que é a reforma que o ingrato Partido dos Trabalhadores aprovou na cláusula de barreira de 5%, porque queria ser o único representante da esquerda neste País. Nós temos que condenar e fazer um repúdio ao Partido dos Trabalhadores de ter promovido a cláusula de barreira, que só servia ao PT. Era contra partidos históricos como o nosso, que tem mais de 60 anos de existência, como o Partido Comunista Brasileiro que hoje não tem representação, como o PCdoB e outras forças de esquerda que jamais poderão se organizar.

Portanto, meus amigos, colocar em cheque a legitimidade desse Parlamento para fazer uma reforma. O PSB está presidindo a reforma. Com que autoridade nós podemos presidir uma reforma política que será a reforma política do consenso desse Parlamento, companheiros? Nós temos que levar essa discussão para o plenário do X Congresso do PSB, porque quem é presidente é presidente, representa as forças que compõem. Ou não é assim na CMS Nacional que está aqui? Se nós não representarmos os companheiros, os companheiros têm todo o direito de fazer uma chapa e tirar os companheiros que estão aqui na direção nacional. Se estamos sendo eleitos e reeleitos é porque estamos acertando e sendo fiéis às resoluções do congresso.

Esse Parlamento não é fiel ao povo brasileiro. A grande maioria, com honrosas exceções. Quero encerrar, colocando mais outros aspectos: fidelidade partidária. A fidelidade partidária é clara para nós. Quem elege é o povo através do partido, e quem sai do partido deve deixar o mandato no partido.

Outro ponto: diminuição da cláusula de barreira, uma cláusula de barreira que visa transformar o Brasil num sistema quase bipartidário, como é nos Estados Unidos. Existem lá nos Estados Unidos mais de 30 partidos, mas só valem dois, e é isso que o PT quer, o que o PSDB quer, o PFL quer, mas não é o que o PSB quer. O PSB quer ampla divergência no quadro partidário brasileiro.

Financiamento público de campanha. Ele já existe, só que para os corruptos e poderosos, porque o financiamento privado hoje é financiado pelo

povo brasileiro, através das falcatuas, das licitações fraudulentas, das prestações de serviços não-realizados. É assim que é feito o financiamento público de campanha. Ou alguém aqui é bobo de pensar que um vereador que se elege gastando 1 milhão gasta por bom coração em fazer uma campanha? Ele gasta 1 milhão porque sabe que vai embolsar 2 milhões, enganando, traindo o povo brasileiro.

Então, companheiros, nós defendemos o financiamento público de campanha claro e transparente, porque o que está havendo aqui no Congresso Nacional é um acordão, quer dizer, vamos diminuir, *showmicio* não, não sei o quê, não. Porque aí vamos continuar governando, mandando em detrimento da renovação que queremos na democracia brasileira.

E eu acho que as resoluções que nós vamos tirar aqui devem ser para nós, mas principalmente para o Partido Socialista Brasileiro no seu X Congresso.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Vicente Selistre) – Muito obrigado, companheiro Joilson.

Abrimos as inscrições então por Estado. Ainda temos a reforma estatutária do partido para discutir, e gostaria, com a colaboração desse qualificadíssimo Plenário, de poder cumprir a pauta dos debates. Então os companheiros se aterão aos 3 minutos e, se o companheiro de algum Estado quiser ceder o tempo, nós também agradeceremos.

Questão de ordem, companheiro Bismark

O SR. BISMARK MEDEIROS (Pernambuco) – Uma questão de ordem. Tanto eu falei por Pernambuco a nossa tese da reforma política, como o companheiro de Campinas, de São Paulo apresentou também sua tese da reforma política. O tempo não foi suficiente para a Plenária entender o conteúdo das nossas teses. E nós temos uma questão objetiva e a tese da ASSB, da CMS, que está no livro.

Então, como uma questão objetiva o partido vai ter que se posicionar e teremos que apresentar um documento. Então, que nós pudéssemos, ou se faz uma sistematização aqui ou a leitura rápida pela Mesa, para que o Plenário se posicione, ou nós vamos fazer aqui uma comissão para sistematizar e ver o que é divergente e colocar para o Plenário resolver. Ou então aprovar tudo e mandar para o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Selistre) – Eu recebo a questão e a encaminharei. Os companheiros das teses de Campinas e Pernambuco reúnam-se, comparem com o que está subscrito no livro, e aquilo que ficar ampliado ou divergente, tragam-nos à Mesa para depois dos debates. Já temos inscritos aqui.

O SR. JOILSON CARDOSO – Uma questão de encaminhamento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Selistre) – Companheiro Joilson.

O SR. JOILSON CARDOSO – Quem é signatário das teses sabe onde está a divergência. Vocês não têm que sistematizar nada companheiros, mas extrair do que está sendo dito e do que está escrito. O que está escrito, está escrito. São públicos os documentos aqui, da CMS Nacional, por exemplo. É extrair da nacional o que diverge, o que tem de ponto divergente para debatermos a divergência.

Sugeri inclusive à Mesa que o Relator identificasse antes do debate, coisa de dois minutos. A divergência é essa e essa, vamos discutir esses e esses pontos, para tirarmos as divergências entre nós, ou então aprofundá-las.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Selistre) – Muito bem. Quero dizer aos companheiros que da reforma política percebemos bastante convergência até agora, por sinal. Mas seria importante que essas duas teses de contribuição junto com a tese que está no livrinho, que todos têm, façam ali das exposições de Bismark e de Marinaldo se perceberam alguma coisa e também têm agora as falas dos companheiros que vamos ter que ver o que vai ser dito, para sistematizar ao final e votar o que for necessário.

Questão de ordem.

O SR. – Pedi questão de ordem porque se existe divergência entre a tese do companheiro Joilson e outras teses mas a Plenária não tem como avaliar nada que não foi distribuído. Quer dizer, desde cedo que se fala que precisava estar aqui a de Campinas, a de Pernambuco, e não está. Ai polariza na Mesa e vai vencer a Mesa. Quer dizer, tinha que estar aqui para termos uma posição.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Selistre) – Peço novamente aos companheiros das teses que cotejem com a tese da CMS para que possamos até cumprir com a preocupação do companheiro que o nosso Plenário fique suficientemente esclarecido para depois encaminhar e votar.

Companheiro Luiz Soares Filho.

O SR. – Sr. Presidente, uma questão de encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Selistre) – Encaminhamento é depois, companheiros, nós temos que ouvir os companheiros.

O SR. – Não, para encaminhar essa questão dos pontos divergentes. Eu queria pedir que se tivesse mais algum companheiro que quisesse vir, inclusive o companheiro que falou agora, sentar conosco junto com o companheiro de São Paulo, para vermos quais são os pontos que são mais polêmicos, tentarmos

fechar e trazer para a Plenária.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Selistre) – Companheiro Luiz Soares Filho, guerreiro Vilanova do Maranhão, dos rurais. Tem até 3 minutos, guerreiro, para falar e contribuir com o debate da reforma política.

O SR. LUIZ SOARES FILHO (Maranhão) – Quero dizer que a reforma política é uma coisa de urgência e nós estamos no momento propício. O calor dos últimos acontecimentos leva a se tomar uma posição urgente. Por isso, eu acho que uma consulta popular nós vamos perder a oportunidade de fazer uma grande reforma política, porque uma consulta popular vai depender de muito tempo.

Mas nós defendemos o financiamento público de campanha, proibindo recursos privados.

A fidelidade partidária é indispensável para o PSB. E, saiu da linha, perde o mandato.

A não-reeleição. Muitos dizem que é preciso 8 anos para que o eleito coloque em prática um programa amplo, mas o programa não é do candidato, é do partido. Não à reeleição do candidato, mas o partido pode eleger outro no lugar do que foi eleito. Então, essa história de reeleição que não se coloca em prática o projeto, a não ser que o projeto seja do candidato e não do partido.

Então, não à reeleição do candidato. O partido tem o direito de se eleger 50 vezes se for o caso.

Mandato de Senador por 4 anos. Para que diabo um mandato de 8 anos, um cabra se elege e nunca mais sai. Oito anos! E ainda mais, 2 Senadores por Estado. Para que 3? Eu não entendi ainda por que 3 e não 2 Senadores. Parece que foi uma forma de se botar mais um aí para ganhar o nosso dinheiro.

A suplência do Senador deve recair ao mais votado que não se elegeu, e não um suplente indicado do bolso do candidato.

Não à lista. A lista é levar o mensalão para os municípios. É impossível uma lista. Se tiver uma lista, adeus, minha tia Chica, porque o mensalão sai do Congresso e vai para os coitados que estão passando fome.

E o piso está certo. Filiação de 2 anos, todo mundo combina, e eu acho que esses são os pontos mais polêmicos e o restante tenho certeza de que a companheirada completará, e nós estamos no momento propício e vamos fazer essa reforma agora, com esse Congresso decepcionante que está aí.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Vicente Selistre) – Obrigado, companheiro

Vilanova.

Companheiro Marcos Almeida, do Tocantins. Na sua fala, encerra.

O SR. MARCOS ALMEIDA (Tocantins) – Presidente da Mesa, companheiros, o Joilson na sua preleção disse e entendi que pelo que foi dito por ele devemos então rever a nossa posição com o partido aliado, uma vez que houve algumas inserções do PDT na televisão, já citando o nome do PSB como se tivesse se beneficiado em alguns casos.

Era isso e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Selistre) – Agradeço ao companheiro Marcos Almeida. A seguir, pelo Pará, depois Bahia, Amazonas, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Sul, concluindo esse temário.

Companheiro do Pará, Francisco Assis, com a palavra.

O SR. FRANCISCO ASSIS (Pará) – Companheiros, é necessário que essa reforma aconteça já, para eliminar alguns caras, digo cara porque não digo nem companheiros, picaretas, que atravessam de partido para partido, que usam muitas vezes a legenda. Esses caras picaretas têm que ser banidos da vida política brasileira, porque já chega de individualismo e de pessoas para massacrar o povo brasileiro.

Comungamos também da idéia de que é necessário que o povo esteja participando dessa discussão. É necessário que leve a população para discutir essa reforma política que será implementada no País.

Comungamos também com o companheiro Joilson quando colocou na sua tese que, como todos nós sabemos, o financiamento de campanha deverá ser transparente e público. Só assim nós e a sociedade teremos condições de fiscalizar esse dinheiro, que é das nossas contribuições. E começarmos também a discutir o nome de quem será, daqui para frente, que será na próxima eleição, o Presidente da República do nosso partido. Conseguir logo fomentar nas nossas bases o nome, para quando chegar em 2006 termos no PSB claro o nome de quem será o nosso candidato a presidência da República.

É isso e obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Vicente Selistre) – Obrigado por contribuir com o tempo, companheiro.

Companheiro Jasiel A. de Carvalho, Delegado da Bahia.

Tem um encaminhamento e respeitamos.

Continuando, companheiro do Amazonas, nosso Bigu, companheiro

Antônio Guimarães com a palavra.

O SR. ANTÔNIO GUIMARÃES (Amazonas) – Companheiros, creio que essa reforma vai sair nas coxas, porque é brincadeira querer fazer uma reforma política que há décadas está sendo discutida no Congresso em dois, três meses. Isso é brincar com a hipocrisia. Já dizia o Cazuza essa palavra há muito tempo.

Então, não podemos deixar de pensar no homem. Se o homem mudar sua concepção da sacanagem, da roubalheira, da impunidade, aí poderíamos pensar numa reforma política até em 30 dias.

Do que adianta fazer uma reforma política para transparecer para a sociedade que o Congresso virou moralista? E a gente tem que entender também, companheiros, que nós passamos 20 anos para chegar ao poder e nem tudo que se coloca ali é verdadeiro ou falso. Mas nós passamos 20 anos para chegar ao poder e agora não podemos jogar isso fora por conta de meia dúzia ou de uma dúzia de pessoas que estão enlameando não digo um partido, mas uma nação, onde já era para o Congresso ter moral, mas não tem moral. O Congresso que está aí não tem moral para expulsar essas pessoas que estão aí. Já tinham acabado com essa discussão.

Então, para mim, a reforma que virá nada mais nada menos será que uma forma simplista, inócua para enganar, mais uma vez, o povo brasileiro. Era preciso, sim, fazer uma reforma no nosso País, mas tem que ser reforma judiciária, principalmente a reforma judiciária, onde no meu Estado se brinca com essa questão, onde vereadores gastam milhões de reais para se eleger, para ganhar os míseros 8 mil reais por mês. Isso não dá para ser feliz.

Muito obrigado, companheiros. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Vicente Selistre) – Obrigado, companheiro Bigu.

Companheiro Francisco Silva Filho, Pernambuco.

O SR. FRANCISCO SILVA FILHO (Pernambuco) – Companheiros, é importante dizer que as teses apresentadas aqui estão meio que parecidas. As diferenças são na forma de pensar e de redigi-las. Mas nós, de Pernambuco, colocamos alguns questionamentos particulares que já colocam não um impedimento, mas acredito que um refreamento naqueles que gostariam de se aproveitar do partido ou que venham para o PSB com interesse de fazer uma escada eleitoral e uma negociata dos seus cupinchas. Nós colocamos aqui na nossa tese algumas propostas que não poderemos dizer que sejam revolucionárias, porque seria muita ousadia, mas nós temos a ousadia de dizer isso ou de colocá-las no papel porque o próprio regimento e o estatuto do

partido provocam e dizem que tem que ser levada para as bases a discussão da transformação da sociedade...

O SR. PRESIDENTE (Vicente Selistre) – Companheiro Francisco me permite, eu queria pedir aos companheiros que estão fazendo alguma discussão que é necessária ou aquelas que sejam desnecessárias para o encaminhamento da tese, mas que controlem a voz, porque o companheiro está com a palavra e está atrapalhando um pouco e eu quero lhe garantir a palavra.

Companheiro Francisco, pode continuar.

O SR. FRANCISCO SILVA FILHO (Pernambuco) – Como eu dizia, existem alguns que chegam no PSB, se locupletam no partido e isso existe em todos os partidos, tem que ser dito, só que nós temos que fazer a diferença. Esse Congresso hoje não tem moral para fazer uma reforma política, até porque o companheiro disse que faltam três meses e não faltam três meses, tem que ser um ano antes da eleição. Faltam no máximo 30 dias para que haja essa reforma.

Dizem que foi feita uma reforma tributária. Dizem que foi feita. Agora, eu gostaria de saber se essa reforma atingiu o bolso da sociedade brasileira. Ouvimos reclamação de todos os lados. A reforma foi feita, mas as taxas de juros são mantidas. Durante 5 meses está sendo mantida a mesma taxa de juros. Que reforma foi feita? Uma reforma para engordar mais o cofre do Governo.

Por isso que nós, de Pernambuco, defendemos algumas proposições que são simplórias, mas que poderiam colocar algum impedimento, como diríamos, a contribuição do mandato do Parlamentar do PSB será de 30% no seu gabinete. Ele terá que ceder 30% com indicação do partido que vai colocar as pessoas lá. Teria que ter 2 anos de filiação e de prestação de serviço ao partido, para que, aí sim, ele pudesse concorrer a um cargo eletivo. Teria que ter isonomia, igualdade para todos aqueles que fossem candidatos, independente de que Estado, de que região e de qual cargo legislativo: federal, estadual e municipal. A partir disso aí, não veríamos a famosa cauda dos grandes partidos. Até porque existe um vácuo hoje no momento atual, neste instante há um vácuo de liderança dos movimentos sindicais, populares e políticos, e nós, como membros do PSB, temos a obrigação, a responsabilidade e o desejo, que agora foi reforçado, de fazer com que sigamos e conduzamos um processo de melhoria e apresentemos propostas de reforma, sim, mas uma proposta feita pelo povo, vinda da base, para que este País um dia possa dizer que é um país socialista de verdade.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Selistre) – Obrigado, companheiro Francisco.

Antes de passar a palavra ao companheiro Jasiel, da Bahia, é importante até com a contribuição da companheira Eugeneane, junto aos companheiros que estão tentando sistematizar, porque vemos defesa da lista fechada, defesa contra.

Vemos a questão da cláusula de barreira mais unificada, enfim, existem diversas questões, financiamento público de campanha e lista fechada são casados. Então, há uma preocupação, porque logo depois das últimas três falas já haja uma sistematização para que não percamos tempo e possamos encaminhar.

O que tem aí: fidelidade partidária vejo uma unificação, mas já vejo situações como a questão do voto não obrigatório, a questão da consulta popular, que já agrega e amplia. Então seria bom estar pronto, porque senão depois custa tempo encaminharmos. E só temos mais três falas.

O primeiro então é o companheiro Jasiel Carvalho, da Bahia.

O SR. JASIEL CARVALHO (Bahia) – Companheiro, eu vou ser breve, mas já chegamos a um consenso das três teses apresentadas. Mas as três chegaram aqui e só esclarecendo para a Plenária, a única divergência que existe é a questão do voto obrigatório nas eleições e tempo de filiação partidária, para que o cidadão possa ser candidato pelo PSB.

As demais apresentadas não são divergentes porque algumas coisas que os colegas de Pernambuco colocaram, alguns itens, algumas propostas, em outras teses não têm, então se não tem ela deve passar pela plenária, se for lida.

Então chamei atenção para dois pontos: filiação partidária, da qual vou falar um pouco também, e o voto obrigatório, que tem uma tese aqui que solicita ou entende que o voto é um direito do eleitor. Ele vota se quiser, ele não é obrigado a votar.

Mas eu quero falar da filiação partidária e dizer que é difícil o movimento sindical, o movimento da juventude, as secretarias terem uma posição definida com relação à lisura desse cidadão que entra no partido para se candidatar. Vemos no Brasil todo, o cidadão entra um ano antes, porque ele já foi candidato em outro partido, não teve legenda, para se candidatar e acaba às vezes nem se elegendo, mas na maioria das vezes ele consegue porque já teve voto no passado e tem recursos financeiros.

Então é importante que saíssem daqui algumas condições para serem apresentadas amanhã e domingo no Congresso Nacional, porque o cidadão não pode entrar no partido apenas para se eleger ou apenas para ter a legenda. O cidadão, para estar no PSB, que é um partido de esquerda democrática, precisa ter militância, precisa ser socialista, precisa conhecer o partido por dentro e por fora. Então precisamos criar algumas barreiras para que não fiquemos a ver navios. E é assim em qualquer Estado do Brasil. Aí não adianta reforma, não adianta o movimento sindical colocar o que está colocando aqui com toda propriedade e com todo esse sentimento de pavor com o que está ocorrendo, se

o próprio partido no Estado e em âmbito nacional não tem uma decisão clara de quem pode e quem não pode ser candidato nas próximas eleições.

Então o partido devia criar requisitos para que o cidadão, para ser candidato das eleições proporcionais ou majoritárias no partido, tivesse alguns critérios. Por exemplo, conhecer o Estatuto e respeitar o estatuto partidário, conhecer o Regimento, ser um cidadão que tenha serviços prestados ao PSB, que tenha militado em qualquer movimento do partido e demonstrado sua capacidade. Não chegar ao partido e ser simplesmente candidato, porque ele é conhecido, já veio de outra legenda.

Quero encerrar, pedindo o seguinte: nós precisamos elencar uma série de requisitos para que qualquer cidadão brasileiro possa ser candidato nas próximas eleições pelo PSB. Não chegar no partido e ter a legenda garantida.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Vicente Selistre) – Muito obrigado, companheiro Jasiel.

O SR. – Uma questão de ordem. Nós, logo em seguida, teremos um ponto que se chama reforma do estatuto. Tem uma série de questões que estão sendo discutidas que vão para a reforma do estatuto: questão de tempo, uma série de regras que vamos discutir mais na frente. Então, passaríamos esse tema que acho que está mais fácil de fechar essa discussão agora. Só separar o que for lá para reforma do estatuto jogaremos para o próximo ponto.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Selistre) – Vou garantir as duas inscrições dos companheiros. Só quero também registrar que a fala do companheiro Vilanova, do Maranhão, foi contrária às listas fechadas e financiamento público, pelo que percebi, e têm falas das teses a favor disso. Se a comissão quer dialogar com a bancada do Maranhão, veio lá uma fala contrária à lista fechada.

Companheiro David Loureiro, do Piauí.

O SR. DAVID LOUREIRO (Piauí) – Companheiros, companheiras, verificando o debate aqui, o companheiro Vilanova do Maranhão e o companheiro que coloca que devemos ter uma mobilização da comunidade, da Nação brasileira em busca dessa reforma e aí vemos um ponto conflitante, porque é realmente imediato. Clama-se por uma reforma política, mas também corremos o risco de apressar isso e aí sair uma reformeta. E dessa forma a nossa direita tirar um momento ímpar que é esse que nós temos para discutir essa reforma política.

Todavia, vejo que o PSB pode assumir esse papel e jogar na sociedade um papel fundamental, mobilizando os setores organizados da nossa sociedade

para encampar, de imediato, essa bandeira pela reforma política, sem contudo ter que apressá-la, sem contudo perder este momento.

Outra preocupação importante que vejo é de que forma essa lista, porque quando colocamos lista fechada, lista aberta, a lista fechada da forma como pode ocorrer é que temos que ver. Como disse o companheiro: é a participação do partido, é o trabalho, é ter assumido posições no partido? Então isso nós precisamos ver, porque é simplesmente falar em lista sem definir de que forma nós queremos essa lista.

Outro ponto é a questão do financiamento público. Nós temos que ver o seguinte: só o financiamento público será que não vai aumentar mais, engordar ainda mais o bolso da direita, que já tem o financiamento público através dos desvios, através da iniciativa privada? Então eu vejo que nós temos que normatizar meios de garantir que não haja recurso privado mais na eleição. Acima de tudo normatizar, porque sabemos que a justiça eleitoral tem o papel de fiscalizar, tem o papel de ir buscar e coibir esse tipo de atitude, mas sabemos que praticamente não tem quase ninguém punido neste País. Temos exemplos em Teresina, de votações enormes, foi pego dinheiro. Lá praticamente foi quase a mesma coisa, quase que pegava dinheiro na cueca, e o cidadão hoje é Presidente da Câmara Municipal de Teresina.

Então, são mecanismos que nos preocupam porque necessitamos urgentemente, porque esse Congresso realmente não tem moral para fazer a reforma, mas também não podemos perder este que é um momento ímpar da Nação brasileira, para que possamos reformar a nossa sociedade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Selistre) – Obrigado, companheiro.

O SR. – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

Solicito ao Presidente da Mesa que desse um aviso a todos os presentes no sentido de que parem com a conversa paralela que está perturbando o ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Selistre) – Está acatado e reforço o que já havia falado antes. Esse debate é importantíssimo e diferente do encaminhamento anterior que nós vamos continuar o debate e temos, como foi dito, urgência em mudanças na reforma política e existem prazos constitucionais, que é um ano antes, para esse debate ser melhorado, serem feitas as leis.

O último inscrito, companheiro Anselmo Piovesan, do Rio Grande do Sul, por 3 minutos.

O SR. ANSELMO PIOVESAN (Rio Grande do Sul) – Em primeiro lugar eu acho que um consenso existe aqui: é preciso fazer a reforma política. Agora, parece-me quase consenso também que o atual Congresso que temos hoje não tem moral, competência, capacidade para fazer a atual reforma política. Pela proposta que está sendo colocada, e que não vai passar, até porque só tem 30 dias para isso, os mandatários atuais estão preservando o seu mandato na próxima, já que eles escalam ou se escalam para ser os primeiros da lista que vai ser elaborada pelo partido. Mas que reforma política é essa? Estão brincando com coisa séria.

Um outro problema que se bateu muito aqui no sentido de selecionar quem são as pessoas que vão concorrer pelos partidos. Não sei se nos outros Estados é diferente do Rio Grande do Sul, mas lá nós temos muitas vezes que caçar candidato à unha para colocar para concorrer. Não sei se nos Estados de vocês acontece também.

O SR. – Lá sobra.

O SR. ANSELMO PIOVESAN (Rio Grande do Sul) – Lá sobra. Nós lá é diferente um pouco. Nós estamos correndo atrás para tentar fazer e conseguimos no máximo 15, 20 para Federal, estamos trabalhando o companheiro Vicente para ser candidato a Federal também, entre outros. Quer dizer, temos um pouco essa dificuldade lá.

Mas eu quero falar de questões pontuais. Primeiro, reforma política tem que ter um pressuposto básico: fidelidade partidária. Não se faz reforma política onde um congresso como o nosso teve 2160 parlamentares trocando de partidos. Alguns deles mais de uma vez. E as trocas são no primeiro ano. Portanto, não adianta vir com a conversa mole de que é dois ou três anos antes. É fidelidade, saiu do partido perde o cargo. Essa é a questão central de uma reforma, tchê. O resto é acessório que estamos tentando ver. Onde é que dá sacanagem, onde é que dá “filho-da-putice”? Dá na troca de partido, dá nas negociatas. Esse diabo desse mensalão, que enlameou tudo que é político, está onde? Está nas trocas de partidos. Fidelidade é o ponto central. Ou a gente ataca e resolve esse problema ou todo o resto que vai ser feito não resolve. Bota dois anos, bota três anos, não resolve. O cara, no primeiro ano de mandato, trocou o Presidente, ele vai trocar de partido de novo.

Questão das listas. Esse é um ponto que temos discutido muito e que ainda não temos, digamos, eu, particularmente, não tenho uma posição fechada. Eu temo, sinceramente, temo que a gente traga essa questão da corrupção para dentro dos partidos. Eu temo que os camaradas mais estruturados, inclusive financeiramente, irão construir diretórios municipais, irão eleger delegado, irão trazer de ônibus, pagando sanduíche, pagando não sei mais o que, não sei mais

o que, para votar no cara que quer concorrer. E, de novo, aquela liderança que se constrói, sofrida, no dia-a-dia, que vem da base, que não tem uma estrutura maior, principalmente dos companheiros sindicalistas. Principalmente dos companheiros sindicalistas, na hora de fazer a lista tome um pé no traseiro. Então, esse é outro cuidado que temos que ter na questão da lista. Eu, particularmente, não tenho isso fechado.

Concluindo, a questão do financiamento público de campanha é outro tema que precisamos discutir mais, e essa discussão precisa ser ampliada, não pode ser feita de cima para baixo como está sendo proposta hoje. Tem que haver um mínimo de debate; não sei se é plebiscito ou não para fechar essa questão, mas tem que haver um mínimo de debate com a sociedade. Se nós deixarmos – não estou dizendo que não é preciso fazer a reforma, precisa –, o atual congresso fazer, vamos ter uma emenda pior que a situação que estamos vivendo hoje.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Obrigado, companheiro Anselmo. Com a contribuição dos companheiros, pedindo atenção, eu queria ver se os relatores, o companheiro Bismarck contribui com alguma coisa encaminhada, da questão das convergências.

A questão da diminuição das cláusulas de barreira, a Mesa concluiu que houve convergência. Por favor, me ajudem os dois relatores.

O SR. BISMARCK MEDEIROS (Pernambuco) – De 5% para 2%.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – De 5% para 2%.

Perda do mandato para quem trocar de partido. Fidelidade partidária rigorosa.

O SR. BISMARCK MEDEIROS (Pernambuco) – Consenso também nas propostas todas que vieram à Mesa, das teses e das falas.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Das teses e das falas. Estamos tentando construir o consenso das teses e das falas.

Maior rigor da prestação de contas dos recursos partidários, que estavam nas teses. Não foram abordados pelas falas do plenário, mas penso eu que o encaminhamento é consenso.

As questões divergentes. O financiamento público de campanhas é convergente, mas a lista fechada não é convergente. Penso que tecnicamente é impossível ter financiamento público de campanha sem lista de partidos, tendo em vista que quando se vota nominalmente o partido não pode fazer a campanha para o partido, porque o voto é nominal. Por isso que existem as listas, porque

a campanha é só para o partido, então o financiamento é só para o partido, e ele faz a campanha por quarenta, a federal ou estadual, por exemplo. É informação técnica, e é impossível operacionalizar financiamento público de campanha junto com lista aberta, com lista, no caso, com votação nominal no candidato e não no partido. Então, tem que adendar o que está colocado com o financiamento público, e depois o partido obrigatoriamente tem que distribuir.

Financiamento público de campanha, então, seria consenso, com obrigatoriedade dos partidos distribuírem de forma equânime os recursos obtidos para cada candidato, em cada uma das chapas, federal, estadual ou vereador. É isso? Item nove de uma das teses colocadas

Divergência. Eu ouvi falas do plenário sobre a necessidade de fazer a reforma o mais profunda possível, o mais rápido possível. E temos na nossa tese a consulta popular para reforma política. Um.

O voto obrigatório ou não obrigatório. Dois.

E a lista fechada ou o voto na pessoa, no candidato.

Seriam esses três pontos, companheiros?

Tem mais um ponto que foi colocado aqui, que teria que ser adendado como consenso, porque não vi divergência, mas como está ainda em debate na mídia, e foi aprovado no Senado, um companheiro fez a defesa, numa das teses apresentadas, a livre divulgação de pesquisas. Teve uma proposição de livre divulgação de pesquisas e tem um debate sobre a proibição de divulgação de pesquisas nos últimos quinze dias de campanha. O consenso é pela livre divulgação de pesquisas? Esse plenário caminha nesse consenso?

Então teríamos esses quatro pontos.

O SR. – Questão de encaminhamento. Só para resgatar, ficamos então, na verdade, com quatro pontos conflitantes: voto obrigatório, uma das teses defende que o voto seja opcional, voto uma questão de consciência; segundo, questão da lista fechada ou não; terceiro, fazer a reforma rápida, como alguns propuseram ou fazer uma consulta popular, que demanda um tempo de no mínimo um ano para fazer isso, e quarto ponto, a livre divulgação de pesquisas durante todo o tempo. A princípio seriam esses os quatro pontos em que somos divergentes.

O SR. CLÁUDIO (Minas Gerais) – Eu acho que o último item não ficou bem claro. Gostaria de sugerir que abrissemos mais dois ou três minutos, cinco minutos para que a gente aprofundasse mais nesse debate desse último ponto, para que a gente ouvisse a opinião de todos os companheiros aqui para tomar uma decisão em conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Nós queremos o seguinte, companheiro. Temos aqui registradas propostas a favor e contra o voto obrigatório, a favor e contra a lista fechada e voto a favor e contra uma consulta popular para ser feita, depois disso, a reforma política. A livre divulgação de pesquisas, não vi ninguém apontar contrário. Daí nem vou abrir defesa ou apoio nessa questão, e coloco nos consensos. Não é consenso? Então, a livre divulgação de pesquisas não é consenso.

O que podíamos encaminhar, e lembro que temos que encaminhar esse tema, para depois discutir a reforma estatutária, e estamos às dezesseis e doze. O companheiro Bismarck vai fazer o registro da presença do Deputado.

O SR. BISMARCK MEDEIROS (Pernambuco) – Queríamos aqui registrar a presença do Deputado Federal Jorge Gomes, de Pernambuco, e do Vereador do Recife, João Arraes, que vieram aqui prestigiar a nossa plenária e saudar o nosso congresso. Vou passar a palavra para o Deputado Jorge Gomes.

O SR. DEPUTADO JORGE GOMES – Sem querer interromper, mas gostaria de fazer uma saudação especial às companheiras e companheiros do movimento sindical do nosso partido. Queria numa breve palavra colocar o seguinte para vocês. O último contato físico e verbal que tive com o nosso grande comandante, o grande guerreiro Miguel Arraes, e tem algumas pessoas de Pernambuco que visualizo daqui, foi exatamente num ato público lá na nossa capital, em Recife, quando vários companheiros ingressaram em nosso partido, homens e mulheres ingressaram no PSB. E ao sair eu tinha uma missão do movimento sindical, a Federação Norte Nordeste do Sindicalismo nos bancos. Eles fizeram uma reunião em Caruaru, à qual estive presente, e eles sabiam, porque disse para eles naquela reunião, que numa reunião da Executiva Nacional não todos estavam presentes, mas Dr. Arraes, Dr. Roberto Amaral, e parece que alguns outros companheiros, houve uma decisão, e inclusive foi colocada uma nota, da posição do partido contra a reforma sindical, mesmo nós estando na base de sustentação do Governo. E eu disse a ele, quando ele ia saindo: Dr. Arraes, eu quero que o senhor receba uma comissão de sindicalistas que querem o seu reforço nessa luta, que eles acham que é muito importante. Então, eu tenho feito essa referência; e aí não só no movimento sindical, mas hoje mesmo fiz uma referência lá no plenário da Câmara, de que vivemos um momento de muita dor. Eu, especialmente, fui Vice-Governador dele no último governo, e nosso partido perdeu um grande homem, um grande guerreiro, um grande líder. A política perdeu talvez o seu maior expoente dos últimos anos, mas eu disse lá em Pernambuco: muito mais que todos nós perdeu a população pobre do Brasil, especialmente a de Pernambuco. Dr. Arraes dedicou toda sua vida à luta em favor dos mais pobres e dos oprimidos. Estão aqui companheiros, e

veja o José Rodrigues, ligado muito tempo à Federação dos Trabalhadores de Pernambuco, da agricultura de Pernambuco, e Dr. Arraes, promoveu em 1963 o famoso encontro do campo, em que colocou à mesma Mesa – ele tinha uma grande vantagem, um poder de articulação impressionante – os usineiros, os plantadores de cana e os trabalhadores. Para quê? Para que os trabalhadores que eram explorados, que não tinham carteira assinada, que sequer recebiam salário, porque recebiam no fim do mês, no barracão, o que comiam era descontado. E Dr. Arraes promoveu o primeiro encontro do campo, quando trabalhador teve direito à carteira assinada. Foi um encontro que resultou no acordo do campo, que permitiu que os trabalhadores do campo tivessem carteira assinada e salário digno. Então, essa é uma luta que deve nos unir a todos. O partido vive um momento importante, infelizmente perdemos o grande guerreiro, mas como se diz em Pernambuco e se disse ultimamente no seu velório, o Dr. Arraes não morreu, ele está plantado e no solo onde ele está plantado haveremos de sentir plantadas sementes que germinarão e poderão nos guiar nessa grande luta, que é a luta do Partido Socialista Brasileiro em favor de uma sociedade mais justa, mais digna e mais fraterna. Espero que esse encontro de nosso partido, esse nosso congresso, e aqui o de vocês, especialmente, e estou vendo em todos, onde estamos passando, as discussões estão efetivamente dentro daquela linha que nós queremos que o partido continue caminhando, e haveremos de fazer desse partido um grande partido, um partido que seja uma opção de poder e o poder para nós fazermos aquilo que o Dr. Arraes queria, termos o poder para defender a população mais pobre desse país. Um grande abraço e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Obrigado, companheiro Deputado. Boa luta, no seu mandato.

O encaminhamento possível, companheiros, é que nós tenhamos falas para defender a favor e contra, das quatro divergências. Não há outra forma de solução, a não ser que algum companheiro retirasse da sua tese, ou da sua proposta de plenário, alguma afirmação sobre esses quatro pontos que estão colocados.

Penso que um minuto para cada seria razoável. Desculpe propor uma forma tão extrema, mas devido ao tempo e devido a que é possível reforçar aqueles que já falaram, em um minuto e deixar gravado aqueles que não tenham falado. Então, seria um minuto. Vamos gastar no mínimo oito minutos porque são quatro pontos divergentes.

Então, primeiro é a questão da consulta popular, se for aprovada obviamente ela prejudica as demais, porque daí iria para consulta popular e os debates não seriam necessários, tendo em vista que a consulta popular é que

definiria mudanças na legislação eleitoral.

Houve uma questão de ordem? Por favor, brevemente.

O SR. – Sobre a questão do voto, não é como foi colocado pela mesa. O voto é um direito do eleitor, ele exerce esse direito se ele quiser. Foi colocado que ele seja facultativo. O que ocorre hoje? Como o voto é obrigatório – e nós não entendemos assim –, obrigatório é comparecer às urnas, ou ir ao Correio justificar. O que está colocado é o voto ser facultativo. Quer dizer, exercer ou não o direito de votar. Essa é a questão que está colocada ali, no segundo item. E outro esclarecimento, para fechar, sobre a divulgação da pesquisa, ficou claro aqui o seguinte. O Estado de Pernambuco, que apresentou, é contra totalmente. Essa posição é de Pernambuco. Olhando aqui de São Paulo e Campinas, pede restrição. Quer dizer, não divulgar. Então, tem dois pontos divergentes aí.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Agradeço a contribuição. Começamos aqui. Voto obrigatório, lista fechada ou não, voto obrigatório ou não, consulta popular ou reforma urgente, digamos assim, e livre divulgação de pesquisa, ou restrição à divulgação de pesquisa.

A SRA. – Questão de ordem, Sr. Presidente. Por que não vamos pelo voto, tendo em vista o adiantado da hora?

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Consulto o plenário, conforme a proposta da companheira, que não fizéssemos defesa e sim a votação de forma direta, ponto a ponto. Companheiro Vila Nova, eu lhe garanto a palavra. Chegue até o microfone para que todos possam ouvir a sua colocação.

O SR. VILA NOVA – Não há conflito, no meu entender, entre uma consulta popular futura, e uma mini-reforma agora. Não há. Não sei quem me garante que esses deputados que estão aí não se reelegem. E ninguém vai me garantir que a próxima legislatura, sem mudança, vá trazer deputados melhores. Então, eu acho que nesse calor se mudaria alguma coisa e a consulta popular mudaria o resto no futuro. Não vejo divergência.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Consulto o companheiro Joilson, para evitar essa votação, se está contemplado na nossa tese, da CMS que pede uma consulta popular, e na sua fala, a consulta popular antes de qualquer mudança. O companheiro Vila Nova coloca que haja uma mini-reforma baseada nesses temas convergentes, e os outros que votaremos, para uma consulta popular posterior a esta chamada por ele de minirreforma. Consulto o companheiro.

O SR. JOILSON CARDOSO – Esclareço. A nossa posição não deve ser de rebaixar nossas bandeiras. Eu acho que o movimento sindical tem que

estar à Esquerda do partido. Não ao centro, nem ao lado. Temos que radicalizar. É lógico que sozinhos não temos a força, a não ser somada à Juventude e às Mulheres, e aos corações sensíveis da plenária de amanhã, poderemos reverter um tipo de encaminhamento que já está em curso. Estamos presidindo a comissão, e a comissão que está em curso está sendo negociada. A reforma está sendo negociada. Então o que estou propondo? Que a gente feche questão em termos de outra forma de fazer a reforma. A reforma não pode ser feita por esse congresso. Ponto. Se fizer, vamos bater nos pontos que são princípios, que é o caso da fidelidade partidária, o custeio público das campanhas, e mais a questão da lista, e está sendo apresentado voto obrigatório que eu defendo radicalmente a favor da obrigatoriedade do voto. Essa é minha posição. A CMS não votou essa matéria. Então, são esses quatro eixos que têm que ser votados aqui, para não baixarmos nossas bandeiras. O que vai acontecer no plenário de amanhã, no Congresso, não sei a correlação de forças que temos, e as falas que vamos ter lá. Acho que se a gente fizesse essa pauta mínima, com as bandeiras elevadas, devemos ir para o plenário amanhã defender é isso.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Companheiro, estamos discutindo a reforma política e já vamos entrar na estatutária de amanhã também? Eu só queria, então, confirmar e coloco em votação. Peço atenção dos companheiros para as convergências: da perda de mandato para quem sair do partido pelo qual se elegeu, que é a fidelidade partidária e financiamento público de campanha, a questão da prestação de contas rigorosa, a diminuição da cláusula de barreira para 2%. Os consensos. Os companheiros concordam com esses consensos, com esses encaminhamentos, vamos confirmar erguendo o crachá os que são favoráveis. Agradeço, companheiros. Podem abaixar. Os contrários, abstenções. Estão aprovados esses pontos. Peço que deixem registrados.

O SR. – A proposta que não for vencedora, tem direito de debater no plenário do congresso, ou ela morre aqui?

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Muitos companheiros que estão aqui como delegados, não são delegados ao congresso geral. Lá é outro debate, é outra questão. Claro que se o companheiro quiser acatar o congresso sindical de que participou é uma questão do seu debate. Lá o congresso é outro temário e outras resoluções.

Quero encaminhar a proposta da companheira Marlene, de que não haja falas de defesa e contrariedades e que passemos à votação dos quatro pontos divergentes. Companheiros que concordam com a proposta...

O SR. – Questão de ordem. Companheiro, acho que se esses pontos foram os pontos divergentes, eu acho que tem que se abrir um minuto, porque eu

fiz a defesa da última, da livre divulgação de pesquisa, que deveria ser divulgada...

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Está contemplada e a Mesa vai colocar em votação a sua proposta, bem como a que surgiu divergente.

Então, coloco em votação. Os companheiros que concordam, pela ordem de apresentação, que haja abertura de tempo para defesa e contrariedade dos quatro pontos divergentes sobre a reforma política apontados aqui nesse plenário. Companheiros que concordam que se abra prazo para a defesa, manifestem-se erguendo o crachá. Obrigado, companheiros. Os companheiros que se manifestam contrários à proposta, se manifestem erguendo os crachás. Pelo contraste está resolvido: vai ser direta a votação.

Coloco, então, o primeiro ponto em votação. Questão do voto obrigatório e não obrigatório. Os companheiros, pela ordem de apresentação, que concordam com a defesa, na reforma política, do voto não obrigatório, apresentada por Pernambuco, facultativo, com essa tese do voto não obrigatório, ou facultativo, como dito, se manifestem erguendo os crachás. Muito obrigado, companheiros. Os companheiros que são contra a tese, ou seja, pelo voto obrigatório já existente no país, se manifestem erguendo os crachás.

O SR. JOILSON CARDOSO – Pela ordem, Presidente, se um delegado pede para contar, não há apelação, temos que contar.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Companheiros que concordam com o voto não obrigatório, peço novamente que se manifestem.

O SR. JOILSON CARDOSO – Dezenove.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – A votação dos companheiros que se manifestam a favor do voto obrigatório. Segunda proposta.

O SR. JOILSON CARDOSO – Trinta e quatro.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Companheiros que se abstêm dessa votação?

Então, por trinta e quatro a dezenove vence a segunda proposta colocada, pelo voto obrigatório. Segunda questão: lista fechada. Em votação. Os companheiros que concordam, já apresentada em tese, que a reforma política contemple a lista fechada de partidos, os companheiros que se manifestam favoravelmente a essa proposta, ergam o crachá. Quem se manifesta agora é a favor da lista fechada, voto no partido.

O SR. JOILSON CARDOSO – Trinta

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Companheiros, segunda votação, os que são contrários à lista fechada, de voto em partido, e que

são favoráveis à lista aberta, voto no candidato, na pessoa do candidato, no nome.

O SR. JOILSON CARDOSO – Vinte e dois.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Vencida a primeira proposta, a favor da lista fechada. Abstenções, quatro. Peço que se coloquem aí os a favor, contra e as abstenções.

O SR. JOILSON CARDOSO – O companheiro da Bahia está pedindo declaração de voto, Presidente. Pela ordem, eu estou propondo que seja de trinta segundos a sua declaração.

O SR. – Só dez segundos. Eu sou contra porque pelo que pude perceber a plenária não está suficientemente esclarecida sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Está feita a justificativa, companheiro. Obrigado.

Companheiros que são a favor, como foi colocada na tese, pela consulta popular antes de reforma política. Coloco isso em primeira votação. E depois, os que são a favor da reforma política de imediato.

O SR. JOILSON CARDOSO – Presidente, pela ordem. Eu quero modificar a proposta. Posso modificar, fazendo um adendo. É que existe uma proposição, que é do Vila Nova. Como não depende da nossa vontade a reforma no parlamento, a gente se apresenta com nossas bandeiras nessa reforma. Mas isso não impede que a gente continue defendendo uma reforma radical, que passe pela consulta popular. Acho que não há incongruência de defendermos as duas posições. É a proposta dele. Acho que a proposta do Vila Nova pode ser incorporada à proposta que está aqui. Não estou vendo antagonismo.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Só encaminhando, antes do Vila Nova. O companheiro Bigu foi o primeiro que falou, de uma reforma urgente, dentro das bandeiras que estamos defendendo. Estamos aqui aprovando consensos e por votos estamos aprovando outros critérios para a reforma política. Então, isso vai para lá para se fazer na reforma política. O que vai se votar agora, se o companheiro Joilson retira de que o que está sendo aprovado aqui, que se faça no mais breve tempo possível, e, depois, no futuro, se faça uma consulta popular para referendar ou para ainda ampliar as reformas, como o companheiro Vila Nova salientou, aí se o companheiro faz isso, nós chegamos a um consenso, que é que as teses aqui retiradas, pelo voto ou pelo consenso, vão para uma reforma o mais urgente possível. Tem consenso sobre isso? E depois, então, consulta popular para referendar ou para ampliar a reforma conseguida, baseada nos consensos e votos aqui tirados. É isso.

Então, o companheiro mantém a reforma popular?

O SR. JOILSON CARDOSO – Uma contra a outra.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Está bem. Primeiro foi apresentado pela tese, depois pelo plenário. Colocamos então em votação. Companheiros que são favoráveis a que se faça a consulta popular antes de mudanças na lei eleitoral brasileira e partidária, reforma política como é chamada, se manifestem erguendo o crachá.

O SR. JOILSON CARDOSO – Quarenta.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Atenção, companheiros. Aqueles que são favoráveis que essas teses aqui defendidas, no voto e no consenso, sejam pauta para o partido defender perante a Câmara Federal para uma reforma política urgente, se manifestem erguendo o crachá, sem prejuízo da futura consulta popular para referendar e ampliar.

O SR. JOILSON CARDOSO – Doze votos.

O SR. – Acho que é bom repetir. Acho que o pessoal não entendeu.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Companheiros, há aqui uma lembrança da mesa de que o plenário deu mostras de não estar esclarecido ou não ter entendido as duas propostas. A proposta é clara, o companheiro Joilson, está escrito no livro, tese já antes debatida, toda e qualquer alteração – foi falado que esse congresso não é legítimo, que esse congresso é do mensalão –, enfim, que não há qualquer mudança antes da consulta popular, e a outra tese veio pelo Bigu, companheiro Vila Nova também encaminhou, que se faça a reforma política no máximo possível dentro das teses antes debatidas e aprovadas no consenso ou no voto, que se faça isso para uma posterior consulta popular para referendar ou para ampliar a reforma obtida até setembro.

O SR. – Isso, para preservar o partido, porque na hora que somos contra uma reforma agora, a população vai entender que o partido está incluído e responsável por tudo isso que está aí. Para preservar o partido, aceitamos a reforma agora sem prejuízo da consulta popular.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Companheiro, consulto a mesa de encaminharmos uma nova votação.

O SR. JOILSON CARDOSO – Só um esclarecimento, Presidente. Eu acho o seguinte: nós não somos trouxas de irmos para o Congresso do partido amanhã, e perdermos a consulta popular em benefício de uma meia sola de reforma e não apresentarmos as nossas propostas. O que nós estamos aprovando aqui é a elevação da nossa bandeira, porque não depende só de nós passar essa matéria. Essa matéria depende de nós convenceremos os nossos pares amanhã no congresso nacional do partido, porque não temos independência para discutir essa matéria já que é a bancada quem defende. Nas questões inerentes ao sindicalismo podemos decidir aqui, e vai ser lei, mas na questão para o partido depende do partido acatar. Então, a proposta do Vila Nova está incorporada

à nossa, porque ao perdermos a consulta popular amanhã, caso essa hipótese aconteça, porque é provável, não vamos deixar de apresentar o que temos de emenda a essa meia sola. Mas o problema que estou achando é a gente, como princípio, abrir mão da elevação da nossa bandeira. É por isso que quero manter essa posição, para a gente reavaliar, e defender amanhã, no congresso do partido. Se perdermos, aí vamos ter outra atitude que é o encaminhamento do Ribamar.

O SR. – É só uma posição tática?

O SR. JOILSON CARDOSO – Tática. A nossa posição é estratégica. A sua é que é tática. É o contrário, porque a sua parte do pressuposto que essa reforma meia sola vai em frente. A nossa não, os gritos da rua vão desmoralizar qualquer meia sola de reforma aqui, porque o povo brasileiro está atento à movimentação desse congresso corrupto.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Companheiro, eu encaminho. É uma questão em que não há como se combinar duas situações. Se deixarmos tudo para consulta popular, as propostas aqui aprovadas ficam dependendo da consulta popular para serem implementadas. Estaremos sugerindo ao povo brasileiro a questão da consulta popular, o que aqui decidirmos. A questão de apresentar no congresso de domingo, para as bancadas, é uma questão da urgência que estamos defendendo aqui como bandeiras; se sair meia sola, com certeza não vai sair nas bandeiras que aprovamos há pouco, é uma diferença grande, companheiros. Acho que a consulta popular, está aí a Heloisa Helena defendendo também, tudo bem, e é democrático. Agora, temos bandeiras aqui defendidas no voto e no consenso que se dependermos de uma consulta popular, como está colocado aqui, consulta popular para reforma política – é o que está escrito literalmente na tese –, eu penso que prejudica todas as aprovações que fizemos. Ficarão sugestões para que o povo brasileiro coloque na consulta popular em vigor. Não sei se me fiz entender.

Quero, então, voltar à votação, ou que o companheiro Joilson, agregando a proposta aqui que se defenda essas bandeiras antes aprovadas por esse plenário, e discutidas amplamente, para que elas sejam colocadas para a reforma política o mais breve possível, e referendadas, aquelas aprovadas dentro das nossas teses, e aquelas não referendadas, que sejam ampliadas por uma consulta popular futura. Quero ver se isso contempla para chegarmos ao consenso.

Eu encaminho, companheiros. Penso que agora o plenário ficou suficientemente esclarecido das teses, e da dependência de uma consulta popular para que a reforma política aconteça, que é o que diz literalmente aqui, na tese que antes o companheiro Joilson instruiu.

O SR. – Sr. Presidente, uma questão de esclarecimento. Nós temos

uma questão prática aqui. Temos uma reforma que vai ser feita, mini-reforma. Ninguém está aqui no mundo da lua, vai ser feita. Nós sabemos que isso vai ser praticado lá porque os caras têm a maioria no plenário da Câmara Federal e no Senado. Os grandes partidos vão querer fazer. Nosso partido vai ter que ter propostas, e nós, do movimento sindical, vamos levar algumas para ver se nosso partido absorve amanhã e domingo. Então, temos que apresentar alguma coisa, se não, não vamos ter nada, nós, do movimento sindical. Então, queria colocar que essa questão que o companheiro Vila Nova está colocando, não impede que façamos uma ação nesse momento, e futuramente tenhamos outra ação lá na frente.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Consulta popular. É isso, companheiro Joilson? Aí está incorporado. Então, que se preserve o que foi aqui decidido e que se defenda a consulta popular? Posteriormente.

O SR. JOILSON CARDOSO – A linha está clara. Vamos para lá elevar nossa bandeira, de desmoralizar esse Congresso, dizer que esse Congresso não tem legitimidade para fazer reforma alguma, dele deveria ser destituído, num processo democrático e legítimo. Existe instrumento na Constituição para que isso ocorra. Se a gente perder, nós temos que manter os pontos que são consensos do nosso congresso, que é o financiamento público de campanha, as coisas que já foram lidas aqui. É esse o meu encaminhamento. Não é por que vamos perder amanhã, que a gente não vai participar da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Muito bem, companheiro. Quero salientar que da ordem prática colocada aqui no encaminhamento, também tem ordem prática de fazer uma consulta popular antes das eleições do ano que vem. Como foi dito aqui, leva um ano, e não vai ter mudança nenhuma para a eleição do ano que vem.

Então, incorpora, companheiro Joilson, a proposta salientada pelo companheiro Vila Nova, que também contempla a do Bigu, que faz com que as discussões aqui obtidas cheguem como defesa do movimento sindical, e também a defesa de um referendo futuro pelo povo, e também a reforma política rediscutida com o povo em consulta popular. Os companheiros que concordam com isso, se manifestem erguendo o crachá. Muito obrigado, companheiros. Podem abaixar. Contrários? Abstenções? Muito obrigado, companheiros.

Tem mais um ponto, que é a questão da livre divulgação de pesquisas. Estando na tese de Campinas, apresento primeiro a proposta de Campinas, que diz da livre divulgação de pesquisas, e em segundo lugar, o que não foi de fala, mas foi alertado pelo plenário, de que não haja, e haja restrições – não vamos entrar no debate, se cinco, dez, vinte ou trinta dias –, mas que haja restrições à

divulgação de pesquisas. Os companheiros que concordam com a primeira tese, da livre divulgação de pesquisa, se manifestem erguendo os crachás.

O SR. JOILSON CARDOSO – Cinco votos.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Companheiros que se manifestem pela tese da restrição da divulgação de pesquisas eleitorais. Companheiros que se manifestam favoráveis, por favor, ergam os crachás. Muito obrigado, companheiros.

Resolvido esse temário, bastante trabalho para o relator, permitam-me, companheiros, registrar a presença da companheira Sandra Beatriz Silveira, Prefeita do Município de Esteio. Peço até que passe à frente da mesa, se tiver um tempo. A companheira Sandra, lá do Rio Grande do Sul, que é uma lutadora também, lutou na luta do SEPERS, Sindicato dos Professores.

Desculpem, abstenções? Uma abstenção, meu claro relator.

O SR. – Eu queria fazer declaração de voto. Acho que o plenário não está esclarecido, e por isso minha abstenção.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Agradeço, companheiro. O último temário. Faltam dezessete para as cinco. Temos a eleição, e consulto o companheiro Joilson sobre fazer a eleição nesse momento ou posterior à reforma estatutária, que é um tema que queríamos ver a sua fala. Passo ao companheiro Joilson. Companheiro Bismarck.

O SR. BISMARCK MEDEIROS (Pernambuco) – Questão de ordem. Nós fechamos dois temas importantes, que foram a reforma sindical e a reforma política, que para nós são questões de nosso interesse direto. Então, teve pontos das teses, tanto da reforma sindical como da reforma política, que nós acordamos. O que foi divergente foi dirimido na plenária. Então, tem pontos aqui, nas teses, como na tese de São Paulo, que não foram elencados. Então, teremos que sentar para ver as duas teses. Eu só queria esse esclarecimento. A gente só vai incorporar aquilo que foi votado, é isso? E o que foi defendido, é isso? Então, o restante da tese sai? Então, está bem.

O SR. VILA NOVA (Tocantins) – Sr. Presidente, só gostaria de fazer um esclarecimento. É que tivemos duas abstenções, e não uma abstenção.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Está bem, será colocado. Estamos com quinze minutos para as cinco. Passo ao companheiro Joilson, que vai apresentar a chapa única e fazer a defesa dela, para fazermos a eleição. E depois veremos a situação da programação, da Missa Póstuma ao companheiro Arraes, que vai acontecer. E moções também. Temos aí nos próximos cinco minutos, enquanto o Joilson apresentar a chapa, para

apresentarem as moções. Aquelas que foram apresentadas, nós encaminharemos junto aos documentos e votaremos, se for necessário. Companheiro Joilson.

O SR. JOILSON CARDOSO – Quero colocar uma questão de ordem. Temos que esgotar a pauta, mesmo que a gente chegue no meio da Missa do comandante Arraes, porque tenho certeza que ele vai entender isso. Mais do que fazer uma menção, uma reflexão espiritual, existe o espírito da revolução aqui dentro desta sala. Eu tenho certeza que ele irá compreender. Então, o último ponto, Presidente, é fundamental a gente discutir, que é a concepção partidária. Então, que fique garantido, já fomos avisados que a Missa é às cinco horas, mas nós iremos nos atrasar, com certeza, para cumprir a tarefa, até porque a gente abriu para muita gente vir aqui fazer pronunciamento, que não cabe na pauta do congresso sindical, que é uma cultura que temos no nosso partido, e que temos que parar de ter. O parlamentar que quer fazer discussão conosco tem que vir aqui para entrar no nosso jogo, na nossa dança, não para ter livre docência nas falas, se não, não cumprimos a agenda. Certo? Então, a ordem que eu coloco é que a gente cumpra a pauta, e não nos “avexemos”, e suprimir o último ponto. E quero, então, antecipar, pela ordem, já que passamos do tempo, a apresentação da chapa completa, que está eleita. Porque tendo somente uma chapa eleita...

O SR. – É bom saber se a chapa está inscrita.

O SR. – Joilson, inscrita, por favor.

O SR. JOILSON CARDOSO – É uma falha.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Estamos fazendo um esforço para garantir a reforma estatutária, tanto que até reduzimos defesas para garantir. Estou pedindo que o companheiro encaminhasse.

O SR. JOILSON CARDOSO – Estou propondo, pela ordem, que a gente lesse a nossa chapa, e como existe somente uma chapa inscrita, que a gente faça a aclamação dessa chapa, se assim o plenário entender.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – O Regimento Interno está contemplando isso, que é por aclamação a votação, quando existe chapa única. Tranquilo, companheiro, faça a apresentação.

O SR. JOILSON CARDOSO – Então, vou ler a chapa. Leio os nomes e depois faço as observações políticas. Onde não tem problema político eu vou dizer. O nome da chapa não tem problema político: Arraes, Guerreiro do Povo Brasileiro. Esse está aprovado, consenso. Para o Diretório Nacional: Titular – Joilson Cardoso; Titular – Vicente Selistre; Suplente – Luis Soares Filho, o nosso companheiro Vila Nova do Maranhão, sendo Joilson Cardoso o Secretário Nacional Sindical. Coordenação Sul: Eugiane Lago. Chamar para cá, já? Joilson Cardoso e Vicente Selistre já estão aqui; companheiro Vila Nova,

uma salva de palmas para ele. O Vila Nova é tido como um homem que pega bala na mão, deram um monte de tiro no companheiro lá no Maranhão e os tiros não chegaram no corpo dele porque ele pegou as balas com a mão – é a lenda do Maranhão. Graças ao colete que estava com ele, porque o colete é à prova de balas. Companheiro dos rurais, ex-Deputado Estadual vigoroso na luta dos trabalhadores. Do Sul: Eugiane Lago, está aqui na nossa Mesa, líder rural do Rio Grande do Sul; Carlos Leite, o nosso conhecido Breik, que está presidindo a plenária do movimento negro e eu pediria a alguém que fosse lá chamar o companheiro aqui para ele ser apresentado, se não, não vai ser eleito, porque está ausente do Congresso, é um companheiro que dá inveja ao Lula, porque ele tem seis dedos em cada mão; no Sudeste é o problema; Centro-Oeste: Jesimar Belo dos Santos, companheiro de Goiás, e a companheira Marlene Rodrigues de Abreu, também de Goiás, servidores públicos; Nordeste, companheiro Bismarck, servidores públicos de Recife, e do Ceará, Luciano Ferreira Moura, do Sindicato da Alimentação – ele é conhecido como Luciano das Castanhas; Norte, existem três indicações: do Tocantins, o nosso companheiro Marco Conceição e Almeida, Francisco Assis do Pará, e nosso companheiro Elias Sereno de Souza, do Amazonas, metalúrgico do Amazonas; do Sudeste: Mauro Alves Pereira, do Sindicato da Energia, do Rio de Janeiro, e de Minas Gerais, José Geraldo Faustino, e o nome de São Paulo, nós estamos ainda esperando a indicação dos companheiros, pelo impositivo da resolução nacional, que diz que o campo cutista – o campo é cutista –, e tem um representante do campo cutista, e eles precisam definir por esse campo, em função da resolução nacional. Os companheiros fizeram um apelo que gostariam de discutir o campo, então, após a gente fazer a aclamação da chapa, caindo o campo, eles poderão indicar outro nome. Não caindo o campo, será mantida a indicação do companheiro cutista, está certo?

Então, gostaria de dar como apresentada a chapa e pediria ao presidente que encaminhasse a aclamação da chapa, numa grande salva de palmas dos companheiros do plenário.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Vai ser expandido nas regiões que têm, de dois para três, então, das duas regiões citadas, e a questão São Paulo será discutida *a posteriori*. Peço aos companheiros que confirmem a eleição dessa chapa. Vou fazer a votação, depois pediria aos fotógrafos, que pudessem me esperar. Companheiro, questão de ordem.

O SR. – Companheiro, evidentemente que eu não sou candidato a nada aqui, e não tenho nada também contra meus companheiros que estão na frente, mas uma coisa me chamou a atenção e já tinha me chamado a atenção no congresso no ano passado. Eu acho que é uma injustiça com o Nordeste. O

Nordeste são nove Estados, e temos apenas dois representantes, e se discute aqui a questão de Sudeste, que são três Estados, e que me parece que contempla todos os Estados do Sudeste. Então, gostaria de pedir que a direção que ora vai ser eleita, que revisse essa posição. No Nordeste são nove Estados, e a representação é muito pequena comparando com os demais Estados da Federação.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Obrigado, companheiro. Eu coloco em votação a chapa apresentada. Os companheiros que se manifestem favoráveis pela eleição da chapa única apresentada, se manifestem erguendo o crachá. Companheiros contrários? Companheiros que desejam abster-se?

Está eleita, por unanimidade, a nova coordenação nacional do movimento sindical do Brasil, Partido Socialista Brasileiro. Já vou ali para a frente, companheiros.

Peço ao Anselmo que conduza os trabalhos.

Arraes, Guerreiro do Povo Brasileiro; Arraes, Guerreiro do Povo Brasileiro; Arraes, Guerreiro do Povo Brasileiro.

O SR. JOILSON CARDOSO – Presidente, pela ordem. Eu proponho...

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Companheiros, temos um encaminhamento que o Joilson anunciou antes. A definição de São Paulo. Vou passar ao companheiro Joilson, mas antes quero registrar a presença do companheiro, Dr. Jorge Absamha, Prefeito Municipal de Ferraz de Vasconcelos no Estado de São Paulo, Partido Socialista. Obrigado, companheiro. Os sindicalistas o saúdam, e boa luta na sua gestão.

Teve uma questão apresentada, tipo uma resolução, uma moção, que suscita um tema que não está no temário da reforma sindical, da reforma política, da reforma estatutária do nosso partido. Peço que o companheiro Joilson apresente, que é a questão do debate do campo por uma questão de indicação de um companheiro de São Paulo para compor a chapa antes eleita.

Companheiro Joilson.

O SR. JOILSON CARDOSO – Companheiros, eu queria fazer um apelo aos companheiros de São Paulo, porque na medida em que abrimos na chapa a possibilidade da representação de São Paulo, reconheci a importância do movimento operário no ABC paulista, e em todo São Paulo, principal Estado no que tange a vigor econômico, e de emprego para os trabalhadores, no sentido de não colocar mais uma vez essa questão em pauta, haja vista que foi uma grande discussão no primeiro congresso; e no segundo congresso, onde tivemos inclusive

duas chapas discutidas, formuladas a partir dessa concepção do campo. E aí o que aconteceu nas duas ocasiões? Nas duas ocasiões o Congresso fechou questão em cima do campo cutista, esclarecendo que era na CUT o único lugar em que podíamos travar uma luta em defesa do socialismo. Portanto, companheiro esse tema é um tema que perpassa a história de construção do nosso movimento, e acredito que apesar das contradições que hoje vive a CUT, são contradições que são mais veementes hoje, mas que são contradições originárias do primeiro CONCLAT. O que a Força Sindical está apresentando em forma de concepção de movimento sindical já era anunciado lá em 1983. Portanto, não é nenhuma surpresa a divergência que temos dentro da CUT. Porém, é na CUT que podemos ser socialistas e defender a nossa posição socialista. Então, companheiros, diante das emergências que temos no nosso país e que atingem o movimento sindical frente à posição da CUT, estou fazendo um apelo aos companheiros para que não discutíssemos essa questão hoje, aqui nesse congresso, mas que ficássemos em vigília dos encaminhamentos que vão se dar, inclusive no próximo congresso da CUT, em que a SSB estará mais forte, para que aí, sim, a gente faça um balanço de como a nossa Central, escolhida por esse movimento, irá se comportar, e se irá ser um campo de atuação dos socialistas sindicalistas do PSB. Portanto, diante disso, é que eu faço um apelo para que a gente não faça essa discussão hoje, que poderá ser uma precipitação de discussão, e no momento certo poderá vir a nossa real posição de rompermos com a CUT e buscarmos outros caminhos, que não os que estão aí, que são os caminhos neoliberais. Jamais faria um discurso desse, de ventilar a possibilidade de ruptura com a CUT, para buscar o caminho do neoliberalismo. Se rompermos um dia será para criar a possibilidade de defesa do socialismo e não do capitalismo. E faço esse apelo pelos companheiros de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Obrigado, companheiro. O companheiro que apresentou a moção, por favor.

O SR. – Bom, companheiros, eu sou de São Paulo, sou filiado ao partido há mais de dezessete anos, e sou membro de uma central que não é a CUT, mas que é central pela qual muitas lideranças da CUT passam na luta contra o projeto neoliberal, que é a Universidade dos Trabalhadores da América Latina. Não estou aqui contra os companheiros da CUT, até porque nas ações do dia-a-dia, na maioria das ações, estamos em conjunto. São grandes companheiros e são grandes lutadores. Agora, não é justo que nós consigamos amarrar no Estado, sentar com todas as forças para fortalecer o PSB, para fortalecer o movimento sindical do partido, e aí porque um companheiro não é filiado à CUT ou o sindicato filiado à CUT, ele não pode ser membro do nosso partido, não pode ser membro do nosso movimento sindical. O que eu tenho a ver com a CAT,

que é a minha central, com a CUT que é a central de grandes companheiros? Aqui estamos falando de movimento sindical do Partido Socialista Brasileiro. Respeitamos a CUT, a CAT, a CGT, todas as centrais, principalmente aquelas que não entram em contradições como a CUT entrou, pois ela hoje defende o projeto neoliberal, não defende socialismo nenhum; é filiada à CEOLS, ela está aí defendendo o Governo – e não sou antilulista, pelo amor de Deus, votei nele e votaria de novo, contra essa burguesia que está por aí –, mas a CUT hoje defende um projeto econômico que não é nada socialista. Então, minha questão não é nem tirar a resolução que tenha de indicar como campo de atuação o campo cutista. Eu acho isso uma tremenda falta de espaço para o restante do movimento sindicalista, para os nossos sindicalistas que queiram atuar dentro do partido. Por isso pedi que revogasse isso, ou pelo menos que não fosse exigência básica, para que se faça parte do movimento sindical do PSB ser da CUT. Eu nunca vou ser da CUT, companheiro, e sou sindicalista e socialista, desde que me entendo por gente, e sou do PSB há muitos anos. Fui apoiado por minha base, tive 22.800 votos, - não é brincadeira –, dentro do Partido Socialista. Então, não abro mão do PSB. Agora, a CUT que me desculpe, mas nunca serei membro da CUT. Se isso for uma barreira para eu não ser do partido, vou continuar sendo socialista, e vou continuar apoiando o partido, mas isso é uma injustiça muito grande com os companheiros que não são cutistas. Respeito os companheiros, estou do lado deles para o que der e vier, nas lutas de interesse do partido e do Brasil, mas dizer que tem que ser cutista para ser da coordenação do movimento sindical, eu sinto muito, mas não consigo aceitar isso.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Companheiro, quero salientar que esse debate não faz parte do temário. Temos mais um companheiro que... Até vou consultar o plenário se esse debate vai ser feito. Companheiro Joilson, até consultando o companheiro, de fazermos um seminário específico de conjuntura e de regimento, porque estamos no Regimento, não desse congresso, mas no regimento nacional da Coordenação do Movimento Socialista, coordenação nacional dos sindicalistas, que o campo de atuação e de espaço dentro da CMS – é óbvio que ninguém é proibido de militar no partido, construir partidos –, mas o campo dos companheiros que estão na CMS é cutista, ou independente. Para deixar bem claro, cutista e independente. E esse temário foi discutido amplamente, e penso que agora não temos mais o encaminhamento possível para fazer essa questão. Vou ouvir mais um companheiro, trinta segundos, de São Paulo, sobre a questão, e depois queria encaminhar com o plenário, se não teríamos que abrir um debate amplo, e temos uma proposta que logo depois do congresso da CUT, este coletivo, em seminário especificamente convocado para este debate, bem como de conjuntura, uma plenária deliberativa melhor dizendo, veja a questão aqui apresentada pelos companheiros de São Paulo.

O SR. – Questão de ordem. Não poderia, então, abrir para o pessoal de São Paulo, para não ficar em vão, que não vão indicar alguém; abrir hoje que, por não ser cutista, também não são da Força Sindical, são de uma central nova, que é a Central Autônoma dos Trabalhadores, porque sabemos que a CUT é do PT, e foi criada para essa finalidade, para chegar ao poder, e eu até faço parte da Direção Nacional, como suplente, mas não convoca a gente para nada. Então, que dessa vez abrisse para o pessoal de São Paulo. Não teria essa possibilidade?

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – O companheiro Joilson depois se manifesta. Eu quero encaminhar.

O SR. – E ficaria claro para o próximo congresso, que não aconteceria.

O SR. JOILSON CARDOSO – Um esclarecimento. Mauri, o campo é cutista, é uma resolução de congresso. Um dirigente de outra central, se o companheiro não fosse dirigente... O sindicato é filiado por determinação da base do sindicato, e se o companheiro fosse somente militante de um sindicato que fosse da Força Sindical, filiado à Força, pois ele não tem força sozinho para filiar o seu sindicato em outro lugar, ele poderia ser da Coordenação, da CMS. Então, há uma flexibilização ampla entre nós, e ninguém está proibido de participar da Força Sindical e ser do PSB também não, porque não temos ingerência sobre o PSB, temos ingerência sobre nós mesmos. Então, o que está claro está claro: o dirigente de centrais sindicais que não seja cutista, não poderá dirigir a CMS. Poderão dirigir, caso haja uma outra chapa que não essa nossa, que ganhe o congresso, porque aí vai quebrar o campo cutista. Está entendendo, Mauri? Nós não queremos quebrar, porque essa luta já dura dez anos, e os companheiros de São Paulo sabem disso, o esvaziamento de São Paulo nos dois últimos congressos se dá por essa concepção que eles têm, e que nós hoje estamos levando uma discussão com os companheiros de São Paulo no sentido de criar uma política para São Paulo, que incorpore essa contradição deles, mas na CMS Nacional não queremos trazer essa contradição. É esse o problema. Em São Paulo, sim, tanto é que a CMS de lá está composta por todas as forças, mas para a plenária, para a política nacional da CMS não queremos, neste momento, trazer este problema. Estamos aqui abertos a trazer esse problema, depois do congresso da CUT. Está OK?

O SR. – Quero, companheiros aqui presentes, fazer constar, que é necessário rever esse item, porque essa cláusula que foi colocada aqui como sufrágio, prejudica a atuação dos companheiros que são filiados a outras centrais. Não quero nem dirigir aqui a questão Força Sindical, mas não existe só a Força Sindical ou só a CUT. Quando a gente fala que a política neoliberal tem que ser combatida, quando a gente defende a CUT, temos que combater isso dentro da CUT hoje. Lamentavelmente, temos que combater isso dentro da CUT,

e nós temos que abrir oportunidade, porque São Paulo, o Grande ABC, está sendo prejudicado. É a terceira vez que a gente vem fazer essa discussão e não podemos indicar um nome para compor a comissão porque não é filiado à CUT. Queremos, sim, estar dentro de um partido onde temos liberdade para indicar o nosso membro, porque lá temos uma base de trabalhadores que poderia ter o seu representante aqui na comissão do movimento sindical nacional, só que lamentavelmente, por conta desse item, não estamos podendo participar. Então, fica aqui o nosso agravo nesse sentido, registrado que tem que ser feito, tem que ser revisto isso, para que o Partido que prega democracia seja realmente democrático, no sentido de abrir para todos os companheiros, independente de central. Central sindical é central sindical, sindicato é sindicato, e partido político é partido político. Todos são importantes, mas temos que saber fazer essa diferenciação. Temos que saber fazer essa diferenciação. Então, fica aqui o nosso protesto. Queremos contribuir com o crescimento do partido, e para isso temos que ocupar espaços também. Então, a luta é para isso, companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Muito bem, companheiro. Obrigado. A Mesa quer compreender que os companheiros deixam o protesto, deixam o agravo, mas não mantêm a discussão. É isso, companheiros? Muito obrigado pela compreensão. E coloco aqui o encaminhamento pedido pelo Joilson, na questão de depois do congresso da CUT.

O SR. JOILSON CARDOSO – Presidente, só uma questão de esclarecimento. Perguntar aos companheiros, então, se eles concordam com a proposta de encaminhamento que eu dei, que é o seguinte: que essa questão não está encerrada, que iremos fazê-la depois do congresso da CUT. Poderemos até ficar ou não.

O SR. – Eu só não entendo porque depois do Congresso da CUT. Acho que a coordenação nacional, eu confio na coordenação, pelos companheiros que aqui estão, de a gente levar essa discussão. Não estou nem um pouco preocupado com o congresso da CUT, se é antes ou se é depois. E nós vamos remeter para a Coordenação de São Paulo a indicação do nome, o mais rápido possível indicamos o nome, por lá, porque estamos prejudicados aqui.

O SR. JOILSON CARDOSO – Nós temos um problema, porque para elegermos aqui tem que ser delegado deste congresso.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Exato, aqui não podemos delegar para a comissão estadual. Esse plenário é soberano em relação àquele coletivo, de uma coordenação estadual. Quero encaminhar dessa forma, companheiros. De votar aquilo que os companheiros também compreenderam, de que mantivéssemos o que está no nosso Regimento da CMS, não é o regimento deste congresso, de que o campo é cutista e independente. Por isso que nós

queremos colocar que, mantido esse debate, já aqui com a avaliação da CMS, no sentido de fazer um debate futuro, especial após o congresso da CUT, fazer uma rediscussão do campo no Regimento, numa plenária deliberativa. E não fazer esse debate aqui hoje. Essa é a proposta, e aí vai valer o encaminhamento do companheiro cutista de São Paulo, que foi aqui indicado antes. Consulto o plenário se está suficientemente esclarecido. Tinha uma questão aqui? A companheira Maria tinha e não tem mais. Está esclarecida.

Companheiros, então, que concordam que esse debate seja feito em plenária deliberativa especial, e que se mantenha o que já hoje o Regimento da nossa coordenação diz do campo cutista e independente, os que são favoráveis se manifestem erguendo o crachá. Muito obrigado, companheiros, podem abaixar. Os companheiros contrários? Obrigado, companheiros. Os que se absterem?

Companheiro que já foi encaminhado na chapa, o cutista de São Paulo, então está incorporado à chapa eleita. É isso, não? Já tem o companheiro encaminhado. Deixamos aqui o nome, Marinaldo Maciel.

Companheiros, agradeço aos companheiros de São Paulo que trouxeram esse debate e esse debate vai ter que ser feito no momento oportuno. Já temos aqui um acúmulo hoje, com essa contribuição de São Paulo e as defesas feitas.

Companheiros, reforma estatutária. Companheiro Joilson. São cinco minutos, mas queria pedir se em três minutos, no máximo, quatro o companheiro não conseguiria expor as emendas da CMS ao congresso de amanhã, sobre o Estatuto do partido. Por favor, companheiros, peço que tenham mais um pouco de calma, porque depois encaminharemos os encerramentos.

O SR. JOILSON CARDOSO – Companheiros, são na verdade três pontos, numa emenda apresentada pela CMS nacional. O primeiro ponto fala da possibilidade do partido ter dois congressos. É uma emenda apresentada pelos signatários da convocatória do Congresso estatutário, que fala que os congressos do PSB se darão em duas etapas, uma etapa no primeiro semestre onde teria a discussão político-programática, chamada de programática, e no segundo semestre onde se teria a discussão eleitoral. A nosso ver, essa emenda, essa propositura é equivocada. Por quê? Não se pode desvincular a eleição da direção partidária da concepção do partido, da conjuntura e dos demais documentos que devem cercar quem quer dirigir o partido. O eleitoral deve estar condicionado à proposição frente à conjuntura e a organização do partido, e as concepções partidárias. Não cabe dividir, seccionar esses dois elementos, porque um depende do outro. Por isso, então, estamos propondo a supressão deste ponto. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto da reforma estatutária fala sobre o nosso movimento,

e coloca o nosso movimento como sendo Coordenação do Movimento Sindical, que nós concordamos, mas incorporamos uma emenda da Executiva Nacional, apresentada pela Deputada Erundina, que diz que os movimentos não poderão mais ser órgãos de apoio, os nossos movimentos deverão ser órgãos de representação. Nós somos representantes, como os negros são representantes, como as mulheres são representantes, como os jovens são representantes. Temos uma organização para fora e colaboramos com a organização para dentro do partido. São duas vertentes de um mesmo agrupamento. Então, estamos incorporando essa emenda da Deputada Erundina, e colocando uma emenda supressiva, no artigo 3º, dos signatários da convocatória, que apontavam para a possibilidade dos sindicalistas e dos demais movimentos participarem, como órgãos de representação, apenas dos Diretórios e não mais nas Executivas. Somos contra essa propositura, e digo por que rapidamente. Que não cabe aos sindicalistas, às mulheres, e aos demais movimentos, participarem dos foros deliberativos do partido com cota. Nos foros deliberativos do partido, nós queremos ser a maioria, porque no dia em que os sindicalistas forem a maioria, no Partido Socialista Brasileiro, esse partido será um partido operário e estará colado às demandas dos trabalhadores. Então, rejeitamos essa emenda, de nos colocar como uma representação. Imaginem vocês o que fará um sindicalista num fórum de 75 pessoas? Não fará nada. Porém, defendemos a manutenção que está consagrada no artigo 13 do nosso Estatuto, que fala que os sindicalistas, juntamente com os demais movimentos que estão construindo o PSB, irão compor as executivas. E digo por quê? Porque as executivas do nosso partido são órgãos de execução da política. Quem delibera permanentemente a política do PSB é o Diretório, são os diretórios nas suas instâncias. E quem executa são as executivas. Então, cabe a nós termos nas executivas, pela via do nosso fórum, a representação sindical e dos demais movimentos. Estamos mantendo essa propositura. E quero anunciar aos companheiros que essa propositura anunciada aqui pelo Líder da bancada, já foi incorporada pela relatoria, que é composta hoje pelo Carlos Siqueira, pelo Jaime Cardoso, pela Mari Machado, pelo Josué, e por Joilson Cardoso, que sou eu. Nós seis estamos compondo a relatoria e a Executiva Nacional fechou questão a favor dessa nossa propositura. Queria aqui agradecer o apoio da Executiva Nacional do nosso partido, saúda-la com uma salva de palmas, por ter incorporado nossas emendas. E por fim, existe uma propositura, que é da cláusula de 5%. A cláusula de 5% diz o seguinte: as seções estaduais, que não obtiverem os 5% serão destituídas, e passam a ser provisórias. Isso quer dizer o seguinte. Autoridade, autonomia e a representatividade dos congressos estaduais serão nulas, se não conseguirem a cláusula de 5%. E aí somos contra por quê? Porque, primeiro estamos reproduzindo uma idéia, um princípio que combatemos, que é a cláusula de barreira, e segundo que estamos

considerando autonomia de representação das seções estaduais, somente para aqueles que cumprirem a cláusula de 5%. Estamos colocando o resultado eleitoral em detrimento da política. Se não, vejamos: se lá no Rio Grande do Sul a boa política diz que deve seguir por um caminho, que a curto prazo teremos derrota, mas a médio prazo teremos vitória, pela nossa coerência, teremos que desfazer esse caminho certo e buscarmos o eleitoral pelo eleitoral para que os companheiros continuem governando. Então, não achamos justo e pedimos a supressão desse ponto, que não haja essa cláusula. E para encerrar, perdemos essa propositura na Executiva Nacional, por dois votos. A maioria dos membros acha que deve manter os 5%. E nós estamos reapresentando aqui, para que a gente amanhã, no nosso congresso, defenda a não existência dessa cláusula de barreira, que é uma cláusula copiada de um processo com que não concordamos.

São essas as três proposições de emenda à reforma estatutária.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Companheiros, queremos encaminhar essa questão, porque depois temos uma moção e três propostas de resolução de moção. Queria pedir aos companheiros, fazer uma proposta, talvez termos, quem sabe até dois minutos para falar desse debate, e até cinco Estados, mantendo aquela proposta que o plenário construiu antes. Daria dez minutos. São dezessete e vinte e dois. Penso que os companheiros que puderem, enfim, se organizar, a idéia é que encaminhássemos dessa forma: dois minutos de fala para cada um, e até cinco Estados.

O SR. BISMARCK MEDEIROS (Pernambuco) – Questão de ordem. Eu tenho uma proposta para apresentar ao plenário: que seguissemos a mesma metodologia que foi feita pela companheira sobre o assunto anterior. Direto para a votação. Não há discordância sobre essas três propostas. A gente colocar para o plenário votar. Não tem pontos divergentes aí. Então, que fossemos à votação.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Agradeço ao companheiro Bismarck, que contribuiu bastante. Antes de fazer esse debate, quero consultar o companheiro Joilson, até para termos mais esclarecimento para depois encaminhar direto para votação. Dois congressos: um temático e um eleitoral. Supressão, contrários até porque as chapas devem ser eleitas, como disse o companheiro Joilson, em cima de um debate de conjuntura. Não botar as coisas descoladas. Cláusula de barreira. Somos contra a cláusula de barreira. Não vamos baixá-la para 2%. Somos contra. Seria supressão. Terceira questão: movimentos. Eu consulto o companheiro Joilson, nesse debate, porque esteve na Executiva, de que o artigo 13º e o artigo 38º vão ser preservados na sua plenitude.

O SR. JOILSON CARDOSO – É o que está defendido pela Executiva Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Artigo 13º, que nos apresenta como órgão do partido, que preserva os cargos no diretório, preserva a autonomia deste congresso para fazer o debate da indicação do Secretário na Executiva, e dos companheiros no Diretório, como foi feito há pouco. Então, preservando o artigo 13º e 38º, os companheiros podem até ler, que dá autonomia total para o movimento. Lembrem sempre, companheiros, os que estão no movimento das mulheres estão na luta e têm o nosso apoio, o movimento negro, para ter sua presença no estatuto, que até hoje não tem, nem o movimento popular; movimento da juventude tem, mas não com a clareza do movimento sindical, e isso o PSB tem como uma proposta extremamente avançada, até porque preserva a luta operária, a luta dos trabalhadores na história da construção do socialismo.

Colocamos, então, em votação a proposta do companheiro Bismarck, de que esse temário...

O SR. FRANCISCO – Um esclarecimento. Aqui nesse livrinho, não sei onde está, aqui tem o parágrafo sétimo, e depois pula para o artigo 16º, na página 61. Vejam aí, se é só nesse aqui, por favor. Dos congressos sindicais, capítulo IV. Não estou achando do sétimo em diante. Página 62. Está faltando? Parágrafo sétimo pula para o artigo 16º.

O SR. JOILSON CARDOSO – Olha só, companheiro, os parágrafos correspondem ao artigo 15. E do quinze vai para o 16. Não é 16º, é 16 mesmo, porque pela regra legislativa, você não considera a ordem ordinária depois do novo.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Está compreendido, companheiro Francisco? Obrigado pela compreensão. Companheiros, então, resgatando a proposta do companheiro Bismarck, de encaminhamento direto para votação da matéria da reforma estatutária que está em debate. Os companheiros que são favoráveis a essa proposta do companheiro Bismarck, se manifestem erguendo os crachás. Muito obrigado, companheiros, podem abaixar. Os companheiros que são contrários? Abstenções? Aprovado por unanimidade.

Em votação, companheiros. As emendas aqui colocadas pela CMS nacional, serão defendidas no Congresso Estatuinte, que se realizará amanhã; conforme já definido, na tese aqui defendida pelo companheiro Joilson, os companheiros que são favoráveis a essas defesas, a essas supressões e modificações, se manifestem erguendo o crachá. Obrigado, companheiros. Contrários? Abstenções? Aprovado por unanimidade.

Temos aqui uma resolução, e eu vou encaminhar, resumir, para não abrir mais falas, já que tem sido essa a tendência do plenário, a mesas encaminha. Proposta de moções e resoluções do Sindicato dos Sapateiros de Campo

Bom, que defende que nossas direções sindicais socialistas defendam o apoio político à luta pela moradia, com as cooperativas habitacionais, democráticas, autogestionárias, criadas e administradas por trabalhadores. Também a defesa da escola infantil, as creches para os filhos de trabalhadores de 0 a 6 anos, conforme a Constituição Federal, o ECA e a LDB. Previsão no Estatuto, de Diretor de Juventude, de Mulher, e dos Aposentados, Sapateiros, na Direção Executiva, com um conselho desses companheiros perante o sindicato.

Vou encaminhar em bloco; temos mais uma moção, companheira Dulcinele, que também reforça o que foi definido aqui, repúdio, uma moção desse congresso ao Presidente Lula, repudiando, protestando contra a proposta de reforma sindical do FNT, e pela retirada dessa proposta do Congresso Nacional. Essas são as quatro moções, encaminhadas à Mesa, naquele tempo que falei antes.

Coloco em votação, companheiros. Os companheiros que são favoráveis a essa moção, se manifestem erguendo os crachás. Muito obrigado, companheiros, podem abaixar. Os companheiros que são contrários a essas moções? Companheiros que desejam votar pela abstenção? Aprovado. Uma abstenção. Declare o voto, companheiro.

O SR. – A questão é sobre o último item, dos Aposentados Sapateiros.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Não. É aposentado. Aqui está como sapateiros, mas é aposentado no geral. Todo aposentado, para a categoria.

O SR. – Isso, mas aí ficou entendido que seria só para os sapateiros.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Não, mas essa modificação tem que ser feita. Isso foi feito no congresso na federação e não foi bem salientado pelo companheiro. Terceiro item, com a emenda, que é o seguinte: aposentados, as mulheres e os jovens da categoria que o sindicato representa. Sem dúvida, companheiro.

O SR. – Sr. Presidente, eu fiz um apelo da moção, a respeito da lei. Eu trouxe. Entreguei à mesa só para dar um apoio para redigir e depois passar para os companheiros assinarem. Ela pode ser encaminhada depois ou tem que ser encaminhada como está?

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Aqui é a proposta dessa lei do Sandro Mabel, que permite a liberdade na terceirização, e até “quarteirização”, deixa os trabalhadores desprotegidos da ganância e insensibilidade dos empresários, e a outra, do Sindicato dos Técnicos de Segurança em Trabalho do Estado de Minas Gerais, Federação Nacional dos Técnicos de Segurança do Trabalho, companheiro Secretário Municipal da SSB de Belo Horizonte, Cláudio Ferreira Santos, que propõe que o nosso congresso

se solidarize com a família do nosso querido companheiro, guerreiro, Dr. Miguel Arraes, na ocorrência de sua morte. Temos certeza de que os ensinamentos e propostas apresentadas pelo Presidente Nacional do PSB, Miguel Arraes, jamais ficarão em vão. A proposta anterior é do companheiro Valtencir Egidio Teixeira, do PSB de Minas Gerais. Essas são as duas moções.

A moção de Pernambuco foi votada antes, de repúdio à reforma sindical.

Os companheiros favoráveis a essas outras duas moções, que pensei já tinham sido incluídas, me desculpem, se manifestem erguendo os crachás. Obrigado, companheiros. Os contrários? Abstenções? Aprovadas por unanimidade.

Antes de encerrar esse valioso encontro, quero agradecer e antes de encerrar também quero pedir para ouvirmos o Joilson, nosso Secretário reeleito. Companheiro Joilson.

O SR. JOILSON CARDOSO – Companheiros, temos uma tarefa objetiva, que é a distribuição desse livro que tem os dez anos de história do nosso movimento, tem também o regimento da CMS nacional, e que produzimos uma quantidade para serem levados para os Estados. Descobrimos que se mandássemos isso pelo Correio, ficaria mais caro do que cada exemplar. Então, estamos marcando com os companheiros amanhã os Secretários, e os companheiros que representam as CMS estaduais, para que peguem um volume para cada Estado. Todos os Estados têm o seu volume, lógico um volume proporcional à luta, à expressão. Se os companheiros quiserem mais além dos que já reservamos, estará reservado. Está OK? Então, amanhã, no intervalo, no almoço do congresso, gostaríamos de ter uma conversa com os Secretários Sindicais de cada Estado, para a gente ver como entrega esse material. Esse material já está disponível para a gente na sede do partido, e então mandaríamos entregar. Por favor, os Estados que estão no Hotel Aracoara, levantem o braço, só para uma consulta. Os companheiros do Aracoara, o material já está lá. Quem estiver em outros hotéis, me procure, ao final do encontro aqui, que vamos levar o material para esses companheiros levarem para os Estados. Em média são trezentos livros para cada Estado, e trezentos jornais para os companheiros divulgarem a posição política da SSB e da CMS nacional. É uma tarefa objetiva aos companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Obrigado, companheiro Joilson. Queria me referir e tenho certeza que é o pensamento de todos que aqui estão, ao esforço do Joilson para que tenhamos uma estrutura. E esse livro, podemos chamar assim, que conquistamos aqui contando a história dos dez anos desse movimento, do primeiro ao quarto congresso, mas já com as teses do quinto congresso, diversas outras lutas, foi uma conquista de todos

os companheiros, porque vocês é que constroem nos Estados a importância do sindicalismo socialista brasileiro, a importância de termos uma corrente, a SSB, orgânica, fortalecida, para disputar a central, para criar futuramente uma central. São os companheiros que fazem com que o Joilson tenha condições, no debate na Executiva, de defender que esse movimento tenha os espaços que lhe são de direito. E esse debate, essa coordenação tem o desafio nos próximos anos de construir um movimento sindical contemplado, valorizado, respeitado, da forma como ele merece e necessita.

Antes de encerrar, deixo a palavra ao companheiro Joilson, para fazer o agradecimento, a saudação final aos companheiros, companheiro Joilson Cardoso reeleito Secretário Nacional do Movimento Sindical do PSB. O companheiro com a palavra.

O SR. JOILSON CARDOSO – É uma tarefa. Quero agradecer aos companheiros a confiança depositada, mais uma vez, no exercício dessa função sindical na Executiva Nacional do nosso partido. Quero dizer que não vejo como um bônus, vejo como uma missão revolucionária a gente estar na Executiva do nosso partido, dialogando com os outros setores, defendendo e sendo fiel ao movimento sindical, à produção do movimento sindical.

Por fim, queria agradecer aos companheiros aqui, em nome de todos, porque não teríamos realizado nada se não fôssemos tão coesos, tão transparentes e claros nas nossas posições políticas nessa gestão que termino. E quero também saudar os companheiros novos, que estão se incorporando, que tenho certeza irão contribuir e muito para o crescimento do nosso partido. Temos um desafio em 2006, que é elegermos sindicalistas ao congresso nacional e também às Câmaras estaduais e aos Executivos também, por que não? - podemos ousar a isso. Quero, então, dizer que na missão que me é delegada serei fiel aos princípios aqui defendidos pela CMS nacional e essa plenária; e quero me colocar à disposição dos companheiros, inclusive distribuindo aqui o e-mail, em que vocês podem me encontrar, os telefones da CMS e os telefones da sede nacional, onde estarei de plantão vinte e quatro horas, como tem sido, nesses últimos quatro anos. Sei da missão que teremos no ano que vem, de defender a unidade da SSB em diversas categorias importantes, como é o caso dos bancários, é o caso da FNU, é o caso da CUT, onde estaremos disputando também sindicatos importantes, e que os companheiros dos Estados possam contar conosco, com essa direção eleita, e também com o Secretário Sindical, que é a pessoa que fica mais ligada a fazer o elo entre todas as partes. Então, agradeço a confiança e quero dizer que não vou trair-los, serei fiel aos mandamentos e às questões que vocês me delegaram realizar. Não sei se serei competente, mas serei fiel.

Aqui está o meu cartão, para distribuírmos aos companheiros.

Muito obrigado. Vamos à luta.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Paulo Selistre) – Obrigado, companheiro Joilson. Declaro encerrado esse histórico congresso, desafio para os companheiros no ano que vem, na luta de 2006, tantos companheiros que já foram candidatos a vereadores, a vice ou a prefeito, já foram candidatos a deputados, já foram candidatos que foram, com certeza, atropelados pelo poder econômico. Que o Brasil melhore, que os socialistas cheguem ao poder, que os trabalhadores do Brasil sejam respeitados.

Muito obrigado, companheiros. Bom debate, bom retorno àqueles que voltarem, boa luta no Congresso Estatuinte e no Congresso Geral de domingo.

Muito obrigado.

I Congresso Popular

19 de agosto de 2005 - Tarde

I Congresso Nacional do Movimento Popular Socialista

A SRª MARIA DE JESUS (Alagoas) – ...que viesse mais para cá, para darmos início. Já contamos com a presença do Estado do Pará, de Alagoas, de Minas Gerais e do Piauí. Temos quatro estados presentes... Cinco, com o Rio Grande do Sul.

Os estados com os quais eu não consegui entrar em contato infelizmente foram por questão de telefone, porque muitas vezes telefonamos para a coordenação nacional do movimento, quem estava representando a coordenação, e mudaram os telefones.

Lembro que telefonei para o PSB de Minas Gerais e me disseram: “Não se preocupe, porque vai gente para lá”. Disseram também que houve a realização do congresso lá, o que, para nós, é motivo de felicidade.

Também entrei em contato com o Maranhão. O pessoal da delegação já estava por aqui, não sei por que ainda não chegou.

Mas já temos quorum para iniciar a nossa discussão, porque estão presentes Pará, Alagoas, Minas Gerais, Piauí e Rio Grande do Sul. Então podemos começar a nossa discussão, até por uma questão de organização e para aproveitar este momento.

Lembro que fizemos este Congresso na marra, porque nenhuma estrutura dessas que vocês estão vendo aqui foi a Nacional quem deu. Não poderíamos realizar esta discussão e aceitar que a Nacional decidisse quem ia representar a Secretaria do Movimento Popular.

Secretário do Movimento Popular tem que ser uma pessoa que entenda a base e esteja ali no dia-a-dia, nessa discussão. Não é uma imposição da Nacional. Inclusive, se vocês examinarem o regimento e a proposta de mudança do Estatuto, ele menciona essa discussão da Secretaria de Apoio à Juventude, ao Negro e por aí vai, com as infinitas mudanças que virão por aí.

Será preciso comparecermos em massa amanhã, inclusive daqui sair algum documento para impor à Nacional essa discussão.

Quero agradecer ao nosso Deputado de Alagoas Givaldo Carimbão e a Beto Albuquerque, do Rio Grande do Sul, que nos deu essa contribuição, que interveio junto à Nacional para que realizássemos este Congresso na marra. Isso é muito importante.

Vou passar a palavra ao Adriano, para iniciar os trabalhos.

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Companheiros, uma saudação especial aos socialistas do Movimento Popular do PSB.

Vou convidar para nos ajudar nos trabalhos a companheira Berenita, que é Secretária do Movimento Popular de Alagoas, e a companheira Gladys Freitas, de Minas Gerais. Vou ficar bem guardado com duas companheiras

valerosas do nosso Partido.

É com alegria que sabemos que o Partido tem uma grande base social. Nós, que somos Secretário no Rio Grande do Sul há dois mandatos, pois fomos reeleitos no último dia 30 para mais um mandato – tenho um informativo que vou passar depois para vocês acompanharem o nosso trabalho lá –, conseguimos identificar um grande número de companheiros que milita nos movimentos sociais, seja na associação de moradores, seja nos conselhos municipais. E isso para nós, do Rio Grande do Sul, está sendo muito importante, porque conseguimos identificar o nosso militante da base e, acima de tudo, podemos ter e fazer propostas de políticas públicas como algo do PSB, e não do Adriano, da Jesus ou da Berenita.

Nós tentamos, no congresso passado... Vocês que vêm dos estados sabem que em época de congresso surge muita vontade de lutar, muita organização, e, depois que passa o congresso, aquilo acaba morrendo. Isso é muito ruim. Muitas vezes, nós só nos encontramos quando há congressos nacionais do Partido. Nos movimentos por aí afora, nós comparecemos, mas nem sabemos se são do PSB, o que é muito complicado.

Tentamos, então, fazer uma coordenação nacional do MPS. Nós não solicitamos para a Direção Nacional nem vaga no Diretório nem indicação para a Executiva, porque parece que se junta um grupo de pessoas para tentar disputar uma cadeira no Diretório, uma vaga na Executiva, e, muitas vezes, nem representam o movimento nem discutiram com os militantes do movimento. Ficam na Direção Nacional, passam-se dois anos e, no outro congresso, tudo ocorre de novo.

Mantemos diálogo com os companheiros de Alagoas, que disseram: “Nós vamos fazer o primeiro congresso do MPS”. Mas ainda é muito difícil a articulação em nível nacional, o contato com os outros diretórios é mais complicado. Da nossa coordenação, por exemplo, que tirou no Congresso passado, os sete nomes, somente com dois nós conseguíamos manter contato por telefone; os outros quatro, nem por e-mail nem por telefone: “Quero falar com fulano”. “Ah, não se encontra, não está!” Isso muito complicado.

Então queremos tentar, quem sabe, com este nome pomposo: I Congresso Nacional do Movimento Popular Socialista, fazer com que saia daqui, de fato, uma organização que possa realizar o próximo congresso do MPS forte. Eu digo, lá no Rio Grande do Sul, que não quero ser mais organizado do que as mulheres, que têm mais tempo de organização em nível nacional, do que Juventude ou o Sindical, mas espero que o MPS fique brigando cabeça a cabeça também para ser uma organização importante.

Chegou aqui o Deputado Carimbão, que convidamos para vir à Mesa, fazer uma saudação aos companheiros militantes do Movimento Popular, agradecendo-lhe o empenho.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (Deputado Federal – PSB/AL) – Tudo bom, gente! Boa tarde.

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Estava batendo um papo com o pessoal. Antes de o senhor falar – não sei como está o seu tempo –, eu gostaria que o pessoal se apresentasse, dizendo o seu nome e a cidade de onde vem, ou o estado, para nós nos conhecermos e ficarmos mais familiarizados.

O meu nome é Adriano, sou do Rio Grande do Sul.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (Deputado Federal – PSB/AL) – Deputado Federal Givaldo Carimbão, pelo PSB de Alagoas, há cinco mandatos.

O SR. JOSÉ MARIA DE LIMA PACHECO (Pará) – O meu nome é José Maria de Lima Pacheco, sou mais conhecido como Professor Pachecão, sou do Estado do Pará. Ainda na apresentação, queria dizer que eu e o meu companheiro de Belém do Pará decidimos vir para a Nacional. Para isso, nós nos juntamos ao Movimento Sindical, pois também sou professor e pertencço ao sindicato de lá. Se nós não tomássemos a iniciativa, não estaríamos aqui para representar o Movimento Popular, porque, infelizmente, vemos uma grande falta de apoio para nos organizar. Como estamos na base desde 1992, resolvemos tomar a iniciativa desta vez, para estar presente aqui.

O SR. ARMANDO CARNEIRO (Pará) – Boa tarde, companheiros. Meu nome é Armando Carneiro, mas, por ser evangélico, sou mais conhecido como Pastor Armando. Sou do Movimento Popular e Sindical do Pará. Também estou lançando o meu primeiro livro de poesias que mais tarde estará à disposição dos companheiros. Estou muito feliz por estar aqui e quero que vocês recebam antecipadamente o meu forte abraço com o calor paraense do nosso povo do Pará.

O SR. MESSIAS JÚNIOR (Piauí) – Boa tarde. Meu nome é Messias Júnior. Sou da Executiva Estadual do PSB do Piauí e Coordenador-Geral da ONG MAIS – Movimento de Apoio à Inclusão Social.

O SR. JOSÉ CARLOS (Minas Gerais) – Boa tarde. Meu nome é José Carlos, Professor José Carlos. Sou Professor de Biologia de Juiz de Fora, Minas Gerais. Eu não sabia deste I Congresso Nacional. Para a minha surpresa, quando estava passando pelo corredor, eu vi escrito. Organize e coordeno uma cooperativa popular de doces lá na minha cidade de Juiz de Fora.

O SR. MELQUIZEDEQUE (Minas Gerais) – Boa tarde à Mesa e ao Plenário. Meu nome é Melquize deque. Sou Diretor da Associação dos Moradores de Aluguel de BH e Regiões Metropolitanas do Estado de Minas

Gerais e Secretário Municipal do Movimento Popular do PSB em Belo Horizonte.

A SR^a (Alagoas) – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)* ...PSB de Alagoas, Maceió.

O SR. FÁBIO JULIANO (Rio Grande do Sul) – Boa tarde a todos. O meu nome é Fábio Juliano, conhecido como Fabinho. Sou Presidente do PSB no Município de Rio Grande, interior do Rio Grande do Sul, e venho aqui representando os meus companheiros do Partido. Somos, ao todo, quase vinte companheiros que militam em movimentos populares. Obrigado.

A SR^a ANDREZA (Minas Gerais) – Boa tarde a todos. Meu nome é Andreza, sou de Minas, estou representando a União Sem Casas, de Minas.

O SR. MIGUEL ROTISCLEIN (Minas Gerais) – Boa tarde a todos. Meu nome é Miguel Rotisclein(?), sou de Minas Gerais, Presidente do Partido em Caiã(?). Um abraço.

O SR. ALEXANDRE (Minas Gerais) – Meu nome é Alexandre. Sou Presidente da Associação Comunitária de Bairros em Belo Horizonte.

A SR^a ALMEZINDA (Minas Gerais) – Meu nome é Almezinda. Sou Presidente da Associação do Movimento Organizado pela Moradia, da grande BH, Minas Gerais.

O SR. NICOLINO PEREIRA (Minas Gerais) – Boa tarde a todos. Meu nome é Nicolino Pereira, sou da cidade de Ibitaré, da grande BH. Represento o Movimento dos Sem Casa com “c” traço MG.

O SR. (1º Secretário do PSB – Minas Gerais) – Boa tarde a todos. Sou o 1º Secretário do PSB em Belo Horizonte e sou do Movimento Popular também. Parabéns a todos. Não vamos desanimar dessa luta.

O SR. ALESSANDRO (Minas Gerais) – Boa tarde. Meu nome é Alessandro, de Minas Gerais, sou Presidente da Associação Comunitária de Venda Nova e membro do Diretório Municipal de Belo Horizonte.

O SR. ANTÔNIO ELIAS (Minas Gerais) – Boa tarde a todos. Meu nome é Antônio Elias, sou da União dos Trabalhadores da Periferia da grande BH, iniciei a minha militância na década de 70. O Adriano, que é gaúcho, historicamente conhece, não por idade, a grande batalha que tivemos no resgate da Paula Schilling (?)

A SR^a JANETE (Minas Gerais) – Boa tarde. Eu sou Janete, de Muriaé, Minas. Sou Presidente do PSB naquele Município, sou membro do Diretório Municipal de Educação, do Sindicato dos Professores, do Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais, do Movimento Popular de Bairro

e do Movimento Estadual das Mulheres.

O SR. CARLOS VOLMER (Rio Grande do Sul) – Carlos Volmer, do Rio Grande do Sul.

A SRª SALMA (Minas Gerais) – Eu sou Salma, Médica Nefrologista, ajudei a fundar a Associação dos *(ininteligível)* Crônicos e Transplantados de Guaxupé e região, faço parte do PSB há um ano, fui candidata a vereadora, fiquei na suplência, sendo que o PSB foi um dos partidos mais votados em Guaxupé, com 4.200 votos. Nós elegemos dois vereadores. Sou pré-candidata a deputada estadual pelo PSB, este é o meu primeiro congresso e estou muito contente por estar aqui.

O SR. EDILSON (Rio Grande do Norte) – Boa tarde a todos. Meu nome é Edilson, sou membro do PSB do Rio Grande do Norte. Hoje estamos discutindo Movimento Popular e um dos motivos de estarmos aqui é discutir a questão das minorias dentro do Movimento Popular. Trabalho com grupos no Rio Grande do Norte e tenho a honra e o prazer de parabenizar a nossa líder do Partido, a Governadora Vilma de Faria, uma mulher dinâmica que apóia e ajuda em todos os aspectos esse movimento. Por isso estamos aqui, para falar mais um pouco sobre a questão do Movimento Popular junto às minorias. E é importante que o Partido, em nível nacional, também tenha a sua representação para que possamos discutir políticas públicas dentro do grupo das minorias.

O SR. JOÃO (Rio Grande do Sul) – Boa tarde a todos. Moro na cidade de Rio Grande, na Praia do Cassino, uma das maiores do Brasil, que não é conhecida neste País. Sou da classe dos pescadores. Estou aqui para representar essa profissão de pescadores, que é muito sofrida neste País. Estou na política para tentar melhorar para o pescador do nosso Brasil. O meu nome é João... *(ininteligível)*

O SR. CLEBER (Minas Gerais) – Boa tarde a todos. Eu sou Presidente do PSB de Bonfim, sou Presidente da Associação de Bairro de Bonfim, em Minas Gerais.

O SR. DEIRÓ (Minas Gerais) – Boa tarde a todos. Meu nome é Deiró, sou de Itabira, Minas Gerais. Sou Presidente do PSB no Município de Itabira, Diretor do Sindicato de Metabase de Itabira, que representa os trabalhadores da Vale do Rio Doce, e faço parte do Movimento Popular da Paróquia Santo Antônio da minha comunidade.

Obrigado.

O SR. CAROLINO LOPES GUERRA (Minas Gerais) – Boa tarde a todos. Meu nome é Carolino Lopes Guerra, sou Presidente da Associação dos Trabalhadores Aposentados, Deficientes e Idosos de Jaíba e Presidente do PSB de Jaíba, Minas Gerais.

O SR. JOSÉ CARLOS (Minas Gerais) – Só um complemento. Sou também Presidente do PSB de Juiz de Fora.

A SRª JESUS – Eu sou Jesus, sou coordenadora estadual da rede de educadores populares do Nordeste, representando o núcleo de Alagoas. Também faço parte da Associação Clube de Mães de Trapiche da Barra... (*ininteligível*) e participo da chapa do Movimento Popular Estadual de Alagoas quanto à elaboração de projeto.

A SRª BERENITA – Meu nome é Berenita, boa tarde a todos. Faço parte da Associação Comunitária de Moradores do meu bairro e hoje estou no segundo mandato de secretária do Movimento Popular Estadual e sou também educadora popular. Estou aqui para contar com vocês. E esta luta que nós devemos travar com muita segurança, porque as pessoas têm que começar a compreender a importância dessa base popular. Somos nós que estamos lá, conhecemos, sentimos e verificamos todas as necessidades da comunidade. Então é muito importante essa organização. Agradeço a vocês.

A SRª GLADYS (Minas Gerais) – Meu nome é Gladys. Boa tarde a todos. Nós estamos aqui, Minas Gerais presente. Os companheiros de Minas... Sou Secretária Estadual do Movimento Popular de Minas. Somos também reconhecidos como um dos movimentos do PSB, entre todos os outros partidos mais organizados entre os movimentos populares. Pelo desgaste que há nos movimentos, na forma como eles foram usados, a nossa meta é trabalhar para resgatar a identidade própria dos Movimentos Populares, que têm um papel importante na construção da sociedade como um todo, e, no final, não há um reconhecimento. Ao longo do tempo, os movimentos sociais foram usados como massa de manobra. Hoje nós queremos estar presentes, com o reconhecimento das autarquias, das autoridades municipais, estaduais e federais, por isso estamos aqui, com o PSB, é claro.

O SR. – Só um complemento: também sou da Executiva Municipal do PSB em Ananideua, Pará. Sou Secretário de Ação Parlamentar. Estou no segundo mandato consecutivo. Obrigado.

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Deputado, gostaria que o senhor desse uma mensagem para os nossos companheiros.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (Deputado Federal – PSB/AL) – Fiz questão de vir a este plenário porque esta é a minha origem e a minha base de formação política. Tenho 48 anos. Deixei pai e mãe com sete, para ir trabalhar varrendo rua, para varrer uma loja. Fui para a luta, pai e mãe pobres, trabalhei, dos sete aos doze ou treze anos, como varredor de uma loja e, de repente, fui conquistando. Casei aos 17, sou casado até hoje, 30 anos de casado, graças a Deus, sou sergipano, fui para Maceió enfrentar a vida e lá, em 1980, há 25 anos, comecei a participar do Movimento Popular, exatamente da Associação de Moradores.

Fui fundador de uma associação num bairro de 500 pessoas, fui fundador, secretário, vice-presidente e presidente da associação, depois presidi a Associação dos Mutuários de Habitação do Estado de Alagoas, quando o BNH fazia reajustes de 180%, 200%, 300% ao ano e houve uma resistência muito grande no Brasil. O Rio de Janeiro, Minas Gerais, alguns estados do Brasil encampavam essa luta da qual tive oportunidade de participar em nível nacional, quando, de repente, cheguei a ser Presidente da Associação de Mutuários de Habitação e Vice-Presidente Nacional.

Foi uma luta muito feroz, fomos presos algumas vezes, fazia parte da nossa história, da nossa luta, quando invadimos alguns conjuntos habitacionais, enfim. Foi uma história construída. Havia um grupo em Alagoas, a Prefeita Kátia Born, o Governador Ronaldo Lessa... Essa é uma bandeira que morreu precocemente. Havia um grupo de companheiros que sonhava, tinha desejo de resistência em nome dos pobres, dos oprimidos, das minorias. E nós fizemos um grupo de companheiros em Alagoas, na década de 80. Ronaldo Lessa foi preso várias vezes, assumiu a liderança estudantil no Estado de Alagoas, Eduardo Bonfim, que foi Deputado Federal Constituinte. Havia um grupo de companheiros que fazia parte desse núcleo e graças a Deus nós montamos um projeto de resistência no Estado de Alagoas. Fernando Collor era considerado o grande deus do Estado de Alagoas, Divaldo Suruagy, naquela época, enfim. Havia grupos feudais; era o coronelismo que predominava. E nós partimos para a resistência. Pessoas pobres, simples, humildes. Kátia era dentista e servidora do INSS, Ronaldo Lessa era Engenheiro e Professor, eu fui comerciante pequeno, um grupo de companheiros que realmente militava e o fazia por convicção, para defender a sociedade. Alguém tinha que levantar a voz para defender a sociedade.

E me candidatei a vereador; fui o Vereador mais votado de Maceió. Fui reeleito com o dobro dos votos. De repente, saí de Vereador direto para Deputado Federal, fui o Deputado Federal mais votado da história da capital, sem gastar um centavo, tive 40 mil votos na primeira, agora tive 70 mil na segunda. E vou para o terceiro mandato agora. Fui três vezes Vereador por Maceió, tive a honra de ser líder da Prefeita Kátia Born e do Governador Ronaldo Lessa. Foi um projeto político nosso.

Kátia, de repente, foi Vereadora, Secretária de Saúde e Prefeita de Maceió; Ronaldo Lessa foi Vereador comigo, Prefeito de Maceió e Governador do Estado, com 75% de aprovação no Governo do Estado, com dois mandatos de Governador. Eu fui Vereador, Secretário do Meio Ambiente, fui o Deputado Federal mais votado da história de Maceió por duas vezes, fui Líder de Ronaldo aqui na Câmara Federal, ocupei alguns espaços, graças a Deus. Aqui nesta Casa, consegui ser Presidente de uma das maiores comissões da Câmara, a Comissão de Meio Ambiente do Brasil. Presidi a Comissão de Defesa do Consumidor com Celso Russomano, Fleury Filho e Enéas; presidi a Comissão das Minorias, aqui

no Congresso Nacional. Hoje faço parte da lama podre que aqui está. Cinco Deputados foram convocados para fazer a sindicância secreta desse processo. Dos 500, cinco foram escolhidos, e eu fui um deles também, escolhido para fazer parte dessa sindicância. Estou, hoje, como Corregedor, na sindicância da Casa.

Fui o Deputado Federal mais votado da história da Câmara Federal. São 513 deputados aqui. Dos 513, 480 participaram da eleição da Mesa. Severino Cavalcanti foi eleito com 300 votos, o Vice-Presidente foi eleito com 257 votos; eu fui eleito com 370 votos aqui dentro. Fui o mais votado da história, pela relação que consegui construir.

No PSB Nacional, faço parte da Executiva. No Estado de Alagoas, sou, hoje, o Secretário-Geral da Executiva Estadual, junto com... (*ininteligível*) Abílio, que é Vice-Governador do PSB. Então nós construímos uma história que nasceu de uma associação de moradores, como fundador de uma associação de 500 casas num conjunto habitacional.

Tenho, em Alagoas, uma instituição há 20 anos, foi uma promessa que eu fiz. Tenho uma obra social para crianças de favela e de rua. Nós chegamos a ter 700 meninos de favela e de rua em Maceió, na capital, uma das obras mais modernas do Brasil, orgulho-me muito disso. Inauguro agora uma obra que vai ser a mais moderna do Brasil, sem exagero.

Tive a felicidade de ir agora à França, à Suíça e a Portugal para conhecer e estudar um pouco o assunto. Estou inaugurando a primeira fazenda para recuperação de dependentes químicos e uma cidade de Maria, uma cidade de Nossa Senhora com cinema, o Cinemaria. É um projeto audacioso que estamos inaugurando agora em Alagoas.

Minha base é forte. Além dos movimentos populares, tenho muita ligação com a Igreja Católica. Tenho uma irmã que é freira, um sobrinho que é padre e dois tios que são padres. Milito nessa área até hoje e, graças a Deus, as pesquisas em Alagoas me consideram mais uma vez em boa situação de disputa para o mandato de Deputado Federal.

Fiz questão de dizer tudo isso para vocês entenderem a importância de se construir uma casa não em cima de areia, mas de concreto, quando se consegue plantar uma árvore que tem que ser bem tratada no regamento, onde a raiz talvez seja tão importante quanto o crescimento dessa árvore. É exatamente a formação política de um cidadão.

Hoje, tenho uma experiência: fui varredor, fui da associação de moradores, da Associação dos Mutuários de Alagoas e cheguei a ser Deputado Federal, Presidente de várias comissões nesta Câmara Federal, participando da Mesa da Câmara.

Essa experiência que vivi nos movimentos populares foi fundamental.

Lamentavelmente, de 1995 para cá, os movimentos populares, de alguma forma, se desestruturaram no Brasil, houve um momento muito forte que o Brasil viveu, durante a década de 80 até 90, quando a sociedade reagia, ia para a luta com reivindicações, mas começou a aparecer um bocado de pelego nesse processo, pessoas que, lamentavelmente, não levaram o movimento popular como ele deve ser. Houve uma acomodação no Brasil inteiro. Mas começamos a sentir a importância dessa manutenção dos movimentos populares.

O PT, que assumiu a Presidência do Brasil, veio com a esperança e a expectativa nacional da ética, da moral, da dignidade, e lamentavelmente passa por tudo isso. E nós não podemos ficar calados nem recuar nesse processo.

Tenho dois filhos, na fundação onde mantenho as crianças, elas somam 700. Você encontra pessoas tão boas, carentes, dignas, honradas, sérias, mas também encontra pessoas que não dignificam a sua vida e a sua história.

No movimento político, é importante nunca perder o desejo de transformar. Eu sou Deputado Federal, estou aqui, tenho dado apoio ao PT, mas sou crítico e há vários companheiros do PSB que têm se posicionado contra determinadas situações, mesmo no Governo, porque a nossa origem não foi somente dizer “Amém”, porque leva um recurso para lá, porque leva um dinheiro para construir ali. A maior construção que nós temos que fazer, e fazemos, não é de ponte, não é de estrada; é a construção da sociedade, é a construção de um mundo novo, de ter esperança e dar esperança para a sociedade.

Os Movimentos Populares têm importância fundamental na sociedade. É uma associação de moradores que está lutando pelo posto de saúde, pelo transporte coletivo, pela questão do lixo. É natural de associação de moradores. Isso nada mais é do que um estágio para se avançar. Os parlamentos, as câmaras mirins, as câmaras municipais e assembleias, é fundamental que elas tenham em seus quadros pessoas que passaram por esse estágio, que vieram da luta, da resistência.

Lamentavelmente, há, nas câmaras, assembleias e no Congresso Nacional, pessoas que comprem mandatos efetivamente, mas também há espaço para os homens de bem, para as pessoas que lutam, sonham e vêm realmente para representar o povo.

Eu via ontem, no Congresso Nacional, pegando agora, essa semana, quando, de repente... E eu discordei frontalmente, sem demagogia, pela minha convicção. “Não, não pode dar R\$380 de salário mínimo porque as prefeituras não agüentam pagar!” O deputado não vem aqui para dizer assim: “O povo me ligou para mim...” Não, “os prefeitos ligaram...”.

Sou do Nordeste, de Alagoas. Há dez anos, não faz muito tempo, professor ganhava meio salário mínimo, e os prefeitos diziam: “Não temos condição! Se passar para salário mínimo, quebra as prefeituras!” Veio o tal do Fundef; hoje professor recebe no mínimo o salário mínimo. Em Alagoas, mais nenhum professor ganha salário mínimo e nenhuma prefeitura quebrou.

Vi deputado federal ganhar R\$10 mil: “Não, não posso votar, porque a minha empregada, eu não tenho condições de pagar”. É, filho de Jesus Cristo? Você tem condição de ganhar R\$12 mil, mas não pode dar R\$80 a mais para a sua funcionária em casa? “Não, porque as microempresas...” É isso mesmo. Vá você comprar um sapato; de repente, gasta R\$200, R\$300 num sapato. Terno custa R\$1 mil, mas não pode dar mais um pouquinho para elevar o salário mínimo do povo brasileiro? Por que não se faz uma transição neste Brasil para dar os R\$300, e não teria o reajuste do INSS, etc., sobre os R\$80 que daria para o servidor? Por que não? Mas aqui muito poucos estão em nome do povo. Virou tabela, companheiros! E é importante o Movimento Popular entender isso. Quanto é um pão? Quinze centavos. Quanto custa uma dúzia de ovos? Dois reais e cinquenta. Quanto custa um vereador que dá mil votos? Cinquenta mil reais. Quanto custa um prefeito que dá três mil votos? Cem mil reais. Virou tabela? Mercadoria? Coisa que está na prateleira que você pode entregar, e muitas vezes entrega realmente?

Esse deputado, esse vereador, enfim, esse parlamentar, pergunto: ele está aqui em nome do povo realmente? E a sociedade pobre, excluída? Que voz poderá levantar aqui dentro?

Nós, do Movimento Popular, temos responsabilidades, devemos ter essa clareza. Meu irmão, se eu fui varredor de uma loja, se meu pai vendia farinha e minha mãe vendia cocada para nos manter, e cheguei a ser Deputado Federal, todos podem. Tenho dito que tudo posso naquele que me fortalece, que é Jesus! (*Palmas*) E escreva com letras de ouro, mas pode escrever: eu não gastei, para me eleger Deputado Federal, R\$250 mil. Teve um “cabra” que gastou, em Alagoas, R\$17 milhões. É o pai da Teresa Collor. Está aqui como Deputado Federal. Em Maceió, ele gastou R\$6 milhões. Eu gastei R\$50 mil. Tive 30 mil votos; ele teve 26 mil. Dinheiro é bom, mas não é tudo. Dinheiro nem sempre concentra a sociedade.

Essa é a importância daquela casa que construí em cima de pedra, e não de areia. Foi defendendo movimento popular. Estava lá, mandaram me chamar, queriam me dar... Enfim. Que nada! Vamos para a luta! Fui eleito Vereador, fui fazer o plano diretor de Maceió. Chegava empresário lá: “Se botar 20 andares aqui, daremos a você um apartamento”. Pode ficar com o seu apartamento! E nós aprovamos somente com seis andares, na orla de Maceió. É a coisa mais

linda que existe no Brasil, uma das mais lindas, porque nós enfrentamos o capitalismo, e a sociedade soube dar a resposta nas urnas.

Então eu quero deixar esta mensagem para os companheiros do Movimento Popular, da importância que têm. Tenho dito que sou amigo pessoal e irmão do companheiro Eduardo Campos. Convivi em toda essa história com Miguel Arraes, mas, da minha geração, muito mais com Eduardo Campos, eu com 48 anos, Eduardo com 40 agora. E Eduardo tem tido exatamente essa postura. Deverá ser o nosso futuro Presidente do Partido; há um entendimento nesse sentido. Eduardo tem sido um grande companheiro.

Nós temos que fazer escola de formação política nos Movimentos Populares, no Movimento Sindical, porque, se a massa, se nós, que estamos na base, que somos sonhadores com coisas reais, não tivermos a capacidade de enfrentar o capitalismo, essa coisa podre e perversa, lamentavelmente não terá sentido ter um Partido como o PSB, socialista, com uma linha construída na Esquerda, como a chamamos. Que Esquerda é essa? É a do PT? Não! Existe muita gente de bem dentro do PT! Assim como, lamentavelmente, no PSB há pessoas que não o honraram. Mas nós temos que manter essa chama viva.

Quero saudar os Movimentos Populares. Sou Deputado Federal, tenho uma relação estreitíssima, mas convivo com todos eles aqui. Tenho aqui PT, PSB, PP, PPS, enfim. Mas digo o seguinte: é impressionante a relação, a formação dos companheiros que fazem parte do PSB, essa matriz política que o Brasil tem, que é o PSB. Em todo esse mar de corrupção, todos os partidos foram citados. Com orgulho, bato no peito e digo: não tenho dúvida de que não vão chegar a um milímetro de dois partidos, o PCdoB e o PSB. Gosto de dinheiro, como qualquer um daqui gosta, agora tem que ter limite e origem. Lamentavelmente, tornou-se um mar de lama, mas podem ter certeza: a cada dia, eu me orgulho de ser Deputado Federal, de ser político. Alguém talvez tenha medo e vergonha de dizer. Quando vou a uma praça pública, consigo, graças a Deus... Eu vou para o meu Estado e, enquanto os outros estão sendo maculados, eu me orgulho, porque quem constrói uma vida em cima de concreto, o mar jamais vai levar, porque a areia está muito embaixo, o alicerce é muito bem feito.

Que Deus abençoe vocês. Vamos à luta, companheiros! Que honrem e trabalhem na base deste Partido os ideais de vocês. Não os deixem morrer! É como uma força do Espírito Santo, aquela coisa que se move entre nós, uma coisa que queima em você e impulsiona. Que esse seja o sentimento de vocês. Façam aquilo em que acreditam! Vão para a luta, defendam, briguem... Quando você faz exatamente aquilo de que gosta, você é feliz. Eu me orgulho e me sinto muito feliz dentro do PSB. Parabéns, companheiros. (*Palmas*)

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Companheiros, na pasta de vocês há um material. Temos um Regimento Interno para organizar o nosso material e uma carta aberta que estamos encaminhando a todos os participantes do X Congresso Nacional do PSB. Gladys, você pode ler a carta aberta? Queremos situar o nosso debate a partir da carta aberta, se for possível, companheiros.

A SR^a GLADYS (Minas Gerais) – *Companheiras e companheiros socialistas, participantes do X Congresso Nacional do PSB, não me entrego sem lutar. Tenho ainda o coração, não aprendi a me render. Que caia o inimigo, então.*

Carta Aberta.

Continuamos na luta pela organização nacional do Movimento Popular Socialista, o MPS, que teve início em nosso IX Congresso Nacional do Partido, que tinha como temário a perspectiva de transformar o PSB em um Partido de base social.

Isso só será possível se estivermos organizados e, principalmente, falando a linguagem popular.

Todos nós sabemos que há um grande número de filiados do PSB que atuam junto a associações de moradores, centros comunitários, rádios comunitárias, igrejas, conselhos municipais, escolas, orçamentos participativos, ONGs, entre outras formas de organização da sociedade, mas mais diversas lutas pelo interesse coletivo.

E são esses companheiros e companheiras que desejamos unir, para que possamos trocar experiências, criar propostas e uma pauta de atuação comum, onde todos possam identificar o militante socialista do PSB pelas suas práticas nos movimentos em que atua.

O fato de não termos políticas específicas para o Movimento ou, quando temos, são insuficientes, por falta de uma política em nível nacional, quaisquer intenções do Partido em ter maior inserção na sociedade nos leva à necessidade de nos organizarmos em torno de um coletivo que denominamos MPS – Movimento Popular Socialista.

Desta forma, estamos chamando os militantes do PSB ao compromisso de nos ajudarem na realização do Congresso Nacional do Movimento Popular Socialista, a exemplo do que já fazem outros setores do Partido: a Juventude, as Mulheres, os Sindicalistas.

É necessário que os filiados do PSB que estão envolvidos nos movimentos sociais dialoguem com o Partido e vice-versa, por isso cada militante precisa saber em que partido está, e o Partido precisa saber o militante que tem.

O nosso movimento só será realmente autêntico como se deseja se contar com a participação efetiva dos socialistas interessados e conscientes. O fortalecimento se dará no momento em que os debates atingirem as bases do Partido e, conseqüentemente, do Movimento Popular.

O nosso País vive um momento de dificuldades. No calor das denúncias de corrupção, é extremamente necessário que os movimentos sociais estejam organizados para defender e lutar

pela democracia, pela ética, contra a impunidade e na defesa do Brasil.

Temos consciência de que os problemas que enfrentamos só serão resolvidos com organização, união, mobilização e com o apoio dos socialistas em favor do MPS nacional.

Queremos consolidar o MPS enquanto segmento organizado do PSB, em nível nacional, estadual e municipal e que seja garantido o direito de escolhermos o Secretário Nacional do MPS para integrar a Executiva e o Diretório Nacional.

Coordenação Nacional do Movimento Popular Socialista. (Palmas)

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Companheiros, no Congresso de 5, 6 e 7 de dezembro de 2003, lançamos um manifesto. Reuniu-se um grupo de companheiros militantes dos movimentos sociais espalhados pelo País afora e foi escolhida uma coordenação nacional que era composta pelo Rio Grande do Sul, Pernambuco, Pará, Ceará, São Paulo, Rio de Janeiro e Alagoas.

Com esse manifesto, nós fomos para a plenária e tentamos apresentar esse documento, para que a Direção Nacional reconhecesse essa organização, porque foram fortes os debates que ocorreram em várias reuniões. Sai de uma sala, vai para outra, reúne gente, conversa, para fazermos um modelo de organização a exemplo do que fizemos no Rio Grande do Sul, quando organizamos o Movimento Popular ali.

O grande problema dos nossos congressos, digamos assim, é que, quando ocorrem, todos são de algum movimento, querem participar de alguma coisa, e começa aquela briga. Querem espaço no Diretório, querem espaço na Executiva, e o movimento acaba não sendo representado legitimamente, o que descredencia a organização que gostaríamos de ter.

Então fizemos uma proposta de coordenação provisória, que prepararia e organizaria um congresso nacional do MPS, com a presença do maior número possível de estados, para termos legitimidade e, aí sim, no debate político com a Direção Nacional, poder indicar um representante tanto para a Executiva Nacional quanto para o Diretório Nacional.

Esse é um tema do debate sobre como organizar... *(Manifestações de outra reunião)*

Vamos esperar os companheiros fecharem a porta, para podermos continuar aqui.

...até para podermos unificar. Muitos estados até têm organização popular, como no nosso Estatuto, que é a Secretaria do Movimento Popular e Mobilização. Então precisamos fazer uma coordenação que possa ser uniforme, assim como é a da Juventude, com a JSB em nível nacional. A proposta do

MPS – Movimento Popular Socialista agregaria todos os movimentos para, a partir daí, realizar uma discussão e participar.

Lá no Estado, estamos disputando a Federação Rio-Grandense de Associações de Bairros com os companheiros do PSB, estamos disputando cinco cargos na Federação. Apoiamos o companheiro do Rio Grande do Sul para ser Diretor Nacional da Confederação Nacional de Associações de Bairros, a Conan. E tantas outras organizações existem nas quais há militantes que precisam dessa identificação.

É um pouco desse debate que gostaríamos que os companheiros de seis estados presentes pudessem participar, para sairmos daqui mais unidos e organizados para, de fato, ter um movimento que reflita o pensamento dos militantes do PSB.

O SR. – Uma questão de encaminhamento, por favor.

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Sim.

O SR. CLEVERSON – Nosso irmão está pedindo para assinarmos uma moção. E eu gostaria que lhe fosse dado um tempo para que ele pudesse usar a palavra e explicar direito, para que possamos nos entender melhor e assinar isso. É uma questão de encaminhamento para a Mesa. Eu li e gostaria que fosse mais esclarecido, para não apenas assinar por assinar.

O SR. – Eu sou de Maceió, Alagoas...

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Companheiro, estamos iniciando um processo de discussão. Vamos garantir-lhe esse tempo, mas que você seja o mais sucinto possível, para não prejudicar o nosso trabalho aqui. Pode fazer.

O SR. – Simplesmente é uma questão que nós, de Alagoas, trabalhamos, diante da ausência do § 4º do art. 23, onde se lê: “Os mandatos dos diretórios distritais, zonais, municipais, estaduais e nacional são de três anos”. Essa é a proposta do Nacional. Queremos acrescentar o § 4º, dizendo que só poderá ser reeleito uma vez. E, após o término do mandato da reeleição, não poderá, em hipótese alguma, exercer o mesmo cargo.

Isso que nós estamos apresentando é para que a pessoa não queira ser dona do cargo nem vitalícia, entendeu? Há pessoas que se sentem donas, até usam o capital para conquistar aquela vaga. Então é simplesmente isso. Ela poderá concorrer a outro cargo. Isso é o que chamamos de socialista: dar vaga a outros. É só isso, resumindo tudo.

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Os companheiros que quiserem

assinar... Eu não vou assinar, porque sou contra a prorrogação de mandato para três anos. Inclusive, no plenário, vou votar contra. Entendo que deve ser de dois anos. Quem fez a proposta deve ter se atrapalhado um pouco, porque em três anos não dá para fazer organização partidária. Em época de eleições municipais, por exemplo, você estará envolvido, nos meses de agosto e setembro, com eleição para presidente de partido. Então eu não assino, porque, em plenário, vou defender, como delegado do meu Estado, contra a prorrogação do mandato para três anos. Entendo que deve ser de dois anos; e uma vez só, não em duas etapas também.

O SR. – É uma questão de explicação. A proposta não é essa de três anos. Ela foi enviada pela Nacional. Nós queremos acrescentar o § 4º; caso seja aprovado em três anos ou dois anos, que permaneça esse § 4º, que não existe no Estatuto.

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Os companheiros que quiserem assinar...

O SR. – Já assinaram.

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Então está forte esse abaixo-assinado.

Estão abertas as inscrições para os companheiros que desejarem fazer uso da palavra.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (Deputado Federal – PSB/AL) – Um abraço para vocês. Obrigado.

O SR. COORDENADOR (Adriano) – A companheira de Minas Gerais conhece a maioria dos companheiros, por causa do nome, para não cometermos nenhum...

A SRª GLADYS (Minas Gerais) – Estou informando o nome das pessoas inscritas: eu, Armando, Professor Pacheco, Marcelo... Tem mais alguém?

Eu gostaria de dizer que nós, do Estado de Minas Gerais, temos uma história. Particularmente, tenho 22 anos de luta ativa com o movimento popular, principalmente na questão de habitação.

Muitos dizem que a habitação foge de outros segmentos, mas, muito pelo contrário, ela agrega os outros segmentos.

Fazemos parte também, todos os presentes, de uma entidade chamada Federação das Associações de Vilas, Favelas e Conjuntos de Minas Gerais. É uma entidade geral e, como a Mabel e a Morada, que estão aqui presentes... A

Mabel é a Associação dos Moradores de Aluguel de Belo Horizonte e Regiões Metropolitanas. E temos a Associação dos Moradores de Aluguel e Sem Casa de Minas Gerais; a UTP, que tem uma história de 45 anos, de onde surgiram os movimentos sociais de Belo Horizonte, que é a União dos Trabalhadores de Periferia, que se estendeu por todo o Estado. E fomos convidados, estamos sendo assediados pela Conan, porque participamos ativamente das conferências, dos congressos. Tanto em nível municipal como estadual, temos assento no Conselho Municipal de doze municípios do Estado e no Conselho do Estado.

Além desses movimentos sociais por moradias, estamos criando a Associação das Cooperativas do Estado de Minas Gerais, que está sendo regulamentada, para incentivar a geração de renda para a população, de acordo com a realidade de cada região.

Também estamos incentivando as associações que foram desestimuladas. Dentro dessas associações há pessoas que, pela forma com que o sistema cooptou durante todo o período, com aquele desgaste, e não houve nenhum estímulo... Nós estamos resgatando e trazendo para o PSB.

O PSB de Minas é construído com a história de fato, documentada. Inclusive, em outra oportunidade, vamos trazer a fita dos documentos sobre a construção, ocupação e invasão de moradias, ocupação regular, cooperativismo... As várias formas de ocupação. Então fizemos o nosso papel com os nossos companheiros. O povo de Minas Gerais é muito ativo nessa situação, e não perdemos espaço em Minas. Gostaríamos de aprender também com os demais companheiros de outros estados, porque tenho certeza de que temos muito o que aprender.

O próximo é o Armando.

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Não estipulamos tempo. Teremos que fazê-lo, até para alguns não falarem demais e outros, de menos, podendo até prejudicar o nosso encontro.

Os companheiros façam uma sugestão de tempo.

O SR. – Temos aqui poucos estados, poucas delegações, então proponho cinco minutos para cada um.

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Companheiros, alguns fazem proposta de três minutos.

A SR^a GLADYS (Minas Gerais) – Vamos submeter à votação? Por se tratar de delegação de estado, particularmente, entendo que cinco minutos é o prazo ideal. Vamos submeter à votação.

O SR. – Permaneço com os três, até porque estamos atrasados. Deverá haver alguns encaminhamentos, senão não se consolida o Movimento Popular Socialista. Se ficarmos só na discussão... Temos que partir para a prática também.

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Companheiros, nós temos um Regimento que deveria ser lido e votado, o que não fizemos, até por uma questão de tempo. O Regimento não estabelece tempo de pronunciamento, então vou submeter à votação.

Os companheiros que querem cinco minutos levantem os crachás. *(Pausa)*

A SRª GLADYS (Minas Gerais) – Cinco.

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Os companheiros que querem três minutos levantem os crachás.

O SR. – Já ganhou, nem precisa conferir.

O SR. – Três minutos mais um minuto de tolerância.

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Então a Berenita controla o tempo para nós? Três minutos. Quando faltarem 40 segundos, ela vai avisar, então vocês sabem que terão que concluir.

Companheiro Pastor Armando.

O SR. ARMANDO CARNEIRO (Pará) – Companheiros, o que o Deputado disse aqui, tudo o que foi dito aqui, na verdade, são assuntos muito importantes.

Eu sempre acompanho os noticiários de televisão, de rádio e de jornal, para saber o que está acontecendo no cenário político, porque é muito importante saber.

Quando o Senado propôs o salário mínimo de R\$380 e foi aprovado, só restava a aprovação pela Câmara dos Deputados. A maioria dos deputados rejeitou esse projeto do Senado, com o salário de R\$380, o que não é grande coisa, companheiros.

Outro dia, eu estava fazendo um apanhado de leve e pude verificar que, se o cidadão, hoje, ganhar R\$1 mil, ele não sobreviverá com dignidade, porque tudo está caro. Então o cidadão não pode ganhar R\$380.

E como se pode pagar R\$30 mil para um deputado federal? Como se pode oferecer R\$1 milhão para um deputado e R\$30 mil por mês simplesmente para ele preencher uma ficha de filiação em outro partido, ou seja, mudar de partido? Como se pode navegar com malas de dinheiro, pagando propina para deputados, e não se pode pagar R\$80 a mais de aumento para o salário mínimo?

As bases populares, ilustres companheiros, têm que estar mobilizadas, nos seus estados, nos seus municípios, nas suas zonas, nos seus povoados, para saber quem são esses deputados que rejeitaram o salário mínimo de R\$380. Se eles dizem que ganhar R\$10 mil é pouco, não dá para se manter, como eles querem que o trabalhador viva o mês todo com R\$300?

E digo mais: o trabalhador que ganha R\$300 de salário mínimo não janta. Ele toma um cafezinho e almoça, mas não janta, porque o dinheiro não dá, companheiros. Tudo está muito caro. Vejam onde chegou a maldade desses deputados, a injustiça desses deputados...

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Para concluir, companheiro.

O SR. ARMANDO CARNEIRO (Pará) – ...ao tirar o jantar dos trabalhadores. Nós devemos repudiar a atitude desses deputados.

Muito obrigado. Boa tarde a todos os companheiros.

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Companheiros, considero o salário mínimo brasileiro irreal; o debate do Deputado Carimbão foi importante, mas gostaríamos que os companheiros firmassem o seu debate sobre a organização do Movimento Popular Socialista do PSB.

Se conseguirmos cumprir essa pauta e realizar um encaminhamento relativo a esse debate, poderemos também discutir outros assuntos e, quem sabe, aprovar moções para o plenário, onde haverá debates a partir de amanhã.

Então queria pedir aos companheiros que se o tema é organização do Movimento Popular Socialista, formas de organização e de atuação, vamos debater, se for outro assunto, vamos deixar para o item que propusemos aqui, de Assuntos Gerais.

A SR^a GLADYS (Minas Gerais) – Professor Pacheco é o próximo.

O SR. JOSÉ MARIA DE LIMA PACHECO (Pará) – Adriano, antes de entrar no meu tempo, eu gostaria de fazer uma questão de ordem aos nossos irmãos e vizinhos do Partido Socialista Brasileiro dos seis estados que estão aqui.

Gostaria de propor que se estipulasse um teto para esta primeira pauta, uma vez que já estabelecemos o tempo de manifestação de cada um.

Apesar de entender que foi “atropelado o tempo”, também gostaria de que fosse lido, se houvesse algum destaque em relação ao Regimento Interno, acrescentada alguma coisa, para que nós fizéssemos, já que o Regimento não me parece tão extenso. Então gostaria que fosse colocado como primeiro assunto, anterior a essa proposta de pauta que você citou aí. Perdoem os nobres colegas estar atropelando a pauta, mas proponho que seja feita a aprovação do Regimento

Interno – creio que não haverá discordância nem polemica –, por uma questão de legalidade, para que depois não tenhamos nenhum problema, e estipular um teto para todas as pautas, para que possamos, então, nos manifestar. Gostaria que isso fosse feito antes da minha intervenção sobre este assunto.

O SR. COORDENADOR (Adriano) – É justo que se leia o Regimento Interno, se os companheiros assim entenderem. Peço que a companheira Berenita o leia para nós. Se alguém tiver algum destaque, a companheira Gladys...

O SR. JOSÉ MARIA DE LIMA PACHECO (Pará) – Se a plenária entender que não há necessidade, não tem problema.

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Temos notado que está esvaziando um pouco. Já tivemos um bom número de companheiros, mas é importante, no nosso caso, compromisso e qualidade dos debates que teremos aqui. Não é preciso estar lotada a sala, mas que os companheiros não saiam, senão perderemos um pouco do objetivo. Mas não tem problema, vamos ler o Regimento.

A SRª GLADYS (Minas Gerais) – Adriano, sugiro prosseguir com os que já estão inscritos. Logo em seguida, iniciaremos a leitura, depois de encerrar as inscrições. Seria uma questão de ordem.

O SR. – Seria melhor divulgar a pauta. E os que estão inscritos falam com base na pauta, para economizarmos tempo.

A SRª GLADYS (Minas Gerais) – Mas isso poderá abrir um precedente, não é, companheiro?

O SR. – Questão de encaminhamento.

A SRª GLADYS (Minas Gerais) – Porque a discussão da pauta é uma.

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Companheiros, há três propostas. Fico com a proposta do companheiro Pacheco, Gladys, para darmos seqüência. Vamos ler o Regimento Interno, aprová-lo e dar seqüência às inscrições, para entrarmos no debate.

Pode ser, companheiros? Então, companheira Berenita, leia para nós.

A SRª BERENITA – *Regimento Interno.*

Capítulo I – Da Realização do Congresso Nacional.

Art. 1º. O Congresso Nacional do MPS tem por debate as questões pertinentes à ação e à organização do MPS no âmbito municipal, estadual e nacional e a eleição da sua respectiva direção e deverá debater e deliberar sobre o tema e a pauta do Congresso Nacional do Movimento Popular Socialista, garantida a possibilidade de apresentação de outros temas.

Art. 2º. O Congresso Nacional do MPS será composto pelos filiados que militam nos movimentos sociais.

Capítulo II – Do Congresso Nacional do MPS Local: Data e Temário.

Art. 3º. O Congresso Nacional do Movimento Popular Socialista, órgão de apoio do Partido Socialista Brasileiro – PSB, será realizado no dia 19 de agosto de 2005, no Congresso Nacional, na Sala das Comissões [no caso, o Plenário 6], reafirmando a organização popular.

Art. 4º. O Congresso Nacional do MPS terá a seguinte pauta: leitura e aprovação do Regimento Interno do Congresso; organização do MPS; eleição da Direção Nacional do Movimento Popular Socialista; leitura e aprovação do relatório final do I Congresso do MPS e assuntos gerais.

Capítulo III – Do Credenciamento dos Delegados e da Mesa do Congresso.

Art. 5º. A Comissão de Credenciamento do Congresso será composta por até três filiados.

Art. 6º. À Comissão de Credenciamento caberá efetuar o credenciamento de delegados e registrar a presença de participantes e convidados ao Congresso do MPS.

Art. 7º. A Mesa do Congresso será composta por um integrante da Comissão Provisória, escolhida no último Congresso Nacional do PSB, que atuará como Presidente e indicará dois secretários, cabendo a função de coordenar a realização do programa do Congresso, receber a inscrição de chapas, proceder à eleição da Direção Estadual do MPS [que, no caso, é nacional] e encaminhar as deliberações do Congresso.

Art. 8º. Da decisão da Comissão de Credenciamento cabe recurso à Mesa do Congresso, a qual terá que decidir imediatamente, cabendo dessa decisão recurso ao Plenário.

Art. 9º. Para credenciamento, o delegado deverá apresentar documento pessoal com foto.

Capítulo IV – Da Inscrição de Chapas e das Votações.

Art. 10. A inscrição de chapas para a Direção Nacional do MPS deverá ser feita junto à Mesa do Congresso.

Art. 11. A chapa inscrita para a Direção Nacional do MPS deverá apresentar a indicação de pelo menos cinco e no máximo de onze nomes e seus respectivos cargos.

Parágrafo Único. Poderão ser eleitos para os cargos diretivos do MPS todos os filiados do PSB que sejam militantes dos movimentos sociais, desde que não façam parte das direções nacional, estadual ou municipal de qualquer outro movimento setorial do Partido, ou seja, Juventude, Sindical, Negro ou Mulheres.

Art. 12. O processo de registro de chapas e votação observará os seguintes critérios: o registro far-se-á somente com chapas completas, proibida a presença do mesmo nome em mais de uma chapa, será vitoriosa a chapa completa que obtiver o maior número de votos.

Art. 13. As votações do Congresso poderão se dar por contraste visual, contagem de crachás ou outra forma que a plenária decidir.

Art. 14. Este Regimento, a partir do Capítulo III, entrará em vigor após ser aprovado pela plenária, na abertura do Congresso Estadual do MPS.

Brasília, 19 de agosto de 2005.

O SR. JOSÉ MARIA DE LIMA PACHECO (Pará) – Tenho um destaque.

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Companheiros, em discussão. Há um destaque do Professor. Por gentileza.

O SR. JOSÉ MARIA DE LIMA PACHECO (Pará) – Companheiros, entendendo...

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Diga para nós qual é o artigo.

O SR. JOSÉ MARIA DE LIMA PACHECO (Pará) – É o parágrafo único do art. 11, que diz respeito à inscrição de chapa para a Direção Nacional do MPS.

Na realidade, não sei como ocorre nos outros estados, mas, no Pará, para estarmos aqui e podermos participar da mobilização nacional do Partido, precisamos fazer uma grande mobilização. E uma das articulações é estar presente nas direções estaduais, municipais ou até mesmo na nacional.

Sou professor e presidente de uma escola de samba no bairro do Juruna, em Belém do Pará. E sou membro da Paróquia de Santa Terezinha. Sou animador de festas, sou instrutor de banda, sou ritmista, ou seja, como eu, que faço parte do Movimento Popular da sociedade e do Partido, não poderei fazer parte, por exemplo, da Direção do MPS em nível nacional sem poder participar, ao mesmo tempo, do Diretório Municipal?

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Só uma pergunta: você é secretário sindical lá no Pará?

O SR. JOSÉ MARIA DE LIMA PACHECO (Pará) – Não, eu sou...

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Dentro do PSB.

O SR. JOSÉ MARIA DE LIMA PACHECO (Pará) – Dentro do PSB, sou membro da Executiva da Secretaria de Mobilização do Movimento Popular. Executiva Estadual.

A SRª BERENITA – Então você é Secretário Estadual.

O SR. JOSÉ MARIA DE LIMA PACHECO (Pará) – Sou.

O SR. COORDENADOR (Adriano) – O que estamos tentando

fazer? O cara, lá em Sapucaia do Sul, de onde eu venho... Eu sou Secretário da Juventude de lá. Em nível nacional, eu venho para cá e me torno Secretário do Movimento Popular. Quer dizer, o cara que é secretário do Movimento Popular poderá disputar a Direção Nacional do Partido, mas ele não pode vir de lá como secretário do Movimento Sindical, chegar aqui, no Movimento Popular, sair no Movimento de Mulheres... Por quê? Porque nós temos que reforçar a nossa organização como Movimento Popular Socialista.

Lá no Rio Grande do Sul, por exemplo, não foi permitido que alguém viesse como delegado por mais de um movimento. No município, o cara definia: eu vou para Porto Alegre, para participar do Congresso do Movimento Popular; não era nem do Sindical nem da Juventude. Não vai... Você participa, debate, mas não poderá votar nem ser votado. Se não for assim, eu corro para o Movimento de Mulheres...

Queremos organizar o movimento, e o cara terá que se identificar: dentro do Partido, eu contribuo muito mais no Movimento Popular do que no Movimento de Mulheres, por exemplo. É uma opção.

No nosso primeiro congresso, por exemplo, do Movimento Popular, não havia uma mulher na nossa plenária; só havia homem. E nós dizíamos: temos que trazer as companheiras para cá. E nós compreendemos, porque as mulheres têm uma organização muito mais avançada, são mais mobilizadas em nível de Partido. Este ano, conseguimos reverter a situação; algumas companheiras se identificaram e participaram do Movimento Popular. Então é dessa forma.

Considero válida essa organização, para não criar... O cara do movimento “y” vem para cá, e não vai desempenhar a função de movimento popular.

O SR. JOSÉ MARIA DE LIMA PACHECO (Pará) – Sim, mas, por exemplo, lá no Estado do Pará, eu sou sindicalista de professores. No Partido, não. No Partido, eu sou Secretário do Movimento Popular.

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Quero saber do Partido. Lá fora é lá fora. Você tem outra atividade profissional. Se o senhor, no Partido do Pará, for membro sindical e quiser participar da Direção Nacional, haverá a restrição desse artigo, que vou submeter à discussão e votação, se assim for compreendido pelos companheiros. Então poderemos retirar, aditar, conforme...

O SR. JOSÉ MARIA DE LIMA PACHECO (Pará) – Quero 30 segundos para acrescentar à minha argumentação o seguinte: a sociedade é plural e o Partido também não pode deixar de ser. Então, dependendo da seriedade do companheiro, se ele se define para aquele movimento do qual quer fazer parte, se ele quer, a sua vontade é muito maior do que qualquer outra vontade. Então,

se ele quer fazer parte de determinado movimento e se insere e se enquadra naquele movimento, para mim, já é fundamental, desde que ele seja realmente uma pessoa certa, coerente, uma pessoa que realmente faça o Partido crescer.

Por exemplo: na última eleição do Diretório Nacional, eu não estava presente, mas soube que uma determinada pessoa, que não conheço, assumiu essa função e não levou adiante. E parabéns para vocês, que estão levando adiante. Você está entendendo?

Então é esse o meu posicionamento. Se fecharmos demais, poderemos inviabilizar a nossa organização. Vamos acabar centralizando demais.

A SRª – Temos outros inscritos aqui. Estamos perdendo muito tempo nas manifestações, não vamos conseguir progredir no nosso trabalho. Nós, que viemos de Belo Horizonte, viajamos a noite toda, viemos diretamente para o Congresso, estamos muito cansados, temos uma situação da estadual, da qual fazemos parte – vocês devem conhecer a situação. Estamos rodando todo esse movimento para tentar compor, fazer as coisas. Então queria pedir para adiantar, porque estamos aqui com a cabeça a mil, por causa da Direção Estadual.

O SR. – Eu queria dar uma contribuição para a defesa dele.

Concordo com a preocupação de pessoas de outros movimentos, como de jovens ou sindical, fazerem parte do movimento, desde que elas se definam. Mas não podemos ser contrários ao próprio Estatuto do PSB. Se eu for da instância estadual ou municipal, poderei participar da instância superior, que é a nacional. Então, se ele for do movimento popular, poderá ser, sim, do movimento nacional, desde que ele seja do movimento popular.

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Mas é isso, não há problema, é uma questão de opção. O cara terá que optar entre ser...

O SR. FÁBIO JULIANO (Rio Grande do Sul) – Adriano, a questão é não ocupar cargos. Daqui a pouco, um companheiro poderá ser secretário da juventude e secretário dos movimentos populares. A militância é livre; você milita em todas as áreas dentro PSB. A questão se refere aos cargos mesmo, para não ocuparem dois cargos dentro do Movimento.

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Obrigado, Fabinho, do Rio Grande do Sul.

Companheiros, eu proponho que se mantenha este parágrafo. Os companheiros que concordam levantem os crachás. Então continuaremos os debates.

O SR. – Só um aparte, companheiro.

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Agora estamos em processo de votação.

Está aprovado.

Questão de ordem. Pode falar.

O SR. – Por exemplo, eu tive agora uma idéia. Vamos dizer que cada companheiro ocupe um cargo lá no seu estado ou município. Então não vai poder concorrer. E vai se eleger quem?

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Não é isso, companheiro.

É matéria vencida já. Não tem nada a ver com isso.

Vamos passar para as inscrições dos debates; vamos prosseguir.

A SRª BERENITA – O próximo é Marcelo.

O SR. MARCELO – Boa tarde novamente.

Cada estado, cada região do Brasil tem a sua característica de movimento popular. Nós, de Belo Horizonte e de Minas Gerais, somos um Partido constituído de pessoas pobres mesmo, de pessoas de movimento comunitário, as quais, antes de ser do PSB, são de movimento popular. Então a importância do PSB nisso é resgatar e trazer essas pessoas para junto de si, porque, independente do PSB existir ou não, o movimento popular continuará existindo, não importa se as pessoas têm afinidade ou não com a ideologia de cada partido.

A luta é enorme. Nós temos o dever de levar o PSB aos movimentos populares, e não de levar os movimentos populares ao PSB. A nossa proposta em Belo Horizonte é levar o Partido à comunidade, à base. Já que a maioria das pessoas não tem condição de ir às nossas reuniões, nós nos deslocamos para lá, porque é muito mais fácil.

Queríamos trazer essa contribuição para o Movimento Popular, que será vitorioso, mais do que todos. Todos os movimentos setoriais são líderes populares. A Juventude tem o seu segmento. Todos são de mobilização popular.

Essa tarefa é árdua. Amanhã teremos essa briga, até domingo. Então espero unir a todos, montando regionais, tentando identificar a identidade do Pará, de Minas, de São Paulo, do Nordeste e fazer algo em conjunto. Vamos traçar isso e avançar, com a ajuda de todos.

A SRª BERENITA – Almezinda.

A SRª ALMEZINDA (Minas Gerais) – Serei bem rápida, gente, porque é mais em torno do que o Marcelo falou aqui. Eu também diria que o Movimento Popular em Belo Horizonte ou em qualquer outro local em que estivermos participando ativamente, nós não procuramos saber se é do PSB ou de qualquer outro partido nem mesmo se tem ligação com partido. A nossa preocupação é que ele seja realmente um movimento popular assistido pelas

pessoas que hoje têm maior entendimento dessa luta.

Estou no movimento há mais de 20 anos, como presidente de uma associação que representa o Movimento Sem Casa, em Belo Horizonte, já tivemos algumas ocupações de terras que foram válidas, e em outras não tivemos sucesso. Não vamos dizer que em toda ocupação tivemos sucesso, mas, na maioria, sim.

Devemos realizar uma discussão muito grande daqui para a frente, a respeito dos movimentos populares, porque hoje vemos que até os partidos políticos aproveitam muito o movimento, principalmente dos sem casa. Então temos a responsabilidade de discutir este assunto, principalmente nesta Secretaria, porque somos militantes do PSB e, acima de tudo, representantes desse pessoal que precisa da nossa ajuda.

Então eu queria sugerir que houvesse mais propostas para engrandecer esta Secretaria que está sendo construída agora, dentro do PSB.

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Companheiros, a Berenita lembrou agora que estamos atropelando essa questão, porque votamos a manutenção do artigo, mas não votamos o Regimento.

Então quem aprova o Regimento? Aprovado o Regimento.

Quem é o próximo inscrito?

A SRª BERENITA – O próximo inscrito é o Messias.

O SR. – Pela ordem. O rapaz de lá falou primeiro sobre o Regimento, antes do tempo dele para discutir movimentos populares. Ele era o primeiro inscrito. Nós passamos para esse assunto e depois retornaríamos à pauta.

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Peço desculpas aos companheiros, porque estamos tentando atender a todos. Os companheiros querem fazer o debate, eu tento acompanhar, e acabei fazendo isso. Vamos tentar organizar o “baile” agora. O Professor está inscrito, companheira, assim como o Fabinho. O companheiro de Minas está inscrito?

O SR. HENRIQUE – Henrique.

A SRª BERENITA – O Professor Pachecão está na frente. Professor Pachecão.

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Três minutos.

O SR. JOSÉ MARIA DE LIMA PACHECO (Pará) – Muito obrigado. Vamos controlar o tempo, então.

Estou no Partido desde 1992. Já tenho experiência no Movimento Popular desde os nove anos de idade, lá em Belém do Pará. Já passamos por

centros comunitários, estamos na Igreja, estamos no Carnaval, e observamos que não há, concretamente, pelo menos no Estado do Pará, uma política de formação e organização dos movimentos populares dentro do Partido.

Quando chega o período eleitoral, vemos essa congregação, comitê do Movimento Popular, comitê Sindical, comitê disso... Ou seja, nós somos usados apenas como trampolim para eleger os candidatos do nosso Partido.

Então nós, do Movimento Popular, precisamos aproveitar este Congresso para conquistar o nosso espaço, preparando uma carta, ao mesmo tempo, de denúncia contra o descaso ao Movimento Popular...

Sinceramente, por mais que estejamos aqui, hoje, tentando nos organizar, e graças a Deus nós estamos aqui, a Direção do Partido não incentivou, não estimulou.

Então a minha proposta é no sentido de preparar uma carta, uma moção de, ao mesmo tempo, denúncia e de posição do Movimento Popular para a Direção Nacional do Partido, pedindo apoio, estrutura e organização.

Mas não podemos esperar apenas pela Direção Nacional. Precisamos discutir também política de finanças, política de formação, porque, assim como a Juventude, as Mulheres, os Negros, enfim, todos os movimentos que estão inseridos no Partido precisam de formação política, nós também precisamos. E, para haver formação política, nós precisamos de estrutura, porque o nosso Partido não vai conseguir se consolidar como um partido realmente coerente com os seus princípios ideológicos e filosóficos se não tivermos formação política. E, no que diz respeito ao Movimento Popular, formação política para o Movimento Popular.

Era só isso que eu tinha para dizer.

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Obrigado, companheiro.

A SRª BERENITA – Messias.

O SR. MESSIAS JÚNIOR (Piau) – Eu gostaria de reforçar a importância do Movimento Popular Socialista para o PSB, como Partido Socialista, principalmente neste momento em que o PSB está lutando para ultrapassar a cláusula de barreira. Nós vamos entrar numa seara muito perigosa ao buscar, a qualquer custo, ultrapassar a cláusula de barreira para a sobrevivência do PSB como Partido Político. Se nós não nos organizarmos, se não organizarmos o Movimento Popular do Partido, não só a Juventude, o Negro, o da Mulher e do Sindical, mas principalmente o Movimento Popular Socialista, o Partido poderá terminar como um partido convencional, um partido de parlamentares, eleitoral, para ultrapassar a cláusula de barreira.

Não sei se vocês se recordam, se todos leram um documento que foi

aprovado pela Direção Nacional sobre a reconstrução do PSB, dizendo que nós trabalhamos nesse limite entre o orgânico e o eleitoral.

Quem vai fazer esse contraponto será o Movimento Popular. Então temos dois desafios: um interno, fazendo com que o Partido tenha base socialista e popular; e o desafio externo, no sentido de fortalecer o movimento social e levar políticas públicas para ele, porque, na realidade, o movimento social tem muitas associações de moradores e outros movimentos que são criados apenas para servir de cabo eleitoral para candidato a vereador. Pelo menos é assim no meu Estado.

Para concluir, eu queria deixar uma proposta: depois deste Congresso, em data a ser definida, seja realizada uma plenária nacional do Movimento Popular Socialista com um ou dois representantes por estado, para elaborar um regimento interno, quando poderemos, aí sim, nos aprofundar na discussão que o Professor Pacheco mencionou, sobre o objetivo do MPS, como será a sua estrutura, a questão das secretarias e o seu funcionamento, essas questões todas, porque nós precisamos ter um regimento. Aquele que aprovamos aqui foi um regimento interno do nosso Congresso.

E que a coordenação eleita aqui encaminhe para todas as direções estaduais, de modo que elas possam ajudar nessa organização. E que a Direção Nacional banque pelo menos um dos dois representantes nessa plenária, como foi feito no Movimento de Mulheres no seu início.

Era essa a proposta. Obrigado.

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Primeiro é preciso que a Direção Nacional nos reconheça como movimento organizado.

A SRª BERENITA – O próximo inscrito é o Edílson.

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Três minutinhos, Edílson.

O SR. EDILSON (Rio Grande do Norte) – Está certo.

É muito importante que os companheiros discutam a questão do Movimento Popular, porque todos falam, em boa parte dos estados, que o Movimento Popular serve muito para eleger vereador. Disso nós sabemos, mas também sabemos que é de máxima importância que todos os estados – nem todos estão aqui para discutir o Movimento Popular... A importância desse movimento em cada estado deste País. Se existem muitos deputados e governadores, é porque eles saíram do movimento popular. É importante que o PSB invista bastante no Movimento Popular, porque isso só vai nos engrandecer, e muito. Então é muito importante que hoje estejamos aqui para discutir isso e encaminhar propostas que sejam aprovadas de imediato, porque o que mais precisa ser feito hoje em nosso País é um trabalho de conscientização das pessoas que lidam com o Movimento Popular. Se estou aqui é porque defendo uma

causa. Eu defendo o movimento gay do meu Estado. E muitos que estão lá não defendem, só aproveitam. E o Movimento Popular faz parte disso. Existe o movimento gay, o movimento de negros, o movimento da juventude, mas é importante que o Movimento Popular também abrace essa causa.

Eu gostaria, já que estou fazendo parte deste Movimento, de dizer que podem contar com o nosso apoio. Temos um grupo no Rio Grande do Norte em que trabalhamos com todo tipo de minorias, com pessoas carentes, que realmente precisam de apoio. E o único apoio que temos lá é da Secretaria Estadual de Saúde, com a distribuição de camisinhas e a realização de palestras educativas.

É importante que o PSB encaminhe e viabilize propostas para que possamos trabalhar não apenas no Estado do Rio Grande do Norte, mas em nível nacional, com políticas educativas e de combate à discriminação ao homossexual, que sabemos que ainda existe em todo o País. Então é muito importante trabalhar essa questão do Movimento Popular e das minorias junto a esse movimento. É uma proposta que faço à Mesa, se for possível de ser encaminhada: que possamos trabalhar também com esses grupos de minorias que quiserem se agregar ao Movimento Popular.

Obrigado.

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Está bom, companheiro.

A SR^a BERENITA – O próximo é Henrique.

O SR. HENRIQUE – Boa tarde a todos. Meu nome é Henrique. Posso dizer para vocês que estou muito feliz por estar aqui, hoje, participando, porque, pela primeira vez, eu vejo alguma coisa que acredito que vai dar certo no PSB. Algumas coisas eu já vi, mas acredito muito neste movimento. Somente com a organização da sociedade conseguiremos combater o que está pairando sobre o País. E temos que tomar muito cuidado, porque é como uma criança que está nascendo. Isso é um diamante bruto, é um passo muito importante que estamos dando hoje. Se elegermos uma direção com coragem de brigar com a Direção Nacional, porque vocês vão enfrentar muito problema... Se vocês tiverem essa coragem para organizar a sociedade, porque vocês vão trabalhar com os excluídos, gente, não esqueçam isso... E hoje é muito difícil falar em partido político e em organização da sociedade, porque ela não quer.

Quando eu disse, um dia, há um mês, numa reunião da Igreja Católica, que o mesmo crime que os deputados cometem 80% da população comete, era verdade, porque os deputados vendem o seu voto por R\$30 mil. O que vemos hoje? A sociedade vende o seu voto por 20, 10, 30 reais. E o Movimento Popular tem esse papel fundamental de organizar a sociedade para combater isso, para

combater a injustiça, para combater a exclusão. É esse o papel do Movimento Popular. Se sair daqui com a proposta de trabalhar com isso, terá tudo para dar certo. E podem contar comigo.

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Obrigado, companheiro. Próximo inscrito?

A SR^a BERENITA – Carolino. O companheiro Carolino é o próximo inscrito e, logo em seguida, você. Ele cancelou a inscrição. Pode ser você, companheiro.

O SR. MIGUEL ROTISCLEIN (Minas Gerais) – Eu gostaria apenas de fazer “um desabafo”. É que nós, de Minas Gerais, estamos sofrendo com a quinta intervenção em pouco tempo em nosso Estado.

O nosso Partido tem uma vocação muito grande para o crescimento. Estamos vivendo um momento decisivo dentro do nosso Estado – acredito que seja em nível nacional. Nós temos um anseio muito grande de crescer com qualidade, e está acontecendo essa brincadeira que a Nacional vem fazendo. E não é somente conosco, mas com movimentos semelhantes. Este Congresso não tem apoio, como vocês acabaram de dizer, apoio financeiro e estrutural, tendo que contar com colaborações de alguns.

Precisamos realmente de uma infra-estrutura para ter essa vontade e para que esse crescimento se torne realidade, mas sobretudo colocar no papel e até exigir isso da Nacional, porque isso não pode ficar parado e não podemos aceitar tudo o que eles dizem e simplesmente enfiar pela nossa goela abaixo.

Muito obrigado.

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Companheiros, eu gostaria de anunciar a presença do nosso líder aqui no Congresso, o Deputado Renato Casagrande, a quem queremos saudar, dizendo que estamos fazendo o debate do Movimento Popular Socialista. Se quiser dar uma mensagem para os companheiros...

O SR. RENATO CASAGRANDE (Deputado Federal – PSB/ES) – Gostaria, até pela provocação do companheiro. Como é o seu nome?

O SR. MIGUEL ROTISCLEIN (Minas Gerais) – Miguel.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Deputado Federal – PSB/ES) – Até para explicar uma questão dos segmentos e dos movimentos do Partido. Mas antes gostaria de saudar os dirigentes do Partido, porque mais um congresso se reúne, buscando a organização do Movimento Popular.

Sou testemunha de que este é o terceiro Congresso em que o

Movimento Popular se reúne. Há dois congressos passados, tivemos aqui um grande movimento promovido pelos representantes do Movimento Popular. E compreendo até que neste momento em que vocês estão se reunindo seja fundamental a nossa presença, para manifestar o apoio ao trabalho que vocês têm feito.

Mesmo que tardiamente – ontem eu falei isso para o Gilmar; não o estou vendo aqui, mas ele me procurou e nós conversamos –, compreendo que a decisão que a Executiva Nacional tomou de encaminhar amanhã uma proposta de alteração estatutária para que os segmentos e os movimentos do Partido, especialmente o Movimento de Juventude, Sindical, de Mulheres, de Raça e Etnia e Movimento Popular... Nós temos três movimentos desses já representados na direção partidária e temos ainda dois movimentos não representados, apesar de desempenharem certa atividade interna no Partido.

A decisão do Partido é considerar esses movimentos como órgãos de representação.

Hoje, os três movimentos, sindical, juventude e mulher, são considerados como órgãos de apoio e cooperação junto ao Partido. Nós estamos fazendo uma proposta para que se juntem estes três, Movimento de Raça e Etnia, Movimento Popular e outros movimentos que tenham um nível de organização, para serem órgãos de representação partidária. A Direção Nacional do Partido fará uma avaliação de um regimento que vocês vão propor, porque, para considerar o movimento organizado, devemos saber em quantos estados ele está organizado, desses estados, em quantos municípios, para que ele tenha de fato a representação no Diretório e na Executiva do Partido.

Então vocês terão a possibilidade – todos os movimentos, inclusive os que já estão reconhecidos – de apresentar um regimento para o Diretório Nacional. E é fundamental que seja na Direção Nacional, para envolver o Partido no movimento, no debate. A partir deste Congresso, dessa alteração estatutária que faremos amanhã, daremos a largada para institucionalizar os movimentos de representação no Partido Socialista Brasileiro.

Essa decisão é um avanço importante. Nós esperamos, com isso, fortalecer um trabalho que vocês têm feito há alguns anos dentro do PSB.

Então queria saudar todos os delegados e delegadas, todos os companheiros filiados do Partido.

Teremos agora uma celebração na Catedral, em homenagem ao Dr. Arraes, como todos estão sabendo, às cinco horas da tarde. Depois, às sete horas, será a nossa abertura. Mas vim aqui para fazer uma saudação, em respeito e homenagem a vocês que estão debatendo a política junto com o PSB, dentro do PSB, num momento de extrema dificuldade por que passa o nosso País.

Muito obrigado.

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Obrigado, Deputado.

A SR^a GLADYS (Minas Gerais) – Eu gostaria de aproveitar a oportunidade da presença do nobre Deputado, com todo o respeito.

Deputado, como membro do Movimento Popular do Estado de Minas Gerais, legitimamente reconhecido no Congresso, gostaria de, nesta oportunidade, pedir a V. S^a que fizesse o reconhecimento da legitimidade do nosso Congresso, que fizesse um apanhado profundo da legitimidade do congresso que ocorreu. A prova é que estamos aqui, participando deste Congresso e de todos os movimentos com um número bem significativo de representantes legítimos da sociedade.

Então nós gostaríamos de fazer esse apelo em nome do Estado de Minas Gerais.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Deputado Federal – PSB/ES) – Muito bem. Posso explicar, Presidente?

Eu fui Relator do processo do Congresso de Minas Gerais, que é o segundo colégio eleitoral do nosso País. Um partido que tem que alcançar novamente 5% dos votos precisa de um nível de organização cada vez maior do Estado de Minas Gerais. Então precisamos fortalecer o Partido, que, em Minas Gerais, tem passado por problemas, dificuldades – o Miguel deve ser de Minas Gerais também, não é?

Então, citando as vezes que o Partido teve que fazer intervenção, o Odimar já esteve lá em Minas Gerais... Isso pode caracterizar um problema da Direção Nacional, mas caracteriza também uma desorganização no Estado. Não estou responsabilizando o Movimento ou uma figura ou liderança, não. Só um minutinho.

Nós temos necessidade de avançar. Tentamos diversas formas para avançar no Estado de Minas Gerais, e não tivemos sucesso.

O Congresso de Minas Gerais é resultado da nossa pouca organização no Estado como um todo, não apenas onde vocês estão militando. Pode haver focos de muita força no Estado, localizados no Movimento Popular. Eu sei que na capital há uma movimentação muito forte, nos bairros de Belo Horizonte. Conheço parte do trabalho, por relato, que é feito, especialmente na capital e em alguns municípios do Estado de Minas Gerais, que não são o retrato daquele Estado, que tem 853 municípios. Um Estado muito grande e de difícil organização.

Recebi hoje um recurso de vocês com relação aos delegados. Quero dizer que, se depender da minha posição, sou favorável ao reconhecimento dos delegados, *sub judice*, mas liminarmente concedendo, como Relator, o reconhecimento dos delegados do Estado de Minas Gerais.

A questão relativa à direção do Estado de Minas Gerais depende de debate com a Executiva Nacional, porque o Relator faz o relato, e a Executiva faz o debate sobre esse relato.

Então, emergencialmente, até para que os delegados de Minas possam participar, nós estamos, conforme o meu parecer – a Executiva vai se reunir nas próximas horas para consolidar, mas acredito que não haverá problemas –, reconhecendo os delegados para participar do Congresso, ainda que votando de forma separada, *sub judice*, mas participando legalmente como delegados do Congresso.

A SRª GLADYS (Minas Gerais) – É triste saber que Minas Gerais é um berço político do País, e estamos passando por uma...

O SR. – Questão de ordem.

A SRª GLADYS (Minas Gerais) – Quero concluir, por favor.

Nós entramos com um recurso, ele nos deu a resposta, e considero prematura a decisão da Nacional e dos membros que fazem parte, uma vez que não havia nenhum representante da Nacional acompanhando o Congresso. Essa é a minha opinião particular. A Almezinda quer fazer uma manifestação a respeito dessa situação.

A SRª ALMEZINDA (Minas Gerais) – Gente, quero pedir desculpas à plenária, porque foge um pouco àquilo que nós discutíamos, mas, já que o Renato Casagrande está presente, é uma oportunidade que não poderíamos perder... (*interrompe-se o áudio*)

O SR. – Companheiros...

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Eu estou sendo um péssimo Presidente de Congresso.

O SR. – A comitiva de Minas Gerais... (*Intervenção sobreposta. Inaudível*)

O SR. COORDENADOR (Adriano) – ...eu não pensei que seria tão difícil...

(*Intervenções simultâneas e sobrepostas. Inaudível*)

O SR. – Faltam 13 minutos para terminar o Congresso.

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Companheiros...

A SR^a – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)* **O SR. COORDENADOR** (Adriano) – Não, agora me escute um pouquinho. Nós a ouvimos, nós a atendemos com todo o nosso respeito...

O SR. RENATO CASAGRANDE (Deputado Federal – PSB/ES) – Se Minas Gerais quiser conversar comigo ali fora, eu vou para lá. *(Palmas)*

O SR. COORDENADOR (Adriano) – ...senão vamos parar o Congresso...

A SR^a – Um ou dois representantes iriam conversar, e os demais ficariam, senão vai esvaziar a plenária.

O SR. – Mas fica um representante de Minas Gerais aqui também. Consideramos grave o problema de Minas Gerais, e a comissão precisa conversar. Mas ficam dois ou três representantes aqui, para continuar o Congresso.

O SR. – Presidente, vamos garantir as inscrições?

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Vamos. Companheiros, vamos garantir as inscrições, vamos continuar o debate.

Compreendo as dificuldades de cada região do nosso País, mas estamos no Congresso do MPS. Não é uma plenária de Minas Gerais ou do Rio Grande do Sul. Senão fica sem fundamento estarmos aqui...

O SR. – Eu gostaria de saber se há representante de Minas Gerais aqui.

A SR^a BERENITA – Sim, há representante.

O SR. – Então vamos continuar o congresso...

A SR^a BERENITA – O próximo inscrito é o Melquizedeque.

O SR. MELQUIZEDEQUE (Minas Gerais) – Estou aqui presente.

Eu gostaria de reiterar duas manifestações que foram feitas neste plenário.

O Pachecão falou de recursos e de formação de povão; estamos formando o povão.

O poder público não investe na formação da massa porque tem medo. Hoje, com o sistema do jeito que está corrompido, eles têm medo de perder o domínio das massas. E, como foi muito bem expressado pelos senhores, o domínio hoje é feito com cestas básicas e R\$30, vale-gás, auxílio moradia, e por aí vão os auxílios. Depois dizem na televisão que ensinam o cidadão a pescar, e não dão o peixe. É uma propaganda contraditória.

Outra coisa que foi dita pelo Henrique, que se ausentou do plenário, é o cuidado com “essa criança”. E eu consideraria como “essa criança” todos os cidadãos que estão lá no morro, na favela, que agora estamos arrebanhando

de novo para dentro do PSB. Como disse o companheiro, levar o PSB para lá, mostrar a “cara” do Partido, dar ao cidadão condições de sustentabilidade política ou explicar para ele o que acontece nesta Casa, o que acontece nas assembléias legislativas do estado ou num diretório estadual ou municipal de um partido. Estaremos levando para ele o PSB.

Agora, eu nunca ganhei uma passagem do meu Partido para ir a uma reunião, a um congresso; ganhei a de hoje. Tenho que ressaltar isso aqui. Mas o Partido tem que discutir de uma forma regimental, estatutária que diretório algum que eu tenha visto tenha cumprido as resoluções financeiras. O vereador não contribui, as pessoas que são indicadas para alguns gabinetes não contribuem. E eu sei que tramita nesta Casa um projeto de lei para que as secretarias das entidades não sejam mais obrigadas a depositar na secretaria financeira dos partidos aquela fatia da pessoa que é eleita ou indicada. Quer dizer, não temos mais como... Eu não tenho como chegar a um vereador eleito do meu Partido e lhe dizer: você é um grande “filho da puta”, você não contribuiu com o meu Partido; você o usa só para se eleger. Eu não tenho condições de fazer isso, porque ele não abre a porta para mim nem para o povão.

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Para concluir, companheiro.

O SR. MELQUIZEDEQUE (Minas Gerais) – Então eu tenho que fazer o quê? Não só esta comissão do Movimento Popular, porque este é um “neném grandão” – nós temos que prestar atenção nisso... Nós estamos abraçando um “neném grandão”, que já existe. E não vão usar esse “neném grandão” como massa de manobra, não! Através da Nacional, da Estadual e da Municipal, nós temos que funcionar afinadamente, com recursos, para subir o morro e atender o nosso associado, o nosso pobre, o nosso favelado. Obrigado.

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Companheiros, a organização do Congresso Nacional informa que há ônibus aqui na frente aguardando os companheiros para ir à missa em memória do Presidente Miguel Arraes.

O SR. – Uma questão de esclarecimento e de ordem.

Seria possível, depois da missa, continuarmos aqui ou em outro lugar qualquer? Ou amanhã nós voltaremos...

A SR^a – Ah, não. Vamos fechar.

O SR. – Não, fechar, não! Nós não temos condições de fechar. Nós nem começamos a debater!

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Professor, posso ajudá-lo com a questão...

O SR. – Amanhã nós voltaríamos...

O SR. – Presidente, nós temos um congresso a cada dois anos. Então não precisamos ter pressa para discutir. Concorde com o Professor. Se pudermos parar agora e voltar depois para continuar debatendo, até que se...

A SR^a GLADYS (Minas Gerais) – Nós temos outros companheiros inscritos. Vamos ouvir os outros companheiros para submeter todas as decisões à plenária. A decisão tem que ser da maioria.

O SR. – Companheira, não...

A SR^a GLADYS (Minas Gerais) – A próxima é você, Jesus. E, depois, o José Carlos.

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Companheiros, infelizmente não podemos fazer a coisa de afogadilho. Sou obrigado a comunicar que vai haver a missa em memória do nosso Presidente Miguel Arraes, o ônibus está aqui na frente. É a informação que eu tenho. Se quisermos ir à missa, voltar para cá e continuar o debate, porque às 19 horas será a abertura do Congresso Nacional... Será um pouco complicado fazer uma discussão amanhã, porque em plenário haverá um debate importante sobre a reforma estatutária.

A SR^a – Nós, de Minas Gerais, viajamos a noite toda, nossas coisas estão no ônibus, porque viemos diretamente para cá. Além do dia-a-dia de trabalho, desde sábado passado, eu dormi dentro do ônibus, porque a minha filha estava hospitalizada. Como ela está melhor, eu vim para este Congresso.

Em resumo, estamos cansados. O que pudermos acelerar, resolver... Isso é continuidade do que o nosso querido ex-Presidente nos deixou. O que pudermos resolver aqui... Não sei. É uma sugestão.

O SR. – Então a questão é se vamos ou não à missa.

A SR^a – É. Vamos submeter à votação.

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Companheiros, terei que submeter à votação. Se for acatada a sugestão de sairmos e retornarmos, que todos retornem. Ou vamos depois, a pé, para a missa. O que vocês...

A SR^a – (*Intervenção fora do microfone*) Nós poderíamos fazer uma homenagem ao Arraes aqui... (*inaudível*)

A SR^a – (*Intervenção fora do microfone*) Nós faríamos um minuto de silêncio, uma oração...

O SR. – Creio que não seria um bom lobby para aprovar...

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Seria bom que o Eduardo nos visse na primeira fila para aprovar o movimento.

O SR. – As nossas dificuldades são grandes, a necessidade de discutir, também, mas, ao mesmo tempo...

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Temos quantos inscritos?

O SR. – Poderíamos apelar para o bom senso dos inscritos...

A SR^a GLADYS (Minas Gerais) – José Carlos e, em seguida, Adriano.

O SR. – (*Intervenção simultânea e sobreposta. Inaudível*)

A SR^a GLADYS (Minas Gerais) – A Jesus está inscrita. Fale, Jesus.

O SR. – Quantos estão inscritos na Mesa?

A SR^a GLADYS (Minas Gerais) – Três.

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Jesus, você tem três minutos marcados.

A SR^a MARIA DE JESUS (Alagoas) – É só por uma questão de ordem.

Já demoramos muito tempo discutindo aqui a questão do movimento. Passamos mais dois anos para organizar o movimento, e parece que a discussão fica meio complicada, até para voltar. Para retornar, eu fico impossibilitada para discutir, porque amanhã quero discutir outras questões referentes ao movimento. Até porque nós, de Alagoas, viemos com uma proposta, além da proposta do Partido, para trabalhar a Secretaria do Movimento Popular do PSB, de criar a Cop. Agora, se vocês não sabem nem o que Cop, como vou lançar essa proposta aqui se nem demos conta da nossa tarefa de casa? Fica complicado.

Fui ao enterro de Miguel Arraes, foi demais, foi muito bonito, mas, gente, é uma questão de bom senso! Que Deus o tenha, foi um grande companheiro, mas este momento é único. É um momento nosso! Faremos um minuto de silêncio ou sei lá o quê. Cada um de nós tem o maior respeito por esse grande companheiro. Quem quiser ir, tudo bem, agora nós precisamos amadurecer essa questão. Temos que sair daqui com uma proposta definida. Pelo menos todos nós temos que estar “amarrados” à questão do Movimento Popular, porque amanhã não haverá tempo para mobilizarmos nada. Amanhã é outro dia. E cada instante é um momento perdido.

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Quem é o próximo?

A SR^a GLADYS (Minas Gerais) – José Carlos.

O SR. JOSÉ CARLOS (Minas Gerais) – Eu gostaria, inicialmente, de dizer que estou muito feliz por estar neste primeiro Congresso do MPS e de pedir para acrescentar em momento oportuno a questão dos trabalhos com as cooperativas, os movimentos de economia solidária que vêm forçando, trabalhando a melhoria de renda desse povo tão necessitado.

Peço também, se for possível, que continuemos. Façamos um momento de oração, um momento de silêncio. Devemos continuar, porque, se pararmos, realmente não vamos terminar. E eu tenho grande interesse – creio

que todos têm – na aprovação do Regimento, para que amanhã possamos dar prosseguimento ao processo.

O SR. COORDENADOR (Adriano) – O nosso grande objetivo é, de fato, sermos reconhecidos pela Direção Nacional como movimento organizado. O próprio Deputado Casagrande disse que já houve três encontros, e até agora não tivemos ainda o direito de ser reconhecidos como organização, ter apoio, mobilizar nos estados, para que eles se organizem e possam indicar delegados para participar daqui.

O grande trabalho que nós vamos ter se conseguirmos sair daqui unidos em torno de uma proposta de organização do Movimento Popular Socialista como referência de organização social do PSB para fazer a ligação com o movimento social e deste com o Partido... Foi dito aqui: nós não podemos nos tornar um Partido parlamentar. Nós temos que ser um Partido de base social. Pouco vai adiantar se tivermos 5% dos votos. O Partido vai continuar com 20 deputados e não vai crescer. Na minha avaliação, o Partido só vai crescer se tiver base social, se tiver cara popular, se falar a linguagem do povo, se estiver discutindo as questões importantes da sociedade, de quem não tem casa, de quem não tem emprego. É disso que o PSB precisa para se tornar um Partido de referência. Sou totalmente contrário à partidarização do Movimento. O papel do Partido não é partidarizar. Não tenho que fazer da confederação da minha cidade um comitê do meu Partido, ao contrário de outros que fazem isso e prejudicam o movimento. O movimento precisa de autonomia, mas o Partido deve se inserir no movimento para realizar o debate, para promover essa ligação.

Queremos, na realidade, sair daqui com uma proposta que nos unifique, uma proposta que será de muito trabalho, porque teremos que organizar o MPS lá no Amazonas, na Bahia, em São Paulo, no Rio de Janeiro, no município, no estado.

Eu não quero ser Secretário do MPS lá no meu Estado, por exemplo, só do meu município nem de dois ou três municípios. Eu quero ser Secretário da maioria possível de municípios do meu Estado. E assim será em nível nacional. Quer dizer, é um desafio muito grande fazer essa organização de fato e garantir, amanhã, em plenário, que não se aprovem algumas propostas, como a extinção do movimento, sem o direito de indicar o secretário; a direção vai dizer: o Adriano é o melhor secretário para as mulheres. Pronto, está definido. Não é assim. O movimento deve ter legitimidade para defender e escolher quem julgar capaz de coordená-lo.

O SR. – Um encaminhamento de proposta.

A SRª GLADYS (Minas Gerais) – Antes da sua proposta, eu queria

registrar a presença dos companheiros da comissão do Movimento Popular Operários de Duque de Caxias. Está aqui conosco o Presidente Gerson Mascarenhas.

O SR. – Antes de encaminhar a proposta, há uma questão meio simbólica. Não quero atrapalhar a Mesa – pelo amor de Deus, não é isso. Tenho certeza de que todos vão entender.

Levante o braço quem está a fim de realmente levar o Movimento Popular Socialista do PSB adiante! Não é demagogia, gente!

Ok. Se todos nós estamos convictos, se todos temos fé no sentido de levar adiante, a nossa irmã Jesus – oh, Jesus, a flor que me conduz – me pediu agora para perguntar se eu poderia representar a Região Norte, já que sou o único da Região Norte e tal. Prontamente, companheira! Estou aqui! E me mostrou uma lista.

Não adianta polemizar muito uma coisa que nós queremos. Quem quer faz a hora, não espera acontecer. (*Palmas*)

Uma coisa é trabalhar com quem quer, outra coisa é trabalhar com quem não quer. Por isso eu perguntei quem queria. Se nós queremos, vamos constituir uma comissão e marcar para amanhã ou depois da missa uma reunião para montar a estratégia de “falação” e reivindicar. Agora, não podem ser pessoas que tenham medo de “peitar” a Direção Nacional. A minha única sugestão é esta: que as pessoas que forem indicadas ou votadas aqui tenham coragem de chegar lá e “pisar firme” com a Direção Nacional. Não adianta dizer: “Não, é isso, é aquilo outro, não sei o que e tal”. Temos que ter argumentação e apoio da “companheirada” aqui. Certo, gente?! Muito obrigado.

A SRª GLADYS (Minas Gerais) – Fabinho se inscreveu.

O SR. FÁBIO JULIANO (Rio Grande do Sul) – Devido aos últimos acontecimentos, vou tentar ser breve.

A minha contribuição neste debate dos movimentos populares se resume no seguinte: se nós analisarmos, hoje estamos acatando uma tarefa de muita responsabilidade, que é levar adiante a nova organização do PSB em termos de movimentos populares. Mas, se analisarmos, o PSB já trabalhava dessa forma há algum tempo, quando havia as secretarias de nucleação. O que eram essas secretarias de nucleação? Elas criavam os núcleos dentro dos bairros e dos movimentos que interagiam com o Partido ou mantinham um diálogo constante de crescimento de um projeto em comum.

O meu Município, onde sou Presidente do PSB, Rio Grande é uma cidade do interior do Rio Grande do Sul. Às vezes, falamos em Rio Grande, e o

pessoal pensa que é Rio Grande do Sul. Em Rio Grande, onde sou Presidente, temos o movimento popular bem definido. Nós temos cinco presidentes de bairros que mantêm essa chama acesa do movimento, escolhemos, no último congresso, o nosso secretário municipal dos movimentos populares e chegamos a uma definição que trago hoje como uma contribuição para vocês, porque talvez cometamos um erro quando criarmos os movimentos populares, esquecendo que movimento de juventude, movimento das mulheres, movimentos sindicais e outros movimentos que possam surgir não deixam de ser também movimentos populares.

Então, temos que ser mais ousados nessa proposta, porque o movimento popular deve manter um diálogo junto ao movimento sindical, ao movimento das mulheres. Na verdade, companheiros, um está ligado ao outro, e o movimento popular em si contempla a todos de uma forma geral.

Teria que partir da Mesa a proposta de que os movimentos populares, além de um órgão de representação do PSB, sejam também o órgão de canalização dos projetos dos movimentos sindicais, de juventude e das mulheres.

Quando os companheiros falam que o Partido se organiza através de movimentos e que esses acabam servindo de trampolim para eleger os nossos representantes parlamentares, em determinado momento, discordo um pouco, pelo seguinte: o Partido tenta construir os seus projetos junto com os movimentos. Com as idéias dos movimentos, conseguimos elaborar a redação final dos nossos projetos. No momento em que nós temos candidatos nos diversos níveis, sejam vereadores, prefeitos, governadores, deputados, e assim por diante, esses representantes estão comprometidos, sim, com o projeto do PSB, o qual, por conseqüência, está comprometido com o projeto dos movimentos.

Então, ao mesmo tempo em que algum candidato nos usa como trampolim, nós também temos que usar os nossos candidatos como pessoas que se comprometeram a representar os nossos projetos. Na verdade, o Partido serve como um elo de compromisso entre nossos representantes, parlamentares, e de nossos movimentos.

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Para concluir.

O SR. FÁBIO JULIANO (Rio Grande do Sul) – Para concluir, Presidente, nessa proposta de formar uma comissão de representação do Movimento Popular em nível nacional, peço que seja contemplado o maior número de estados presentes. Vi no Regimento que poderão ser de cinco a onze representantes. E, mais ainda, principalmente com os companheiros de Minas Gerais. Respeito o problema individual deles com a Nacional, mas estão aqui e também devem ser representados no nosso Movimento Popular.

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Obrigado, companheiro Fabinho, pela intervenção.

Companheira Gladys.

O SR. – Vamos encaminhar a votação, companheiro.

A SR^a – É exatamente isso que eu gostaria de dizer: vamos encaminhar a votação, avançar o máximo possível, e pedir desculpas pelo transtorno que ocorreu aqui, gente, que é particular, porém é do PSB, atinge a Nacional de certa forma.

O SR. – Antes de encaminhar a proposta da comissão, creio que a Mesa anotou as propostas das pessoas também. Seria bom citar para sabermos se falta alguma ou se devemos acrescentar alguma.

O SR. COORDENADOR (Adriano) – A companheira Gladys e a companheira...

O SR. – Tenho uma questão de ordem de um minuto.

Eu fiz inscrição em três temas, e fui “passado”.

A SR^a GLADYS (Minas Gerais) – É porque você não estava presente no momento, companheiro.

O SR. – Mas não fui chamado.

A SR^a GLADYS (Minas Gerais) – Você tinha saído.

O SR. – Ah, está certo. Obrigado.

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Em briga de casa não vou me envolver.

Companheiros, quero fazer a leitura da proposta de coordenação, mas preciso que Jesus faça, para termos força. Se Jesus fizer, teremos força lá.

Antes de Jesus fazer o anúncio e podermos conversar, quero dizer que essa é uma tarefa árdua. Vocês sabem que essa organização é marginal.

O SR. – Eu sempre desconfiei que Jesus era mulher.

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Apesar de a Nacional ter nos cedido esta sala, não tivemos articulação com ela para proporcionar essa organização, devido a várias dificuldades. Fui da coordenação nacional na vez passada e sei das dificuldades que existem.

Tenho, na minha vida, desde guri, quando militava no movimento estudantil, depois do qual passei para o movimento comunitário, depois, para o sindical, e hoje, para o movimento partidário mais incisivamente, eu nunca...

“Ah, você não vai conseguir com a Nacional. Não vai.”

No grêmio estudantil, quando fui o primeiro presidente, disseram: “Não, a direção da escola não vai lhe dar nada”.

Graças a Deus, sempre tive sorte quando assumi uma tarefa junto com outros companheiros, conseguindo fazer um belo trabalho. Não serei inimigo nem aliado da Direção Nacional para dizer amém a tudo. E acredito que o MPS não pode se submeter a isso, mas, para conseguirmos ganhar amanhã, em plenário, vamos precisar de cada companheiro fazendo pressão, barulho, utilizando a tribuna, pedindo que voltem atrás e reconheçam esta organização, dizendo que há sete estados presentes aqui. Se nós estivéssemos organizados, talvez tivéssemos mais estados, mais gente presente, mas não nos deram esse direito. Então, quero, antes da companheira fazer a leitura da proposta de coordenação, que cada companheiro saia daqui com este pensamento, porque o nosso trabalho não termina com a leitura de tais nomes, muito pelo contrário. Ele continua a partir de agora: amanhã, para vencermos em plenário, e depois para construirmos este movimento em nível nacional.

Passo a palavra para a companheira Jesus, que vai ler. E, se Jesus está lendo, quem será contra?

O SR. – Antes da Jesus ler, só para acrescentar ao que você falou.

Se não, esta coordenação terá necessidade de se encontrar periodicamente, ou uma vez por mês ou de dois em dois meses ou de três em três meses. Por isso, os nossos irmãos que deram o seu nome para essa coordenação não podem deixar de medir esforços. Se o encontro for lá em Minas Gerais, todos nós teremos que ir para lá. Era só isso que eu queria dizer. Se colocar o nome, terá que assumir o compromisso. É palavra de socialista!

A SRª MARIA DE JESUS (Alagoas) – Neste momento, temos sete estados presentes: Alagoas, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pará, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte. Isso é uma vitória para nós. Eu articulei com o Maranhão, que acredito que esteja perdido. Eles vieram numa delegação, de ônibus, mas não sei onde estão.

No Rio Grande do Sul, eles realizaram o II Congresso do Movimento Popular. Por que estou dizendo isso aqui? Por que cada um está assumindo a responsabilidade em cada discussão aqui? O Rio Grande do Sul está organizando o II Congresso Estadual do Movimento Popular. Alagoas e Minas Gerais estão no I Congresso do Movimento Popular. Isso já é um avanço. Qual é a nossa tarefa de casa? Dentro das executivas municipais e estaduais, exigir que eles incluam a Secretaria do Movimento Popular Socialista. Essa é a nossa tarefa

de casa. Se não sairmos daqui com essa definição, não conseguiremos avançar no processo.

Então é interessante que todos nós tenhamos a responsabilidade de respaldar essa grande mobilização. E digo mais: nós temos que fazer zoadas. Qual será a nossa zoadas? Temos que criar um grito de guerra para apresentar no Congresso. Amanhã deveremos ter um grito de guerra. E cada um daqui já tem uma tarefa de casa para amanhã: matutar sobre o que vamos dizer no plenário. Minas Gerais tem a sua delegação, pode se reunir e criar um grito de guerra que tenha a “cara” do Movimento Popular. É verdade, temos que aparecer! Essa será a nossa tarefa de casa para amanhã.

A mais fundamental de todas será pegar o microfone, quem for delegado do Congresso – isto é uma intimação – e falar sobre o Movimento Popular. Eu estou no Congresso, mas não sou delegada do Partido. Vim para discutir sobre o movimento. Não sei se alguém daqui é delegado. A responsabilidade maior é nossa. Quem for delegado do Congresso se prepare para pegar o microfone e falar sobre a importância do Movimento Popular. *(Palmas)*

O SR. – Jesus, para ajudar, poderíamos marcar um local no Congresso e ficar, amanhã, todos juntos. Antes de entrar no Congresso nos encontraremos em tal local para ir todos juntos.

A SR^a MARIA DE JESUS (Alagoas) – É essa a responsabilidade que teremos que chamar. Esse é um dos primeiros momentos.

Pensando nessa discussão, até por questão de organização, fiz uma composição de chapa: Secretário do Movimento Popular, Luiz Adriano Araújo, porque eu disse que o Rio Grande do Sul já vem do II Congresso do Movimento Popular; Coordenador de Finanças, Gladys Freitas de Oliveira, de Minas Gerais – seria bom levantar a mão; Coordenação de Elaboração de Projetos, Maria de Jesus Matos, que sou eu – Jesus; não venham com Maria; Coordenador de Comunicação e Divulgação, Edílson Pereira, do Rio Grande do Norte; Coordenador de Formação Política, Berenita Maria de Santos Melo; Coordenador Regional Norte, José Maria da Silva Pacheco, Pacheco; Coordenador Região Sul, Fábio Juliano; Coordenador Regional Nordeste, José Messias Andrade Júnior, do Piauí; Coordenador Região Sudeste, Almezinda Moreira de Moura; Coordenador Região Centro-Oeste...

Infelizmente, para vocês verem como está a discussão do Movimento Popular, nós vamos deixar em aberto, porque deveria estar aqui nesta discussão o próprio Distrito Federal, que é sede do Congresso, e não temos ninguém do Movimento Popular do Distrito Federal. Vejam como está a nossa organização. Então vai ficar em aberto, deixando essa discussão para o próximo congresso,

porque não adianta colocar um nome aqui só para constar. Esse não é o nosso objetivo. O nosso objetivo é fazer valer a organização do Movimento Popular.

Coordenador de Mobilização, Melquizedeque de Farias.

Fizemos assim para que todos os estados estivessem presentes nessa discussão. Os nomes que estão aqui... Por exemplo: de Minas Gerais, eu não consultei cada uma, porque a Secretária está aqui, então ela respalda a discussão do Movimento Popular Estadual. Então foi ela quem fez essa indicação. Vocês, de Minas Gerais, poderão conversar sobre isso para saber quem se identifica melhor. Será uma discussão de Minas.

Pensando nessa discussão... Não adianta sair daqui com uma carta de apoio, com uma moção, porque o nosso nome é esse. Não adianta a Executiva Nacional impor, dizendo que não, o nome será de quem a Executiva quiser, porque vai acontecer o mesmo que em 2001, quando o companheiro Gilmar Mangabeira foi escolhido, e não deu respaldo ao Movimento. Em 2003, nós fizemos uma discussão maior e dissemos: não, companheiro, identifique-se; ou é sindical ou é do movimento. Se quiser militar nos dois, tudo bem, mas na sua identificação, como fica? Como fica a questão maior do Movimento Popular?

Por fim, há uma discussão que o companheiro Wellington Wanderley, de Alagoas... Vocês sabem que em Alagoas nós tínhamos uma estrutura muito boa e havia a proposta de lançar – ele me pediu que lançasse para vocês – sobre a discussão da Cop. O que seria a Cop? Isso não seria para este momento, mas para vocês amadurecerem.

Não sei se alguém faz parte da CMP – Central dos Movimentos Populares. Sabemos da insatisfação com a CMP. Então o que o companheiro Wellington pensou? Ele disse: “Jesus, vamos montar a Cop”. Eu perguntei: “Que diabo é Cop?” Mas ele pensou isso em nível estadual, para Alagoas. Cop seria a Central de Organização dos Movimentos Populares. Eu falei: “Ótimo, vou dizer para o pessoal e vamos ver o que podemos fazer”. Seria interessante. Essa é uma sugestão que estamos lançando aqui, não é para discutir agora. Seria necessário um amadurecimento. Cada estado levaria essa proposta para refletir sobre ela.

Para que serve uma Central de Organizações Populares? Para que não sejamos massa de manobra de algumas entidades que pensam nesse sentido. E afinaremos esse discurso quando estivermos organizados como Movimento Popular Socialista.

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Companheiros, está em discussão a proposta de chapa apresentada pela companheira Jesus.

Companheira Almezinda.

A SR^a ALMEZINDA (Minas Gerais) – Eu gostaria de lembrar um fato,

A Gladys poderia sugerir os nomes, sim, mas eu queria fazer uma ressalva porque saímos três de Belo Horizonte, e representando Minas aqui há outras cidades. Nesse caso, ou encontraríamos um consenso ou eu abriria mão da indicação do meu nome para incluir outra cidade, porque não considero justo colocar apenas Belo Horizonte em três vagas se há outros participantes aqui de Minas Gerais. Então eu queria saber da Gladys se poderíamos fazer isso.

A SR^a GLADYS (Minas Gerais) – Só para esclarecimento, eu coloquei exatamente as entidades de Minas que têm uma representatividade de nível estadual. Não adianta colocar as entidades municipais para fazer representatividade estadual e até mesmo a discussão. Foi pensando dessa forma, pela legitimidade dos movimentos de nível estadual, que sugeri essa composição.

O SR. – Uma questão de encaminhamento.

A SR^a ALMEZINDA (Minas Gerais) – Poderíamos votar isso, principalmente com Minas, Gladys.

O SR. – Uma questão de encaminhamento.

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Professor.

O SR. – Eu sei que vocês vão dizer que uma coisa não tem nada a ver com a outra, mas, fazendo um paralelo com a questão do Regimento Interno, ainda há pouco, quando abordei a discussão do art. 11, parágrafo único, fiz um questionamento e fui voto vencido, terminei a minha argumentação dizendo justamente que corremos o risco de fechar demais o Movimento Popular Socialista.

O que a nossa irmã de Belo Horizonte argumentou é o mesmo que estou dizendo, mas de outra forma.

Se nós fecharmos, Gladys, exclusivamente no que diz respeito aos diretórios estaduais, corremos o risco de não abrir espaço, de não sermos democráticos, não darmos liberdade para outras lideranças que possam querer.

O que a minha irmã está dizendo ali, para a realidade dela, pode estar em consonância com a verdade. Eu não estou discordando nem colocando nada em dúvida, mas acredito que a liberdade tem que se constituir neste movimento.

E concluo a minha intervenção citando o exemplo dela, na questão da comissão.

Na hora do voto, devemos ter plena consciência de em quem estamos votando e que papel ele vai assumir. Por isso, já que não fomos para a missa, cabe a nós ouvir os nossos irmãos que estão se comprometendo para os cargos, ouvir a opinião deles, analisar e, de repente, pode haver um murmúrio, uma argumentação. Nós não podemos tolher o espaço democrático. Era só isso.

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Mais alguém inscrito para discutir o assunto da chapa?

O SR. FÁBIO JULIANO (Rio Grande do Sul) – Foi lida a proposta. Se o pessoal do plenário tiver alguma manifestação em contrário, que a faça.

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Fabinho, quero dizer que concordo com você, até porque devemos começar a ser profissionais nessa hora. Para termos esta organização reconhecida, precisamos fazer algumas articulações. Uma delas seria conversar com os movimentos reconhecidos pela Nacional que estão se elegendo, para pedir o apoio deles, assinando um manifesto nosso para que eles nos apoiem. Vamos para o plenário do Congresso Nacional agora e poderemos obter o apoio dos delegados para derrubar propostas que impeçam a escolha democrática do movimento, fazer um documento que reflita o que foi dito pelos companheiros aqui, no debate. Isso seria muito mais plausível do que discutir as mesmas coisas.

Pergunto se a plenária, tirando esse problema de Minas, porque não sei como se resolve...

O SR. – Veja bem a Mesa, quando foi lido o Regimento Interno, no art. 10, “a inscrição de chapas para a Direção Estadual do MPS junto à Mesa do Congresso”, naquele momento já estavam abertas as inscrições. No momento em que se lê a nominata, abre-se uma proposta para ser votada.

A SR^a ALMEZINDA (Minas Gerais) – Mas não se coloca em votação alguma coisa sobre a qual existe discordância. Por isso eu fiz a observação.

A SR^a GLADYS (Minas Gerais) – Então podemos aguardar cinco minutos para a discussão. Os grupos se separam e fazem a discussão.

A SR^a MARIA DE JESUS (Alagoas) – A discussão é apenas sobre a questão de Minas? Então Minas poderia se reunir e discutir. Cada estado tem uma situação.

Tenho outra observação que esqueci: o pessoal do Rio de Janeiro, que chegou de Caxias... Por que não discutimos a questão do Rio de Janeiro? Os companheiros presentes estão desde cedo nessa discussão. Então seria meio complicado se eu sugerisse ou se alguns companheiros renunciassem para completar. Quem foi indicado para a Coordenação da Região Sudeste é Minas Gerais. Então não sei como seria essa questão, mas não quis dizer que o Rio de Janeiro não estava organizado. Foi apenas para não criar complicação.

O SR. – Posso fazer uma proposta à Mesa? Façamos um intervalo de cinco minutos para Minas conversar, depois nós voltaremos.

O SR. – Eu gostaria de fazer uma defesa...

O SR. – Não há necessidade, porque nós temos um consenso.

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Companheiros, deixem-me ouvir o Rio de Janeiro.

O SR. – O companheiro quer fazer uma defesa.

O SR. – Não há necessidade de pararmos para discutir isso. Nós já temos um consenso.

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Qual é o consenso de vocês?

O SR. – Eu gostaria de fazer uma defesa...

O SR. GERSON MASCARENHAS (Coordenador do Movimento Popular do Rio de Janeiro) – Boa noite a todos. Sou Gerson Mascarenhas, Coordenador do Movimento Popular do Rio de Janeiro.

Nós já realizamos o nosso congresso no Rio de Janeiro e somos solidários ao que vocês estão apresentando, apesar de termos chegado atrasados. Nós podemos abrir mão em favor de Minas Gerais, até porque não estamos participando, porque chegamos atrasados. Vocês já vêm debatendo isso durante o dia. Estamos analisando a proposta de vocês e vamos endossar o que vocês propuserem.

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Companheiros, quanto mais estados estiverem conosco melhor.

A SR^a GLADYS (Minas Gerais) – Pessoal de Minas, vamos nos reunir aqui fora por cinco minutos, para avançar.

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Vamos organizar o “baile” de novo, companheiros de Minas Gerais.

O SR. MIGUEL ROTISCLEIN (Minas Gerais) – Quanto aos movimentos que são reconhecidos, eu queria saber se há condições de fazermos uma participação nesses movimentos e de eles indicarem também uma participação no nosso, para haver maior intercâmbio entre os movimentos.

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Como é o seu nome, companheiro?

O SR. MIGUEL ROTISCLEIN (Minas Gerais) – Miguel.

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Miguel, isso avançaria um pouco o debate que foi apresentado aqui.

O SR. – Está faltando uma questão de encaminhamento mais dinâmica, mais objetiva.

O SR. – Eu não entendi a questão do Rio de Janeiro. Ele será contemplado na coordenação? Essa é a pergunta.

A SRª MARIA DE JESUS (Alagoas) – É o que eu estou tentando explicar. Na verdade...

O SR. – O pessoal está saindo...

A SRª BERENITA – Gente, por favor...

O SR. – ...sem definição.

A SRª BERENITA – O pessoal de Minas poderia aguardar um minuto...

O SR. – Vamos garantir a palavra da companheira.

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Agüente mais um minutinho.

O SR. – Eu quero fazer uma defesa.

O SR. – Questão de ordem.

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Companheira Berenita.

A SRª BERENITA – Eu fiquei aguardando até agora, para examinar toda a situação. A nossa situação hoje, até para legitimar essa questão do Movimento Popular, é a mesma que o Pacheco estava mencionando. E vou melhorar mais ainda essa situação que ele observou.

O nosso momento hoje não é só fechar; a questão é abrir para a participação de mais estados, porque a nossa situação é de forças para legitimar este movimento. Eu estava tentando apresentar alguns pontos para a Mesa, porque houve alguns problemas nos estados e há dificuldade de as pessoas chegarem aqui. Por exemplo: Caxias chegou agora por dificuldade. E acredito que até amanhã vão chegar estados aqui com o seu movimento popular. Qual é a minha proposta? A nossa questão não é indicar o estado, não é indicar pessoas por segmentos. A questão é a indicação por estado. Se formos indicar pessoas por segmento, é claro que cada um dos presentes vai querer representar o seu segmento. E os segmentos dos estados vão se organizar a partir daquele representante nos núcleos de base, que é uma proposta também. Então a questão não é segmento, mas estado. Apesar de Caxias ter chegado atrasada, há garantias de ser representada nessa chapa. Eu defendo Caxias. Minas já foi contemplada com duas vagas, então que discuta essas duas vagas. (*Palmas*) Os demais estados ficaram com duas vagas também.

O SR. – Tem uma questão de defesa do nosso irmão ali, gente.

O SR. – Pela ordem, eu pedi a palavra há três minutos.

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Companheiros, vamos organizar o “baile” de novo. Hoje eu vou me superar.

Pessoal, temos algumas propostas na Mesa. Peço que os companheiros prestem atenção.

Foi apresentada uma proposta de composição de Executiva para o MPS,

composta por dez companheiros, porque o Centro-Oeste não está presente e não foi indicado. E fica complicado para indicarmos, amanhã, o Centro-Oeste também, não é?

No Congresso passado, houve uma discussão muito forte em relação a isso. E alguns estados disseram: “Vou indicar quatro para a composição”. Pouco adianta ter quatro representantes na composição se o movimento não funcionar. Não adianta ter três, dois ou um ou nenhum. Às vezes, quando o cara fica de fora funciona mais.

Então quero tentar pensar essa composição do MPS, respeitando a condição de Minas Gerais, que já tem uma pendenga para resolver. E seremos, com certeza, parceiros, em nível de Direção Nacional, para ajudar a sanar esse problema. Que abra mão de uma vaga do Sudeste para o Rio de Janeiro. Não vejo nada mais justo. Eles chegaram agora; nós estamos organizando o movimento.

Eu quero que haja disputa no MPS no próximo Congresso. Espero que no próximo Congresso haja mobilização aqui dentro, que venham para cá gritar e propor, mas agora é o momento do entendimento, agora é a unidade. Se alguém tiver que abrir mão de um nome para ficar como os outros, porque me parece que o Rio Grande do Sul tem dois para a Região Sul, Alagoas tem dois, para vermos com o Rio de Janeiro alguém...

A SR^a – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

(Intervenções simultâneas e sobrepostas. Inaudível)

O SR. – Adriano, são três de Minas Gerais.

O SR. – Tenho uma questão de encaminhamento. Estou preocupado porque estou vendo que a própria Mesa está começando a se desentender.

O nosso irmão ali pediu a palavra, o outro companheiro pediu a palavra. Então a Mesa tem que começar a direcionar, de forma bem coerente, as coisas, senão vai ficar difícil.

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Concordo com o companheiro, mas faltam vinte minutos para as seis. Às sete horas, está programada a abertura do Congresso Nacional do Partido. Se não conseguirmos reunir essa coordenação – e Deus queira que seja eleita –, montar um documento bem feito, para apresentar em plenária... Minas Gerais poderia compreender isso, se não fica difícil. Pede cinco, dá cinco, aí o cara quer falar, eu não deixo, e o outro fala de novo. Então fica complicado. É uma questão de compreensão até.

O SR. – O único estado que tem mais vagas é Minas Gerais.

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Companheiros, cinco minutos, vamos tomar um cafezinho ali. São 17h40. Às 17h45 nos vamos reiniciar a

reunião para fazer a eleição da coordenação.

(Intervalo para o café)

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Companheiros, temos que entregar a sala, já estão cobrando a sala. Só Jesus pode nos salvar. Jesus, chame Minas Gerais. A salvação do PSB: Jesus e Messias.

Companheiros, o nosso Congresso está sendo gravado. Vamos providenciar a gravação depois dos debates para todos os companheiros, para os anais do Movimento Popular Socialista. Os companheiros que tiraram fotos devem nos mandar por e-mail, para fazermos um informativo nos mesmos moldes que fizemos no Rio Grande do Sul. Temos que pensar sobre isso também.

Peço a todos os companheiros que se sentem, para realizarmos um final que não pode ser melancólico.

Agora vou consultar Minas Gerais.

O SR. – Depois de um café e uma boa conversa, não há quem não chegue a uma solução. Portanto há um resultado.

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Companheiros, temos quinze minutos para votar e encaminhar o final do nosso Congresso.

Companheira Gladys.

A SR^a GLADYS (Minas Gerais) – Vou informar a conclusão do nosso consenso. As três vagas foram cedidas para nós porque não havia chegado outro estado; nós éramos maioria. E, como foi dito pelo Adriano, vamos deixar para “bater chapa” no próximo congresso. Então, nós abrimos mão da Coordenação Financeira para o Rio de Janeiro.

A SR^a MARIA DE JESUS (Alagoas) – Queremos o nome do companheiro do Rio de Janeiro para colocar aqui.

O SR. ANTONIO GERÔNIMO BONIFÁCIO (Toninho Bonifácio – Rio de Janeiro) – Eu sou Toninho Bonifácio, do Rio de Janeiro, 1º Secretário do PSB em Duque de Caxias, e é uma satisfação muito grande estar aqui com vocês para compor esse primeiro Diretório do Movimento Popular Socialista. Por isso estou me colocando à disposição, para trabalhar junto com vocês e no que vocês precisarem.

Também quero justificar o nosso atraso, porque o avião teve vários problemas. Queríamos estar aqui mais cedo, para participar mais ativamente com vocês, mas infelizmente não foi possível. Nem por isso queremos nos desviar do nosso compromisso com o Movimento Popular do Partido Socialista.

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Companheiros, temos doze minutos.

O SR. – Em nome da Coordenação do Movimento Popular do Rio de Janeiro, agradeço aos companheiros e também ao Toninho Bonifácio, nosso Secretário, por oferecer o seu nome para a comissão.

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Companheira Jesus, vamos ler os nomes dos novos companheiros, a nova nominata.

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Toninho, o seu nome completo.

O SR. ANTONIO GERÔNIMO BONIFÁCIO (Toninho Bonifácio – Rio de Janeiro) – Antônio Gerônimo, com “g”, Bonifácio.

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Do lado, Toninho Bonifácio.

A SR^a MARIA DE JESUS (Alagoas) – O companheiro do Pará fez um grito de guerra assim: “Movimento Popular é PSB para lutar”.

O SR. – Movimento Popular é PSB para lutar! Movimento Popular é PSB para lutar! Movimento Popular é PSB para lutar!

(Manifestações em conjunto)

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Muito bom.

O SR. – E aí, companheiros? Ficou bom? Ficou ótimo? Então vamos à luta, companheiros! Não vamos abaixar a cabeça para a Direção Nacional!

O SR. – Esta é a vez do Movimento Popular!

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Companheiros, vamos encerrar o “baile” aqui.

Vou ler os nomes dos companheiros, que virão para cá, na frente, e a forma de votação será com esse grito de guerra do companheiro: companheiro Adriano, do Rio Grande do Sul; companheiro Toninho Bonifácio, do Rio de Janeiro, venha para cá; companheira Jesus, que está aqui; companheiro Edílson, Coordenador de Comunicação e Divulgação; companheira Coordenadora de Formação Política, Berenita, de Alagoas; Coordenador da Região Norte, José Maria Pacheco, Professor Pachecão; Coordenador da Região Sul, Fabinho; Coordenador da Região Nordeste, José Messias; Coordenador da Região Sudeste, Almezinda Moreno de Moura; Coordenadora de Mobilização, Gladys Freitas de Oliveira, de Minas Gerais. Fiquem aqui na frente.

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Está aprovada a primeira Coordenação Nacional do MPS?

O SR. – Está aprovada, Presidente!

(Manifestações conjuntas do grito de guerra do MPS)

O SR. COORDENADOR (Adriano) – Companheiros, vamos reunir a Coordenação para fazer o relato final do encontro. Todos os companheiros, por favor, nos ajudem para que o nosso Movimento seja aprovado amanhã, no Congresso Nacional.

Muito obrigado e até a próxima, companheiros!

COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL 2005-2008

(Executiva eleita no X Congresso, realizado em Brasília/DF - 19/08 a 21/08/05)

PRESIDENTE
Deputado **EDUARDO HENRIQUE
ACCIOLY CAMPOS**

PRESIDENTE DE HONRA
JAMIL HADDAD

PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE
ROBERTO AMARAL

SEGUNDO VICE-PRESIDENTE
Deputado **LUIZ ROBERTO
DE ALBUQUERQUE**

TERCEIRO VICE-PRESIDENTE
Senador **JOÃO ALBERTO RODRIGUES
CAPIBERIBE**

VICE-PRESIDENTE DE ORGANIZAÇÃO
E MOBILIZAÇÃO
Deputado **ALEXANDRE AGUIAR CARDOSO**

VICE-PRESIDENTE DE RELAÇÕES
INSTITUCIONAIS
Ministro **CIRO FERREIRA GOMES**

VICE-PRESIDENTE DE
RELAÇÕES FEDERATIVAS
Governadora **WILMA MARIA DE FARIA**

SECRETÁRIO GERAL
Deputado **JOSÉ RENATO CASAGRANDE**

PRIMEIRO SECRETÁRIO
CARLOS SIQUEIRA

SEGUNDO SECRETÁRIO
Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES**

SECRETÁRIO DE FINANÇAS
MÁRCIO LUIZ FRANÇA GOMES

SEGUNDO SECRETÁRIO DE FINANÇAS
SEVERINO NUNES DE ARAÚJO

SECRETÁRIA ESPECIAL
Deputada **LUIZA ERUNDINA DE SOUSA**

SECRETÁRIO ESPECIAL
MILTON COELHO DA SILVA NETO

SECRETÁRIO ESPECIAL
JAIME WALLWITZ CARDOSO

SECRETÁRIO ESPECIAL
SÉRGIO MAURÍCIO BRITO GAUDENZI

SECRETÁRIO ESPECIAL
RODRIGO SOBRAL ROLLEMBERG

SECRETÁRIO ESPECIAL
ALUÍSIO **SÉRGIO NOVAIS ELEUTÉRIO**

SECRETÁRIO ESPECIAL
Prefeito **WILLIAN DIB**

SECRETÁRIA ESPECIAL
MARI ELISABETH TRINDADE MACHADO

SECRETÁRIO ESPECIAL
LUÍS ABÍLIO DE SOUSA NETO

SECRETÁRIO ESPECIAL
**JOSÉ ANTONIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA
SILVA**

SECRETÁRIO ESPECIAL
ADEMIR GALVÃO ANDRADE

SECRETÁRIO ESPECIAL
Deputado **ISAIAS SILVESTRE**

SECRETÁRIO NACIONAL DE JUVENTUDE
FRANCISCO **JOSUÉ FREITAS DA SILVA**

SECRETÁRIA NACIONAL DE MULHERES
**AUXILIADORA MARIA PIRES
SIQUEIRA DA CUNHA**

SECRETÁRIO NACIONAL SINDICAL
**JOILSON ANTONIO CARDOSO
DO NASCIMENTO**

SECRETÁRIA NACIONAL DO
MOVIMENTO NEGRO
JACY RIBEIRO DE PROENÇA

LÍDER NA CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado **JOSÉ RENATO CASAGRANDE**

LÍDER NO SENADO FEDERAL
Senador **JOÃO ALBERTO RODRIGUES
CAPIBERIBE**

DIRETÓRIO NACIONAL 2005-2008

- 1 - EDUARDO HENRIQUE ACCIOLY CAMPOS - Deputado
- 2 - ADEMIR GALVÃO ANDRADE
- 3 - ADILSON GOMES DA SILVA
- 4 - ALEXANDRE AGUIAR CARDOSO - Deputado
- 5 - ALEXANDRE URQUIZA DE SÁ
- 6 - ALUÍSIO SÉRGIO NOVAIS ELEUTÉRIO
- 7 - ANTONIO CARLOS VALADARES - Senador
- 8 - ANTÔNIO CÉSAR RUSSI CALLEGARI
- 9 - AUXILIADORA MARIA PIRES SIQUEIRA DA CUNHA
- 10 - BENEDITO DE CARVALHO SÁ - Deputado
- 11 - CALEB MEDEIROS DE OLIVEIRA
- 12 - CARLOS EDUARDO NUNES ALVES
- 13 - CARLOS ROBERTO SIQUEIRA DE BARROS
- 14 - CÉLIO CARMO DE SOUSA
- 15 - CIRO FERREIRA GOMES - Ministro
- 16 - CLEUZA PEREIRA DO NASCIMENTO - Prefeita
- 17 - DILTON DA CONTI OLIVEIRA
- 18 - DOMINGOS LEONELLI NETTO
- 19 - EVILÁSIO CAVALCANTE DE FARIAS - Prefeito
- 20 - FERNANDO BEZERRA COELHO
- 21 - FERNANDO LAFAYET
- 22 - FRANCISCO ARIOSTO HOLANDA - Deputado
- 23 - FRANCISCO JOSUÉ FREITAS DA SILVA
- 24 - GABRIEL MAIA GELPKE
- 25 - GIVALDO DE SÁ GOUVEIA CARIMBÃO - Deputado
- 26 - ISAIAS SILVESTRE - Deputado
- 27 - JACY RIBEIRO DE PROENÇA
- 28 - JAIME WALLWITZ CARDOSO
- 29 - JANETE MARIA GOÊS CAPIBERIBE - Deputada
- 30 - JOÃO ALBERTO RODRIGUES CAPIBERIBE - Senador
- 31 - JOÃO DE ANDRADE ARRAES - Vereador
- 32 - JOÃO DE DEUS FERREIRA - Deputado
- 33 - JOILSON ANTONIO CARDOSO DO NASCIMENTO
- 34 - JONES CAVAGLIERI
- 35 - JORGE ABISSANRA
- 36 - JORGE JOSÉ GOMES - Deputado
- 37 - JOSÉ ANTÔNIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA SILVA
- 38 - JOSÉ LUCIANO PONTES LINHARES
- 39 - JOSÉ RENATO CASAGRANDE - Deputado
- 40 - JOSÉ RIBAMAR ALVES - Deputado
- 41 - JÚLIO CÉSAR DELGADO - Deputado
- 42 - JÚLIO CESAR MENDES DA PENHA
- 43 - KÁTIA BORN RIBEIRO
- 44 - LÍDICE DA MATA E SOUZA - Deputada
- 45 - LUCIANO FERREIRA DE SOUSA - Deputado
- 46 - LUÍS ABÍLIO DE SOUZA NETO
- 47 - LUIZ GONZAGA PATRIOTA - Deputado
- 48 - LUIZ ROBERTO DE ALBUQUERQUE - Deputado
- 49 - LUIZA ERUNDINA DE SOUSA - Deputada
- 50 - MÁRCIO LUIZ FRANÇA GOMES
- 51 - MARCOS ARRAES DE ALENCAR
- 52 - MARCOS RESENDE VILLÇA NUNES
- 53 - MARI ELISABETH TRINDADE MACHADO
- 54 - MARIA DA SAUDADE MEDEIROS BRAGA - Prefeita
- 55 - MAURO NAZIF RASSUL
- 56 - MILTON COELHO DA SILVA NETO
- 57 - NADJA DIOGENES PALITOT Y PALITOT - Vereadora
- 58 - ODMAR PÉRICLES NASCIMENTO
- 59 - PAULO CÉSAR BALTHAZAR DA NÓBREGA - Deputado
- 60 - PAULO SÉRGIO MASCARENHAS ROSA
- 61 - RICARDO MOURA ALBUQUERQUE MARANHÃO
- 62 - RICARDO VIEIRA COUTINHO - Prefeito
- 63 - ROBERTO ATILA AMARAL VIEIRA - Dr.
- 64 - RODRIGO SOBRAL ROLLEMBERG
- 65 - SANDRA BEATRIZ SILVEIRA - Prefeita
- 66 - SANDRA MARIA DA ESCOSSIA ROSADO - Deputada
- 67 - SEBASTIÃO AUGUSTO BARBOSA NETO - Deputado
- 68 - SERAFIM FERNANDES CORRÊA - Prefeito
- 69 - SÉRGIO MACHADO RESENDE - Ministro
- 70 - SÉRGIO MAURÍCIO BRITO GAUDENZI
- 71 - SEVERINO NUNES DE ARAÚJO
- 72 - TÉRCIO AUGUSTO GARCIA JÚNIOR - Prefeito
- 73 - ULISSES RIEDEL DE RESENDE
- 74 - VALDOMIRO LOPES DA SILVA JÚNIOR
- 75 - VICENTE PAULO DE OLIVEIRA SELISTRE
- 76 - WALDO SILVA
- 77 - WILLIAN DIB - Prefeito
- 78 - WILMA MARIA DE FARIA - Governadora

SUPLENTE AO DIRETÓRIO NACIONAL

- 1 - ANTÔNIO MARLOS FERREIRA DUARTE
- 2 - MARCOS COELHO LORETO
- 3 - SILENO SOUZA GUEDES
- 4 - VALEZIA PEROSINE INÁCIO
- 5 - RAFTON NASCIMENTO LEÃO
- 6 - WILSON P. DA SILVA
- 7 - WALTER RODRIGUES DE PAULA
- 8 - CLÁUDIO HENRIQUE PESSOA PORPINO
- 9 - ORLANDO BORDALLO JÚNIOR
- 10 - JOSÉ REGINALDO DE SÁ FALCÃO
- 11 - MAURO LOBO
- 12 - RUBENS JOSÉ FRANÇA BONTEMPO
- 13 - ÂNGELO FERREIRA
- 14 - MARIA INÊS BATISTA SILVA ZANOL
- 15 - VILMA MOREIRA DOS SANTOS
- 16 - CARLOS VALBERTO BEVILACQUA ORLING
- 17 - LUIS ALBERTO DA SILVA BAIRROS
- 18 - ANDRÉ LUIS SILVA DE OLIVEIRA
- 19 - STAEL CAVALCANTI ALENCAR
- 20 - ISOLDE SOMMER
- 21 - ANTÔNIO CARLOS SONTAG
- 22 - JAMES LEWIS GORMAN JÚNIOR
- 23 - ELIANE BARBOSA
- 24 - CÁSSIO COELHO ANDRADE
- 25 - JOSÉ CARLOS VENERANDA DA SILVA
- 26 - LUIZ SOARES FILHO